

Sociologia

LIVRO ÚNICO

3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO E PRÉ-VESTIBULAR

NOME:

CURSO:

TURMA:

TELEFONE:

E-MAIL:

OBSERVAÇÕES:





São José dos Campos – SP
Telefax: (12) 3924-1616
editora@sistemapoliedro.com.br
www.sistemapoliedro.com.br

Copyright © Editora Poliedro, 2018
Todos os direitos de edição reservados à Editora Poliedro
ISBN 978-85-7901-546-5

Autoria	Agnaldo Kupper.
Direção geral	Nicolau Arbex Sarkis.
Gerência editorial	Emília Noriko Ohno.
Coordenação de projeto editorial	Diego da Mata, Marília L. dos Santos G. Ribeiro e Viviane R. Nepomuceno.
Edição	Rodrigo Marcondes Martins Moraes.
Coordenação de edição de texto	Anaiza Castellani Selingardi.
Edição de texto	Equipe de edição de texto da Editora Poliedro.
Coordenação de revisão	Mariana Castelo Queiroz.
Revisão	Equipe de revisão da Editora Poliedro.
Edição de arte	Kleber S. Portela e Wellington Paulo.
Diagramação	Equipe de diagramação da Editora Poliedro.
Ilustração	Equipe de ilustração da Editora Poliedro.
Coordenação de licenciamento	Kelly Garcia.
Analistas de licenciamento	Letícia A. Tashiro Lopes, Margarita Veloso e Souza e Nathalie Pimentel.
Auxiliar de licenciamento	Jade Cristina Bernardino.
Analista de produção editorial	Claudia Moreno Fernandes.
Coordenação de PCP	Anderson Flávio Correia.
Analista de PCP	Vandré Luis Soares.
Projeto gráfico e capa	Wellington Paulo.
Impressão e acabamento	Nywgraf.
Colaboração externa	Diagramação: Fabrício D. Delgado. Revisão: Cristiane Carvalho de Souza.
Imagem de capa	© Rawpixelimages Dreamstime.com

Carta ao estudante

Ao longo do tempo, a educação no país passou por mudanças, adaptando-se e alinhando-se às transformações da sociedade, tanto tecnológicas quanto culturais. Dessa forma, tornou-se necessário que o aluno apresente, entre outras características, as capacidades de resolver problemas, tomar decisões, aprender novos procedimentos e agir de forma ética.

Assim, além de habilitar o estudante para os processos seletivos que irá realizar ao final da Educação Básica, a formação escolar também deve prepará-lo para a vida, qualificando-o para o exercício da cidadania e para o aprendizado permanente, seja na continuidade dos estudos ou no campo profissional.

Algumas disciplinas do Ensino Médio podem e devem prezar pelo desenvolvimento das competências dos jovens, abordando diversos temas e conceitos inseridos durante as aulas. Dessa maneira, visando incorporar novas formas de ofertar o conteúdo, o Sistema de Ensino Poliedro desenvolveu este material, que, em sua estrutura e concepção, envolve o trabalho com:

- Competências
- Habilidades
- Situações-problema
- Contextualização
- Interdisciplinaridade

Alguns recursos apresentados no decorrer da teoria enriquecerão ainda mais a leitura, entre eles:

Apresenta citações que, além de reforçar o conteúdo teórico, visam salientar algum aspecto ou uma informação importante para a compreensão do que está sendo estudado.

Oferece, de forma breve e objetiva, os significados das mais variadas expressões e palavras que aparecem na teoria.

PONTO DE CONEXÃO

Indica outra disciplina que oferece um ponto de vista diferenciado sobre o assunto estudado, permitindo ao aluno uma compreensão mais abrangente sobre o tema em questão. Além disso, ele poderá familiarizar-se com o caráter inter e multidisciplinar dos conteúdos oferecidos.

Saiba mais

Contém uma curiosidade sobre o assunto tratado, além de fornecer informações breves sobre a vida de grandes cientistas, historiadores, escritores, artistas, descobridores, teóricos etc.

HABILIDADES

Sinaliza uma habilidade da Matriz de Referência do Enem que é trabalhada ao longo da teoria, descrevendo quais são os recursos necessários para compreender esse ponto.

Atenção!

Orienta o aluno sobre detalhes do conteúdo teórico que podem causar dúvidas no momento do estudo.

Contexto social

Oferece um entendimento maior dos temas de Sociologia por meio de textos adicionais, gráficos, tabelas e análises, complementando o que está sendo estudado na teoria.



Fundamentação

A Sociologia é a ciência que estuda as relações sociais e as diversas formas como as sociedades se organizam e se associam, além de fornecer conhecimentos científicos sobre a realidade em que estamos inseridos, bem como conceitos instrumentais para descrever, explicar e interpretar o coletivo no âmbito de sociedades, culturas, grupos e subgrupos. A Sociologia tornou-se uma ferramenta essencial – juntamente com outras ciências humanas e sociais – por possibilitar ao indivíduo o ganho da pluralidade e permitir-lhe estabelecer relações e ampliar sua visão da realidade, que é sempre mais ampla e complexa que seu mundo particular.

A Sociologia traçou estratégias para ordenar e reordenar as novas relações sociais. [...] Os conhecimentos de [...] Sociologia contribuem [...] para a construção da identidade social [...] sem negar os conflitos e a convivência pacífica. [...] A Sociologia, ao mesmo tempo que realiza um esforço para entender a realidade social, também subsidia outros agentes sociais na solução dos problemas.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: MEC; SEMTEC, 2002. p. 6, 12 e 38.

“Fazer” Sociologia, como nos ensinou Wright Mills, é desenvolver nossa imaginação sociológica, ou seja, nossa capacidade de observar os fenômenos sociais sob uma perspectiva histórica e analítica, considerando-os tais como são encontrados em nosso cotidiano. Dessa forma, o objetivo principal deste material é permitir a compreensão da realidade em que estamos inseridos, assim como oferecer uma ferramenta que possibilite uma reflexão crítica e que colabore para a consolidação de valores e noções consistentes de cidadania.

Na teoria, são apresentadas as linhas de pensamento de Auguste Comte, comparadas às de Charles Darwin e Herbert Spencer, e as teorias de Émile Durkheim. Além disso, aborda-se o Renascimento cultural/científico e o movimento iluminista, estabelecendo como suporte um diálogo com os pensamentos de Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, Jean Bodin e Jacques Bossuet.

Outros argumentos, como a forma de Karl Marx analisar o capitalismo enquanto modo de produção, e as definições dos campos de atuação da Sociologia e da antropologia, que trazem para esse estudo as contribuições de Bronislaw Malinowski e de Claude Lévi-Strauss, também são temas da teoria. Além disso, são abordados o conceito de trabalho e as diferentes concepções que ele ganhou com o passar do tempo, discutindo processos como fordismo, taylorismo e toyotismo e globalização, bem como os projetos econômicos – neoliberalismo, social-democracia e democracia popular – e os princípios que norteiam o subdesenvolvimento.

O papel do cidadão consciente e a análise de minorias e da condição de grupos que carecem de reconhecimento social também são trabalhados neste material, que apresenta, ainda, a discussão sobre os antigos e os atuais movimentos sociais, com destaque para as questões agrária e ambiental.



Leonardo da Vinci, O homem vitruviano, c. 1492. Galeria de Arte Acadêmica, Veneza, Itália (Domínio público)

Igreja e família, enquanto instituições, são analisadas a partir da realidade brasileira. E, embora a democracia seja, por definição, a antítese de todo poder pessoal, trata-se do modo pelo qual o exercício do poder nesse regime pode, muitas vezes, perverter-se nas mãos daqueles indivíduos e grupos que o detêm.

Importante do ponto de vista atual, o material traz a discussão sobre o processo de urbanização mal planejada, cujas consequências para a sociedade são a violência, a miséria e a necessidade de investimentos estruturais. Devido a isso – entre outros fatores –, é apresentado o Brasil a partir da década de 1990, período em que se adota um modelo de política centrado no bem-estar social, sendo que são consideradas as origens e aplicações desse modelo.

Além disso, os temas cultura e indústria cultural, considerados os veículos de produção voltados à obtenção de lucro, fomentam a discussão sobre o papel da mídia e das redes sociais no processo de aculturação. Dessa forma, as transformações sociais mais complexas da contemporaneidade são trabalhadas utilizando-se de estudos feitos por Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda, Celso Furtado e Florestan Fernandes, permitindo-nos questionar esse processo.

Entretanto, neste material, a disciplina não se apresenta de forma isolada. Os estudos sociológicos vêm acompanhados de postulados de outras disciplinas, como Antropologia, Filosofia, Geografia e Biologia, objetivando a interdisciplinaridade. A forma com que o material é desenvolvido procura oferecer liberdade de discussão. De tal modo, valoriza-se a Sociologia como um conhecimento útil e imprescindível na análise do mundo atual.

Bibliografia sugerida

- BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CARDOSO, Fernando H.; IANNI, O. (Orgs.) *Homem e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1968.
- CARVALHO, Murilo. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1963.
- _____. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- _____. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1972.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus; Edusp, 1965.
- _____. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- IANNI, Octávio. "Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira". *Sociologia da sociologia*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1989.
- LINTON, Ralph. *O homem: uma introdução à antropologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1973.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MARX, Karl; ENGELS, F. "Manifesto do partido comunista". *Cartas filosóficas e outros escritos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- _____. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- _____. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Moraes, 1987.

Sumário

▶ Capítulo 1 - O que é a sociologia?	9
Para a plenitude humana, o conhecimento	10
Da origem da Terra à criação do Estado.....	11
Conceitos básicos para o estudo da sociologia.....	13
Por que a sociologia?.....	17
A sociologia, enfim!.....	28
Para praticar.....	29
Questões extras.....	31
▶ Capítulo 2 - As contribuições de Comte, Darwin e	
Durkheim para a sociologia.....	35
Comte e o darwinismo social.....	36
Para praticar.....	46
Questões extras.....	49
▶ Capítulo 3 - O capitalismo sob suspeita	53
Karl Marx e a crítica ao capitalismo.....	54
Mas afinal, o que deseja o socialismo?.....	61
Estratificação social.....	62
Para praticar.....	65
Questões extras.....	68
▶ Capítulo 4 - Max Weber, a ação social e a necessidade da antropologia	73
O contexto histórico do pensamento weberiano.....	74
A contribuição da antropologia.....	80
Para praticar.....	84
Questões extras.....	86
▶ Capítulo 5 - A globalização capitalista e o mundo do trabalho	93
O valor do trabalho.....	94
Para praticar.....	104
Questões extras.....	106
▶ Capítulo 6 - Os caminhos da economia: o neoliberalismo	
e as desigualdades sociais	113
Projetos econômicos que ditam o social.....	114
Para praticar.....	123
Questões extras.....	126
▶ Capítulo 7 - Cidadania: igualdade de oportunidades e construção contínua ...	131
Cidadania: uma busca incessante.....	132
Dentro da maioria, as minorias.....	135
Para praticar.....	143
Questões extras.....	145
▶ Capítulo 8 - Os movimentos sociais	149
Os elementos constitutivos de um movimento social	150
Movimentos sociais marcantes da história brasileira	152
Movimentos sociais: novos e contemporâneos.....	163
Para praticar.....	167
Questões extras.....	170

▶ Capítulo 9 - Instituições sociais: família e Igreja.....	175
Família.....	176
Igreja.....	184
Para praticar.....	193
Questões extras.....	197
▶ Capítulo 10 - Política, poder e Estado.....	203
Poder e Estado.....	204
A estrutura política do Estado brasileiro.....	211
A formação do Estado brasileiro.....	212
A Proclamação da República no Brasil.....	214
Para praticar.....	222
Questões extras.....	225
▶ Capítulo 11 - Urbanização e violência social.....	233
O processo de urbanização.....	234
Para praticar.....	242
Questões extras.....	244
▶ Capítulo 12 - O estado de bem-estar social.....	251
O significado do bem-estar social.....	252
Para praticar.....	263
Questões extras.....	265
▶ Capítulo 13 - Cultura e educação.....	269
Cultura.....	270
A educação no processo de transmissão da cultura.....	273
Para praticar.....	277
Questões extras.....	279
▶ Capítulo 14 - Indústria cultural.....	283
A cultura e a indústria.....	284
Para praticar.....	294
Questões extras.....	296
▶ Capítulo 15 - Sociologia no Brasil e a sociologia contemporânea.....	301
A formação sociológica brasileira.....	302
A produção sociológica contemporânea.....	306
Para praticar.....	308
Questões extras.....	309
▶ Gabaritos.....	315

Capítulo

1

O que é a sociologia?



O que é a sociologia?



A imagem pode remeter a uma série de questionamentos.

Por exemplo: quais os sentidos das manifestações que varreram o Brasil a partir de junho de 2013? Por que tantas passeatas, tantas revoltas, tantas reclamações? O que estava em jogo? Seria apenas insatisfação pelas elevadas tarifas do transporte público? Seria apenas descontentamento com as práticas governamentais? Seriam apenas manifestos de indignação contra o difícil acesso à educação de qualidade e à saúde digna e contra a classe política que nos representa? Seriam explosões de revolta contra os gastos públicos na organização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 ou pelos deboches do mau uso do dinheiro público e das práticas de corrupção ao longo de vários anos? Seria uma reação à crise de representatividade causada por parlamentares, como deputados e senadores caros e pouco prestativos aos anseios da população? Seria uma resposta à paralisia e à burocracia do poder executivo, em suas várias instâncias – municipal, estadual, federal –, incapaz de dar uma resposta às insatisfações da sociedade que representa?

Você reparou quantas perguntas foram feitas a partir de um só tema?

O fato é que fazemos esforços contínuos na busca da compreensão e da necessidade que temos de assimilar situações que ocorrem ao nosso redor para podermos nos posicionar e agir sobre o que nos é apresentado em nossa sociedade.

Conhecer: eis a grande busca humana. E todo conhecimento expõe o problema da verdade, ou seja, do processo que deve buscar o que é verdadeiro, distinguindo-o do erro.

Fazemos perguntas sobre tudo, sempre almejando respostas que nos façam entender os mistérios da vida.

Apesar de vivermos em um universo de acesso fácil às informações e possuímos ferramentas como internet, emissoras de rádio, jornais, televisão, entre outros, tais recursos nos impõem ainda mais questionamentos. Porém, devemos lembrar que conhecimento difere de informação.

- ▶ Mas, afinal, o que interessa para a sociologia?
- ▶ Quais são seus conceitos básicos?
- ▶ Por que a sociologia tornou-se fundamental para a reflexão sobre os problemas que enfrentamos e para sua compreensão?

C3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

Para a plenitude humana, o conhecimento

A história contemporânea caracteriza-se pela ausência de concordância de ideias, de opiniões. A multiplicação das pesquisas faz com que percamos a dimensão do conjunto, gerando fragmentações excessivas. Muitos cientistas, pesquisadores e curiosos, por exemplo, perdem-se em seus próprios critérios, afirmando suas dúvidas, generalizando e relativizando suas conclusões e críticas pela multiplicação incessante de pontos de vista, dada também à fragmentação do saber.

Somos cheios de dúvidas. Sobre tudo, ou quase tudo. Por isso, perguntamos o tempo todo, de acordo com o pensamento cartesiano sintetizado na célebre frase *Cogito, ergo sum* (Penso, logo existo), em que a dúvida é motivadora da busca pelo conhecimento.

Por vezes, mal damos atenção às dúvidas, afinal temos muitos compromissos e muitas obrigações. Em algumas situações parecem ser tão óbvias que escapam ao entendimento imediato. No mundo atual, repleto de tecnologias, canais de comunicação e oportunidades, recebemos muitas informações constantemente. Um acontecimento significativo torna-se rapidamente notícia, chegando-nos quase em tempo real por meio dos diversos veículos de comunicação que estão à disposição.

Em nosso cotidiano, ao repetirmos gestos e rituais, nossos questionamentos tendem a ser, na maioria das vezes, vagos e pouco elaborados, ou seja, nossas abordagens de mundo ficam por conta do **senso comum**, distantes de reflexões aprofundadas, vazias de consistências, com formulações imprecisas. O senso comum gera um conhecimento espontâneo, ametódico, resultado da tentativa humana de resolver os problemas da vida cotidiana e, portanto, fruto de aparências, muitas vezes enganadoras aos nossos sentidos.

O **conhecimento científico**, ao contrário do senso comum, é rigoroso e busca evitar ambiguidades ao tentar fugir dos dogmas, da alienação, da emoção, já que procura explicações racionais e comprovadas pela experimentação científica.

A sociologia é uma ciência que brotou das transformações tecnológicas, sociais e científicas edificadas a partir do século XVIII e que se confirmou como tal a partir do século XIX, quando o processo industrial-urbano trouxe acentuadas modificações a partir do aperfeiçoamento da técnica e mostrou-se irreversível. Seu surgimento enquanto ciência relacionou-se diretamente ao nível de especialização que tomou conta do saber ao longo do século XIX. Seu objeto,



© Badu Barwan Ghreoghe | Dreamstime.com

A sociologia procura, de forma crítica e transformadora, estudar os aspectos individuais e coletivos que envolvem as relações humanas em sociedade.



© Badu Barwan Ghreoghe | Dreamstime.com

Todo conhecimento precisa ser revisado em uma atitude crítica pessoal contínua, para nos libertarmos das opiniões prontas.

assim como o das ciências sociais em si, é o ser humano e suas relações sociais, buscando um melhor entendimento da sociedade em que vivemos, assim como instrumentos que ajudem a transformá-la. Um dos seus maiores objetivos é compreender os conflitos que envolvem a sociedade.

Informar significa dar parecer, comunicar, instruir. Conhecimento pressupõe saber, entender, experimentar. Sendo assim, cercados por informações, podemos ser manipulados em nossa busca por verdades.

A verdade, esta sim, gera conhecimento. Porém, caso não tenhamos a criticidade e o acompanhamento contínuo sobre o que nos cerca, estaremos mais propícios à decepção, e tudo nos parecerá “menos novo”.

Em nossa vida diária, nossos questionamentos são, na maioria das vezes, vagos e sem consistência, frutos, em geral, de insatisfações momentâneas com o trabalho, a família, a situação financeira, enfim, a vida pessoal que consome e aflige o indivíduo ao longo de sua existência. Portanto, assumimos posturas consideradas conservadoras.

É extremamente complexo atingirmos a verdade, pois são diversas as posturas diante do que nos parece real. O conhecimento para isso resulta da interação entre o objeto e o sujeito e é subjetivo.

No decorrer da história, diferentes maneiras de compreender o que é verdade foram edificadas. Porém, o importante é que não nos acomodemos naquilo que nos parece ser uma verdade absoluta e incontestável, aceitando o movimento contínuo entre o que parece certo e o que nos aparenta incerto; precisamos dar sentido ao mundo interpretando a realidade para a descoberta de formas de compreensão, já que assim podemos atuar e agir. Dessa forma, a busca pela verdade supõe o exercício da liberdade de pensamento e diálogo permanente na procura por interpretações possíveis do real.

Da origem da Terra à criação do Estado

O conhecimento do passado do homem permite que seus feitos sejam analisados ao longo do tempo e, dessa forma, pode-se compreender um pouco mais o presente.

Não devemos, no entanto, imaginar que os acontecimentos passados possam ser simplesmente considerados no presente sem nenhuma análise ou adaptação. Não ocorre a repetição do passado de forma absoluta a ponto de as soluções de ontem serem, necessariamente, as soluções exigidas para problemas atuais.

Observarmos os acontecimentos passados nos permite obter instrumentos de conscientização para que melhor atuemos enquanto pessoas.

Saiba mais

- Civilização indica, em termos gerais, o nível de evolução sociotecnológico atingido por determinada sociedade ao longo do tempo.
- Os elementos que caracterizam uma civilização são: escrita, formação do Estado, produção de excedentes para trocas, divisão social do trabalho, contraste cidade-campo e estratificação social delineada. Cabe lembrar que o Estado é decisivo na caracterização de uma civilização, mais do que a escrita, já que sociedades pré-colombianas da América, como maias, incas e astecas, embora não fossem dotadas de escrita, contavam com a constituição de um Estado forte.
- As primeiras civilizações foram as mesopotâmicas, a egípcia, a fenícia, a hebraica, a hindu e a chinesa.

**PONTO DE CONEXÃO**

Veja, em História, mais sobre o período denominado Pré-história para compreender melhor os primeiros passos dos homens na Terra e suas primeiras conquistas evolutivas, bem como o surgimento das primeiras civilizações.

Saiba mais

As características de um Estado (mesmo dos mais primitivos) são: governo (administra a sociedade e controla uma força militar), população (componentes de uma estrutura social) e território (área geográfica habitada pela população e na qual o governo exerce seu poder político).



Assim, quando se tem a pretensão de analisar uma determinada sociedade do passado, utiliza-se das chamadas **fontes históricas**, que nada mais são do que vestígios deixados pelas atividades humanas. Restos arqueológicos (esculturas, ferramentas, armas, roupas), monumentos (túmulos, palácios, templos), documentos (jornais, livros, contratos, relatos pessoais), tradições (canções populares, fábulas, poesias) e mesmo artefatos diversos, máquinas, fotos, filmes, entre outros.

As transformações ocorridas durante um processo histórico podem ser **quantitativas** e **qualitativas**. As primeiras promovem aumentos ou diminuições mensuráveis (variação demográfica, crescimento e desenvolvimento urbano, alterações produtivas, oscilações econômicas, entre outros). As qualitativas incluem mudanças essenciais da vida humana que se refletem no corpo social como um todo.

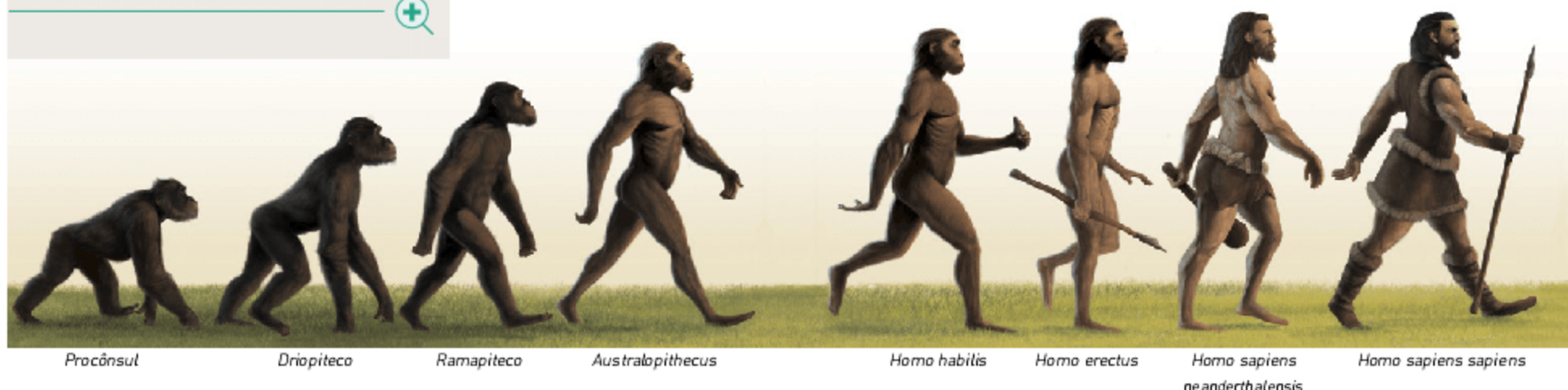
Quando a marcha da história é abalada por um ou vários fatos dramáticos que acabam determinando grave aceleração nos processos transformativos, provocando, pela inflexão dos fatos, uma ruptura brusca, ocorre o que denominamos **revolução**, que interrompe momentaneamente um processo em curso e determina novos rumos a uma sociedade.

De maneira quantitativa, a Terra surgiu há cerca de cinco bilhões de anos, e sua história é estudada em fases denominadas **idades** (arqueozoica, proterozoica e fanerozoica), **eras**, **períodos** e **épocas**, que podem durar milhares e até milhões de anos.

O ser humano pertence à ordem primata e à subordem *Anthropoidea* (com formas humanas). Sua evolução levou milhões de anos até se chegar ao estágio atual do *Homo sapiens sapiens*.

A longa evolução biológica do ser humano no decorrer da história é também a evolução de sua vida em sociedade, estabelecendo laços sociais que se tornam cada vez mais complexos. E, à medida que evoluíram as relações socioeconômicas, foi necessário criar um sistema de símbolos de fácil entendimento que comunicasse com maior precisão as ideias que se desejava ver transmitidas. Aos poucos, esse sistema, inicialmente pictográfico, foi simplificado, tornando-se mais acessível: assim nascia a escrita e, com ela, as **civilizações** e o Estado.

A constituição de um Estado tornou-se condição essencial para uma civilização, mais que a escrita. Devemos lembrar que o Estado, enquanto instituição social, é uma estrutura político-administrativa que detém um poder capaz de impor normas e organização a uma sociedade, para garantir os interesses básicos das ordens sociais dominantes, além de monopolizar, como nos Estados atuais, o uso da força pelo controle das forças de segurança e militares, bem como controlar a justiça, na forma de impor penas e sanções.



Ganas de rasgar e coser

Enquanto os agricultores criavam as cidades e se ocupavam da engenharia, os pastores, nômades, [...] desenvolveram a astronomia e a geografia. Sua visão mais ampla do território desembocou na organização de várias cidades, com uma rede infraestrutural de comunicações, conscientes da necessidade de interdependência para aproveitamento dos recursos naturais e humanos. Desse modo, se configuraram, há cinco mil anos, os primeiros Estados.

A organização do território e das comunidades humanas em Estados trouxe uma nova valorização topográfica [...], novos conceitos de relação entre os elementos naturais [...] e complicou as responsabilidades e interações dos indivíduos humanos em status, papéis e castas. Ao mesmo tempo, esta revolução [...] estabelecia também fronteiras e barreiras, dividindo o ambiente [...] e fracionando a humanidade e seus símbolos, pois mesmo a ideia absoluta de divindade se atomizou numa multidão de deuses [...].

Os governantes, impulsionados pela experiência acumulada através da capacidade [...] de transformar o contexto natural em contínuo progresso técnico, reagiram contra o multifracionamento, abrindo caminhos ao universalismo geográfico, político e religioso, que começou a cristalizar nos impérios. Só que estes, nascidos de focos [...] centristas, não podiam ser os veículos para criar um universalismo puro. O afã imperialista desembocou na reação em cadeia de conquistas e guerras, cujos elos se prolongam até o presente.

BIBERSON, P.; AGUIRRE, E. *A origem do Homem*. São Paulo: Salvat, 1979.

Conceitos básicos para o estudo da sociologia

A socialização humana

Nos dias atuais, não deixamos de acompanhar as notícias e os acontecimentos externos à nossa vida pessoal. Com o desenvolvimento tecnológico, essas informações são vistas e compartilhadas em um mesmo instante.

Fazemos isso pela necessidade que temos de dividir o que nos parece bom e ruim, em um exercício contínuo que nos propicia entender que não podemos ter tudo sob controle (embora muitos achem que tenham). Só assim poderemos aprender a lidar melhor com nossos fracassos e nossas vitórias pessoais.

Ao mantermos **contatos sociais**, nos humanizamos, uma vez que a cultura, no sentido antropológico, como

termo vinculado ao conjunto de hábitos, costumes e formas de vida capazes de diferenciar um grupo social de outro, é socialmente adquirida. Ou seja, um indivíduo, a partir das interações que realiza com outros indivíduos, aprende a portar-se com as respectivas expectativas dos grupos com os quais se relaciona.

A socialização de uma pessoa inicia-se a partir de seu nascimento. Durante sua infância, o indivíduo obtém as primeiras referências sociais que o nortearão no decorrer da vida. Tal processo, em normalidade, é dado no seio familiar, onde é estruturada uma herança não material que fará a pessoa agir e reagir perante os acontecimentos que a cercam e cercarão.

Nos demais grupos sociais, e aqui é importante entendermos **grupo social** como um conjunto de indivíduos que age de maneira coordenada, ou seja, levando em consideração uns aos outros (escola, igreja, clube, vizinhos, ambiente profissional, união conjugal, amigos, entre outros), o indivíduo terá sua socialização completada, garantindo a coesão social. É através das relações sociais que uma pessoa absorve as formas de expressão, os símbolos, os costumes e as regras da sociedade na qual está inserida.

Próprio do processo de socialização desde a Pré-história, mantermos contatos sociais significa dizer que interagimos com outros indivíduos.

O contato social está na origem da vida social e é através dele que ocorre a associação humana, com as pessoas estabelecendo laços de identidade e absorvendo valores e comportamentos.



Em família, convivemos, normalmente, sem formalidades, deixando transparecer sentimentos, apreensões, inseguranças e emoções.

contatos sociais relações mantidas entre o indivíduo e os grupos sociais a que ele pertence.

Os contatos sociais estabelecidos em nossa vida social podem ser de três tipos: **primários** (pressupõe relações diretas, com exposição de sentimentos e emoções pessoais, o que acontece normalmente no seio familiar ou entre amigos, quando deixamos transparecer o que realmente somos por meio da exposição de nossas fraquezas, tristezas, revoltas, inconformismos e alegrias), **secundários** (formais e impessoais, em que buscamos manter posturas de equilíbrio sem intimidade) e **intermediários** (quando são alternados contatos sociais primários e secundários, com a mescla de formalidades, coloquialidades e intimidades).

Ao estabelecermos contatos sociais, comunicamo-nos continuamente, seja com um olhar, franzir de testa, abanar de cabeça, aceno manual, aperto de mão. Porém, o principal meio de comunicação do ser humano é a **linguagem**, já que através dela podemos transmitir mais claramente sentimentos, pensamentos e experiências pessoais.

A linguagem é um sistema simbólico, sendo um produto da razão, e, como tal, só pode existir onde há racionalidade. Torna-se, assim, um instrumento fundamental da cultura de determinada comunidade e/ou sociedade. Pela linguagem, o ser humano deixa de reagir somente ao imediato e passa a pensar o futuro e o passado, ou seja, a construir um projeto de vida.



© Andreas Karelus | Dreamstime.com

O mutirão, quando composto de pessoas que se identificam por vizinhança ou valores religiosos, é um exemplo de processo social associativo de cooperação.

São diversos os tipos de linguagem: verbal, matemática, artística, gestual, espacial, de computador, entre outras. Dependendo do tipo de linguagem, há maior flexibilidade.

Assim como existem tipos de linguagem, existem formas de pensamento: o concreto (formado a partir da representação de objetos reais) e o abstrato (que cria conceitos e noções gerais e separadas do objeto a que pertence). Para o pensamento abstrato (que se afasta do sensível), a linguagem apresenta-se como condição necessária por exigir que se transcenda o vivido e que se construa um mundo de ideias.

Por vivermos em sociedade e estabelecermos contatos sociais, interagimos. Através da **interação social** (processo que exige, no mínimo, dois agentes), modificamos comportamentos por meio do contato, da troca de informações e da comunicação estabelecida. A grande característica da interatividade é a possibilidade de transformação, ao mesmo tempo, dos envolvidos na comunicação em emissores e receptores, produtores e consumidores de mensagens.

É por meio das interações sociais que as relações de uma sociedade são firmadas, gerando **processos sociais** (importante observarmos que processo indica algo contínuo). E é exatamente através dos processos sociais que indivíduos e grupos atuam conjuntamente, formando as chamadas relações sociais. Os processos sociais podem ser **associativos** (quando são estabelecidas formas de cooperação e convivência entre indivíduos de uma determinada estrutura social) e **dissociativos** (indicam competição e conflito entre indivíduos, por exemplo, na luta por uma vaga universitária, em um concurso público ou mesmo pela modificação de algum aspecto ou privilégio social).



Cathy Yeulet/123rf.com

Na busca por uma vaga no ensino universitário, indivíduos estão em processo dissociativo de competição.

Agrupamentos sociais

Sendo fundamental a vida em comum para sua sobrevivência, desde sua origem a espécie humana formou agrupamentos, como os grupos de parentesco e familiares. Ou seja, ao se reconhecer como humano, o indivíduo passou a buscar formas de associações, estruturando grupos e agregados sociais.

Um grupo social se caracteriza pela interação estabelecida entre, no mínimo, dois indivíduos e deve apresentar organização, comunicação e objetivos comuns. Caso falte ao menos um desses itens, há a descaracterização do grupo como social, o que passa a caracterizar um agregado social.

De maneira mais clara, pode-se dizer que a família, a escola, a igreja, um partido político, um clube recreativo, entre outros, são definidos como grupos sociais por reunirem dois ou mais indivíduos associados pela interação e por alguma forma de organização no sentido de busca de realizações e interesses comuns aos seus componentes.

Os grupos sociais apresentam normas, costumes e hábitos próprios, com divisão relativamente clara de funções e posições definidas. Podem ser classificados em: primários, quando predominam contatos pessoais diretos; secundários, quando predominam contatos diretos, porém sem a devida intimidade; e intermediários, nos quais se alternam contatos sociais diretos (com intimidade) e, por vezes, contatos mais formais.

Assim, a família é considerada um grupo social primário, uma vez que, em normalidade, cada um de seus membros interage com os demais de maneira menos formal (discute posições, reclama, lamenta, reivindica, expõe sentimentos, exige certas posturas etc.). O ambiente escolar, por sua vez, pode ser caracterizado como um grupo social intermediário, já que o indivíduo pode expor-se emocionalmente (próprio do convívio diário), não deixando, porém, de manter uma certa formalidade (próprio das condições de convivência exigidas).

Ao faltar o quesito organização ou o quesito comunicação (ou ambos) para uma pluralidade de indivíduos, esta deixa de ser caracterizada como grupo social, passando a ser caracterizada como agregado social. É o caso da **multidão**, considerada um agregado social por ser desprovida de organização (mesmo que, eventualmente, conte com alguma liderança).

Além disso, na multidão não há definição de posições entre os membros participantes, sendo características do agregado social o anonimato, o impulso e a emoção nas ações. O contato entre os membros de uma multidão é eventual e temporário. Como exemplo, podemos citar a iniciativa de determinados indivíduos em concentrar esforços para um protesto contra a falta de sinalização em uma via pública. Um grito de protesto

pode bastar para que, sem organização prévia, alguém procure bloquear a via com alguns pneus, galhos de árvores ou o que valha. O indivíduo acaba sendo acompanhado, em sua iniciativa, por outras pessoas.

O **público**, ao agrupar indivíduos que seguem os mesmos estímulos, também deve ser caracterizado como um agregado social. É espontâneo, não se firma sobre contatos físicos e se estrutura a partir da comunicação recebida entre os componentes através de algum meio de comunicação. Pode ser definido como um tipo intermediário entre a multidão e os grupos sociais, uma vez que há alguma organização. Um bom exemplo desse tipo de agregado social pode partir de um *show* musical realizado em praça específica, estádio de futebol ou centro de eventos. Apesar de serem movidos pelo mesmo objetivo, a integração entre os componentes de um público é intencional (diferentemente da multidão, cuja integração é esporádica e ocasional).

A **massa** é o agregado social formado por indivíduos que recebem (em geral passivamente) opiniões formadas veiculadas por meios de comunicação, como televisão e rádio. Os indivíduos que compõem esse agregado não mantêm contato físico e desconhecem uns aos outros. A massa diferencia-se do público, pois neste pode haver manifestações (assovios, palmas, críticas abertas) e interações entre os indivíduos.

Atenção!

Uma associação religiosa (igreja), por exigir posturas mais formais, caracteriza-se como um grupo social secundário.

Fabio Rodrigues Porzebon/Albr



Multidão: agregado social caracterizado pela falta de organização, pelo anonimato, pela igualdade entre os integrantes e pelo contato temporário entre os componentes.



Antonio Cruz/ABr

Uma iniciativa de protesto por parte de alguém ou de uma organização pode desencadear uma manifestação que bloqueia uma via pública.



Anna Omechenko/123rf.com

Público é caracterizado pelo encontro de indivíduos que seguem os mesmos estímulos.



Moodboard/123rf.com

Indivíduos que recebem passivamente opiniões e estímulos transmitidos por veículos de comunicação de grande alcance, como a televisão, compõem a massa.

Comunidade e sociedade: conceitos distintos

O conceito de comunidade tem sido mal empregado pelo senso comum. Por definição, a **comunidade** é caracterizada pela pequenez, pela homogeneidade e pelas relações pessoais diretas (primárias). Uma antiga vila seria um bom exemplo de comunidade, visto que seus limites territoriais são bem definidos, a visão de solidariedade é comum e seus membros são facilmente identificáveis (ou eram). O filme *A Vila*, de M. Night Shyamalan, apesar de suas licenças poéticas típicas da ficção, representa bem uma comunidade puritana do século XIX e consegue criar um clima de suspense e tensão em um ambiente em que as interações sociais ficam comprometidas por causa de estranhos acontecimentos. No filme *A testemunha* (1985), de Peter Weir, há outro exemplo de comunidade, no caso um vilarejo *amish* da Pensilvânia, onde um policial se infiltra para proteger uma testemunha de um assassinato. O vilarejo é formado por descendentes de **anabatistas** de origem suíço-alemã cujos hábitos, vestimentas e costumes se mantêm inalterados desde o século XVIII, período em que os primeiros *amish* emigraram para os Estados Unidos e Canadá fugindo de perseguições religiosas na Europa.

Para o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, a comunidade deve ser definida como o ato de “viver junto, de modo íntimo, privado e exclusivo”, enquanto sociedade deve ser definida como “vida pública”.

Assim, para a sociologia, constitui-se em erro usar o termo *comunidade* quando queremos nos referir a uma associação humana caracterizada pela amplitude (grande número de pessoas) e por relações formais (secundárias). O ideal, nesse caso, é que se utilize o termo **sociedade**.

Por essa definição, também é errado falarmos em “comunidade universitária” ou “comunidade mundial”. O correto é o uso de “sociedade universitária” ou “sociedade mundial”, até porque o termo *sociedade* expressa o conjunto das relações sociais entre os indivíduos, nem sempre tão próximos.

Em nossa sociedade ocidental contemporânea, assiste-se, especialmente nos grandes centros, além da banalização do uso da palavra *comunidade*, à proliferação das chamadas comunidades urbanas e/ou

anabatista [...] adepto de uma seita protestante do sXVI, que desaprovava o batismo da criança antes do uso da razão, e preconizava a reiteração do batismo na idade adulta, no caso dos que se houvessem batizado antes.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 123.

alternativas: góticos, *rappers*, *punks*, neonazistas. O aparecimento e a manutenção dessas tribos ou “comunidades” (lembra-se que o termo não é correto, até porque não são tão pequenas, as relações entre os membros são mais convencionais e, por vezes, a identificação dos participantes não é clara) são uma curiosidade.

O objetivo básico dos participantes é o “estar junto” e, portanto, afirmarem-se dentro de suas ideias, seus propósitos e seus pensamentos, fugindo do isolamento e da discriminação. Mesmo assim, as interações são superficiais e nem sempre caracterizam os contatos primários e secundários que existem em uma comunidade de fato.



Crianças de uma comunidade tradicional *amish* na Pensilvânia, nos Estados Unidos. Exemplo de comunidade retratada com fidelidade no filme *A Testemunha* (1985).

Já nas ditas “comunidades virtuais”, o que “liga” um participante a outro são os interesses comuns, dispensando-se, em um primeiro momento de conexão, as diferenças pelo intermédio digital. A presença física das pessoas não ocorre; isso pode acontecer em outro momento, mas não é o ponto fundamental. O “desligar-se” ou “desconectar-se” pode ser dado a partir de um teclado ou de um *smartphone*, sem maiores cerimônias. O uso da cibernética ou da internet é um fenômeno recente, mas que prolifera com muita rapidez. Quando mal usado, pode colaborar para a formação de uma sociedade ainda menos solidária e mais competitiva, formada por uma multidão de indivíduos isolados.

Por que a sociologia?

No mundo moderno globalizado e interconectado, pouco se faz sem o uso da sociologia, ou seja, nada escapa aos estudos sistemáticos da “ciência da sociedade”. O lançamento de um produto no mercado, a instalação de algum empreendimento imobiliário, a consolidação de uma candidatura política, a construção de

uma hidrelétrica, a determinação de uma ação militar, a estruturação de um programa de televisão, entre tantas outras ações, usam a sociologia e suas ferramentas analíticas para atingir determinados objetivos.

A consolidação do capitalismo na Europa a partir da concretização dos caminhos industriais e liberais do século XIX fez emergir várias ciências. Entre elas, a economia, a antropologia, a geografia, a linguística, a ciência política e a sociologia.

A partir, em especial, do século XIX, foram várias as mudanças estruturadas com o industrialismo. Passou-se a valorizar o trabalho enquanto ação, a publicidade, as comunicações, as pesquisas de opinião, o poder de consumo, as informações, o tempo, entre outros.

À sociologia compete analisar e fazer perceber tais fenômenos com o objetivo de entender as relações sociais e as formas de associação entre as pessoas, assim como o estudo da socialização humana, dos contatos sociais estabelecidos, dos grupos e agrupamentos sociais, das estratificações, dos movimentos sociais etc.

Pensadores clássicos, como Auguste Comte, Émile Durkheim, Max Weber, Karl Marx, e contemporâneos como Talcott Parsons, Robert Merton, Robert Ezra Park, Peter Berger, Thomas Luckmann, Erving Goffman, Pierre Bourdieu, Gilles Lipovetsky, Zygmunt Bauman, entre tantos outros, são comumente citados nos estudos sociológicos.

Assim, à sociologia cabe o estímulo à reflexão, estando, dessa forma, ligada à filosofia. Por ser também uma ciência da humanidade, procura explicar o coletivo no âmbito de sociedades, culturas, grupos e subgrupos sociais, dividindo seu objeto com a antropologia, a ciência política e a psicologia social.

A consolidação da ciência e do cientificismo

Apesar de estabelecer-se enquanto ciência apenas no século XIX, a sociologia possui vínculos com as modificações que se impuseram na Europa a partir do século XIII.

A passagem do mundo feudal para o mundo capitalista ocidental começou a ser estabelecida entre os séculos XI e XV (Baixa Idade Média europeia). A partir do século XV, as transformações mostraram-se definitivas no velho continente ao consolidarem politicamente os Estados Nacionais Modernos (centralizados na figura do rei, que tinha plenos poderes, como representante divino e absolutista), as Grandes Navegações (impulsionadoras da plenitude econômica comercial europeia), a valorização da busca científica e tecnológica dentro do plano cultural **renascentista**, os questionamentos à visão religiosa católica (vista como obstáculo às mudanças em curso nas diversas regiões europeias) e o reconhecimento da burguesia

comercial enquanto estrutura social consolidada e poderosa, propulsora e parceira econômica dos interesses reais absolutistas.

O impulso aos negócios comerciais e a necessidade de atendimento aos mercados abertos permitiram grande acúmulo de capitais nos países europeus e geraram novas necessidades ao sistema capitalista.

Nesse sentido, a partir dos anos finais do século XVII, questionamentos ao Antigo Regime europeu passaram a emergir, dando impulso para o surgimento da corrente filosófica **iluminista**, fundamental para a consolidação dos pensamentos liberais que impulsionariam o capitalismo industrial.

O movimento renascentista (XIII ao XVII) e a corrente iluminista (XVII e XVIII), em suas obras, exaltaram a razão e a ciência como alternativas para a plena valorização da compreensão da realidade, trazendo, a reboque, as primeiras análises sociais e políticas, essenciais para o triunfo do cientificismo e para a gênese da sociologia.

A Revolução Industrial, inaugurada na Inglaterra no século XVIII, propiciou a aliança entre ciência e técnica, assim como transformações jamais vistas nas relações humanas. A energia natural (humana, animal, dos ventos, das águas etc.) foi suplantada pela energia mecânica (vapor, eletricidade, motor à explosão). As mudanças na forma de produção foram acompanhadas por transformações sociais e econômicas, como a ampliação da economia de mercado e o advento da classe operária. O artesanato local, que atendia apenas às necessidades fundamentais da população, foi superado pela produção fabril. A generalização do trabalho assalariado fez com que os trabalhadores perdessem o controle dos meios de produção. A agricultura foi mecanizada, gerando a falência de inúmeros pequenos proprietários. Uma grande massa de despossuídos e excluídos passou a ocupar o cenário da nova sociedade capitalista, como mendigos, vadios, prostitutas, marginalizados de toda ordem. O trabalho, antes visto como atividade pouco nobre, passou a ser exaltado e valorizado.

A ciência, a partir do momento em que se mostrou capaz de transformar o mundo, dominar e introduzir novas tecnologias, passou a desprezar outras abordagens da realidade, tais como o senso comum, o mito e até mesmo a arte e a filosofia. Ou seja, a crença total na ciência e na racionalidade científica trouxe correntes como o positivismo, exageradamente otimista em relação à crença da capacidade científica do homem e ao rigor do método.



Leonardo da Vinci, O homem vitruviano, c. 1492, Galeria dell'Accademia, Veneza, Itália. (Domínio público)



Dr. Denis Diderot (Ed.), D'Alembert (Ed.), *Recueil de planches, sur les sciences, les arts libéraux, et les arts mécaniques avec leur explication*, 1762, Anatomie, Pl. IV. (Domínio público)

Através do espírito renascentista, arte e ciência voltaram-se para uma realidade concreta, trazendo o desejo da análise e da descrição, tendo como referência a figura humana. O iluminismo, por sua vez, apresentou características ainda mais específicas ao defender o liberalismo e uma nova concepção de pensamento que abalou o alicerce absolutista europeu.

O movimento renascentista

Ao resgatar o espírito de indagação do mundo clássico (greco-romano), o Renascimento cultural e científico (século XIII ao XVII) passou a colocar o ser humano como agente de sua própria existência. Para tanto, arte e ciência voltaram-se para a realidade da análise, da medição, da descrição do mundo por modelos matemáticos e pictóricos.

A Renascença mostrou-se interessada pela estética, convencendo-se de que o dever fundamental do ser humano seria o de desfrutar da vida sobriamente ao servir à sua comunidade de maneira ativa. Em contraposição, tal posicionamento restaurou o equilíbrio que a Alta Idade Média (do século V ao XIII) – marcada pela ruralização, pelos ideais do clero católico, pelo teocentrismo, pela descentralização política em consequência do colapso do Império romano do Ocidente – fizera pender com sua exagerada preocupação com a eternidade. Assim, a realização terrena passou a se tornar mais importante do que a preparação para uma possível vida no Paraíso, refletindo uma sociedade que se mostrava, a partir da desintegração paulatina do sistema feudal, mais interessada em aspectos mundanos e, portanto, mais prudente, ambiciosa e prática, abrindo caminho também para as Reformas Religiosas. Dessa forma, louvar o próprio ser humano como criador passou a ser primordial enquanto objetivo, em um impulso que, mais do que inventar, procurou redescobrir o mundo, revalorizando o pensamento classicista.

Aspectos do Renascimento

O Renascimento marca a passagem do período da história europeia compreendido entre o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna (aproximadamente entre 1350 e 1650). Seus traços marcantes foram o racionalismo (expresso na convicção de que tudo poderia ser explicado pela razão e pela observação da natureza), o individualismo (valoriza as potencialidades do ser humano) e o antropocentrismo (coloca o indivíduo como sujeito de seu próprio destino).

Profundas transformações na vida econômica, social, política, religiosa e cultural marcam essa fase da história ocidental. No quadro social, caracteriza-se pela ascensão da burguesia. Na esfera política, surgiram os Estados Nacionais, desenvolvendo o

absolutismo como regime. Já o papado – leia-se Igreja Católica – teve sua força diminuída.

No plano religioso, os humanistas fizeram novas traduções dos textos bíblicos, o que possibilitou várias interpretações da fé cristã. Na esfera da arte, da literatura, da história e da filosofia ocorreram transformações às quais o termo *renascimento* é mais comumente associado.

Surge um novo espaço na pintura e nas artes plásticas. Nasce as literaturas nacionais (e as línguas nacionais); ressurgem escolas filosóficas antigas, como o estoicismo, o epicurismo e o pitagorismo, além de novas interpretações sobre Platão e Aristóteles; lançam-se os fundamentos das ciências naturais. Na astronomia, surge o heliocentrismo: a Terra deixa de ser o centro do universo, de acordo com a antiga concepção cosmológica medieval. Novas reflexões sobre o poder lançam os primeiros passos para a consolidação da ciência política.

Foram fatores fundamentais para o movimento renascentista o restabelecimento das atividades comerciais e monetárias (o que possibilitou o despontar da burguesia), o renascimento urbano (o ressurgimento de núcleos urbanos voltados ao comércio criou entre eles rivalidades não apenas econômicas, mas culturais, como se observa na Itália renascentista), o mecenato (ajuda dada a artistas por burgueses desejosos de se sobressair através do recebimento de um pouco da glória da cultura), a visão humanista de mundo em contraposição ao teocentrismo medieval (com o ser humano buscando sua plenitude) e a influência bizantina (uma vez que o Império Bizantino colaborou para a conservação da mentalidade e dos feitos do homem greco-romano, inspirador de artistas e literatos renascentistas, além de manter um poder político centralizado no Oriente europeu).

Nos vários campos de atuação, nomes como Boccaccio, Petrarca, Giotto, Botticelli, Donatello, Masaccio, Ariosto, Rafael, Michelangelo, Leonardo Da Vinci, Ticiano, Giorgione, Tintoretto e Nicolau Maquiavel destacam-se e exercem influência até hoje.



PONTO DE CONEXÃO

Saiba mais sobre o Renascimento em História, Literatura, Filosofia e Artes e seu impacto no período e em eras posteriores.

Maquiavel, Hobbes e a Utopia de Thomas Morus

No campo político, o período europeu que vai do século XIII ao XV foi marcado pela formação dos Estados Nacionais Modernos, regiões centralizadas na figura de um rei (desejo da burguesia emergente e da nobreza decadente). Assim, entre os séculos XIII e XVI, Portugal, Espanha, França e Inglaterra, ao alcançarem a dita modernidade política, passaram a dar a um rei o monopólio do uso da força (através de um exército profissional) e a possibilidade de imposição de leis, da cunhagem de moeda, do recolhimento de impostos e da prestação de serviços públicos. No plano teórico e filosófico, entre os maiores defensores do regime centralizado em torno de um absoluto estão Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Thomas Hobbes (1588-1679).

Nicolau Maquiavel, ao observar que a Itália não passava de uma série de cidades-Estado com o poder fragmentado em pequenas províncias e comunas rivais, como Pisa e Siena, Lucca e Florença, passou a defender a unificação da região nos moldes das tendências centralizadoras e absolutistas que se verificavam em outros países europeus, como na França, Inglaterra e Espanha. Ele defendeu essa ideia em obras como a peça *Mandrágora*, o ensaio *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* e, em especial, *O Príncipe*, sua principal obra e precursora da ciência política.

O Príncipe (1513) é dedicada a Lourenço de Médici, governante, mecenas e patrono das artes em Florença. Em uma interpretação superficial, diz-se que, na obra, Maquiavel defende com todos os argumentos o absolutismo político, cabendo ao soberano agir como melhor lhe convenha, inclusive manipulando seus seguidores

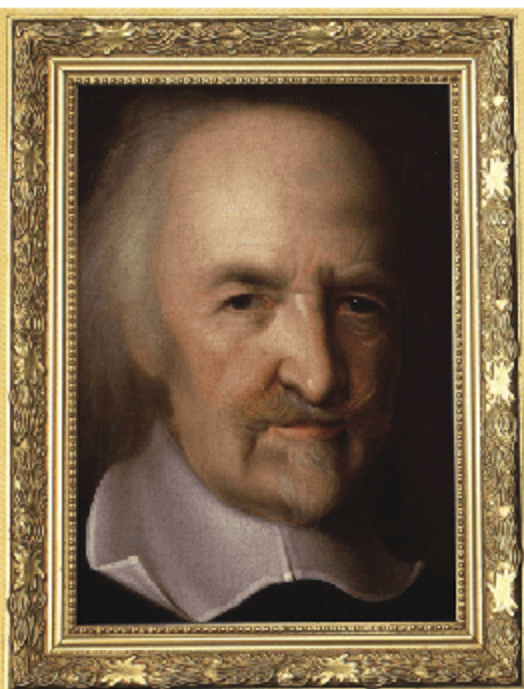
e súditos, ou seja, usando as armas do bem e do mal em uma completa postura imoral e de acordo com sua conveniência (em nossos dias, por causa dessa visão apressada, usamos termos como *maquiavelismo* e atribuímos erroneamente a Maquiavel a frase “os fins justificam os meios”).

Em uma análise mais criteriosa, no entanto, podemos perceber que Nicolau Maquiavel defende o governo republicano como o ideal, nos moldes da Roma antiga, sendo alcançado após a estabilidade obtida com o poder absoluto e por um príncipe imbuído da *virtú*, ou seja, da capacidade do monarca de controlar habilmente os acontecimentos e as ocasiões do seu governo. O governante com grande *virtú* construiria uma estratégia eficaz de governo capaz de superar as dificuldades impostas pelas vicissitudes dos acontecimentos históricos e faria uso eficiente de assessores e do estafe burocrático a seu serviço para atingir seus fins. Assim, o político com grande *virtú* observa na fortuna (sorte ou chance) a probabilidade da elaboração de uma estratégia eficaz para controlá-la e alcançar determinada finalidade, agindo com habilidade a uma determinada circunstância, percebendo seus limites e explorando as possibilidades. Na estabilidade requerida por Maquiavel e alcançada por um príncipe virtuoso, a *virtú* seria uma forma de o príncipe manter a paz e a estabilidade do principado, e não apenas de conquista de poder a qualquer custo. Isso quer dizer que a centralização obtida e concretizada por um monarca absolutista, na verdade, criaria as condições para formas mais aprimoradas de conduções políticas em uma nação, quando o consenso republicano passaria a vigorar. Assim, é equivocado pensar no livro de Maquiavel apenas como um compêndio de atos inescrupulosos com



Santi di Tito/Wikimedia Commons (Domínio público)

Nicolau Maquiavel. Santi di Tito, c. século XVI, óleo sobre tela, Palazzo Vecchio, Florença, Itália.



John Michael Wright/Wikimedia Commons (Domínio público)

Thomas Hobbes. John Michael Wright, c. 1669-70, óleo sobre tela, National Portrait Gallery, Londres, Inglaterra.



Hans Holbein the Younger/Wikimedia Commons (Domínio público)

Thomas Morus. Hans Holbein, o jovem, 1527, óleo sobre madeira, National Portrait Gallery, Londres, Inglaterra.

a finalidade de um monarca autoritário se manter no poder. Ao contrário, o príncipe e o Estado devem ser eficazes justamente para impedir que a monarquia absolutista impere. Dessa forma, Maquiavel reavalia as relações entre política e ética, que tantas discussões trarão a partir, principalmente, do século XVIII.

Outro renascentista, o inglês Thomas Hobbes reflete, em obras como *Leviatã* e *Do cidadão*, sobre o absolutismo político, influenciado pelos movimentos de ruptura que explodiriam na Europa, como a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e a Revolução Puritana (1640-1649).

Hobbes afirma que todo homem tem a liberdade de usar seu próprio poder como desejar para a preservação de sua vida, ou seja, cabe a cada um julgar o que melhor lhe convém. Porém, por causa dessa natureza humana, pode não haver paz, e sim insegurança e medo para todos. Melhor, segundo Hobbes, seria o indivíduo “renunciar a seu direito de todas as coisas” em favor de um soberano ou de uma assembleia de governantes com poderes ilimitados. Haveria um contrato ou pacto de intenções entre governados e governante(s), em que os primeiros renunciariam suas liberdades em favor do(s) segundo(s), garantindo, assim, as boas relações sociais.

Na busca do mundo ideal, próprio dos princípios humanistas renascentistas, o inglês Thomas Morus (1478-1535), embora em concordância com transformações de sua época – em especial as políticas, quando defende a centralização do poder enquanto regime moderno na figura do rei –, refletiu sobre as injustiças e as desigualdades sociais, bem como sobre os abusos dos reis absolutistas.

Sua principal obra é *Utopia* (do grego *ou* = não e *topos* = lugar), na qual Morus imagina uma sociedade distante das rivalidades e desarmonias. Os habitantes da ilha imaginária Utopia são guiados pelos princípios de justiça, paz e igualdade, assegurando o equilíbrio do local. Há também na ilha uma monarquia constitucional que prima pelos desejos dos súditos, todos trabalhadores e modestos em pretensões.

Em *Utopia*, Morus exalta a sabedoria humana perante a vida, criticando o espírito competitivo próprio do capitalismo que ele vê emergir e se consolidar.

Em razão de suas teses e de suas discordâncias com o rei inglês Henrique VIII, Morus foi preso e executado.

Iluminismo e o século das luzes

Ao final do século XVII, emergiu o movimento intelectual e filosófico que agitaria o século seguinte, trazendo ao mundo ocidental novas concepções de liberdade e igualdade. Resumidamente, os pensadores iluministas, como Locke e Rousseau, acreditavam que, por ser racional, o homem seria livre e dono de seus próprios passos,

sem as amarras ideológicas da religião ou da tirania política e social.

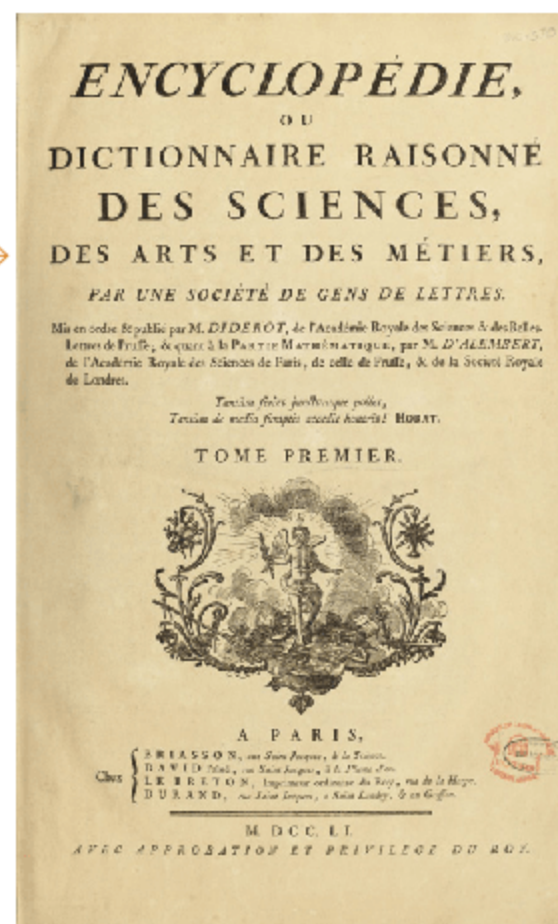
No século XVIII, também conhecido como século das luzes, acreditava-se que o **progresso** trazido pela Revolução Industrial seria acompanhado pelo otimismo, pelo desejo de mudança e pela felicidade a ser buscada de forma plena pelos próprios homens. Assim, o progresso era a palavra-chave para os iluministas, e ele se daria em todos os níveis: político, social, econômico e cultural.

O Iluminismo, para muitos, ou Ilustração ou até Esclarecimento, para outros, não foi um movimento homogêneo, embora tenha partido da mesma concepção básica: racionalismo e liberalismo.

De modo geral, a corrente filosófica iluminista combateu o **Antigo Regime**, ou seja, a ordem estabelecida a partir da desintegração do sistema feudal em que a nobreza era a classe dominante e detentora dos poderes políticos e econômicos. Isso significa dizer que pensadores ilustrados, como John Locke, Voltaire, Rousseau, Diderot, D’Alembert e Montesquieu, viam com pesar o regime absolutista baseado no direito divino, na estrutura social de privilégios advinda do sistema feudal e na política econômica intervencionista. Para os iluministas, o Antigo Regime não encontrava fundamento nas leis naturais; portanto, era símbolo

PONTO DE CONEXÃO

Saiba mais sobre os filósofos iluministas, como Kant e Rousseau, e a *Enciclopédia em Filosofia*.



Denis Diderot (Ed.); D'Alembert (Ed.). Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers. Tome premier. 1751-65. Biblioteca Nacional da França. (Domínio público)

da irracionalidade e sustentado por crenças e misticismos impostos por uma autoridade que não podia ser questionada. Com o aprimoramento e a reflexão possibilitados por esse novo e veloz conhecimento técnico e científico, dada a universalização do saber (uma das premissas básicas do iluminismo), a sociedade, para os ilustrados, seria forçosamente mais igualitária e livre, e o homem teria autonomia de pensamento. Para Kant, um dos mais importantes pensadores do período, “o esclarecimento [iluminismo] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado”. Segundo ele, a “menoridade é a incapacidade de [o homem] fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade, e a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem”. Ou seja, era atribuição do iluminismo dar ao homem a condição de pensar por conta própria, fazê-lo sair de sua posição cômoda e assim torná-lo esclarecido: “*Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento”¹.

Entre as grandes obras dos filósofos iluministas, destaque deve ser feito à *Enciclopédia*, organizada por D’Alembert e Diderot, cuja intenção foi a de desejar apresentar de maneira ordenada e catalogada todo o conhecimento edificado pela humanidade ao longo dos séculos. Na verdade, a *Enciclopédia* foi um tratado filosófico e naturalista que se propôs a sistematizar a nova concepção de mundo dos iluministas. Formada por quarenta e dois volumes (cinco deles suplementares e dois de índice geral), a obra começou a ser publicada em 1751, com a intenção de mostrar as relações existentes entre os diferentes ramos das artes e das ciências, em uma clara demonstração de racionalidade e acessível, de certa forma, a todos. Entre os colaboradores da *Enciclopédia*, estão nomes como Rousseau, D’Holbach (que escreveu sobre química e história), Turgot e Quesnay (que discorreram sobre economia), Condorcet (importante pensador da educação), Voltaire e Montesquieu.

Dentre as correntes econômicas iluministas, destaque à **Fisiocracia** e à **Escola Clássica**.

A Fisiocracia mostrou-se crítica à política mercantilista e teve em Quesnay seu principal nome. Essa corrente afirmava que apenas a agricultura e a mineração criariam a riqueza de uma sociedade, sendo a produção industrial e o comércio atividades complementares por se limitarem à transformação da matéria e à movimentação do que foi produzido. O fisiocratismo pode ser traduzido na expressão “*laissez faire, laissez passer*” (deixar fazer, deixar passar), que conclama o liberalismo econômico.

¹KANT, Immanuel. “Resposta à pergunta: que é esclarecimento?” In: _____. *Textos seletos*. Fernandes, Floriano de Sousa [Trad.]. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2005. pp. 63-4.

Já a Escola Clássica desenvolveu-se na Inglaterra sob a visão da liberdade econômica, da liberdade de mercado, do individualismo e do reconhecimento da propriedade privada. Adam Smith (1723-1790) foi o nome de maior expressão dessa corrente, sendo autor de obras como *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Para os clássicos como Smith, o **trabalho** constitui-se na fonte da riqueza de uma nação (contrariamente aos fisiocratas e sua visão agrarista).

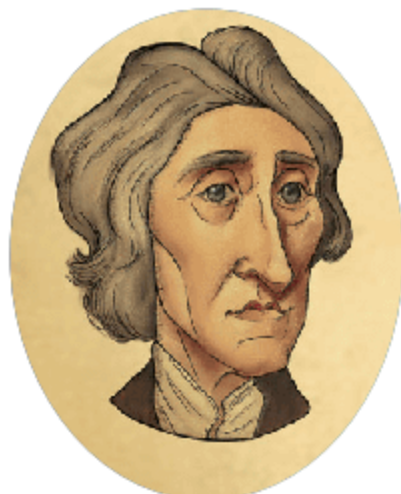
Segundo Smith, para que se tenha a garantia de uma produção eficaz, seria necessária a especialização do trabalho, obtida através da divisão das atividades, o que dinamizaria a produção.

Para Kant, “o esclarecimento [iluminismo] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado”.



Immanuel Kant

Um dos principais filósofos iluministas e um dos maiores nomes do pensamento crítico, Kant, que nasceu e morreu em Königsberg, foi autor de obras como *A crítica da razão pura*, *Crítica da razão prática* e *Crítica da faculdade de julgar*, em que demonstra a impossibilidade de se construir um sistema metafísico antes de se conhecer e estabelecer as formas e os limites das nossas faculdades cognitivas. Para Kant, todo conhecimento começa com a experiência, porém não é derivado de todo dela. A faculdade de conhecer tem uma função ativa no processo do conhecimento, mas este não representa as coisas como são em si mesmas, e sim como são para nós e para os nossos sentidos. Segundo Kant, tal como Deus, a realidade em si é impossível de ser conhecida em sua totalidade. Essa teoria possibilitará a Kant fundamentar o célebre dualismo “coisa em si” e o “fenômeno” (o que nos é dado conhecer), que irá ter profundas repercussões na filosofia até os nossos dias.



John Locke

Considerado o pai da teoria política liberal. Em obras como *Ensaio sobre o governo civil*, Locke defende o desenvolvimento de um governo limitado, no qual o poder monárquico seria estabelecido e regido por um contrato entre governante e governados (Constituição). Para Locke, os homens viviam antes em um estado natural em que prevalecia a liberdade e a igualdade absolutas, sem qualquer controle governamental. A única lei vigente era a da natureza, em que cada indivíduo colocava sua própria lei para a proteção dos seus direitos naturais (vida, liberdade e propriedade) e, para prevalecer a vontade individual, a perspectiva social seria caótica. Para evitar o caos, Locke apontou para a necessidade do estabelecimento de um poder governamental com limites claramente definidos.



Rousseau

Autor de obras como *Emílio* e *Do contrato social*, defendeu a ideia de que a liberdade humana só se daria a partir do estabelecimento de um acordo em que as distintas liberdades e os direitos individuais se somassem para a manutenção dos seres humanos como soberanos e livres. Contratualista, Rousseau acreditava que um contrato entre homens e o poder estabelecido poderia ser redefinido quando os direitos naturais humanos deixassem de ser assegurados (diferentemente do absolutista Hobbes, para quem o contrato que os indivíduos estabelecem entre si não pode ser rompido sob risco do retorno ao estado de guerra que viviam anteriormente aos direitos dados a um monarca). Rousseau também chegou a prever uma reforma social através da educação.



Voltaire

Postou-se como grande defensor das liberdades individuais e da tolerância em obras como *Dicionário filosófico*, *Cartas filosóficas* e *Tratado de metafísica*. Crítico contundente da Igreja Católica, Voltaire reconhecia, no entanto, a presença de Deus e via na religião e na religiosidade um princípio explicativo da vida, porém atacou ferozmente a crença em milagres e as superstições. Politicamente, Voltaire mostrou-se um reformista moderado, defendendo a monarquia esclarecida, ou seja, um governo em que um monarca governasse guiado pelas ideias dos filósofos, porém sem participação popular.



Montesquieu

Autor de obras como *O espírito das leis*, em que defende a supremacia das leis e a separação do poder em três instâncias autônomas (executivo, legislativo e judiciário), forma adotada atualmente nas modernas democracias, foi um severo crítico do absolutismo real, apesar de suas origens aristocráticas. Para esse iluminista, as leis não seriam produtos originários da vontade de alguém, mas da sociedade como um todo, devendo, portanto, ser respeitadas.



Tomada da Bastilha, 1789, em quadro de Jean-Pierre Houël, aquarela, Biblioteca Nacional da França. A fortaleza-prisão símbolo da opressão absolutista, foi ocupada e destruída por revolucionários. Sua queda transformou-se na marca do processo revolucionário que preparou a França (e a Europa) para os novos rumos do capitalismo, com a ascensão da burguesia ao poder político.

Revolução Francesa

O Estado francês explorou suas colônias na América durante a Idade Moderna, como convinha aos regimes absolutistas de inspiração econômica mercantilista na época. Tornou-se rico, poderoso e influente. Desenvolveu, com isso, manufaturas e um intenso comércio externo e interno, acumulando capital e influência, além de possuir um enorme exército e uma das maiores frotas de navios da Europa.

Porém, o Estado absolutista concentrou para si os benefícios do processo, não dando quaisquer liberdades de decisão política para a burguesia, que, envolvida pelos pensamentos revolucionários dos filósofos iluministas, passou a acreditar que o excessivo intervencionismo do rei era antinatural e símbolo dos entraves para novas aspirações políticas e negócios. Também a França acumulava dívidas, sustentando uma riquíssima e indolente nobreza ainda com privilégios feudais, além de um clero numeroso, que, como a nobreza, não pagava impostos e contribuía para o déficit das finanças do Estado. A nação francesa enfrentava ainda escassez de alimentos, em decorrência das lavouras prejudicadas pela seca. Assim, seria necessário pôr fim às restrições mercantilistas e à antiga ordem política.

O contato direto com a filosofia iluminista permitiu à burguesia transformar seus interesses próprios em intenções para toda a sociedade francesa. Permitiu ainda que a coroa francesa, como aliada da alta burguesia, financiasse a independência das 13 colônias americanas

da Inglaterra. Ou seja, o iluminismo, enquanto corrente filosófica, legitimou a violência revolucionária, colocando-a como suporte para a justiça social e a liberdade.

Se a Revolução Francesa não foi a primeira revolução burguesa e ainda que o regime monárquico fosse restaurado mais tarde no país por Napoleão Bonaparte, foi, sem dúvida, a mais importante e decisiva para o rompimento da antiga ordem política e social que imperava desde a Idade Média, pois as revoluções inglesas do século XVII ficaram limitadas ao solo inglês e pelo fato de mostrarem-se mais preocupadas com a liberdade do que com a igualdade de todos perante às leis, princípios iluministas enunciados de modo eloquente com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão.

O radicalismo do processo revolucionário francês pode ser atestado pela presença das massas populares, que, bem utilizadas pela burguesia, derrubaram o absolutismo, puseram fim aos privilégios sociais do clero e da nobreza e abriram caminho para a implantação do Estado liberal, com a assunção do liberalismo econômico, da livre concorrência e da divisão do poder em três instâncias autônomas (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Com a Revolução Francesa, a burguesia conquistava o poder político, criando condições para o desenvolvimento capitalista pleno. Ao fazê-lo, desencadeou um processo que se espalhou por outras regiões do mundo.

A Revolução Industrial: um breve processo histórico

O moderno capitalismo, enquanto sistema econômico, consolidou-se com a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII. A partir do solo inglês, das fábricas e indústrias têxteis de Londres, Birmingham e Manchester, o industrialismo expandiu-se por outras regiões do planeta.



De Gustave Doré; Blanchard Jerrold. *Londres, a pèlerinage*. Londres: Grant, 1872. P. 138. (Domínio público)

Primeiros centros industriais: trabalho mal remunerado, repetitivo e com elevada exploração sobre trabalhadores.

Como já afirmamos, por **revolução** devemos entender o processo de ruptura que faz emergir um novo quadro de visões e formas de organização de uma sociedade, agora baseada no trabalho assalariado e na alienação dos meios de produção, em que a classe produtiva não detém mais os meios de produção.

Em essência, a Revolução Industrial deve ser entendida como uma transformação técnica marcada pela substituição da manufatura (móvia predominantemente pela energia humana, por moinhos ou pela tração animal) pela maquinofatura (utilização da energia mecânica, a vapor, motor à explosão ou eletricidade), que trouxe uma série de modificações, tais como a ampliação das relações econômicas e sociais – como uma sociedade de classes dividida entre capitalistas e operários (ou burguesia e proletariado) e a generalização do trabalho assalariado.

A marca mais significativa da Revolução Industrial foi a mecanização do processo produtivo, trazido com a máquina a vapor, inventada por Thomas Newcomen e aperfeiçoada por James Watt. Na agricultura, os cercamentos (*enclosures*) das propriedades no campo levaram ao êxodo dos trabalhadores rurais. Tal processo de limitação de grandes áreas agrícolas que vinha ocorrendo desde o século XVI, sobretudo para a criação de ovelhas (que forneceria a lã para os primeiros teares industriais), provocou a

falência de pequenos proprietários rurais, incapazes de concorrerem com a grande produção ou de possuírem grandes rebanhos. Sem condições de sobreviver de sua própria força produtiva no campo, a maior parte desses trabalhadores migrou para os centros urbanos à procura de trabalho e sobrevivência no sistema fabril. Quem não o fez emigrou para regiões que se mostravam atrativas, particularmente para as 13 colônias inglesas na América, tornadas independentes em 1776.

Costuma-se dividir a Revolução Industrial, em seu processo inaugural, em duas grandes fases. A **primeira** atingiu a Inglaterra, a Bélgica e a França (as duas últimas no primeiro quarto do século XIX). A **segunda**, marcada pela internacionalização do processo fabril, atingiu outros países europeus, além dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão.

Usando máquinas pesadas e ainda rudimentares, operários (entre eles, mulheres e crianças) viram-se submetidos a uma elevada jornada de trabalho, que atingia entre 16 e 18 horas/dia, de segunda a segunda, em ambientes insalubres, mal iluminados e verdadeiros focos de doenças. A rigidez disciplinar era marcada até mesmo por castigos físicos para os menores, normalmente recrutados em orfanatos. As fábricas viam-se cercadas por cortiços, sem nenhum tipo de saneamento.

Não tardaram as reações à exploração dos trabalhadores fabris, caso do movimento de quebradores de máquinas na Inglaterra (1811), liderado por Ned Ludman, que ficou conhecido como **ludismo** e teve como características, além da quebra de equipamentos fabris, a perseguição com morte e espancamentos a empresários capitalistas.

Outro momento marcante da reação operária inglesa ocorreu em 1838. Intitulado **cartista**, o movimento emergiu a partir da Carta do Povo, quando líderes operários remeteram ao Parlamento inglês um documento exigindo sufrágio universal masculino, voto secreto e a supressão da renda mínima para candidatura a uma vaga ao Parlamento. As forças policiais londrinas reagiram com a detenção de líderes cartistas, e as solicitações foram rejeitadas pela maior instância do governo inglês, o Parlamento.

Saiba mais

Revolução Industrial: conjunto de transformações europeias a partir do século XVIII relacionadas à troca do trabalho artesanal de base familiar pelo trabalho assalariado, com predomínio do uso de máquinas e produção de bens padronizados em série.



Não tardariam também as primeiras formações sindicais e as manifestações grevistas, que obtiveram, de forma mais organizada e articulada e após árdua luta, alguns benefícios, como a diminuição da jornada de trabalho nas fábricas para 12 horas/dia a partir de 1850.

Já sob o espectro de ideologias como o socialismo, o anarquismo e o comunismo, a segunda etapa do processo de industrialização iniciou-se por volta de 1870 e foi marcada pela internacionalização fabril ao atingir países como a Itália e Alemanha (recém-unificados), além dos Estados Unidos da América e Japão.

Como saída ao novo processo de intensificação dos negócios, países europeus passaram a recorrer a novas áreas coloniais como forma de obtenção de matérias-primas e fontes energéticas. Por exemplo, podemos citar a Ásia e a África, territórios conhecidos, mas ainda não totalmente explorados e ocupados pelas potências europeias. Outras vantagens com a conquista de colônias foram o envio de populações excedentes europeias, aliviando tensões sociais, e a obtenção de novos mercados consumidores com o envio do excesso de capitais europeus para investimento na produção.

DIVISÃO DA ÁFRICA



Imperialismo europeu na África no século XIX: para estabelecer domínio sobre a região, países imperialistas utilizavam-se de estratégias como a segregação racial e a autonomia formal.

HABILIDADES

H6 – Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.

Ao analisar o mapa da divisão da África, trabalhamos a habilidade número 6 de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Observe que você precisou fazer a correspondência entre a legenda de cores à esquerda e o mapa da África para entender que diversos países europeus, em maior ou menor escala, dominaram distintos territórios africanos.

Contexto social

Monopólios & Oligopólios

A base de um monopólio está na organização de mercado dominado por uma empresa. Esta domina a oferta de determinado produto ou serviço. Já o que caracteriza um oligopólio é a união de determinado número de empresas para o domínio da maior fatia produtiva e do controle sobre a distribuição de determinados bens ou serviços. Dentro das práticas monopolistas e oligopolistas, os procedimentos mais comuns giram em torno dos cartéis e dos trustes.

Os cartéis correspondem a acordos comerciais entre empresas que, embora mantendo autonomia, associam-se para o domínio dos mercados consumidores através da combinação de preços dos produtos por elas fabricadas. Embora, atualmente, muitos países tenham leis de restrição à formação de cartéis, estes chegam a ter caráter internacional (em muitos casos, são formados até mesmo por países!).

Já os trustes caracterizam-se pela fusão de várias empresas cujas atividades se interligam para o domínio do mercado e para a obtenção de maior margem de lucro. Embora proibidos em muitos países, os trustes continuam a existir na prática, ainda que de modo disfarçado. Ao monopolizarem o mercado, impedem o estabelecimento da livre iniciativa e concorrência.

Paralelamente à divisão colonial em áreas africanas e asiáticas (**imperialismo** ou **neocolonialismo** europeu), países industrializados europeus passaram a buscar mercados também nos países independentes da América Latina, caso do Brasil.

Com a Segunda Revolução Industrial, abre-se uma nova era da tecnologia e do acúmulo de conhecimentos aplicados em que se introjetam significativas modificações nas condições de vida, abrindo caminho para a modernidade: maior velocidade dos transportes com o trem e o barco a vapor (e depois o carro e o avião), urbanização crescente, introdução de novas tecnologias e necessidades, novas relações internacionais, advento de novos valores e novas ideologias, o controle e rigor na utilização do tempo, organizações operárias em sindicatos e partidos políticos, exaltações nacionalistas, novas organizações fabris (inclusive com o advento do regime **fordista** e **taylorista**, que institucionalizaram a produção em massa e padronizada através da divisão e hierarquização do trabalho e do uso de práticas organizacionais e de gestão nas unidades produtivas fabris), maior distanciamento social entre ricos e empobrecidos

(menos marcado que nas sociedades do Antigo Regime e trazendo também a possibilidade de ascensão social), crescimento da violência, da marginalidade, das novas relações de trabalho, advento das classes sociais, discussões sobre direitos, deveres e cidadania, entre outros. A velocidade, antes pensada, passa a ser vivida, e os fluxos de informação, pessoas e capitais se intensificam. Na prática, criam-se as bases para o consumismo em larga escala e de dimensões globais, que hoje dominam tanto países capitalistas quanto comunistas (no caso da China e do Vietnã).

No plano teórico, a consolidação do capitalismo a partir da concretização dos caminhos industriais e liberais do século XIX também fez emergir ciências como a economia, a psicologia, a antropologia, a geografia humana, a linguística, a ciência política e a sociologia.

Embora complementares, as ciências sociais e humanas vinculam-se, cada uma, a aspectos específicos dessa realidade social que se transforma. A história encarrega-se de trazer para o presente elementos que ajudem na análise da sociedade, da economia, das culturas humanas, entre outras.



Nas metrópoles, exclusão social, crescimento urbano, segregação social, relações de trabalho, classes sociais, organizações de resistência, cidadania: nada escapa aos estudos sistemáticos da sociologia.

A partir do último quartel do século XVIII, iniciou-se um processo que acabaria por transformar em operários a grande maioria dos trabalhadores nos países da Europa e da América do Norte e em vários da América Latina e da Ásia. É o processo de industrialização. Em consequência dele, a formação da classe operária mudou de caráter. Antes, ela se resumia à constituição de uma classe de trabalhadores dependentes relativamente marginal, em economias ainda predominantemente pré-capitalistas, nas quais a maior parte do trabalho produtivo era executada por camponeses e artesãos autônomos, ou então por servos. Com a industrialização, a formação da classe operária passou a representar a principal decorrência social do desenvolvimento das forças produtivas.

[...]

Do ponto de vista econômico, a Revolução Industrial acarretou, antes de mais nada, um aumento contínuo e incrivelmente rápido da produtividade do trabalho. Um operário, operando uma máquina de fiar ou um tear mecânico, produzia em cada jornada de trabalho volumes muito maiores de fio ou de tecido do que outro contando apenas com máquinas manuais. Esse diferencial de produtividade se traduzia num diferencial de custos, onde quer que a produção estivesse organizada de modo capitalista.

[...] Esse fato constitui a principal razão por que a Revolução Industrial foi, de início, um fenômeno britânico: as invenções cruciais foram todas feitas na Grã-Bretanha e foi lá que se deu, pela primeira vez, sua aplicação sistemática a ramos de produção cada vez mais numerosos.

[...] Do ponto de vista social, a Revolução Industrial produziu a hegemonia indiscutível do capitalista na produção social. Fê-lo ao tornar a produção dependente da máquina e, portanto, de quem tem o poder de dispor dela. Isso só não se tornou imediatamente claro, porque a mecanização da produção não se deu de uma vez, mas paulatinamente. Nas primeiras fábricas, algumas operações mecanizadas conviviam com outras que continuavam manuais.

[...] Com o advento do capitalismo industrial, generaliza-se, portanto, para toda a sociedade, a relação capitalista de produção: os meios de produção são propriedade de não produtores; os produtores são não-propriedades, quer de seus meios de trabalho, quer de seu produto; a produção é dirigida com o objetivo de gerar o maior lucro possível em relação ao montante de capital investido.

SINGER, P. *A formação da classe operária*. São Paulo: Atual, 1994. pp. 28-33.

A sociologia, enfim!

A emergência da sociologia enquanto ciência se deu através de condições históricas e materiais que promoveram o interesse do homem moderno por si mesmo e pelas condições que o cercam.

As revoluções inglesas do século XVII, a Independência dos Estados Unidos (século XVIII) e a Revolução Francesa iniciada no final do século XVIII prepararam terreno fértil para a queda do Antigo Regime e para a consolidação do capitalismo industrial.

Consolidado o processo capitalista industrial, fenômenos políticos, econômicos e, em especial, sociais precisavam ser desvendados, interpretados e explicados com as ferramentas teóricas e analíticas adequadas. Assim sen-

do, o advento da ciência da sociedade (sociologia) pode ser visto como decorrente dessas transformações.

Ao emergir no século XIX, à sociologia cabe o papel de analisar, desvendar, antecipar, prever e descrever, de acordo com o método adequado, fenômenos sociais.

Podemos afirmar que a sociologia enquanto ciência é europeia e deve ser utilizada para a análise das consequências sociais da proliferação industrial. A essa ciência cabe o estímulo à reflexão sobre nossa atuação neste cenário de plena busca de lucro, transformando-se no estudo sistemático da organização das sociedades humanas e dos fenômenos ligados a elas.

Para a sociologia não interessa o fato em si, mas a concepção do fato e as consequências deste para a sociedade.

Atenção!

Observe, portanto, que a sociologia é um produto das revoluções liberais, como a Francesa e a Industrial, uma resposta às novas condições políticas, tecnológicas, econômicas e sociais impostas. Tenha sempre esse conceito em mente ao se deparar com uma questão dessa área.

PARA PRATICAR

1 Leia o texto a seguir.

[...] os reality shows vão se saturar porque a eles sobra "real" dentro da jaula, mas a eles falta narrativa. Eles têm os corpos, mas não têm sentido narrativo, sentido nenhum a não ser aquelas gincanas ridículas. Não têm sentido dramático, ou melhor, melodramático.

BUCCI, E. "O melodrama e a gente". *Folha de S. Paulo*, 24 fev. 2002.

O fato de se isolar um grupo de pessoas e estimular entre elas um "espírito competitivo", coberto, muitas vezes, por desavenças e provocações, com a intenção de se obter um(a) vencedor(a), sempre sob olhares e avaliações de telespectadores, deve gerar entre os participantes diretos desses *reality shows*:

- A** o conceito de "estar junto", afirmando suas ideias, propósitos e pensamentos, fugindo do isolamento e da discriminação.
- B** interesses comuns, dispensando-se diferenças e estabelecendo-se relações pessoais diretas.
- C** relações pessoais diretas, marcadas pela "pequenez" e certa homogeneidade nas atividades.
- D** relações basicamente formais, sem qualquer tipo de vínculo, em um claro exemplo de sociedade solidária e permanente.
- E** associativismo direto, marcado pelo espírito homogêneo e solidário, próprio de pequenos grupos.

2 – O senhor poderia me dizer, por favor, qual o caminho que devo tomar para sair daqui?

– Isso depende muito do lugar para onde você quer ir, respondeu o Gato.

– Não me importo muito para onde..., retrucou Alice.

– Então não importa muito o caminho que você escolha, disse o Gato...

– ... contanto que dê em algum lugar, completou Alice.

– Oh! Você pode ter certeza que vai chegar, disse o Gato – se caminhar bastante!

CARROLL, L. *Alice no país das maravilhas*. Petrópolis: Arara Azul, 2002.

Esse diálogo entre a Alice e o Gato é comumente utilizado por filósofos e pensadores como ilustração do conflito perene entre a ciência e a ética. Considerando o trecho de Lewis Carroll e com base nos conhecimentos sobre o assunto, podemos afirmar corretamente que:

- A** à medida que a ciência se mostrou capaz de compreender a realidade, passaram a prevalecer outras abordagens na busca pelo conhecimento.
- B** a confiança na ciência tem valorizado apenas a racionalidade científica, como se esta fosse a única forma de resposta às perguntas do dia a dia.

- C** a ciência deve desconsiderar o pensamento filosófico, por se mostrar suficientemente autônoma e eficaz.
- D** a ciência sempre soube o que fez, pois sempre levou em consideração as possibilidades de risco de afetar conjunturas e condições humanas.
- E** senso comum e religião são tipos de conhecimento essenciais para a evolução científica, que, por mostrar-se rigorosa, nunca falhou.

3 *A etiqueta foi, nos séculos do seu apogeu (XVI a XVIII), minucioso cerimonial regendo a vida em sociedade: roupas, formas de tratamento, uso da linguagem, distribuição no espaço, tudo isso esteve determinado pela lei e pelo costume. Em Portugal e na Espanha, as leis estabeleciam o modo de tratamento a que cada pessoa tinha direito, conforme a sua condição – quem podia receber "vós", "vossa mercê" ou (só os reis) "vossa majestade". Nos diversos países da Europa, também se regulava que roupas, enfeites e até tipo de comida cabiam a cada classe da sociedade [...].*

RIBEIRO, R. *A Etiqueta no Antigo Regime*. São Paulo: Moderna, 1999.

A respeito do período citado, pode-se afirmar corretamente que:

- A** religiosamente, propostas protestantes atentavam contra os dogmas católicos, porém sem que provocassem reações mais contundentes da Igreja.
- B** o equilíbrio social estruturou-se como necessário, negando dar condições para a manutenção da nobreza e reafirmando as perspectivas comerciais burguesas.
- C** culturalmente, o Renascimento mantinha-se predominantemente italiano, impedindo sua expansão para outras regiões europeias.
- D** politicamente, vigorava o absolutismo, sendo a figura do rei vinculada à do Estado, conforme defendiam pensadores como Montaigne, Voltaire e Rousseau.
- E** a prática mercantilista mostrava-se estabelecida, impulsionando a navegação marítima, o achamento e a exploração de colônias na América.

4 Nos tempos modernos (século XV ao XVIII), jogos com bola, semelhantes ao futebol que conhecemos, já eram praticados. Em Florença, em 17 de fevereiro de 1529, um jogo entrou para a história quando 27 jogadores com camisas brancas e 27 com camisas verdes disputaram o *calcio* como forma de resolver alguns problemas. Políticos como Alessandro de Médici, religiosos como os papas Leão X, Clemente VIII e

Urbano VIII e escritores como Nicolau Maquiavel (1460-1527) praticavam o jogo precursor de nosso futebol contemporâneo. Na época em que o *calcio* era praticado, a relação político-econômica vigente em grande parte da Europa era o(a):

- A** absolutismo-mercantilismo, no contexto das transformações do Renascimento.
- B** liberalismo-industrialismo, em um quadro de Revolução Industrial.
- C** democracia-mercantilismo, consolidado por Maquiavel na obra *O príncipe*.
- D** absolutismo-produção autossuficiente, em decorrência da expansão do feudalismo.
- E** liberalismo-agricultura comercial, culminando com a Revolução Agrícola.

5 Leia o texto a seguir:

Ouvi de alguns homens brancos e de alguns soldados as mais repulsivas histórias. O antigo homem branco (eu me sinto envergonhado de minha cor todas as vezes em que penso nele) se postava na porta do armazém para receber a borracha dos pobres coitados, trêmulos, que depois de semanas de privações nas florestas tinham ousado chegar com o que foram capazes de coletar. Quando um homem trazia menos que a porção apropriada, o homem branco encolerizava-se e, tomando um rifle de um dos guardas, fuzilava-o na hora.

Raramente a quantidade de borracha aumentava, mas um ou mais eram fuzilados na porta do armazém “para fazer os sobreviventes trazerem mais da próxima vez”. Homens que tentavam fugir do país e tinham sido apanhados foram trazidos para a estação e eram enfileirados, um atrás do outro. Uma bala albini era disparada através deles. “Uma pena desperdiçar cartuchos nesses miseráveis”, dizia ele.

CARROLL, H. *The development of civilization*. New York: Scott Foreman, 1966.

O texto apresentado faz referência à expansão imperialista realizada por ocasião da Segunda Revolução Industrial a partir do século XIX. Essa expansão foi motivada pela(o):

- A** contínua diminuição da população europeia, devido à proliferação de pestes e violentas guerras.
- B** disputa de mercados consumidores entre as nações industrializadas e para investimentos de capital.
- C** decadência dos principais conglomerados industriais e pela absorção da população europeia desempregada.
- D** contínuo desenvolvimento do capitalismo comercial europeu e pela necessidade de produtos prontos para comercialização.
- E** necessidade de irradiação da cultura europeia e de transmissão dos valores do Velho Mundo às áreas colonizadas.

Leia o texto a seguir para responder à questão 6.

Morro Velho

Milton Nascimento

*No sertão da minha terra
Fazenda é o camarada que ao chão se deu
Fez a obrigação com força
Parece até que tudo aquilo ali é seu
Só poder sentar no morro
E ver tudo verdinho, lindo a crescer
Orgulhoso camarada
De viola em vez de enxada
Filho do branco e do preto
Correndo pela estrada atrás de passarinho
Pela plantação adentro
Crescendo os dois meninos, sempre pequeninos
Peixe bom dá no riacho
De água tão limpinha
Dá pro fundo ver
Orgulhoso camarada
Conta histórias pra moçada
Filho do sinhô vai embora
Tempo de estudos na cidade grande
Parte, tem os olhos tristes
Deixando o companheiro na estação distante
“Não me esqueça amigo, eu vou voltar”
Some longe o trenzinho ao deus-dará
Quando volta já é outro
trouxe até sinhá-mocinha para apresentar
Linda como a luz da lua
que em lugar nenhum rebrilha como lá
Já tem nome de doutor
E agora na fazenda é quem vai mandar
E seu velho camarada
Já não brinca, mas trabalha*

“Morro Velho”. Milton Nascimento. Disponível em: <www.miltonnascimento.com.br>. Acesso em: 27 set. 2008.

6 (UFG) Considerando-se que, depois do seu retorno da cidade grande, é o filho do patrão quem vai mandar na fazenda, o jogo de palavras presente no último verso de “Morro Velho” evidencia a:

- A** redefinição dos papéis sociais exercidos pelas personagens a partir do retorno do filho do patrão.
- B** igualdade de condições num relacionamento iniciado ainda na infância dos personagens.
- C** equivalência entre as conquistas profissionais das personagens.
- D** valorização das personagens.

QUESTÕES EXTRAS

1 (UEL - Adapt.) *Socialização significa o processo pelo qual um indivíduo se torna um membro ativo da sociedade em que nasceu, isto é, comporta-se de acordo com seus folkways e mores [...]. Há pouca dúvida de que a sociedade, por suas exigências sobre os indivíduos, determina, em grande parte, o tipo de personalidade que predominará. Naturalmente, numa sociedade complexa como a nossa, com extrema heterogeneidade de padrões, haverá consideráveis variações. Seria, portanto, exagerado dizer que a cultura produz uma personalidade totalmente estereotipada. A sociedade proporciona, antes, os limites dentro dos quais a personalidade se desenvolverá.*

KOENIG, S. *Elementos de Sociologia*. Vera Borda (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. pp. 70-5.

De acordo com o exposto, podemos afirmar que existe relação entre a cultura e a personalidade de um indivíduo?

2 (Fuvest) *"Seria mais correto chamarmos o iluminismo de ideologia revolucionária... Pois o iluminismo implicava a abolição da ordem política e social vigente na maior parte da Europa".*

HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: 1789-1848*.

Interprete a afirmação de Hobsbawm, identificando os principais objetivos do movimento iluminista que atingiu o mundo europeu nos séculos XVII e XVIII.

3 (UFU - Adapt.) *"[...] a Sociologia enquanto disciplina desenvolveu-se no decurso da segunda metade do século XIX principalmente a partir da institucionalização e da transformação, dentro das universidades, do trabalho realizado pelas associações para a reforma da sociedade, cujo programa de ação se tinha ocupado primordialmente do mal-estar e dos desequilíbrios vividos pelo número incontável da população operária urbana."*

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAM. *Para abrir as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 35.

Levando em consideração o texto de Gulbenkiam, determine o contexto histórico da sociologia enquanto ciência.

4 É possível afirmar que o intervencionismo e o etnocentrismo, tal como no século XIX, sobrevivem no mundo contemporâneo?

Refleta sobre

Nos anos 1950, Assis Valente compôs uma marchinha, “Good-bye”, em que faz referência ao ambiente dos morros cariocas em transformação. Nela, o autor fala de uma comunidade transformada pelo uso disseminado de termos ingleses (onde “só se fala *good morning, good night*”, e não mais “bom dia” e “boa noite”) e pela proliferação da eletrificação na cidade, em substituição ao antigo lampião de querosene (ouça aqui a marchinha completa: <<https://p.p4ed.com/QKPRJ>>), alusões à modernidade, impulsionada a partir da Revolução Industrial do século XVIII, na Inglaterra, e que se espalhou pelo mundo. Em outra canção, “Lampião de gás” (1957), de Zica Bergami, fala-se com nostalgia, expressa no refrão *Lampião de gás, quanta saudade você me traz*, de um tempo não muito remoto quando as pessoas eram mais próximas no Brasil e em que se usava o lampião para iluminar as casas e as ruas, também substituídas pela eletricidade (ouça aqui: <<https://p.p4ed.com/MHIEO>>).

Caso você transfira o ambiente dos anos de 1950 do século passado para hoje, você conseguirá perceber que mesmo pessoas que vivem em ambientes como cortiços e favelas, muitas delas carentes de condições dignas de vida, acabam sendo seduzidas pelos ícones da modernidade, tais como antenas parabólicas, computadores, televisão de tela de LED, consoles de *videogame* e telefones celulares, entre outros.

Assim, reflita a partir do exposto:

Há, em nosso mundo atual, um processo de produção em massa para facilitar o consumo de aparelhos e instrumentos modernos, o que pode falsear a pobreza e a exclusão social?



marchinha74/123rf

■ Quer saber mais?



Livros

- Howell, F. C. *O Homem pré-histórico*. Rio de Janeiro: Lifetime/José Olympio, 1969.
- Duby, Georges. *História da vida privada: da Europa feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Darnton, Robert. *O lado oculto da revolução: Mesmer e o final do iluminismo na França*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- Merton, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.



Filmes

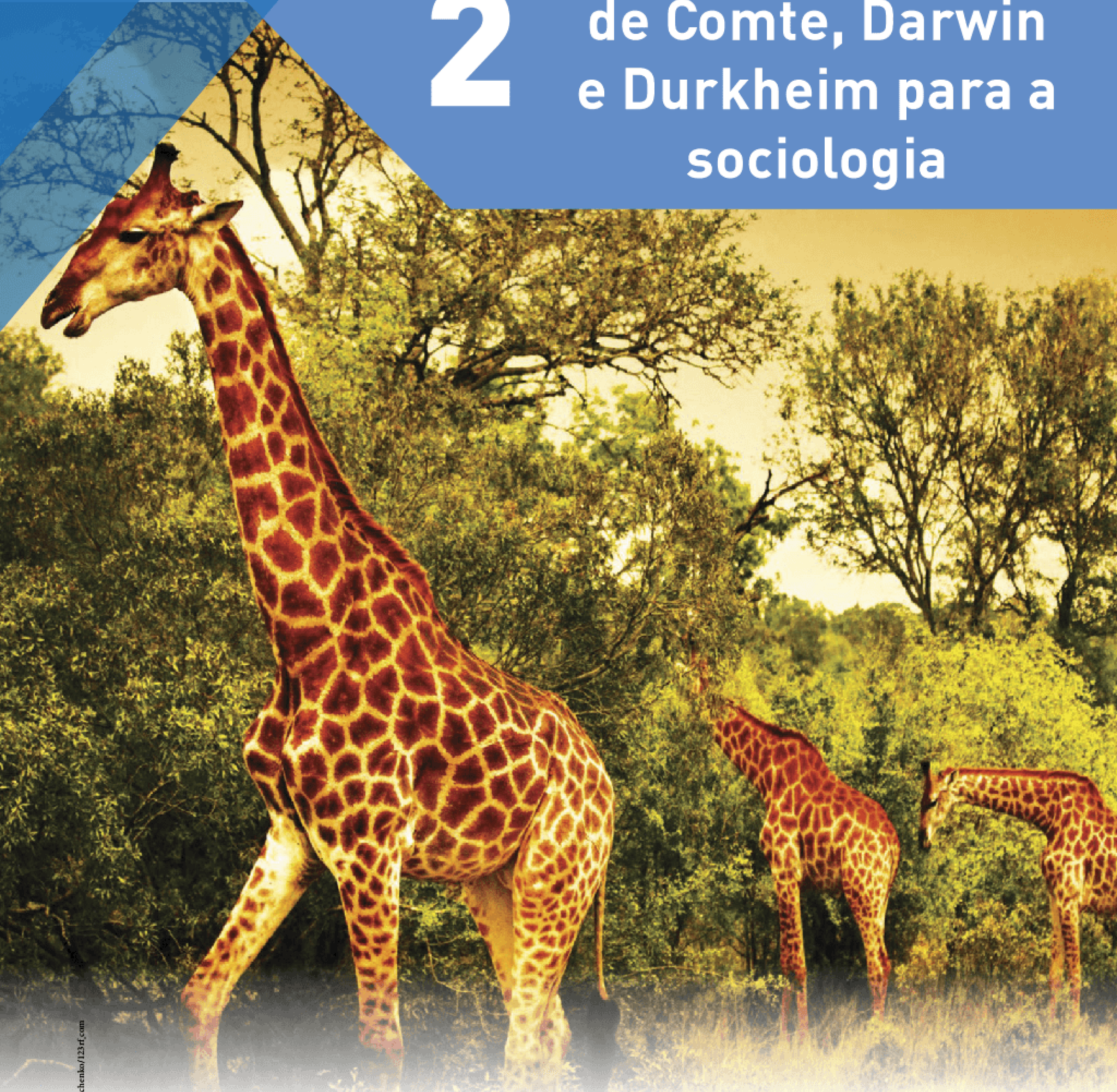
- *Tempos Modernos*. Direção: Charles Chaplin. Roteiro: Charles Chaplin. EUA: United Artists, 1936.
O filme aborda, com muito bom humor, a exploração do trabalho humano nas fábricas, fazendo uma crítica contundente às formas autoritárias e desumanas de atuação da burguesia industrial, que alienam os trabalhadores e desumanizam o trabalho.

- *A liberdade é azul/A igualdade é branca/A fraternidade é vermelha*. Direção: Krzysztof Kieslowski. Roteiro: Krzysztof Kieslowski e Krzysztof Piesiewicz. França/Polônia/Suíça: MK2 Productions, 1993.
Os ideais da Revolução Francesa, em três filmes cujas histórias se entrelaçam, trazidos para a Europa moderna e as incertezas quanto à vida política, existencial e amorosa de três personagens em um continente que se transforma e procura se unificar, deixando as diferenças sociais e políticas para trás.
- *Os miseráveis*. Direção: Tom Hooper. Roteiro: William Nicholson e Alain Boubil. Estados Unidos/Reino Unido: Universal, 2012.
Na França pós-revolucionária, essa adaptação da famosa peça musical da Broadway, baseada em livro de Victor Hugo, narra o destino de Jean Valjean, após anos como prisioneiro das galés, acusado de ter roubado um pedaço de pão. Implacavelmente perseguido pelo comissário de polícia Javert, obrigado a mudar de identidade e de vida, adota uma criança, Cosette, e se vê envolvido nas barricadas que agitaram Paris na primeira metade do século XIX, onde encontrará seu destino e sua redenção.

RESUMO teórico

- A busca da verdade é uma prerrogativa do ser humano, desde a sua origem.
- O conhecimento científico é o contrário do senso comum.
- A Pré-história compreende os primeiros passos da evolução do ser humano, em sua longa caminhada pela Terra.
- O Estado é condição essencial para a constituição das civilizações.
- O contato social está na origem da vida social.
- Os contatos sociais podem ser de três tipos: **primários**, **secundários** e **intermediários**.
- As relações humanas configuram-se a partir de processos e interações sociais.
- Interações sociais geram processos sociais.
- Os processos sociais podem ser **associativos** (ou cooperativos) e **dissociativos** (ou competitivos).
- Desde que se reconhece como humano, o indivíduo passou a buscar formas de associações, estruturando grupos (família) e agregados sociais.
- Diferentes associações, diferentes agregados sociais: multidão, público, massa, comunidade e sociedade.
- O Renascimento Cultural (século XIII a XVI) introduziu conceitos e valores novos às artes, às ciências e à filosofia, exaltando o racionalismo, o individualismo e o antropocentrismo e retomando a tradição cultural greco-romana.
- O iluminismo (século XVII e XVIII) retomou o racionalismo do Renascimento, o liberalismo econômico e político e a compreensão do mundo por meio dos valores científicos.
- O pensamento liberal foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo moderno.
- O iluminismo trouxe um conjunto de ideias que serviu de inspiração para a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, ao longo do século XVIII.
- A sociologia, enquanto ciência, emergiu em um processo de transformações históricas e sociais, em especial a partir da Revolução Industrial.
- A sociologia procura explicações racionais para a vida em sociedade afastando-se do senso comum.
- Para a sociologia, mais do que o fato em si, interessa a concepção do fato e as consequências deste para a sociedade.

Capítulo 2 As contribuições de Comte, Darwin e Durkheim para a sociologia



Anna Omechenko/123rf.com

Segundo Charles Darwin, a seleção natural age fazendo com que os seres mais aptos sobrevivam, prevalecendo as características que permitam à espécie manter-se e reproduzir-se.



De acordo com a variabilidade genética, as girafas são diferentes entre si quanto ao tamanho do pescoço. Até aí, nenhuma novidade.

Porém, o inglês Charles Robert Darwin, ao publicar, em 1859, *A Origem das Espécies*, apontou que os seres vivos variam entre si; as espécies competem pela sobrevivência e somente aqueles mais adaptados sobrevivem (são selecionados).

Também, até aí, nenhuma novidade. Porém, transpor as teorias de Darwin para a vida social pode se mostrar extremamente perigoso, pois muitos cientistas e políticos apropriaram-se das ideias darwinianas e passaram a estudar as sociedades tradicionais, mais simplesmente organizadas e de tecnologia mais simplória, encontradas na Oceania, América, África e Ásia no século XIX, apontando que elas deveriam evoluir em direção a níveis de maior complexidade com o objetivo de serem “civilizadas” pelo homem branco e europeu.

- ▶ De que forma a observação da natureza foi importante para os estudos evolucionistas de Darwin?
- ▶ Qual a importância de Charles Darwin para o estudo da biologia e das ciências sociais?

- C** C1 - Compreender os elementos culturais que constituem as identidades
C5 - Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.
- H** H1 - Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.
H23 - Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades.

Comte e o darwinismo social



Auguste Comte, Tony Toullion, 1864, litografia, Musée social, França.

Tony Toullion/Biblioteca Nacional da França (Domínio público)

O modelo de desenvolvimento a ser seguido seria o das sociedades envolvidas na urbanização e industrialização.

A transposição de conceitos biológicos e físicos para o estudo das sociedades promoveu desvios interpretativos perigosos. A regra darwinista da competição do mais forte passou a justificar as leis do mercado, por vezes altamente vis e gananciosas. Também passou a justificar o colonialismo e a exploração, escondidos sob o manto da intervenção sobre as sociedades primitivas e não industriais com o fim de trazer a elas o suposto sucesso e progresso das sociedades industriais.

Ao que parece, as teorias positivistas não foram superadas em nosso mundo contemporâneo, basta que observemos as intervenções no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003). Podemos ir além caso resolvamos voltar na história recente e nos remeter ao período da Guerra Fria (1945-1989), quando a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA) justificavam intervenções militares e ideológicas em regiões de suas respectivas zonas de influência política com o pretexto de salvarem-nas do domínio de “forças conservadoras”. Foi assim no Vietnã (1955-1975), pelos Estados Unidos; foi assim no Afeganistão (1979-1989), pelos soviéticos.

Ser positivo não significa estar envolvido pelas ideias positivistas. Os positivistas criticam como falso e enganoso o pensamento religioso e metafísico, admitindo-os apenas como etapas necessárias na história da busca do conhecimento.

O francês Auguste Comte (1798-1857) foi o primeiro nome da sociologia clássica e o organizador da corrente positivista, profundamente utilizada com pretexto de socorro a sociedades consideradas mais simples em estrutura organizacional.

Cientificista, o positivismo vê na capacidade racional a possibilidade de formulações sobre o pensamento social, e sua emergência só foi possível a partir das condições históricas retratadas no módulo anterior (em especial a partir das análises filosóficas propostas pelos movimentos renascentista e iluminista e da eclosão plena do liberalismo mundializado pela Revolução Francesa e Revolução Industrial).

Para a corrente positivista, a realidade social deve ser traduzida sob a forma das leis naturais, devendo-se estabelecer métodos e conceitos da biologia, da química e da física. Só assim é possível a identificação da vida social.

Embora tenha antecedido Émile Durkheim (1858-1917), Auguste Comte é considerado um teórico consistente da sociologia, pois procurou definir de forma precisa o objeto, o método e as aplicações dessa ciência, ou seja, contaminado pelos princípios positivistas, ele procurou definir com rigor os campos de estudo e atuação da sociologia ao estabelecer seus limites e princípios.

Em nosso cotidiano, podemos perceber o quanto a corrente positivista exerce influência. Isso acontece, por exemplo, nos discursos políticos, quando é anunciada, com ênfase, a prática de se resolver os conflitos sociais por meio da exaltação à união e da harmonia entre as pessoas, em uma clara política conservadora que fortalece as relações desiguais entre indivíduos ou mesmo entre sociedades.

A Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, expressa a aliança entre técnica e ciência, trazendo-nos transformações sem precedentes no ambiente humano: aumento da escala de produção, mudança das relações de trabalho e até da noção de tempo, uma conjunção que leva à exaltação do cientificismo, segundo o qual a forma de conhecimento científica passou a ser considerada a única possível. Nesse cenário de desenvolvimento da inteligência humana, surge a corrente **positivista**, que desconsidera formas de compreensão da realidade que não estejam atreladas à ciência.

O primeiro organizador do **positivismo** foi Auguste Comte, que se considerou o fundador da sociologia por ter sido quem a denominou como tal, pois, ao propor a sociologia como ciência, intitulou-a **Física Social**, estabelecendo assim suas diretrizes, tomando modelos da biologia e procurando explicar a vida em sociedade como um organismo social.

Auguste Comte sistematizou a primeira forma de pensamento sociológico intitulada positivismo, diante da necessidade de se organizar o caos social resultante da transição do sistema feudal para o capitalista.

Nessa transição, a economia deixou de ser de base agrícola para estruturar-se de forma comercial e urbana. Com a Revolução Industrial, ela se torna fabril, baseada nas inovações tecnológicas, e expande-se pelo mundo. Para o bem ou para o mal, a Revolução Industrial mudou drasticamente as relações sociais, além do sistema econômico. Para Comte, o estado positivo corresponde à evolução e maturidade do espírito humano ao atribuir valor total à ciência como forma de conhecimento.



Saiba mais

Em sua lei dos três estados do desenvolvimento humano, Comte teoriza que o desenvolvimento intelectual do homem passou historicamente por três estágios: o teológico, que consiste em explicações dadas a partir de uma causalidade sobrenatural, fenômenos resultando da ação dos deuses; o metafísico, com os agentes sobrenaturais sendo substituídos por forças abstratas ou por noções pelas quais se procura explicar a origem e o destino do universo; e o positivo, originário do aparecimento das ciências, com as ilusões suplantadas pelo conhecimento obtido por meio das observações, da evolução da técnica e da ciência e do raciocínio.

**PONTO DE CONEXÃO**

Em História, saiba mais sobre o neocolonialismo ou imperialismo europeu em relação à África, verificando que as condições das nações africanas eram vistas como sinal de necessidade de civilização pelos europeus.

Por crer apenas na razão, não admitindo explicações do senso comum, da magia, da teologia e da filosofia no conhecimento da realidade social, a corrente positivista acredita que a realidade social deve ser traduzida sob a forma de leis naturais, estabelecendo métodos da física, química e biologia, através dos quais se possa procurar identificar na vida social as mesmas relações utilizadas pelos cientistas na explicação da vida natural.

Comte afirmava ser a sociedade um organismo composto de partes integradas que funcionavam em harmonia, segundo um modelo físico ou mecânico. Seus pensamentos influenciaram a sociedade europeia do século XIX, que assistia à expansão do capitalismo industrial.

Além de todas as mudanças ocasionadas a partir da Revolução Industrial, o mundo estava perplexo com as teorias do cientista inglês Charles Darwin, que, entre 1831 e 1836, a bordo do navio Beagle, fez observações e conclusões inovadoras, relatadas em *Viagem de um naturalista ao redor do mundo*, que levariam à publicação de *A Origem das Espécies*.

Nessa obra fundamental, Darwin lançou a teoria da evolução biológica das espécies animais, que consistia basicamente na ideia de que os seres vivos transformam-se continuamente como forma de garantir a sobrevivência, adaptando-se ou desaparecendo de acordo com o meio em que vivem.

PONTO DE CONEXÃO

Veja, em Biologia, os conceitos de evolução defendidos por Charles Darwin e compreenda o quão intensas foram suas descobertas para a sociedade europeia do século XIX.

Comte, assistindo às transformações de produção e aos pensamentos europeus, ficou impressionado com as teorias de Darwin e transpôs o que via para suas análises sociais. Assim como sobrevivem entre as espécies animais apenas os “mais fortes”, o mesmo deveria acontecer entre as sociedades: só as mais bem estruturadas conseguiriam se manter. Caberia, portanto, às sociedades com um nível mais complexo de existência (industrializadas e urbanizadas) a tarefa de garantir a “civilização” das sociedades ruralizadas e rudimentares da Ásia e África, para assegurar-lhes a manutenção e permitir que “evoluíssem” socialmente.

Darwinismo	Darwinismo social
Os seres vivos transformam-se continuamente como forma de garantir a sobrevivência, adaptando-se ao meio. Quem não se adapta está fadado à extinção.	Só as sociedades mais bem estruturadas conseguem se manter. Aquelas mais complexas têm, portanto, a tarefa de garantir o desenvolvimento das sociedades, na sua visão, rudimentares.

Transposto para as ciências sociais, o conceito de **darwinismo social**, além de refletir o otimismo da industrialização como ação de desenvolvimento material, serviu como justificativa para a exploração capitalista europeia, em especial nas regiões afro-asiáticas; assim como no **evolucionismo darwiniano**, as sociedades mais rudimentares deveriam evoluir na direção de níveis mais elevados de existência.

Auguste Comte identificou na sociedade dois princípios, que para ele eram vitais: o **dinâmico**, representante da forma mais complexa de uma estrutura social (industrialização e urbanização), e o **estático**, representante das formas elementares de organização social. Para Comte, os princípios estático e dinâmico complementam-se, já que sociedades estruturadas e baseadas em instituições, como família, princípios religiosos definidos, sistema de linguagem consistente, regime de propriedade delineado e leis claras, apresentam grau significativo de coesão (estático), garantindo seu bom funcionamento e a possibilidade de elevação para graus mais consistentes de existência (dinâmico).

Assim, os conflitos sociais deveriam ser resolvidos por meio da valorização da harmonia, coesão e do bem-estar entre os indivíduos na busca da evolução, o que significa a suplementação do rural e pré-capitalista pelo urbano-industrial.

À primeira vista, o iniciante em sociologia deve se assustar com o darwinismo social, indagando: “Não é algo muito conservador e ingênuo ou ultrapassado?”.

Pode parecer nos dias de hoje, mas de forma alguma podemos desconsiderar que o positivismo representou um primeiro esforço para a análise científica da sociedade, rejeitando explicações religiosas, teológicas e do senso comum.

Os positivistas, como Comte, procuraram apenas justificar que os conflitos deveriam ser contidos sempre que fosse colocado em risco o bom funcionamento da sociedade ou dificultassem a busca do progresso.

Atenção!

Darwinismo social é um princípio baseado na ideia de que as sociedades se desenvolvem segundo um mesmo modelo, passando de um estágio inferior para outro, mais evoluído e complexo, como na Biologia.

Para muitos teóricos, a filosofia comteana foi uma resposta conservadora às preconizações da Revolução Francesa (iniciada em 1789) ao desejar manter os interesses da ordem social burguesa. No entanto, algo é claro: os postulados de Auguste Comte procuraram assegurar a marcha natural das sociedades industriais, fazendo desse objetivo uma ideologia.

Na América Latina, a corrente positivista exerceu grande influência. Não foi diferente, portanto, no Brasil, pois a fundação da Sociedade Positivista do Brasil, em 1876, e a inscrição “ordem e progresso” em nossa bandeira atestam-nos tal ascendência.

Benjamin Constant, Luís Pereira Barreto, Teixeira Mendes e Miguel Lemos são nomes expressivos do positivismo brasileiro, cujos seguidores, em geral, eram jovens da pequena burguesia comercial urbana, idealizadores do conhecimento científico e, no caso brasileiro, da República.



O lema da bandeira nacional aponta para a crença na resolução dos conflitos sociais por meio do estímulo à união nacional. Objetivo: a evolução natural da nação.



Ricardo André Frantz

Fachada do Templo Positivista de Porto Alegre, Brasil. No friso, o lema da religião positivista, ou "religião da humanidade", de acordo com Auguste Comte: "O Amor por princípio. E a Ordem por base; o Progresso por fim".

O organicismo de Spencer

Bem próxima às teorias do darwinismo social, a linha científica **organicista** visou estabelecer práticas e princípios que dessem explicações objetivas da explicação da vida em sociedade.

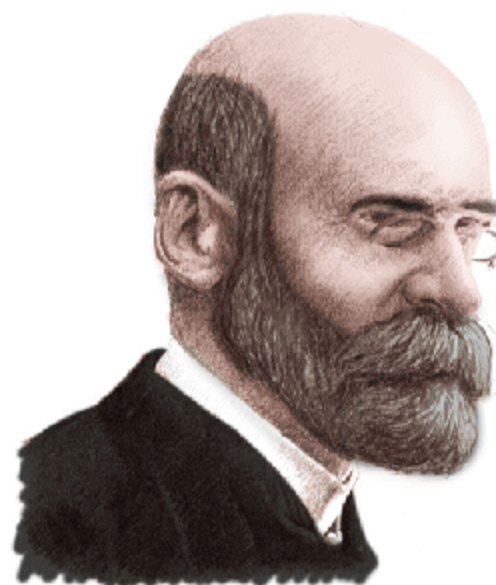
O principal teórico do organicismo foi Herbert Spencer (1820-1903), inglês que procurou direcionar seus estudos sobre a evolução da espécie humana de acordo com a evolução dos demais seres vivos, partindo do pressuposto de que existiriam "caracteres universais" presentes em todos os organismos vivos, dispostos sob a forma de órgãos e sistemas. Nesse sentido, antecipou-se à teoria de evolução de Charles Darwin.

Spencer defendeu a tese de que são naturalmente superiores os indivíduos que melhor se adaptam ao ambiente e dele sabem tirar proveito.

O organicismo procurou, dessa forma, uma identidade entre as leis sociais e as leis biológicas, entendendo as relações sociais humanas como integradas aos estudos das espécies vivas, porém desprezando o particularismo histórico e cultural das estruturas sociais humanas e estabelecendo leis de evolução gerais.

Émile Durkheim e a sociologia moderna

Durkheim foi, ao lado de Auguste Comte, um dos grandes teóricos da sociologia, a qual denominou como "sociologia moderna", procurando definir com absoluta precisão o objeto, o método e as aplicações dessa ciência.



Émile Durkheim.

Durkheim compara a sociedade com um organismo grandioso, continuamente em busca de harmonia.

Ao falar de **consciência coletiva**, Émile Durkheim refere-se ao lado psíquico de uma sociedade. Ou seja, para Durkheim, a consciência coletiva vigente em uma sociedade seria uma forma moral, que não equivale à soma das consciências individuais.

Durkheim foi um defensor do sistema capitalista e argumentou que a sociologia tem como objetivo comparar as diversas sociedades, em um claro caráter universalista (da mesma forma que a biologia, enquanto ciência, classifica as espécies que estuda). Nesse sentido, todas as estruturas sociais teriam evoluído a partir da **horda**, a forma social mais simples e igualitária.

Para esse francês, o objeto central da sociologia seria a observação dos **fatos sociais**, que devem ser estudados como “coisas”.

Durkheim e os fatos sociais

Para Durkheim, o estudo dos fatos sociais estrutura o objeto da sociologia, ao condicionarem e influenciarem os comportamentos dos indivíduos na sociedade em que estão inseridos. A socialização estruturaria o aprendizado das pessoas, condicionando os pensamentos, os sentimentos e as ações individuais. Ou seja, a partir do momento em que uma pessoa tem a clareza de sua existência e de seu convívio em sociedade, passa a levar em consideração as normas da sociedade com a qual convive. Isso significa dizer que, independentemente da nossa vontade ou escolha, a sociedade em que vivemos nos impõe determinações, que podem se manifestar nas leis, no idioma local, nas formas de construir moradias, de se vestir ou até mesmo no formato familiar.

Para Émile Durkheim, os fatos sociais devem ser tratados como “coisas”, exteriores aos indivíduos e com o distanciamento científico.

A seguir, serão apresentadas as características dos fatos sociais, segundo Durkheim:

1. **Coerção social**, ou seja, a força que os fatos exercem sobre os membros de uma sociedade, levando-os a respeitar as normas ou regras sociais, independentemente da vontade e escolha do indivíduo. Caso não o faça, ele estará sujeito a sanções (punições) legais ou espontâneas. As sanções legais são as determinadas por um código de leis da estrutura social a que o indivíduo pertence (na nossa sociedade ocidental, por exemplo, caso o indivíduo roube, já há uma pena estabelecida para o ato). As sanções espontâneas são as não prescritas em um código de leis, mas incorporadas aos costumes da sociedade. Assim, se o indivíduo resolve ser inadequado durante um evento social, bebendo exageradamente, será punido pelo grupo, que o discriminará por não aprovar sua indelicadeza, mesmo não havendo

prescrição em lei. Um outro exemplo: fumar em local inadequado; caso não haja uma clara especificação, as pessoas que se sentirem afetadas procurarão mostrar a reprovação ao ato, tossindo ou buscando alguma forma de manifestação que demonstre repulsa ao comportamento em questão. Nesse sentido, a educação (obtida em família ou na escola) desempenha importante papel na transformação dos hábitos individuais.

2. **Generalidade**, uma vez que os atos repetem-se constantemente entre os membros de uma sociedade. Assim, os fatos sociais deixam transparecer sua natureza coletiva ou comum. É o caso das leis, da moral, da culinária, da habitação, dos sentimentos, dos valores, das vestimentas.
3. **Exteriorização** dos fatos sociais, visto que, desde o nascimento – e principalmente a partir de uma certa consciência de existência –, o indivíduo passa a absorver as regras, os valores, os costumes da sociedade em que está envolvido. Assim, os fatos sociais são dotados, segundo Durkheim, “de existência às consciências individuais”.

Para os positivistas, como Émile Durkheim, o centro de interesse da sociologia deve ser justamente os fatos sociais, que devem ser identificados, caracterizados e pesquisados com rigor científico, o que exige do pesquisador distância e neutralidade. Isto equivale a dizer que os sentimentos e os valores pessoais do cientista não devem interferir no objeto de estudo, sob o risco de distorção do fato observado.

Os fatos sociais devem ser, para Durkheim, medidos, observados e comparados, sendo os fenômenos sociais considerados não como acontecimentos individuais ou acidentais, mas manifestações coletivas.



Manifestação popular no plenário da câmara em 2013, em Brasília. Por existirem choques de interesses, a sociedade procura antecipar-se com medidas preventivas que procurem zelar pela segurança social ou pressionar seus representantes e instituições.



Para Durkheim, é social o fato que é geral e a sociedade prevalece sobre o indivíduo, fazendo-o respeitar as normas ou regras sociais, independentemente de sua vontade ou escolha, como no caso de indivíduos em fila para tirar a segunda via do Título de Eleitor.

Atenção!

Observe que, mesmo tratando-se de uma prática ruim e alvo de rejeição, classificamos o roubo como um fato social normal. Mas isso não quer dizer que a sociologia entende o roubo como algo correto.

Atenção!

Fatos sociais são impostos pela coerção, educação e generalidade.

Classificação dos fatos sociais

Para Durkheim, os fatos sociais podem ser classificados como **normais** (saudáveis) e **patológicos** (doentios ou mórbidos).

Os primeiros são assim classificados por se encontrarem generalizados em uma sociedade. Para identificá-los, Durkheim orienta o sociólogo a atentar aos acontecimentos repetitivos e que ocorrem mais comumente. É o caso do crime da prática do roubo,

encontrado em todo tipo de sociedade e em todos os tempos, impondo um fato social que integra os indivíduos em torno de uma conduta que consideram ruim, negativa. A generalidade do ato leva uma sociedade a repudiá-lo (consenso social), pois coloca em risco a sua harmonia. O roubo seria, portanto, um fato social normal, uma vez que todos os indivíduos de uma sociedade levam em consideração que o ato pode ser praticado, mesmo que a maioria o rejeite.

Já o fato social é identificado por Durkheim como patológico quando se mostra transitório e excepcional, estando fora dos limites permitidos pela ordem social. A título de exemplo, citemos o advento da Aids. Ao surgir como doença, mostrou-se como um fato social patológico pela sua excepcionalidade e trouxe novas regras de comportamento e novos padrões de posicionamento aos indivíduos. Hoje, generalizada e mais compreendida, passou a ser tratada como fato social normal, estabelecendo em nossa sociedade novas condutas aceitas pela maior parte da população, embora em alguns países da África persista como epidemia.



Giovanni Boccaccio/Lungi Sabatelli/Per Roberto Capponi/Welkome Library, London (Domínio público)

A peste negra (1348-1353) assolou a Europa, mostrando-se como fato social patológico por se encontrar fora dos limites permitidos pela ordem social. A peste bubônica, quando controlada no velho continente, trouxe novos comportamentos, que se generalizaram.

Para Émile Durkheim, os fatos sociais têm existência própria. Embora cada um de nós seja um ser único, particular e, portanto, com **consciência individual**, temos formas padronizadas de pensamento e comportamento. É o que o autor denominou **consciência coletiva**, que se impõe aos integrantes de uma estrutura social e propaga-se por gerações.

Durkheim se referia ainda à **anomia**, que diz respeito à inadequação ou ausência das regras que regulam as situações de interação social. Ele usou esse termo justamente para tentar explicar alguns fenômenos que ocorrem na sociedade e afetam seu funcionamento harmônico. Quando as pessoas de uma sociedade vivem uma situação de anomia, por exemplo, perdem as referências e o sentido de pertencer ao grupo. As normas do grupo não dirigem seu comportamento e, por algum tempo, não encontram nenhuma norma que as substitua. Porém, não abandonam totalmente as normas da sociedade. Afastam-se e deixam de se identificar com as demais normas.

Sobre como tratar os fatos sociais

Os fatos sociais devem ser tratados como coisas – eis a proposição fundamental de nosso método, e a que mais tem provocado contradições. [...] Com efeito, não afirmamos que os fatos sociais sejam coisas materiais, e sim que constituem coisas do mesmo tipo que as coisas materiais, embora de maneira diferente.

Com efeito, que é coisa? A coisa se opõe à ideia, como se opõe entre si tudo o que conhecemos a partir do exterior e tudo o que conhecemos a partir do interior. É coisa todo objeto de conhecimento que a inteligência não penetra de maneira natural, tudo aquilo de que não podemos formular uma noção adequada por simples processo de análise mental, tudo o que o espírito não pode chegar a compreender, senão sob a condição de sair de si mesmo, por meio da observação e da experimentação, passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis para os menos visíveis e mais profundos. Tratar fatos de uma certa ordem como coisas não é, pois, classificá-los nesta ou naquela categoria do real; é observar, com relação a eles, certa atitude mental. Seu estudo deve ser abordado a partir do princípio de que se ignora completamente o eu são, e de que suas propriedades características, assim como as causas desconhecidas de que estas dependem, não podem ser descobertas nem mesmo pela mais atenta das introspecções.

DURKHEIM, Émile. *Fatos sociais: o estudo das representações coletivas*. In: TOMAZI, Nelson. *Iniciação à Sociologia*. São Paulo: Atual, 2001. p. 23. (Adapt.).

O suicídio

Estudioso profundo do suicídio e suas ocorrências na sociedade, Durkheim fez uso intenso de pesquisas estatísticas, tão defendidas por ele para a boa qualidade dos estudos sociológicos.

Durkheim considerou o suicídio como fato social por estar presente em qualquer sociedade. Mesmo marcado por uma vontade e iniciativa individual, o suicídio interessaria ao profissional da sociologia não só pelos valores intrínsecos que possui, mas também por apresentar aspectos comuns e coletivos, uma vez que a prática dependeria das normas e dos valores sociais, além das condições históricas existentes.

O francês verificou que as taxas de suicídio aumentavam em sociedades em que a aceitação enraizada de uma fé religiosa vincula a crença na felicidade plena após a morte. De acordo com sua pesquisa, os protestantes teriam mais chances estatísticas de se tornarem suicidas do que os católicos e os judeus, por exemplo. Já membros das classes alta e baixa têm mais tendência a se tornarem suicidas do que representantes da classe média, em sua amostragem. Com relação ao trabalho e à ocupação, o índice de suicídios seria maior em médicos, músicos, dentistas, oficiais da lei, advogados e corretores de seguro do que em outros indivíduos com funções mais simples entre a população geral.

Durkheim verificou ainda que as taxas de suicídio seriam mantidas de forma constante de um ano para outro na Europa de seu tempo e que os desvios entre regiões e países mantiveram-se, igualmente, constantes.

Saiba mais

Durkheim procura explicar que o suicídio, além de uma causa psicológica, psicopatológica ou mesmo causa de imitação, também possui causa social. Ele distingue três tipos de suicídio:

- **Suicídio egoísta:** ocorre quando o indivíduo não está integrado à instituição e sente-se apartado da sociedade, entre outros motivadores, sendo fruto de frustrações individuais que não levam em conta a coletividade.
- **Suicídio altruísta:** o indivíduo se identifica com uma causa, com a coletividade, sendo essa identificação tão intensa a ponto de renegar a própria vida pela causa, como os *kamikazes* na Segunda Guerra Mundial e os atuais mártires islâmicos.
- **Suicídio anômico:** determinado por um fato social na vida pessoal do indivíduo (ex.: divórcio, perda de emprego, morte na família etc.), ou depois de uma mudança inesperada, como a perda do *status* social e financeiro, o que desorganiza os sentimentos de relação com o grupo em que não existem normas ou estas perderam o sentido. Em um contexto mais amplo, uma crise financeira global, como a de 1929, pode levar a um grande número de ocorrências desse tipo de suicídio.



RANKING MUNDIAL (2012)

Posição	País	Taxa
1	Índia	258 mil
2	China	120 mil
3	Estados Unidos	43 mil
4	Rússia	31 mil
5	Japão	29 mil
6	Coreia do Sul	17 mil
7	Paquistão	13 mil
8	Brasil	11.821

O SUICÍDIO EM NÚMEROS

NO BRASIL (2012)

11.821 2.623 MULHERES
9.198 HOMENS



800 MIL PESSOAS COMETERAM SUICÍDIO EM 2012

50% DAS MORTES VIOLENTAS, EM TODO O MUNDO, SÃO REPRESENTADAS POR SUICÍDIOS.

Fonte: OMS. Preventing suicide: a global imperative, 2014.

Durkheim e as solidariedades

Segundo Durkheim, a **solidariedade social** é estruturada a partir dos laços que ligam os membros de uma sociedade uns aos outros, formando a coesão social. Para ele, haveria dois tipos diferentes de solidariedade em uma sociedade, de acordo com a mentalidade de seus indivíduos: a **solidariedade mecânica** e a **solidariedade orgânica**.

Em sociedades em que os indivíduos se identificam pelas tradições e pelos costumes, eles permanecem independentes em relação à divisão do trabalho, com forte consciência coletiva e elevada coerção entre seus componentes. É o que Durkheim intitulou solidariedade mecânica.

Como exemplo desse tipo de solidariedade podemos citar a prática do mutirão. Seja pela necessidade de refazer uma casa destruída por um vendaval ou pela necessidade de plantar e colher, indivíduos de uma comunidade se unem, normalmente com apelo religioso. Cabe à família beneficiada pela ação a cessão de uma retribuição como agradecimento pela colaboração (serve-se um almoço, um lanche, ou algo que o valha). Em

algumas áreas rurais ou periféricas das cidades, ainda encontramos algumas manifestações típicas desse tipo de solidariedade.

Já nas sociedades capitalistas urbanizadas, a divisão do trabalho social está impregnada, com os indivíduos comportando-se de forma interdependente. A consciência coletiva é diminuída, ao mesmo tempo em que os indivíduos tornam-se mutuamente dependentes. Assim, na solidariedade orgânica, há o produtor rural que produz, por exemplo, hortaliças, com o objetivo de ganhar dinheiro para adquirir o que não consegue produzir (remédios, temperos, roupas etc.). Por outro lado, o médico urbano atende os pacientes, sendo remunerado pela sua atividade. O médico pode não conviver ou mesmo conhecer o agricultor, mas sabe que pode dedicar-se à sua profissão por saber que alguém produz os alimentos de que necessita para sua manutenção. O agricultor, por sua vez, sabe que, se necessário, existe um profissional especializado que pode atendê-lo em caso de alguma enfermidade. Ou seja, os membros sociais postam-se de forma autônoma, com clara divisão de especializações, porém completam-se.



© Sergei Butorin | Dreamstime.com

Prática do mutirão, quando indivíduos se solidarizam por terem forte identificação por meio da tradição e dos costumes: exemplo de solidariedade mecânica.

PARA PRATICAR

1 Leia o texto a seguir.

No mundo em que vivemos, a vida dos homens não pode ser pensada desvinculada da vida das mercadorias [...] Dada a miséria do mundo, é difícil conceber uma sociologia que não se indigne e engaje de algum modo.

WAIZBORT, Leopoldo. "Os desafios da Sociologia". *Folha de S.Paulo*, março de 2007. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200711.htm>.

Sobre a sociologia e sobre o texto lido, pode-se afirmar que

- A** cabe à Sociologia, enquanto ciência, analisar e perceber os fenômenos advindos com a ascensão do capitalismo industrial, impulsionador do consumo e do consumismo.
- B** a sociologia se defronta com o que vagamente chamamos de fato e está desvinculada dos valores modernos da vida em sociedade.
- C** a consolidação do sistema capitalista forneceu elementos para o surgimento da sociologia enquanto ciência, porém a esta cabe o estudo do homem em sua vida íntima e individual.
- D** a sociologia é a ciência da alteridade, ou seja, que estuda modos e comportamentos diferentes daqueles vinculados ao modo de produção capitalista.
- E** em um mundo globalizado, cabe à sociologia o estudo sobre comunidades não inseridas dentro do sistema capitalista.

2 A República substituiu o Império brasileiro em 1889. Muitos dos articuladores do novo regime foram influenciados pelo positivismo, princípio filosófico apresentado sob o lema "ordem e progresso" e que identificava leis na evolução da natureza humana. O esplendor de uma sociedade, para os positivistas, seria atingir o estágio científico, no qual os homens, livres de superstições, seriam guiados pela razão e pela ciência. Os positivistas brasileiros defendiam o estabelecimento de um regime centralizado que impusesse disciplina à sociedade brasileira, sendo o progresso almejado através da manutenção da ordem.

Entre as alternativas a seguir, aponte aquela que apresenta um princípio positivista.

- A** A resolução dos conflitos sociais se dá pela união dos membros de uma sociedade, em um processo evolutivo natural, com a afirmação do progresso tecnológico.
- B** A história da sociedade é de luta entre suas classes, fazendo prevalecer o espírito constante da mudança, próprio do caráter evolutivo humano.
- C** Uma sociedade se supera através das constantes transformações, garantindo o estabelecimento do princípio de igualdade total entre seus membros.

- D** Uma sociedade é funcional quando garante o privilégio de seus membros e supera as desigualdades.
- E** A superação do Estado enquanto instituição é fundamental para o bom desenvolvimento de uma sociedade.

3 (UEL 2011) O positivismo foi uma das grandes correntes de pensamento social, destacando-se, entre seus principais teóricos, Auguste Comte e Émile Durkheim.

Sobre a concepção de conhecimento científico, presente no positivismo do século XIX, é correto afirmar:

- A** A busca de leis universais só pode ser empreendida no interior das ciências naturais, razão pela qual o conhecimento sobre o mundo dos homens não é científico.
- B** Os fatos sociais fogem à possibilidade de constituírem objeto do conhecimento científico, haja vista sua incompatibilidade com os princípios gerais de objetividade do conhecimento e a neutralidade científica.
- C** Aprender a sociedade como um grande organismo, a exemplo do que fazia o materialismo histórico, é rejeitado como fonte de influência e orientação para as investigações empreendidas no âmbito das ciências sociais.
- D** A ciência social tem como função organizar e racionalizar a vida coletiva, o que demanda a necessidade de entender suas regras de funcionamento e suas instituições forjadas historicamente.
- E** O papel do cientista social é intervir na construção do objeto, aportando à compreensão da sociedade os valores por ele assimilados durante o processo de socialização obtido no seio familiar.

4 Leia o texto a seguir.

Durkheim, positivista consequente, acreditava que os "preconceitos" e as "prenoções" podiam ser "afastados", como se afastam as viseiras para ver o que se passa em volta. Ele não compreende que estas "prenoções" (isto é, as ideologias ou visões de mundo) são – como daltonismo ou como as doenças de olhos que reduzem o campo visual (glaucomas) – parte integrante da visão, elemento constitutivo do ponto de vista. O próprio Durkheim é, aliás, a prova mais incontestável de que a "boa vontade" e o ardente desejo de ser objetivo, a serenidade, o sangue frio, a calma e todas as "precauções sistemáticas" não são suficientes para afastar os preconceitos – em seu caso conservadores e contrarrevolucionários...

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

É correto afirmar que, para Émile Durkheim, um cientista social deve

- A** partir de seu interesse pelo objeto de estudo e sua visão própria sobre o assunto que pesquisa.
- B** levar em consideração apenas seus valores e sentimentos em relação ao que deseja ser estudado.
- C** entender os fatos sociais como objetos exteriores a ele, levando em consideração, porém, suas visões pessoais sobre o assunto estudado.
- D** manter neutralidade em relação aos fatos como forma de resguardar suas análises objetivas.
- E** romper com o rigor científico, abrindo-se para outras formas de conhecimento, como o religioso e o metafísico.

5 Leia o texto a seguir:

Os biólogos são propensos a insistir numa relação entre constituição corporal e cultura. [...] A evidência dessa inter-relação nunca foi estabelecida por meio de provas que resistem a uma análise séria. Talvez não seja fora de propósito insistir aqui novamente na diferença entre raças e indivíduos. A constituição hereditária de um indivíduo tem certa influência sobre seu comportamento mental, e os casos patológicos são a prova disso. Por outro lado, toda raça possui tantos indivíduos de constituições hereditárias diversas que as diferenças médias entre raças, descontados os elementos determinados pela história, não podem ser prontamente verificadas, embora pareçam insignificantes.

É muito duvidoso que tais diferenças, livres desses elementos históricos, possam vir a ser estabelecidas.

[...] Basta observar as diferenças fundamentais de cultura que se desenvolvem, uma após a outra, no mesmo ambiente, para nos fazer compreender as limitações das influências ambientais. Os aborígenes australianos vivem no mesmo ambiente que os invasores brancos. A natureza e a localização da Austrália permaneceram as mesmas ao longo da história humana.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Celso Castro (Trad.). 6 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

Considerando o texto em questão, pode-se concluir corretamente que

- A** em uma mesma raça existem indivíduos com constituições hereditárias diversas.
- B** as limitações das influências do meio ambiente deixam como única possibilidade a uniformização hereditária.
- C** cultura e constituição corporal são elementos que se integram, estabelecendo padrões claros e definidos.
- D** as constituições hereditárias apenas se estruturam com a uniformização genética, proliferando padrões únicos entre indivíduos.
- E** uma sociedade apresenta características insignificantes em seus indivíduos, o que é próprio da carga genética universal individualizadora.

6 Analise a afirmação a seguir:

Chamaremos normais os fatos que apresentam as formas mais gerais e daremos aos outros o nome de mórbidos ou patológicos.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. NEVES, Paulo (Trad.). BRANDÃO, Eduardo (Rev. trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2007.

De acordo com Durkheim, a respeito dos fatos sociais, pode-se afirmar corretamente que

- A** os fatos sociais mais gerais constituem um estado de anomia em uma estrutura social.
- B** um fato social é caracterizado como patológico quando gera repulsa individual, podendo ser ou não adotado por componentes de uma sociedade.
- C** a excepcionalidade da forma social revela seu caráter alienante, universalizável e particular.
- D** a educação escolar constitui-se em um fato social nas sociedades modernas por se impor a todos e existir independentemente de cada indivíduo.
- E** os fatos sociais estabelecem-se apenas em sociedades de solidariedade mecânica, a qual é típica de sociedades pré-industriais.

7 O idealismo de Schelling e Schopenhauer, o positivismo de Comte e Spencer e o socialismo de Saint-Simon, Fourier e Marx estão vinculados aos seguintes contextos históricos:

- A** Neocolonialismo europeu, revoluções liberais e unificações italiana e alemã.
- B** "Achamento" do Brasil, formação das monarquias nacionais e Reforma protestante.
- C** Renascimento científico de Galileu, Kepler e Newton, mercantilismo e absolutismo e revoluções inglesas do século XVIII.
- D** Ordem dos dominicanos e ordem de São Francisco, arte gótica e mourisca e alquimia.
- E** Romantismo e Realismo, Grandes Navegações e Concílio de Trento.

8 Leia o trecho de música a seguir:

[...]

E ainda pode se encontrar

Quem acredite no futuro...

Quem quer manter a ordem?

[...]

Quem é que diz o que é ou não?

FROMER, Marcelo; BRITTO, Sérgio; GAVIN, Charles. *Desordem*. Intérprete: Titãs. In: *Jesus não tem dentes no país dos banguelas*. WEA, 1987. CD. Faixa 9.

Esse trecho faz parte de uma música de muito sucesso nos anos 1990 e revela um sentimento contemporâneo da sociedade brasileira que os positivistas, como Comte e Durkheim, reprovariam. Esse sentimento é

- A** a descrença da população brasileira em seus representantes e em suas instituições.
- B** a descrença de setores urbanos com a isenção posicional da imprensa nacional.
- C** a crença generalizada da população brasileira de que os impostos são bem geridos apesar dos vícios de corrupção do Estado.
- D** a apatia do povo brasileiro em relação às leis impetradas na Constituição de 1988, ainda em vigor.
- E** o incentivo para que as camadas populares brasileiras resolvam as questões sociais por meio da violência.

9 O uso das redes sociais está generalizado em nossa sociedade. Portanto, de acordo com Durkheim, isso se configuraria como um fato social.

Navegar na internet faz com que grande parte das pessoas (62% delas, segundo levantamento realizado pelo consultor Christian Barbosa entre outubro de 2011 e abril de 2012, que resultou no livro *Equilíbrio e Resultado – Por que as pessoas não fazem o que deveriam fazer?*, Editora Sextante, 2012) acabem adiando tarefas profissionais e pessoais.

Observe:

– o que as pessoas mais adiam: 68% exercício físico; 64,2% leitura; 52,7% cuidados com a saúde; 46,8% planejamento financeiro.

– as razões do adiamento: para 62,3%, navegar na internet.

Pelos dados apontados acima, pode-se concluir que

- A** a internet tem sido um instrumento de combate à procrastinação (adiamento de tarefas).
- B** o uso proliferado da internet tem se mostrado como uma desculpa para o adiamento de tarefas.
- C** a prática de navegar na internet tem ajudado indivíduos a conciliar atividades e prazer.
- D** a internet encurta distâncias, colaborando para a proliferação do ócio criativo e do bom planejamento financeiro.
- E** o uso da internet tem adiado as práticas de exercícios físicos, porém colabora para as informações sobre a saúde pessoal.

10 Em 1944, em plena Segunda Guerra Mundial, a empresa de eletrodomésticos Walita lançou o primeiro liquidificador no Brasil. Esse foi um dos marcos, em nosso país, da “revolução consumista”, que desde os anos 1920 já estava mudando radicalmente o modo de vida nos Estados Unidos.

Mas, espere um momento! O que é que o liquidificador tem a ver com nosso assunto, a Guerra Fria? Tem tudo a ver. O uso da tecnologia no cotidiano reflete um certo modo de vida, um certo ideal de felicidade inspirado na sociedade consumista que nasceu nos Estados Unidos nos anos 1920. Para deixar essa questão mais clara, podemos fazer um pequeno exercício de imaginação. Você já pensou como seria a vida sem as máquinas? Imagine que não exista televisão, rádio, automóvel, computador, liquidificador, aspirador de pó, enceradeira, elevador e tudo o mais.

[..]

O Brasil também recebeu em cheio o impacto da revolução tecnológica americana, em todos os sentidos possíveis e imagináveis. A classe média, principalmente, adotou o sonho do carro na garagem e consumia a fantasia vendida por Hollywood.

ARBEX, José. *Guerra Fria: terror de Estado, política e cultura*. São Paulo: Moderna, 1997. p. 27.

A partir da análise do trecho apresentado e levando em consideração a generalização do consumo, podemos afirmar que

- A** o uso da tecnologia no cotidiano mostrou-se como elemento fundamental da propaganda socialista no pós-Segunda Guerra Mundial.
- B** ao exportar sua tecnologia, os Estados Unidos da América “mundializavam” seu estilo de vida, exaltando a felicidade capitalista.
- C** o avanço tecnológico exaltado pelo estilo americano no pós-guerra retrata a criticidade daquele país em relação às práticas consumistas da população.
- D** a ideia da guerra como condição ideal para o desenvolvimento tecnológico e progresso exalta a visão socialista norte-americana no pós-Segunda Guerra.
- E** o Brasil, ao seguir os princípios capitalistas dos EUA, passou a exaltar o consumo, porém freou tal impulso por sua condição agrário-exportadora.

QUESTÕES EXTRAS

1 Qual a relação entre a teoria de Charles Darwin e o pensamento positivista?

2 *Quando os brancos chegaram, nós tínhamos a terra e eles a Bíblia: depois eles nos ensinaram a rezar; quando abrimos os olhos, nós tínhamos a Bíblia e eles, as terras.*

Esse trecho, atribuído a Jomo Kenyatta, fundador da República do Quênia, remete à partilha da África no quadro do imperialismo europeu. Comente a afirmação, dentro do contexto da Segunda Revolução Industrial.

3 Auguste Comte classificou os movimentos vitais da sociedade como *dinâmicos* e *estáticos*. Qual seria a condição do movimento dinâmico para Comte?

4 A solidariedade deve existir. Segundo Émile Durkheim, esse é um fator essencial para que a sociedade exista. Nesse sentido, discuta os conceitos de solidariedade mecânica e orgânica de acordo com esse pensador francês.

5 Segundo Émile Durkheim, é fato social todo fato que é geral. Nesse sentido, a prática da pedofilia deve ser considerada um fato social normal?

6 (UEM 2012) A constituição da sociologia como ciência passou pelo desenvolvimento de uma metodologia própria, algo que Émile Durkheim procurou realizar em sua obra *As regras do método [sociológico]*. A partir desse autor, assinale o que for correto.

01. Partindo do pressuposto de que os fenômenos sociais são muito diferentes dos naturais, Durkheim defendeu a incorporação da subjetividade do cientista nos estudos sociológicos.
02. Durkheim defendia o abandono dos preconceitos e das prenoções, pois essas ideias preconcebidas poderiam nos conduzir a confusões na observação dos fenômenos.
04. Segundo Durkheim, as principais ferramentas metodológicas da sociologia são a observação, a descrição, a comparação e a estatística.
08. Na concepção durkheimiana, a compreensão efetiva dos fenômenos sociais se dá pela identificação dos interesses e das motivações subjetivas dos atores sociais envolvidos.
16. Ao afirmar que o sociólogo deve encarar o fato social como coisa, Durkheim procurou defender a definição do objeto sociológico como algo externo ao pesquisador.

Soma =

7 (UEL 2014) A cidade desempenha papel fundamental no pensamento de Émile Durkheim, tanto por exprimir o desenvolvimento das formas de integração quanto por intensificar a divisão do trabalho social a ela ligada. Com base nos conhecimentos acerca da divisão de trabalho social nesse autor, assinale a alternativa correta.

- A** A crescente divisão do trabalho com o intercâmbio livre de funções no espaço urbano torna obsoleta a presença de instituições.
- B** A solidariedade orgânica é compatível com a sociedade de classes, pois a vida social necessita de trabalhos diferenciados.
- C** Ao criar seres indiferenciados socialmente, o "homem massa", as cidades recriam a solidariedade mecânica em detrimento da solidariedade orgânica.
- D** O efeito principal da divisão do trabalho é o aumento da desintegração social em razão de trabalhos parcelares e independentes.
- E** O equilíbrio e a coesão social produzidos pela crescente divisão do trabalho decorrem das vontades e das consciências individuais.

8 (UEL 2013) Leia o texto a seguir.

O primeiro beijo é sempre o último". Assim um informante define, com certa nostalgia, o surgimento de uma nova rotina na prática de "ficar" entre os jovens ao longo da night. "Ficar" é essencialmente beijar, beijar em série, beijar muito. O primeiro beijo, marcado por algo absolutamente fugaz, registro imediato do tátil, desliga-se do que outrora era ritual do enamoramento, prelúdio de uma trajetória sentimental. [...] No campo do afeto e do exercício da sociabilidade, essa mesma noite propicia comportamentos que revelam a transitoriedade, a seriação e o deslocamento afetivo como um novo mecanismo de agrupamento dos jovens.

ALMEIDA, M. I. M. de. "Guerreiros da noite – cultura jovem e nomadismo urbano", In: *Ciência hoje*, v. 34, n. 202, p. 28.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a sociabilidade moderna, considere as afirmativas a seguir.

- I. As práticas assinaladas entre os jovens identificam-se ao que se definiu como pós-modernidade, isto é, relações fluidas, marcadas pela instantaneidade e por rupturas contínuas com referenciais pré-estabelecidos.
- II. O comportamento dos jovens que optam pela prática do "ficar" é diferente do estado anômico, analisado por Durkheim, na medida em que as bases da existência social mantêm seu funcionamento normal.
- III. A vida social moderna, ao individualizar os sujeitos, eliminou a necessidade, entre os jovens, de participar de agrupamentos identitários e de estabelecer vínculos sociais com outras pessoas.
- IV. A adoção da prática antissocial do "ficar" é fruto de uma juventude sem valores morais, como família, tradição e propriedade privada, presentes desde os primórdios da humanidade.

Assinale a alternativa correta.

- A** Somente as afirmativas I e II são corretas.
- B** Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- C** Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- D** Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- E** Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

Refleta sobre

Ninguém = Ninguém

*Há tantos quadros na parede
Há tantas formas de ver o mesmo quadro
[...]*

GESSINGER, Humberto. "Ninguém = Ninguém". Intérprete: Engenheiros do Hawaii. In: *Gessinger, Licks & Maltz*. Rio de Janeiro: BMG, 1992. CD. Faixa 1.

O pequeno grupo avança lentamente por um caminho margeado de árvores de urucum. O sr. Brown explica que os índios pintam-se com o suco vermelho dos frutos quando partem em guerra.

— Eu li num livro, não lembro mais sobre qual tribo. Mas isso não tem importância, são todas parecidas. T tamanha erudição suscita respeito.

CLASTRES, Pierre. "Atrativo do cruzeiro". In: *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac&Naify, 2004.

Não existe um padrão cultural definido e único para todos; o que existe são culturas diferentes e olhares diferentes. Pela diversidade, podemos nos completar e ampliar enquanto indivíduos.

Assim, a partir do trecho da letra da música dos Engenheiros do Hawaii e da citação do antropólogo francês Pierre Clastres, reflita sobre os preconceitos acerca de culturas consideradas exóticas que ainda permanecem no mundo ocidental contemporâneo.

■ Quer saber mais?



Livros

- DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1972.
- _____. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins, 2014.
- BENOIT, Lelita Oliveira. *Auguste Comte: fundador da física social*. São Paulo: Moderna, 2006.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor (Org.). *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1978.



Site

- Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná <<https://p.p4ed.com/NHIWW>>



Filmes

- *O jardineiro fiel*. Direção de Fernando Meirelles. EUA/Reino Unido: Focus Features, 2005.
Um discreto diplomata inglês, em território queniano, investiga a morte misteriosa de sua esposa, ativista polí-

tica, e descobre que ela foi alvo da indústria farmacêutica que usava cobaias humanas para o desenvolvimento de um medicamento ainda não aprovado para o tratamento da tuberculose.

- *Caindo no ridículo*. Direção de Patrice Leconte. França, 1996. Em 1780, na corte de Luis XVI, um jovem e pobre engenheiro do interior utiliza suas habilidades sociais na tentativa de conseguir verba para melhorar a vida de seus conterrâneos e de sua localidade. Charmoso e engraçado, depara-se com a hipocrisia da nobreza e com regras sociais por ele desconhecidas a fim de se aproximar do então rei da França, mesmo que para isso acabe sendo ridicularizado.
- *O quatrilho*. Direção de Fábio Barreto. Brasil, 1994. Esse filme, candidato ao prêmio Oscar de melhor filme estrangeiro em 1995, é um bom exemplo daquilo que Durkheim denomina de solidariedade mecânica, ao contar a história de casais de imigrantes italianos no Sul do Brasil que, por necessidade, passam a compartilhar a mesma casa e a se envolver amorosamente.

RESUMO teórico

- O **positivismo**, enquanto corrente filosófica, surgiu no século XIX, decorrente dos progressos técnicos, atribuindo aos estudos sociológicos um caráter científico, de acordo com o contexto industrializante europeu da época.
- O positivismo caracterizou-se por considerar como único tipo de conhecimento legítimo o que se encontra nas ciências naturais, baseado na observação, na experimentação e na matematização.
- Auguste Comte (1798-1857), filósofo francês, foi o fundador do positivismo e um dos principais expoentes da sociologia científica. Uma de suas mais importantes ideias foi a de que o espírito humano evolui, passando por três estágios: o teológico, o metafísico e o positivo. Neste último, o homem atingiria o ponto mais alto do desenvolvimento, passando a formular as leis dos fenômenos sem nenhuma referência a causas sobrenaturais ou formas metafísicas.
- Auguste Comte definiu uma metodologia para a investigação dos fenômenos sociais (**física social**) e justificou a ação imperialista (neocolonialista) europeia nas regiões afro-asiáticas, transpondo as conclusões de Charles Darwin para as suas análises sociais (darwinismo social). Apontou, ainda, dois princípios vitais para as sociedades: o **estático** (correspondente às formas elementares de organização – família, religião, propriedade e linguagem) e o **dinâmico** (representante das formas mais complexas de existência de uma sociedade – urbanização e industrialização).
- Émile Durkheim (1858-1917) é considerado o fundador da sociologia moderna. Para esse positivista francês, a sociologia é uma ciência independente das demais ciências sociais e da filosofia e seu objeto são os **fatos sociais**, marcados por serem exteriores aos indivíduos, pela força que exercem sobre as pessoas – levando-as a respeitar as normas e regras sociais (**coercitividade**) – e pela **generalidade** (os atos repetem-se constantemente entre os membros de uma sociedade).
- Segundo Durkheim, o ser humano é um animal que só se humaniza pela socialização, e a causa de cada fato social deve ser procurada entre os fenômenos sociais que o antecederam. Ele afirma, também, que a sociedade prevalece sobre as vontades individuais e sobre o indivíduo em si.
- Durkheim afirma ainda que os fatos sociais – por serem o objeto da sociologia – devem ser estudados como “coisas”, ou seja, como tendo existência própria, e o cientista social deve manter distância e neutralidade sobre o estudado, isto é, os sentimentos e os valores pessoais (preconceitos) do profissional não devem interferir no objeto de estudo, sob o risco de distorção.
- Ainda segundo esse cientista, os estudos sobre os fatos sociais podem apontar soluções para a vida em sociedade. Para tanto, cabe ao cientista social classificar os fatos sociais como **normais** (saudáveis) e **patológicos** (doentios).
- Outro ponto importante nos estudos que fizemos sobre Durkheim refere-se às **solidariedades**. Segundo ele, nas sociedades pré-capitalistas, os indivíduos se identificam pelos costumes, pelas tradições e pela religião, permanecendo independentes em relação à divisão do trabalho (prevalece a consciência coletiva, que exerce forte poder de coerção sobre seus membros). Já nas sociedades urbano-industriais, prevalece a solidariedade orgânica, que torna os indivíduos interdependentes e garante a evolução, com a diminuição da consciência coletiva, ao mesmo tempo em que os indivíduos tornam-se mutuamente dependentes.

Capítulo

3

O capitalismo sob suspeita

Ituanas Kunchay/123rf.com • Hecker Almeida/123rf.com





Em um passado remoto, entre as décadas de 1960 e 1970, próprio de um mundo da Guerra Fria, dividido entre o socialismo e o capitalismo, os indivíduos, em geral, estavam engajados em alguma estrutura de apoio, fosse ela política, ativista ou artística ou mesmo econômica.

No ar, um clima de entusiasmo, calcado em bandeiras políticas, libertárias e sociais.

A juventude contemporânea, por sua vez, parece perder modelos orientadores. A sensação é a de que não se tem pelo que lutar, a não ser por uma estrutura material que permita usufruir da melhor maneira uma vida material individualizada e confortável.

Os jovens da atual geração globalizada capitalista são testemunhas da expansão dos meios técnicos de comunicação e informação que possibilitam contatos, ligações nunca antes imaginadas com o mundo, de forma rápida e eficiente, com os aparelhos tecnológicos invadindo cada um dos espaços das atividades de rotina.

Isso não significa que o mundo atual seja menos vigoroso do que o de décadas anteriores, já que todas as últimas transformações, próprias do mundo globalizado nos padrões capitalistas, nos conduziram à conquista da liberdade humana, ao aumento dos bens, aos avanços tecnológicos, ao desenvolvimento de um poder político mais democrático e à diversificação das manifestações artísticas e culturais.

No entanto, tal conquista tecnológica trouxe dissabores. Um deles em especial: a máquina e os objetos assumiram importância decisiva, substituindo o convívio pleno e verdadeiro e transformando o mundo real em um aparente.

Em nosso mundo globalizado em torno do capitalismo, parece-nos que as teorias socialistas (e mesmo as anarquistas) estão, definitivamente, enterradas e que existe apenas um caminho natural: aceitar o sistema capitalista tal como ele é. Mas talvez não seja bem assim.

Para os socialistas convictos, o sonho da sociedade igualitária não acabou. Afinal, o “socialismo real”, praticado na antiga Rússia a partir de 1917 e proliferado pela ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, não foi o imaginado, uma vez que foi envolto em contradições e incoerências. Mas também não podemos desprezar as vitórias trazidas pelos ideais socialistas em outras sociedades, pois elas são o resultado de lutas e conquistas travadas mesmo em países capitalistas.

Karl Marx (1818-1883) e sua monumental crítica ao capital nunca formaram uma unanimidade, porém são discutidos até hoje, pois foram apontados novos focos e novas visões que, com o Manifesto Comunista, indicaram um caminho de transformação para uma sociedade mais justa.

A partir das teorias marxistas, passamos a falar em sociedades de classes, o que nos remete a discussões sobre estratificações sociais e, dessa forma, a desigualdades inerentes ao sistema produtivo de cada época.

- ▶ O fim dos países do bloco socialista e a globalização capitalista colocaram um fim nos ideais do socialismo?
- ▶ A proposta socialista está definitivamente enterrada ou você acredita que o capitalismo possa ser “humanizado”?

C C3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

H H11 - Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

H13 - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

Karl Marx e a crítica ao capitalismo

A base do pensamento crítico de Marx compõe-se de duas teorias básicas: o **materialismo histórico** e o **materialismo dialético**.

Para o materialismo, a matéria é a fonte de consciência, ou seja, o espírito humano molda-se ao mundo material que o envolve.

Segundo o alemão Karl Marx, as relações de produção formam a estrutura material e econômica de uma sociedade (a **infraestrutura**, isto é, base econômica, por isso o original Basis), que consiste nas formas pelas quais os homens produzem os bens que consideram necessários às suas vidas. A **superestrutura** (Überbau, em alemão) corresponderia à estrutura política, jurídica e ideológica (Estado, direito, religião, educação, entre outros) e as formas de consciência social adquiridas

perante à estrutura em que uma sociedade vive, ou seja, o Estado, as leis, a filosofia, a ciência, as artes, as ideias e a religião estariam a serviço dos interesses da classe dominante do sistema (proprietários das fábricas, dos bancos, das terras).

Para que possamos entender melhor as teorias marxistas, é necessário que falemos em **modo de produção**.

Segundo Marx, modo de produção designa a unidade sistemática das forças produtivas com as relações de produção que lhes correspondem. Por exemplo: no modo de produção capitalista, os trabalhadores que não possuem os **meios de produção** são os intitulados operários, enquanto os capitalistas são os que vivem da exploração da força de trabalho.

Marx identifica, na história, alguns modos de produção: o **primitivo**, o **escravista**, o **asiático**, o **feudal** e o **capitalista**. É exatamente sobre o modo de produção capitalista que recai suas críticas, fazendo-o propor sua extinção e substituição pelo modo de produção **socialista**, a partir das experiências socialistas concebidas ou teorizadas ao longo do século XIX, durante a Segunda Revolução Industrial, era de afirmação do capitalismo moderno.



Saiba mais

Modo de produção (Produktionsweise, em alemão) é a maneira pela qual a sociedade produz seus bens e serviços, como os utiliza e como os distribui. Isso quer dizer que cada sociedade tem uma forma de produzir, constituída por forças produtivas (clima, solo, métodos de trabalho e tecnologia) e relações de produção (que se refere às relações sociais estabelecidas entre os homens no processo de produção material, independentemente de sua consciência e vontade). Para Marx, as condições materiais de uma sociedade condicionam as relações entre os seres humanos, ou seja, para viver, o ser humano precisa inicialmente transformar a natureza (para comer, fabricar instrumentos e utensílios, construir abrigos etc.).

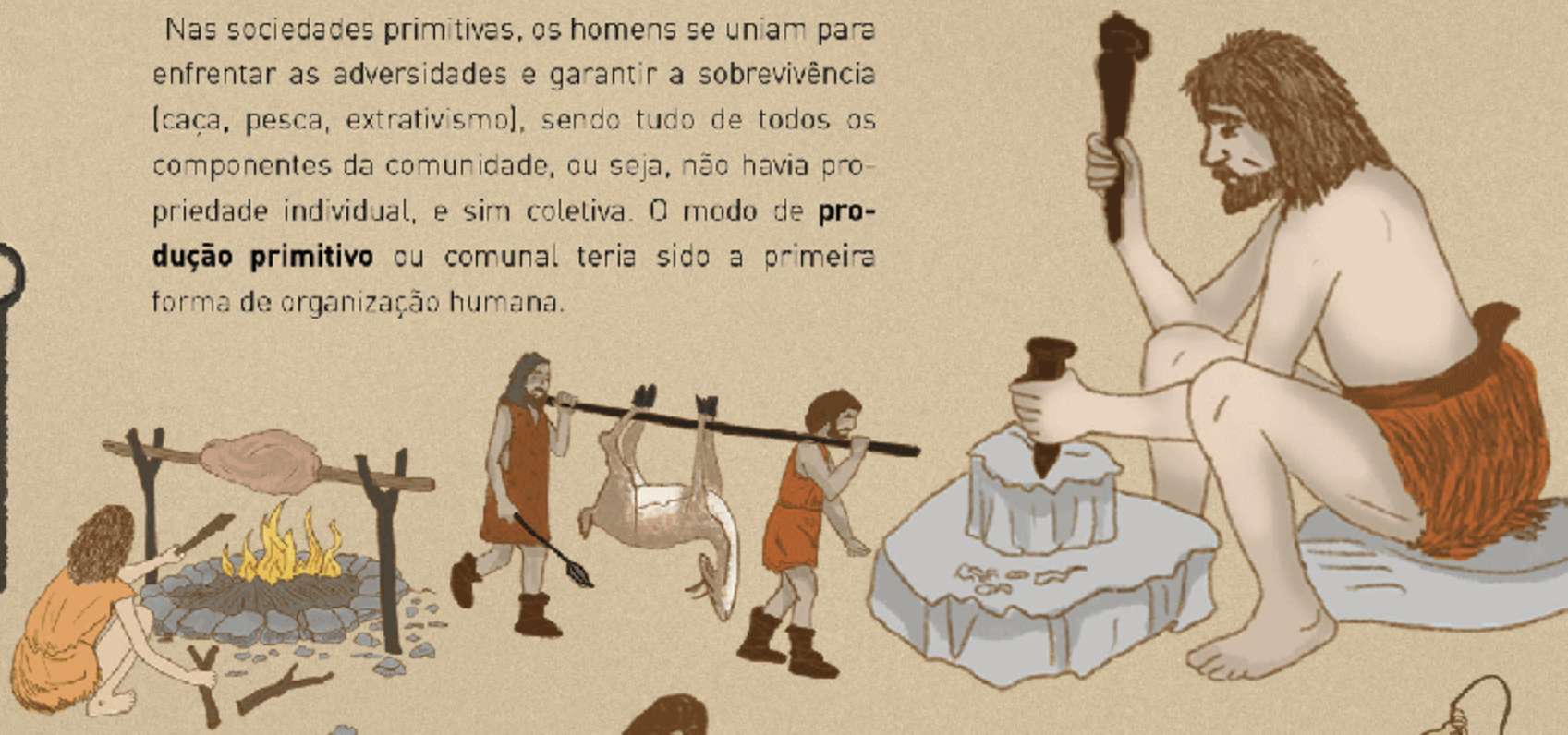


Karl Marx (1818-1883)

Nascido em Treves, na Alemanha, doutorou-se em filosofia. Mudou-se para Paris, França, em 1842, onde conheceu Friedrich Engels. Expulso da França em 1845, foi para Bruxelas. Em 1848, com Engels, escreveu *O Manifesto Comunista*, obra fundadora de suas teorias e inspiradora dos movimentos revolucionários que abalariam o mundo no século XX. Ainda em 1848, Marx mudou-se para Londres e tornou-se um dos fundadores da Primeira Internacional. Escreveu, entre outros, *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, *Contribuição à crítica da economia política*, *Miséria da filosofia*, *A ideologia alemã* e *O capital*, sua obra-prima. Morreu em 1883.

Modos de Produção: primitivo, es

Nas sociedades primitivas, os homens se uniam para enfrentar as adversidades e garantir a sobrevivência [caça, pesca, extrativismo], sendo tudo de todos os componentes da comunidade, ou seja, não havia propriedade individual, e sim coletiva. O modo de **produção primitivo** ou comunal teria sido a primeira forma de organização humana.



No modo de **produção escravista**, os meios de produção, a produção em si e os escravos eram propriedades de um dono (senhor), sendo o escravo considerado um instrumento de trabalho (como uma ferramenta animada). Nesse modo de produção, havia o objetivo de produzir riquezas que ficavam nas mãos de poucos.



Já no modo de **produção asiático**, a agricultura e manufatura estabeleceram-se em aldeias autossuficientes, com a produção excedente e o Estado estabelecido.

Esse modo de produção prevaleceu, por exemplo, no Egito antigo, bem como nas civilizações pré-colombianas (incas, maias e astecas) e mesopotâmicas (sumérios, assírios e babilônicos).



escravista, asiático, feudal e capitalista



Já no modo de **produção capitalista**, para que o trabalho seja transformado em mercadoria, é necessário que o trabalhador esteja desvinculado dos meios de produção (ferramentas, máquinas, edifícios, silos, energia, entre outros), ficando apenas com sua força de trabalho para vender. Ele realiza o trabalho como meio de sobrevivência, para manter a si e a seus familiares ou dependentes. Nesse modo de produção, o mais injusto e desigual de todos e o que predomina nos dias atuais, há apenas duas classes sociais antagônicas: a que possui o capital e os meios de produção (burguês) e a que, por não possuir capital, vende sua força de trabalho como forma de manter-se materialmente (proletário). Para tanto, ao submeter sua força de trabalho a um capitalista, o trabalhador recebe um salário. Há que se ressaltar as desigualdades inerentes a esse sistema, em que poucos, além de dominar o sistema de produção e financeiro, possuem grande parte das riquezas produzidas, e o trabalhador, apenas o pagamento pelo uso de sua força de trabalho. Pagamento ainda assim aviltado, em um sistema em que a concentração de riquezas e a desigualdade tendem a se manter.

No modo de **produção feudal**, a base da economia mantinha-se sob o controle dos senhores de terras, com os servos trabalhando e produzindo para estes e para o clero, em uma clara sociedade tripartite: uns produzindo – servos; uns protegendo ou guerreando – nobres, outros orando – clero. Na produção feudal, as relações de produção baseiam-se na propriedade do senhor sobre a terra e no trabalho do servo, que não vivia como um escravo, pois tinha que pagar uma série de tributos ao senhor feudal e à Igreja.



Mais-valia

Para o capitalismo, a força de trabalho é uma mercadoria que pode ser comprada e vendida. Não é, no entanto, uma mercadoria qualquer, pois cria valor, transformando-se na fonte de riquezas de uma sociedade.

Mercadoria é tudo o que é produzido sem ter em vista o valor de uso (por exemplo, uma peça de roupa que produzimos para uso pessoal), mas sim o valor de troca (venda do produto). Como produto do trabalho (*Arbeitsprodukte*, em alemão), o valor da mercadoria é estabelecido pelo trabalho socialmente realizado.

A mecanização transforma e acelera o modo de produzir mercadoria, subordinando os trabalhadores à máquina, ritmando o trabalho e submetendo-os a esse processo. Para Marx, é justamente aí que se estabelece a contradição capital-trabalho.

No modo de produção capitalista, o trabalhador operário se distingue dos trabalhadores escravos e dos servos feudais por receber um salário a partir do combinado com o empregador. Para Marx, esse contrato seria livre apenas na aparência, já que sempre há a exploração sobre o trabalhador por parte do capitalista.

Ao ser contratado, um trabalhador de fábrica vende, por exemplo, oito horas de seu dia a um determinado empresário. Em quatro ou cinco horas diárias de trabalho, o contratado produz o correspondente ao seu salário; as horas restantes são apropriadas pelo capitalista, logo o trabalhador produz um valor a mais do que deve-

ria pelo que recebe. Tal valor, para Marx, corresponde à **mais-valia** (*Mehrwehrt*, em alemão), ou seja, o trabalho não pago ao trabalhador, materializado em fonte de acumulação de capital e transformado em lucro do sistema, apropriado pelos capitalistas.

Para Marx, o operário, ao vender a sua força de trabalho para o sistema de produção, deixa de ter direito ao que produziu. Além disso, o trabalhador não mais projeta o que vai executar nem estabelece o ritmo da produção; ele apenas realiza uma parte do produto, tornando-se um alienado (do latim *alienare*, não pertence a si). Ocorre, assim, uma inversão: o homem, apesar de suas características de ser humano, não é o soberano do que produz; ao contrário, é comandado e dirigido pelo que gerou, desumanizando-se. Como o trabalhador não concebe o que vai executar, o produto do seu trabalho subtrai-se à sua consciência e vontade, ganhando "vida própria". Marx denomina esse processo de **fetichismo da mercadoria** (fetiche, nesse caso, está ligado à palavra feitiço ou culto; em alemão *Warenfetsch*).

Saiba mais

Mais-valia absoluta: quando o capitalista procura obter o lucro aumentando constantemente a jornada de trabalho.

Mais-valia relativa: quando o capitalista aplica tecnologia à produção como forma de aumentar produtividade.



Um empregado de uma fábrica de camisetas recebe, mensalmente, R\$ 1.000,00 pelo seu trabalho.



No entanto, ele trabalha três vezes o necessário para produzir o correspondente ao valor recebido, ou seja, se recebesse pela quantidade de tempo que trabalha e pelo volume que produz, seu salário seria de R\$ 3.000,00



Produção necessária para ganho do salário.



Produção real do trabalhador [além do necessário].

A diferença entre aquilo que o trabalhador produz e o que ele recebe por sua produção (no nosso exemplo, R\$ 2.000,00) fica com o capitalista e é chamada por Marx de mais-valia.



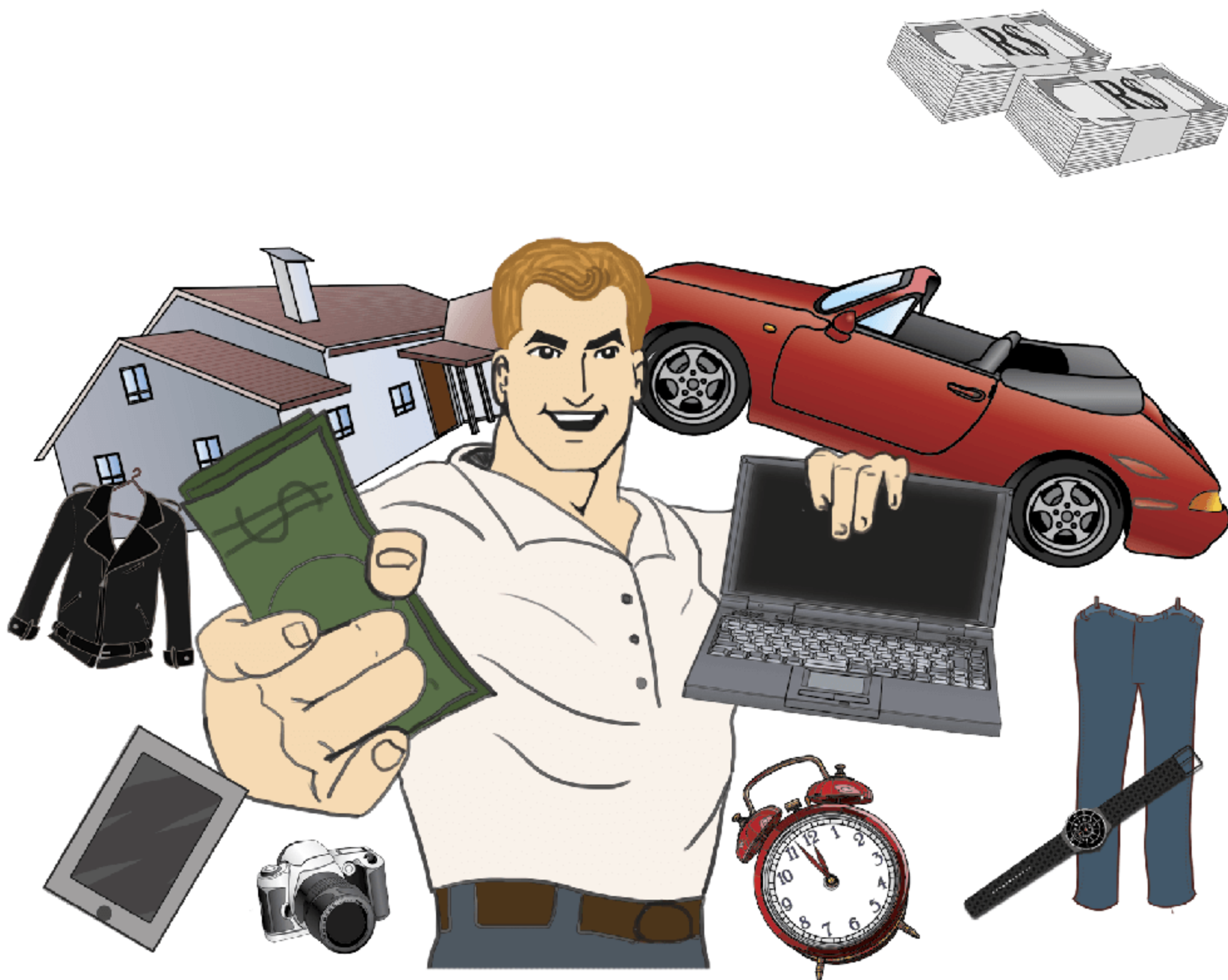
As classes sociais

As classes sociais, na teoria marxista, expressam as desigualdades do sistema capitalista. O expropriado (proletário) produz as mercadorias, mas o dono dos meios de produção (capitalista) apropria-se do resultado dessa produção, de forma privada, devolvendo ao trabalhador um salário, o qual é utilizado para a manutenção desse trabalhador (aquisição de alimentos, moradia, vestimentas), o que garante a continuidade da produção de riqueza para o capitalista. Nesse sentido, a relação social de ambos torna-se antagônica e contraditória, com interesses opostos tanto no plano político (de dominação) como no campo econômico (de apropriação).

No sistema capitalista, o capital não existe sem o trabalho assalariado, assim como o trabalho assalariado não existe sem o capital. Para Karl Marx, essa relação deve ser superada, transformando a sociedade e permitindo que o proletário seja o beneficiário do que produz; essa é a proposta socialista.

Atenção!

Nesse ponto, é importante compreender o termo **reificação**, que pode ser compreendido como "coisificação". O homem passa a valer mais pelo que pode ou não adquirir. Esse conceito está presente em diversas discussões sobre o trabalho atual.



O ideal socialista e a realidade

Para Marx, a classe dominante faz uso da **ideologia**, dissimulando as aparências e impedindo a consciência do explorado. Para tanto, incute na cabeça do trabalhador que ele é o culpado pela sua condição. O próprio Estado, enquanto instituição social protetora do sistema capitalista, colabora para tal, colocando-se a serviço de todos, mas protegendo, antes de tudo, a propriedade privada e o sistema capitalista em si. Dessa forma, encobre as contradições do sistema capitalista, permitindo que poucos lucrem mais às custas do trabalho de muitos.

Caberia ao trabalhador a *práxis* (termo grego que significa ação) revolucionária, ou seja, fazer uso da prática e contrapor-la à teoria. Como? Organizando-se com os demais membros da classe operária a fim de mobilizar uma prática transformadora que destrua o Estado burguês e articule uma revolução que organize um novo Estado capaz de suprimir a propriedade privada dos meios de produção e impor a **ditadura do proletariado**. O modo de produção capitalista seria destruído ou desmontado aos poucos pela ditadura do proletariado e pelo novo Estado, representativo dos interesses dos trabalhadores e munido de um aparelho repressivo que evite uma contrarrevolução do sistema derrubado (modo de produção socialista). Em uma etapa posterior, seria imposta a transformação comunista, definida como a condição do “comum a todos” e caracterizada pela supressão total do Estado e da luta de classes. Com o fim da luta de classes, também chegaria ao fim da História, que para Marx é o resultado desse conflito.

A Rússia de 1917 derrubou, em duas fases, sendo a decisiva em outubro do mesmo ano, sob a liderança de Lênin (1870-1924), o Estado monárquico russo pela violência, suprimindo a propriedade privada dos meios de produção, realizando uma reforma agrária importante e nacionalizando fábricas, bancos, entre outros. No entanto, Marx previa a revolução proletariada em um Estado industrializado e desenvolvido, com uma forte camada burguesa. Não era o caso da Rússia, um Estado monárquico, altamente centralizado, com resquícios do feudalismo e ainda pouco industrializado, com uma burguesia ainda em ascensão. A Revolução Russa não levou totalmente os operários e camponeses ao poder, tal como prefigurado por Marx. Ao contrário, manteve a centralização de poder do regime czarista, substituído pelo regime do Partido Comunista Soviético, autoritário e comandado por uma classe privilegiada por décadas, mas que foi capaz de diminuir as diferenças sociais e acelerar o desenvolvimento do país, “queimando” as etapas previstas por Marx em seu Manifesto para a

implantação do socialismo real e distante das ideologias utópicas surgidas no século XIX.

Esse modelo, que dependia de um Estado forte e de altos custos sociais, esgotou-se. A União Soviética, às beiras de um colapso econômico, se abriu para o mundo com a **glasnost** (transparência, representando a abertura política) e a **perestroika** (reestruturação política), no final dos anos de 1980. O socialismo real entrava em xeque. De lá para cá, muito se transformou, e a aparente falência da *práxis* marxista (em especial ao final do século XX, com a queda do bloco soviético, simbolizada pela derrubada do muro de Berlim) nos conduziu a uma globalização capitalista crescente e sem precedentes na história da humanidade, obrigando até países que ainda são de regime comunista, como China, Cuba e Vietnã, a se adaptar ao capitalismo global.

PONTO DE CONEXÃO

Veja, em História, como se deu a Revolução Russa para compreender as mudanças político-sociais que se deram nessa ocasião e, assim, entender plenamente como o socialismo se instala em alguns países do mundo e, em seguida, torna-se um dos polos da ordem mundial que vigorou durante várias décadas até a dissolução da União Soviética.



Goldstein G./Wikimedia Commons (Domínio público)

A experiência prática russa

Ao assumirem o poder na Rússia em 1917, os **bolcheviques** (que significa maioria em russo) decretaram a reforma agrária, estatizaram bancos e fábricas e determinaram o fim da propriedade privada. Todo o poder foi transferido aos **soviets** de operários, camponeses e soldados, iniciando uma ordem socialista na antiga Rússia czarista, mas com um poder que continuaria centralizado na figura de um líder máximo.

A Revolução Russa eclodiu em um país atrasado, rural e vitimado pelas derrotas na Primeira Guerra Mundial, pelo absolutismo e pela situação de miséria social.

Apesar dos limites da implantação do sistema socialista em um país ainda não totalmente capitalista, o movimento não foi apenas nacional, uma vez que ecoou no movimento operário do planeta como uma alternativa ao sistema capitalista em regiões mais industrializadas, como nos Estados Unidos e na Alemanha, e representou a primeira e mais significativa ruptura de poder na Europa desde a Revolução Francesa em 1789.

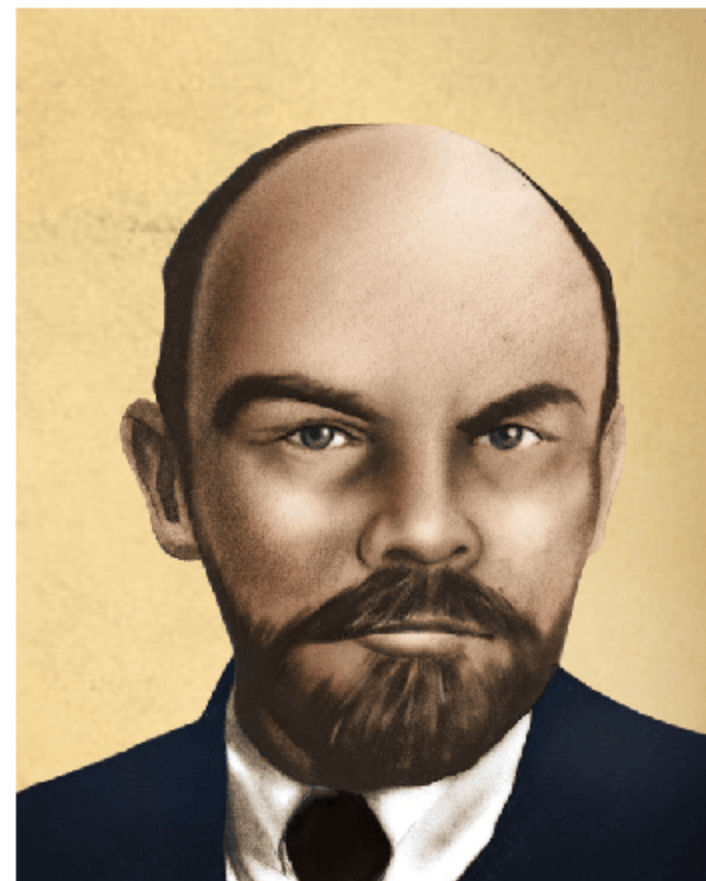
A morte de Lênin, em janeiro de 1924, deixou transparecer as divergências entre dois outros grandes líderes da Revolução Russa: Leon Trotsky, comissário do povo para a guerra, e Josef Stalin, secretário geral do Partido Bolchevique. Ambos passaram a lutar pelo controle e pela concretização da revolução. Trotsky propunha a teoria da revolução permanente, segundo a qual só seria possível a consolidação do socialismo na Rússia se fosse promovida a expansão das transformações internas a todos os demais países capitalistas europeus. Stalin, mais habilidoso na articulação política dentro do partido, defendia a teoria do socialismo em um só país, segundo a qual, mesmo com os fracassos iniciais da expansão socialista (tentada inicialmente na Alemanha), seria possível construir um socialismo forte e inabalável dentro da Rússia soviética e depois exportá-lo para outros países.

Stalin acabou vitorioso e passou a perseguir todos os opositores, especialmente Trotsky, que foi assassinado no México em 1940 por um agente a serviço de Stalin. Os caminhos determinados por Stalin e seus sucessores na condução do socialismo soviético são hoje vistos como autoritários e desastrosos, o que fez o modo de produção socialista proposto por Marx enfraquecer em sua primeira experiência real, dando lugar, de forma efetiva a partir dos anos 1990, à globalização capitalista atual, em que, mesmo em países comunistas, como a China, prevalece o capitalismo de Estado voltado à exportação de mercadorias industrializadas, a serviço de grandes corporações capitalistas globais.

HABILIDADES

H13 – Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

Compreender a atuação de líderes socialistas soviéticos e relacioná-la com os passos seguintes do socialismo é trabalhar a habilidade 13, acima destacada.



Principal dirigente do Partido Bolchevique, Lênin (1870-1924) liderou a revolução socialista de bases marxistas no país menos industrializado do continente europeu e que ainda continha traços do feudalismo em seu sistema econômico. Não à toa, o socialismo real fracassaria no país e a União Soviética entraria em colapso no começo dos anos 1990.

Mas afinal, o que deseja o socialismo?

Antes do socialismo marxista ou da Revolução Russa, várias outras propostas socialistas foram elaboradas e estruturadas a partir da exploração a que foi e é submetida a classe trabalhadora desde a plena industrialização inaugurada a partir do século XVIII.

Os **socialistas utópicos** (do grego *outópos*, *ou* = não; *tópos* = lugar), assim chamados por Marx, elaboraram idealizações consideradas românticas e ingênuas por acreditarem ser possível o estabelecimento de uma espécie de compromisso entre proprietários de unidades produtivas e trabalhadores operários que minimizariam a exploração própria do sistema capitalista. Entre seus principais idealizadores, podemos citar Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858).

Diante do cenário de exploração e dificuldades vivido pelas camadas mais empobrecidas da população mundial, o papa Leão XIII lançou, em 1891, a encíclica *Rerum Novarum*, em que afirmou ser a religião a única via possível para o estabelecimento de uma sociedade mais justa, condenando as propostas socialistas que apontam a violência como meio de se conseguir tal sociedade e defendendo a conciliação entre capital e trabalho, com o fim da luta de classes, mas admitindo a propriedade privada.

Uma outra proposta estruturada a partir da exploração capitalista foi o **anarquismo** (do grego *na* = não; *archos* = governo), também intitulado **comunismo libertário**.

O inimigo dos teóricos anarquistas é o Estado, que, segundo afirmam, adquiriu grande poder no processo histórico da humanidade, passando a desprezar as aspirações individuais. Os anarquistas confiam que os indivíduos têm todo o direito de decidir suas vidas e não permitem que nenhuma força superior estabelecida oprima a liberdade de geri-las.

Seu primeiro grande teórico foi Joseph Proudhon (1809-1865), que apontava a propriedade como o mal da humanidade, defendendo a formação de cooperativas de trabalhadores baseadas na autogestão dos recursos.

O russo Mikhail Bakunin (1814-1876) elaborou suas ideias a partir das de Proudhon, mostrando-se, no entanto, mais radical ao propor o **anarquismo terrorista**. Por essa teoria, para a destruição do Estado enquanto instituição, seria necessária a eliminação de seus representantes, tais como presidentes, reis e imperadores, através de atentados e assassinatos.



Robert Owen, banido da Inglaterra, refugiou-se em Indiana (EUA), onde criou, em 1825, a colônia Nova Harmonia, baseada em teorias de cooperativas operárias de consumo e produção. A experiência teve curta duração. F. Bate, *A bird's eye view of a community*, 1838.

Estratificação social

A estratificação social indica diferenças e desigualdades entre os indivíduos de uma determinada sociedade.

A posição de um indivíduo na sociedade em que está inserido é determinada pela sua condição de mando (política), pela atividade e pelo papel que desempenha na estrutura social a que pertence (profissão) e, em especial nos dias contemporâneos, pelo seu poder de renda (definida pela posse de bens materiais do indivíduo).

Outro fator determinante para a classificação de uma pessoa na sociedade pode ser seu modo de vida e seus interesses, o que a associa e congrega com indivíduos com as mesmas aspirações e o mesmo estilo de viver. Inclusive a religião e situação de nascimento podem ser itens classificatórios para um indivíduo.

Tipos de estratificação social

Podemos identificar alguns tipos de classificação social. As mais comuns são listadas a seguir.

Sociedade de castas

A capacidade e o esforço de um indivíduo não se mostram suficientes para que ele alcance uma posição mais favorável e elevada. Nesse caso, a classificação da pessoa é determinada pelo nascimento, o que a faz carregar pelo resto de sua vida a posição atribuída. É o caso da Índia. Embora as castas tenham sido legalmente extintas em 1947, a sociedade indiana mantém características sociais rígidas (em especial nas zonas rurais), não oferecendo aos seus membros possibilidade de mobilidade social. Assim, tradicionalmente, o casamento se dá entre pessoas de uma mesma casta, ou seja, dentro do grupo de nascimento do indivíduo. O mérito pessoal, neste tipo de estratificação, é desprezado.



Sociedade de estamentos ou estamental

É considerada menos rigorosa e mais aberta do que a de castas, embora a mobilidade social entre seus membros seja muito difícil. Mas havia brechas. Foi o caso da sociedade feudal europeia do século V ao XIII, no período denominado Alta Idade Média. Era uma sociedade tripartite composta de clero, nobreza e campesinato, com divisão clara de tarefas, conforme a ilustração.

À morte de um nobre (senhor feudal) seguia-se a herança da propriedade da terra. Pela lei da primogenitura, apenas o filho mais velho do senhor herdava a posse, evitando-se a fragmentação do bem. Aos demais filhos, restava a opção de servir ao único herdeiro (agora senhor) ou adquirir um cargo eclesiástico, até porque o celibato clerical impedia a procriação que envolvesse os membros da Igreja (o que caracterizaria a possibilidade de ascensão).

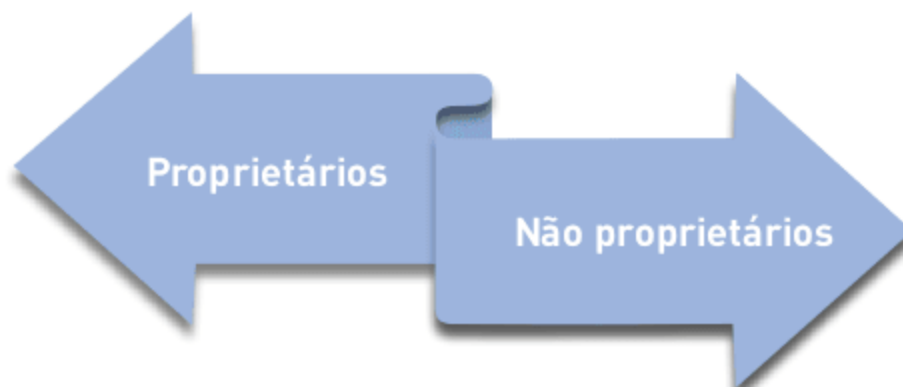
Sociedade de classes

A definição do estrato ocupado por um indivíduo passa pela produção material. Como vimos, segundo o marxismo, existem no capitalismo apenas duas classes sociais: a dos **proprietários** e a dos **não proprietários** dos meios de produção. Ou seja, a apropriação e a expropriação definem a estrutura social desigual.

Para Karl Marx, no sistema de classes, não cabe ao indivíduo a escolha da posição que deseja.

No modo de produção capitalista, as classes sociais estabelecem uma relação de oposição e complemento. O proprietário gera o emprego (trabalho), e o operário é assalariado pelo empregador. O operário é responsável tanto pela produção quanto pela aquisição (por meio de seu salário) das mercadorias, estabelecendo-se, assim, uma relação de oposição, porque são classes antagônicas, e de complemento, porque uma classe não vive sem a outra. Essa é uma das contradições do capitalismo.

O alemão Max Weber (1864-1920) possui uma outra interpretação sobre as classes sociais, afirmando que não somente a renda, a posse e a riqueza são fatores que classificam os indivíduos em uma estrutura social, mas também o *status*, o prestígio e o poder. Ou seja, para Weber, não basta o indivíduo possuir riqueza se não for atribuído a ele prestígio.



Atenção!

Compreender a ascensão da classe C e o impacto disso no cenário político e cultural brasileiro a partir da década de 2000 é muito importante. Questões e temas de redação podem versar sobre esse assunto, tão discutido e em voga na mídia.

Assim, para Weber, são membros de uma mesma classe as pessoas que possuem em comum a posse de bens, a posição no mercado de trabalho, as oportunidades de vida e o mesmo nível de renda (situação de classe).

Para o francês Pierre Bourdieu (1930-2002), diferentemente de Marx e Weber, não são as relações de produção que determinam o lugar do indivíduo em uma hierarquia social, mas as relações culturais, o que significa dizer que o modo como as pessoas e os grupos vivem e consomem constrói seu capital simbólico.

A mobilidade social contemporânea

No Brasil, a mobilidade social (nome dado aos movimentos na pirâmide social), embora não tenha cessado, caminha mais lentamente da década de 1970 para cá, com relativo progresso a partir de 2006.

Até a década de 1970, os brasileiros melhoraram de vida sem exigência de grande formação técnica. Esse tipo de crescimento na estrutura de classes sociais recebeu a denominação de **mobilidade estrutural**.

Nas últimas décadas, porém, o Brasil passou a registrar **mobilidade circular**, isto é, a possibilidade de ascensão social passou a basear-se na competição e disputa, quando um bom posto de trabalho passa a ser obtido com a desocupação da vaga por demissão, aposentadoria, morte ou promoção. Nesse tipo de mobilidade social, o peso maior fica para o sistema educacional, já que o mercado passou a ter a necessidade de profissionais mais bem formados, qualificados e habituados a lidar com as novas tecnologias, que mudam o tempo todo.

Na atualidade, a classificação dos indivíduos e das famílias em classes passa pela capacidade de consumo de bens e pela renda. Estratificar as pessoas em níveis tornou-se comum (classes A, B, C, D, E ou classes alta, média, baixa), assim como a mobilidade social.

Por esse critério, a aquisição de produtos materiais, como automóveis, eletrodomésticos, terrenos, entre outros, com a ajuda de crédito, programas de financiamento ou empréstimos, indica a posição da pessoa na sociedade a que pertence. Assim, não é incomum que a pessoa busque camuflar sua condição para uma classificação melhor, o que torna a sociedade altamente consumista e de aparências pouco confiáveis. O preço para a conquista do reconhecimento da situação de classe tem levado muitos à mera valorização do dinheiro e do poder de consumo a qualquer custo, renegando-se valores sociais de solidariedade por causa do individualismo e da competitividade próprios do sistema capitalista. Também tem levado muitas pessoas ao endividamento irresponsável em razão da disponibilidade de crédito fácil a juros muitas vezes elevados e à desregulamentação do Estado no setor financeiro. Tal endividamento foi o estopim da crise global de 2008, e seus efeitos são sentidos até hoje.

A flexibilidade entre as classes pode ser **ascendente** ou **descendente**. A mobilidade ascendente, por sua vez, pode ser vertical ou horizontal. Vertical é aquela em que o indivíduo projeta-se de uma classe a outra (exemplo: classe média para alta); a horizontal caracteriza-se pela manutenção do indivíduo na classe em que está estratificado, elevando-se pelo ganho cultural e educacional (exemplo: estudante sai de uma pequena cidade, ganhando opções em um grande centro). Já a mobilidade social descendente só pode ser vertical (exemplo: membro da classe alta perde a condição material que possui, próprio dos riscos do sistema).

PARA PRATICAR

1 Leia o texto a seguir.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho, obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. BARBOSA, Regis; KOTHE, Flávio R. (Trad.). Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996. v.1. pp. 297-8.

Considerando o texto e com base nas concepções de Marx sobre o trabalho, pode-se inferir corretamente que:

- A** o processo do trabalho pode ser definido como de realização da sociedade, descaracterizando o homem como ser.
- B** o homem distingue-se dos outros seres por intermédio do trabalho, já que, por meio dessa atividade, ele transforma não só a natureza em si, mas a si mesmo.
- C** o trabalho gratifica quem vive da exploração da ação transformadora alheia, impulsionando ideias de valor de uso e de troca.
- D** o trabalho, mesmo em suas primeiras formas, aponta sempre para a busca do lucro, transformando o trabalhador em agente social.
- E** no modo de produção capitalista, o produto oriundo do trabalho, ao ser apropriado pelo trabalhador, humaniza-o.

2

Brasil: mobilidade social entre as gerações (%)

Tipo	1973	1982	1994
Ascendente	47,1	38,1	37,1
Imobilidade	41,6	35,7	35,3
Descendente	11,3	26,2	35,3

Fonte: José Pastore (PNAD 2002).

De acordo com a tabela, assinale a alternativa correta.

- A** Percebe-se que, mantido o mesmo ritmo, somente no ano de 2100 o Brasil possuirá um nível adequado em seu sistema educacional.
- B** Há uma constância na ascensão social positiva, ou seja, há uma clara tendência de elevação do nível social brasileiro.
- C** Pela análise dos números, constata-se que a ascensão social tornou-se difícil, notando-se um grande avanço do decréscimo do nível de vida a partir de 1973.
- D** O país mostra-se pessimista em relação à ascensão social, porém deve-se destacar uma total estabilidade na imobilidade social, o que significa apontamento para a melhora nos padrões de vida.
- E** A classe média vem percebendo ser a educação a saída para a ascensão, não havendo, nos anos apontados, comprometimento em sua escalada social.

3 "Os filósofos não têm feito senão interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo."

Essa é uma afirmação de Karl Marx, que formulou seus pensamentos a partir da realidade social que observou: avanço técnico, aumento do poder do homem sobre a natureza e o progresso que escravizava a crescente classe operária.

A respeito das teorias de Marx, podemos afirmar que:

- A** esse pensador chama de *práxis* a ação humana capaz de transformar a realidade, fazendo tal conceito identificar-se com a prática, contrapondo-se às bases teóricas.
- B** o trabalho, no contexto capitalista de produção, humaniza o homem, gerando sua "reificação" e fazendo-o ser pleno.
- C** a superestrutura corresponde à estrutura material da sociedade – sua base econômica –, que consiste nas formas pelas quais os homens produzem os bens necessários à sua vida.

- D** a mais-valia corresponde ao trabalho excedente que é pago ao operário, ou seja, a um valor superior tomado como lucro pelo capitalista.
- E** ele desenvolveu o conceito de alienação, afirmando que esta tem origem na vida econômica e rejeitando as explicações comuns na história da filosofia.

4 *Que é uma jornada de trabalho? De quanto é o tempo durante o qual o capital pode consumir a força de trabalho, cujo valor diário ele paga? Por quanto tempo pode ser prolongada a jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à reprodução dessa mesma força de trabalho?*

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. BARBOSA, Regis; KOTHE, Flávio R. (Trad.). Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996. v.1. p. 378.

Com base nos pensamentos de Karl Marx, podemos afirmar que:

- A** a infraestrutura é a base econômica de uma sociedade e determina a sua superestrutura, ou seja, as estruturas político-jurídica e ideológica.
- B** a mais-valia é o valor que o proprietário dos meios de produção cria além do valor de sua força de trabalho e que é apropriado pelos trabalhadores.
- C** o fetichismo da mercadoria é o processo pelo qual o produto surge como um poder desvinculado do produtor, sendo exatamente esse processo que dá dignidade ao trabalhador no mundo capitalista.
- D** a ideologia permite que o trabalhador do mundo capitalista reaja prontamente à exploração a que é submetido.
- E** a dialética marxista ou materialista é um método de análise da realidade que a compreende como expressão dos conflitos existentes no mundo espiritual.

5 *“Decreto sobre terras da reunião dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados (26 de Outubro de 1917)”:*

I) fica abolida, pelo presente decreto, sem nenhuma indenização, a propriedade latifundiária;

II) todas as propriedades dos latifundiários, bem como as dos conventos e da Igreja, acompanhadas de seus inventários, construções e demais acessórios ficarão à disposição dos comitês de terras e dos Sovietes de Deputados Camponezes, até a convocação da Assembleia Constituinte;

III) quaisquer danos causados aos bens confiscados, que pertencem, daqui por diante, ao povo, são crime punido pelo tribunal revolucionário.

Presidente do Soviete de Comissários do Povo, V. Ulianov – Lênin. In: NENAROKOV, A. P. 1917: “A Revolução mês a mês”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p.169.

O objetivo do decreto citado pelo governo revolucionário russo, logo após a tomada do poder pelos bolcheviques, demonstra a necessidade de:

- A** dar garantia à manutenção da propriedade privada da terra a particulares.
- B** retomar os direitos aos antigos proprietários de terras, que foram expropriados pelo governo revolucionário menchevique.
- C** obter a adesão da burguesia ao novo governo revolucionário instalado.
- D** garantir o acesso à terra à grande massa camponesa, a partir de uma reforma agrária.
- E** demonstrar o caráter camponês da Revolução em curso.

6 Leia o texto a seguir:

[...]

que tiraste em vida.

*— É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
neste latifúndio.*

*— Não é cova grande.
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.*

[...]

NETO, João Cabral de Mello. *Morte e Vida Severina*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

O trecho da obra *Morte e Vida Severina* nos conduz aos seguintes temas histórico-sociais do Brasil:

- A** Miséria e opressão das zonas rurais, estruturadas pelo prevalecimento do minifúndio em nossa história.
- B** Violência e má distribuição de terras, resultado do modelo de exploração implantado nos primeiros séculos da colonização portuguesa no Brasil.
- C** Direito de acesso à terra pelos latifundiários e boa distribuição de terras, herança da economia açucareira introduzida pela metrópole portuguesa no Brasil.
- D** Violência urbana e pobreza nos grandes centros urbanos do país, fruto do modelo industrial exploratório praticado no Brasil colonial.
- E** Violência rural e respeito aos direitos de posse nas áreas urbanas, preocupação introduzida no Brasil pré-colonial (1500-1530).

7 Leia o texto a seguir.

No mundo, aproximadamente 870 milhões de pessoas sofrem com a desnutrição, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A média de subnutridos representa 12,5% da população do planeta. Os percentuais aumentam para 23,2% nos países em desenvolvimento e caem para 14,9% nas nações desenvolvidas.

Os dados constam no relatório denominado Estado de Insegurança Alimentar no Mundo de 2012 (Sofi, em inglês).

A Ásia é o continente que lidera, em número, a quantidade de indivíduos subnutridos e há um aumento na África.

Ainda pelo relatório, 852 milhões de pessoas subnutridas estão em países em desenvolvimento, representando 15% da população. Mas há cerca de 16 milhões de pessoas que vivem em países desenvolvidos. De qualquer forma, segundo o relatório, houve melhoras nos números em comparação a dados dos últimos vinte anos.

[...] A América Latina e o Caribe apresentaram progressos, mas ainda registram 49 milhões de indivíduos com fome.

GIRALDI, Renata; CAVALCANTE, Talita (Ed.). "ONU: quase 870 milhões de pessoas passam fome no mundo". *Agência Brasil*, 9 out. 2012.

Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-10-09/onu-quase-870-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-mundo>>. Acesso em: 18 mar. 2015. (Adapt.).

Os dados apresentados no texto em questão permitem inferir corretamente que:

- A** o modelo econômico ditado pelas linhas da globalização mostra-se capaz de incluir todas as pessoas do planeta nos benefícios trazidos por esse processo.
- B** o aumento na produção de alimentos torna-se pouco eficaz se a distribuição não alcançar todos os cidadãos do planeta.
- C** a situação, de certa forma, mostra-se em acordo com a ordem capitalista mundial, que é a de todos produzirem e consumirem em igualdade.
- D** alguns indivíduos consomem em plenitude, outros mal conseguem sobreviver, estabelecendo um mecanismo que acompanha visões socialistas.
- E** a questão da fome tende a ser solucionada no planeta partindo do simples aumento na produção de alimentos.

8 Aceito com entusiasmo o lema "O melhor governo é o que menos governa" e gostaria que ele fosse aplicado mais rápida e sistematicamente.

THOREAU, Henry David. *A desobediência civil*. José Geraldo Couto (Trad.). Companhia das Letras, 2012.

A frase anterior transmite uma tese compartilhada por contemporâneos de Marx, tais como Proudhon (1809-1865) e Bakunin (1814-1876), que declaravam ser o Estado uma instituição nociva e desnecessária, pois há formas alternativas de organização voluntária. Trata-se de uma proposta:

- A** socialista, que vê na posse dos meios de produção a contradição da vida em sociedade.
- B** social-democrata, que busca a conciliação entre economia de mercado e igualdade social.
- C** neoliberal, que rejeita a intervenção do Estado na economia.
- D** anarquista, que rejeita a figura do Estado por completo.
- E** parlamentarista, que prevê a supremacia do poder do chefe de governo sobre o chefe de Estado.

9 (UEL 2014) Uma das grandes ruas arborizadas e largas da capital francesa traz o nome de Haussmann, primeiro ministro à época da Comuna de Paris e responsável pela nova configuração espacial que parte da Cidade Luz passou a ter. Tratava-se, para ele, de eliminar as vielas que impediam o deslocamento das tropas por ocasião de motins populares.

A Comuna de Paris também foi objeto de atenção do pensamento de Marx e Engels. Sobre a forma como Marx e Engels analisaram a Comuna de Paris, assinale a alternativa correta.

- A** Foi a primeira experiência real que indicou o que poderia ser uma sociedade sem classes.
- B** Era um movimento limitado por desconsiderar a forma parlamentar como instrumento essencial de luta.
- C** Expressava um modelo ideal de vida social a ser seguido por outras nações da Europa à época de sua realização.
- D** Representava a continuidade da Revolução Francesa e de seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.
- E** Tratava-se de um movimento pacífico que recusava a luta de classes como caminho para o comunismo.

Refleta sobre

Entre as definições do conteúdo mais amplo cabe apontar o seguinte: o homem se colocou acima do reino animal pelo fato mesmo de sua capacidade criadora; foi definido com muito acerto como "o animal que produz". Mas o trabalho não é para o homem apenas uma necessidade inevitável. É também o seu libertador em relação à natureza, seu criador como ser social e independente. No processo do trabalho, no processo de moldar a natureza exterior a ele, o homem molda e modifica a si mesmo. O trabalho aparece como o confronto do homem com a natureza, numa relação de progressivo conhecimento e controle dela, cujo estímulo são as diversas e sucessivas necessidades humanas nas diferentes etapas dessa relação e desse processo, etapas nas quais o homem se transforma.

MARAVALL, José Maria. "Trabalho". In: *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: MEC-FGV, 1986. pp. 1248-9.

A partir do fragmento textual apresentado, na necessidade de manutenção e consumo, o trabalho no mundo contemporâneo globalizado traz realização pessoal?

■ Quer saber mais?



Livros

- CARMICHAEL, Joel. *História resumida da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
Obra em que o autor traça os caminhos da experiência socialista russa (soviética), não deixando de expor pontos controversos da ação revolucionária emergente em 1917.
- IANNI, O. (Org.) *Teorias de estratificação social*. São Paulo: Nacional, 1978.
Octávio Ianni apresenta uma coletânea de textos sobre tipos de estratificação social (castas, estamentos e classes sociais), possibilitando a compreensão das teorias traçadas pelos estudos sociológicos a respeito das classificações dos indivíduos em diversas sociedades.



Filme

- *Ilha das Flores*. Direção de Jorge Furtado. Brasil, 1989.
Em apenas dezesseis minutos, esse pequeno filme narra, de forma altamente didática e bem-humorada, o funcionamento do sistema capitalista. Disponível em: <<https://p.p4ed.com/MJIEK>>.


- *Adeus, Lênin*. Direção de Wolfgang Becker. Alemanha, 2002.
Uma apaixonada colaboradora do regime comunista sofre um colapso ao ver seu filho espancado por policiais durante manifestações pela democracia, pela liberdade e pelo fim desse regime autoritário na Alemanha Oriental. Acorda somente depois da queda do Muro de Berlim. Muito debilitada, não pode sofrer emoções fortes. Seus filhos então fazem o possível para fazer parecer a ela que o socialismo se mantém.
- *Reds*. Direção de Warren Beatty. EUA, 1981.
A épica cinebiografia do jornalista americano John Reed, autor de *Dez Dias que Abalaram o Mundo* (Companhia das Letras), no qual narrou *in loco* os momentos decisivos da Revolução Russa até sua desilusão com o regime comunista, marcado pela burocratização e excessivo controle do Estado sobre a população.

RESUMO teórico

- A base do pensamento de Karl Marx (1818-1883) compõe-se de duas teorias principais: o materialismo histórico e o materialismo dialético.
- Segundo Marx, as relações entre os homens no modo de produção capitalista são de exploração, oposição e antagonismo.
- Para Marx, no modo de produção capitalista, o trabalhador é expropriado dos meios de produção e sua força de trabalho transforma-se em mercadoria.
- Pela visão marxista, no capitalismo existem fundamentalmente apenas duas classes sociais antagônicas: a dos proprietários dos meios de produção, ou burgueses (donos de fábricas, bancos, terras), e a dos não proprietários dos meios de produção, ou proletários (trabalhadores assalariados).
- Mais-valia é o valor que o trabalhador produz além do que seria necessário para sua sobrevivência e que é apropriado como lucro pelo capitalista, caracterizando a exploração.
- Segundo Marx, o capitalismo industrial impulsionou o processo de alienação do trabalhador.
- Estratificação social indica as diferenças entre os indivíduos em determinada sociedade.
- Tipos de estratificação social: de castas (indivíduo classificado pela origem do nascimento), de estamentos (mobilidade social difícil entre os indivíduos, mas não impossível), de classes (indica possibilidade de mobilidade social, seja ela vertical e/ou horizontal).
- No mundo contemporâneo, a mobilidade social tem se mostrado difícil devido à competitividade do mercado de trabalho, à informatização e automação dos processos produtivos e à globalização do capital, das finanças e das forças produtivas.

Capítulo 4

Max Weber, a ação social e a necessidade da antropologia



A globalização,
no entanto, permitiu
que muitos desses grupos se
tornassem conhecidos e estudados
nas cidades, nas aldeias e no
campo, próximos ou
distantes de nós.



Tribo africana em ritual (atual).

A antropologia, a ciência da alteridade, busca a identificação de grupos e etnias que resistem à padronização cultural imposta pela globalização contemporânea. A globalização, no entanto, permitiu que muitos desses grupos se tornassem conhecidos e estudados nas cidades, nas aldeias e no campo, próximos ou distantes de nós.



O alemão Max Weber (1864-1920) afirmou que uma sociedade pode ser entendida e compreendida a partir das ações de seus indivíduos, propondo como objeto da sociologia o estudo das ações sociais. Ele nos aponta um exemplo ao pedir que imaginemos dois ciclistas transitando na mesma via, porém em sentidos opostos. Caso haja um choque entre eles, não houve a caracterização de uma ação social. Porém, o fato de desviarem um do outro já pode ser considerado como uma intenção de evitar o choque, visto que cada um esperou a reação do outro.

Nesse sentido, a ação social é qualquer ato praticado por uma pessoa que se orienta pela ação de outras, mesmo que não se conheçam. Por essa definição, só há ação social quando um indivíduo estabelece ou tenta estabelecer algum tipo de comunicação com outros indivíduos, o que não significa que cada sujeito possa prever todas as consequências de determinada ação.

Paralelamente aos pensamentos de Weber e à importância que se dá a entender o outro, este módulo apresenta a antropologia enquanto ciência fundamental para que entendamos as diferenças e a diversidade cultural, étnica e linguística do mundo.

Afinal, como entender o mundo com múltiplas e singulares histórias? Como compreender os problemas globais envoltos nas discussões sobre o desenvolvimento sustentado, os direitos humanos, a diversidade religiosa, cultural e política dos grupos? Ou seja, como podemos pensar as diversidades culturais em um mundo globalizado com tendência a padronizações e uniformizações?

Assim, neste módulo, faremos uma análise da importância do pensamento de Max Weber e observaremos o contexto do surgimento da antropologia enquanto ciência da alteridade, cujo objetivo maior passou a ser o de estudar os particularismos das sociedades diferentes das europeias a partir do encontro entre povos de culturas distintas, em um período que se caracterizou pelo apogeu da produção em massa, da uniformidade da produção industrial e do domínio intensivo da Europa sobre vastos territórios na África e Ásia.

Podemos até nos atentar às diferenças, mas estas têm nos passado a visão de normalidade, embora ainda nos chamem a atenção, mesmo que por um curto momento. Em razão da diversidade vista como natural, muitos antropólogos chegam a discutir a perda de seu **objeto de estudo**.

- ▶ Em nosso dia a dia, conseguimos prever com determinada certeza as consequências de nossas ações individuais?
- ▶ O que resta de alteridade nas sociedades contemporâneas, uma vez que o individualismo e os padrões de conduta e culturais tendem a uniformizar as relações humanas?

- C** C1 - Compreender os elementos culturais que constituem as identidades
- C3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.
- C5 - Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.
- H** H5 - Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.
- H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.
- H15 - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.
- H23 - Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades.

O contexto histórico do pensamento weberiano

A Alemanha possui uma história bem distante do padrão europeu; surgiu, efetivamente, apenas em 1871, após uma luta nacionalista de décadas.

O fato de emergir como nação tardiamente e estruturar-se sob forte pressão do capitalismo concorrencial fez com que a Alemanha se desenvolvesse sob a influência de ciências como história, economia e antropologia, que se tornavam cada vez mais especializadas, em um contexto marcado pela ascensão do positivismo.

Max Weber, nascido em Erfurt, criado em uma família liberal, estudioso de filosofia, história e direito e professor da Universidade de Heidelberg, assistiu à organização da Alemanha enquanto Estado Nacional.

Ele trabalhou na elaboração de uma interpretação da origem e do significado do sistema capitalista, pois acreditava que o capitalismo seria fruto de determinada característica do desenvolvimento humano e produto da organização dos indivíduos para a vida em sociedade.

O capitalismo, para Weber, teria sido produzido a partir de uma postura perante a vida, postura esta que teria emergido anteriormente à edificação do capitalismo enquanto sistema.



Weber não pensava que os processos sociais deveriam ser explicados apenas pelo fator econômico; acreditava na importância das crenças, dos valores e das ideias individuais e sociais como elementos necessários para a compreensão dos fenômenos sociais.

Para podermos entender mais facilmente o posicionamento de Weber, devemos lembrar que a corrente positivista tem como característica o **universalismo**, ou seja, aceita o padrão da industrialização e urbanização como modelo a seguir. Weber, ao contrário, posiciona-se como **particularista**, observando na ciência histórica a compreensão da diversidade, desprezando comparações (método compreensivo em que haja um esforço interpretativo do passado que permita ao cientista social atribuir um sentido aos diferentes momentos e fatos).

Na verdade, Max Weber procura associar as perspectivas histórica (que respeita as individualidades e particularidades de cada sociedade) e sociológica (que destaca os elementos mais gerais de cada etapa do processo histórico).

Claro que, como observador e estudioso das sociedades, ele analisa não as particularidades individuais, mas as estruturas sociais. Por exemplo, quando procura nas transformações da sociedade romana as bases para a estrutura da sociedade feudal ocidental europeia, em um claro esforço interpretativo do passado para entender as mudanças posteriores.

Weber preocupou-se, também, com as religiões, relacionando crenças com formações políticas. Porém, é nas **ações sociais** que ele vê sentido para a conduta humana.

Ação social: uma ação dotada de sentido

O principal objeto de investigação de Weber, como já dito na abertura, é a **ação social**. Segundo ele, cada indivíduo age levado por uma razão ou motivo, o que significa dizer que as regras sociais só se tornam regras ao serem admitidas pelo indivíduo sob a forma de motivação (adesão íntima).

O motivo que leva o indivíduo a agir é dado, segundo esse pensador alemão, pela **tradição**, pela **emoção** ou por **interesses racionais**. Veja no quadro a seguir um exemplo de uma ação humana que pode ser influenciada por diferentes ações.

Pelos conceitos de Weber, conforme mostrado na abertura do módulo, é o indivíduo quem dá sentido à sua ação social, estabelecendo ligações entre suas causas e seus efeitos.

O motivo que transparece na ação social identifica o seu sentido, isso porque o indivíduo age levando em consideração a resposta ou a reação de outros indivíduos na sociedade.

Weber considera ser exatamente esta a tarefa do cientista social: descobrir os possíveis sentidos das ações humanas, uma vez que o caráter social da ação individual decorre da interdependência dos indivíduos. Ou seja, motivado pelos valores sociais e pessoais que possui, o ser humano dá sentido às suas ações, mesmo sem ter a certeza das consequências de seus atos.

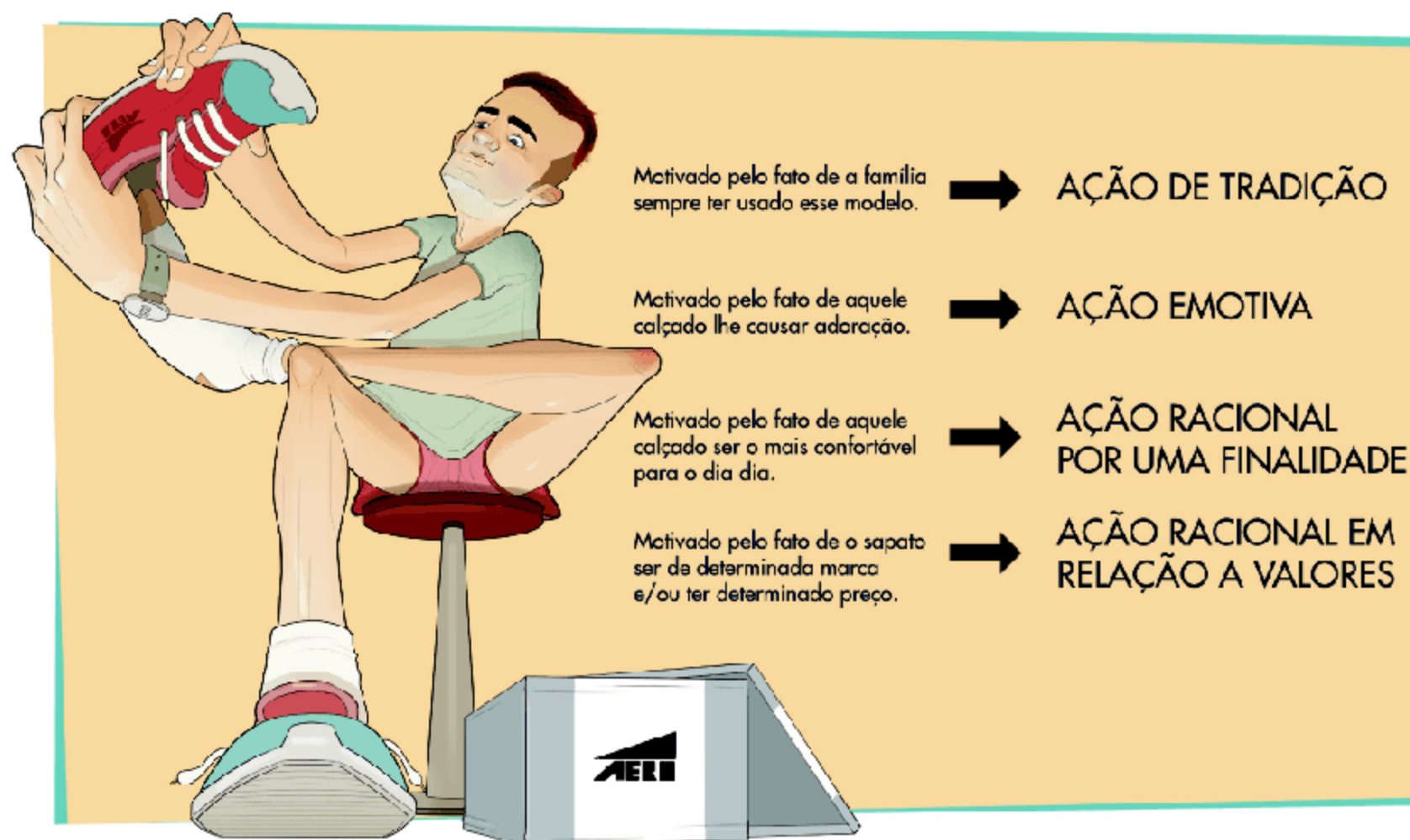
Para Weber, quando o objetivo da ação dos sujeitos é compartilhado entre os participantes do ato, há uma relação social, o que permite ao cientista conceber as tendências dos indivíduos e buscar a compreensão dos agentes motivadores que dão sentido à ação social.

PONTO DE CONEXÃO

Veja, em História, como se deu a organização da Alemanha como um Estado Nacional e compreenda a importância dessa organização para a história daquele país.

Atenção!

Ação social é a conduta humana dotada de sentido.



A ação social (incluindo tolerância ou omissão) orienta-se pela ação de outros, que podem ser passadas, presentes ou esperadas como futuras (vingança por ataques anteriores, réplica a ataques presentes, medidas de defesa diante de ataques futuros). Os "outros" podem ser individualizados e conhecidos ou então uma pluralidade de indivíduos indeterminados e completamente desconhecidos (o dinheiro, por exemplo, significa um bem – de troca – que o agente admite no comércio porque sua ação está orientada pela expectativa de que os outros muitos, embora indeterminados e desconhecidos, estarão dispostos também a aceitá-lo, por sua vez, numa troca futura).

[...] Nem toda espécie de contato entre os homens é de caráter social; mas somente uma ação, com sentido próprio, dirigida para a ação de outros. O choque de dois ciclistas, por exemplo, é um simples evento como um fenômeno natural. Por outro lado, haveria ação social na tentativa dos ciclistas se desviarem ou na briga ou consideração amistosa subsequentes ao choque.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. FRIAS, Rubens Eduardo Ferreira; DELAUNAY, Gerard Georges (Trad.). 5 ed. São Paulo: Centauro, 2002. p. 37.

O cientista social, a neutralidade e o tipo ideal

Max Weber refuta a maioria dos pressupostos positivistas, especialmente o que pede um posicionamento de neutralidade do cientista.

Para Weber, o cientista, assim como todo indivíduo em ação, também pode ser guiado por suas motivações, suas tradições, seus costumes e sua cultura, o que o impede de descartar suas prenoções, como propôs Émile Durkheim. Isto é, existe sempre uma parcialidade do cientista social na análise de suas pesquisas, mesmo que a recomendação seja a de buscar a maior objetividade possível na análise dos acontecimentos.

Para a construção das explicações sociais, Max Weber sugere a adoção de um instrumento o qual ele denominou como **tipo ideal**. Trata-se de uma construção abstrata a partir de casos particulares já vividos por uma sociedade, o que permitiria observar afinidades e diferenças entre o que já foi estudado em algum momento com o que se quer comprovar.

Weber reconhece que o tipo ideal não é um modelo perfeito, mas um instrumento de análise científica e uma construção do pensamento que permite conceituar fenômenos e manifestações, sem a pretensão de reprodução ou cópia fiel de uma realidade. Ressalta, ainda, que cada pesquisador social pode estabelecer suas

construções teóricas de acordo com os aspectos da realidade que se quer explicar, embora isso dificulte uma neutralidade total do cientista em relação à sociedade.

O tipo ideal deve ser previamente construído e testado para depois ser aplicado em diferentes situações em que dado fenômeno possa ter acontecido. À medida que determinado fenômeno tenha se manifestado, o cientista social poderia selecionar aspectos que classifique como interessante para a sua pesquisa.

Atenção!

A sociologia compreensiva busca apreender o sentido da ação social e de seus nexos causais.



O proprietário de terras na Antiguidade, na Idade Média e na era atual. Na obra *As causas sociais do declínio da cultura antiga*, Weber procura entender o latifundiário moderno a partir dos estudos já existentes. Objetivo: sintetizar e conceituar fenômenos e formações sociais, identificando e comparando manifestações ao longo dos tempos.

O Estado e as classes sociais

Max Weber definiu o Estado no texto *A Política como Vocação* (1919), ao afirmar que “é preciso conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, nos limites de um determinado território [...], reivindica com sucesso para si próprio o monopólio legítimo da violência física”.

A partir dessa afirmação, podemos apontar que predominam três características do Estado enquanto instituição social:



Ao afirmar que o Estado detém o monopólio legítimo da violência física, Weber diz que há uma ligação direta entre Estado e força, o que não significa que o Estado deva agir, necessariamente, com violência.

A palavra *legítima* utilizada por Weber limitaria a atuação de um governo, já que este deve, segundo o sociólogo alemão, receber o comando a partir do consentimento da sociedade que representa.

Weber nos fala de três tipos de dominação que legitimam o monopólio da força:

- **dominação tradicional:** exercida de forma contínua, em que a população estaria acostumada a obedecer, sem contestar o exercício da autoridade.
- **dominação carismática:** a população admite um líder por enxergar nele qualidades excepcionais para resolver todos os problemas existentes na sociedade.

- **dominação legal:** a mesma que predomina em nossos dias democráticos e que se apoia em leis estabelecidas com a participação da sociedade.

Para Weber, a legitimidade dá a sustentação a um governo dentro de um Estado, ou seja, por mais força que um governante possua, caso não tenha o aval da sociedade em que se edifica, não será aceito a longo prazo, como no caso das ditaduras militares ou autocracias.

Já o modelo de classes sociais é repensado por Max Weber, que prefere falar em **situações de classe**, as quais estariam ligadas à probabilidade de os indivíduos se postarem em situações semelhantes de acesso a bens materiais e renda. Para esse pensador, a variação e o posicionamento de uma pessoa em uma **classe social** está condicionada a aspectos como educação, qualidades individuais, propriedade e habilidades específicas.

De acordo com Weber, classificar uma sociedade apenas como composta de classes de proprietários e não proprietários dos meios de produção pode ser insuficiente. Para tanto, fala em **classe média**, conceito que fere os antagonismos especificados por Marx, assim como a ideia de luta de classes.



Durante o longo período de ditadura militar no Chile (1973-1990), exemplo da imposição de poder.

É preciso conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, nos limites de um determinado território [...], reivindica com sucesso para si próprio o monopólio legítimo da violência física.

A relação entre capitalismo e protestantismo

Max Weber procurou, em seus estudos, elaborar uma interpretação da origem do capitalismo. Para o autor, o sistema capitalista seria resultado das características do desenvolvimento humano ou mesmo uma forma de organização da vida em sociedade, sendo o espírito capitalista derivado de um conteúdo anterior à emergência do sistema.

Assim, Weber diria que um sujeito que passa a vida querendo ganhar e acumular dinheiro como uma postura de vida pessoal deve ser incluído na categoria dos membros de uma estrutura social com "espírito capitalista".

Para esse sociólogo, difícil é explicar a origem e o sentido do capitalismo. Diferentemente de Karl Marx, ele não propõe uma teoria definitiva e muito menos uma prática destruidora para o sistema. Ao contrário, desejou apenas contribuir para uma melhor compreensão.

Para ele, em diversos momentos da história humana o "espírito do capitalismo" esteve presente, mesmo não sendo predominante. Para esclarecer sua tese, apegou-se à maneira de viver dos protestantes calvinistas, não querendo, no entanto, provar categoricamente nada.

A preocupação fundamental do calvinismo original era a possibilidade ou não de salvação. Para João Calvino (1509-1564), todos os homens estariam predestinados à salvação ou perdição eterna. O destino do indivíduo não estaria na dependência de seu comportamento em vida, mas da escolha por parte de Deus de alguns poucos que seriam dispensados do inferno. Mas como a pessoa saberia estar entre os eleitos por Deus para a salvação? Segundo Calvino, pelo trabalho, ou seja, ao trabalhar, o indivíduo daria sentido à vida, desprezando o prazer e o ócio. Assim, se todos os momentos da vida fossem direcionados ao trabalho, não sobraria tempo para a bebida, o jogo, a diversão, o que significa dizer que não haveria lugar para se gastar dinheiro.

Para Weber, caso a prática calvinista seja aplicada, certas características do sistema capitalista prevaleceriam. O indivíduo, dentro desse padrão de vida, ao enriquecer, estaria desvendando ser ele um eleito por Deus e predestinado à salvação eterna.

Sendo assim, o protestantismo calvinista mostra uma praticidade sem igual: enriquece-se pelo trabalho, e o acúmulo é uma demonstração de satisfação de Deus para com o filho.



Robert Churchill/123rf.com

Para Max Weber, o *ethos* calvinista teria contribuído para a edificação de muitas das características do sistema capitalista.

A contribuição da antropologia

Como já observado, a sociologia enquanto ciência surgiu para estudar os fenômenos sociais europeus decorrentes do processo produtivo industrial intensificado.

A necessidade de novos mercados e de áreas fornecedoras de matérias-primas e fontes de energia, além da necessidade da montagem de novas frentes de produção fora do continente europeu, trouxe, entre outras, a necessidade da partilha de espaços da África e Ásia, ou seja, o neocolonialismo ou imperialismo europeu.



A partir desse novo colonialismo, as nações industrializadas europeias passaram a ocupar os continentes africano e asiático, dividindo-os em fragmentos coloniais.

Mas o que foi encontrado nesses continentes? Características bem diferentes dos padrões europeus: poligamia, agricultura de subsistência, brigas entre tribos, disputas de territórios, analfabetismo amplo, rituais diversos, ou seja, padrões de vida muito diferentes dos da Europa industrial, urbana, capitalista e imperialista.

Assim, como estudar esses povos colonizados senão com uma ciência própria para esse fim? Nesse contexto, surge a antropologia como ciência da **alteridade**, ou seja, a ciência que procurará investigar o homem diferente do europeu.

Não se pode negar que o caminho trilhado pela antropologia enquanto ciência seguiu as pegadas da sociologia e do positivismo.

A princípio, a antropologia buscou o estudo do exótico, desejando, ao classificar a evolução da espécie humana, le-

var em consideração o europeu como padrão, em uma clara visão etnocêntrica (eurocêntrica), até porque seria essa ciência (em seus primeiros passos) patrocinada pelas elites europeias interessadas em “descobrir” o diferente para melhor entendê-lo, administrá-lo e explorá-lo.

Porém, o diferente estava também em outras regiões do mundo, como a América (indígenas) e a Oceania (aborígenes).

A antropologia, ao se desenvolver, abandonou seu caráter eurocêntrico e trouxe novas linhas teóricas mais apuradas e compreensivas, ou seja, do evolucionismo inicial, migrou para o **funcionalismo** e para o **estruturalismo**.

Diferenças do início da sociologia e da antropologia no contexto europeu

SOCIOLOGIA	ANTROPOLOGIA
Descobrir leis gerais que regulamentavam as transformações de uma sociedade que se industrializava e urbanizava.	Estudar as particularidades dos povos não europeus, sob o ponto de vista inicialmente eurocêntrico.

Atenção!

O etnocentrismo considera um grupo étnico (no caso inicial, o europeu) como modelo para estudar os demais.

O funcionalismo de Malinowski

Ao surgirem, as ciências humanas e a antropologia serviram aos interesses do capitalismo industrial expansionista europeu. Para tanto, as teorias evolucionistas de Charles Darwin se fizeram presentes, sendo usadas como base para que o europeu acreditasse que os seres humanos estavam inseridos em estágios diferentes de desenvolvimento. Segundo a teoria evolucionista, os europeus urbanizados estariam em graus mais avançados e complexos de existência, enquanto os não europeus estariam em condições de atraso, simplicidade e primitivismo, como peças a serem estudadas em sua evolução genética e social.

Karl Marx (1818-1883), ao desenvolver suas teorias, contribuiu para questionar o evolucionismo aplicado à sociologia e à antropologia, pois explicou a vida social como uma totalidade integrada, cujas desigualdades entre os indivíduos de uma mesma estrutura social seriam fruto das relações que eles mantêm entre si, não admitindo o método comparativo e julgador de diferenças de evolução.

Mas foi apenas no século XX que surgiu a escola antropológica **funcionalista**, em oposição ao evolucionismo que norteava os estudos antropológicos iniciais.

Atenção!

Observe que, embora a antropologia tenha surgido, efetivamente, no século XIX, não podemos desconsiderar a curiosidade do europeu já durante a busca e exploração de colônias, a partir do século XV, próprio da Revolução Comercial Europeia, do Renascimento e da chegada dos europeus à América.

O pioneiro do **funcionalismo** antropológico foi o polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942), que viveu por aproximadamente quatro anos entre os habitantes das Ilhas Trobriand (Nova Guiné). Essa experiência o fez edificar obras como *Argonautas do Pacífico Ocidental* e *Crime e costume na sociedade selvagem*.

De acordo com Malinowski e sua teoria funcionalista, as sociedades não devem ser comparadas, mas estudadas de forma particular, já que cada sociedade possui a sua totalidade de acordo com as necessidades essenciais de seus integrantes. Assim, não se pode julgar o diferente do europeu como atrasado só porque sua visão de vida e de necessidades é diferente.

Para Malinowski, cabe ao antropólogo observar cada detalhe da vida da estrutura social que se quer estudar, a fim de, em seguida, apontar o que há de mais importante para o entendimento da organização da sociedade.

Outro adepto da teoria **funcionalista** da antropologia foi o inglês Radcliffe-Brown (1881-1955). Em seus estudos entre os nativos das Ilhas Andaman (Golfo de Bengala), referendou as teorias de Malinowski de relativismo cultural.

Ambos conseguiram sepultar a tese evolucionista da antropologia ao atentarem para a necessidade de visualização dos não europeus como membros de sociedades integradas de culturas e instituições que têm como função satisfazer suas necessidades essenciais de sobrevivência e que sofreriam um processo de aculturação (perda ou contaminação de suas culturas) quando em contato com o europeu e sua visão capitalista. A grande crítica que se faz ao funcionalismo antropológico está na ausência da análise dos conflitos sociais das sociedades estudadas, assumindo-as muitas vezes como harmoniosas.

Bronislaw Malinowski

7 de Abril de 1884 - 16 de Maio de 1942



Bronislaw Malinowski (1884-1942)

Antropólogo social nascido na Cracóvia, na Polônia, região sob o domínio do Império austro-húngaro, em 7 de abril de 1884.

Formação acadêmica

- De formação científica, graduou-se na Universidade Jagiellońska, obtendo a *Sub auspiciis imperatorum* (sob os auspícios dos imperadores), a mais alta honraria acadêmica do Império austro-húngaro.
- Obteve o PhD em filosofia, física e matemática em 1908, foi professor de Físico-química na Universidade de Leipzig, na Alemanha, e, em 1916, obteve o PhD em Ciências.

Obra

- Conhecido como o "pai da antropologia social", estudou as sociedades aborígenes da Oceania, onde concluiu que tanto a mente dos povos ditos "primitivos" quanto a dos "civilizados" têm a mesma capacidade mental de perceber e processar informações complexas e de formular respostas complexas e criativas, de acordo com o desafio.
- Desenvolveu um método chamado de funcionalismo antropológico, que dizia que todas as divisões de uma sociedade funcionam para satisfazer as necessidades biológicas dos indivíduos.
- Afirmava também que as sociedades não devem ser comparadas e hierarquizadas, mas estudadas de forma particular, já que cada sociedade possui a sua totalidade e a sua especificidade de acordo com as necessidades essenciais de seus integrantes. Foi assim um dos primeiros formuladores da noção do relativismo cultural.

Principais obras

- *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922)
- *Crime e costume na sociedade selvagem* (1926)
- *A vida sexual dos selvagens* (1929)

O estruturalismo antropológico

Claude Lévi-Strauss, belga nascido em 1908, lecionou na USP (Universidade de São Paulo) entre 1935 e 1938. Mais do que ministrar aulas, sua presença no Brasil permitiu-lhe fazer expedições pelas regiões amazônicas brasileiras, onde conviveu com índios bororo e nambikwara edificou as bases do **estruturalismo antropológico**.

Como extensão e complemento da escola **funcionalista**, Lévi-Strauss, ao propor o estruturalismo, amplia a visão da antropologia enquanto ciência ao aceitar a existência de sociedades tradicionais (não capitalistas) e complexas (capitalistas), porém afirma que as diferenças entre elas só podem ser explicadas por meio da história de cada sociedade e da relação que esta mantém com o meio natural em que vive.

Para os estruturalistas, não basta viver entre os diferentes para observar como funciona uma estrutura social; deve-se entender como funciona e por que funciona dessa forma. Cada sociedade apresenta diferenças no que diz respeito às manifestações culturais e no que considera um patrimônio cultural. Lévi-Strauss conheceu distintas comunidades e pôde verificar como nelas se apresentavam as manifestações culturais.

Segundo estruturalistas como Lévi-Strauss, “os elementos que formam uma estrutura social não são passageiros, mas respondem a necessidades fundamentais de existência e manutenção da totalidade organizada às quais esses elementos pertencem”.

A estruturação de uma sociedade depende dos recursos naturais e dos instrumentos de trabalho de que ela dispõe para se reproduzir. Embora esses não sejam os únicos fatores determinantes para a sobrevivência de um agrupamento humano, o modo de vida dos índios brasileiros também se enquadrava nesse princípio geral. E Lévi-Strauss, ao viver entre indígenas do Brasil, colaborou para a aceitação de tal tese.

As sociedades e a história

[...] As tentativas feitas para conhecer a riqueza e a originalidade das culturas humanas e para reduzi-las ao estado de réplicas desigualmente atrasadas da civilização ocidental se chocam com outra dificuldade, muito mais profunda: em geral todas as sociedades humanas têm por trás de si um passado que é aproximadamente da mesma ordem de grandeza. Para tratar certas sociedades como “etapas” do desenvolvimento de outras, seria preciso admitir que, enquanto para estas últimas acontecia alguma coisa, para as outras nada acontecia – ou poucas coisas. E, com efeito, fala-se facilmente dos “povos sem história” (para dizer às vezes que são os mais felizes). Esta fórmula elíptica significa apenas que sua história é e permanecerá desconhecida, não que ela não exista. Durante dezenas e mesmo centenas de milhares de anos, lá também, houve homens que amaram, odiaram, sofreram, inventaram, combateram. Na verdade, não existem povos infantis; todos são adultos, mesmo os que não mantiveram um diário de sua infância e adolescência. [...]

Lévi-Strauss, Claude. *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.



Assim como em um prédio há elementos não visíveis que são primordiais para sua construção e sustentação...

... para os estruturalistas há nas sociedades elementos não visíveis que ditam a organização da construção ao estabelecerem relações entre as partes que a compõem.



Viktoriya Malozhuk 123rf.com

O uso da antropologia nos dias contemporâneos

Atualmente, a antropologia tende a fazer uma “destrução”, procurando aceitar as consciências das comunidades, ou seja, entender a visão de mundo do indivíduo perante o que vive o planeta, voltando-se para o estudo de como o global se articula com o local.

Assim, alguns antropólogos contemporâneos têm se dedicado aos estudos sobre as consequências do desenvolvimento do capitalismo e da globalização, a qual aproxima modos de vida que abalam e destroem processos identitários individuais e coletivos. Nesse sentido, procuram abandonar a busca por formas de identidade regulares para se dedicar a pesquisas de mecanismos de identidade cultural e política, como a organização das minorias.

A Antropologia tem se postado com a clara intenção de se integrar com outras disciplinas, como a Sociologia, a História, a Psicologia e a Economia, seja realizando pesquisas no mundo indígena, no espaço agrário ou em territórios urbanos, sempre na busca da identificação dos principais problemas do país, problemas estes que refletem sobre as pessoas e os grupos. Essa tendência se alinha ao propósito de se entender a cultura popular, as questões de identidade, de gênero, de religião, da família e das minorias (grupos que não têm seus direitos plenamente reconhecidos dentro da sociedade em que estão inseridos), procurando elucidar como os fenômenos sociais são produzidos em um país contraditório e moderno calcado em raízes tradicionais, etnicamente múltiplo e socialmente injusto, como o Brasil.



Gahty Yenker/123rf.com

A antropologia contemporânea tem se dedicado ao estudo de comunidades resistentes aos padrões globalizados e de diferentes comunidades urbanas, bem como tem realizado pesquisas sobre minorias e grupos sociais marginalizados pelo sistema capitalista globalizado, tendo sempre em vista a diversidade cultural e étnica.

PARA PRATICAR

1 Leia o excerto a seguir.

Em A ética protestante e o espírito do capitalismo, Weber começa investigando os princípios éticos que estão na base do capitalismo, constituindo o que ele denomina o seu "espírito". E tais princípios são encontrados na teologia protestante, mais especificamente na teologia calvinista. A partir daí formula sua hipótese básica de trabalho, segundo a qual a vivência espiritual da doutrina e da conduta religiosa exigida pelo protestantismo teria organizado uma maneira de agir religiosa com afinidade à maneira de agir econômica, necessária para a realização de um lucro sistemático e racional.

CATANI, Afrânio M. *O que é capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Com base no texto citado, é correto aferir que a concepção do trabalho no protestantismo gerou condutas adequadas ao capitalismo ao:

- A** considerar a sociedade como uma justaposição de consciências, de ações e de sentimentos particulares ou individuais.
- B** formular que a sociedade moderna é o lugar do antagonismo de classe e que engendra em si mesma as condições para sua própria superação.
- C** conceber o trabalho e o enriquecimento como uma vocação espiritual e dom divino, que revelava o indivíduo eleito por Deus para a salvação eterna.
- D** afirmar que a ação do trabalho e do lucro estimula a formulação de uma sociedade mais justa e menos desigual.
- E** definir o conflito entre os diversos segmentos profissionais como o agente propulsor da mudança social em direção ao Estado positivo.

2 Leia o texto a seguir.

Os biólogos são propensos a insistir numa relação entre constituição corporal e cultura. [...] A evidência dessa inter-relação nunca foi estabelecida por meio de provas que resistem a uma análise séria. Talvez não seja fora de propósito insistir aqui novamente na diferença entre raças e indivíduos. A constituição hereditária de um indivíduo tem certa influência sobre seu comportamento mental, e os casos patológicos são a prova disso. Por outro lado, toda raça possui tantos indivíduos de constituições hereditárias diversas que as diferenças médias entre raças, descontados os elementos determinados pela história, não podem ser prontamente verificadas, embora pareçam insignificantes.

É muito duvidoso que tais diferenças, livres desses elementos históricos, possam vir a ser estabelecidas.

[...] Basta observar as diferenças fundamentais de cultura que se desenvolvem, uma após a outra, no mesmo

ambiente, para nos fazer compreender as limitações das influências ambientais. Os aborígenes australianos vivem no mesmo ambiente que os invasores brancos. A natureza e a localização da Austrália permaneceram as mesmas ao longo da história humana.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. CASTRO, Celso (Trad.). 6 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

Considerando o texto em questão, pode-se concluir corretamente que:

- A** em uma mesma raça existem indivíduos com constituições hereditárias diversas.
- B** as limitações das influências do meio ambiente deixam como única possibilidade a uniformização hereditária.
- C** cultura e constituição corporal são elementos que se integram, estabelecendo padrões claros e definidos.
- D** as constituições hereditárias apenas se estruturam com a uniformização genética, proliferando padrões únicos entre indivíduos.
- E** uma sociedade apresenta características insignificantes em seus indivíduos, o que é próprio da carga genética universal individualizadora.

3 Leia o texto que se segue.

*Vamos fugir
Deste lugar, baby
Vamos fugir
Tô cansado de esperar
Que você me carregue
[...]*

GIL, Gilberto; LIMINHA. "Vamos fugir (Gimme your love)". Intérprete: Gilberto Gil. In: *Raça Humana*. Warner Music, 1984. Faixa 5.

A canção, popularizada na interpretação de Gilberto Gil, pode nos remeter ao conceito de ação social de Max Weber (1864-1920). Segundo ele, a ação social caracteriza-se:

- A** por uma manifestação social que ocorre a partir do modo de produção da vida material vigente.
- B** como primeira manifestação, gerada pela separação entre o produto e o produtor.
- C** pelo trabalho não pago, que se materializa nas mercadorias produzidas no sistema capitalista.
- D** pela prática da ação individual, que se orienta pela ação de outros.
- E** pela construção das explicações sociais a partir da conceituação de fenômenos e manifestações.

4 *É bem legal a gente viver e curtir segundo as regras e ao mesmo tempo poder mudá-las. Nas baladas e raves existem regras, há toda uma estrutura, mas muita gente não percebe. Assim me sinto livre, posso escolher como fazer as coisas, mas com limites.*

Estudante, 2015.

A explicação sociológica para a relação entre indivíduo e sociedade apontada no trecho acima pode ser encontrada:

- A** na teoria de consciência de classe de Karl Marx.
- B** na concepção de solidariedade mecânica edificada a partir de Émile Durkheim.
- C** no individualismo fundado a partir das teorias liberais.
- D** na sociologia compreensiva, estruturada a partir do conceito de ação social de Weber.
- E** no corporativismo social e organicista de Spencer e Auguste Comte.

5 Leia o fragmento a seguir:

Nunca um brinquedo refletiu tão bem o comportamento de uma época quanto a quarentona Barbie, uma boneca que acompanhou todas as mudanças dessas últimas quatro décadas. Ela é rica, bonita, famosa, inteligente e está sempre na moda. Tem o namorado perfeito e muitos amigos que a adoram. O mundo Barbie é cor de rosa, feito de sonhos e fantasia, onde tudo é possível. [...]

GARCIA, Cláudia. "Barbie. Mais de 40 anos de história". *Almanaque Folha Online*. Especial Moda. Disponível em:

<<http://almanaque.folha.uol.com.br/barbie.htm>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

Levando-se em consideração que a cultura designa o repertório da ação humana e que é transmitida de geração para geração, em relação aos valores perceptíveis e ao direcionamento dado pelo produto em questão, pode-se afirmar corretamente que a boneca Barbie:

- A** exalta valores que fazem parte de uma visão crítica sobre a sociedade consumista.
- B** ao se direcionar ao público infantil, permite uma reflexão crítica sobre os valores das sociedades socialistas.
- C** direcionada principalmente a um público infantil e pré-adolescente, exalta valores de uma cultura consumista, sem dimensão crítica.
- D** considerada bonita para os padrões contemporâneos, estimula crianças e jovens à reflexão sobre o consumo alimentar exagerado.
- E** enquanto mercadoria, exalta os valores de uma parcela da sociedade que defende o fim do consumismo sem critérios.

6 Segundo dados do PNAD/IBGE (2001/2011), a proporção de casais sem filhos no Brasil, nos quais marido e mulher têm rendimento próprio, era de 18,8% em 2001 e 21,7% em 2011. A tabela a seguir apresenta o tempo gasto pelos dois gêneros em afazeres domésticos (em horas semanais).

	2001	2006	2011
Mulheres	30,9	26,4	27,7
Homens	11,2	10,3	11,2

Fonte: PNAD/IBGE (2001/2011).

Com base na análise dos dados fornecidos e considerando a situação da mulher na família e no mercado de trabalho, pode-se inferir corretamente que:

- A** mesmo com o aumento da participação feminina no total de trabalhadores formais e no total de pessoas que chefiam uma família, ainda prevalecem a desigualdade no mercado de trabalho e a maior dedicação da mulher aos afazeres domésticos.
- B** há uma tendência histórica que atesta a proximidade da equiparação salarial e de distribuição de tarefas domésticas entre homens e mulheres, o que determina a superação da visão patriarcal familiar antes existente.
- C** o fato de as mulheres passarem a ter rendimento próprio de forma significativa demonstra que não há mais diferenças definidas nas relações de gênero, o que supera a tendência histórica patriarcal definitivamente.
- D** apesar de as mulheres passarem a buscar rendimento próprio, elas ainda se dedicam aos afazeres domésticos por tradição e opção, uma vez que as transformações econômicas do país nas últimas décadas permitem que elas se dediquem exclusivamente à família.
- E** os homens, ao perderem espaço no mercado de trabalho para as mulheres, procuraram estabelecer um vínculo familiar mais amplo; ao alcançar a equiparação salarial em relação às mulheres e chefiar um número maior de famílias, estabeleceram uma tendência de superação da visão matriarcal no país.

6 Leia o texto a seguir.

[...] o racionalismo econômico, embora dependa parcialmente da técnica e do direito racional, é ao mesmo tempo determinado pela capacidade e disposição dos homens em adotar certos tipos de conduta racional. [...] Ora, as forças mágicas e religiosas, e os ideais éticos de dever deles decorrentes, sempre estiveram no passado entre os mais importantes elementos formativos da conduta.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2001. p. 14.

De acordo com as relações de causalidade que Max Weber propõe entre as origens do capitalismo moderno, o processo de racionalização do mundo e as religiões de salvação, como o calvinismo, justifique a relação entre a ética protestante e o surgimento do capitalismo moderno.

no Enem
Caiu

7 (Enem) Por meio de uma partida de futebol, é possível idealizar a imagem do que uma sociedade busca para si. Um simples lance nos faz reagir: o resultado de uma partida pode provocar discussões acaloradas; uma marcação equivocada de um juiz pode nos deixar, muitas vezes, furiosos, exaltados. Agimos socialmente quando, por exemplo, procuramos empurrar o time na busca pela vitória e quando queremos o melhor para a equipe e para os companheiros torcedores. No futebol, pode-se reconhecer o esforço de um jogador, apontar falhas em outro, ou seja, agimos e reagimos. O futebol é uma experiência do mundo real: imperfeito, por vezes injusto, mas apaixonante para muitos. Uma paixão que nos socializa e que nos faz ignorar, mesmo que por momentos passageiros, as classificações sociais. Muitas diferenças desaparecem no sentimento que se tem pelo time do coração.

Considerando o exposto e tendo como base os estudos sociológicos de Max Weber sobre ação social, pode-se concluir corretamente que:

- A** o estímulo que transparece na ação social identifica o seu sentido, isso porque o indivíduo age levando em consideração a resposta ou reação de outros indivíduos.
- B** as relações sociais estabelecidas em eventos, como uma partida de futebol, impedem que se compartilhem emoções e sentimentos entre os envolvidos.
- C** uma partida de futebol permite observar que os interesses coletivos de uma sociedade estão sempre acima de interesses e ambições individuais.
- D** dentro de uma perspectiva simbólica, uma partida de futebol especifica a significância das hierarquias sociais ao nos fazer observar a lógica da diferença entre indivíduos.
- E** ao estabelecer relações sociais em um evento esportivo como o futebol, as diferenças individuais acentuam-se demonstrando a distribuição de poderes dentro de uma estrutura social.

no Enem
Caiu

8 (Enem) *Populações inteiras, nas cidades e na zona rural, dispõem da parafernália digital global como fonte de educação e de formação cultural. Essa simultaneidade de cultura e informação eletrônica com as formas tradicionais e orais é um desafio que necessita ser discutido. A exposição, via mídia eletrônica, com estilos e valores culturais de outras sociedades, pode inspirar apreço, mas também distorções e ressentimentos. Tanto quanto há necessidade de uma cultura tradicional de posse da educação letrada, também é necessário criar estratégias de alfabetização eletrônica, que passam a ser o grande canal de informação das culturas segmentadas no interior dos grandes centros urbanos e das zonas rurais. Um novo modelo de educação.*

BRIGAGÃO, C. E.; RODRIGUES, G. *A globalização a olho nu: o mundo conectado*. São Paulo: Moderna, 1998. (Adapt.).

Com base no texto e considerando os impactos culturais da difusão das tecnologias de informação no marco da globalização, depreende-se que:

- A** a ampla difusão das tecnologias de informação nos centros urbanos e no meio rural suscita o contato entre diferentes culturas e, ao mesmo tempo, traz a necessidade de reformular as concepções tradicionais da educação.
- B** a apropriação, por parte de um grupo social, de valores e ideias de outras culturas para benefício próprio é fonte de conflitos e ressentimentos.
- C** as mudanças sociais e culturais que acompanham o processo de globalização, ao mesmo tempo em que refletem a preponderância da cultura urbana, tornam obsoletas as formas de educação tradicionais próprias do meio rural.
- D** as populações nos grandes centros urbanos e no meio rural recorrem aos instrumentos e tecnologias de informação basicamente como meio de comunicação mútua, e não os veem como fontes de educação e cultura.
- E** a intensificação do fluxo de comunicação por meios eletrônicos, característica do processo de globalização, está dissociada do desenvolvimento social e cultural que ocorre no meio rural.

9 A antropologia contemporânea tem se debruçado sobre estudos de grupos que não possuem seus direitos plenamente reconhecidos.

Levando em consideração o tema pobreza e vinculando-o às condições dos afrodescendentes no Brasil, podemos afirmar que:

- A** o fato de a taxa de analfabetismo ser maior entre os negros não significa que estes ainda carreguem na cor da pele o estigma da desigualdade e da discriminação.
- B** a pobreza gera distanciamento social, alienação e segregação dos menos favorecidos, sendo os negros, geralmente, os mais atingidos pelo fenômeno.
- C** o estabelecimento de cotas para ingresso nas universidades públicas e em setores do funcionalismo público mostra-se como uma solução definitiva para o término da discriminação sofrida pelos afrodescendentes.
- D** a questão da humanidade, ao considerar todos os homens iguais e com o mesmo valor, cria um escalão de igualdade, tornando a alta taxa de analfabetismo entre os negros uma curiosidade sem possibilidades de explicação sociológica.
- E** a luta contínua, no século passado, dos afrodescendentes conseguiu eliminar as diferenças sociais e históricas dessa minoria.

Reflita sobre

Leia o trecho do antropólogo Pierre Clastres:

Durante as duas últimas décadas, a etnologia conheceu um desenvolvimento brilhante, graças ao qual as sociedades primitivas escaparam, se não a seu destino (o desaparecimento), pelo menos ao exílio a que as condenava, no pensamento e na imaginação do Ocidente, uma tradição de exotismo muito antiga. A convicção cônica de que a civilização europeia era absolutamente superior a qualquer outro sistema de sociedade foi aos poucos substituída pelo reconhecimento de um relativismo cultural que, renunciando à afirmação imperialista de uma hierarquia dos valores, admite agora, abstando-se de julgá-las, a coexistência das diferenças socioculturais. Em outras palavras, não se projeta mais sobre as sociedades primitivas o olhar curioso ou divertido do amador mais ou menos esclarecido, mais ou menos humanista; elas são levadas de certo modo a sério. A questão é saber até onde vai essa seriedade.

[...]

Levar a sério as sociedades primitivas significa assim refletir sobre esta proposição que, de fato, define-as perfeitamente: nelas não se pode isolar uma esfera política distinta da esfera do social.

CLASTRES, Pierre. "A questão do poder nas sociedades primitivas". In: *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 135.

A antropologia contemporânea caracteriza-se pelo estudo de grupos e comunidades que vivem à margem da padronização cultural ditada pela globalização capitalista, além da visão etnocêntrica europeia, e também pelo estudo de algumas minorias que, como tal, ainda não têm direitos plenamente reconhecidos.



dayzere/123rf.com

Como o respeito a grupos minoritários e o estudo de sociedades primitivas podem contribuir para a plena democracia e liberdade?

■ Quer saber mais?



Livros

- CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2014. Em 12 ensaios, o antropólogo francês Pierre Clastres, discípulo de Lévi-Strauss, define etnocídio, critica a antropologia marxista, antecipa a denúncia do massacre dos Yanomami na Amazônia e retoma a discussão sobre a origem do poder nas sociedades indígenas da América do Sul, entre outros. Trata-se, enfim, de uma etnologia que eleva-se à esfera da filosofia política, na qual o autor, dono de um estilo refinado e erudito, evoca Conrad e Montesquieu, relatos de viagem, a mitologia americana, Freud, Hobbes e Rousseau.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. O antropólogo Geertz constrói sua teoria interpretativa da cultura, entendida como sistema simbólico. Esse foi um importante trabalho para os estudos antropológicos contemporâneos, uma vez que define o papel cultural na vida social das comunidades e sociedades.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Obra publicada em 1955, em que o antropólogo Lévi-Strauss registra e detalha suas experiências quando em viagem por regiões do interior do Brasil. Destaque às narrações de seu convívio com índios bororo.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967. Obra citada neste módulo, em que Weber defende ter sido o protestantismo cristão o edificador de uma ética ao modo de produção capitalista, ao justificar a busca de lucro e a acumulação pessoal de bens.



Filmes

- *Wall Street*, EUA, 1987. Direção de Oliver Stone. Filme que analisa a ética pessoal e de grupos dentro do sistema capitalista. O cenário fica vinculado ao jogo capitalista da Bolsa de Valores de Nova York. A continuação, *Wall Street – o dinheiro nunca dorme*, filmada em 2010 pelo mesmo diretor, trata dos efeitos da crise financeira de 2008 na economia globalizada, em um cenário de altos lucros e nenhum controle sobre o capital especulativo.
- *Terra dos índios*, Brasil, 1979. Direção de Zelito Vianna. Documentário que identifica as diferenças no modo e na visão de vida, em relação aos padrões europeus da Idade Moderna, dos cerca de cinco milhões de indígenas que ocupavam o território brasileiro antes da chegada dos colonizadores portugueses.
- *Terra vermelha*, Brasil/Itália, 2008. Direção de Marco Bechis. Uma família da comunidade indígena guarani-kaiowá luta para retomar suas terras ocupadas por fazendeiros, no Mato Grosso do Sul, após fugir da reserva em que se encontravam confinados. A perda das origens e do universo sagrado seduz os jovens ao alcoolismo, à marginalização e ao suicídio. Durante uma retomada de posse, Osvaldo, um jovem kaiowá, vive um improvável encontro com a filha de um fazendeiro branco e invasor. Dirigido por um italiano, esse filme é um retrato atual e contundente da marginalização e do abandono por que passam os indígenas e seus descendentes na sociedade brasileira contemporânea.
- *Xingu*, Brasil, 2012. Direção de Cao Hamburger. O filme narra a jornada épica dos irmãos sertanistas Villas-Boas pelo interior do Brasil e seu encontro com grupos indígenas isolados, culminando com a criação do Parque Nacional do Xingu, pioneira demarcação das terras indígenas, pelo governo Jânio Quadros, nos anos de 1960.

RESUMO teórico

- Max Weber é considerado um dos fundadores clássicos da sociologia. Refutou posições positivistas, valorizou a história e os particularismos.
- Para Weber, o objeto da sociologia é o sentido da ação humana individual, e o método a ser empregado em sua análise é a compreensão, envolvendo uma reconstrução do sentido subjetivo original da ação e o reconhecimento da parcialidade da visão do observador.
- Para positivistas como Comte e Durkheim, a sociedade sobrepõe-se aos indivíduos. Para Weber, é o contrário: as ações individuais são dotadas de sentido quando têm uma justificativa elaborada subjetivamente.
- Weber defendeu a busca da neutralidade na investigação científica, reconhecendo, no entanto, a dificuldade de se obtê-la. Para a construção das explicações sociais, sugeriu a adoção de um instrumento a que denominou tipo ideal (uma construção abstrata a partir de casos particulares já vividos por uma sociedade).
- Weber, em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, fez uma análise da relação entre o protestantismo e o desenvolvimento do capitalismo no mundo ocidental.
- Weber afirmou que um Estado detém o monopólio legítimo da violência física, o que não significa dizer que o Estado deva agir necessariamente com violência.
- Weber ainda publicou vários trabalhos sobre estratificação social. Para esse pensador, a variação e o posicionamento de uma pessoa em uma classe social ultrapassam as questões meramente econômicas e estão condicionadas a aspectos como a educação, as qualidades individuais, a propriedade e as habilidades específicas.
- A antropologia enquanto ciência emergiu no século XIX (assim como a sociologia), na esteira da industrialização, da urbanização e do imperialismo.
- Enquanto a sociologia estuda os fenômenos que envolvem a sociedade europeia afetada pelo processo produtivo industrial intensificado, a antropologia surgiu como a ciência da alteridade, procurando investigar o que é "diferente" do europeu, encontrado nos continentes africano e asiático (vítimas do imperialismo formal e da exploração capitalista industrial), americano (indígenas) e oceânico (aborígenes).
- A antropologia abrange a investigação, descrição e explicação da diversidade humana, estudando a variedade de etnias, culturas e sociedades existentes.
- São três as linhas de pensamento estabelecidas pela Antropologia enquanto disciplina até meados do Século XX: o evolucionismo (crente de que as culturas passam pelos mesmos estágios evolutivos, ou seja, supõe uma ordenação das culturas, indo das mais simples para as mais complexas, com forte visão etnocêntrica), o funcionalismo (estudo das sociedades não europeias no que lhes é específico, fugindo da visão etnocêntrica, pois determinados padrões básicos devem necessariamente existir em qualquer tipo de sociedade; seu principal estudioso foi o polonês Bronislaw Malinowski) e o estruturalismo (estudo do que não pode ser observado em uma estrutura social, enfatizando a existência de um substrato inconsciente comum a toda a humanidade; seu principal defensor foi Lévi-Strauss).

Capítulo

5

A globalização capitalista e o mundo do trabalho



Na globalização contemporânea, a guerra capitalista é travada nas bolsas de valores, e o futuro de uma grande companhia, e de quem trabalha nela, depende das negociações diárias realizadas nesses lugares em todas as cidades globais.



Um mundo aparentemente consolidado e todo interligado. Porém, nem tanto.

A partir do final da década de 1980, o mundo passou a assistir a mais uma globalização. Já o fizera no mundo antigo com a expansão romana ocorrida entre os séculos III a.C. e I d.C, por ocasião da expansão marítima europeia dos séculos XV e XVI, pelo advento das conquistas napoleônicas do século XIX e também durante o imperialismo industrial, ocorrido nos séculos XIX e XX. Mas, desta vez, sua abrangência é maior.

A globalização contemporânea trouxe mudanças no quadro geopolítico do planeta, derivadas da crise de países socialistas quando a velha ordem mundial passou a ser substituída por um mundo multipolar.

Na construção da globalização atual, a invasão de mercadorias, capitais, serviços e informações exige agilidade e rapidez nos sistemas de transporte, de informática e, em especial, nos de comunicação. Como efeito inicial do processo, passamos a assistir à proliferação do desemprego, à recessão econômica e à falência de empresas nacionais (submetidas à concorrência de poderosos monopólios e oligopólios de elevado nível tecnológico) ou à incorporação dessas empresas aos grandes conglomerados transnacionais de forma a se tornarem mais enxutas e competitivas.

Porém, o que nos traz de positivo o processo de mundialização capitalista? Há ameaças para a vida democrática das nações perante a ordem vigente? Afinal, prevalecerá a globalização ou o regionalismo? Uma cultura única e consumista, capitaneada pelos Estados Unidos e pela Europa, ou uma pluralidade multicultural mais abrangente? A pobreza e abundância ou a busca voluntária de uma vida mais simples? O individualismo ou o espírito de solidariedade possibilitado pelas vastas redes de comunicação? A xenofobia ou a compreensão do outro? A valorização ou o desmonte do Estado e sua fragmentação? O Estado intervencionista (também conhecido como Nanny State ou “Estado-babá”) ou o Estado mínimo? O valor ao trabalho ou ao prazer? O fim do trabalho como o conhecemos hoje ou sua transformação? A exaltação ou o desprezo aos nacionalismos?

Algumas dessas indagações este módulo procurará discutir; outras, mais difíceis, só poderão ser esclarecidas com o passar do tempo, com o devido distanciamento histórico, a fim de ser possível analisar com mais rigor as rápidas mudanças que ocorrem no mundo globalizado e seus efeitos, muitas vezes devastadores, no mundo do trabalho e nas relações humanas.

- ▶ Afinal, a quem interessa a globalização capitalista?
- ▶ Quais as consequências da globalização para o mundo do trabalho?
- ▶ Por que trabalhar ainda é importante?

C C2 - Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.
 C4 - Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.
 C5 - Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

H H9 - Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.
 H10 - Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.
 H20 - Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.
 H21 - Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social.
 H23 - Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades.

O valor do trabalho

As características da globalização capitalista exercem grande influência sobre o mundo do trabalho. O desemprego estrutural (assim denominado pelos economistas) deriva das inovações tecnológicas (informática, cibernética e eletrônica) e da nova organização dos métodos e das relações produtivas. As elevadas taxas de desemprego contribuem para que, em especial no mundo europeu ocidental, seja reacendido o nacionalismo extremado, promovendo imigrações e reações de xenofobia.

Historicamente, a palavra **trabalho** sempre esteve vinculada a uma visão negativa. Desde os tempos bíblicos, como escrito simbolicamente no Antigo Testamento, quando Adão foi punido com o trabalho e Eva condenada a realizar o trabalho de parto de maneira dolorosa por provarem o gosto do “fruto proibido”. Na sociedade greco-romana clássica, não se via o trabalho como o vemos hoje, ou melhor, não se organizava o trabalho como o fazemos em nossa sociedade contemporânea. Na Grécia e Roma antigas, o trabalho apresentava três

concepções: *práxis* (trabalho voltado para a política e vida pública), *labor* (voltado para a sobrevivência do corpo) e *poesis* (trabalho de criar a partir das transformações das matérias fornecidas pela natureza). Apesar de instrumentos do senhor, os escravos eram vistos, na Antiguidade Clássica, como os assalariados dos dias atuais. A luta escrava era pela alforria, mesmo que os escravos não ganhassem a condição de cidadãos. Para os gregos, o trabalho era visto como um negócio (*negottium* = que nega o ócio), uma atividade negativa reservada àqueles sem grande capacidade para elaborar pensamentos e projetos, a ponto de Platão afirmar que “o trabalho atenta contra a nobreza”. Para os romanos, o termo *trabalho* provinha do latim *tripollium*, aparelho de tortura que era utilizado para atar condenados ou animais difíceis de ferrar, dando origem ao verbo *tripaliare*, cujo primeiro significado era torturar.

Na Alta Idade Média europeia (século V ao XI), assistimos à dominação das mentalidades pela Igreja Católica, justificadora da sociedade tripartite estruturada: uns oram (clero), outros guerreiam e protegem (nobreza), outros trabalham (campesinato), atendendo às necessidades das comunidades de então, combinando a herança romana do colonato com os costumes guerreiros e rituais de cavalaria dos povos germânicos. Segundo a concepção do sistema feudal, o trabalho seria uma maldição, não possuindo valor em si mesmo, destinado aos servos e camponeses.

Nas sociedades tribais, as atividades vinculadas à produção também não possuíam valor em si se separadas de outras coisas, o que significa dizer que as atividades de trabalho estão associadas aos ritos e mitos, portanto parte integrante a toda a vida social.

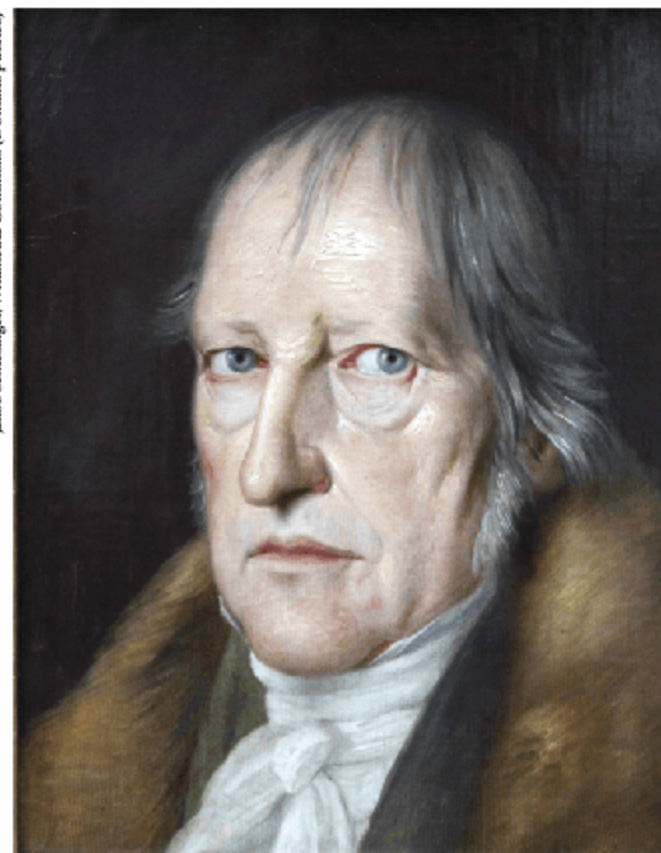


Desqualificado como atividade, o trabalho braçal, no mundo da Antiguidade, cabia aos escravos.

Hegel, Marx e o trabalho

Em sua obra *Fenomenologia do espírito*, Hegel (1770-1831) teria sido o primeiro grande teórico moderno a valorizar a ideia do trabalho. Nela, ele faz alusão a uma luta entre dois homens; o vencedor submeteria o derrotado à escravidão. Mas, para Hegel, o derrotado escravizado seria o vitorioso, pois exerceria em plenitude o que diferencia os homens dos animais: o poder do trabalho. Com esse poder, o escravo se relaciona com a natureza e, assim, pode também se reconhecer como consciência e ser capaz de se encontrar. Dessa forma, por meio do trabalho, o escravo transcende sua condição de submissão ao senhor: adquire o que Hegel chamou de “a consciência-de-si” (*Das Selbstbewusstsein*). Ao mesmo tempo, o senhor, para ser o “senhor dos escravos”, depende do reconhecimento do escravo e do trabalho dele, colocando-se em uma posição inferior à do escravo, em uma correlação de dependência que Hegel chamou de “dialética do senhor e do escravo”.

Jakob Schlesinger/Wikimedia Commons (Domínio público)



Georg Friedrich Wilhelm Hegel, autor de *Fenomenologia do espírito*. Quadro de Jakob Schlesinger, 1831, óleo sobre tela, Arte Nationalgalerie, Berlim, Alemanha.

[Das Selbstbewusstsein] A consciência-de-si é em si e para si quando e por que é em si e para si para uma Outra; quer dizer, só é como algo reconhecido. O conceito dessa sua unidade em sua duplicação, [ou] da infinitude que se realiza na consciência-de-si, é um entrelaçamento multilateral e polissêmico [de muitos significados]. Assim seus momentos devem, de uma parte, ser mantidos rigorosamente separados, e de outra parte, nessa diferença, devem ser tomados ao mesmo tempo como não diferentes, ou seja, devem sempre ser tomados e reconhecidos em sua significação oposta.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Meneses, Paulo (Trad.). 7 ed. rev. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: USF, 2002. p. 142.

PONTO DE CONEXÃO

Em Filosofia, saiba mais sobre a dialética do senhor e do escravo, de Hegel, e como, ao colocar a história no centro de seu grande sistema filosófico, o pensamento hegeliano influenciou a dialética e o materialismo histórico de Karl Marx e também a filosofia de outros importantes pensadores, como Ludwig Feuerbach e Friedrich Engels.



De acordo com a dialética hegeliana, bastante influente na composição do pensamento marxista, o senhor, para ser reconhecido como senhor dos escravos, rebaixa-se à condição do escravo, pois depende dele.

Marx (1818-1883), “hegeliano de esquerda” e analista do trabalho e do capital, criticou, no entanto, a visão otimista de Hegel ao afirmar que “de nada adianta se o que o trabalhador revolto ao mundo capitalista realiza não pertence a ele, mas é apropriado”. Porém, Marx apenas valoriza o trabalho como grande capacidade humana desde que o produto advindo da transformação da matéria-prima pertença diretamente ao trabalhador como uma conquista dele, e não do patrão.

O trabalho e a geração de riquezas e desigualdades

O trabalho, na visão que se tem dele hoje em dia, só passou a ser valorizado plenamente no mundo ocidental com a internacionalização industrial nos séculos XIX e XX. Calvino já o fizera por ocasião da Reforma Protestante do século XVI, ao colocar a atividade como indicadora da possibilidade de visualização da predestinação humana. Desde então, a população capitalista discute o valor do trabalho, muitas vezes preferindo o ócio inteligente em vez do labor. Os próprios sindicatos de trabalhadores na atualidade lutam mais por salários e benefícios do que pelo prazer nas atividades produtivas ou pelo esforço coletivo de melhorar a vida do trabalhador.

Com o advento da Revolução Industrial, no século XVIII, os trabalhadores se especializam e servem às máquinas, desenvolvendo atividades monótonas e desestimulantes; a produção da mercadoria passa por várias etapas e os trabalhadores, no já mencionado processo de alienação marxista, veem-se tolhidos da mercadoria final, perdendo a noção do resultado de seu esforço e das etapas produtivas. Émile Durkheim, em *A Divisão Social do Trabalho*, ao contrário de Karl Marx, vê a fragmentação do trabalho em fases de maneira positiva, como forma de solidariedade entre os trabalhadores, que se juntam em um esforço coletivo com uma finalidade.

A fragmentação da produção, própria do desenvolvimento do capitalismo industrial, teve no empresário norte-americano Henry Ford (1862-1947) um de seus grandes entusiastas. O **fordismo** desenvolvido em suas unidades fabris objetivava otimizar e incrementar a produção e as vendas de automóveis. Pelo fordismo, os produtos passaram a ser padronizados e fabricados em larga escala, com diminuição dos custos de produção, em linhas de montagem automatizadas, com todos os insumos produzidos na fábrica, desde a borracha vulcanizada para os pneus até os vidros e motores. Essa nova organização repercutiu sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores (realização de atividades repetitivas e simplificadas). Aqueles que se adaptassem ao padrão de produção e que não se envolvessem com organizações sindicais reivindicadoras de melhores condições laborais teriam seus salários aumentados.

Outra forma de organização do trabalho advinda com a expansão do capitalismo industrial se deu através das ideias de Frederick Winslow Taylor (1856-1915), que se preocupou com o tempo gasto pelos trabalhadores na execução das tarefas produtivas. O **taylorismo**, organização que implementou uma subdivisão das funções tanto na esfera de produção quanto na esfera administrativa, buscando a especialização quase completa do

trabalhador em determinada etapa de produção, procurou maximizar a eficiência no trabalho por meio da execução de mais tarefas em menos tempo.

Da década de 1970 até o início do século XXI, ocorreram transformações na forma de produzir e organizar o trabalho (em especial no Japão, nos EUA e na Alemanha). Essas novas formas, conhecidas como pós-fordistas, recebem denominações diferentes, dependendo da região: **toyotismo**, **especialização flexível** ou **reestruturação produtiva**.

Apesar de haver no mundo atual muita diversificação das formas de organização do trabalho, em geral, os novos formatos de produção estão vinculados à **automação**, ou seja, ao uso de máquinas automáticas que dispensam a utilização de grande contingente de trabalhadores.

O toyotismo foi desenvolvido no Japão na década de 1950 e implantado na fábrica Toyota Motor Company, uma das maiores fabricantes de automóveis do mundo, e tentou incorporar o conhecimento prático dos trabalhadores ao introduzir a divisão de produção entre a empresa principal e as terceirizadas ou subcontratadas para o fornecimento de matérias-primas e peças específicas. Outras inovações introduzidas pelo toyotismo foram o controle de estoques, a automação, o controle de produção baseado em indicadores do material necessário à produção, a flexibilização da mão de obra, o trabalho em equipe, o controle do estresse entre funcionários e a introdução de prêmios aos setores mais produtivos da linha de montagem (bônus e adicionais de salário).

A partir da década de 1990, a fábrica alemã de automóveis BMW introduziu em uma de suas unidades a semana de quatro dias (ou de trinta e seis horas), em um claro acordo de flexibilização de trabalho. Segundo a empresa, a produtividade sobe mais do que os custos da admissão de novos trabalhadores, sem diminuição de salários. Nas montadoras do Brasil, tem sido frequente a ocorrência de férias coletivas ou acordos de demissão voluntária em períodos de baixa nas vendas de veículos automotores ou de corte de linhas de produção.

Se por um lado medidas como essas podem salvar postos de trabalho, por outro podem permitir que as companhias utilizem as reduções da jornada como forma de reduzir custos e ampliar lucros, além de trazer prejuízos às pequenas empresas (que têm maiores dificuldades para a adoção de medidas semelhantes, por não terem a mesma escala ou a quantidade de trabalhadores de uma grande empresa).

A mundialização do sistema capitalista tem trazido duras consequências para a questão do trabalho. Na luta pelo mercado, as empresas passam a ter que inves-

tir em novas tecnologias, mão de obra altamente qualificada e administração apurada. Muitas não conseguem se submeter a tais exigências e fecham suas portas, elevando a taxa de desemprego. Por outro lado, na luta por um posto, o trabalhador submete-se a condições de trabalho e de salário inferiores às suas pretensões.

Ainda no Brasil, por exemplo, o domínio de empresas transnacionais em setores como o automobilístico e o farmacêutico tem gerado dispensas e, consequentemente, evolução do setor informal e migrações para áreas economicamente mais vigorosas e de oportunidades de colocação, como o comércio ou setor de serviços, áreas em que não se exige tanta qualificação e com alta rotatividade de mão de obra, além de longas jornadas de trabalho.

Nos dias contemporâneos globalizados, muito mais do que a geração de prazer e realização, a atividade do trabalho profissional passa a ser vista como forma de sobrevivência e, para alguns, como possibilidade de acúmulo de riquezas. Mesmo os sindicatos, em tendência de esvaziamento, lutam basicamente por salários mais justos e estabilidade para os trabalhadores.



A divisão do trabalho nas fábricas passou por diversas etapas: dos métodos desumanizadores de Taylor até a quase total automação das unidades, reduzindo a mão de obra, que se torna ainda mais especializada.

[...]

Na verdade, antes as pessoas eram aproveitadas até o dia em que morriam. A vida média até duas gerações atrás era de trezentas mil horas, e o início da aposentadoria quase sempre coincidia com o fim da vida. As companhias de seguro, até pouco tempo, estavam financeiramente equilibradas porque as pessoas morriam quando atingiam a idade para usufruir da apólice. Os nossos bisavós trabalhavam durante quase a metade de sua vida. Na segunda metade do século XIX, a vida média dos homens era de trinta e quatro anos, e a das mulheres, de trinta e cinco: menos da metade da atual expectativa de vida na Itália.

Mas tem mais: segundo as hipóteses dos paleontólogos mais respeitados, o homem de Neanderthal vivia em média trinta e nove anos. Portanto, a expectativa de vida entre ele e nossos bisavós aumentou somente cinco ou seis anos, segundo o sexo, ao longo de oitocentas gerações. Agora, em menos de duas gerações, aumentou quarenta anos, e cada um de nós trabalha só durante um décimo da própria existência.

[...]

MASI, Domenico de. *O ócio criativo*. Manzi, Léa (Trad.). 3 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

A globalização capitalista

Própria da fase capitalista atual, a globalização econômica visa aumentar mercados de forma sutil e silenciosa. Para que os lucros sejam alcançados, fazem-se necessários a agilidade e o poder das comunicações e informações. Para tanto, assistimos à proliferação da internet, dos telefones celulares ou portáteis tão sofisticados quanto computadores de



Przemyslaw Klawnski.com

Uma das consequências da globalização capitalista contemporânea é a padronização do consumo, da cultura e dos valores. Como exemplo de padronização de consumo, podemos citar os lanches sempre iguais de uma cadeia de *fast-food*, onipresente nos quatro cantos do planeta.

mesa, dos produtos de informática, dos trens velozes, entre outros. O mercado mundial trabalha nas bolsas de valores e nas bolsas de mercadorias e de futuros, sendo a trama dos acontecimentos articulada pelos grandes agentes financeiros e pelas corretoras de valores. A grande ameaça do processo é a possibilidade de uma crise econômica mundial, como a que ocorreu a partir do mercado imobiliário norte-americano entre os anos 2008 e 2009 e atingiu todo o sistema financeiro global, que é interconectado, arruinando com a liquidez e o patrimônio de instituições, governos e famílias.

A partir da globalização capitalista, assistimos à proliferação produtiva desenfreada de mercadorias, com a expansão dos conglomerados multinacionais e transnacionais.

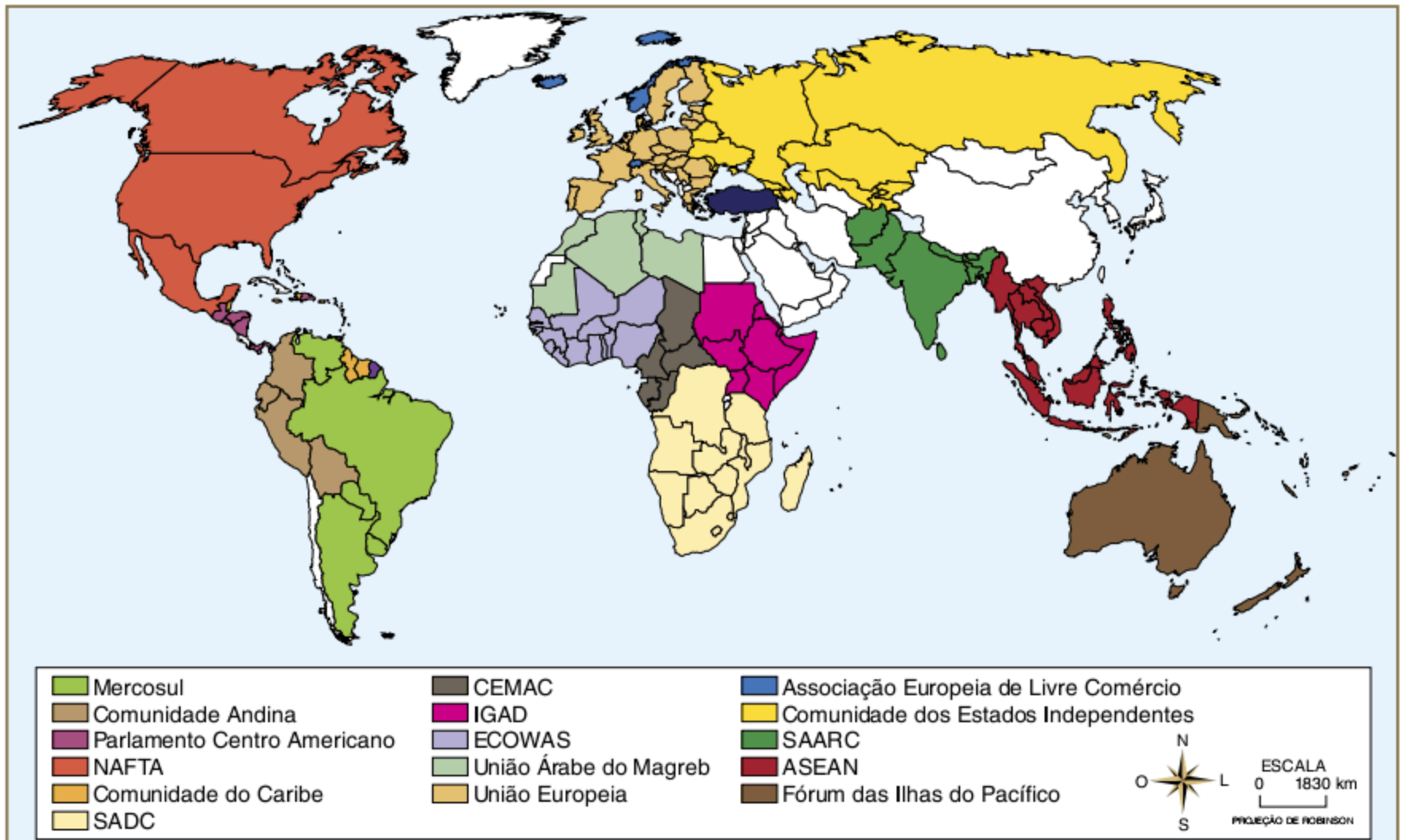
A chamada globalização contemporânea, própria dos avanços da Terceira Revolução Industrial, padroniza pensamentos e opiniões, assim como faz com que o mundo se organize em blocos, rompendo barreiras que dificultem a circulação das mercadorias, estabelecendo mercados comuns e uniões aduaneiras, monetárias e fiscais. No entanto, a globalização econômica não parece querer tornar-se social, ou seja, apesar da expansão do capital, as oportunidades não surgem para todos em todos os lugares. Áreas continuam sendo tratadas como periféricas e exploradas em busca do lucro ocorrendo uma forte concorrência pelo mercado, o que instaura ameaças de crise entre as nações e desumaniza ainda mais a atividade do trabalho. Há, no entanto, um contínuo avanço das telecomunicações, permitindo a comunicação instantânea entre indivíduos distantes, e grandes distâncias são percorridas em tempos cada vez menores, graças à popularização das viagens aéreas, embora ainda nem sempre ao alcance de todos.



Alberto Loyola.com

Restos do que sobrou do Muro de Berlim, na parte oriental da cidade. Hoje atração turística, sua derrubada, em novembro de 1989, simbolizou a queda da ordem mundial estabelecida a partir do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que dividia o planeta em áreas de influência americana (capitalista) e soviética (socialista).

Blocos econômicos regionais



Na defesa de interesses e na tentativa de enfrentar a concorrência, países se integram em blocos econômicos (áreas de livre comércio, uniões aduaneiras, mercados comuns e uniões monetárias), como a União Europeia, o Nafta e o Mercosul.

Outra característica do processo é o esvaziamento do Estado enquanto instituição, o que fere a possibilidade de proteção da economia interna, deixa o trabalhador ameaçado em suas necessidades básicas de sobrevivência e manutenção e torna premente a valorização de políticas de bem-estar social (caso do Brasil, onde programas assistenciais de redução da pobreza, como o Bolsa Escola e depois o Bolsa Família, consolidaram-se, e dos países da União Europeia, onde desempregados dependem de ajuda do Estado). Mesmo a fusão de empresas e conglomerados e a internacionalização da publicidade esvaziam a concorrência e colaboram para as perdas regionais, com a transferência de unidades de produção para regiões onde a mão de obra é mais barata e sujeita a menos encargos trabalhistas. Com isso, países como o Brasil se desindustrializam e passam a ser meros exportadores de produtos primários e **commodities**.

Os países considerados subdesenvolvidos têm se mostrado mais vulneráveis perante os efeitos da globalização, já que empresas nacionais passam a fazer uso de métodos administrativos que "enxuguem" despesas,

com controle rígido do capital financeiro, introdução de novas tecnologias, mão de obra altamente qualificada e baixa dos custos de produção. O livre mercado tem se relativizado, uma vez que vários setores econômicos são controlados pelo grande capital e por corporações transnacionais.

Para países como o Brasil, o desafio é o de definir uma política que faça frente às grandes corporações, possuidoras de poderio econômico e político, e fortalecer seu papel, dadas as suas dimensões territoriais e econômicas, na conjuntura internacional, como um dos líderes do bloco dos países em desenvolvimento, com participação importante no BRICS (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, economias emergentes com grande peso no mercado global), a fim de negociar, em bloco, com outros agrupamentos de nações de forma mais competitiva e vantajosa frente aos países desenvolvidos.

Como não poderia deixar de ser, todas essas transformações afetam a conjuntura social e, em especial, o mundo do trabalho, os valores democráticos, o meio ambiente e a soberania das nações.

Atenção!

O fim da ordem mundial rompeu com o paradigma de um mundo bipolar, e surgiram novos agrupamentos de poder sob a égide do capitalismo. Porém, isso acentuou ou tornou evidentes as desigualdades entre as nações. Daí a necessidade de os Estados procurarem algum tipo de alinhamento, sobretudo entre os países em desenvolvimento, de forma a valer sua força regional em um contexto globalizado, como o Brasil em relação ao BRICS ou sua posição como um dos protagonistas no G-20, grupo das vinte maiores economias globais. Nesse novo contexto multipolar, questões ambientais também ganham destaque na pauta das reuniões e dos encontros entre todas as nações, fazendo valer acordos multilaterais, especialmente no controle dos gases do efeito estufa.



A mundialização da produção e o incentivo ao consumo massivo têm deixado sérias consequências ao meio ambiente, trazendo grande preocupação com as questões ambientais.

Apesar de algumas medidas governamentais dos últimos anos e de o trabalho infantil ser considerado ilegal no Brasil, ainda é grande o número de crianças que trabalham em vez de frequentar os bancos escolares. A situação mais dramática encontra-se no meio rural, onde cerca de 30% das crianças e dos adolescentes entre 5 e 17 anos ainda estão sujeitos a atividades pesadas em propriedades de pequeno, médio e grande porte (sítios, granjas e fazendas), e também em áreas urbanas (em especial na região Nordeste do país), onde meninas são exploradas como empregadas domésticas e não têm acesso a escolas (dados do IBGE, 2010).



O trabalho infantil ainda persiste no mundo globalizado.

Os caminhos do trabalho nos dias globalizados

A globalização contemporânea capitalista tem trazido duras consequências ao trabalho enquanto atividade humana. Na luta pelo mercado, as empresas passam a investir em novas tecnologias, mão de obra altamente qualificada e administração eficiente (devendo entender como eficiente aquela que gera lucro).

O mundo do trabalho, tal como se mostra nos dias atuais, libera mão de obra, aumentando o desemprego estrutural. Por outro lado, na luta por uma vaga no mercado, o trabalhador submete-se a condições de trabalho e de salário inferiores às suas pretensões, o que ocasiona flexibilizações e perdas de conquistas históricas.

O Brasil é um exemplo do processo a que fazemos referência.

A transição do trabalho escravo para o assalariado, iniciada em meados do século XIX, trouxe transformações que se tornaram claras, em especial, a partir dos primeiros anos do século XX.

Em meio às condições de trabalho impostas ao imigrante urbano no Brasil, os trabalhadores envolveram-se em movimentos que procuraram modificar a situação precária a eles imposta, passando pela estruturação de sindicatos e pelas manifestações de greve, como as que paralisaram a cidade de São Paulo em 1917. As experiências grevistas geraram prisões e expulsões de europeus e seus descendentes do país.



Jornada de trabalho em alguns países (em horas)

PAÍSES	1980	1992	1998	2000	2002	2003
Alemanha	41,6	39	39,8	39,8	41,5	40,8
Coreia do Sul	51,6	47,5	45,9	47,5	47	46,2
Espanha	39,7	36,8	36,7	35,9	35,7	35,4
EUA	43,3	40,5	40,6	41	40,5	42,6
Noruega	35,5	34,9	35,3	35,1	34,8	34,5
Brasil	x	44,1	x	x	x	41,3

Fonte: Organização Internacional do Trabalho: *Anuário de Estadística del Trabajo* – International Labour Organisation, 2006.

Jornada de trabalho no Brasil

Jornada média por sexo* (semanalmente)

Homens **44 horas**
Mulheres **36,4 horas**

Jornada de trabalho*

Superior a **44 horas** semanais **33,7%**
Superior a **48 horas** semanais **19,1%**
Inferior a **35 horas** semanais **23,1%**
Outras jornadas **24,1%**

* População ocupada de 16 anos ou mais.

Fontes: IBGE (PNAD 2008); Dieese.

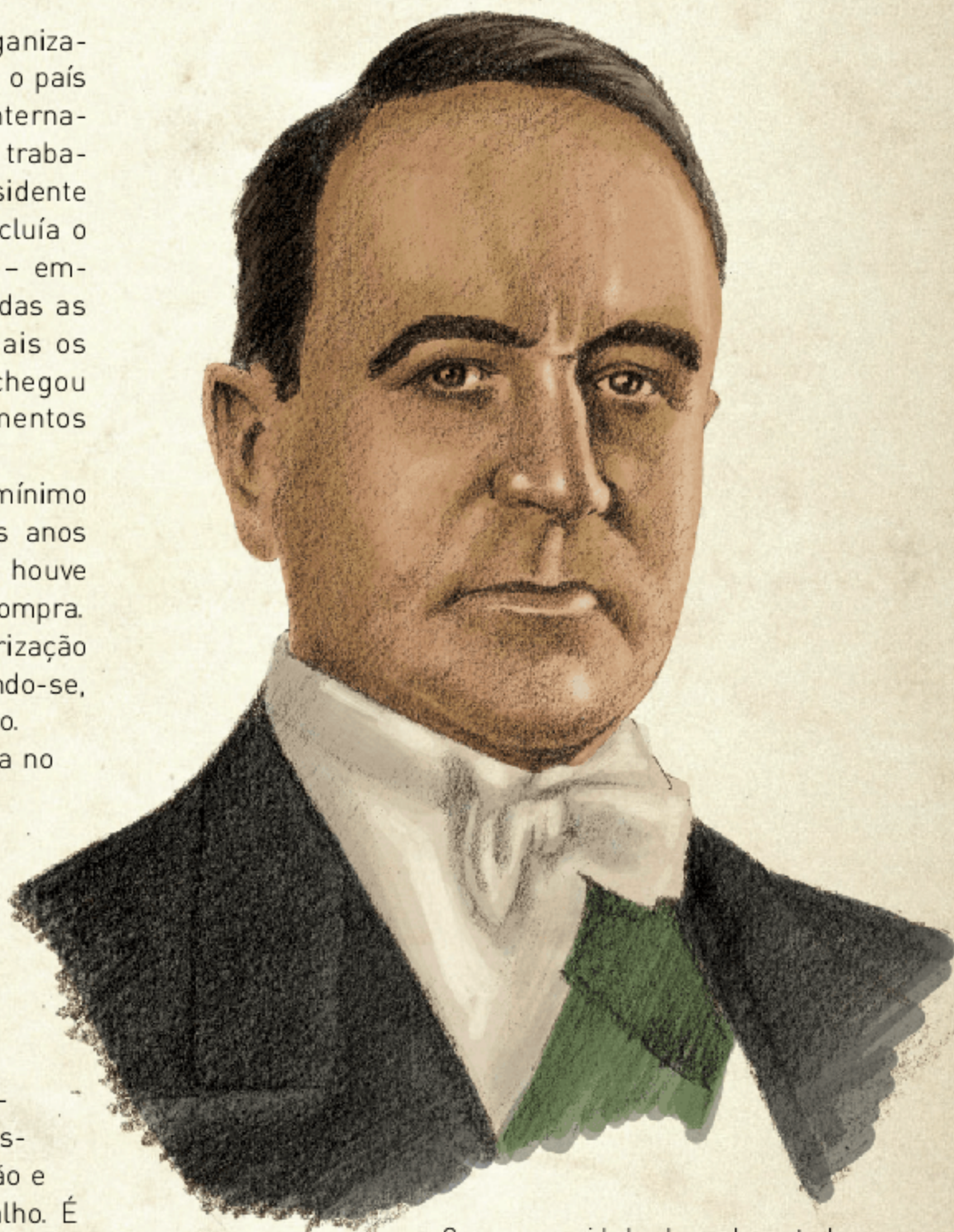
A mundialização do sistema capitalista tem trazido duras consequências para a questão do trabalho, como a diminuição de jornada e consequente desvalorização salarial. Na luta pelo mercado, inúmeras empresas investem em novas tecnologias, mão de obra altamente qualificada, manufatura enxuta e administração apurada, de forma a aumentar a produtividade.

A partir de 1930, com a necessidade da reorganização do cenário econômico nacional e de tornar o país menos vulnerável às oscilações capitalistas internacionais, procurou-se atender às exigências dos trabalhadores das cidades, introduzindo, o então presidente Getúlio Vargas, uma política trabalhista que incluía o salário mínimo (Decreto-lei n. 2162 de 1940) – embora sua trajetória tenha nivelado por baixo todas as remunerações, o que acabou beneficiando mais os empregadores do que os empregados, já que chegou a rebaixar os ganhos de quem possuía vencimentos maiores do que o mínimo estabelecido.

A partir da introdução efetiva do salário mínimo no Brasil, assistiu-se à sua consolidação nos anos subsequentes. Porém, a partir de 1965, houve uma perda progressiva do seu poder de compra. Nos últimos anos, tem ocorrido uma valorização gradual do salário mínimo, mantendo-se, no entanto, ainda como mera referência de ganho.

A ausência de uma política trabalhista efetiva no Brasil, assim como a sucessão de planos econômicos a partir da 1986 (Cruzado, Bresser, Collor, Real), fez elevar o setor produtivo informal no país. Esse setor é formado por trabalhadores que desenvolvem suas funções por conta própria, o que vai desde o comerciante ambulante ao prestador de serviços pessoais (empregados domésticos, prestadores de pequenos consertos, entre outros). Esses trabalhadores, ditos informais, não aparecem nas estatísticas oficiais, apenas lutam pela manutenção e sobrevivência, sujeitando-se a todo tipo de trabalho. É o caso do chamado “boia-fria” (trabalhador rural eventual, em especial em época de plantação ou colheita).

Dados divulgados pelo Ministério do Trabalho apontam que a maioria dos brasileiros não usufrui dos direitos sociais previstos em lei e que a diferença de rendimentos entre os trabalhadores do setor formal e os do informal ainda é grande (na maioria dos casos, um trabalhador com carteira assinada ganha até 92% mais do que um assalariado sem registro e obtém um rendimento até 40% maior do que os trabalhadores avulsos que “fazem bico”). Outro dado alarmante: cerca de um terço dos trabalhadores amparados pela legislação trabalhista costuma fazer horas extras, mas menos da metade deles recebe algum tipo de remuneração por isso; 31% não recebem qualquer tipo de compensação por trabalhar a mais, e 14% são pagos em folgas (o chamado “banco de horas”).



Como necessidade de acalmar trabalhadores para o incremento industrial do Brasil, Getúlio Vargas implantou, a partir da década de 1930, uma política trabalhista nacional que culminou com a aprovação do decreto-lei da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1º de maio de 1943.

Atenção!

Algumas das leis trabalhistas criadas no governo de Getúlio Vargas determinaram:

- criação do salário mínimo.
- jornada diária de 8 horas de trabalho.
- direito a férias anuais remuneradas.
- descanso semanal e direito à previdência social.
- regulamentação do trabalho do menor e da mulher.

A situação mais lamentável é a do negro ou pardo (mestiço), mesmo após mais de um século do fim da escravidão. No mercado de trabalho, a cor da pele ainda faz grande diferença: os empregados negros ou pardos ganham cerca de 57% da média paga ao trabalhador em geral, conforme dados do IBGE.

Em relação ao gênero, a situação é desfavorável às mulheres, pois, embora tenham obtido conquistas nos últimos anos, elas recebem, em média, o equivalente a 73,6% do rendimento médio recebido pelos homens. Em valores, a média do salário das mulheres (em dez/2013) é de R\$ 1.614,95, enquanto a dos homens chega a R\$ 2.195,30.

Na busca do trabalho, busca-se também a dignidade, como bem profere as ideologias no mundo capitalista. Na suposta busca do digno, sujeita-se ao indigno, ao vergonhoso, em um claro desajuste tão bem explorado pelos que se beneficiam da situação.

Para fugir do desemprego, é recorrente que grande parte da massa trabalhadora brasileira e das nações periféricas se submeta a condições precárias e não reguladas de trabalho. Isso significa não usufruir de décimo terceiro salário, vale-refeição, hora extra, vale-transporte ou férias remuneradas e até imigração para outros países e regiões mais desenvolvidas.

A realidade atual também é caracterizada por uma queda da participação do trabalhador nas organizações sindicais, resultado da proliferação das terceirizações, da livre negociação salarial e de direitos entre patrões e empregados, do temor da perda de espaço no mercado de trabalho e do crescimento do trabalho informal (sem registro devido), da falta de uma política sindical voltada para os trabalhadores jovens, da modernização das fábricas e da mudança do perfil do trabalhador (dados de 2010 do Ministério do Trabalho apontam que a maioria dos brasileiros não é sindicalizada).

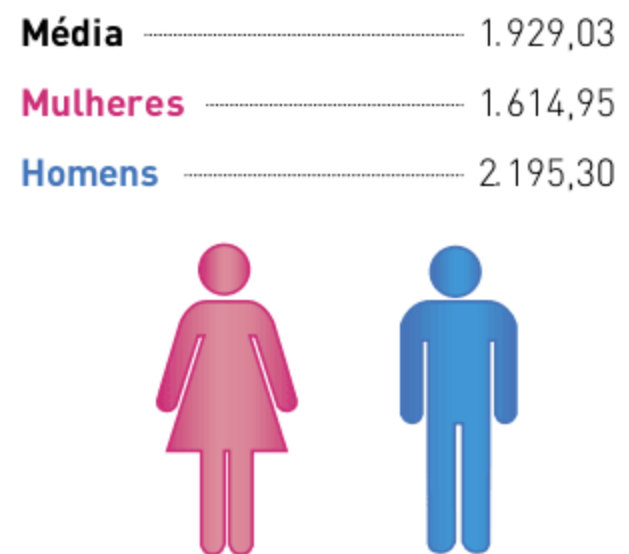
PONTO DE CONEXÃO
Em História, procure saber mais sobre a Era Vargas e a criação da legislação trabalhista que vigora até os dias de hoje.

Rendimento médio* do trabalhador de acordo com a cor ou raça (em R\$)



*Média das estimativas mensais até dez/2013.

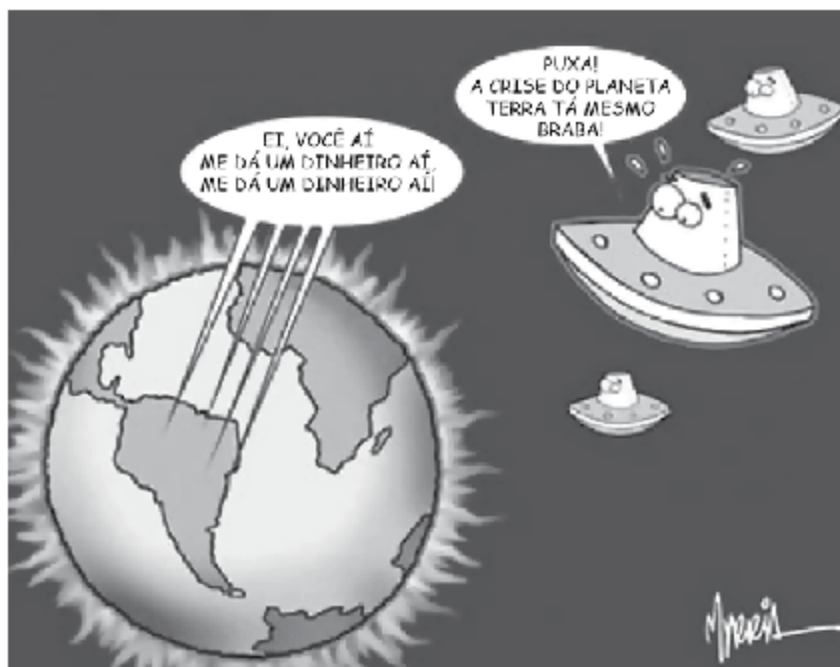
Rendimento médio* do trabalhador de acordo com o gênero (em R\$)



Fonte: IBGE – PME (Pesquisa Mensal de Emprego), 2014.

PARA PRATICAR

1 (Uema) Observe a charge.



Disponível em: <www.conexaoambiental.zip.net/arch>. Acesso em: 9 ago. 2009.

De acordo com o observado, assinale a alternativa que contenha, respectivamente, a abrangência e o principal fator gerador da crise econômica atual.

- A** Regional, provocada pelo fordismo.
- B** Global, ocasionada pela internacionalização do capitalismo financeiro.
- C** Local, provocada pela dinamização da economia urbana.
- D** Global, provocada pela falta de matérias-primas e mão de obra especializada.
- E** Global, provocada pela crise do petróleo.

2 Observe o quadro a seguir:

1.929,03	1.374,79	2.396,74
Média	negros/pardos	brancos/amarelos

Fonte: IBGE – PME (Pesquisa Mensal de Emprego), 2014.

Os dados apresentados permitem afirmar que:

- A** há, no Brasil, um crescimento da participação de outras etnias no mercado de trabalho.
- B** há predomínio da igualdade salarial entre homens e mulheres que executam tarefas similares.
- C** os direitos sociais estabelecidos em lei vêm equiparando salários no país.
- D** com novas tecnologias, o mercado de trabalho se apresenta como um bloco homogêneo, de fácil intercâmbio.
- E** ainda existem diferenças salariais significativas entre os trabalhadores brasileiros, que podem estar relacionadas ao contexto histórico do país.

3 Observe a tabela a seguir.

Número de estabelecimentos industriais e de operários no Brasil, segundo a época da fundação das empresas (1849-1888)

Época da fundação	Número de estabelecimentos	Número de operários
Até 1849	35	2929
De 1850 a 1859	24	2271
De 1860 a 1869	54	2639
De 1870 a 1879	125	10249
De 1880 a 1888	398	36084

LIMA, Heitor. *História político-econômica e industrial do Brasil*.

A partir do exposto, podemos afirmar corretamente que:

- A** no período considerado na tabela, demonstra-se um significativo aumento do mercado interno de consumo no Brasil.
- B** as relações assalariadas de trabalho no Brasil tiveram um impulso pouco antes da abolição da escravatura, diminuindo a partir de 1880.
- C** a elevação do mercado interno brasileiro gerou as bases para um maior crescimento agrário no final do século XIX, mais precisamente de 1880 a 1888.
- D** apesar do crescimento das indústrias no século XIX, a base econômica brasileira manteve-se, em tese, agrária-importadora.
- E** o fomento industrial brasileiro no século XIX fez com que o país mudasse suas ações econômicas, transformando-se em uma economia industrial-exportadora.

4 Observe, a seguir, dados referentes à filiação sindical da população assalariada brasileira:

1988	34.279.202 brasileiros assalariados	Taxa de filiação sindical: 21,94%
1995	37.060.634 brasileiros assalariados	Taxa de filiação sindical: 21,64%
2001	38.587.504 brasileiros assalariados	Taxa de filiação sindical: 20,09%

IBGE. *Estatísticas do século XXI*. Rio de Janeiro: 2003. (Adapt.).

A diminuição da taxa de sindicalização de trabalhadores assalariados (maiores de 18 anos) no Brasil pode ser explicada:

- A** pela ampliação do sistema de terceirização da produção e dos serviços, o que dificulta a organização sindical.
- B** pelo uso intensivo de novas tecnologias e a revolução na comunicação, com a elevação das redes computadorizadas.
- C** pelo desenvolvimento do desemprego estrutural, com a diminuição constante e irreversível dos cargos nas empresas e com o incentivo estatal ao trabalho informal.
- D** pelas modificações na legislação trabalhista, que visam atenuar o desemprego.
- E** pela concorrência desenfreada por emprego (entre trabalhadores) e pelo controle sobre os mercados (entre empresas).

5 O Big Mac é um sanduíche oferecido pela rede norte-americana de lanchonetes McDonald's, estabelecida em mais de 100 países no mundo todo. Sua composição é semelhante em todos os territórios onde é oferecido: pão, pepino, molho leve, carne bovina em dois hambúrgueres, gergelim, alface, queijo e cebola. Essa rede inaugura, a cada ano, centenas de novos estabelecimentos ao redor do mundo, que oferecem seus hambúrgueres a milhões de pessoas diariamente, muitas vezes adaptando-os ao gosto e aos costumes locais, como os lanches *kasher* em Israel, ou vegetarianos na Índia.

Trata-se de um exemplo de:

- A** globalização, que cria padrões de consumo, de comportamentos humanos e massifica gostos.
- B** delineamento macroagroecológico, criando padrões de consumo que sejam equilibrados em relação à natureza.
- C** globalização, já que na história recente não podemos apontar outros exemplos desse processo.
- D** modernização dos padrões, visto que o setor de *fast foods* oferece um modelo de refeição altamente higienizado, saudável e seguro.
- E** territorialização econômica, uma vez que as relações de produção capitalistas se estabelecem a partir da agricultura.

6 Observe a imagem a seguir.



A globalização contemporânea diferencia-se das demais ocorridas na história da humanidade por sua generalização de marcas e pela velocidade com que as informações, as pessoas e, principalmente, o capital circulam pelo mundo, graças sobretudo ao avanço das telecomunicações. Sobre esse assunto e de acordo com o que é representado pela imagem, assinale a alternativa que aponta corretamente características da atual globalização.

- A** Protecionismo estatal, com a criação de obstáculos para iniciativas econômicas neoliberais.
- B** Redução do consumismo baseado nas necessidades fabricadas e/ou impostas pela propaganda.
- C** Mundialização da produção e do sistema financeiro e avanço de tecnologias e dos sistemas de comunicação.
- D** Redução da preocupação internacional com as causas ligadas ao meio ambiente e à preservação ambiental.
- E** Aumento das políticas públicas de incentivo ao consumo consciente.

8 Apesar de ser o “centro do capitalismo”, os Estados Unidos da América não são totalmente invulneráveis às oscilações da economia global. Isso foi comprovado com a crise que assolou o país entre os anos de 2008 e 2009, deixando várias marcas na economia estadunidense, uma vez que reflexos dela são sentidos até hoje. George Soros, um homem de negócios húngaro-americano, em seu livro *The New Paradigm for Financial Markets* (2008), diz:

Estamos em meio a uma crise financeira não vista desde a Crise de 1929 e que poderia, em tese, ter sido evitada: desgraçadamente temos a ideia de fundamentalismo de livre mercado, que hoje é a ideologia dominante e que pressupõe que os mercados se corrigem; e isso é falso porque geralmente é a intervenção das autoridades que salva os mercados quando eles se atrapalham. Desde 1980, tivemos cinco ou seis crises: a crise bancária internacional de 1982, a falência do banco Continental Illinois em 1984 e a falência do Long-Term Capital Management em 1998, para citar três. Cada vez são as autoridades que salvam os mercados ou organizam empresas para fazê-lo. As autoridades têm precedentes para se basear. Mas, de alguma maneira, essa ideia de que os mercados tendem ao equilíbrio e que seus desvios são aleatórios ganhou aceitação geral e todos estes instrumentos sofisticados de investimentos foram baseados nela.

Segundo os textos sobre a crise econômica global de 2008, suas causas e consequências, assinale a alternativa correta.

- A** As teorias intervencionistas propostas por Keynes após a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, ajudaram a provocar a crise de 2008.
- B** Segundo Soros, uma economia essencialmente neoliberal não sofreria os impactos da crise.
- C** Países de economia de transição socialismo-capitalismo, como a Rússia, foram beneficiados com a crise de 2008.
- D** A crise ocorreu, principalmente, porque os investidores acreditavam cegamente na capacidade de autorregulação do mercado.
- E** O governo de Barack Obama não ajudou as instituições financeiras que estavam prestes a falir, pois isso iria contra o neoliberalismo.

9 Leia a notícia.

A Corte Europeia de Direitos Humanos decidiu nesta terça-feira (1º) que a lei francesa que proíbe o uso da burca e do véu integral em espaços públicos é válida.

[...]

Críticos da lei, incluindo ativistas dos direitos humanos, acusam a medida de atacar os muçulmanos. A França tem a maior população islâmica da Europa ocidental, com cerca de 5 milhões de muçulmanos. Estima-se que apenas 2.000 deles usem burca ou véus que cobrem o rosto.

Folha de São Paulo, 1 jul. 2014. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/07/1479127-corte-europeia-confirma-lei-francesa-que-proibe-burca-em-locais-publicos.shtml>. Acesso em: 5 maio 2015.

Ao ser adotada na França em 2011, a lei da burca foi justificada como humanitária e causou muita controvérsia, pois, alegavam seus defensores, ela libertaria a mulher de um símbolo da opressão masculina, o *hijab* ou a burca. Outros, contrários à medida, insistem que a lei nada mais é que uma grande lição de intolerância e autoritarismo sob o pretexto oficial de “libertação”, que não considera as diferenças culturais. No entanto, ela pode se relacionar a uma questão que vem crescendo na União Europeia nos últimos anos, principalmente depois dos atentados de 11 de setembro de 2001 e da crise econômica de 2008, em decorrência da globalização.

De acordo com o texto, trata-se:

- A** da tolerância religiosa em relação aos imigrantes e trabalhadores de orientação cristã, apoiados por governos de extrema direita da União Europeia.
- B** do nacionalismo econômico, favorável à entrada de imigrantes não islâmicos de várias nacionalidades como força de trabalho na União Europeia.
- C** da xenofobia, aversão em relação aos estrangeiros, principalmente os de origem islâmica.
- D** do antissemitismo, em retaliação às ações de Israel contra os palestinos nos territórios ocupados da Faixa de Gaza e da Cisjordânia.
- E** do apoio às manifestações da Primavera Árabe no Norte da África, contra a opressão simbolizada pelo uso do *hijab* nos países islâmicos.

Reflita sobre

No mundo, aproximadamente um bilhão de pessoas ainda sofrem com a desnutrição, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A média de subnutridos representa 14,3% da população do planeta. Os dados constam no relatório denominado Estado de Insegurança Alimentar no Mundo, de 2014 (Sofi, em inglês).

A Ásia é o continente que lidera em número a quantidade de indivíduos subnutridos, e há um aumento na África, especialmente na África Subsaariana. A América Latina e o Caribe apresentaram progressos, mas ainda registram mais de 50 milhões de indivíduos com fome.

Situação do Brasil

Prevalência da subnutrição	
1990	14,9%
2005	8,4%
2010	6,9%
2014	5,1%

FAO. 2014.

A partir das informações acima, reflita com a mediação do(a) professor(a):

O modelo econômico ditado pela globalização, levando-se em consideração os avanços tecnológicos, poderia suprir a subnutrição no planeta?



Tyui Tjive/123rf.com

■ Quer saber mais?



Livros

- HOFFMANN, R. "Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil". *Estudos avançados*. São Paulo, v. 9, n. 24, 1995.

Em forma de artigo, o autor procura demonstrar as dificuldades de sobrevivência de boa parte da população brasileira, em constante insegurança alimentar: a desnutrição e a fome como resultados da má distribuição de renda, gerando pobreza e, como não poderia deixar de ser, exclusão social.

- MAGNOLI, Demétrio. *Globalização: estado nacional e espaço mundial*. São Paulo: Moderna, 1997.

Magnoli costuma ir a fundo nas questões que procura debater. Um dos nomes contemporâneos mais procurados quando o assunto é geopolítica e globalização, o autor procura traçar, na obra indicada, a perda da identidade nacional e do poder do Estado no contexto da globalização contemporânea.



Sites

- Para saber mais sobre comércio multilateral e blocos econômicos, acesse <<http://p.p4ed.com/RXDIY>>.
- Para conhecer um pouco das políticas de combate à pobreza no mundo globalizado, acesse o site do Banco Mundial (em vários idiomas) <<http://p.p4ed.com/RXDIU>>.
- Para saber mais sobre as mudanças climáticas do planeta, acesse <<http://p.p4ed.com/RXDII>>.



Filmes

- *Dividocracia (Debtocracy. Grécia, 2011)*. Direção de Aris Hatzistefanou e Katerina Kitidi.

Trata, de maneira bastante didática, a crise econômica vivida pela Europa, com ênfase no caso da Grécia, mostrando os efeitos da mundialização capitalista contempo-

rânea e do sistema financeiro desregulado e refundado na especulação. O filme foi produzido na Grécia, contém entrevistas com políticos, economistas e intelectuais e está disponível gratuitamente na internet. (<http://p.p4ed.com/RXFIO>).

- *Trabalho interno (Inside Job. EUA, 2010)*. Direção de Charles Ferguson.

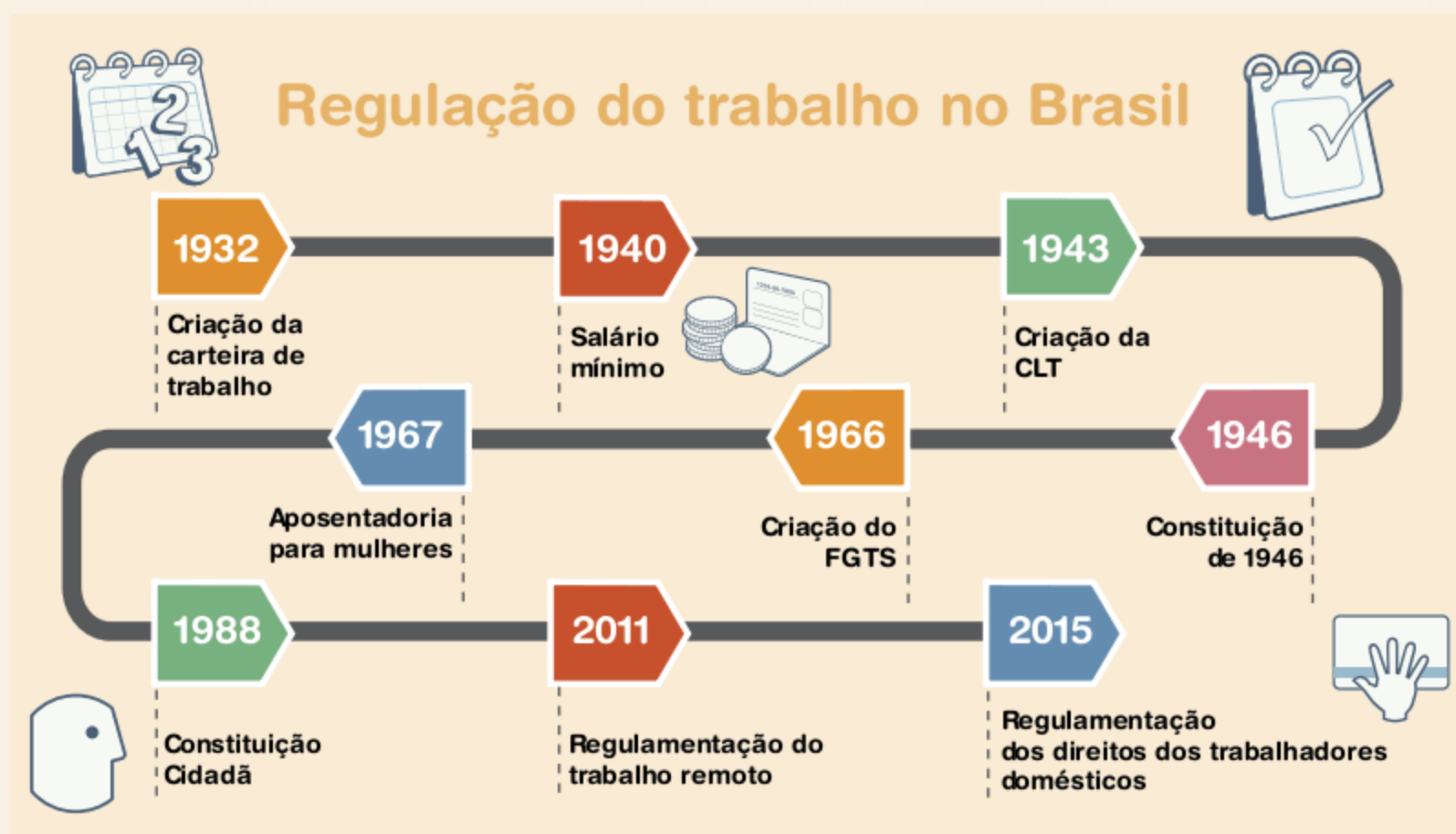
Vencedor do Oscar da categoria, é o documentário mais abrangente sobre a crise de 2008 e seus efeitos na economia global, em consequência da desregulamentação e interligação dos mercados financeiros globais, tanto nas economias desenvolvidas como nas em desenvolvimento, todas bastante endividadas, e os efeitos mais imediatos e perversos da crise na população, que sofre mais com a falta de liquidez, com os ajustes fiscais e com dívidas contraídas em empréstimos generosos e irresponsáveis, que se popularizaram e se voltaram para o aumento do consumo. Empréstimos lastreados apenas em hipotecas de casas que foram a ruína de muitas famílias, sobretudo americanas.

- *Getúlio Vargas (Brasil, 1974)*. Direção de Ana Carolina.

Rico em imagens de arquivo, o documentário permite compreender a trajetória política de Getúlio Vargas, desde a Revolução de 1930 até o final trágico de seu segundo mandato, passando pelo Estado Novo e os efeitos de sua política trabalhista e de sua política desenvolvimentista. Está disponível para ser visto integralmente no seguinte endereço eletrônico: <<http://p.p4ed.com/RXFIP>>. Mais recentemente, o filme *Getúlio (Brasil, 2014)*. Direção de João Jardim, dramatiza, com boa reconstituição de época e excelentes interpretações, os últimos dias da vida de Getúlio Vargas, no conturbado agosto de 1954, em meio a uma crise política e institucional que culminariam com o fim de seu segundo governo.

RESUMO teórico

- O trabalho, enquanto atividade, passou a ser amplamente valorizado a partir da Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX).
- No Brasil, Getúlio Vargas (entre 1930 e 1945 e na redemocratização, entre 1951 e 1954) edificou uma política trabalhista (Ministério do Trabalho, carteira de trabalho, projeto do salário mínimo, jornada regulamentar, descanso semanal remunerado, entre outros), que culminou com a aprovação da CLT nos anos finais de seu primeiro mandato.
- A globalização contemporânea foi impulsionada pelo fim da Guerra Fria, pela queda do Muro de Berlim (1989) e pela desintegração do bloco de países socialistas soviéticos.
- O bloco soviético e seus países, antes isolados, passaram a fazer parte do mundo capitalista, cujo sistema se generalizou.
- Principais características da globalização contemporânea: mundialização do sistema financeiro e da produção, avanço das transnacionais, exaltação do mercado livre, internacionalização da publicidade, padronização cultural e de valores, avanço tecnológico e dos sistemas de comunicação e estímulo ao consumismo.
- Com a globalização capitalista em curso, cresce o desemprego estrutural, as desigualdades aumentam ou se aprofundam, assim como existem mais riscos de perdas de garantias históricas obtidas pelo trabalhador, como acontece atualmente no Brasil.
- As crises e os conflitos também se tornaram globais. Recentemente, a de 2008, provocada em consequência da bolha imobiliária nos Estados Unidos, ainda faz o mundo sentir seus efeitos. Antes, os atentados de 11 de setembro de 2001 levaram a guerra ao terror a outras regiões do mundo, aumentando os custos militares, políticos e econômicos em inúmeras escaladas de violência, principalmente no Oriente Médio. Também levaram os países ocidentais a restringir suas fronteiras contra a entrada de imigrantes, principalmente muçulmanos, aumentando também a xenofobia.

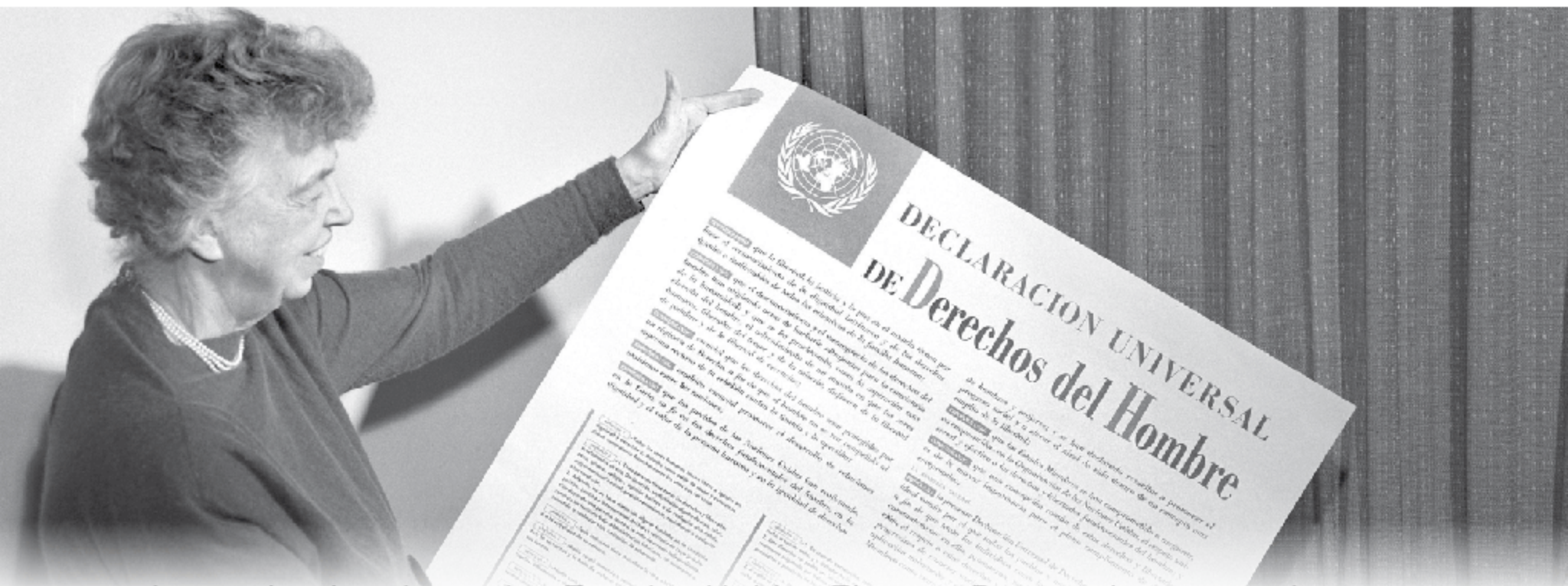


Capítulo 6

Os caminhos da economia: o neoliberalismo e as desigualdades sociais



Em uma sociedade de consumo intenso, por vezes ostentatório, as diferenças sociais passam a ser mais visíveis e marcantes. Mesmo que estejamos acostumados a imagens como estas, intrinsecamente, elas nos tocam e incomodam.



A ex-primeira-dama dos Estados Unidos Eleanor Roosevelt segurando o cartaz da versão espanhola da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Mesmo com a universalização dos direitos do homem, garantida pela ONU, muitas pessoas ainda se encontram privadas de seus direitos fundamentais.



Afinal de contas, a pobreza e a exclusão social nos incomodam, mesmo que não estejamos, pessoalmente, nessas condições de vulnerabilidade?

Caso pensemos de forma ampla, a resposta será sim. Isso porque fazemos parte de um sistema em que o conceito de cidadania é construído paulatinamente, e a concentração de renda, a concentração fundiária, o analfabetismo, os privilégios de uns e a exclusão de muitos (problemas constituídos ao longo de séculos) acabam inibindo nossas idas e vindas, sendo reduzido e privatizado o espaço público. Afinal, tememos andar por alguns lugares e sermos vítimas da violência e da criminalidade.

Nunca houve uma sociedade tão grande e, ao mesmo tempo, inteiramente igualitária, mesmo nos países socialistas. Se a desigualdade é natural desde sempre, por que sofremos ou nos incomodamos ao depararmos com um pedinte? Por que nos comovemos tanto com imagens das vítimas da fome e do desprezo? A resposta é simples: ao longo do século XX, incorporaram-se direitos às legislações (moradia, alimentação digna, acesso à educação, entre outros), como no caso da Constituição brasileira de 1988, apelidada justamente de “Constituição Cidadã” na época de sua promulgação. Porém, constantemente nos deparamos com um sentimento indagador: se todos possuímos tais direitos, como afirma a Declaração dos Direitos do Homem de 1948, por que alguns grupos sociais não conseguem ter acesso aos bens produzidos?

Vivemos em uma indústria de massa, que espalha grande quantidade de produtos, divulgados com intensa publicidade, por meio de TV, rádio, cinema e internet. Uma rede produtiva imensa que seria possível atender às necessidades de todos os habitantes do planeta.

Próprio da globalização capitalista contemporânea, a pobreza nunca pareceu tão complexa e evidente, principalmente nos países que optaram pelo projeto neoliberal, em que o capital supera as prioridades e expectativas sociais com o livre jogo do mercado e a diminuição do Estado tornando-se predominantes.

- ▶ O que significa neoliberalismo?
- ▶ Como esse projeto afeta a vida de milhões de pessoas?
- ▶ Por que o Brasil e outros países adotaram tal caminho?
- ▶ Quais as expectativas que podemos ter para a melhora do quadro social a partir dos caminhos do esvaziamento do Estado e do predomínio da economia de mercado?

C C3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

C5 - Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

H H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

H15 - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.

H23 - Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades.

Projetos econômicos que ditam o social

O neoliberalismo

O neoliberalismo pode ser entendido em sua origem como um conjunto de ideias políticas e econômicas do sistema capitalista que defende, de maneira geral, a não intervenção do Estado na economia. De acordo com essa doutrina, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado) e nenhuma intervenção do governo na economia, pois esses princípios garantiriam o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

O conceito surgiu na década de 1970, através da Escola Monetarista do professor e economista Milton Friedman (Prêmio Nobel de Economia em 1976), da Universidade de

Chicago, como uma solução para a crise que atingiu a economia mundial em 1973, provocada pela subida repentina nos preços do petróleo e pelo conseqüente aumento dos gastos do Estado, também bastante endividado.

Porém, foi na década de 1980, período de estagnação econômica ainda sob os efeitos da Crise do Petróleo e da hiperinflação, que os caminhos do projeto neoliberal começaram a ser postos em prática no mundo inteiro, a partir das posturas político-econômicas adotadas pelo governo inglês de Margaret Thatcher e pelo norte-americano de Ronald Reagan.

A globalização capitalista, ensaiada ao final dos anos 1980 e consolidada em todo o mundo a partir da década seguinte, trouxe projetos econômicos que passaram também a ditar condições sociais. No caso do neolibe-

Saiba mais

As ideias liberais defendidas por Milton Friedman, como a de que a organização econômica mais eficaz seria o **capitalismo competitivo**, baseado no livre mercado, na livre iniciativa e na livre concorrência, no qual ao Estado só caberia estabelecer as regras do jogo econômico sem intervenção profunda na economia, foram postas em prática a partir dos anos 1970.

O Estado de bem-estar social (*welfare state*), de matriz keynesiana, aplicado na Europa após o fim da Segunda Guerra Mundial e essencial para a reconstrução do mundo ocidental do pós-guerra, foi aos poucos desmontado por meio de privatizações e desregulamentações na economia, especialmente no setor financeiro. Estabeleceu-se a ideia de um Estado mínimo, ou seja, um Estado enxuto, ao contrário do “Estado-babá” (“Nanny State”, em que prevalecem iniciativas estatais, como o protecionismo e o intervencionismo na economia), conforme idealizado por teóricos como os austríacos Ludwig von Mises (1881-1973), Friedrich August von Hayek (1899-1992) e o norte-americano Milton Friedman.



O economista Milton Friedman (1912-2006), da Universidade de Chicago, é um dos mentores da Escola Monetarista, de onde teria surgido o conceito atual de neoliberalismo.

ralismo, projetado a partir do Consenso de Washington (1989) para o restante do mundo e defendido por banqueiros, por grandes empresários, pela grande imprensa e por instituições como Banco Mundial (World Bank), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ao propor a diminuição do tamanho do Estado, com privatizações, a não intervenção estatal na economia (a não ser em casos particulares específicos e determinados, como a regulação do meio ambiente, das normas de saúde e de segurança), esse sistema defende o livre jogo das forças do mercado.

Eis as principais determinações do projeto neoliberal, sobretudo no âmbito econômico, definidas pelo Consenso de Washington:

- Abertura econômica, com intercâmbio comercial, globalização econômica e consequente redução das alíquotas de importações.
- Fim das restrições à entrada do capital externo em um país.
- Abertura financeira, com o fim das dificuldades para a instalação de instituições financeiras nos países e a consequente redução da presença do Estado na economia.
- Ajuste fiscal, com redução dos gastos do Estado, buscando a eliminação do déficit público; no caso do Brasil, a economia para o pagamento de juros da dívida pública se dá por meio do **superávit primário** (veja o gráfico), total do valor economizado que o governo arrecada em impostos, tributos, privatizações e concessões em relação ao tamanho do PIB e que deixa de ser investido em outros setores da economia, como educação e saúde.

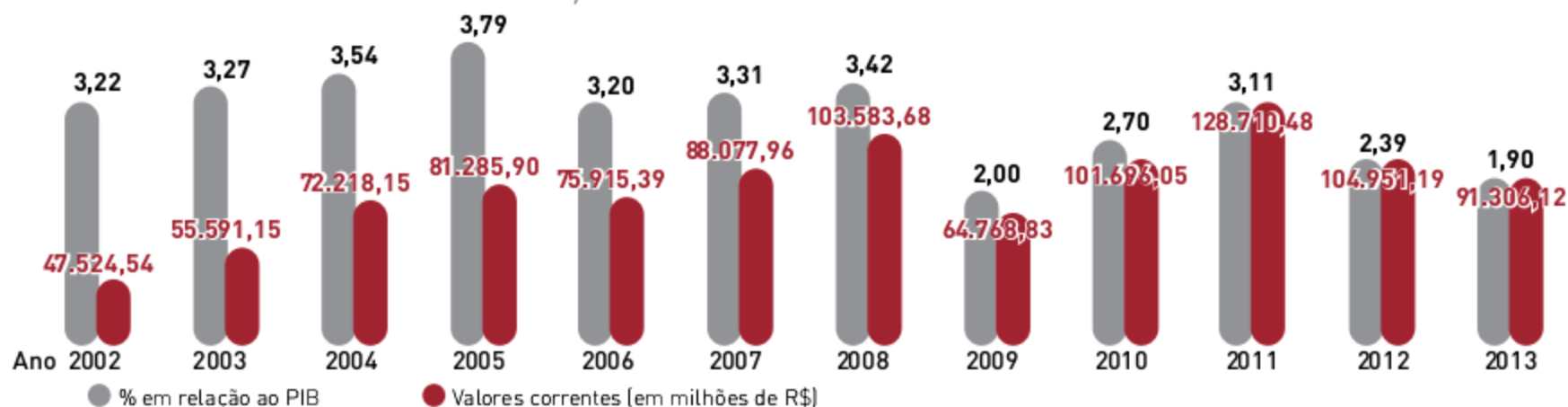


Marian S. Tribock/Library of Congress

Margaret Thatcher (1925-2013), primeira-ministra do Reino Unido, entre 1979 e 1990.

Contas públicas

EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO DO BRASIL



Fonte: Banco Central

- Redução do tamanho do Estado, com a venda de estatais, limitação da intervenção na economia e consequente redução da máquina pública.
- Privatizações, com a venda de empresas estatais, a fim de gerar concorrência comercial e implementar políticas sociais.
- Desregulamentação, com redução das regras do governo para o funcionamento da economia.
- Reforma previdenciária, como forma de diminuir o déficit público, levando-se em consideração a elevação da expectativa de vida do trabalhador.
- Fiscalização dos gastos públicos, evitando-se gastos exagerados, em especial com obras grandiosas e deficitárias, e estabelecendo-se mecanismos como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- Investimentos em infraestrutura, para permitir o crescimento econômico e a atração de investimentos estrangeiros.

Países como Argentina, Peru, Chile, Venezuela, México e Brasil aderiram ao projeto no decorrer dos anos 1990. A Argentina, por exemplo, teve resultados catastróficos, que levaram o país à moratória e à quebra de sua economia, no fim dos anos 1990, ao final do governo de Carlos Menem.

No caso do Brasil, a implantação definitiva deu-se no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com a implantação do Plano Real. Apesar da estabilização da economia, com o fim da hiperinflação que corroía a renda de muitos trabalhadores, os graves problemas sociais do país se mantiveram, colocando em risco a própria estabilização da economia, que, no segundo mandato de FHC (1999-2002), foi abalada pelas consequências de várias crises financeiras que atingiram países em desenvolvimento, como a asiática (1997), a da Rússia (1998) e a da Argentina (1999-2002).

A expectativa do projeto neoliberal reside na estabilização e no crescimento econômico, que geraria mais empregos, mais consumo, maior produção para atender a demanda crescente e, portanto, maior estabilidade social. Também impõe medidas econômicas restritivas de forma a conter a inflação, como diminuição de gastos governamentais, aumento das taxas de juros e redução da oferta de crédito.

Em termos gerais, os princípios propostos pelo neoliberalismo são os mesmos do liberalismo do século XIX (livre concorrência, combate ao dirigismo estatal e a preocupação do Estado não mais com a regulamentação econômica e com as ações de particulares, mas sim com as ações políticas). Na prática, porém, o projeto neoliberal tem gerado consequências não previstas à época de sua edificação, a saber:

- O questionamento e o esvaziamento do papel do Estado como órgão protetor das economias nacionais. Em algumas regiões, o poder do Estado tem sido substituído pelo das corporações transnacionais.
- A pressão proveniente de grupos econômicos e corporações dominantes interessados na diminuição ainda maior da atuação estatal nas esferas econômico-financeiras.
- A aceleração da marginalidade e da exclusão social, provocada pela diminuição de oportunidades de emprego devido à busca de lucro desenfreado e concorrência entre empresas.
- Atos de corrupção, muitos surgidos a partir das privatizações de empresas estatais ou de contratos terceirizados de empresas públicas para obras e investimentos de empreiteiras, bancos e construtoras particulares, beneficiando grupos ou pessoas que coordenam as transferências aos particulares e os dirigentes dessas instituições.

- Ações prejudiciais ao meio ambiente, uma vez que a dilapidação de recursos naturais pelo impulso produtivo e de consumo intensifica a exploração sobre áreas periféricas e amplamente submissas aos interesses do capital, como ocorre na África e na América Latina.
- Distanciamento ainda maior entre ricos e pobres vem intensificando a violência e criminalidade (tal como o crescimento de roubos e tráfico de drogas, que recruta indivíduos em vulnerabilidade e sem alternativas de trabalho no mercado).
- O aumento do desemprego estrutural, em que há perda de ocupações, sem perspectivas de retorno das vagas suprimidas.
- *Dumping social* quando, na procura pela diminuição dos custos de produção, os salários oferecidos aos trabalhadores (em especial em países subdesenvolvidos) são diminuídos.



© Wavebreakmedia Ltd | Dreamstime.com

Em muitos casos, postos perdidos não retornam e muitos dispensados têm dificuldades de encontrar novas colocações que garantam o mesmo nível de renda, ainda que estejam entre os trabalhadores mais qualificados.



Marcello Casal Jr/Albr

Um dos maiores problemas gerados pelo neoliberalismo é a diminuição da oferta de empregos, uma vez que as privatizações de empresas estatais ocasionam dispensa de mão de obra.

Projeto social-democrata

Adotado por países capitalistas, como Alemanha, Bélgica, Finlândia, França, Reino Unido, Suécia e Noruega, entre outros, o projeto social-democrata admite o dirigismo estatal, mantendo o exercício da democracia representativa, mesmo em um Estado capitalista.

Pelos princípios da social-democracia, o Estado atua vigorosamente na condução econômica, procurando evitar que os mais ricos e poderosos concentrem renda em detrimento dos menos favorecidos. Dessa forma, as diferenças sociais não se apresentam tão gritantes como em países que adotaram o neoliberalismo enquanto caminho no mundo globalizado contemporâneo.

O Estado social-democrata procura manter a harmonia entre capital e trabalho, buscando diminuir a distância que separa cidadãos com maior e menor capacidade de consumo (entre ricos e pobres). Em outras palavras, a iniciativa privada é inibida de exercer controle sobre a economia, embora possa fazê-lo desde que os indivíduos tenham acesso às condições básicas de saúde, educação de qualidade e sistema previdenciário pleno. A expectativa de vida da população, em ascensão, compromete a questão previdenciária, em déficit contínuo (maiores prazos de tempo de pensão, sem contribuições correspondentes), e as baixas taxas de crescimento vegetativo, insuficiente para repor a população economicamente ativa que contribua para a arrecadação do imposto da previdência.



© Scriban Enache | Dreamstime.com

Em países que adotam o projeto social-democrata – caso da Noruega –, há conciliação entre socialismo e capitalismo, pelo Estado de bem-estar social, evitando desigualdades acentuadas.

PONTO DE CONEXÃO

Em História e Geografia, veja como se deu, durante a Guerra Fria, a formação dos países do bloco socialista soviético, em oposição ao grupo dos países capitalistas liderados pelos Estados Unidos, e a implantação de políticas de bem-estar social e da social-democracia na Europa ocidental, de forma a barrar o avanço da União Soviética em direção ao oeste europeu.

Projeto democrático popular

Pelas propostas do projeto democrático popular, as condições econômicas devem estar voltadas para o bem-estar social, ou seja, ações estatais devem garantir a plena distribuição de renda, a efetiva reforma tributária (que penalize os mais favorecidos nas questões de ganhos e renda), a concretização de uma reforma agrária, além do não pagamento da dívida externa de um país e a renegociação da dívida interna.

O projeto não é adotado por qualquer nação, pois depende de muitos debates e precisa ser democraticamente aceito em sua transição. Porém, mostra claramente estar em desacordo com as propostas neoliberais quando propõe que se faça uma opção declarada pelas questões sociais em detrimento das ações e dos interesses econômicos. Nesse sentido, ao contrário do neoliberalismo, o Estado deve fazer uma estatização (tomada sob seu controle de empresas particulares de grande vulto), controlar de forma eficaz o jogo do mercado através da inibição da formação de monopólios e oligopólios e a reorientação da economia local com vistas à valorização da moeda nacional.

O projeto propõe, ainda, reformas políticas que eliminem as distorções na representação parlamentar (fim do Senado, por exemplo), a democratização das Forças Armadas, a garantia dos direitos sindicais e a desmilitarização das polícias.

Pelo Plano Real, o neoliberalismo

[...] A orientação econômica do governo Itamar Franco (1992-1995), no essencial, continuou sendo a mesma do governo Collor, embora num ritmo mais reduzido: privatização das estatais, liberalização das importações, desregulamentação da economia. O processo recessivo foi atenuado, com estímulo à produção automobilística. No entanto, a espiral inflacionária atingiu, no final de 1993, a taxa de 40% ao mês.

[...] A equipe econômica, após frequentes mudanças de ministros, iniciou a elaboração de um plano econômico e, ao mesmo tempo, uma luta contra os altos salários do funcionalismo público.

O novo governo revelou-se sensível às péssimas condições sociais do país que, em 1993, ostentava uma face aterradora: mais de 30 milhões de pessoas vivendo na miséria absoluta.

Em maio, após várias mudanças no Ministério da Fazenda, Itamar empossou seu novo ministro, o sociólogo e ex-professor da USP, senador e, na época, embaixador do Brasil nos EUA, Fernando Henrique Cardoso. Para assumir o cargo, o novo ministro exibiu independência de ação. Usando da sua melhor retórica, começou cortando três zeros da nossa moeda.

Em 1º de agosto, foi instituído o cruzeiro real, equivalente a 1.000 cruzeiros. Deu-se início, então, à implantação de um novo plano de estabilização econômica, o Plano Real, ou Plano FHC.

[...]

A primeira fase do plano foi chamada Plano FHC I, prevendo um corte de seis bilhões de dólares nas despesas do Estado, intenso combate à sonegação e endurecimento na cobrança das dívidas dos Estados e municípios para com a União. A segunda fase compreendeu a adoção de um indexador único da economia, chamado URV (Unidade Real de Valor), cujo valor aproximava-se do dólar, e, finalmente, o lançamento de uma nova moeda, de valor igual ao dólar. Não era um simples corte de zeros, mas, sim, um atrelamento do valor da nossa moeda ao câmbio.

[...]

KUPPER, Agnaldo; CHENSO, Paulo A. *História Crítica do Brasil*. São Paulo: FTD, 1998, pp. 322-3.

Pobreza e exclusão social

A pobreza tem um lado **psicológico** – o menos favorecido sente-se menor dentro da estrutura social a que pertence por não poder acompanhar os padrões de consumo impostos pelos meios de comunicação; **social** – não consegue manter relações sociais permanentes e concretas dentro do sistema; **político** – sente-se incapaz e impotente de participar com efeito das decisões políticas de seu país, sua cidade ou até mesmo de seu bairro. A consequência natural é a perda da noção de cidadania, como se, para ser cidadão, fosse fundamental apenas possuir bens de consumo.

Um indicador da qualidade de vida de um país é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), medido pela ONU e que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor é o IDH, sendo os quesitos levados em consideração a renda *per capita*, a expectativa de vida da população, as condições de saúde oferecidas e o nível educacional dos habitantes. O país que apresenta o maior IDH atualmente é a Noruega, com 0,944; e o que apresenta o menor é o Níger, com 0,334 (PNUD, 2014).

O Brasil, embora estando entre as dez maiores economias do planeta, apresenta um IDH – que indica também a distância que cada país deve percorrer para atingir certas metas, como acesso generalizado à educação e à renda –, de 0,744, ou seja, menor que o de países com economia menos intensa, caso do Uruguai (0,790), da Venezuela (0,764), de Cuba (0,815) e do Chile (0,822), de acordo com os dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), de 2014.



Aldeia no Níger, na África Subsaariana, o país com o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) atualmente.

Atenção!

O **Índice de Gini** mede o grau de desigualdade existente na distribuição de renda de um país, segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0 a 1; quanto mais próximo de 1, pior a distribuição de renda do país. No Brasil (2012), o Índice de Gini foi de 0,51, demonstrando ainda grande concentração de renda e desigualdade em relação a países bem menos desiguais, como a Finlândia (0,254) ou a Noruega (0,227).

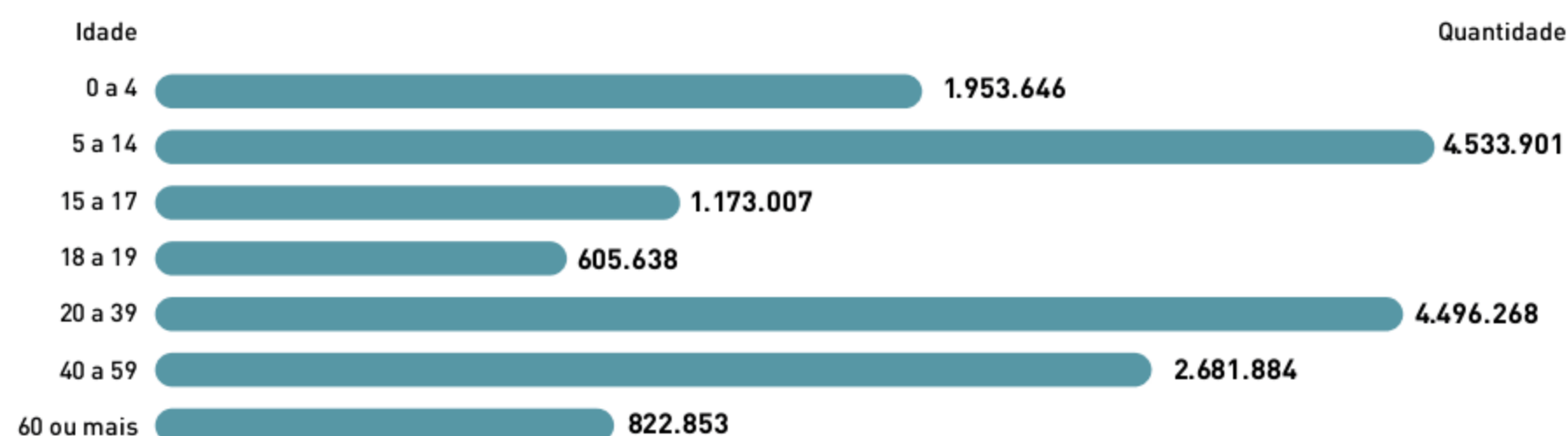
PONTO DE CONEXÃO

Em Geografia, observe a importância do IDH e do Índice de Gini na classificação e na medida do grau de desenvolvimento e de desigualdade entre as nações.

População brasileira com renda per capita abaixo de R\$ 70,00: 16.267.197 pessoas

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 26 jun. 2015.

População em situação de extrema pobreza por faixa etária no Brasil



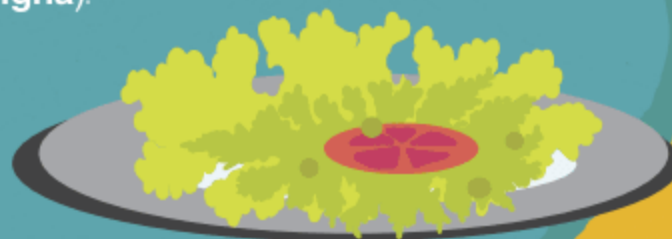
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. "Relatórios de Informações Sociais". 26 jun. 2015.

Para que tenhamos uma ideia da **condição brasileira**, basta que verifiquemos alguns números:

Cerca de **10%** da população (estimada em 200 milhões em 2012), vive em estado de miséria absoluta, segundo dados da FAO, órgão da ONU para a agricultura e alimentação).



Aproximadamente **51%** dos brasileiros consomem menos do que 2.240 calorias/dia (considerado o número mínimo de calorias necessário para uma vida digna).



20 milhões de brasileiros, aproximadamente, sobrevivem com até um salário mínimo/mês e a renda *per capita* (resultado da divisão entre o total da renda nacional – PIB – e a população absoluta de um país) por volta de **3 mil dólares**.



Para efeito de comparação, na Noruega, a renda *per capita* é de aproximadamente **100 mil dólares**.



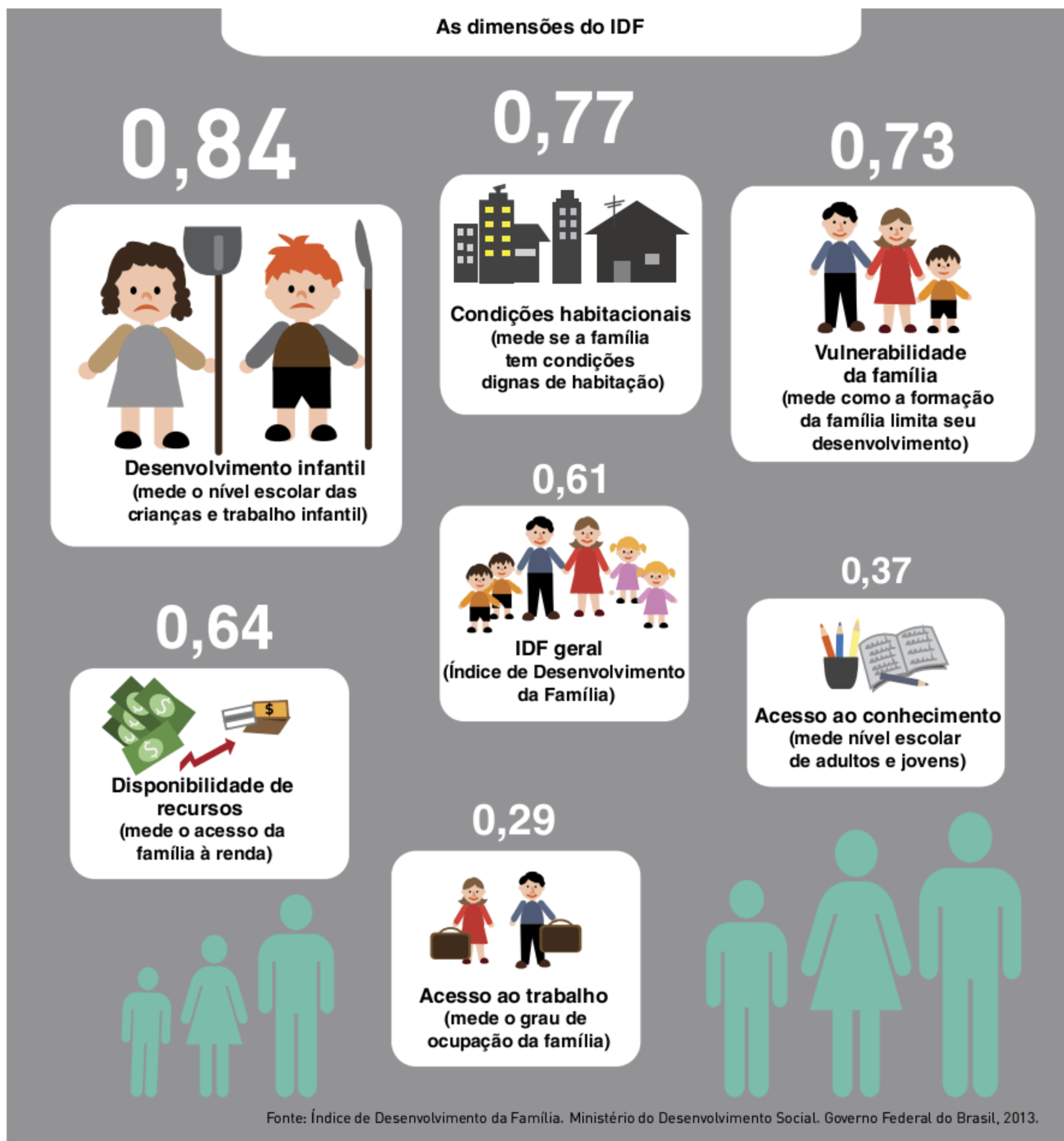
Fonte: FAO, 2014.

Nos últimos anos, o Governo Federal brasileiro tem diminuído as condições de vulnerabilidade da população mais pobre por meio de políticas de bem-estar social. Porém, tais ações não vêm solucionando os níveis miseráveis de acesso ao emprego e à educação, ainda insatisfatórios.

Pelo menos é o que revela um indicador criado pelo próprio Governo Federal para analisar a pobreza no país: o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), abastecido pelo banco de dados sobre famílias de baixa renda.

O IDF foi criado no início dos anos 2000 e dá nota para cada família: de 0 (pior) a 1 (melhor). Esse índice mede o grau de acesso das famílias a um conjunto de direitos fundamentais, definido por meio de seis dimensões:

1. Vulnerabilidade;
2. Acesso ao conhecimento;
3. Acesso ao trabalho;
4. Disponibilidade de recursos;
5. Desenvolvimento infantil;
6. Condições habitacionais.





Mais do que a renda, é necessário que se atente às condições de vida, como moradia, transporte público e saneamento básico. Nesse cenário, o Brasil é ainda mais desigual.

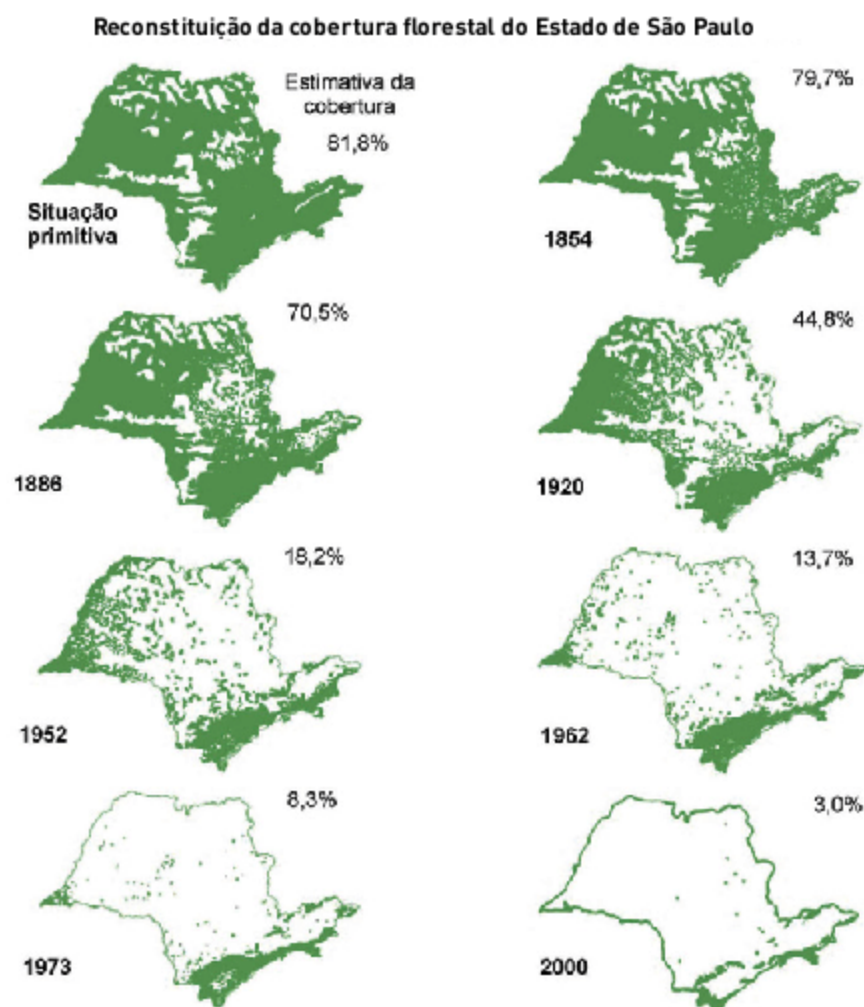
O IDF obtém seus dados através do Cadastro Único, uma base com informações das 25 milhões de famílias consideradas pobres do país. Segundo o Governo Federal (2013), mudanças em programas de bem-estar familiar como o Bolsa Família levaram a zero o número de miseráveis (segundo o governo, quem recebe menos que R\$ 70,00 *per capita* mensais), porém devemos entender que, por estarmos acostumados a medir a pobreza através da renda, esta não resume os desafios enfrentados, afinal um centavo acima da linha de pobreza não faz alguém deixar de ser pobre, muito menos mais próspero, apesar da intensa propaganda governamental. A pobreza de um país ou de uma região também deve ser medida pelas epidemias sem controle que abatem a população, pelas dificuldades de acessibilidade (en-

garrafamentos, transporte público de má qualidade e insuficiente, má qualidade das calçadas e vias públicas, entre outros), pelas condições higiênicas e pela degradação ambiental (poluição de rios, dos mares, do ar, sonora etc.).

A opção por um projeto econômico que procure intervir minimamente na economia (caso do neoliberalismo) não exige o Estado de algumas responsabilidades sociais, como atender a demanda da saúde preventiva e curativa, a necessidade da educação e a reivindicação de uma melhor distribuição de terras. Por outro lado, o Estado precisa manter suas finanças saneadas, sem se comprometer com dívidas, de forma a garantir investimentos permanentes que promovam o bem-estar da população.

PARA PRATICAR

1 O capitalismo industrial e a busca de enriquecimento rápido são os grandes vilões na luta pela preservação do meio ambiente. Isso significa dizer que o modelo de desenvolvimento econômico neoliberal, baseado no estímulo ao consumo, tem trazido consequências negativas, dilapidando sobretudo os recursos naturais. O Brasil não foge à regra. Observe o mapa, que aponta dados específicos sobre a devastação da cobertura vegetal do Estado de São Paulo.



Fonte: CAVALLI A. C. et al. "A devastação florestal". In: *Inventário florestal da vegetação natural do estado de São Paulo*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente/Instituto Florestal/Imprensa Oficial, 2005. p. 11.

A devastação da cobertura vegetal paulista teve várias causas dentro dos momentos históricos do Estado, trazendo consequências sociais importantes. Aponte a alternativa que contempla uma causa da perda de estruturas vegetais dessa unidade da federação brasileira.

- A** O avanço da produção de borracha no Estado, em especial a partir de 1830.
- B** A adoção de medidas preventivas que paralisassem a busca de enriquecimento rápido de grupos.
- C** O crescimento industrial do Estado, em especial a partir da necessidade da substituição de importações.
- D** O crescimento populacional do Estado a partir da decadência industrial e da emergência da produção de culturas monocultoras como laranja e cana-de-açúcar.
- E** A substituição da produção industrial pela produção de produtos primários, tais como maracujá e laranja.

2 Peste bubônica câncer pneumonia
Raiva rubéola tuberculose anemia
Rancor cisticercose caxumba difteria
 [...]

ANTUNES, Arnaldo; FROMMER, Marcelo; BELOTTO, Tony. "O pulso". Titãs. In: *Ô Blesq Blom*. WEA, 1989. Faixa 9.

Ao analisarmos o trecho da música, conclui-se que:

- A** apresenta doenças causadas por vírus e bactérias (parasitoses), não chegando a citar doenças nutricionais, até porque houve uma sensível evolução no padrão de vida brasileiro nos dias atuais.
- B** cita doenças vinculadas a parasitoses, bem como nutricionais e circulatórias, entre outras; algumas dessas doenças, como a peste bubônica, foram justificadas pela Igreja Católica medieval como enviadas por Deus com o objetivo de castigar os pecadores.
- C** as doenças apresentadas na música do grupo Titãs já estão controladas nas regiões ao sul da linha do Equador.
- D** a filosofia grega de Sócrates, Platão e Aristóteles, ao perceber qualquer proliferação de doenças, certamente procuraria questionar os deuses pelo aumento dessas enfermidades.
- E** doenças como esquizofrenia, hipocondria e úlcera são hereditárias e próprias de países nórdicos.

3 Abertura comercial, diminuição do tamanho do Estado, ajuste fiscal, fim das restrições à penetração do capital externo e abertura financeira são algumas das prerrogativas do neoliberalismo, de acordo com o Consenso de Washington, de 1989.

Entre as consequências do projeto neoliberal adotado por países da América Latina, como Brasil, México, Argentina, Peru, Venezuela e Chile, pode-se apontar corretamente:

- A** a regressão do desemprego estrutural por causa do desenvolvimento tecnológico.
- B** a diminuição, em especial em seus primeiros momentos de aplicação, da exclusão social.
- C** o questionamento à figura do Estado, que se faz ausente sobre os assuntos econômicos.
- D** o controle sobre práticas de corrupção devido às privatizações de estatais.
- E** a queda dos deslocamentos constantes de indivíduos na busca de ocupação trabalhista.

4 *O neoliberalismo econômico acentua a supremacia do mercado como mecanismo de alocação de recursos, distribuição de bens, serviços e rendas, remunerador dos empenhos e engenhos inclusive. Nesse imaginário, o mercado é matriz da riqueza, da eficiência e da justiça.*

MORAES, Reginaldo C. "Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações estado-sociedade". *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002, p. 15.

A partir dos anos 1980, o mundo assiste ao desenvolvimento de uma “onda neoliberal” na economia. Sobre o neoliberalismo, podemos afirmar que:

- A** cabe ao Estado, enquanto instituição de mercado, o papel de gestor e interventor na economia.
- B** o projeto despreza qualquer tipo de preocupação com os gastos públicos, pois sem déficits não há desenvolvimento.
- C** o processo de fusões de empresas e bancos permite o surgimento de empresas transnacionais nos mais diversos setores da economia.
- D** a Igreja e a família, enquanto instituições sociais, supervisionam o Estado, limitando suas ações nas questões de cunho social e de mercado.
- E** o intervencionismo estatal nas relações do trabalho garante o bem-estar evolutivo da cadeia produtiva.

5 Para indicar o estágio de desenvolvimento de um país, são usados alguns indicadores, como a renda *per capita*. A respeito desse indicador como medidor de desenvolvimento, podemos fazer a seguinte observação:

- A** É altamente preciso, demonstrando o real nível de desenvolvimento de um Estado.
- B** É resultado da divisão da renda nacional pela população absoluta e mostra-se como um indicador irreal por camuflar a má distribuição de renda.
- C** Consegue estabelecer, de forma absoluta, o grau de desenvolvimento de um país.
- D** Indica o real nível da qualidade de vida de uma determinada região ou nação.
- E** Restringe-se a classificar a distribuição de renda entre habitantes de um país, dando uma visão precisa e global da sua condição de desenvolvimento.

no Enem
Caju

6 (Enem 2013)

*Multinacionais japonesas instalam empresas em Hong-kong
E produzem com matéria-prima brasileira
Para competir no mercado americano
[...]
Pilhas americanas alimentam eletrodomésticos ingleses na Nova Guiné
Gasolina árabe alimenta automóveis americanos na África do Sul
[...]
Crianças iraquianas fugidas da guerra
Não obtêm visto no consulado americano do Egito
Para entrarem na Disneylândia.*

ANTUNES, A. Disponível em: <www.radio.uol.com.br>. Acesso em: fev. 2013 (fragmento).

Na canção, ressalta-se a coexistência, no contexto internacional atual, das seguintes situações:

- A** Acirramento do controle alfandegário e estímulo ao capital especulativo.
- B** Ampliação das trocas econômicas e seletividade dos fluxos populacionais.
- C** Intensificação do controle informacional e adoção de barreiras fitossanitárias.
- D** Aumento da circulação mercantil e desregulamentação do sistema financeiro.
- E** Expansão do protecionismo comercial e descaracterização de identidades nacionais.

7 Leia o texto a seguir:

A historiografia oficial tem, via de regra, ressaltado os feitos das camadas dominantes ao longo dos séculos e passado ao largo das inquietações da maioria da população. Não se registraram assim [...] as contribuições dos contingentes anônimos de trabalhadores e a participação de grupos discriminados, tais como o índio, o negro, a mulher, na formação de uma identidade nacional. É sobretudo em torno do representante masculino, branco e adulto das camadas privilegiadas que se têm elaborado as versões históricas de nosso passado.

Fundação Carlos Chagas. *Mulher brasileira: bibliografia anotada*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 33.

A partir da citação apontada e dos conhecimentos sobre o assunto, podemos afirmar que:

- A** as mulheres têm obtido maior participação na vida social e política brasileira; no passado, entretanto, a participação da mulher foi cerceada pela instituição da família patriarcal.
- B** entre os obstáculos ao ingresso da mulher brasileira no mercado de trabalho, estão a maternidade e a criação dos filhos, além do alto nível de instrução de grande parte da população feminina.
- C** historicamente, o mercado de trabalho vem atraindo as mulheres, o que faz com que elas consigam competir em igualdade de condições com o homem.
- D** o aumento de trabalhadores em setores que empregam mulheres gera emprego temporário, estável e bem pago.
- E** a discriminação de gênero ainda é forte, o que faz com que as mulheres necessitem de níveis mais elevados de educação formal para conquistar e manter empregos que lhes garantam salários mais altos que os dos homens.

8 Observe a tabela e leia o texto a seguir.

Brasil	Crescimento demográfico	Número filhos/mulher
1950	2,4%	6,2
1970	2,9%	5,8
1990	2,2%	2,9
2000	1,3%	2,0
2010	1,2%	1,8

Fonte: IBGE, 2010.

A redução da taxa de fecundidade (e de mortalidade), em grande parte devido ao desenvolvimento dos países, tem sido um fator determinante para a alteração no mercado de trabalho, especialmente para as modificações verificadas na composição da população ocupada. [...]

MONTE, Paulo Aguiar do. "A influência da fecundidade na inserção feminina no mercado de trabalho nordestino e nos determinantes salariais". *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 42, n. 3, jul./set. 2011. p. 474.

A partir do texto e dos dados apresentados, que dizem respeito às transformações que estão se processando no país, pode-se afirmar corretamente que:

- A** o crescente ingresso da mulher no mercado formal de trabalho resulta na ampliação da taxa de fecundidade.
- B** as transformações nas estruturas econômica e social do Brasil têm alterado significativamente o crescimento da população.
- C** a difusão dos métodos anticoncepcionais tem favorecido o acentuado crescimento do número de filhos por mulher.
- D** o processo de urbanização levou ao equilíbrio na distribuição de renda entre homens e mulheres, o que elevou a taxa de natalidade.
- E** a mentalidade da classe trabalhadora ainda impede que as taxas de fecundidade sejam reduzidas a patamares internacionalmente aceitos.

9 Considere as afirmativas a seguir.

- I. A taxa de fecundidade brasileira tem decrescido nas últimas décadas, com conseqüente redução da taxa de natalidade. Essa é uma tendência não apenas do Brasil, mas de praticamente todos os países do planeta, que assistem a uma urbanização crescente e maior participação da mulher no mercado de trabalho.
- II. Cresce a expectativa de vida do brasileiro. Em decorrência do fenômeno, problemas emergem, como a questão previdenciária, uma vez que há prolongamento dos pagamentos de pensões e aposentadorias.

- III. O crescimento da população absoluta brasileira a partir das décadas de 1940 e 1950 está relacionado ao aumento acelerado da taxa de mortalidade infantil no país.
- IV. No Brasil, a taxa de mortalidade infantil cai vertiginosamente, o que atesta a elevação do desenvolvimento socioeconômico do país.

Assinale a alternativa que apresenta a(s) afirmativa(s) correta(s).

- A** I, II e IV.
- B** I, II e III.
- C** I e II.
- D** I.
- E** Todas estão corretas.

10



Prédios residenciais e, ao fundo, uma comunidade em Botafogo, Rio de Janeiro, Brasil.

A partir da imagem, observe as afirmativas a seguir:

- I. O Brasil já não pode mais ser inserido como detentor de bolsões de miséria absoluta.
- II. O Índice de Desenvolvimento Humano é medido a partir do acesso à educação e da expectativa de vida da população e do rendimento da economia de um país.
- III. O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*.
- IV. A implantação do projeto neoliberal no Brasil acabou, definitivamente, com a condição de pobreza no país até então existente.

Assinale a alternativa que contempla as afirmativas corretas.

- A** I, II e III.
- B** II, III e IV.
- C** II e III.
- D** III e IV.
- E** Todas estão corretas.

TUDO BRASILEIRO TEM
DIREITO À MORADIA...

AGORA LÊ AQUELE
PEDAÇO BONITO QUE
FALA DE COMIDA,
SAÚDE...



PAIVA, M. Disponível em: <www.redes.unb.br>. Acesso em: 25 maio 2014.

A discussão levantada na charge, publicada logo após a promulgação da Constituição de 1988, faz referência ao seguinte conjunto de direitos:

- A Cíveis, como o direito à vida, à liberdade de expressão e à propriedade.
- B Sociais, como direito à educação, ao trabalho e à proteção à maternidade e à infância.
- C Difusos, como direito à paz, ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente saudável.
- D Coletivos, como direito à organização sindical, à participação partidária e à expressão religiosa.
- E Políticos, como o direito de votar e ser votado, à soberania popular e à participação democrática.

Refleta sobre

Em nome da ética

[...]

Existem hoje cerca de três milhões de pessoas que participam da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida.

[...]

Todos os seres humanos têm direitos iguais. Toda pobreza é inaceitável. Toda miséria é intolerável.

É imperativo que a luta contra a fome e a miséria no mundo seja prioridade absoluta.

A sociedade moderna dissociou a produção do emprego. Isso só faz aprofundar o abismo entre os integrados e os marginalizados. É imperativo encontrar o caminho do emprego. Sem emprego, não haverá humanidade para todos.

[...]

SOUZA, Herbert de. "Em nome da ética". *Folha de São Paulo*. 21 ago. 1994. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/21/painel/1.html>. Acesso em: 29 jun. 2015.

O sociólogo Herbert de Souza (1935-1997), o Betinho, envolveu várias entidades da sociedade civil (Ordem dos Advogados do Brasil, Central Única dos Trabalhadores, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, entre outras) no programa denominado **Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida**, nos anos 1990. Através desse movimento, muitos brasileiros tornaram-se conscientes de que a fome e as injustiças sociais não podem ser vistas como fenômenos naturais. O combate à fome e à miséria tornou-se então um assunto relevante, dada a conjuntura de desigualdades da sociedade brasileira.

A partir do trecho do artigo de Herbert de Souza, quem podemos responsabilizar pela pobreza e exclusão social? Discuta que medidas têm sido tomadas, pelo governo e pela sociedade civil, para combater a desigualdade nos últimos anos e se elas têm sido eficazes no combate à fome, à pobreza e, principalmente, à desigualdade.

■ Quer saber mais?



Livros

- PABRAMOVAY, Ricardo. *O que é fome*. São Paulo: Brasiliense, 1986 (Primeiros Passos).
Na obra, Abramovay procura analisar as consequências físicas, sociais e econômicas da insuficiência alimentar para um país.
- MACPHERSON, C. B. *A teoria política do individualismo possessivo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
No livro, Macpherson mostra-se atual ao fazer uma reflexão sobre os significados políticos do liberalismo para o planeta. Uma obra que pode nos dar melhores dimensões para a compreensão do neoliberalismo enquanto projeto econômico adotado por países como o Brasil.



Sites

- Desigualdade no Brasil. O Brasil está entre os 15 países com maior desigualdade no mundo. *Folha de S.Paulo*. 8 jun. 2015.
Disponível em: <<http://p.p4ed.com/RCFIA>>.
- Oito jeitos de mudar o mundo – Os objetivos do milênio da ONU.
Disponível em: <<http://p.p4ed.com/RCFIS>>.



Filmes

- *Casa Grande*. Direção: Felipe Garamano Barbosa. Brasil, 2014.
As diferenças sociais do Brasil, entre ricos e pobres, patrões e empregados, retratadas no dia a dia da mansão de uma família da classe alta do Rio de Janeiro, que vê sua renda despencar quando o patriarca conservador, sem emprego há meses, é obrigado a dispensar os empregados, deixa de pagar as contas e a escola do filho adolescente, e sua esposa precisa trabalhar dando aulas e vendendo cosméticos para manter o padrão e o status social.
- *Cidade de Deus*. Direção: Fernando Meirelles; Kátia Lund. Brasil, 2002.
Identifica a luta pela sobrevivência entre membros de uma das favelas com maior índice de violência do Brasil.
- *A Grande Arte*. Direção: Walter Salles Jr. Brasil, 1991.
Fotógrafo norte-americano faz ensaio fotográfico sobre submundo da cidade do Rio de Janeiro. Ele descreve a discriminação sofrida por excluídos pela renda e condições mínimas de sobrevivência.
- *Pixote, a lei do mais fraco*. Direção: Hector Babenco. Brasil, 1981.
Menor é abandonado pelos pais e passa a viver de roubos nas ruas, mesmo depois de ser internado em reformatórios. Aos 11 anos, torna-se um pequeno traficante de drogas, cafetão e assassino.

RESUMO teórico

- O projeto neoliberal foi constituído no Consenso de Washington (1989) a partir das experiências dos anos 1970 e 1980 no Reino Unido e nos EUA, nos governos de Thatcher e Reagan, respectivamente.
- O neoliberalismo, na busca da afirmação da economia de um país, pressupõe medidas como ajuste fiscal, privatizações, abertura comercial e desregulamentação da economia, especialmente na área financeira, de acordo com o economista Milton Friedman, um dos mais influentes pensadores dessa doutrina.
- O neoliberalismo, em seus momentos de implantação, gera desemprego e problemas sociais graves em decorrência de fortes ajustes econômicos.
- Além do neoliberalismo, outras vias econômicas que interferem na vida social são a social-democracia e a democracia popular (ainda não adotado enquanto projeto).
- No Brasil, para manter a estabilização econômica advinda com o Plano Real, muitas medidas neoliberais, como ajustes fiscais, privatizações e aumento das taxas básicas de juros, foram adotadas na economia, contribuindo para o aumento da desigualdade social e da diminuição da renda dos trabalhadores.
- As diferenças entre sociedades podem ser medidas pela renda per capita, pelos índices de mortalidade infantil e pela concentração de renda.
- O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Gini são importantes indicadores para avaliar os graus de desenvolvimento e de desigualdade de um país, estado ou município.

Capítulo
7

**Cidadania:
igualdade de
oportunidades e
construção
contínua**

CIDADANIA





Quando fazemos referência ao termo cidadania, pensamos logo em direitos e ações que façam valê-la. A palavra vem do latim *civitas*, que significa cidade, mas sua ideia nos remete à Grécia antiga, na qual um cidadão era aquele que podia determinar, pela participação ativa, os caminhos a serem seguidos pela cidade onde habitava.

Nas democracias atuais, a cidadania está diretamente vinculada à questão dos direitos humanos; por exemplo, a possibilidade de a pessoa ser ouvida, de seus anseios serem levados em consideração, de expressar-se livremente. Ser cidadão é poder eleger ou pleitear algum cargo eletivo público, mas, mais do que isso, é também poder participar de forma contínua nas instituições e nas decisões que envolvem o bem comum.

No Brasil, assim como em outros países economicamente periféricos e outrora submetidos a ditaduras, a cidadania está ainda em processo progressivo de construção. Há ainda no país muita desigualdade, discriminação racial e social, abuso do poder público e índices de violência alarmantes.

Igualdade e liberdade, eis os pressupostos básicos para uma cidadania plena; nesse sentido, ela implica a promoção da igualdade entre os desiguais, o que pode ser feito, por exemplo, por meio de educação de qualidade, saúde pública preventiva, segurança pública, sistema habitacional digno, diminuição da concentração fundiária e combate a todas as formas de preconceito.

Nessa discussão, leva-se em consideração também o conceito de minorias, que não se reduz à quantidade numérica, mas que abrange alguns grupos, no interior de uma sociedade, que têm os direitos desrespeitados: mulheres, negros, pessoas com alguma deficiência física ou mental, homossexuais, presidiários, idosos, menores, entre outros.

- ▶ Afinal, o que falta para chegarmos à cidadania plena?
- ▶ No mundo globalizado, amadurecem as considerações a grupos que têm posicionamentos e visões diversas em relação à vida em sociedade?

C C3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

H H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

Cidadania: uma busca incessante

A cidadania estabelece, na teoria, uma relação entre um indivíduo e um país a partir do nascimento ou da naturalização. O cidadão é aquele que detém direitos políticos e constitucionais, devendo ser protegido pelo governo sob o qual se encontra dirigido, por meio de um contrato social. Em troca, o cidadão também deve obrigações para com o Estado, como o pagamento de impostos e a obediência aos termos constitucionais vigentes no território onde habita – embora, como vemos no Brasil, nem sempre o Estado garanta retorno a seus cidadãos, haja vista os casos da saúde pública, da educação básica, da moradia e da mobilidade urbana.

PONTO DE CONEXÃO

Veja, em Filosofia, no pensamento de filósofos como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, como se dá o estabelecimento do contrato social e sua importância na formação do Estado moderno.

O contratualismo foi uma doutrina filosófica de grande ênfase no séc. XVIII que pregava que o surgimento do Estado se deu a partir de um contrato social no qual todos homens consentiram na sobreposição de um poder estatal pelo qual a ordem e a paz passaria a ser mantida e garantida.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Marco Aurélio Nogueira (Trad.). 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. p. 112.

Indo além dessa visão teórica, podemos refletir sobre as conclusões de Thomas Humphrey Marshall (1893-1981), que descreve a extensão dos direitos civis, políticos e sociais para a população de uma nação.

Para o autor, existe cidadania plena quando há:

- liberdade civil (direito de propriedade e justiça e liberdades individuais de pensamento e de expressão);
- liberdade política (participação do indivíduo no exercício pleno do poder político, como eleitor ou candidato a algum cargo político);
- liberdade social (direitos individuais relativos ao bem-estar econômico e social);
- visão clara e consciência entre os indivíduos a respeito de seus direitos e suas obrigações.

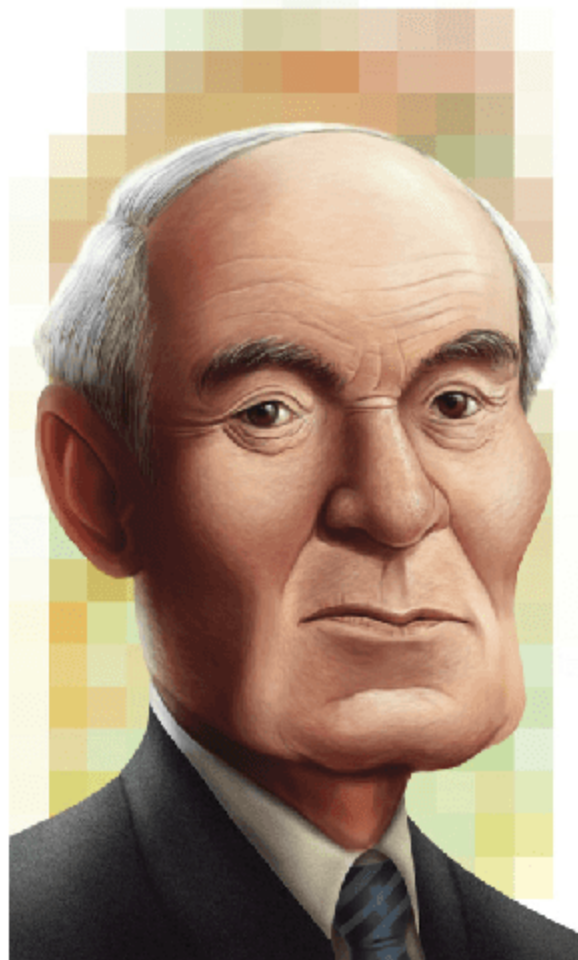
Atualmente, a ideia de cidadania está diretamente vinculada aos direitos humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (referendada pela Organização das Nações Unidas em 1948) estabelece os preceitos básicos aos indivíduos do planeta, tais como:

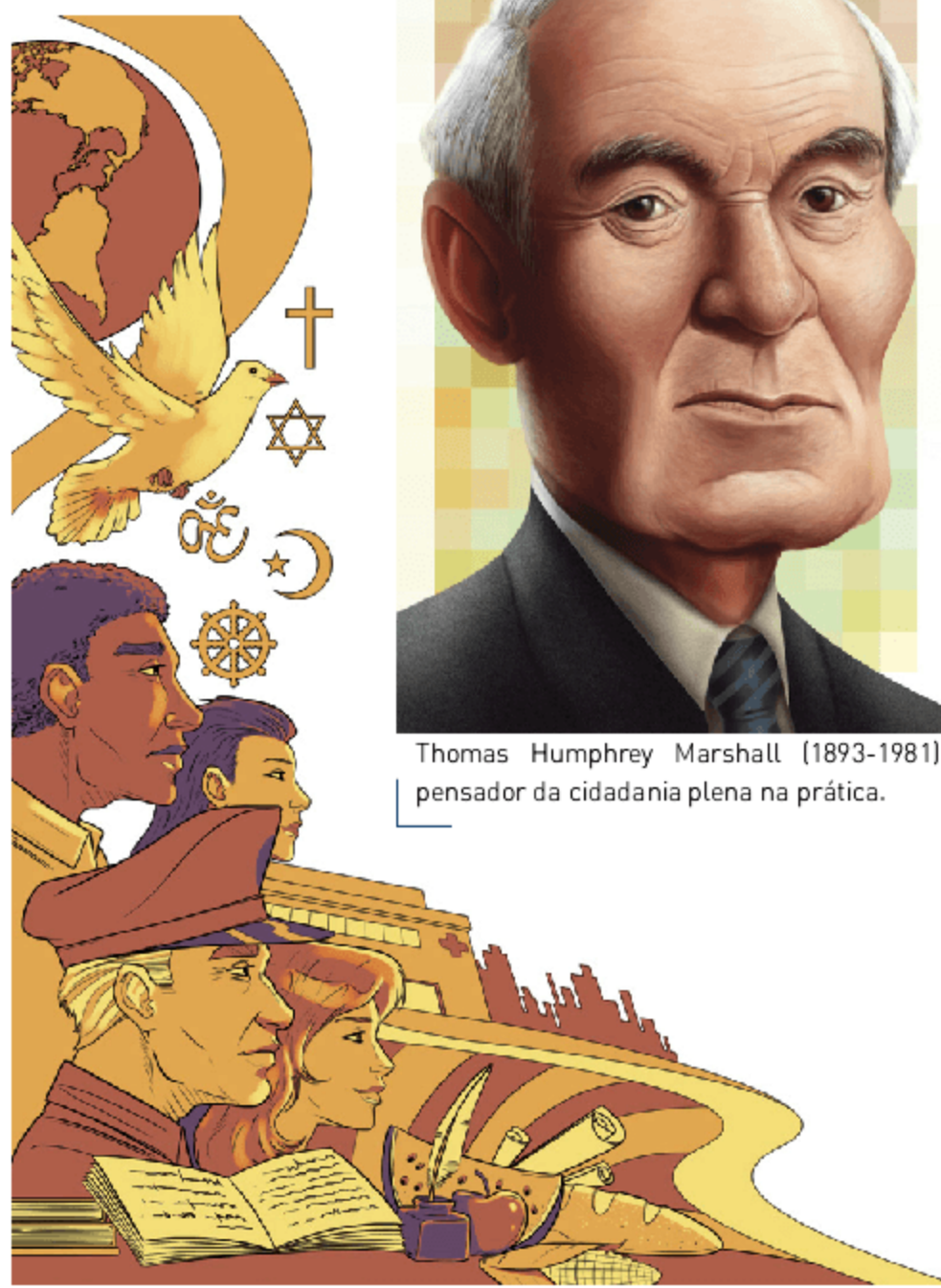
- Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito.
- Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- Nenhum ser humano poderá ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.
- Todo indivíduo tem direito a tomar parte no governo de seu país.
- Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.
- Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.
- Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião.
- Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão.
- Todo ser humano tem direito à segurança social.
- Todo ser humano tem direito ao trabalho e à livre escolha de emprego.
- Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa.
- Todo ser humano tem o direito de ser reconhecido como pessoa perante a lei.
- Todo ser humano tem direito à instrução.
- Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação e cuidados médicos.

Com a divulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o conceito de cidadania passou a ser edificado e mais bem compreendido. Há, porém, muito a ser feito ainda.

Por exemplo, como complemento aos direitos instituídos aos seres humanos, a ONU também aprovou, em 1959, de olho nas futuras gerações, a Declaração dos Direitos da Criança, que passou a estabelecer que toda criança tem direito a não ser discriminada, a ter um nome e uma nacionalidade, a receber educação, amor e compreensão, a ser protegida contra o abandono e contra a exploração no trabalho e a ter alimentação, moradia e assistência médica.



Thomas Humphrey Marshall (1893-1981), pensador da cidadania plena na prática.





O regime militar, deflagrado em 1964, deu início a um período autoritário em que o Estado governou por decretos ou atos institucionais e utilizou-se da violência de maneira arbitrária, ferindo não apenas a democracia, mas o próprio Estado brasileiro e também a cidadania e as liberdades dos indivíduos e grupos sociais.

Contexto social

O regime militar inibe as ações do cidadão

Durante o governo de João Goulart (1961-1964), conhecido como Jango, a sociedade brasileira ficou dividida em razão da crise econômica somada à agitação dos meios operários, dos camponeses e das forças subalternas militares em defesa das Reformas de Base – que, entre outras medidas, nacionalizava as refinarias de petróleo e desapropriava terras ao longo das ferrovias para fins de reforma agrária. Assustados com a radicalização do presidente, civis, militares e eclesiásticos de direita passaram a promover manifestações em repúdio às intenções e aos atos presidenciais. Por outro lado, operários, estudantes e camponeses pressionavam João Goulart para que não houvesse recuo em suas propostas. Não podemos nos esquecer de que a sombra da Revolução Cubana (a partir de 1959) assustava os EUA, que temiam o avanço do socialismo na América em pleno período áureo da Guerra Fria, como se deu no Sudeste Asiático.

No embate político-ideológico, venceram as forças conservadoras, que desfecharam o golpe que destituiria Jango do poder. Os novos governantes, armados com o arsenal ideológico da Guerra Fria, empreenderam ações que desmantelaram o Estado de Direito e recuaram em algumas conquistas sociais dos trabalhadores. No contexto jurídico-constitucional do país, houve destituição do presidente, decretação de atos institucionais, cassações de direitos políticos, fechamento do Congresso, submissão do Poder Judiciário e, no cotidiano dos cidadãos brasileiros, houve prisões, tortura, exílio, banimento e assassinatos.

Durante mais de 20 anos (1964-1985), o Brasil esteve submetido ao arbítrio do Estado policial-militar, sendo governado por cinco generais-presidentes sucessivos: Castelo Branco, Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo. No período, em nome da segurança interna e do desenvolvimento econômico, abdicou-se da soberania nacional, suprimiram-se direitos fundamentais do homem, concentrou-se renda e dilapidaram-se recursos naturais. A desigualdade se aprofundou e se mantém até hoje, além do crescimento da dívida pública.

Dentro da maioria, as minorias

O conceito de **minoria** não se limita aos números. Dentro de certos pressupostos sociológicos, ele abrange os indivíduos que não têm os direitos plenamente reconhecidos ou aplicados pela sociedade onde estão inseridos. Assim, um segmento social pode ser uma minoria, embora, em números absolutos, seja uma maioria, como é o caso das mulheres, maioria numérica entre os brasileiros.

As minorias podem referir-se aos que sofrem marginalização ou discriminação (em geral, preconceitos sexuais, raciais, físicos, estéticos ou religiosos) e que, por isso, mobilizam-se em luta ou buscam quem o faça, para que seus direitos sejam aplicados, o que garante a construção contínua da cidadania alicerçada na democracia participativa.

A quais grupos minoritários estamos fazendo referência? Vamos aqui apontar alguns exemplos.

A minoria indígena

Os diversos grupos indígenas, os primeiros habitantes do Brasil, sofrem com a falta de respeito e com a discriminação desde a colonização pelos portugueses, iniciada no século XVI. Muitos, por não se submeterem ao domínio do colonizador, passaram a ser tratados como "inimigos"; quando não, foram mortos ou vitimados por epidemias ocasionadas por doenças trazidas pelos europeus.

Havia entre os colonizadores o discurso de que o índio não era propriamente ser humano. Esse discurso havia sido referendado por alguns grupos, a ponto de muitos nativos serem sacrificados, mutilados ou escravizados, ainda que houvesse padres jesuítas que lutassem contra a escravização e o abuso de índios, como Antônio Vieira e José de Anchieta. O trabalho da catequese jesuítica, como instrumento da Reforma católica, deu ao nativo certa proteção, reconhecendo-o como portador de uma alma, conforme a bula *Sublimus Deus*, escrita por Paulo III em 1537.

Em 1758, o governo português chegou a promulgar um regimento que proibiu a escravidão indígena e a perseguição a esse grupo, dando preferência à contratação de descendentes de nativos para a ocupação de cargos públicos no Brasil. Não era uma medida de reconhecimento apenas: ela foi usada para arrancar o monopólio da política indigenista das mãos da Companhia de Jesus, que seria expulsa do Brasil em 1759, por Marquês de Pombal.



Giovanni-Girolamo Frezza, *V. P. Ioseph Anchieta Soc. Iesv*, c. 1680 e 1740, buril, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal. Como missionário da Companhia de Jesus no Brasil, o padre José de Anchieta cuidou de defender os indígenas dos muitos abusos dos colonizadores portugueses.



Em 1500, havia cerca de 5 milhões de indígenas no Brasil; nos dias atuais, há pouco mais de 800 mil, muitos descaracterizados, destribalizados e submetidos aos valores do capitalismo, de compra e venda de mercadorias para sobreviver.

Mais tarde, no período da República, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910. O objetivo era resolver questões discriminatórias em relação aos índios. O principal nome do SPI foi o marechal Cândido Rondon que, sem paternalismo, exigiu o afastamento da Igreja dos assuntos das comunidades nativas e que os indígenas recebessem proteção do Estado em seu próprio território e não em aldeamentos.

No entanto, por um decreto, o SPI foi extinto em dezembro de 1967 pelo presidente militar Costa e Silva e, no seu lugar, foi criada a Funai (Fundação Nacional do Índio), com os objetivos de:

- proteger os interesses dos indígenas;
- dar assistência médico-sanitária e educacional aos grupos indígenas remanescentes;
- gerir o patrimônio indígena.

Oscilando em suas atribuições, a Funai foi colocada em dúvida pelas nações indígenas em muitas ocasiões, o que fez surgir, em 1979, como iniciativa dos próprios indígenas, a UNI (União das Nações Indígenas), cujo principal objetivo seria congregar as nações nativas ainda existentes no país. Atualmente, a UNI não é mais operante, mas há algumas formas de representação indígena em organizações locais ou regionais.

Outra importante instituição que se pretende defensora das causas indígenas é o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), criado em 1972, que procura até hoje denunciar os abusos praticados por posseiros, fazendeiros e pelo próprio Estado contra os nativos, além de realizar um censo que permitiria calcular a população indígena existente.

No Brasil, durante boa parte dos anos de 1970 e dada as condições de abandono, acreditava-se que o desaparecimento dos povos indígenas seria algo dado como inevitável. No entanto, verificou-se, ao longo dos anos de 1980, uma tendência de reversão dessa curva demográfica e, desde então, a população indígena no país tem crescido de forma constante, indicando uma retomada demográfica por parte da maioria desses povos, embora alguns tenham diminuído demograficamente e outros estejam ameaçados de extinção ou tenham desaparecido.

Na listagem de povos indígenas no Brasil, elaborada pela ONG Instituto Socioambiental (ISA), sete deles têm populações entre 5 e 40 indivíduos. Os mais de 240 povos indígenas atualmente somam, segundo o Censo IBGE 2010, 896.917 pessoas; destas, 324.834 vivem em cidades, e 572.083 em áreas rurais, o que representa 0,47% da população total do país, aproximadamente.

Ainda assim, segundo a Funai e os trabalhos estatísticos do Cimi, milhares de indígenas espalham-se pelo Brasil, muitos deles destribalizados e vivendo como indígenas nos grandes e médios centros urbanos do país, sofrendo com o abandono, o abuso, a perda dos costumes e o alcoolismo, principalmente em áreas periféricas e sem infraestrutura.

Minoria negra: discriminação sentida na pele

O negro, ao contrário do que podemos imaginar, nunca aceitou a condição de escravidão imposta. Fugas, rebeliões, formação de quilombos, assassinatos de feitores, suicídio são provas de resistência ao cativo ao longo da história.

Em 13 de maio de 1888, com a promulgação da Lei Áurea, após um longo processo, a escravidão formalmente chegou ao fim no Brasil. Porém, após a abolição, a vida dos negros brasileiros continuou muito difícil, pois essa libertação não foi acompanhada de programas afirmativos que garantiam a inserção dos ex-escravos na estrutura social do país; o Estado não se preocupou em oferecer condições para que eles fossem integrados no mercado de trabalho formal e assalariado.

Além disso, muitos setores da elite brasileira continuaram com o preconceito. Prova disso foi a preferência pela mão de obra europeia, que aumentou muito no Brasil depois da abolição, em uma tentativa de “embranquecimento” da população. Portanto, a maioria dos negros encontrou grandes dificuldades para conseguir emprego e manter uma vida com o mínimo de condições necessárias, com moradia, trabalho assalariado e educação.

Como agente colaborador para a formação do brasileiro, o negro testemunhou a difusão da tese de que no Brasil havia uma “democracia racial”. No entanto, em certo sentido, tal posição apenas colaborou para negar que há preconceito em nosso país.



PONTO DE CONEXÃO

Veja, em História, como se deu o processo de abolição da escravatura no Brasil, a partir de 1850, com a proibição do tráfico negreiro; a Lei do Ventre Livre, em 1871; a Lei dos Sexagenários, em 1885; até 1888, com a definitiva Lei Áurea, pela qual o Brasil se tornou o último país livre a acabar com a escravidão.



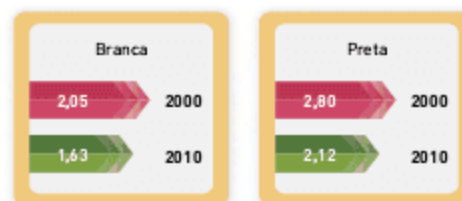
O racismo disfarçado e a ilusão de uma democracia racial no Brasil impediram a busca de melhores postos de trabalho e acesso à educação, uma situação que está mudando nos últimos anos.

Para dar alguma estimativa sobre o tema, o Instituto Datafolha fez duas pesquisas sobre o racismo no Brasil, uma em 1995 e outra em 2008, consideradas por especialistas como das mais completas já realizadas. Na mais recente, constatou-se que o racismo perdeu força no Brasil nas últimas décadas, porém mantém-se, mesmo que de forma mascarada (não declarada).

Essa pesquisa permitiu observar que o preconceito “aberto” fora assumido apenas por 3% dos brasileiros entrevistados, mas, para 91%, os brancos teriam algum preconceito de cor em relação aos negros – sociólogos veem nessa contradição um indício de um racismo “velado” no país. Além disso, mais brasileiros se identificaram como pretos ou pardos (levando em consideração a cor): 36% se declararam pardos, e 14% negros; por sua vez, a parcela da população que se declarou branca caiu de 50% (no primeiro levantamento) para 37%. Isso implica que a imagem do Brasil como um país de maioria branca não mais se sustenta nas estatísticas.

Uma das hipóteses que explicaria o crescimento de autodeclarados pretos e pardos é a possibilidade de maior autoaceitação, a qual, para alguns estudiosos, tem uma relação direta com a proposição de políticas afirmativas, como o estabelecimento de cotas para ingresso no Ensino Superior e em concursos públicos.

Taxas de fecundidade total, por cor ou raça das mulheres, segundo o IBGE



IBGE. Censo demográfico 2000 e 2010. In: *Censo demográfico 2010: nupcialidade, fecundidade e migração - Resultados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Atenção!

Segundo o site do IBGE, a cor ou raça é uma “característica declarada pelas pessoas de acordo com as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena”.

Atenção!

Racismo é uma forma de discriminação baseada nas diferenças de raça ou grupo étnico. Na história da humanidade, encontram-se muitos exemplos de racismo e, também, de xenofobia. A própria discriminação afeta a estabilidade social. No Ocidente, o racismo é combatido oficialmente pelos diversos Estados, mas, ainda assim, está enraizado entre os indivíduos. Um indício nesse sentido é que há mais negros nas prisões do que nas universidades. Nos Estados Unidos, por exemplo, governado por dois mandatos por Barack Obama, que é negro, dados governamentais atestam que os negros formam 12% da população do país e 43% da população carcerária. No Brasil, em todos os indicadores sociais negativos, os negros, devido à marginalização que lhes é imposta, possuem os piores índices (desemprego, evasão escolar, nível de renda, entre outros). Com a Constituição de 1988, o racismo foi elevado à condição de crime inafiançável, imprescritível e sujeito à pena de reclusão.

Uma das maiores bandeiras do movimento negro foi na área da educação: as cotas para o ingresso de negros nas universidades. Essas cotas se expandiram a partir dos primeiros anos do atual século. A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira instituição de ensino no Brasil a adotar o sistema de cotas raciais, em junho de 2004, prevendo a reserva de 20% das vagas para candidatos negros e um pequeno número para indígenas. A política foi prevista para vigorar por um prazo de dez anos, tendo se esgotado em 2014, levando à revisão das regras pela universidade.



Apesar das conquistas, ainda faltam oportunidades que permitam ao negro ocupar cargos que não sejam ligados à atividade braçal e de baixa remuneração.

Desde 2004, porém, o número de universidades que possuem ação afirmativa baseada em raça só aumentou e hoje já representa a maioria das universidades federais e estaduais. O tema tem suscitado inúmeros debates, com muitas pessoas considerando tal medida injusta e discriminatória e outras argumentando que tal política pode ajudar a saldar uma dívida moral advinda com a escravidão, dívida que está associada à pobreza e à discriminação ao longo de vários séculos. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade da política de cotas na UnB.

Acesso à educação

% de estudantes brancos, pretos e pardos na faixa de 18 a 24 anos (por nível de ensino)

Ensino Fundamental		
ANO	BRANCOS	PRETOS E PARDOS
2001	11,9	32,2
2011	4,5	11,8
Ensino Médio		
2001	34,3	43,9
2011	24,1	45,2
Ensino Superior		
2001	39,6	10,2
2011	65,7	35,8
Outros		
2001	14,1	13,7
2011	5,6	7,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001 e 2011. In: Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2012, n. 29. (Estudos e pesquisas).

Mulheres: a maioria como minoria

As mulheres ganharam o mercado de trabalho, não fazem mais apenas o papel de moças destinadas ao casamento e ocupam a maior parte das vagas do Ensino Superior. Apesar dessas transformações relativamente recentes, elas ainda não possuem as mesmas condições salariais que os homens, são minoria nos cursos de pós-graduação, não têm a participação plena nas decisões políticas do país e, o pior, muitas são humilhadas ou mesmo agredidas no interior da vida doméstica.

Contradições como essas entre os sexos são antigas e, mesmo atualmente, alguns preconceitos são mantidos e dificultam a luta pela igualdade de direitos. Os ideais prevaletentes a respeito do sexo ainda são aqueles das classes dominantes.

No Brasil, o movimento pela igualdade dos direitos das mulheres remonta à educadora Nísia Floresta, que afirmou, no *Opúsculo Humanitário*, 1853, página 3:

"[...] enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado – emancipação da mulher – nossa débil voz se levanta, na capital do Império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres!". Desde então, o difícil caminho de luta das mulheres passou a ser trilhado".



Fábio Rodrigues Pozzebom/ABr

Dilma Rousseff foi eleita presidente do Brasil em 2010 e reeleita em 2014. A Alemanha e o Chile também têm mulheres na posição de chefe de governo. Apesar disso, a representatividade política da mulher, tanto no Executivo como no Legislativo, ainda é insuficiente e tem um longo caminho a percorrer.

A partir da década de 1970, o movimento intensificou-se paralelamente à luta pela redemocratização. Na década de 1980, com a abertura democrática, em algumas unidades federativas foram criados conselhos femininos, delegacias e coordenadorias regionais da mulher. Como resultado, a Constituição de 1988 consagrou o princípio de que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações" (artigo 5º, inciso I), além de estabelecer a licença maternidade de 120 dias e garantir a participação das mulheres nas chapas partidárias que disputam processos eleitorais.

No ano de 2000, o Brasil apresentou resultados importantes no 2º Fórum Mundial de Educação, realizado no Senegal, África, com destaque para a evolução do nível de escolaridade e alfabetização entre as mulheres brasileiras: média de 6 anos (enquanto, entre os homens, 5,7 anos), o que pode indicar que a persistente discriminação salarial incentivou as mulheres a investir mais tempo na formação estudantil. A PNAD de 2011 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE) mostrou que, no Brasil, as mulheres têm em média 7,5 anos de estudo, ante 7,1 anos dos brasileiros do sexo masculino, sendo que a média nacional é de, aproximadamente, 7,3 anos. Entretanto, apesar de estudos como esse estimarem que as mulheres brasileiras são mais escolarizadas, eles apontam que elas ainda ganham menos do que os homens.

Além do acesso à educação e das condições de trabalho, precisamos considerar a questão da violência. Estima-se que, a cada quatro minutos, uma mulher seja espancada e, também, que apenas um terço das agredidas denuncie a agressão. Em 2015, entrou em vigor a Lei n.13.104/15, que alterou o Código Penal para incluir o feminicídio como mais uma modalidade de homicídio qualificado, ou seja, quando o crime contra a mulher for praticado por razões da condição de sexo feminino, há penas maiores e mais duras para os agressores.

Todavia, a violência não é apenas física, mas também emocional, assumindo as formas de crítica ao corpo ou ao desempenho sexual, de sexismo do parceiro ou de uma imposição da aceitação de relações extraconjugais por parte do cônjuge.

Em várias partes do mundo, mulheres ainda são mutiladas para que não tenham prazer sexual, muitas são proibidas de trabalhar fora de casa, outras não podem sentar-se em locais públicos. Nesse sentido, nem tudo evoluiu ou evoluiu uniformemente.

Contexto social

Lei Maria da Penha, em defesa da mulher e da família

Decretada pelo Congresso Nacional Brasileiro, a Lei Federal n.11.340 foi sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006.

Entre as determinações da Lei Maria da Penha está o aumento no rigor das punições das agressões contra a mulher ocorridas no âmbito doméstico e familiar.

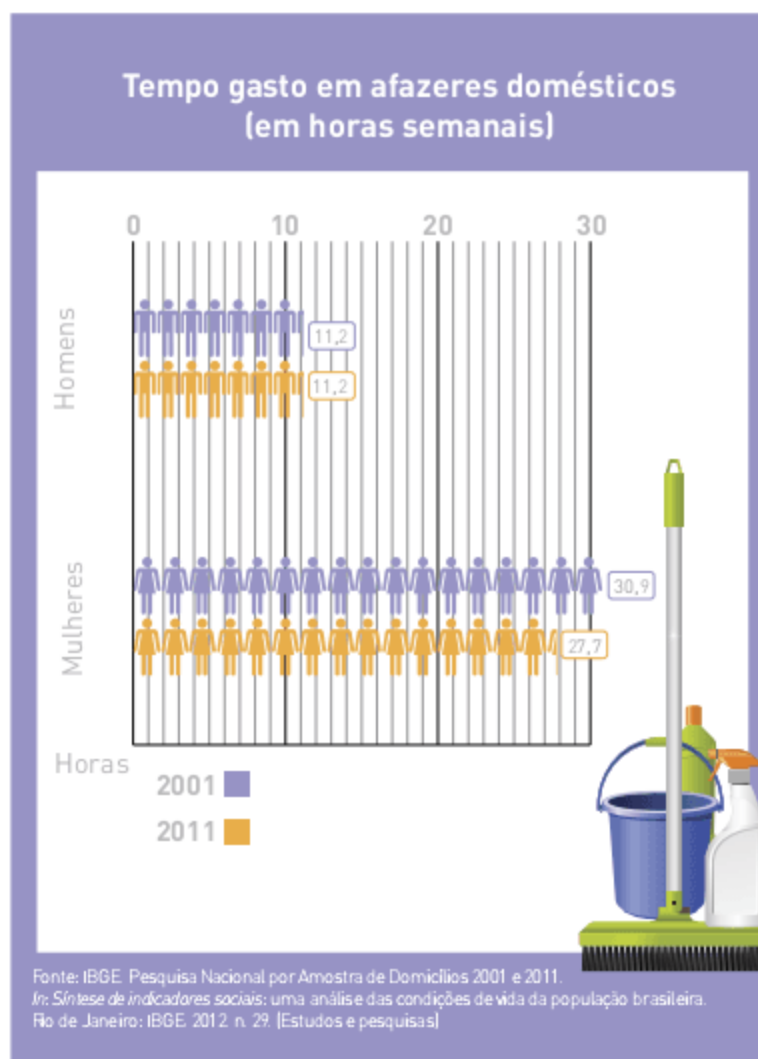
Maria da Penha Maia Fernandes foi vítima de violência doméstica. Em 1983, por duas vezes, quase foi assassinada pelo então companheiro. Como consequência de uma das agressões, Maria da Penha ficou paraplégica.

O agressor foi punido somente após quase duas décadas. Sua pena: dois anos em regime penitenciário fechado.



Maria da Penha - Inspiradora da Lei 11340/06 - Lei Maria da Penha e Fundadora do Instituto Maria da Penha

Aluta de Maria da Penha trouxe como resultado a Lei Federal n.11.340 de 2006, que pune a agressão à mulher em âmbito familiar.



Idosos: o exemplo do descaso

Outro exemplo de minoria são os idosos. Segundo dados do IBGE, o Brasil envelhece rapidamente, tendo ultrapassado, já no início do século XXI, a barreira dos 70 anos de expectativa de vida, ou seja, o brasileiro está vivendo por mais tempo. No entanto, os idosos são desrespeitados por vários segmentos sociais, como os mais jovens, o mercado de trabalho o próprio Estado.

No país em geral, entende-se que investir no idoso é mais caro, que ele traz mais "despesas", em especial nas áreas de saúde e previdência social, que, do modo como está estruturada, paga aos aposentados valores incompatíveis com a contribuição oferecida por eles durante a vida profissional.

Acrescenta-se a essa realidade o fato de que, no mundo capitalista, valoriza-se aquele que é o mais produtivo e mais jovem. Não é raro, nesse sentido, o abandono de pessoas mais velhas em asilos ou instituições que se associam às imagens de solidão, ociosidade, abandono, doença física e, por vezes, mental.

Com o intuito de proteger os direitos da pessoa idosa, no Brasil, desde 2003, está em vigor o Estatuto do Idoso, um conjunto de leis que assegura:

- a distribuição gratuita de medicamentos e próteses dentárias pelos poderes públicos;
- a garantia de justiça nos reajustes monetários em planos de saúde;
- o desconto mínimo de 50% no ingresso para atividades de lazer e cultura;
- a possibilidade de inscrever-se para vagas de empregos e concursos sem proibição de limite de idade, salvo quando a natureza do cargo exigir;
- a prioridade no julgamento de processos judiciais (mais de 60 anos);
- o benefício assistencial de um salário mínimo (65 anos ou mais) em caso de extrema necessidade;
- o transporte gratuito (maiores de 65 anos).

Apesar das conquistas que o estatuto representa, ainda é difícil o respeito a todas as determinações dele, devido às dificuldades de

fiscalização e às condições precárias em que muitos idosos vivem, abandonados pela família ou deixados em instituições que, muitas vezes, não conseguem acolhê-los de maneira digna.



© Fotoluminate | Dreamstime.com

Em uma sociedade que valoriza a produção e desrespeita a experiência, idosos são marginalizados e, muitas vezes, são vítimas de maus-tratos e abandono.

Outras minorias

Cada pessoa é única. Essa afirmação tem mais peso em nosso mundo, marcado pela globalização, em que as individualidades são afirmadas e exaltadas por vários meios, entre eles, especialmente, as redes sociais da internet. Mesmo assim, fugir aos padrões sociais ainda gera muitas distorções e discriminações.

Por exemplo, nos países desenvolvidos ou mesmo em países em desenvolvimento, imigrantes e familiares vindos de países em conflito ou muito pobres lutam para sobreviver em sociedades discriminatórias, sob o risco do crescimento da xenofobia de partidos e organizações, como o Front National (Frente Nacional) – partido francês que, nas últimas eleições francesas, conseguiu 25% dos votos dos eleitores e 24 assentos no Parlamento europeu. Muitos desses imigrantes, instalados sob condições ilegais em países como Alemanha, França e Reino Unido, quando são descobertos, acabam deportados e voltam para seus países, que podem ser zonas de conflitos ou que estão sob dificuldades econômicas ou políticas. Atualmente, o drama de milhares de imigrantes que, semanalmente, tentam chegar da África à Europa pelo Mediterrâneo, em embarcações precárias, por vezes vítimas de atravessadores e contrabandistas que lucram com o tráfico humano, tem chamado a atenção de políticos europeus, de forma a rever as leis de imigração, seja para acolher mais imigrantes, seja para evitar muitas dessas travessias clandestinas, que, frequentemente, terminam em tragédia, como naufrágios, ou sobrecarregam o sistema de imigração e as forças de segurança, no resgate das embarcações clandestinas.

Além das situações de preconceito, racismo, xenofobia e dos problemas relacionados à imigração (as guerras, os conflitos entre milícias ou grupos políticos rivais, as perseguições religiosas, entre outros), precisamos considerar as situações em que os direitos constitucionais não são respeitados ou em que políticas públicas se mostram ineficientes.

Nas ruas de muitas cidades brasileiras, por exemplo, encontramos menores abandonados, ou fugidos de suas famílias, que encaram uma rotina de drogas, violência e abusos. Mesmo em vigor há 25 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não foi capaz de coibir a violência da qual muitos deles são vítimas. Segundo o Unicef, Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência, 28 crianças e adolescentes são assassinadas no Brasil por dia. Desde 1990, quando o ECA entrou em vigor, o número de assassinatos de jovens menores de 18 anos dobrou, passando de 5 mil, até 1990, para 10,5 mil casos por ano, de 1990 a 2013.



© Marcelo Casal Jr/A Br

Pessoas migram para os países desenvolvidos ou em desenvolvimento em busca de perspectivas e de sobrevivência, muitas vezes em trabalhos ilegais e arriscados, sendo vítimas também de racismo e ataques xenófobos, sob o risco de serem deportados.



© Hanbaoduan | Dreamstime.com

Desprovidos de terras e vítimas de um modelo econômico concentrador, trabalhadores rurais ainda lutam pelo acesso à terra. Uma minoria em plena ação.

Outro exemplo são os que lutam pelo acesso à moradia e, principalmente, à terra, que está concentrada nas mãos de poucos proprietários no Brasil. Grupos e movimentos defendem, junto ao governo e à sociedade civil, uma distribuição mais justa de propriedade.

Há também a situação, nas prisões brasileiras, de presidiários que vivem amontoados em celas superlotadas e sob péssimas condições estruturais, por vezes agredidos por carcereiros ou pelos próprios colegas de detenção. Alguns deles, com penas cumpridas ou já prescritas, permanecem abandonados ou aguardando a liberação por parte de um poder judiciário que se mostra moroso ou ineficaz.

No debate dessas situações, precisamos nos lembrar de que o conceito de cidadania só pode ser ampliado quando for efetivo o respeito às diferenças de origem, etnia, posicionamento político, sexo, entre outras, bem como aos direitos constitucionais e humanos. Para uma democracia plena e justa, esse é um preceito básico.



© Lightkeeper | Dreamstime.com

Apesar de amparadas por leis, muitas crianças não aproveitam a própria infância, sujeitando-se a desrespeitos, humilhações e ao abandono das ruas.



© Fernando Gregory | Dreamstime.com

Na busca de afirmação social e reconhecimento, a delinquência cria uma minoria sem voz no sistema prisional.

Contexto social

Nos dias atuais, o reconhecimento da união estável e de entidade familiar a casais homossexuais já é previsto na legislação brasileira.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já sinalizou pelo reconhecimento de união estável entre os homossexuais e todos os direitos dela decorrentes em todo o Brasil, como a concessão de pensão (que já é previsto nos estados do Acre, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e a permissão para a adoção de crianças. Em 2011, o tribunal, instância máxima da justiça no país, reconheceu a equiparação da união homossexual à heterossexual. No entender do Supremo, devem desfrutar de direitos semelhantes, como inclusão em planos de saúde (que já é reconhecido em Santa Catarina), aposentadorias e pensões. No caso da adoção de crianças, os homossexuais que tentarem a adoção precisam ainda apelar à Justiça. Em 2013, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) determinou, seguindo o Supremo, que os cartórios em todo o Brasil são obrigados a celebrar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, não podendo se recusar a converter a união estável em casamento.

PARA PRATICAR

1

Tropicália

*Sobre a cabeça os aviões
Sob os meus pés os caminhos
Aponta contra os chapadões
Meu nariz
[...]
Viva a banda-da-da
Carmen Miranda-da-da-da-da
[...]*

VELOSO, Caetano. Intérprete: _____. In: *Caetano Veloso*. [s.l.]: Philips, 1967. Faixa 1.

Incorporado às agitações contraculturais dos anos 1960, surgiu o Tropicalismo, um movimento da música popular brasileira que teve como líderes e principais expoentes Gilberto Gil e Caetano Veloso, além de Torquato Neto e José Carlos Capinam.

Talvez a melhor palavra que defina a Tropicália seja contestação, ou seja, um ideário alternativo que coloque em dúvida alguns valores centrais vigentes e instituídos na cultura ocidental, tais como as normas e os padrões de comportamento.

Pode-se afirmar que onde houver contestação ao modelo cultural estabelecido pelos pensamentos dominantes

- A** obrigatoriamente o movimento será efêmero, não trazendo grandes alterações culturais e morais.
- B** haverá um processo de aculturação devido ao estabelecimento de novos tabus culturais e morais e de novos costumes.
- C** haverá algum tipo de contracultura que, ao contestar questões culturais, morais e de costumes, pode vir a estabelecer novos posicionamentos.
- D** não haverá posicionamento contracultural, uma vez que a sociedade afetada possui mecanismos de defesa da cultura estabelecida.
- E** as tradições e os preconceitos sociais estabelecidos não sofrerão influências por estarem consolidados socialmente.

2

Decretada pelo Congresso Nacional Brasileiro, a Lei Federal n. 11.340 foi sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006. Maria da Penha Maia Fernandes dá nome a essa lei por seu histórico de vida familiar. Por essa lei,

- A** nenhum aposentado poderá receber um benefício inferior a um salário mínimo federal.
- B** todas as pessoas com alguma deficiência física deverão ter acessibilidade em regiões urbanas.
- C** o cidadão aprovado em concurso público federal deverá assumir a vaga em, no máximo, dois anos.

D diminuem as chances de um político considerado “ficha suja” pleitear algum cargo público em um processo eleitoral.

E aumenta o rigor da punição às agressões contra a mulher ocorridas no âmbito doméstico e familiar.

3

A família brasileira passa por modificações. A luta das mulheres, no Brasil, por igualdade de condições no mercado de trabalho apresenta hoje os seguintes resultados:

- I. crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho.
- II. predomínio da igualdade salarial entre homens e mulheres que executam as mesmas tarefas.
- III. ocupação, pela mulher, de cargos de direção nas empresas em proporções iguais às dos homens.
- IV. qualificação profissional da mão de obra feminina em ritmo acelerado.

Estão corretas as afirmativas:

- A** I e IV.
- B** III e IV.
- C** I, II e III.
- D** II, III e IV.
- E** I, II, III e IV.

4

Conforme o documento Terras indígenas no Brasil, publicado pelo CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) e pelo Museu Nacional, no ano de 1987, havia até então 518 áreas de ocupação indígena, das quais 167 não tinham identificadas a origem do povo e a extensão do território; 107 estavam identificadas e com algum reconhecimento feito pela Funai; 171 estavam delimitadas e com fronteiras conhecidas; 32 estavam homologadas pelo governo e 41 estavam regularizadas, com matrícula no Serviço de Patrimônio da União.

A respeito da política indigenista do Brasil, pode-se afirmar que

- A** os nativos brasileiros sempre tiveram todo amparo do Estado para a preservação de seus traços e complexos culturais.
- B** o Serviço de Proteção ao Índio foi criado no início do século XX, com o objetivo de resolver questões discriminatórias relativas aos indígenas.
- C** a chegada da família real portuguesa, em 1808, acarretou alterações na legislação, proibindo o aprisionamento de indígenas por um período de quinze anos.
- D** a Fundação Nacional do Índio, criada durante o regime militar, tem poder policial sobre os nativos, coibindo ações que desestabilizem a economia nacional.
- E** o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) tem como função denunciar os abusos praticados pelos nativos contra posseiros, proprietários de terra em geral e Estado.

5 Quando promulgada em 1988, a nova Constituição, que emergiu após o entreato antidemocrático iniciado em 1964, foi chamada de “Constituição Cidadã”, pois, entre as garantias previstas na nova Carta Magna, incluiu-se

- A** o *habeas corpus*, em caso de um grupo considerar ameaçados seus direitos constitucionais, com a prerrogativa de pagar fiança ao praticar atos de tortura.
- B** o *habeas data*, que permite ao cidadão ter conhecimento dos registros sobre sua pessoa em poder de órgãos públicos.
- C** o voto facultativo aos jovens de 16 a 18 anos, embora negasse totalmente esse direito aos não alfabetizados.
- D** a ação coletiva sindical, ajuizada por qualquer cidadão para referendar ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe.
- E** o mandato de segurança coletivo, ajuizado por qualquer cidadão e de forma individual.

6

[...]

Amigos presos,

Amigos sumindo assim,

Pra nunca mais

[...]

VINCENT, B. Versão de GIL, Gilberto. Intérprete: GIL, Gilberto. “Não chore mais”. In: *Realce*. [s.l.]: Warner Music, 1979. Faixa 9.

A versão de Gilberto Gil da música “No woman, no cry”, de Bob Marley, alude a um momento histórico brasileiro marcado por muitos movimentos de contestação, como a Tropicália, e também pela decretação de atos que atentavam contra a cidadania, por arbitrariedade e autoritarismo. Esse momento histórico se refere

- A** aos primeiros anos da década de 1960, marcados pelas tentativas de promoção de Reformas de Base por parte do Presidente João Goulart.
- B** ao início da década de 1990, marcado pelo movimento dos caras-pintadas, que lutavam pelo *impeachment* de Fernando Collor, movimento claramente golpista.
- C** ao Estado Novo de Getúlio Vargas, que, embora democrático, apresentava características totalitárias.
- D** ao período do regime militar, iniciado em 1964, marcado por forte repressão, por desaparecimentos e por arbitrariedades aos opositores ao regime.
- E** ao período de redemocratização do Brasil, iniciado com o governo de Fernando Henrique Cardoso e mantido durante o governo Lula.

no Enem
Caiu

7 (Enem 2012) Na regulação de matérias culturalmente delicadas, como, por exemplo, a linguagem oficial, os currículos da educação pública, o status das Igrejas e das comunidades religiosas, as normas do direito penal (por exemplo, quanto ao aborto), mas também em assuntos menos chamativos, como, por exemplo, a posição da família e dos consórcios semelhantes ao matrimônio, a aceitação de normas de segurança ou a delimitação das esferas pública e privada – em tudo isso reflete-se amiúde apenas o autoentendimento ético-político de uma cultura majoritária, dominante por motivos históricos. Por causa de tais regras, implicitamente repressivas, mesmo dentro de uma comunidade republicana que garanta formalmente a igualdade de direitos para todos, pode eclodir um conflito cultural movido pelas minorias desprezadas contra a cultura da maioria.

HABERMAS, J. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.

A reivindicação dos direitos culturais das minorias, como exposto por Habermas, encontra amparo nas democracias contemporâneas, na medida em que se alcança

- A** a secessão, pela qual a minoria discriminada obteria a igualdade de direitos na condição da sua concentração espacial, num tipo de independência nacional.
- B** a reunificação da sociedade que se encontra fragmentada em grupos de diferentes comunidades étnicas, confissões religiosas e formas de vida, em torno da coesão de uma cultura política nacional.
- C** a coexistência das diferenças, considerando a possibilidade de os discursos de autoentendimento se submeterem ao debate público, cientes de que estarão vinculados à coerção do melhor argumento.
- D** a autonomia dos indivíduos que, ao chegarem à vida adulta, tenham condições de se libertar das tradições de suas origens em nome da harmonia da política nacional.
- E** o desaparecimento de quaisquer limitações, tais como linguagem política ou distintas convenções de comportamento, para compor a arena política a ser compartilhada.

(Enem 2014)

Estatuto da Frente Negra Brasileira (FNB)

Art. 1º – Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira.

Diário Oficial do Estado de São Paulo, 4 nov. 1931.

Quando foi fechada pela ditadura do Estado Novo, em 1937, a FNB caracterizava-se como uma organização

- A política, engajada na luta por direitos sociais para a população negra no Brasil.
- B beneficente, dedicada ao auxílio dos negros pobres brasileiros depois da abolição.
- C paramilitar, voltada para o alistamento de negros na luta contra as oligarquias regionais.
- D democrático-liberal, envolvida na Revolução Constitucionalista conduzida a partir de São Paulo.
- E internacionalista, ligada à exaltação da identidade das populações africanas em situação de diáspora.

(Enem 2014)

Parecer CNE/CP nº 3/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Procura-se oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas. Propõe a divulgação e a produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos igualmente tenham seus direitos garantidos.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação.

Disponível em: <www.semesp.org.br>. Acesso em: 21 nov. 2013 (Adapt.).

A orientação adotada por esse parecer fundamenta uma política pública e associa o princípio da inclusão social a

- A práticas de valorização identitária.
- B medidas de compensação econômica.
- C dispositivos de liberdade de expressão.
- D estratégias de qualificação profissional.
- E instrumentos de modernização jurídica.

(Enem 2013)

Texto 1

Ela acorda tarde depois de ter ido ao teatro e à dança; ela lê romances, além de desperdiçar o tempo a olhar para a rua da sua janela ou da sua varanda; passa horas no tocador a arrumar o seu complicado penteado; um número igual de horas praticando piano e mais outras na sua aula de francês ou de dança.

Comentário do Padre Lopes da Gama acerca dos costumes femininos. 1839. apud SILVA, T. V. Z. "Mulheres, cultura e literatura brasileira". *Ipotesi* – Revista de Estudos Literários, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, 1998.

Texto 2

As janelas e portas gradeadas com treliças não eram cadeias confessas, positivas; mas eram, pelo aspecto e pelo seu destino, grandes gaiolas, onde os pais e maridos zelavam, so-negadas à sociedade, as filhas e as esposas.

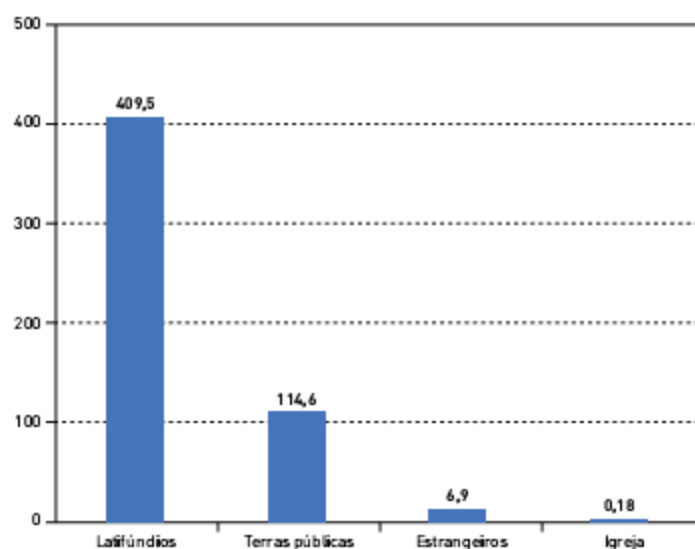
MACEDO, J. M. *Memórias da Rua do Ouvidor*. 1878. Disponível em: <www.dominio-publico.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2013. (Adapt.).

A representação social do feminino comum aos dois textos é o(a)

- A submissão de gênero, apoiada pela concepção patriarcal de família.
- B acesso aos produtos de beleza, decorrência da abertura dos portos.
- C ampliação do espaço de entretenimento, voltado às distintas classes sociais.
- D proteção da honra, mediada pela disputa masculina em relação às damas da corte.
- E valorização do casamento cristão, respaldado pelos interesses vinculados à herança.

9

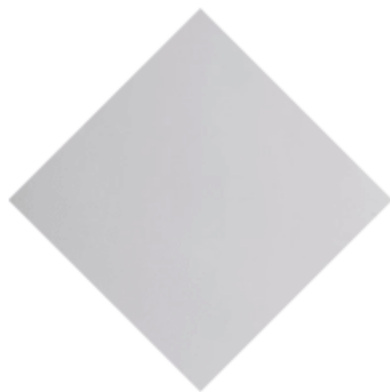
Distribuição da propriedade de terra no Brasil (milhões de hectares)



Com base nos conhecimentos sobre a questão fundiária no Brasil e sobre as restrições à cidadania dos trabalhadores rurais, e sabendo que apenas 9% dos proprietários de terra, em todo o país, são donos de 82% das terras agricultáveis ou de pastagens, analisando os dados apresentados no gráfico, conclui-se que

- A não há concentração agrária, e sim posse voluntária, fruto de iniciativas governamentais.
- B há concentração de terras nas mãos de uma minoria privilegiada, que inclui também o próprio Estado.
- C a distribuição de terras, conforme apresentada, faz-se necessária para que haja constante aumento do Produto Interno Bruto do país.
- D a taxa de urbanização do país decaiu progressivamente nas últimas décadas, em detrimento da elevada taxa de ruralização.
- E a concentração de terras deve-se ao êxodo urbano, uma vez que o abandono voluntário dos pequenos proprietários gerou a distribuição apresentada.

Refleta sobre



*Tá vendo aquele edifício moço?
Ajudei a levantar [...]
Mas me vem um cidadão
E me diz desconfiado:
— Tu tá aí admirado. Ou tá querendo roubar?
[...]*

BARBOSA, Lúcio. "Cidadão". Intérprete: RAMALHO, Zé.
In: *Frevoador*. Columbia, 1992. Faixa 6.

*Quem construiu Tebas das setes portas?
Nos livros, veja, estão nomes de reis:
terão os reis suado pó e pedra? [...]*

BRECHT, Bertold. "Perguntas de um operário letrado" apud REZENDE, Lucinea Aparecida de. *Leitura e visão de mundo: peças de um quebra-cabeça*. Londrina: EDUEL, 2007. pp. 18-9.



Piero di Cosimo, A construção de um palácio, 1515-20, óleo sobre painel, Ringling Museum of Art, Sarasota, Estados Unidos/Web Gallery of Art (Domínio público)

Pelo trecho do poema de Bertold Brecht e pela letra de Lúcio Barbosa, confrontamo-nos com as diferenças sociais em situações como a construção de grandes obras. Segundo Brecht, essas desigualdades vêm desde a Antiguidade, e, de acordo com a canção de Lúcio Barbosa, no Brasil, elas também são muito marcantes; no país, a cidadania ainda não é plena para todos. A partir disso, reflita: a cidadania é um processo pronto ou tem um longo caminho a ser percorrido? Quais ações podem ser empreendidas para que a cidadania seja ampliada e se torne efetiva?

Quer saber mais?



Livros

- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 236p.
Nessa obra, Carvalho reconstitui a história da cidadania no Brasil, as lutas, os movimentos sociais mais importantes e a distância a ser percorrida para a plena cidadania em nosso país.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. 2 v.
Um dos maiores sociólogos do Brasil, Fernandes nos dá uma visão da constituição, do desenvolvimento e da decadência da escravidão no Brasil, além de analisar a difícil integração do negro e do mulato na sociedade moderna brasileira.



Site

- A Declaração Universal dos Direitos Humanos encontra-se disponível em português no endereço: <<http://p.p4ed.com/AECGL>>.



Artigo

- OVIAL, Roselane. "FEE analisa a renda do trabalhador gaúcho". FEE, 29 mar. 2015. Disponível em: <<http://p.p4ed.com/AECGZ>>. Acesso em: 17 ago. 2015. Apresenta um estudo publicado em 2015 pelos pesquisa-

dores Guilherme Stein e Vanessa Suzbach, da Fundação de Economia e Estatística, no Rio Grande do Sul, a respeito dos salários nesse estado e no país. Um dos temas abordados foi a diferença salarial entre homens e mulheres.



Filmes

- *O fio da memória*. Direção: Eduardo Coutinho. Brasil: Cinefilmes, 1991. 115 min.
Documentário que percorre a vida de Gabriel Joaquim dos Santos (trabalhador de salina e artista). Negro e filho de um ex-escravo, Gabriel Joaquim sofreu para inserir-se na sociedade brasileira. O racismo e a falta de políticas afirmativas para a obtenção de cidadania plena ao negro levam-nos a importantes reflexões.
- *Serras da desordem*. Direção: Andrea Tonacci. Brasil: [s.n.], 2006. 135 min.
Esse filme mistura ficção e realidade ao retratar a trajetória de Carapirú, um índio nômade, que escapa de um ataque surpresa, feito por fazendeiros, que massacra sua família. Durante 10 anos, ele perambula sozinho pelas serras do Brasil central, procurando um dos seus filhos sobreviventes, até ser capturado em novembro de 1988, a 2.000 km de distância de seu lugar de origem, e levado pelo sertanista Sydney Ferreira Possuelo a Brasília, onde passa por um processo de reconhecimento de sua identidade como nativo.

RESUMO teórico

- O conceito de cidadania: mais do que ser cidadão de um país, envolve direitos civis, políticos e sociais e deveres dos cidadãos com a Constituição do país.
- A ideia de cidadania está, atualmente, vinculada diretamente aos direitos humanos.
- A Declaração Universal dos Direitos Humanos torna obrigatórios e universaliza os direitos fundamentais, como saúde, educação, moradia etc. Muitos desses direitos são reconhecidos, mas não totalmente aplicados, o que torna obrigatória a luta política e social dos mais atingidos pelas injustiças, como as minorias.
- Para a instalação da plena cidadania, espaços devem ser abertos às vozes menos poderosas, assim como deve ser garantido, por exemplo, o acesso de todos à educação, segurança, saúde, justa distribuição de renda e cultura de qualidade.
- Minorias: grupos e indivíduos que não têm seus direitos plenamente reconhecidos na sociedade.
- O conceito de minoria não envolve números absolutos. Há minorias, como as mulheres, que, mesmo sendo maioria entre os brasileiros, não têm os direitos plenamente reconhecidos.
- Minorias, como os indígenas, os negros, os idosos, as mulheres, os homossexuais, lutam para que sociedades discriminatórias reconheçam suas diferenças.
- O reconhecimento das diferenças aprimora o caráter democrático de uma sociedade.
- Com o sistema de cotas nas universidades públicas e o reconhecimento da união estável homossexual, busca-se tornar a cidadania mais presente em grupos sociais excluídos, a fim de reparar décadas de discriminação, preconceito e abandono, mas há ainda muito a ser feito.

Capítulo

8

Os movimentos sociais



Marcelo Camargo/ABR • Valter Campanato/ABR

Ao longo da história, por meio dos movimentos sociais, setores da sociedade conquistaram o espaço que deveria ser-lhes natural por meio de greves, mobilizações e passeatas.



Apesar de expressar um conflito, ao contrário do que um observador pouco envolvido com pressupostos sociológicos possa imaginar, nem sempre um movimento social tem como objetivo o confronto com estruturas de coerção típicas do Estado (polícia, exército ou as forças de segurança pública). Além disso, é preciso considerar também que nem todo enfrentamento com a polícia caracteriza um movimento social.

Porém, todo movimento social, além de evidenciar um conflito, é coletivo e organizado, propondo uma ação pautada por uma ideologia, para modificar ou manter uma realidade social (o status quo). Ele nunca é neutro, assim como seus protestos não são pacíficos, mesmo quando não há confrontos em vias públicas, pois um movimento social, em sua organização, mobilização e ideologia, pressupõe mudança e transformação social.

De acordo com Karl Marx (1818-1883), a sociedade capitalista é contraditória: nem sempre os que produzem se beneficiam do produzido. Nesse contexto, os movimentos sociais revelam que existem interesses divergentes em uma sociedade desigual como a regida pelo capital.

Em seus estudos e observações, Émile Durkheim (1858-1917) chegou a afirmar que o desenvolvimento dos movimentos sociais seria um reflexo da passagem de estruturas sociais para formas mais complexas de existência (entenda-se como a passagem de sociedades rurais para urbanas e industrializadas).

Ao analisar os movimentos sociais de seu período, o alemão Max Weber (1864-1920) previu estar neles a grande força propulsora para a modernização. Já para Karl Marx, os movimentos operários e históricos serviriam para transformar as relações capitalistas de produção, gerando, paulatinamente, a obtenção da consciência de exploração a que a classe trabalhadora está submetida.

A partir dos pressupostos marxistas, podemos concluir que um conflito evidencia a incapacidade do Estado, enquanto instituição, de atender às reivindicações de determinados grupos sociais ou de indivíduos nas mesmas condições de carências, sejam elas políticas, civis ou econômicas.

- ▶ O que é necessário para que uma ação coletiva seja caracterizada como um movimento social?
- ▶ Quais as mudanças pretendidas por um movimento social?
- ▶ Como podemos caracterizar os movimentos sociais da atualidade? Cite exemplos.

C C3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

H H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

H15 - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.

Os elementos constitutivos de um movimento social

A expressão **movimento social** foi criada pelo sociólogo alemão Lorenz von Stein (1815-1890). Acredita-se que Stein tenha sido influenciado pelos pensamentos de Karl Marx e Engels, que, no *Manifesto Comunista* (1848), fizeram referência a termos como *movimento operário* e *movimentos históricos*, com o intuito de gerar antagonismos em relação à ordem vigente.

Por volta dos anos 1950, Alain Touraine, sociólogo francês, apontou para a necessidade de uma sociologia dos movimentos sociais que envolvesse os pensamentos de Karl Marx. Porém, sociólogos contemporâneos, como o italiano Alberto Melucci (1943-2001), passaram a questionar a noção de que apenas as classes sociais teriam condições para a organização de movimentos que alterassem a ordem vigente na busca por ampliação de direitos.

De forma geral, um movimento social caracteriza-se por ser uma ação coletiva que envolve indivíduos que comungam de um mesmo interesse e pretensão; seu desenvolvimento, portanto, pode aprimorar a visão de cidadania e de democracia. Dessa forma, assim como pode ser estruturado e desenvolvido de forma pacífica, um movimento também pode levar ao confronto entre aqueles que desejam



Lorenz von Stein.

mudanças, conquistas e forças do Estado – ou mesmo de indivíduos ou grupos interessados na manutenção da ordem estabelecida.

Os movimentos sociais deflagraram a Revolução Francesa, foram marcantes na Primavera dos Povos em 1848 e impulsionaram a revolução mexicana no início do século XX. Mais recentemente, ajudaram a derrubar o governo ditatorial da Tunísia em 2011, dando início à Primavera Árabe, com manifestações por todo o Oriente Médio que derrubaram governos no Egito e na Líbia e levaram à guerra civil na Síria.

Para ser caracterizado como tal, é necessário que um movimento social apresente projeto, ideologia e organização.

Por **projeto**, entende-se a proposta do movimento em si, de mudança ou conservação dos privilégios reais. Envolve os objetivos, as intenções e as estratégias da ação. No caso do Movimento Passe Livre (MPL), por exemplo, a proposta é a gratuidade das tarifas do transporte público. Durante as manifestações de junho de 2013, os protestos iniciais foram violentamente reprimidos pela polícia, e isso fez com que o movimento ganhasse mais adeptos, as manifestações crescessem e se intensificassem. Entretanto, a pauta de reivindicações fugiu do controle de seus organizadores, ao ponto que várias outras questões eram colocadas, ao mesmo tempo, em discussão: a legitimidade dos partidos políticos, pedidos de intervenção militar à maneira do golpe de 1964, impasses sobre a organização da Fifa e os gastos excessivos na Copa do Mundo no Brasil em 2014 etc.

Já a **ideologia**, ou ideário, refere-se à concepção que os envolvidos em um movimento social têm a respeito da sociedade em que vivem. É importante não confundir, em seu sentido crítico, ideologia com mascaramento dos conflitos sociais e da realidade, usado pelas forças de dominação, tal como definido por Karl Marx. A ideologia, nesse caso, corresponde à visão de mundo, às ideias sobre as condições estabelecidas e aos valores que cercam as relações sociais. Isso significa que os interesses dos envolvidos em um movimento social convergem, mas as ideias podem divergir.

Pensando ainda no caso dos protestos ou das Jornadas de junho de 2013, surgiram muitas correntes que acabaram por dispersar os propósitos iniciais do MPL e deram fim a muitas das manifestações, especialmente quando terminavam em violência. Havia defensores do fim do governo e da intervenção militar, partidários, grupos de *punks*, *skinheads*, estudantes, profissionais liberais e adeptos das táticas *black bloc*.

Outro item obrigatório para que um movimento possa ser caracterizado como social envolve a **organização**, que pode ser coletiva ou apresentar uma hierarquia de liderança. Caso seja mal planejado, o movimento corre o risco de colocar o projeto a perder.

Com o fim ou o apaziguamento de um movimento social, a ordem é restabelecida, com perdas e concessões de um dos lados (do reivindicador e do reivindicado) ou a luta é mantida, como ocorre ainda na Síria e na Ucrânia.



Manifestação de *black blocs*, em Viena (Áustria), no ano de 2012.

© Bweg/Wikimedia Commons

Saiba mais

A tática *black bloc* surgiu na Alemanha dos anos de 1980. Os adeptos dessa tática, mascarados de forma a preservar o anonimato, ostentam uma forte ideologia anticapitalista e antiglobalização, que os une sob a inspiração anarquista. A atitude é marcada pela destruição dos símbolos do capitalismo e do Estado – bancos, lanchonetes de *fast food*, prédios públicos, concessionárias de veículos etc. É um movimento sem liderança definida que tem as redes sociais como importantes aglutinadores. Como movimento de massa, estiveram presentes nas manifestações de junho de 2013, em várias cidades brasileiras.



Movimentos sociais marcantes da história brasileira

A história brasileira é caracterizada por grandes movimentos sociais de insurreições e revoltas. Ao contrário do que podemos imaginar, o povo brasileiro, desde a época colonial, sempre lutou, mesmo que suas lutas tenham sido absorvidas ou convergidas para interesses de grupos minoritários, como as elites pensantes, econômicas ou políticas.

A colonização portuguesa no Brasil obedeceu à lógica do mercantilismo. Isso significa que a finalidade da metrópole portuguesa calcou-se no objetivo central de angariar riquezas para Portugal, de acordo com o que ficou estabelecido na relação exclusivista do Pacto Colonial.

Na colonização do Brasil, a economia açucareira do século XVI teve como base as grandes propriedades rurais, a mão de obra escrava e a produção monocultora (*plantation*), gerando uma sociedade elitizada, caracterizada pela violência e pela desigualdade.

Com o advento do ciclo da mineração no século XVIII, várias modificações sociais foram estruturadas, não havendo, porém, alterações significativas para a vida da massa de explorados e excluídos (trabalhadores escravos e livres).

Ainda no século XVIII, próprio da mudança de rumos da exploração metropolitana, o descontentamento da população colonial caminhou para manifestações insurrecionais – como a Inconfidência Mineira (1789) e a Revolta dos Alfaiates ou a Conjuração Baiana (1798) –, que ganharam novos contornos políticos e ideológicos com o ideário de liberdade irradiado pelos pensamentos iluministas da independência das treze colônias inglesas da América do Norte (1776) e da Revolução Francesa (a partir de 1789).

Influenciada por esses movimentos mundiais, a independência política do Brasil, obtida em 1822, no entanto, não modificou o cenário de exploração colonial, já que foram mantidas as estruturas da colonização, apesar da inspiração iluminista. Assim, o novo país liberto manteve a estrutura das propriedades latifundiárias, a dependência externa e a exploração da mão de obra escrava. Mesmo com a proclamação da República (1889), poucas alterações foram notadas na conjuntura do país, não sem reações.

Vejamos a seguir os movimentos sociais de destaque no Brasil independente.

PONTO DE CONEXÃO

Veja, em História, a crise do sistema colonial, as revoltas ocorridas durante esse período e a influência que elas tiveram do movimento iluminista, na Europa, como formas de contestação do poderio da metrópole, além da origem das primeiras manifestações organizadas em território brasileiro.

Confederação do Equador (1824)

A proclamação da independência não contribuiu para amenizar a crise econômica que se abatera sobre o Nordeste. Outorgada de cima para baixo por Dom Pedro I, quase não contou com a participação popular. Assim, a camada dominante local, formada por senhores de engenho, criadores de gado e plantadores de algodão, esperava que, com a Constituição, fosse dada autonomia suficiente às províncias para que elas tomassem medidas condizentes com a situação de cada uma. Com a outorga da Constituição de 1824, as esperanças de liberalização da vida política nacional desapareceram, pois as decisões permaneceram concentradas na capital, Rio de Janeiro. Desse modo, em 2 de julho de 1824, foi lançado um manifesto à população proclamando a Confederação do Equador, um regime republicano e a separação de Pernambuco do Império. Para governar o novo Estado, foi designada uma Junta Provisória, sob a chefia de Paes de Andrade. Para evitar o isolamento de Pernambuco, procurou-se aglutinar ao movimento as províncias do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, também insurgentes. A rebelião separatista abrigou os mais variados segmentos da população: senhores de engenho, grandes fazendeiros, profissionais liberais, militares, mestiços e negros libertos. O fim da escravidão foi proposto pelos setores populares mais radicalizados, levando a aristocracia a questionar o movimento. Intolerante com qualquer movimento oposicionista, D. Pedro I agiu com rigor, sufocando a rebelião.

As revoltas do período regencial (1831 a 1840)

Controlado pelos representantes dos grandes proprietários de terras, o governo regencial foi contestado por uma série de movimentos armados que eclodiram em várias províncias do Império: Cabanagem (Pará, entre 1835 e 1840), Sabinada (Bahia, 1837-1838), Balaiada (Maranhão, 1838-1841), Guerra Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-1845), entre outras. Um dos fatores que marcaram tais movimentos autonomistas foi a crise socioeconômica brasileira alimentada pela queda dos preços dos produtos brasileiros de exportação no mercado internacional. Como não poderia deixar de ser, os setores mais atingidos pela crise foram as camadas livres, carentes de representação política.

A revolta dos malês (1835)

Os malês eram escravos africanos islamizados que organizaram vários movimentos na Bahia entre os anos 1807 e 1835. Pertenciam às etnias *jeje*, *tapa*, *hauçá* e *nagô*, originárias do Golfo de Benin, e tinham elevado padrão cultural, sendo muitos deles alfabetizados. O objetivo central dos vários movimentos foi o de islamizar a Bahia (próprio da *Jihad*). Em 1835, os denominados malês ocuparam Salvador, atacando quartéis e prisões. Foram fortemente combatidos pelas forças militares da Regência, o que ocasionou a morte de pelo menos setenta negros, além de centenas de feridos. Foram presos quase trezentos escravos, dos quais dezesseis foram condenados à morte.

Revolução Praieira (1848)

O ano de 1848 foi de revoluções. Na Europa, nacionalistas, republicanos, liberais e socialistas colocaram-se na vanguarda de amplos movimentos populares que resultaram em levantes armados na Itália, Alemanha, França e Áustria-Hungria. Essas revoluções influenciaram o Brasil.

Impossibilitado de empreender mudanças sociais e políticas, o Partido da Praia (assim denominado por estar articulado pelo jornal *Diário Novo*, localizado na Rua da Praia, no Recife) passou a criticar os grandes senhores de engenho e os comerciantes portugueses que dominavam a economia local. Os objetivos do movimento eram a introdução de um programa político democrático-popular, a instituição do voto livre e universal, o direito à liberdade de opinião, a garantia de trabalho para todos, a reserva da atividade comercial para os brasileiros, a autonomia entre os poderes constituídos, uma organização federalista para o país, a reforma do

Poder Judiciário (para garantir os direitos de cidadania), a extinção do juro convencional e o fim do recrutamento militar em vigor.

O movimento praieiro representou o último ato de rebeldia contra o processo de centralização monárquica, mas foi esmagado pelas forças imperiais, concretizando-se assim o pleno domínio da aristocracia rural escravista.

Movimento messiânico de Canudos (1896/1897)

Entre 1896 e 1897, já no Brasil republicano, ocorreu no nordeste da Bahia uma revolta chefiada por Antônio Mendes Maciel, o Conselheiro. Liderando pobres do campo, Mendes anunciava aos seguidores a instauração de uma nova Canaã, que seria instalada, após o juízo final, por D. Sebastião de Avis, o rei português desaparecido em 1578, na África (sebastianismo). Somente a fé e o culto a uma figura monárquica já prefiguravam uma ameaça aos republicanos e católicos, além do fato de atrair muitos seguidores à região.

O Arraial de Canudos, às margens do Rio Vaza-Barris, ao reunir cerca de vinte mil pessoas e cinco mil casebres, passou a ser temido pelos latifundiários, que começaram a ter dificuldades na arregimentação de mão de obra barata. Para os pobres camponeses, o Conselheiro dava esperanças de uma nova vida, na qual se mesclavam religião e coletivismo na exploração da terra. Uma alternativa de fuga da miséria, da exploração do latifúndio e da seca do sertão nordestino.

Ameaçada, a República organizou quatro expedições militares à região: duas estaduais e duas federais. Apenas na quarta, em abril de 1897, que reuniu cerca de oito mil homens, os conselheiristas foram rendidos. A destruição de Canudos significou a destruição física do povoado e a eliminação de todos os seus defensores. Os que não morreram em combate foram feitos prisioneiros e muitos foram degolados. No entanto, Canudos entrou para a história como símbolo da resistência do sertanejo brasileiro, imortalizada na obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.



Flávio de Barros/Wikimedia Commons (Domínio público)

Os conselheiristas buscavam em seu movimento uma alternativa de vida ao abandono e resistiram bravamente ao cerco e às investidas das tropas do governo, até serem rendidos.

O Contestado (1912 a 1916)

O movimento de caráter messiânico, com as mesmas características de Canudos, surgiu entre os atuais Estados de Santa Catarina e Paraná (a área, reclamada pelas duas unidades da federação, dá título ao Contestado). Em 1908, iniciou-se na região a construção de uma estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. O empreendimento foi erguido pela empresa norte-americana Brazil Railway Company, e o pagamento acertado com o governo brasileiro envolvia uma área de quinze quilômetros de largura ao longo da ferrovia. Seguiu-se, então, a expulsão dos posseiros que ali viviam, com a implantação local da maior empresa madeireira da América. Além disso, com o término do trecho ferroviário, cerca de sete mil trabalhadores que haviam se deslocado de outras regiões brasileiras foram abandonados no local, o que agravou ainda mais a situação. Sem poder retornar aos seus locais de origem, eles somaram-se aos desalojados de terras, e, assim, o protesto foi imediato.

O movimento foi liderado por “monges” (beatos) como Miguel Lucena (denominado José Maria, o “santo monge”), que fundou, em 1912, uma comunidade conhecida como **Monarquia Celeste**, a qual passou a reagir aos frequentes ataques das forças governamentais. O conflito durou até 1916,

Sertanejos do Contestado.

quando foi realizada uma investida final contra a massa camponesa rebelde, provocando a morte de centenas de revoltosos, além da dispersão da comunidade sobrevivente.



Bandeira da Monarquia Celeste.



Claro Jansson (Domínio público)



Autor desconhecido. In: O malho, Rio de Janeiro, ano IX, n. 429, 3 dez. 1910. (Domínio público)

Um dos movimentos sociais mais marcantes da história brasileira, a Revolta da Chibata, comandada pelo marinheiro negro João Cândido Felisberto, acabou com a chibata nos castigos corporais e introduziu melhores condições de vida a marinheiros do Brasil.

A Revolta da Chibata (1910)

Em 22 de novembro de 1910, o marinheiro Marcelino Rodrigues foi condenado a 250 chibatadas. Esse foi o estopim para a eclosão do movimento social que contou com a adesão dos marinheiros dos navios Minas Gerais, São Paulo, Deodoro e Bahia. A liderança coube a João Cândido Felisberto, Gregório Nascimento, André Avelino, Ricardo Freitas e Francisco Dias Martins.

Os rebeldes ameaçaram bombardear o Rio de Janeiro, exigindo da República o fim imediato dos castigos corporais na Armada e o aumento do soldo. As reivindicações foram atendidas, porém os participantes do movimento foram traídos pelo presidente Hermes da Fonseca, que, mesmo decretando anistia aos envolvidos, passou a persegui-los.

O movimento operário brasileiro nas primeiras décadas do século XX

As condições de vida dos trabalhadores fabris do Brasil eram lastimáveis, em especial a partir da aceleração industrial brasileira advinda como consequência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918): casas infestadas, falta de água, ausência de iluminação e rede de esgoto, baixos salários, inflação galopante, ausência de regulamentação mínima de trabalho, alta jornada diária, exploração em massa de mulheres e crianças nas fábricas, disciplina rigorosa no interior dos centros produtivos.

À medida que o processo de industrialização avançou em áreas como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, o antagonismo entre burguesia

e proletariado industrial tornou-se evidente. Os trabalhadores, influenciados pelos ideais e pela experiência de imigrantes estrangeiros, se organizaram em ligas ou associações de resistência, na luta por melhores condições. Como muitos dos estrangeiros provinham de regiões do sul do Velho Mundo, influenciadas por fortes ideias anarquistas e marxistas, tais ideologias prevaleceram sobre as lutas trabalhistas.

Em 1906, o I Congresso Operário Nacional foi realizado com a presença de associações, ligas, sindicatos e uniões operárias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Ceará e Pernambuco. Em 1908, instalou-se a Confederação Operária (COB) no Rio de Janeiro, representando dezenas de associações de trabalhadores de todo o país. Dezenas de jornais de trabalhadores foram criados entre 1910 e 1930.

Percebendo o perigo que a politização de trabalhadores representava à estabilidade produtiva, os sucessivos governos adotaram práticas repressivas. Já em 1904, foi aprovada a Lei de Expulsão de Estrangeiros (Lei Adolfo Gordo), que autorizava a expulsão do país de todo imigrante envolvido em movimentos sociais. O objetivo maior era o de atingir lideranças anarquistas, em grande parte italianas e espanholas.

Em julho de 1917, iniciou-se uma greve no setor têxtil da cidade de São Paulo, que logo teve a adesão de operários da cervejaria Antarctica. Não tardou para que medidas enérgicas fossem tomadas por parte das autoridades, que ordenavam que os soldados atirassem em manifestantes para evitar passeatas, bem como a prisão dos principais líderes do movimento, que, nesse mesmo ano, já passava a influenciar trabalhadores de outras unidades da federação.

A década de 1920 foi fortemente marcada pelas lutas operárias no Brasil. Os militantes foram influenciados por correntes ideológicas como o comunismo, o anarquismo e o anarcossindicalismo.

Os anarquistas propunham a ação consciente e particular por meio da união de produtores livres e independentes, condenando todas as formas de poder, como o ideológico, o econômico e o político, combatendo as ideias de governo, autoridade, chefia e subordinação a um Estado.

Nos anos iniciais do século XX, o sindicalismo brasileiro foi precursor da organização operária, embora mostrando instabilidades, o que gerou certa aflição à burguesia industrial nascente, advinda das oligarquias agrícolas conservadoras.

Por propor uma prática política com objetivos mais amplos e imediatos (como salários mais justos), o anarcossindicalismo se apresentava mais agregador do que o anarquismo, debatedor constante do sindicalismo. Porém, as duas correntes identificavam com clareza os inimigos da sociedade: as classes dominantes e o Estado.

A concretização da Revolução Russa de 1917 trouxe também a força de novas orientações à luta trabalhista no mundo; no Brasil, tais influências ganharam impulso principalmente entre 1919 e 1922, com muitos líderes anarquistas e anarcossindicalistas migrando para o comunismo. As ações contínuas de repressão à organização dos sindicatos de trabalhadores brasileiros (tais como prisões e deportações de líderes), associadas às dissidências de lideranças, apontavam o cenário do movimento operário nacional no ano de 1921: desarticulação (para não dizer desorganização). A fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, as-

sociada à decadência do anarquismo e do anarcossindicalismo enquanto forças influenciadoras da organização dos trabalhadores do país, trouxe ao movimento operário novas inspirações, dessa vez marxistas e orientadas à práxis. E foram exatamente esses novos estímulos que nortearam a luta sindical brasileira a partir de então, ao menos até a Revolução de 1930.

A Semana de Arte Moderna (1922)

Como reflexo das transformações nacionais e sociais e da urbanização acelerada, no campo das artes, intelectuais, pintores, poetas, músicos e romancistas realizaram a Semana de Arte Moderna, marco na história cultural nacional. Com inspiração nas vanguardas europeias, o movimento chocou a mentalidade conservadora da época e ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo, entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922. Participaram do evento nomes como Mário de Andrade, Afonso Schmidt, Menotti Del Picchia, Di Cavalcanti, Oswald de Andrade, Graça Aranha, Villa-Lobos, Anita Malfatti, entre outros.

Os modernistas ensaiaram uma crítica de forma radical ao nosso passado intelectual, propondo que o Brasil se inteirasse do novo momento cultural europeu e das suas próprias transformações. Dessa forma, a arte e a literatura nacionais incorporaram as vanguardas europeias, mesclando-as à cultura brasileira, no que foi chamado, por Oswald de Andrade, de Movimento Antropofágico.

Os idealizadores do movimento foram insultados pelo público presente. Mas os padrões artísticos brasileiros, a partir de então, não seriam mais os mesmos, já que hábitos e padrões culturais da sociedade tradicional foram feridos.

As más condições de trabalho levaram trabalhadores das nascentes fábricas brasileiras aos movimentos grevistas. Foi a forma encontrada para uma maior justiça social enquanto o país se industrializava.





Programa da Semana de Arte Moderna de 1922. O evento evocou a necessidade de abasileiramento da língua nacional e a mudança de hábitos e modelos culturais.

PONTO DE CONEXÃO

Veja, em Literatura, os principais autores da primeira geração modernista, bem como seu contexto histórico. Você perceberá a importância da Semana de 1922 na edificação de uma cultura nacional, moderna, vanguardista e antropofágica.

O tenentismo

A Primeira República, ou República Velha (1889-1930), apresentava vícios como corrupção, uso da máquina governamental, violência e defesa de interesses de uma minoria. O Brasil se urbanizava, modificando-se, principalmente, a partir de 1914. Surgiam as primeiras indústrias, mas as oligarquias cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais continuavam a agir sem considerar essas transformações.

Nessas condições, o movimento tenentista, expressando o descontentamento de parcelas significativas da sociedade brasileira, passou a propor a moralização dos costumes políticos a partir da instituição do voto secreto e de um menor favorecimento às oligarquias regionais; além disso, pedia também a uniformização do sistema tributário e da legislação. No entanto, sua visão elitista, militarista e autoritária foi vista com reserva pelas classes médias urbanas e populares.

Na luta pela mudança dos rumos da política nacional, o movimento tenentista foi caracterizado por ações duras que marcaram a história brasileira: em 1922, a baixa oficialidade promoveu, no Rio de Janeiro, o chamado Movimento do Forte de Copacabana; a seguir, houve a promoção da Revolução de 1924 em São Paulo, quando, apoiados por sindicatos operários e outros setores sociais, os rebeldes dominaram a capital paulista e expulsaram o Governador Carlos de Campos (a reação governamental retomou o controle sobre a cidade). No Rio Grande do Sul, emergiu a Coluna Prestes, liderada

por Luís Carlos Prestes (e que ganhou forças tenentistas paulistas). O movimento percorreu, entre 27 de abril de 1925 e 4 de fevereiro de 1927, cerca de vinte e quatro mil quilômetros pelo território brasileiro e objetivava despertar nas populações do interior do Brasil a vontade e a consciência da necessidade de destruir o poder político estabelecido.



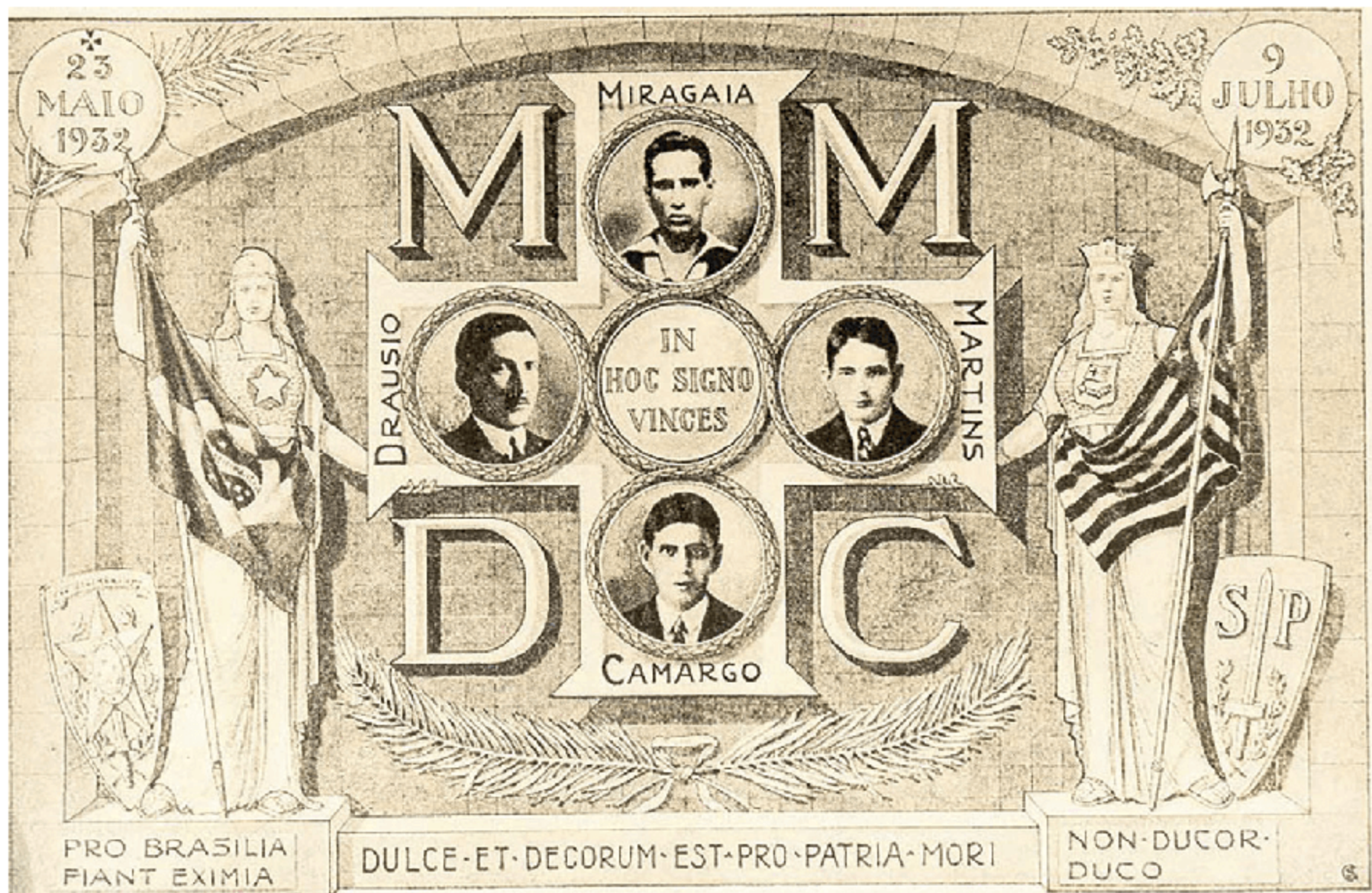
A Coluna Prestes percorreu o interior brasileiro por dois anos e meio. Perseguidos implacavelmente pelo governo oligárquico, seus remanescentes refugiaram-se na Bolívia em 1927, após percorrerem 24 mil quilômetros pelo Brasil.

Revolução Constitucionalista de 1932

A Primeira República chegou ao fim com a chamada Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas, que comandou, com lideranças de outras oligarquias, o golpe que depôs o presidente paulista Washington Luís e impediu a posse do presidente eleito, o também paulista Júlio Prestes. A partir de então, pelos quinze anos seguintes, o Brasil seria dominado pela figura de Getúlio Dorneles Vargas, gaúcho avesso às urnas e lembrado como o homem que nacionalizou o trabalho, instituiu o salário mínimo, criou a Justiça Trabalhista e a Consolidação das Leis do Trabalho (1943), mas também aquele que instaurou a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e simpatizava com os países fascistas do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial.

A figura de Getúlio Vargas nunca será uma unanimidade entre historiadores e cientistas políticos. Ao longo de sua carreira política, ele fez uso de uma manifestação revolucionária e de sua figura personalista e autoritária para construir seu projeto pessoal de poder, não sem reações.

As primeiras mostras de descontentamento com Getúlio vieram de São Paulo, onde, em 25 de janeiro de 1932, uma concentração de cerca de cem mil pessoas reivindicou a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a autonomia dos Estados, questionando até quando iria a provisoriedade de Vargas.



Postal em homenagem aos mártires da Revolução de 1932: Miragaia, Martins, Drausio e Camargo.

Getúlio não ouviu os clamores do Estado, que se sentia violado, destituído de reconhecimento e desprezado em suas intenções. O 23 de maio foi a gota-d'água, pois ficou marcado pela morte de quatro estudantes – e um quinto que, gravemente ferido, faleceu dias após – em um protesto contra o governo: Miragaia, Martins, Drausio e Camargo (MMDC) tornaram-se mártires do movimento.

Assim, em 9 de julho de 1932, empurrada pela oligarquia cafeeira paulista, teve início a chamada Revolução Constitucionalista, que duraria menos de três meses, mas que se tornou a maior mobilização militar ocorrida no Brasil, matando cerca de novecentas pessoas e com envolvimento direto de mais de cem mil combatentes.

São Paulo foi cenário de violentos conflitos. Cidades inteiras foram abandonadas por seus moradores, e os saques tornaram-se práticas comuns. Aviões usados para bombardeios feriram, mutilaram e mataram. A brutalidade das tropas federais durante o processo de lutas não desanimou paulistas de toda ordem: anônimos, desempregados, comerciantes, funcionários públicos, todos dispostos a combater o governo de Getúlio Vargas.



Cartaz convocando mulheres paulistas a participarem da luta contra o Governo Federal, durante a Revolução de 1932.



Pelo retorno ao estado de direito, São Paulo insuflou-se contra o governo de Getúlio Vargas em 1932 (na foto, ele aparece no centro, como líder da revolução de 1930, que derrubou o domínio da oligarquia cafeeira de São Paulo e Minas Gerais na política federal).

Os objetivos dos paulistas com o movimento eram: a reconquista da autonomia, a realização de eleições nacionais para a formação de uma assembleia constituinte e o respeito do novo líder. O fato é que, sem a marca histórica dessa revolução, o Brasil e o Estado de São Paulo não seriam o que são hoje.

Atualmente, no dia 9 de julho, celebra-se o aniversário da Revolução Constitucionalista.

As Ligas Camponesas

Os problemas fundiários e as desigualdades decorrentes estão presentes desde a colonização do Brasil.

Surgidas no Estado de Pernambuco, em 1954, como organizações de luta no campo promovidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), as Ligas Camponesas proliferaram pelo país. Tinham como projeto a reforma agrária e a distribuição de terras como forma de combater as desigualdades sociais. O advogado Francisco Julião tornou-se o líder e defensor da Liga Camponesa do Brasil.

Sob influência desse movimento social, o Presidente João Goulart (1961-1964) tentou uma tímida reforma agrária. Antes de implantá-la, foi derrubado pelo golpe político que instituiu o regime militar (1964-1985).

Movimentos contrários à contrarrevolução de 1964

O movimento militar ocorrido em 1964, que depôs o presidente João Goulart, teve como objetivo impedir o avanço dos movimentos sociais de massa, no meio rural e urbano, que pediam melhoria nas condições de vida. Protegia, assim, os interesses dos grandes proprietários de terra, dos banqueiros, de industriais e das classes sociais mais abastadas que se sentiam ameaçadas pelas reformas propostas pelo governo populista de Jango.

O arsenal ideológico da Revolução de 1964 foi a Guerra Fria entre os EUA e a então União Soviética, pois temia-se o avanço do socialismo na América Latina, deflagrado com a Revolução Cubana, em 1959 – que depois recebeu amplo apoio da URSS. No Brasil, o golpe recebeu apoio tácito dos Estados Unidos por meio da operação Brother Sam.

A partir de 1964, por meio do regime militar imposto, o Brasil teve o cotidiano dos cidadãos alterado: violação das liberdades públicas, coibição às manifestações estudantis, torturas, exílios, assassinatos, prisões e banimento de cidadãos. Com isso, houve a reação de movimentos contrários ao regime imposto.

Nesse ambiente de desenvolvimento do Estado autoritário, ampliou-se a oposição ao governo, especialmente no ano de 1968, devido aos fatos ocorridos na Europa e nos EUA, como a luta em favor dos direitos civis, a objeção à Guerra do Vietnã e aos sistemas autoritários, entre outros.

A primeira tentativa de formar um movimento social guerrilheiro na zona rural surgiu da iniciativa de quatorze ativistas ligados ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que se estabeleceu na Serra de Caparaó, entre Minas Gerais e Espírito Santo. O objetivo era minar o regime militar, porém, após cerca de cinco meses de permanência no local, o destacamento guerrilheiro foi derrotado por um grandioso contingente de policiais e soldados do Exército e da Aeronáutica brasileira.

Em sentido contrário, organizações paramilitares como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) atacavam com bombas as sedes da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação Brasileira de Imprensa, além de invadir teatros e espancar artistas. O objetivo era enfraquecer e intimidar movimentos contrários ao golpe militar.

Em março de 1968, durante uma manifestação de estudantes na cidade do Rio de Janeiro, o estudante Edson Luís foi assassinado pela polícia. O episódio comoveu a sociedade brasileira, em especial artistas e estudantes, provocando a organização de várias passeatas nas principais capitais do país, além da famosa **passeata dos cem mil**, realizada no Rio de Janeiro, que pedia o fim do regime militar.

Mesmo com o endurecimento do regime por meio da regulamentação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), as reações contrárias continuaram. Em setembro de 1969, um episódio desestabilizou os quartéis: em uma das ruas da cidade do Rio de Janeiro, um comando integrado por militantes da **Ação Libertadora Nacional (ALN)**, dirigida por Carlos Marighella, e do **Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)** sequestrou Charles Burke Elbrick, embaixador norte-americano no Brasil. Em troca da liberdade do diplomata, os sequestradores exigiram a liberdade de mais de uma dezena de presos políticos e a divulgação, em todos os meios de comunicação, de um manifesto contra o regime militar. As exigências do movimento foram atendidas.

Durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici, entre os anos 1969 e 1974, o regime atingiu o auge da violação dos direitos civis e humanos, procurando coibir todo e qualquer movimento social com interesses políticos. Além da censura e da repressão, a exaltação dos feitos do governo e do esporte, como a conquista da Copa do Mundo de Futebol em 1970, serviram para encobrir as dificuldades econômicas do regime.

O esgotamento do regime a partir de 1973 fez com que os dois últimos governos militares (Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo) iniciassem o processo de abertura política, preparando o terreno para a volta da democracia no país. Em maio de 1978, por exemplo, movimentos sociais de trabalhadores do ABC paulista passaram a contestar o regime com greves por aumentos salariais, desafiando a política de arrocho praticada pelo governo. Sob a liderança de Luís Inácio “Lula” da Silva, presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo (SP), as manifestações espalharam-se por montadoras de automóveis da região e impulsionaram greves de trabalhadores de outros setores por todo o país, na cidade e no campo. O governo vigente não conseguiu reprimi-los. Em 1979, as greves generalizadas mobilizaram cerca de três milhões de operários; em abril de 1980, as greves continuavam a eclodir. Em resposta, o governo recorreu ao emprego da violência para reprimir os movimentos, mas essa postura pouco adiantou: estava claro que prisões como a de Luís Inácio da Silva não tiveram o efeito de reprimir o movimento. Os trabalhadores lideravam a pressão pelo fim da ditadura.

Em 1984, a partir da saída iminente dos militares da cena política, irrompeu um dos maiores movimentos sociais da história recente brasileira: o das **Diretas Já** – atualmente, essa mobilização foi superada pelas Jornadas de Junho de 2013, que chegaram a reunir mais de 1 milhão de pessoas no auge dos protestos.

Diretas já!

Em 1984, com o processo de abertura democrática em consolidação, forças populares passaram a forçar a aprovação da emenda Dante de Oliveira (deputado federal do PMDB), que pedia a instituição de eleições diretas imediatas para a presidência da República.

O recém-surgido Partido dos Trabalhadores (PT) tomou a iniciativa: em novembro de 1983, reuniu cerca de dez mil pessoas em São Paulo. A partir daí, multidões cada vez mais numerosas passaram a se concentrar nas grandes cidades brasileiras, em comícios que contavam com a presença de líderes como Leonel Brizola, Lula, Ulysses Guimarães, Miguel Arraes, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso e artistas e apresentadores como Fafá de Belém e Osmar Santos.

O ano de 1984 foi tomado por manifestações que forçavam os parlamentares brasileiros a aprovarem a proposta de Dante de Oliveira. Após uma longa sessão no Congresso, no dia 25 de abril, com plenário e galerias lotadas, a frustração: a emenda das Diretas foi rejeitada por uma diferença de vinte e dois votos.

No entanto, a indicação de Tancredo Neves (eleito presidente), tendo José Sarney como vice, para a chapa contra Paulo Maluf (da Arena - Aliança da Renovação Nacional), pelas eleições indiretas do Colégio Eleitoral, abria caminho para o fim do regime militar.



Imo Cebay/Coleção Abril/Latinstock

Assembleia dos metalúrgicos do ABC, em 1 de maio de 1980. As forças sociais alternavam-se e os trabalhadores desafiavam com reivindicações e paralisações na produção o regime ditatorial militar.



White House Photo Office Collection (Nixon Administration)/The National Archives and Records Administration

Na foto: Emilio G. Médici e Richard M. Nixon. O regime militar brasileiro fez uso de campanhas ufanistas em busca do esvaziamento de movimentos contrários ao Estado autoritário. Durante o governo Médici, o país viveu o auge da repressão do regime e a conquista da Copa do Mundo de 1970 foi utilizada como propaganda.



Arquivo/Abr

Por meio do movimento das Diretas Já, manifestações populares passaram a exigir a eleição para presidência pelo voto direto. Entretanto, para frustração dos brasileiros, a Emenda Dante de Oliveira não foi aprovada.

O movimento dos caras pintadas

Eleito em 1989, após as primeiras eleições diretas presidenciais pós-governo militar, Fernando Collor de Mello assumiu o mandato em 1990. Em seu governo foi lançado o **Plano Brasil Novo** (Plano Collor), que, inicialmente, reduziu as taxas inflacionárias significativamente. Porém, após dez meses, tal plano revelou-se um fracasso, trazendo graves danos à economia e à população brasileira, que se submeteu ao confisco da poupança e a arrochos salariais. Ao mesmo tempo que se agravavam os problemas econômicos, o governo Collor passou a ser alvo de denúncias de corrupção e incapacidade administrativa, provocando o isolamento político do presidente. Paralelamente, frequentes escândalos administrativo-financeiros se proliferaram.

Em maio de 1992, em uma entrevista à revista *Veja*, Pedro Collor, irmão do presidente, denunciou à nação que o amigo íntimo e tesoureiro de campanha de Fernando Collor, Paulo César Farias (PC Farias), estava envolvido em um amplo esquema de corrupção, com conivência do presidente. Instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para a apuração das denúncias, ficou evidente que não se tratava apenas de uma briga familiar: PC Farias bancava os gastos pessoais do presidente e de sua família e postava-se como intermediário de grandes negócios entre empreiteiras e o governo.

Conforme as denúncias eram investigadas e a rede de corrupção comprovada, entidades da sociedade civil, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (CABI) e vários sindicatos, passaram a mobilizar a população. Manifestações de rua e comícios passaram a exigir a cassação do mandato de Fernando Collor.

Incentivados por órgãos de imprensa, estudantes fizeram passeatas pelas ruas e avenidas dos principais centros urbanos do país, pintando o rosto com uma pequena faixa verde e amarela. Era o movimento dos “caras pintadas”, como ficou popularmente conhecido. O movimento estudantil parecia renascer, mas foi apenas um espasmo. No entanto, serviu para a derrubada do presidente Collor por meio do *impeachment*.

Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida

O governo do Presidente Itamar Franco iniciou-se com o afastamento do Presidente Collor, em 1992. Nesse mesmo ano, o Partido dos Trabalhadores propôs estratégias ao Governo Federal para o combate à fome e à miséria no país. O novo chefe de Estado e de governo brasileiro acolheu as propostas e convidou o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, para a coordenação de um programa voltado a esse fim.

A partir de 1993, Betinho já conseguira envolver várias entidades da sociedade civil como a OAB, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre outras, no programa intitulado **Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida (ACCMV)**. O objetivo básico desse movimento social era conscientizar os brasileiros de que a fome e as injustiças sociais não podem ser vistas como fenômenos naturais, incentivando a solidariedade para a erradicação dos graves problemas sociais.

A **ACCMV** teve por base de atuação o *Mapa da fome*, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (IPEA), que identificou as regiões mais miseráveis do país. Espetáculos artísticos foram promovidos com o fim de arrecadar alimentos e esclarecer que o problema da fome deveria



Jovens exigiam o *impeachment* do Presidente Fernando Collor (1992).

Arquivo/Abbr

ser combatido por todos, independentemente das ações do Estado. Dessa forma, comitês da **ACCMV** passaram a ser montados em todo o Brasil.



Herbert de Souza (1935-1997), o Betinho, coordenador da ACCMV.

Movimentos sociais: novos e contemporâneos

Atualmente, proliferam-se movimentos sociais, em especial urbanos. Eles apresentam vários tipos de reivindicação, como a melhoria do ensino público, a defesa do meio ambiente, o fim das tarifas no transporte urbano, o reconhecimento dos direitos das minorias, a efetivação da reforma agrária e o combate à violência.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu em 1979 a partir de trabalhadores rurais do Estado de Santa Catarina, com incentivo da Igreja Católica.

A partir da década de 1980, o MST ganhou projeção nacional ao obter o apoio do nascente Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Na década de 1990, a organização do movimento tornou-se ainda mais expressiva, o que lhe permitiu pressionar o Governo Federal pela tão sonhada reforma agrária no país. Marchas, ocupações de praças de pedágio, invasões de prédios públicos e de propriedades rurais passaram a fazer parte das táticas do MST na busca do seu objetivo principal.



Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr

No conflito pela posse de terra, o MST promove ocupações, sobretudo de áreas improdutivas.



Vilher Campanato/ABr

A dificuldade de solucionar o problema da moradia nas áreas urbanas e em seu entorno tem gerado inúmeros conflitos. A invasão de áreas ociosas pelo movimento dos sem-teto é uma forma de pressionar o governo e a sociedade.

Em 1985, durante o governo José Sarney (1985-1990), foi fundada a União Democrática Ruralista (UDR). Sua intenção inicial era criar obstáculos para a implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha como objetivo maior atender ao assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. As ações da UDR dificultaram os planos da União, que, ao final do mandato de José Sarney, assentara pouco mais de oitenta mil famílias.

Embora setores da imprensa e proprietários de terras não admitam as ações organizadas pelo movimento dos sem-terra, é fato que o problema agrário e agrícola do Brasil é histórico.

Movimento dos sem-teto

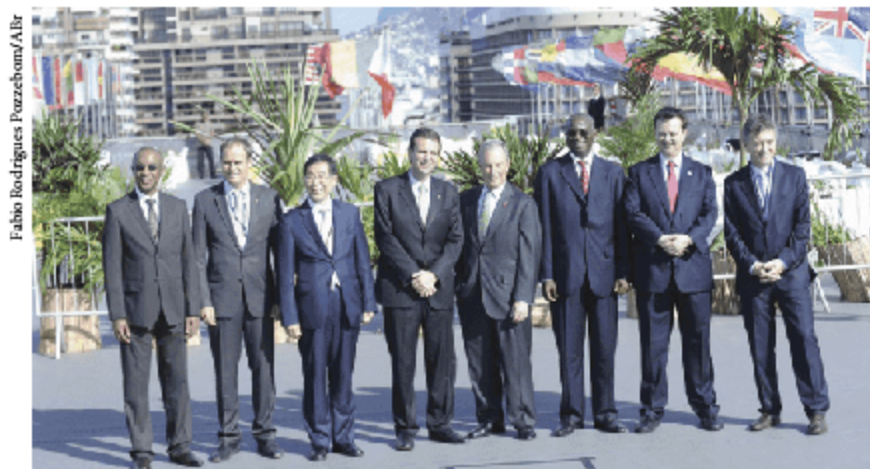
A ausência de uma política agrícola e agrária efetiva no Brasil, associada a um crescimento demográfico acelerado entre as décadas de 1950 e 1970, provocou mais um problema crônico: a falta de espaço nos grandes centros urbanos para habitações, além do encarecimento do preço dos imóveis, ocorrido por intensa especulação imobiliária.

A partir da década de 1970, diversos grupos organizaram-se e ocuparam áreas urbanas com posterior pressão para a regularização das áreas invadidas. As ocupações eram constantes, obrigando as forças do Estado a desalojarem os invasores ou regulamentar a posse. No caso da regulamentação da posse, a luta dos ocupantes de terrenos públicos ou particulares era pressionar os órgãos governamentais a doarem materiais para a construção de moradias, com a supervisão técnica necessária. Assim, inúmeras favelas têm recebido apoio logístico de infraestrutura (energia elétrica, asfalto, serviços de saneamento básico, entre outros).

Atualmente, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), surgido em 1997, a partir do MST, é um dos grupos mais ativos, empenhado na realização de uma reforma urbana mais justa, realizando ocupações de prédios e terrenos ociosos em vários municípios de diferentes estados brasileiros.

Movimentos ecológicos

O capitalismo industrial e a busca pelo enriquecimento rápido são os maiores causadores da degradação ambiental. Nesse contexto, alguns movimentos em defesa do meio ambiente e da sustentabilidade, surgidos a partir dos anos de 1970, têm proliferado por meio das Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPIs). A pressão desses movimentos têm trazido alguns avanços para a questão.



Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr

Encontro de prefeitos de várias cidades durante a última Rio+20: na contramão da globalização capitalista e predatória, a natureza clama por proteção.

Nesse sentido, foi realizada no Brasil a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a chamada Eco-92 (Rio-92). Dessa conferência, que reuniu mais de três mil ONGs e cerca de cento e setenta delegações do planeta, saíram compromissos e documentos, tais como a **Carta da Terra** e a **Agenda 21**. Pela Carta da Terra, ficaram declarados os princípios básicos relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Já a Agenda 21 foi uma série de compromissos de tratados governamentais em relação ao conjunto de medidas políticas voltadas para a proteção do meio ambiente.

A partir da ação de movimentos sociais organizados, muitos países de economia altamente desenvolvida têm sido pressionados a assinarem o **Protocolo de Kyoto**, que coíbe a emissão de poluentes e gases como dióxido de carbono (CO₂) causadores do aquecimento global, e a adotarem uma política de **desenvolvimento sustentável** (estilo de exploração fundamentado na harmonia com a natureza, na limitação do uso dos recursos naturais e na conciliação do desenvolvimento com a preservação ambiental).

As redes sociais, as Jornadas de Junho de 2013 e o Movimento Passe Livre

Em junho de 2013, diversas manifestações populares tomaram as ruas de muitas capitais e grandes cidades brasileiras. A situação começou com a notícia do aumento de 20 centavos na tarifa do transporte público na cidade de São Paulo, que custava R\$ 3,00. A intensa repressão policial sofrida pelo movimento durante as manifestações repercutiu na população. Com isso, o movimento cresceu e ganhou grandes proporções, até inesperadas.

Aconteceram variadas reivindicações, com destaque para as críticas à precariedade dos serviços públicos, como transporte, saúde e educação. Junto com as manifestações, houve a forte repressão policial e a tentativa, por parte de políticos, de conter a violência e coibir os atos de protesto com medidas severas, recorrendo à Lei de Segurança Nacional, ao Estado de exceção e às novas leis, associando o terrorismo, por exemplo, a quem participasse das passeatas. Mesmo assim, as manifestações continuaram, fecharam-se vias públicas e alguns protestos terminaram em vandalismo e confronto com a polícia, a cargo de manifestantes adeptos das táticas *black bloc*.

O Movimento Passe Livre (MPL) – organização autônoma, independente e apartidária, que prega a gratuidade do transporte público – liderou os protestos e tratou de organizá-los, convocando a cada dia um maior número de cidadãos por meio das redes sociais.

Em muitos casos, por suas dimensões, as manifestações lembraram as de 1968 e refletiram outros movimentos que ocorriam ao redor do mundo, como o Occupy Wall Street, os Indignados espanhóis e a Primavera Árabe. Como legado, esses protestos reacenderam na sociedade a percepção de que sua mobilização pode gerar resultados, além de demonstrar a capacidade de articulação e de engajamento da população por meio das redes sociais para se unirem ao movimento.

Nesses protestos, os questionamentos sobre políticas públicas, especialmente na área de mobilidade urbana, pareciam ter mais visibilidade. Cada cidadão, graças ao alcance das redes sociais, parecia ter assumido o poder de agente mobilizador, típico dos movimentos de massa.

Nesse contexto, outros movimentos sociais com histórico de lutas por direitos aproveitaram o impulso das manifestações de 2013 e a atenção interna sobre os gastos com a Copa do Mundo de 2014 para reforçar demandas antigas, como a greve dos professores no Rio de Janeiro, as marchas do MTST e as greves dos rodoviários e metroviários em diversas cidades. Tudo isso foi possível graças ao Estado de direito estabelecido a partir da Constituição de 1988, que, democrática e cidadã, garantiu à população brasileira direitos sociais e políticos e a liberdade de manifestação em vias públicas, apesar de o Estado brasileiro como um todo demonstrar-se incapaz de assegurar as demandas sociais de forma justa e digna para toda a população ou ainda ser acusado de reprimir com violência muitas dessas manifestações.

Atenção!

Ratificado em 15 de março de 1998, o Protocolo de Kyoto é um instrumento internacional, um compromisso firmado entre nações, que visa reduzir as emissões de gases poluentes, responsáveis pelo agravamento do efeito estufa e pelo aquecimento global. O Protocolo de Kyoto entrou oficialmente em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005, após ter sido discutido e negociado em 1997, na cidade de Kyoto (Japão). O Protocolo ainda está em vigor, pois houve o estabelecimento de novas metas, que deverão ser alcançadas até 2020. No entanto, até o começo de 2015, apenas 23 países tinham aderido aos novos objetivos do acordo. Países industrializados ou poluidores, como a China, a Rússia e os Estados Unidos, ainda não ratificaram o acordo, embora alguns estados norte-americanos tenham suas metas específicas para redução da emissão de poluentes. Em dezembro de 2015, durante a COP 21, 195 países assinaram o Acordo de Paris, que prevê esforços conjuntos para limitar a emissão de poluentes e diminuir o aquecimento global, o que representou um avanço em relação ao Protocolo de Kyoto.



Contexto social

A utilização das redes sociais nos movimentos sociais

A criatividade no uso das novas tecnologias não para de progredir e de gerar uma realidade ainda incompreendida. É o caso dos novos movimentos sociais que surgem ao redor do mundo. Alguns deles são iniciados despreziosamente, como uma brincadeira nas redes sociais, podendo prosperar ou não. Há os que defendem causas importantes, por exemplo, melhorias dos serviços públicos; por outro lado, existem também aqueles que apresentam causas banais. Para alguns teóricos, as causas lançadas nas redes sociais não fazem parte de um movimento social, uma vez que, teoricamente, um movimento social necessita de projeto, ideologia e organização. Trata-se, portanto, de um engajamento articulado.

Os novos movimentos sociais têm usado as redes sociais como ferramenta essencial para suas mobilizações, convocando protestos e agregando pessoas, grupos e multidões com iniciativas em comum, como o que houve em relação à Primavera Árabe (2010), ao Occupy Wall Street (2011), à mobilização estudantil no Chile (2011), às manifestações das Jornadas de Junho no Brasil (2013) etc.

Nas redes sociais, além dos protestos e manifestações, há também iniciativas de auxílio, financiamento coletivo, incentivo, fomento às artes e ao desenvolvimento tecnológico. Como exemplo, é possível citar um *site* norte-americano que permite a qualquer indivíduo inscrever projetos (um musical, um espetáculo de dança, uma exposição de fotografias, uma invenção, um novo *software*, entre outros). Caso aprovada, a ideia fica aberta para investimentos.

PARA PRATICAR

1 Leia o fragmento de texto a seguir:

Vamos considerar, portanto, movimento social um empreendimento coletivo de protesto e de contestação que visa impor mudanças, de importância variável, na estrutura social e/ou política [...].

CHAZEL, François. "Movimentos sociais". In: BOUDON, Raymond. *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 291.

Nem sempre confrontos com as instituições policiais devem ser considerados como movimentos sociais. Considerando os elementos que os caracterizam e de acordo com o trecho apresentado, pode-se afirmar que um movimento social:

- A** constitui-se de uma ação coletiva, envolvendo indivíduos que comungam de interesse e pretensão similares.
- B** para caracterizar-se como tal, necessita de projeto e organização, mesmo que não tenha uma ideologia definida.
- C** apresenta, após seu término, obrigatoriamente, concessões das partes envolvidas – reivindicadores e reivindicados.
- D** prescinde de projeto, caracterizando-se como tal por apresentar protestos e manifestações de rua de caráter próprio.
- E** envolve conotações individuais, que devem prevalecer sobre os interesses coletivos envolvidos em sua organização.

2 (Puccamp) Leia os versos do folheto de cordel.

*Além de tudo o patrão
Não deixa o pobre criar
Uma cabrinha leiteira
Para os filhos sustentar
Quer criar ele não deixa
Pede leite ele não dá
Se o camponês discordar
Dessa vida desgraçada
Vê do dia para a noite
Sua casa destelhada
Seus troços jogados fora
E a lavoura arrancada.*

*Uni-vos homens do campo
Na vossa associação
Até conseguir um dia
Completa libertação
Ela está dependendo
Da vossa organização...*

Os versos do folheto de cordel, inspirado na vida de Francisco Julião, revelam as tensões sociais no campo no Nordeste brasileiro, no final da década de 1950. As ideias contidas nos versos deram origem à formação

- A** do Movimento dos Sem-Teto, que propunham aos camponeses o êxodo para as cidades.
- B** do Partido dos Trabalhadores, que lutava pela reforma agrária e pela construção de casas populares.
- C** do Partido Trabalhista Brasileiro, cuja reivindicação central era a defesa de uma reforma agrária.
- D** das Ligas Camponesas, que tinham como objetivo a luta dos trabalhadores pela posse da terra.
- E** da União Democrática Ruralista, que mobilizava os camponeses contra os latifundiários.

3 Os versos da questão anterior sugerem também a organização de um movimento social que envolve as questões agrárias e incentiva a mobilização. Com relação aos movimentos sociais, podemos afirmar que:

- A** se trata de ações coletivas que objetivam alcançar aspirações individuais.
- B** apresentam, obrigatoriamente, confronto com o Estado, já que desejam mudar algum aspecto da realidade.
- C** evidenciam conflitos por visarem à mudança de algum aspecto da vida social.
- D** reivindicam melhorias em espaços rurais, sem, no entanto, exigir mudanças estruturais.
- E** fortalecem o conceito de cidadania ao se caracterizarem como movimentos humanitários e assistencialistas.

4 No ano de 1984, o movimento Diretas Já promoveu no Brasil uma intensa mobilização popular a favor da Emenda Dante de Oliveira, que propunha a volta das eleições diretas para presidente. Pode-se afirmar que, inicialmente, essa mobilização popular resultou na(o):

- A** revogação dos atos de exceção herdados do regime militar, com o prolongamento da ditadura.
- B** eleição de um governo popular e democrático liderado por Fernando Collor, com desagregação partidária.
- C** eleição direta de José Sarney à presidência da República, o primeiro eleito após trinta anos de regime militar.
- D** eleição indireta do candidato opositor, Tancredo Neves, após derrota da emenda.
- E** lançamento da anticandidatura de Euller Bentes Monteiro e na convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

5 Leia os textos a seguir.**Texto I**
Roda Viva

[...]

*A gente vai contra a corrente**Até não poder resistir**Na volta do barco é que sente**O quanto deixou de cumprir*

[...]

HOLLANDA, Chico Buarque de. Intérprete: _____. In: *Chico Buarque de Hollanda*: v. 3. [s.l.]: RGE, 1968. Faixa 6.**Texto II**

A nossa estética é de reação. Como tal, é guerreira. O termo futurista, com que erradamente a etiquetaram, aceitamo-lo porque era um cartel de desafio.

AMARAL, Aracy. *Artes plásticas na semana de 22*. 5 ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 275.

Com base nos textos, é correto afirmar que:

- A** ao longo da história brasileira, o protesto de intelectuais brasileiros não foi algo comum.
- B** ambos os textos apresentados fazem referência ao mesmo período da história brasileira: o pós-1964.
- C** o engajamento e o protesto contra a situação vigente caracterizaram as vanguardas intelectuais brasileiras no século XX.
- D** sempre houve reação das camadas mais populares do Brasil às imposições político-culturais estabelecidas.
- E** a contestação à ordem estabelecida tornou-se corriqueira apenas durante o período do regime militar, que se deu de 1964 a 1985.

6 Entre os novos movimentos sociais, incluem-se os movimentos ecológicos em defesa do uso controlado e equilibrado dos recursos naturais do planeta. Por ocasião da Eco-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, Severn Cullis-Suzuki, então com 12 anos, transformou-se em um símbolo pela luta ambiental ao afirmar em seu discurso: "Vocês não sabem como ressuscitar um animal extinto. [...]. Se vocês não sabem como recuperar, parem de destruir."

Entre as características dos chamados "novos movimentos sociais", como os ecológicos, podemos afirmar que:

- A** atuam sob a tutela do Estado, mesmo dependendo dessa instituição para serem promovidos e obterem projeção.
- B** se desenvolvem a partir das contradições do sistema capitalista e das transformações trazidas pela globalização contemporânea.

- C** são reduzidos a objetivos estritamente econômicos, não visam alcançar modificações culturais e novas posturas sociais.
- D** apesar de desenvolverem o conceito de cidadania, restringem a participação de alguns setores da sociedade afetados pelas solicitações.
- E** objetivam a conquista do poder político por meio da luta armada e da utilização de ideais socialistas e anarquistas.

7 (UFPA) Os chamados "novos movimentos sociais" se diferenciam daqueles denominados como "tradicionais ou clássicos". Sobre esses movimentos, é correto afirmar

- A** os novos movimentos sociais surgiram no contexto europeu do período pós-guerra e se expandiram nas lutas operárias europeias do capitalismo comercial norte-americano.
- B** entre os novos movimentos sociais clássicos identifica-se o movimento feminista, que surgiu no século XIX, a partir da luta das mulheres pelo direito ao voto e à participação política parlamentar.
- C** uma das características dos novos movimentos sociais é o fato de esses serem causados pelos paradoxos e contradições existentes no capitalismo comercial e industrial.
- D** os novos movimentos sociais tornaram-se espaço de manifestação e reivindicação de vários segmentos e classes sociais, desde a segunda metade do século XX.
- E** os participantes dos movimentos sociais tradicionais objetivavam a conquista do poder político por meio da luta armada, enquanto os novos movimentos sociais utilizam a paz armada como estratégia para essa conquista.

8*Num tempo**Página infeliz da nossa**história**Passagem desbotada na**memória*

[...]

HOLLANDA, Chico Buarque de. HIME, Francis. "Vai passar". In: *Chico Buarque*, 1984.

Os versos de Chico Buarque de Hollanda e Francis Hime foram lançados em 1984, por ocasião do processo de abertura política durante o governo João Figueiredo (1979-1985).

Sobre o período do regime militar estabelecido no Brasil (1964-1985), podemos afirmar corretamente que:

- A** o crescimento econômico, sob a égide das multinacionais, elevou o PIB brasileiro, porém diminuiu a renda *per capita*, sendo essa riqueza apropriada pelos diversos segmentos sociais da época.
- B** os estudantes tiveram liberdade de manifestação política no interior das escolas, sendo o movimento sindical, por outro lado, duramente reprimido.
- C** a imprensa e as artes sofreram rigorosa censura, o que impedia a livre circulação de informações e cerceava as manifestações culturais.
- D** os direitos trabalhistas foram preservados, pois o regime considerava que as conquistas desse segmento social tinham caráter histórico concreto e absoluto.
- E** houve o estabelecimento de limites à atuação do Legislativo, porém, ao longo de todo o período, o Congresso foi mantido em funcionamento.

9 (Fatec 2010) Considere a foto a seguir, que é uma referência da história política do Brasil da década de 80, para responder à questão.



Comício na Praça da Sé – 1984.

Os comícios que atraíram milhares de pessoas em todo o país eram realizados em defesa

- A** da anistia aos exilados políticos.
- B** das greves dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo.
- C** das eleições diretas para presidente.
- D** da permanência dos militares no poder.
- E** de uma ação conjunta entre Brasil e Argentina para pôr fim à ditadura militar.

10 (Uerj 2014) Em junho de 2013, várias manifestações mobilizaram a população das capitais brasileiras. A fotografia mostra a ocupação da área externa do Congresso Nacional por manifestantes:



É inevitável a comparação com as grandes manifestações ocorridas anteriormente, como a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, em 1968. Se, nesta, a extensão e o tipo de repressão policial aumentaram o custo da participação e restringiram o escopo da manifestação a um grupo mais restrito e específico de manifestantes, na de agora, 45 anos depois, o uso de meios não letais de repressão baixou o risco de danos e aumentou, por consequência, a presença de uma gama mais ampla de setores da sociedade. Uma coisa é bala de chumbo e o grito de "abaixo a ditadura"; outra é bala de borracha e o aviso de que o "pote de mágoa vazou".

MOTTA, Marly. Disponível em: <noticias.uol.com.br>. (Adapt.).

Uma diferença entre as manifestações populares na sociedade brasileira datadas do ano de 1968 e as ocorridas em junho de 2013 está associada hoje à vigência de:

- A** restrição ao voto.
- B** estado de direito.
- C** soberania do Legislativo.
- D** supremacia do Executivo.

Caiu no Enem

7 (Enem 2011) *Na década de 1990, os movimentos sociais camponeses e as ONGs tiveram destaque, ao lado de outros sujeitos coletivos. Na sociedade brasileira, a ação dos movimentos sociais vem construindo lentamente um conjunto de práticas democráticas no interior das escolas, das comunidades, dos grupos organizados e na interface da sociedade civil com o Estado. O diálogo, o confronto e o conflito têm sido os motores no processo de construção democrática.*

SOUZA, M. A. *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades das práticas democráticas.* Disponível em: <www.ces.uc.pt>. Acesso em: 30 abr. 2010. (Adapt.).

Segundo o texto, os movimentos sociais contribuem para o processo de construção democrática, porque

- A** determinam o papel do Estado nas transformações socioeconômicas.
- B** aumentam o clima de tensão social na sociedade civil.
- C** pressionam o Estado para o atendimento das demandas da sociedade.
- D** privilegiam determinadas parcelas da sociedade em detrimento das demais.
- E** propiciam a adoção de valores éticos pelos órgãos do Estado.

Caiu no Enem

8 (Enem 2014) *Em 1879, cerca de cinco mil pessoas reuniram-se para solicitar a D. Pedro II a revogação de uma taxa de 20 réis, um vintém, sobre o transporte urbano. O vintém era a moeda de menor valor da época. A polícia não permitiu que a multidão se aproximasse do palácio. Ao grito de "Fora o vintém!", os manifestantes espancaram condutores, esfaquearam mulas, viraram bondes e arrancaram trilhos. Um oficial ordenou fogo contra a multidão. As estatísticas de mortos e feridos são imprecisas. Muitos interesses se fundiram nessa revolta, de grandes e de políticos, de gente miúda e de simples cidadãos. Desmoralizado, o ministério caiu. Uma grande explosão social, detonada por um pobre vintém.*

Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br>. Acesso em: 4 abr. 2014. (Adapt.).

A leitura do trecho indica que a coibição violenta das manifestações representou uma tentativa de

- A** capturar os ativistas radicais.
- B** proteger o patrimônio privado.
- C** salvaguardar o espaço público.
- D** conservar o exercício do poder.
- E** sustentar o regime democrático.

Caiu no Enem

9 (Enem 2014)

Texto I

O presidente do jornal de maior circulação do país destacava também os avanços econômicos obtidos naqueles vinte anos, mas, ao justificar sua adesão aos militares em 1964, deixava clara sua crença de que a intervenção fora imprescindível para a manutenção da democracia.

Disponível em: <http://oglobo.globo.com>. Acesso em: 1 set. 2013. (Adapt.).

Texto II

Nada pode ser colocado em compensação à perda das liberdades individuais. Não existe nada de bom quando se aceita uma solução autoritária.

FICO, C. *A educação e o golpe de 1964.* Disponível em: <www.brasilrecente.com.br>. Acesso em: 4 abr. 2014. (Adapt.).

Embora enfatizem a defesa da democracia, as visões do movimento político-militar de 1964 divergem ao focarem, respectivamente:

- A** Razões de Estado — soberania popular.
- B** Ordenação da nação — prerrogativas religiosas.
- C** Imposição das Forças Armadas — deveres sociais.
- D** Normatização do Poder Judiciário — regras morais.
- E** Contestação do sistema de governo — tradições culturais.

Refleta sobre

A utilização do futebol no esvaziamento político

Uma das primeiras menções ao futebol no Brasil data dos anais de 1746 da Câmara Municipal de São Paulo, que proibia o jogo da bola, pois o considerava causador de agrupamentos de vadios e desordeiros.

Crê-se, no entanto, que os ingleses foram os primeiros a jogar bola nas praias e capinzais existentes no litoral brasileiro.

[...]

O futebol association, com suas regras, foi trazido para o Brasil por Charles Miller (1874-1953), filho de pais ingleses, nascido no Brasil que, com nove anos de idade, foi enviado para estudos no Banister Court School, em Southampton, Inglaterra. Ao retornar a São Paulo, em 1894, trazia em sua bagagem duas bolas de couro, camisas, chuteiras e calções, passando a divulgar a prática. Fontes indicam que as primeiras pelepas foram disputadas na Várzea do Carmo. A historiografia assinala a data de 14 de abril de 1895 para a realização da primeira partida de futebol no país. O ano de 1898 assistiu à criação do primeiro clube destinado ao futebol no Brasil: Associação Atlética Mackenzie College. Em 1900 foi criado o Clube Atlético Paulistano. Os dois clubes organizaram, em seguida, a Liga Paulista de Futebol.

O caráter da prática era elitista, com agremiações fechadas. Tal elitismo pode ser demonstrado nos preços cobrados aos que desejassem se associar aos clubes familiares que foram sendo formados: altíssimos para a época. Ao serem anunciados para uma partida (escalação), os jogadores tinham os nomes anteceditos por "senhor".

[...]

O jogo com bola, seja em São Paulo, seja no Rio de Janeiro, perdeu rapidamente o seu caráter elitista, ganhando força, enquanto modalidade, entre os "cabras".

[...]

A partir de então, a prática do futebol tem sido utilizada como instrumento ideológico para acalmar as massas, como ocorreu durante o período ditatorial militar brasileiro (1964-1985), em especial durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que lançou mão do futebol para atenuar conflitos políticos e sociais.

Pensado enquanto esporte, o futebol praticado nas peladas de ruas ou em campos de várzea, pode refletir a singularidade da cultura nacional.

[...]

O fato é que o futebol representa as formas de viver de uma sociedade, colaborando para distinguir as classes sociais, desmobilizando resistências e colaborando para a estabilidade social em nosso país.

[...].

KUPPER, Agnaldo. "2014 no Brasil: Copa para todos, cozinha para alguns?". *Terra e Cultura*. Londrina, ano 30, n. 58, jan./jun. 2014, pp. 80-3. Disponível em: <www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2014/6/672_1165_publpgg.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2015.

A análise do texto apresentado nos permite acreditar no uso do futebol, enquanto prática esportiva, para a desmobilização política dos cidadãos? Reflita.

■ Quer saber mais?

Livros

- GOHN, Maria da G. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
Maria Gohn apresenta, de forma didática e esclarecedora, a trajetória dos movimentos sociais populares mais significativos da história do Brasil a partir da década de 1970, convidando-nos a refletir sobre como tais ações contribuíram para a edificação da cidadania no país.
- MORGENSTERN, Flavio. *Por trás da máscara*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
Livro essencial para entender a onda de manifestações de junho de 2013 no Brasil; uma imensa leva de protestos vista como histórica, mas incompreendida. Surgida na esteira de outros movimentos de protestos, como o Occupy Wall Street e a Primavera Árabe, as manifestações levaram multidões às ruas das grandes cidades brasileiras, mesclando euforia, catarse, indignação com o transporte público e os governantes, confrontos com a polícia e vandalismo, a cargo de grupos *black blocs*.
- SADER, Éder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Para os que se interessam pelo estudo dos movimentos sociais edificados a partir da instalação do regime militar no Brasil (1964-1985), a obra de Sader é de fundamental importância, já que o autor faz uma análise objetiva das resistências às imposições ditatoriais.

Filmes

- *Os libertários*. Direção de Lauro Escorel. Brasil, 1976.
Documentário que registra a trajetória da formação e dos movimentos organizados pela classe operária brasileira, desde o final do século XIX até a década de 1920.
- *Lamarca*. Direção de Sérgio Resende. Brasil, 1994.
Filme que narra a vida de um oficial brasileiro que abandona as forças armadas para fazer frente, como guerrilheiro, ao regime militar instalado em 1964.
- *Junho: o mês que abalou o Brasil*. Direção de João Wainer. Brasil, 2014.
Documentário rico em imagens, entrevistas e depoimentos sobre as Jornadas de Junho de 2013 e os protestos que levaram mais de dois milhões de brasileiros às ruas.

RESUMO teórico

- Movimento social é uma ação coletiva que envolve indivíduos com os mesmos interesses e evidencia conflitos, embora nem sempre leve ao confronto.
- Os elementos necessários para a caracterização de um movimento social são: projeto, organização e ideologia.
- As revoltas e os movimentos sociais de destaque na história brasileira, no período da República: o movimento operário do início do século XX, a Revolta da Chibata, a Semana de Arte Moderna, o Tenentismo, as Diretas Já e a ACCMV (Betinho).
- Atualmente, há luta do Movimento dos Sem Terra e do Movimento dos Sem-Teto, além dos movimentos ecológicos e ambientais.
- Nos últimos anos, a utilização das redes sociais como reflexo da globalização tem contribuído para a arregimentação de cidadãos que buscam transformações e reconhecimento.
- Os protestos da Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, os Indignados, os protestos de junho de 2013 no Brasil, as manifestações no Chile e em Hong Kong por melhores condições na educação e democracia são exemplos de manifestações atuais de movimentos de massa.

Capítulo 9

Instituições sociais: família e Igreja



Uma instituição não existe isolada de outras, havendo uma relação de interdependência entre elas. Alterações em uma instituição refletem sobre as demais.



Todos fazemos parte de uma instituição social, desde o nascimento até a morte, que pode ser definida como o conjunto de procedimentos aos quais devemos nos submeter junto à estrutura social em que estamos inseridos. Ela colabora para a coesão social ao ditar valores e regras de comportamento e para a socialização do indivíduo. Desse modo, família, Igreja e Estado são instituições sociais que dirigem nossas formas de sentir, pensar e agir.

A família é, ao mesmo tempo, um grupo social primário e uma instituição, pois os componentes familiares, enquanto grupo, possuem objetivos comuns; e as regras e procedimentos que norteiam a conduta da família transformam-na em uma instituição, já que as famílias, em geral, seguem os mesmos padrões, com pequenas variações.

Da mesma forma que a família, a Igreja é considerada uma instituição social com uma importante função, pois gera estabilidade social, colaborando para uma melhor adequação de um indivíduo às normas da sociedade.

Já o Estado, enquanto instituição, possui o monopólio da força, impondo a nós a adequação às regras e agindo na aplicação da lei quando necessário.

- ▶ Para qual direção caminha a família enquanto instituição social? Como seus novos formatos e tendências têm afetado nossas relações?
- ▶ No Brasil, de histórica tradição católica, como o crescimento de opções religiosas, ideologias de fé e crenças tem transformado as visões sociais e de vida?

C C3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

H H11 - Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

H13 - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

Família

A família é um grupo social primário, já que seus membros, em geral, compartilham emoções, confidências, solidariedade e até mesmo indignações e brigas. Portanto, seus integrantes, normalmente, expõem-se uns aos outros. Quando um casal se une, o faz com objetivos sexuais, reprodutivos, afetivos, econômicos e educacionais.

Como foi exposto no texto de abertura, a família transforma-se em instituição por seguir regras e procedimentos padronizados pela sociedade. Quanto ao número de casamentos, uma família pode ser monogâmica (procedimento típico das sociedades ocidentais) ou poligâmica (de *poliginia* – quando se permite ao homem possuir várias mulheres de forma oficial –; ou de *poliandria* – quando se permite à mulher ter dois ou mais relacionamentos com o sexo oposto). Uma família é **nuclear** quando reúne esposa, marido e filhos, e é considerada **extensa** quando congrega, além do casal e dos filhos, outros membros, como avós, tios, sobrinhos, primos, enteados, entre outros. Em nossa sociedade contemporânea, assistimos ao crescimento das famílias nucleares, mas essa realidade torna-se diferente ao nos dirigirmos aos grupos familiares menos abastados, que somam rendas para que seus membros possam sobreviver com maior dignidade.

Além disso, o tempo em que a principal função da família esteve ligada à transmissão de valores, patrimônio genético, tradições e heranças ficou no passado. Atualmente, a tendência da instituição familiar é a de privilegiar a construção da identidade do indivíduo enquanto pessoa, de acordo com o individualismo das sociedades ocidentais, que é o padrão das sociedades capitalistas.

O conteúdo deste capítulo foi baseado nos seguintes artigos:

KUPPER, Agnaldo. "Catolicismo no Brasil: uma trajetória de ganhos e perdas". *Terra e cultura: cadernos de ensino e pesquisa*. Londrina, ano 29, n. 56, pp. 121-9, jan./jun. 2013.

KUPPER, Agnaldo, "Tendências da família contemporânea". *Terra e cultura: cadernos de ensino e pesquisa*. Londrina, ano 29, n. 57, pp. 135-46, jul./dez. 2013.



Atenção!

O pensamento sociológico relacionado às instituições sociais compreende que a sociedade é como uma interação de símbolos, em que não existiriam estruturas formais que coagem as pessoas, mas sim interações que os indivíduos estabelecem entre si a partir de instituições e símbolos partilhados, os quais remetem a estruturas de signos, com significantes e significados, como na linguagem, e também a questões da cultura. Assim, as ações humanas só seriam comportamento em termos do que as situações simbolizam, especialmente em sociedade.

Dessa forma, as instituições sociais são importantes na interação e na socialização dos indivíduos, nas quais a família tem um papel fundamental ao estabelecer normas e regras de conduta para o comportamento humano, tendo a linguagem como referência e código comum a todos.

Nas últimas décadas, com o acelerado desenvolvimento urbano e industrial, as novas necessidades de consumo, as recentes transformações nos paradigmas morais, a proliferação do uso de métodos contraceptivos, o aumento do individualismo, a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, as crises constantes da economia – com o aumento do desemprego ou as dificuldades de encontrar trabalho – o temor das doenças sexualmente transmissíveis, a difusão de novos hábitos e costumes graças à globalização e à velocidade dos meios de comunicação, entre outros, têm trazido constantes modificações à instituição familiar, ou seja, a família, enquanto instituição social, sofre mudanças consideráveis. O papel tradicional de provedor dado à figura masculina passa por revisões, da mesma forma que não cabe mais somente à mulher o papel de “organizado-

ra do lar” (pesquisas recentes afirmam que as tarefas domésticas estão divididas entre homens e mulheres em pelo menos dois terços das unidades familiares). Mesmo em caso de separações conjugais, a tendência é que o(s) filho(s) fique(m) com a parte mais estável ou, de preferência, em guarda compartilhada. Os divórcios também têm sido facilitados. No Brasil, por exemplo, a mudança no Código Civil (2002) tornou mais rápido o processo de separação judicial, reduzindo o tempo necessário para o divórcio legal, geralmente de três para um ano. Assim, os casais se separam ou formam novos casais ou constituem uma nova família com muito mais frequência que antigamente. Além disso, têm novos filhos, ou juntam-se mais agregados e enteados de uma outra união familiar, indicando a transformação do núcleo da instituição familiar.

A instituição social é um conjunto de regras e procedimentos reconhecidos por uma estrutura social.

No que concerne à família, torna-se difícil precisar os benefícios e as desvantagens das transformações ditas pela vida moderna em uma era de crescente individualismo. Porém, essas mudanças nos padrões familiares são notórias e contínuas no mundo ocidental, como toda sociedade em transformação. No Brasil, como um país em desenvolvimento, não é diferente. Observe algumas características:

- **Casamentos religiosos em queda:** desde que o casamento civil foi instituído no Brasil, a partir de 1890, assiste-se a uma diminuição expressiva dos enlacs matrimoniais em igrejas ou templos religiosos. Uma das principais razões é econômica, pois despesas com um evento deste tipo são onerosas. Assim, nas últimas décadas, vemos um crescimento de uniões



© MNSStudio | Dreamstime.com

civis e livres, sem serem formalizadas. No Brasil, o número de casais em união consensual teve um aumento significativo entre 2000 a 2010. Considerando as pessoas casadas, as que viviam em união consensual representam nos dias atuais mais de um terço dessa parcela da população, segundo dados divulgados em outubro de 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em seu relatório "Censo demográfico 2010: nupcialidade, fecundidade e migração: resultados da amostra".

Já os casamentos formais também apresentaram queda no Brasil em números e percentuais, dados os novos arranjos familiares: em 2010, 36,4% das pessoas casadas viviam em união consensual, contra 28,5% em 2000. Já o percentual de pessoas unidas por casamento civil e religioso caiu de 49,4% para 42,9% no mesmo período. Por sua vez, as uniões realizadas apenas na esfera religiosa diminuíram de 4,4% para 3,4%, e o número de casamentos realizados apenas na dimensão civil pouco variou: de 17,5% em 2000 para 17,2% em 2010.

O relatório aponta que os solteiros continuam sendo mais da metade da população do país (54,8% em 2000 e 55,3% em 2010).

Apesar de não haver dados específicos sobre a evolução das uniões entre indivíduos do mesmo sexo, o relatório sobre a taxa de nupcialidade revela que 99,6% dos casais homoafetivos vivem em união consensual, com predominância de católicos (47,4%), seguida por pessoas sem religião definida (20,4%).

- **Tendência à nuclearização:** em uma sociedade essencialmente patriarcal, como a brasileira, há algumas décadas a tendência era que as famílias fossem numerosas, pois cabia à mulher gerar vários filhos e cuidar das atividades domésticas. Na atualidade, a diminuição do tamanho médio da família é progressiva, embora o número de famílias tenda a crescer em decorrência dos novos arranjos familiares, como as uniões estáveis e as homoafetivas. No Brasil, um exemplo dessa tendência de queda pode ser observado na taxa de fecundidade (relação entre o número médio de crianças nascidas vivas por mulher em idade reprodutiva). Desde os anos de 1960, a diminuição do número de filhos e, por sua vez, do número dos componentes familiares segue uma disposição histórica de queda, tanto no Brasil quanto no mundo.

Segundo dados divulgados em 2012 pelos *Estudos técnicos SAGI* (número 4), do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), as principais responsáveis pela acentuada queda da taxa de fecundidade total no Brasil entre os anos 2000 e 2010 foram as mulheres de menor renda. Dessa forma, se no ano 2000 o número médio de filhos por mulher

nessa faixa era de 5,10, em 2010 essa taxa caiu para 3,56. Mesmo entre as mulheres de maior renda *per capita*, que já apresentavam uma baixa taxa de fecundidade, os números apresentaram uma ligeira queda: de 1,17 em 2000 para 1,11 em 2010. Atualmente, a taxa é de 1,81 nascimentos por mulher, segundo dados de 2012, do IBGE.



© Rim na Zaytseva | Dreamstime.com



© Evgenyatamanenko | Dreamstime.com



PONTO DE CONEXÃO

Em Geografia, observe o conceito de **transição demográfica**, em que o crescimento da população tende a diminuir ou oscilar, em decorrência da redução das taxas de fecundidade, de mortalidade e de natalidade e do aumento da expectativa de vida. O Brasil, como muitos países desenvolvidos na década de 1970 e de 1980, passa agora por um período de estabilização de sua população, em torno de 200 milhões de habitantes, o que condiciona à diminuição do tamanho das famílias, com expressiva elevação do número de idosos e queda do número de jovens.



- **União entre os “iguais” em raça prevalecendo:** apesar das políticas de igualdade entre etnias, segundo dados divulgados na publicação do IBGE “Censo demográfico 2010: nupcialidade, fecundidade e migração: resultados da amostra”, o casamento inter-racial não avançou de 2000 a 2010. Um exemplo mais claro vem dos percentuais: 75,3% dos homens brancos e 73,7% das mulheres brancas casaram-se, em 2010, com pessoas da mesma etnia, considerando todos os tipos de união (casamento civil, religioso ou união consensual). Por outro lado, caíram em uma proporção semelhante as uniões de homens e mulheres pardos com brancos e brancas, paralisando uma tendência de ampliação dos casamentos entre

as etnias nas décadas anteriores. Alguns dados, no entanto, chamam a atenção, como a realidade das mulheres pretas, que se casam mais com homens brancos (25,5% das uniões desse grupo) do que com pardos (22,9%). Entre aqueles que se declaram pardos, 69% dos homens e 68,1% das mulheres tinham parceiros com a mesma cor de pele. Em relação aos pretos (cerca de 10% da população brasileira), o menor contingente dificulta a escolha de pessoas no mesmo grupo para se relacionar e casar, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O não avanço do casamento inter-racial é uma tendência a se verificar para os próximos anos.

Homens que se unem com mulheres de determinada raça (em %)

Homem \ Mulher	Brancos	Pretos	Amarelos	Pardos	Indígenas
Brancas	75,3	26,4	24	26,1	16,6
Pretas	3,6	39,9	6,8	3,9	3,1
Amarelas	0,6	1,4	44,2	0,9	1
Pardas	20,4	32,1	24,7	69	13,9
Indígenas	0,1	0,2	0,3	0,1	65,4

Mulheres que se unem com homens de determinada raça (em %)

Mulher \ Homem	Brancos	Pretos	Amarelos	Pardos	Indígenas
Brancos	73,7	25,5	22	24,4	16,9
Pretos	4,6	50,3	9,8	6,8	3,9
Amarelos	0,5	1,1	38,8	0,7	0,8
Pardos	21,1	22,9	29,2	68,1	13,8
Indígenas	0,1	0,2	0,3	0,1	64,6

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010: nupcialidade, fecundidade e migração: resultados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. pp. 64-5.



- **O aumento das mulheres como chefes de família:** o aumento do número de divórcios e separações, a maior participação da mulher no mercado de trabalho, as constantes oscilações econômicas, o progressivo reconhecimento social (que garante à mulher maior autonomia e direitos) e as imposições de consumo – em que a soma de salários dos cônjuges torna-se quase imperativa –, apontam para um crescimento significativo da mulher enquanto chefe de família.

No Brasil, em famílias chefiadas por mulheres, normalmente os filhos têm mais de quinze anos de idade. Essa tendência mostra-se preocupante, pois, por mais que a participação da mulher no mercado de trabalho seja cada vez mais significativa, os salários recebidos por elas ainda são menores se comparados aos obtidos pelos homens que realizam as mesmas funções. Os números apontam, ainda, que em famílias mais estáveis, em termos de renda, prevalece a chefia da figura masculina, segundo dados do “Censo demográfico 2010: famílias e domicílios: resultados da amostra”.

- **Crescimento dos divórcios e separações:** as rupturas e os desenlaces familiares, cada vez mais comuns hoje em dia, são um processo de dissociação iniciado a partir da segunda metade do século XX. Essa transformação está ligada muito ao desenvolvimento do individualismo e à busca da felicidade contínua e constante, estimulada pelos meios de comunicação e pela propaganda, onipresente em um número cada vez maior de canais como a TV, a internet e as redes sociais. Ou seja, o desejo de escolha da atividade profissional, das paixões fugazes e dos amores expressos da vida moderna tem provocado separações e novas uniões. O divórcio legal também deixou de ser tabu, e separações tendem a ser mais aceitas pela sociedade. Assim, as denominadas famílias mosaico, em que unidades domésticas são formadas por casais separados com filhos de outras uniões têm se tornado comuns. No Brasil e no mundo ocidental em geral, esses arranjos familiares se tornaram comuns nas últimas décadas, mais até que em muitos países desenvolvidos. Os índices de dissociação e divórcio têm crescido consideravelmente em países ocidentais, caso do Brasil. Segundo a publicação feita pelo “Censo demográfico 2010:

famílias e domicílios: resultados da amostra”, que investigou pela primeira vez o tema, quase um sexto (16,3%) das residências habitadas por casais com filhos contam com a presença de filhos de relacionamentos anteriores. Ainda segundo o “Censo demográfico 2010: nupcialidade, fecundidade e migração: resultados da amostra”, o número de divórcios chegou a 3,1% em 2010 (quase o dobro dos 1,7% de 2000).

Essa proliferação das chamadas famílias reconstituídas (famílias mosaico) torna cada vez mais comum as uniões que venham com filhos de outros relacionamentos, formando a figura dos coirmãos, que, diferentemente dos meios-irmãos, não têm laços sanguíneos, mas são criados de forma conjunta, o que exige uma fase de adaptação e conquista.

Outra característica é o aumento do número de famílias ditas *disciplinadas* – as quais não costumam fazer as atividades familiares em conjunto, como jantar ou tomar café da manhã –, em detrimento das chamadas famílias *devotadas* – as quais costumam se reunir ao longo do dia para realizar essas atividades, ou seja, são famílias dedicadas a essas formas mais tradicionais. Isso acontece porque os horários das atividades são diferentes entre os membros de uma família, seja por causa da escola, da participação do casal no mercado de trabalho, das atividades de lazer etc. Até o jantar em família torna-se mais raro todas as noites. No entanto, algo é certo: voltamos cada vez mais para a família, até como proteção individual em um mundo cada vez mais competitivo, mesmo com suas transformações.

- **Reconhecimento dos direitos de casais homossexuais:** no “Censo demográfico 2010: nupcialidade, fecundidade e migração: resultados da amostra”, um número maior de mulheres declarou manter união homossexual no Brasil. Dentre os casais homossexuais, 53,8% mostraram-se constituídos por mulheres e 46,2% por homens. Não existiam, até 2012, dados oficiais da população homossexual no Brasil

nem do total de uniões registradas em cartório ou aprovadas na Justiça. Segundo esses dados censitários, entre os lares com casais homossexuais contabilizados, a maioria (52,6%) estava na região Sudeste, principalmente nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Neste mesmo documento, o IBGE pesquisou, pela primeira vez, casais do mesmo sexo. Segundo ele, o número de casais que disseram viver uma união homoafetiva corresponderia a 0,1% do total de domicílios do país, aproximadamente 58.000 domicílios.

Com as discussões de gênero cada vez mais ampliadas, ainda que não totalmente aceitas, a tendência é que este percentual aumente nos próximos censos à medida que a legislação brasileira avance. Por exemplo, o reconhecimento dessas uniões pela Previdência Social do Brasil, especialmente após o Supremo Tribunal Federal (principal instância da justiça brasileira), em 2011, ter reconhecido em nível federal a equiparação da união homossexual à heterossexual como união estável, possibilitou a inclusão de cônjuges em planos de saúde, aposentadorias e pensões – como já ocorria em alguns estados brasileiros –, além da adoção de filhos. Em 2013, seguindo a decisão do Supremo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que os cartórios em todo o Brasil devem celebrar o casamento entre pessoas do mesmo sexo da mesma forma que celebram e registram as uniões heterossexuais.



- **A família como refúgio por mais tempo:** a diversificação dos arranjos familiares e a flexibilização da rigidez familiar (com o desprezo a normas impositivas provenientes do século XIX e começo do século XX, como a obrigatoriedade do casamento, especialmente do primogênito, para a perpetuação do nome da família, em uniões muitas vezes arranjadas) aponta para uma maior suavidade, compreensão e cumplicidade nas relações familiares contemporâneas. Pais se tornam próximos dos filhos, querendo estar presentes em todas as etapas, não somente no desenvolvimento infantil; filhos que se apegam aos pais e dependem deles por mais tempo, por comodismo ou por falta de oportunidades, entre outras tendências de comportamento.

Sendo assim, se já houve uma época em que um adolescente tinha como meta sair de casa, buscando vida própria, muitas vezes casando-se mais cedo e tornando-se mais independente, os tempos têm-se mostrado diferentes, já que um fenômeno começou a se alastrar pelo mundo moderno ocidental: o prolongamento da estada na casa dos pais ou responsáveis, em especial entre jovens de classe média, média alta e alta, até os 28, 30, 32 anos ou mais. Isso se deve ao fato de o lar propiciar, dentro de uma sociedade competitiva e com uma formação familiar individualista, proteção e refúgio certo, permitindo que se concilie liberdade individual e solidariedade familiar com o reforço dos contatos sociais primários. Assim, a dificuldade para sobreviver fora do âmbito familiar, com a incerteza do emprego e as facilidades dadas pelos pais, ainda conservam muitas pessoas jovens na casa dos pais/responsáveis, estendendo a juventude. É como se o prolongamento da adolescência estivesse sendo ditado pelos fenômenos urbanos que transformaram as últimas décadas. Ou seja, o casamento institucionalizou-se como tardio, a capacita-



ção técnica tornou-se prerrogativa em uma sociedade competitiva e a proliferação da violência social assusta (especialmente a urbana).

Dessa forma, temos a chamada geração “canguru”, que vive sob a proteção dos pais, fenômeno que se verifica mais comumente na Europa. Na Itália, por exemplo, filhos nessa situação ficaram conhecidos como *mammone* (palavra que vem de *mamma*, a dominante mãe italiana que, segundo o imaginário popular, adora manter seus rebentos próximos e sob a proteção dela). Na França e na Espanha, os jovens ficam mais com os pais porque também é difícil conseguir emprego por lá, dada a crise de crescimento ou estagnação econômica pela qual passam muitos países europeus.

- **Maior presença feminina no mercado de trabalho:** no Brasil, como em outros países, o crescimento mais acelerado da população feminina está ligado ao envelhecimento, já que as mulheres vivem, em geral, mais do que os homens.

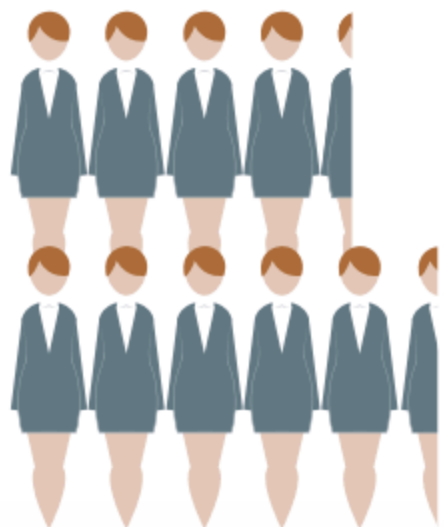
No mercado de trabalho atual, no entanto, as mulheres – dentro de um quadro geral – ainda têm remuneração inferior ao exercerem as mesmas atividades que os homens; além disso, os afazeres domésticos ainda apresentam maior responsabilidade da ala feminina de nossa sociedade. No setor educacional, a participação da mulher supera a dos homens, porém estes continuam ocupando as vagas mais concorridas dos cursos superiores. Já no plano familiar, mulheres ainda são submetidas à violência, seja física ou emocional, por parte dos parceiros.

Dados da Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2012) confirmam a ampliação da presença feminina no mercado formal de trabalho e no campo educacional. Essas tendências têm trazido consequências significativas para o país: as mulheres passaram a chefiar um número maior de famílias, a ter menos filhos e a adiarem a maternidade em todas as faixas etárias da fase reprodutiva, o que contribui para o maior envelhecimento da população do Brasil.



Apesar da presença cada vez maior das mulheres no mercado formal de trabalho, a remuneração delas ainda é inferior à dos homens.

A mulher na atualidade



2001
43,2%

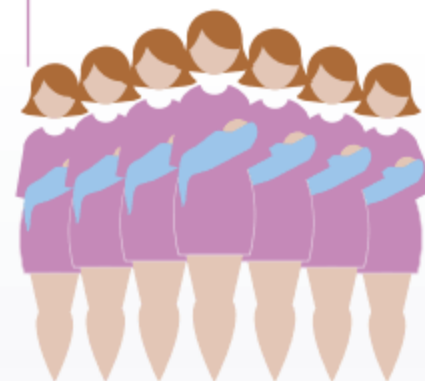
Em 2001, 43,2% das mulheres estavam ocupadas formalmente no **mercado de trabalho**; em 2011, o índice subiu para 54,8%.

2011
54,8%

Na faixa etária de 25 a 29 anos, 31% das mulheres não tinham filhos em 2001. Em 2011, o percentual elevou-se para 40,8%.



31% sem filhos
2001



40,8% sem filhos
2011



A tendência comportamental feminina trouxe queda na taxa de fecundidade do Brasil, que caiu para **1,95 filhos** por mulher em **2011**. Este é um índice insuficiente para evitar o decréscimo de habitantes em um futuro próximo (2,1 filhos por mulher, segundo estimativas do IBGE, é o índice de reposição populacional para que haja relativo equilíbrio).



A maior inserção feminina no mercado de trabalho tem como causas o avanço dos índices de escolaridade da mulher e a maior taxa de urbanização do Brasil, que supera a casa dos **80%** (84,4% segundo o último censo).

Houve também o recuo nas taxas de fecundidade e adiamento da maternidade (em **2006**, foram **550.425** nascidos vivos de mães entre **15 e 19** anos e **637.432** de mães entre **30 e 39** anos; em **2011**, os mesmos dados foram alterados para **496.010** e **756.886** nascidos vivos, respectivamente).

Renda desigual

% média do rendimento das mulheres em relação ao dos homens:

2001: 69,6% do rendimento masculino.

2014: 74,5% do rendimento masculino.

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores, 2001 e 2014.

Igreja

Todas as sociedades conhecem alguma forma de religião, a qual pode ser explicada como um empreendimento coletivo que se expressa em atitudes de crença em poderes sobrenaturais. Em geral, os religiosos se unem em uma comunidade denominada **Igreja**, que é a representação material de uma religião. Os fiéis de uma mesma forma de religião, seja ela o cristianismo, o islamismo ou o judaísmo, se reúnem com fins duradouros e de proteção, mantendo a coesão social e a identificação com um grupo com o qual partilha dos mesmos valores. No Brasil colonial, o catolicismo foi a religião oficial, devendo todo habitante do Brasil, naquela época, ser batizado e casar-se de acordo com o rito estabelecido pela Igreja, bem como comungar e confessar. Assim, os indígenas deveriam passar pela catequese, e os judeus, converter-se ao cristianismo, tornando-se cristãos-novos, sob pena de serem julgados e condenados pela Inquisição.

A primeira Constituição brasileira (outorgada em 1824) estabeleceu a religião cristã católica como a oficial do país, embora houvesse a previsão de culto de outras religiões. Pelo regime do **Padroado**, o imperador passou a ter a prerrogativa de nomear bispos e outros membros da hierarquia eclesiástica, cabendo ao Estado, no entanto, subsidiar as despesas da Igreja.



© Pavlache Stelian | Dreamstime.com

A Igreja, mais do que um prédio ou uma construção histórica onde se realizam cultos e encontros religiosos, é uma Instituição com a função, entre outras, de gerar estabilidade social.

Contexto social

A Companhia de Jesus no Brasil

Os padres da Companhia de Jesus foram uma importante força auxiliar na ampliação da presença portuguesa no Brasil. Vanguarda da Igreja Católica na luta contra a expansão da Reforma, os "soldados" de Cristo não limitaram sua ação ao continente europeu. Deslocaram-se também para as terras conquistadas pelos portugueses e espanhóis na América e no Oriente, desenvolvendo intenso trabalho de catequese segundo os objetivos da colonização.

Aproximadamente um século depois que os primeiros jesuítas desembarcaram na Bahia, a Companhia implantou no território da colônia uma vasta rede de núcleos missionários que se estendia do vale amazônico à região platina.

Nas missões, também chamadas reduções, os jesuítas aglutinavam índios que se revelavam hostis aos portugueses ou sobreviventes de massacres praticados pelos conquistadores. Além de centro de irradiação do cristianismo entre os índios, as missões eram, também, uma unidade econômica controlada pelos padres. Nela os indígenas coletavam produtos da floresta ou cultivavam gêneros alimentícios, destinados à sua própria sobrevivência, sendo o excedente exportado para a Europa.

Em muitas regiões, os jesuítas antecederam-se à presença dos colonizadores, abrindo espaço para a ampliação dos domínios portugueses. Foi o que ocorreu, por exemplo, na bacia do Prata, onde, a partir de 1610, estabeleceram várias missões de índios guaranis, em território atualmente pertencente ao Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul.

O processo de expansão territorial transformou radicalmente a vida econômica e social do Brasil colonial. Além de consolidar o domínio português e dotar o Brasil da conformação que ele tem atualmente, desencadeou o povoamento de vastas áreas do litoral e do interior, provocando a diversificação da economia, antes restrita à produção açucareira. Ao mesmo tempo, tornou a sociedade colonial mais complexa: desenvolveram-se novos segmentos sociais, modificaram-se os costumes e plasmaram-se as condições para o surgimento dos primeiros atos de rebeldia contra o domínio colonial.

KUPPER, Agnaldo; CHENSO, P. A. *História crítica do Brasil*. São Paulo: FTD, 1998. pp. 84-5.

Originário de Portugal, o Padroado se manteve por um longo tempo no país, enraizando ainda mais os valores do catolicismo na sociedade brasileira. Só mesmo em 1864, quando o Papa Pio IX lançou a encíclica *Syllabus*, proibindo que padres e católicos em geral participassem de eventos maçônicos, é que as ligações entre o altar e o trono no Brasil foram abaladas, levando consequências até para a monarquia brasileira.

Contrariando a determinação papal, muitos membros do clero católico participaram de uma festa da Maçonaria, em 1872, sendo punidos nas suas respectivas dioceses pelos bispos D. Vital de Oliveira (de Olinda) e D. Antonio Macedo Costa (do Pará). D. Pedro II (maçom), fazendo uso das prerrogativas do Padroado brasileiro, anulou as punições. Assim, houve um distanciamento entre o Estado e a Igreja, embora o fim dos vínculos estabelecidos na Constituição Imperial ocorreria apenas no início do período republicano (1889-1891).

Como consequência desse afastamento, Roma passou a controlar os assuntos da Igreja no Brasil, acarretando um distanciamento junto aos setores mais populares do país, o que permitiu a multiplicação de líderes messiânicos, como Antonio Mendes Maciel (Antonio Conselheiro), João Maria e Padre Cícero nas áreas rurais.

A década de 1930 marcou a luta da Igreja para a reaproximação junto aos setores populares do Brasil. As experiências do século XIX, que a fez perder força junto à população menos favorecida, pressionaram-na a fazer avaliações contínuas sobre sua presença no país.

A Constituição promulgada de 1934, por exemplo, estabeleceu, entre outros, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas, a assistência religiosa às Forças Armadas e a inclusão do nome de Deus na Carta Magna:

Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte (Constituição de 1934).

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1934.

PONTO DE CONEXÃO

Veja, em História, como a Questão Religiosa contribuiu, junto com outras questões, como a política e a escravista, para o fim da Monarquia no Brasil, no final do século XIX.

George Peter Alexander Healy/Wikimedia Commons (Domínio público).



George Peter Alexander Healy, *Papa Pio IX*, 1871, óleo sobre tela. Museo Pio IX, Senigallia, Itália. O Papa Pio IX lançou a encíclica *Syllabus* e proibiu a participação de religiosos em eventos maçônicos, como era comum no Brasil Império.



Leonardo Boff, o maior expoente da Teologia da Libertação no Brasil.

Com o apoio de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), a Igreja Católica brasileira organizou a Liga Eleitoral Católica (LEC), que recomendava intenção de voto em candidatos comprometidos com as reivindicações católicas. Na década de 1950, setores como a Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC) foram estabelecidos com o apoio governamental. Vale destacar que a JOC atuou em parceria muito estreita com o governo de Getúlio Vargas, o qual tinha interesse em diminuir a influência da esquerda sobre os trabalhadores nas décadas de 1930 e 1940, durante o Estado Novo (1937-1945). Apesar de ser uma instituição conservadora, a Igreja precisou se ajustar às mudanças dos tempos e, entre 1950 e 1960, ela vivenciou um período de transformações e passou a se envolver com os mais variados setores que surgiram com o processo de modernização social.

Com a contrarrevolução de 1964, alguns dirigentes católicos mais conservadores não relutaram em apoiar politicamente os militares golpistas, com o intuito de conter o avanço do pensamento socialista-comunista no Brasil. Mesmo com o apoio ao regime instalado, setores dissidentes da Igreja (ala progressista) optaram por posicionamentos em defesa de algumas minorias, sendo criadas organizações como o Conselho Indigenista Missionário, em 1973 (CIMI), defensor das causas indígenas, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que passou a lutar pelas vítimas da concentração de terras no Brasil. A Comissão de Justiça e Paz, surgida em 1972 por iniciativa do cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, passou a denunciar as torturas e a exigir o pleno estado de direito democrático. Dom Hélder Câmara, bispo de Olinda e Recife, e, no Sudeste, o Dom Paulo Evaristo Arns tiveram um papel importante no auxílio às vítimas da repressão. As conferências do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), realizadas na Colômbia (1968) e no México (1979), indicaram a nova tendência da Igreja latino-americana: a preferência pelos menos favorecidos, caso do movimento da **Teologia da Libertação**, cujo maior expoente, no Brasil, é Leonardo Boff, defensor da orientação sob o argumento de que a paz social e a justiça só se realizam a partir do equilíbrio proveniente de uma razoável distribuição de renda, que dê preferência aos pobres.

O Vaticano, contudo, em posição oficial, condenou as propostas da Teologia da Libertação. Esse posicionamento fez com que a Igreja convocasse Boff para debater suas teorias. A não concordância de posicionamentos o levou a afastar-se da Igreja, mesmo mantendo-se fiel aos princípios dela pelas lutas sociais. Mas para Leonardo Boff, há uma diferença essencial entre a posição da Santa Sé e a sua, já que a Teologia da Libertação se construiria a partir da situação concreta de opressão em que vive a maioria do povo e procuraria criar uma prática libertadora com a luz da fé, valendo-se sobretudo de um trabalho prático, sem, no entanto, deixar de lado os princípios da fé cristã, como a divindade de Jesus Cristo e o valor salvador que sua morte e ressurreição representam para os cristãos.

A partir da década de 1960, outro movimento interno da Igreja surgiu com a formação das **comunidades eclesiais de base** (CEBs), grupos organizados em torno de paróquias e capelas, cujos objetivos são a discussão política local, a análise das condições de vida, as perspectivas locais e a atuação dos representantes

políticos. São propostas vinculadas ao catolicismo, porém visando a atuação para a reivindicação de anseios. Assim, as CEBs propõem não apenas a contemplação a Deus, mas a atuação real e pragmática dos trabalhadores na realidade social para o aprimoramento da justiça social, exigindo resoluções por parte dos órgãos competentes ou mesmo pela ação direta de seus membros.

A reação da Igreja às transformações e avanços no Brasil não tardou. O então Papa João Paulo II fez visitas sistemáticas ao país nas décadas de 1980 e 1990, e a Teologia da Libertação e seus defensores passaram a ser censurados; bispos conservadores foram nomeados para a atuação em áreas mais politizadas do país.

Outra ação do Papa João Paulo II foi consentir com a introdução do movimento Renovação Carismática Católica (RCC) no Brasil. Esse movimento nasceu nos Estados Unidos da América em 1967, sob a influência da igreja episcopal protestante, e sua proposta é a de conversão pessoal e contínua a Jesus Cristo, sem necessariamente haver participação dos problemas sociais e econômicos da sociedade, o que foi apoiado pelo sucessor de João Paulo II, o cardeal alemão Joseph Ratzinger, o Bento XVI. No entanto, com a eleição do Papa Francisco, em março de 2013, após a renúncia do conservador Bento XVI, a Igreja tem promovido mudanças significativas visando a uma maior aproximação com os fiéis. Em sua simplicidade e humildade demonstradas em viagens pelo mundo, em que busca estar mais próximo do povo, o Papa Francisco apela também para que os católicos se voltem para os pobres e despossuídos, dando ênfase em seus discursos ao combate à pobreza e à desigualdade social e agindo de acordo com sua fala. E, com ele, há a expectativa de que algumas bandeiras da Teologia da Libertação sejam recuperadas, mas sem o mesmo viés ideológico e político das décadas passadas, ao qual, inclusive, o atual papa se opõe com clareza. Ainda assim, a ênfase do Papa Francisco nas classes menos favorecidas, a começar pela escolha do nome **Francisco**, pelo cardeal de Buenos Aires Jorge Mario Bergoglio – em homenagem a São Francisco de Assis, fundador da ordem mendicante dos franciscanos na Idade Média –, deve ser entendida mais como uma orientação espiritual do que como um posicionamento de natureza política, à maneira de Jesus Cristo e sua opção pelos pobres.



Com a opção pelas causas sociais e à luz da evangélica preferência pelos pobres, de acordo com as orientações da Igreja, o trabalho da Comissão Pastoral da Criança (organização social da CNBB e edificada a partir de Florestópolis – PR) foi comandado pela médica Zilda Arns Neumann (irmã de Dom Paulo Evaristo Arns). Ela foi morta em 2010 no terremoto que devastou Porto Príncipe, no Haiti, enquanto estava em missão humanitária. Seu legado, no entanto, continua rendendo frutos.



Papa Francisco: em seus discursos, estão presentes a ênfase aos pobres, críticas ao capitalismo e às desigualdades sociais e a defesa da reforma da Igreja.

Segundo a pesquisa “Novos mapas das religiões”, da Fundação Getúlio Vargas, realizada em 2011:



75,3%

dos homens se dizem católicos.



71,3%

das mulheres se dizem católicas.



8,52%

dos homens colocam-se como “sem religião”.



5%

das mulheres colocam-se como “sem religião”.

Ainda segundo essa pesquisa, a taxa de adesão a outros empreendimentos coletivos religiosos (espiritismo, budismo, islamismo, entre outros) cresce no país, sobretudo entre as classes mais altas:

Classes

A

B

E

9,25%

2,24%

Brasileiros com mais de sessenta anos de idade que se afirmavam católicos:



2003: 77,53%

2009: 74,24%

Brasileiros de 15 a 19 anos anos de idade que se afirmavam católicos:



2003: 74,13%

2009: 67,48%

A religiosidade atingiu grande queda entre brasileiros de 20 e 29 anos:



2003: 6,12%



2009: 8,87%





© Diana Grudeva | Dreamstime.com

Esse cenário indica uma democratização religiosa no país, apesar de certos preconceitos que se mantêm em relação às religiões não cristãs.

Um dos fatores apontados para a perda de católicos no país seria a postura conservadora da Igreja Católica, tais como a difícil aceitação da homossexualidade, a condenação oficial ao uso de métodos contraceptivos artificiais, como os anticoncepcionais e o uso do preservativo, e a condenação à instituição do divórcio.

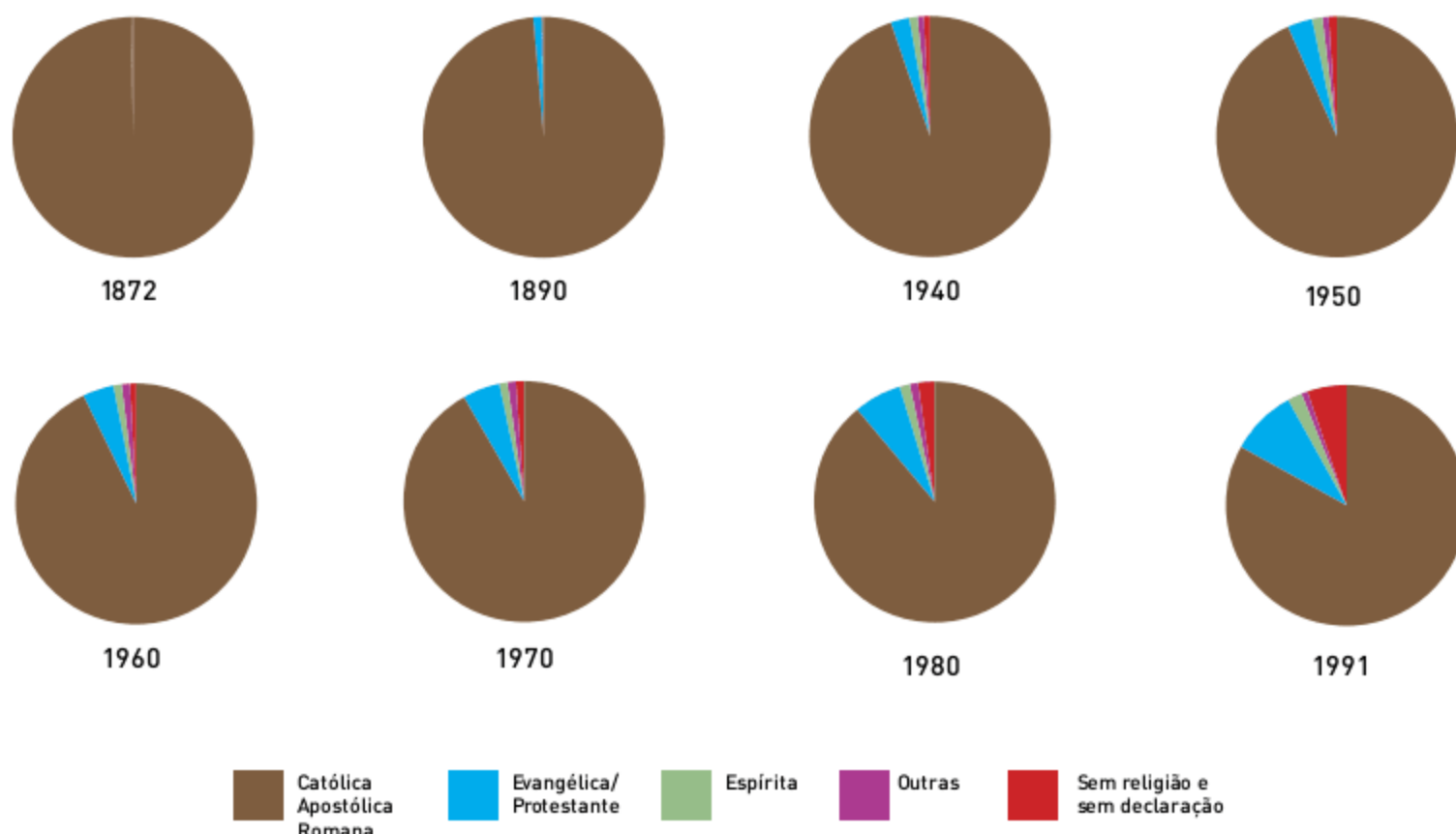
O pentecostalismo chegou ao Brasil em 1910 e, em nossa contemporaneidade, há um claro crescimento das Igrejas protestantes pentecostais (Assembleia de Deus, Congregação Cristã, Casa de Bênção, Igreja da Graça, Maranata, Deus é Amor, Nova Vida, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Universal do Reino de Deus e Internacional da Graça de Deus). Ao contrário das Igrejas protestantes históricas que se firmaram no Brasil com a criação de estabelecimentos de ensino desde o final do século XIX, as Igrejas pentecostais afirmam-se por meio da criação de centros religiosos (igrejas) nos vários centros urbanos.

Atualmente, a população protestante atinge 22,2% da população total – segundo o “Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência”, divulgado em 2012 –, com predominância das seitas pentecostais. Tal crescimento pode ser explicado pelo discurso que vai ao encontro

No Brasil, o catolicismo perde espaço para outros cultos. No entanto, ainda é a religião declarada de cerca de 65% dos brasileiros, segundo dados do último Censo do IBGE (2010).

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE RELIGIÃO

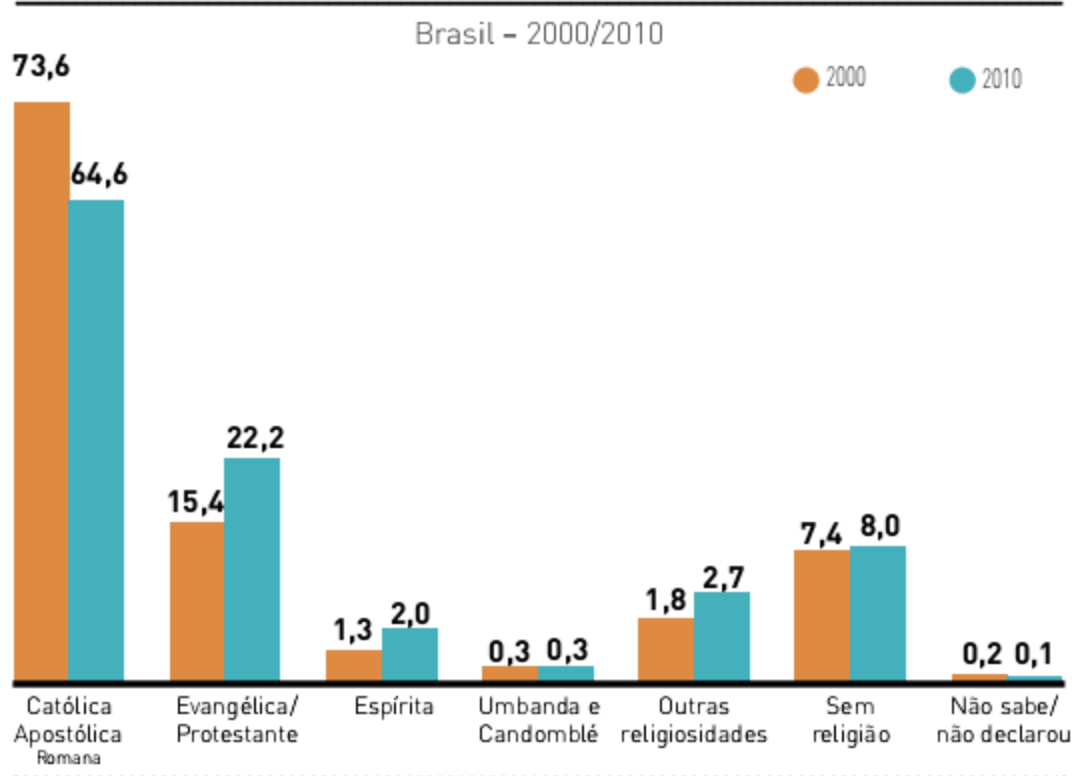
BRASIL - 1872/1991



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 90.

de alguns anseios e algumas preocupações pessoais dos brasileiros, como a busca de prosperidade e de riquezas, e pela imposição não tão rígida de normas de conduta, ao contrário de igrejas protestantes tradicionais, como a Metodista e a Luterana. Com isso, há também o declínio de cristãos praticantes da fé católica, conforme mostra o gráfico a seguir:

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO OS GRUPOS DE RELIGIÃO



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 91.

Cultos de origem africana que sofreram influência de crenças indígenas, do catolicismo (sincretismo religioso) e do espiritismo (candomblé, umbanda e macumba), estruturaram-se na crença em vários deuses (orixás) e na magia. Segundo dados não oficiais, apenas na capital federal (Brasília), existem atualmente cerca de três mil terreiros de candomblé e umbanda. O sincretismo brasileiro tem como particularidade o fato de facilitar a convivência entre crenças, evitando-se confrontos sectários, como os que ocorrem no Oriente Médio.

De acordo com a publicação do IBGE "Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência", o espiritismo no Brasil também ganha adeptos. Essa doutrina, surgida na França no século XIX, que se define como religião, filosofia e ciência, saltou de cerca de 1,3 milhão de adeptos em 2000 para, aproximadamente, 2 milhões em 2010. Os números podem ser maiores, dado o crescimento de 65% do número de adeptos da crença em cerca de 10 anos (IBGE, 2010).

O judaísmo, presente no país desde os tempos coloniais, hoje tem sua marca nas sinagogas, nos clubes – como a Hebraica, em São Paulo –, nas associações filantrópicas, nas instituições de ensino, nos hospitais, nas bibliotecas, nos cemitérios, nos centros universitários e em alguns dos veículos de comunicação.

Já o número de muçulmanos cresce no país. Segundo a mesma publicação do IBGE, eram cerca de 35 mil muçulmanos no Brasil, concentrados principalmente na Grande São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília (DF), em Curitiba e em Foz do Iguaçu (PR), com cerca de 115 mesquitas. Atualmente, apesar da falta de dados sistemáticos, a chegada de refugiados muçulmanos fugindo de regiões do planeta que sofrem com a guerra civil ou com a pobreza, como a Síria e os países da África Subsaariana, mostra que esse número tende a aumentar.

Atenção!

O pentecostalismo

Oriundo dos Estados Unidos nos primeiros anos do século XX, o **protestantismo pentecostal** surgiu entre fiéis metodistas insatisfeitos com a falta de maior fervor e animação espiritual em suas igrejas, marcadas pelas cerimônias austeras do puritanismo tradicional. Consequentemente, não demorou a se difundir pelos EUA, devido aos seus cultos vibrantes, marcados por expressões de êxtase, música e fortes emoções. Entre os negros americanos frequentadores dessas igrejas, apareceu uma rica corrente musical conhecida como *gospel music*. Posteriormente, o pentecostalismo atingiu países mais pobres, especialmente na América Latina, onde continua a crescer. De maneira geral, os pentecostais acreditam nos aspectos milagrosos da fé, como o poder de cura e de intervenção direta do Espírito Santo, e enfatizam a pregação dos Evangelhos. No anos de 1970, também nos EUA, surge o **neopentecostalismo**, que se difere do pentecostalismo tradicional sobretudo por estimular o fiel a buscar a prosperidade em vida no lugar da graça. Seus rituais costumam ser espetaculosos e midiáticos. Ao contrário de outras igrejas protestantes tradicionais, como a Batista e Luterana, as neopentecostais nem sempre são muito rígidas no que diz respeito aos hábitos e costumes de seus fiéis. Com forte presença na mídia eletrônica e na política, no Brasil controlam a programação de centenas de emissoras de rádio e televisão país afora, sendo a vertente protestante que mais cresce no país.



Mesquita em Foz do Iguaçu, no Paraná. O número de muçulmanos e adeptos do islamismo vêm crescendo no Brasil.

As experiências do século XIX, que provocaram a perda de suas forças junto aos setores populares brasileiros, fez com que a cúpula da Igreja Católica passasse a avaliar constantemente sua presença política no país.

Quando houve o avanço das ligas camponesas comandadas por Francisco Julião, em especial na região Nordeste, a Igreja Católica reagiu com a introdução de um grande programa de educação de base por meio do rádio (Movimento de Educação de Base) e com a formação de sindicatos rurais. Além disso, o desenvolvimento do capitalismo industrial e da tecnologia trouxe a exaltação do conhecimento científico, do racionalismo e da competitividade, em detrimento dos valores religiosos. Porém, isso não significa dizer que a busca espiritual tenha passado para uma posição irrelevante, mas sim que perde espaço na sociedade ocidental contemporânea. É exatamente este o motivo pelo qual a Igreja Católica (e outras também) tem dado maior atenção aos problemas sociais e às angústias e desesperanças de grupos sociais marginalizados pelo sistema capitalista.



Em missas e cerimônias, a Igreja Católica tem dado mais atenção aos problemas sociais dos pobres e desassistidos, além da busca espiritual.

PARA PRATICAR

1 (UnB) Assinale a opção correta a respeito de instituição social.

- A** É um sistema complexo e organizado de relações sociais relativamente permanentes, que incorpora valores e procedimentos comuns e atende a certas necessidades básicas da sociedade. Nas instituições sociais, as atividades não são rotineiras e previsíveis e as relações entre os membros tendem a uma não padronização.
- B** O poder coercitivo de uma instituição está no fato de que a sua existência depende da vontade dos indivíduos: basta esquecer suas regras ou tentar mudá-las para perceber a sua força.
- C** A institucionalização é o processo pelo qual certas atividades adquirem padrões e rotinas, e são esperadas e aprovadas para atingir objetivos considerados importantes. Um papel é dito institucionalizado quando foi padronizado, aprovado e esperado.
- D** As instituições não tendem a regulamentar e a controlar o comportamento dos indivíduos. Como elas incorporam as expectativas aceitas pela sociedade, qualquer desvio dessas expectativas pode sofrer punição ou exposição a constrangimentos.

2 (UEM 2013) *Dentro da sociedade norte-americana, o principal poder nacional reside hoje nos domínios econômico, político e militar. Outras instituições parecem colocadas do lado de fora da história moderna e, de vez em quando, subordinam-se convenientemente àqueles domínios. Nenhuma família é tão diretamente poderosa em questões nacionais quanto qualquer grande corporação: nenhuma igreja é tão diretamente poderosa nas histórias de vida externas dos jovens norte-americanos hoje quanto o Exército dos EUA; nenhuma universidade é tão poderosa na conformação dos eventos internacionais quanto o Conselho de Segurança Nacional. As instituições religiosa, educacional e familiar não são centros autônomos de poder nacional; pelo contrário, essas áreas descentralizadas são cada vez mais moldadas pelos três grandes poderes, nos quais ocorrem hoje os eventos de consequência decisiva e imediata.*

WRIGHT-MILLS, C. "A elite do poder: militar, econômica e política". In: FERNANDES, H. R. (Org.). *Wright-Mills: sociologia*. São Paulo: Ática, 1985. p. 70.

De acordo com o texto, é correto afirmar que

- 01. as instituições sociais mais poderosas nas sociedades modernas são as religiões, as escolas, as universidades e as famílias.
- 02. os domínios econômico, político e militar são muito importantes nas sociedades modernas, mesmo quando entram em conflito entre si, dado que seus interesses nem sempre são convergentes.

- 04. as universidades são instituições autônomas e independentes dos interesses econômicos, políticos e militares.
- 08. instituições familiares, educacionais e religiosas frequentemente se submetem aos interesses militares, políticos e econômicos.
- 16. as Forças Armadas e as agências, como os Conselhos de Segurança Nacional, são instituições cada vez menos importantes para os estados nacionais, dada a força de movimentos internacionais de caráter pacifista e de defesa dos direitos humanos e dos cidadãos.

Soma =

3 *No duplo circuito particular-geral, geral-particular, a família aparece como um intermediário entre o indivíduo e a colectividade. É um subsistema a um tempo afectado pela colectividade e afectando-a — parte de um todo orgânico, numa relação de interdependência e interpenetração. Fase do processo que conduz do indivíduo à colectividade, a família é um veículo de modelos sociais, um instrumento de termo socialização usado ao longo deste texto significa «o processo pelo qual o indivíduo aprende a ajustar-se ao grupo, através da aquisição de um comportamento social que o grupo aprova» — definição de «socialização» pelo qual os indivíduos se inserem no meio que os rodeia.*

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. "Família e 'socialização': um aspecto da evolução social contemporânea". *Análise social*, v. VII, n. 25-6, pp. 67-8, 1969.

Conforme o trecho, a socialização da criança é fundamental para a construção do "eu social". E, nesse contexto, a família tem como uma de suas funções a socialização primária das crianças. Esse processo, ao qual a sociologia atribuiu grande importância, justifica-se

- A** por ser por meio da família que a criança recebe as informações necessárias para que se adapte às regras da sociedade na qual está envolvida.
- B** por ser por meio da instituição familiar que a criança passa a questionar valores, o que lhe permite transformar o curso da sociedade em que se insere.
- C** por ter o grupo social familiar a capacidade de transmissão de hábitos, devido ao seu poder formal de moldar indivíduos e suas capacidades.
- D** por ser da família o poder de intermediar as esferas privada e pública de vida, impondo ao indivíduo o conceito de cidadania adequado à vida social.
- E** por ser por meio da instituição familiar que o indivíduo faz sua socialização, modificando hábitos, padrões e comportamentos para a organização em sociedade.

4 (Unioeste) Leia a letra de música a seguir:**Família**

*Família! Família!
 Papai, mamãe, titia
 Família! Família!
 Almoça junto todo dia
 Nunca perde essa mania...
 Mas quando a filha
 Quer fugir de casa
 Precisa descolar um ganha-pão
 Filha de família se não casa
 Papai, mamãe
 Não dão nem um tostão...*

*Família êh! Família ah!
 Família! oh! êh! êh! êh!
 Família êh! Família ah!
 Família!...*

*Família! Família!
 Vovô, vovó, sobrinha
 Família! Família!
 Janta junto todo dia
 Nunca perde essa mania...*

*Mas quando o nenê
 Fica doente
 Uô! Uô!
 Procura uma farmácia de plantão
 O choro do nenê é estridente
 Uô! Uô!
 Assim não dá prá ver televisão...*

*Família êh! Família ah!
 Família! oh! êh! êh! êh!
 Família êh! Família ah!
 Família! hiá! hiá! hiá!...*

*Família! Família!
 Cachorro, gato, galinha
 Família! Família!
 Vive junto todo dia
 Nunca perde essa mania...*

*A mãe morre de medo de barata
 Uô! Uô!
 O pai vive com medo de ladrão
 Jogaram inseticida pela casa
 Uô! Uô!*

*Botaram cadeado no portão...
 Família êh! Família ah!
 Família!
 Família êh! Família ah!
 Família! oh! êh! êh! êh!
 Família êh! Família ah!
 Família! hiá! hiá! hiá!...*

ANTUNES, Arnaldo; BELLOTTO, Toni. *Titãs*.

Com base na letra de música "Família" e nos seus conhecimentos sobre o tema, pode-se afirmar que:

- I. A família continua sendo uma instituição social valorizada em nossa sociedade.
- II. A família descrita na música é extensa e monogâmica.
- III. A família descrita na música é de um tipo alternativo, fora dos padrões tradicionais.
- IV. Na família os papéis sociais são muito bem definidos.

Assinale a alternativa que contempla as afirmativas corretas.

- A** I, II e IV.
B II e III.
C II, III e IV.
D I e IV.
E I, II, III e IV.

5 (UEM 2013) Considerando as análises sociológicas sobre a família, é correto afirmar que

01. a família, em nossa sociedade, é responsável pelos processos iniciais e informais de socialização.
02. a informalidade social da família em nossa sociedade está relacionada à possibilidade de exercício da intimidade e do afeto bem como do aprendizado das regras sociais.
04. a família nuclear é o modo predominante de organização das famílias nos espaços urbanos modernos.
08. a família é uma instituição social rígida que não está submetida a transformações históricas ou sociais.
16. a diversidade social, as políticas sociais de proteção às famílias e as lutas por direitos civis, verificadas no Brasil e no mundo nas últimas décadas, têm favorecido a proteção de organizações familiares que não se encaixam perfeitamente nos moldes tradicionalmente associados aos papéis de pai, de mãe e de filhos.

Soma =

6 Analise as afirmativas a seguir:

- I. A taxa de fecundidade brasileira tem decrescido nas últimas décadas, com consequente redução da taxa de natalidade. Essa é uma tendência não apenas do Brasil, mas de praticamente todos os países ocidentais que assistem a uma urbanização crescente e uma maior participação da mulher no mercado de trabalho.
- II. O crescimento da expectativa de vida do brasileiro tem como consequência alguns problemas, como a questão previdenciária, uma vez que há prolongamento dos pagamentos de pensões e aposentadorias.
- III. O crescimento da população absoluta brasileira a partir das décadas de 1940 e 1950 está relacionado ao aumento acelerado da taxa de mortalidade infantil no país.
- IV. A taxa de mortalidade infantil no Brasil está caindo vertiginosamente, o que atesta a elevação do desenvolvimento econômico do país e a redução da desigualdade social.

Está(ão) correta(s):

- A I, apenas.
- B I e II, apenas.
- C I, II e III, apenas.
- D I, II e IV, apenas.
- E todas.

7 Desde o primeiro recenseamento de âmbito nacional até a década de 1970, o perfil religioso da população brasileira manteve como aspecto principal a hegemonia da filiação à religião católica apostólica romana, característica herdada do processo histórico de colonização do país e do atributo estabelecido de religião oficial do Estado até a Constituição da República de 1891. As demais religiões praticadas no Brasil, resultantes dos vários grupos constitutivos da população, tinham contingentes significativamente menores. Em aproximadamente um século, a proporção de católicos na população variou 7,9 pontos percentuais, reduzindo de 99,7%, em 1872, para 91,8% em 1970. No Censo demográfico deste último ano, os evangélicos no seu conjunto somavam 5,2% e as demais religiões 2,3% do total. (...)

O Censo demográfico 2000 mostrou acentuada redução do percentual de pessoas da religião católica romana, o qual passou a ser de 73,6%, o aumento do total de pessoas que se declararam evangélicas, 15,4% da população, e sem religião, 7,4% dos residentes. Observou-se, ainda, o ligeiro crescimento dos que se declararam espíritas (de 1,1%, em 1991, para 1,3% em 2000) e do conjunto de outras religiosidades que se elevou de 1,4%, em 1991, para 1,8% em 2000.

Os resultados do Censo demográfico 2010 mostram o crescimento da diversidade dos grupos religiosos no

Brasil, revelando uma maior pluralidade nas áreas mais urbanizadas e populosas do país. A proporção de católicos seguiu a tendência de redução observada nas duas décadas anteriores, embora tenha permanecido majoritária. Em paralelo, consolidou-se o crescimento da parcela da população que se declarou evangélica. Os dados censitários indicam também o aumento do total de pessoas que professam a religião espírita, dos que se declararam sem religião, ainda que em ritmo inferior ao da década anterior e do conjunto pertencente a outras religiosidades.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. *Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.* Rio de Janeiro: IBGE, 2010. pp. 89-90.

A respeito da trajetória da Igreja Católica no Brasil, enquanto instituição social, podemos afirmar, conforme o texto, que

- A embora perca (na atualidade) adeptos para Igrejas protestantes, nunca teve sua hegemonia abalada devido à sua política histórica de manter-se aliada às estruturas políticas vigentes.
- B sempre se manteve coerente e ativa nos assuntos nacionais, ao fazer opção constante pelos menos favorecidos socialmente.
- C ao apoiar a Teologia da Libertação, a Igreja Católica posicionou-se historicamente ao lado dos movimentos sociais libertadores, o que sempre lhe garantiu hegemonia, embora haja queda no número de adeptos na atualidade.
- D os números sempre crescentes de fiéis atestam a linha constante e segura da Igreja Católica na luta por justiça social, o que a faz ser predominante no país.
- E no decorrer do período republicano brasileiro, a Igreja Católica foi modificando sua atuação no país, adotando tendências por vezes liberais, populistas ou conservadores o que, de certa forma, pode ter refletido na queda do número de fiéis atualmente.

8 (UEM 2011) O fenômeno religioso ocupa um importante espaço nas preocupações sociológicas. Considerando o tratamento sociológico desse tema, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).

01. Dada a importância que possui para as relações sociais, a religião é uma instituição que influencia outras instituições, como a família e o Estado, mas não pode ser por estas influenciada.
02. A Sociologia comporta teorias diversas sobre o fenômeno religioso. Entretanto, todas elas enfatizam seu papel na promoção da estabilidade social e não nas mudanças sociais.
04. Para Durkheim, a religião tem a função de reforçar a solidariedade social, ou seja, a coesão da sociedade.

08. Os dogmas religiosos dizem respeito a verdades irrefutáveis mantidas pela fé. Para serem reconhecidos como válidos, eles não requerem uma justificação científica.
16. O termo *Igreja* só se aplica às manifestações religiosas de origem ocidental. Nas demais sociedades, as manifestações religiosas devem ser compreendidas como seitas.

Soma =

9 (UEM 2015) Considerando os estudos contemporâneos sobre sexualidade e diversidade sexual nas ciências sociais, assinale o que for **correto**.

01. É consenso entre cientistas, juristas e sociólogos que a homossexualidade é um problema psicológico e, portanto, não possui conexões com fenômenos de ordem social.
02. Para a sociologia, a sexualidade, apesar de fortemente associada à experiência individual, pode também ser analisada sob uma perspectiva político-cultural.
04. As defesas política e jurídica de certas formas de expressão da sexualidade como "normais" e de outras como "anormais" naturalizam as primeiras como normas sociais e associam a elas práticas e valores positivos, ao mesmo tempo em que inferiorizam outras possibilidades de expressão sexual.
08. Para o pensamento sociológico, gênero é uma determinação fisiológica e, portanto, todos os aspectos a ele relacionados só têm significado biológico.
16. A homofobia é uma prática discriminatória que produz e legitima diferentes formas de violência contra grupos sexuais em situação de desvantagem civil ou social.

Soma =

10 (UEM 2015) Deus é comumente pensado como um ser do sexo masculino nas religiões monoteístas que possuem maior número de adeptos ao redor do mundo. Considerando o exposto, assinale o que for **correto** em relação às análises sociológicas sobre sexo e gênero.

01. Os textos religiosos e as ideias teológicas dizem respeito a crenças e, portanto, referem-se a escolhas particulares e a aspectos da vida privada. Portanto, não devem ser analisados pela sociologia.
02. Segundo Émile Durkheim, a religião é uma das instituições responsáveis por promover a ordem social, incidindo sobre o modo como são organizadas as relações de trabalho, de família, de justiça etc.

04. Pela perspectiva feminista, a desigualdade de gênero reforçada pelo discurso dos textos sagrados é uma forma de manutenção dos privilégios masculinos.
08. Ao constituir valores que orientam moralmente a conduta social dos indivíduos, como sinaliza Max Weber, as religiões não promovem conflitos ou desigualdades.
16. As grandes religiões monoteístas – o cristianismo, o islamismo e o judaísmo – têm contrariado amplamente seus tradicionais textos sagrados e aceitado a ostensiva presença feminina no exercício de funções sacerdotais.

Soma =

11 (UFG 2011) Leia o fragmento de texto a seguir.

Retrocedendo no tempo, verifica-se que para os homens, já em 1940, a média de idade no ato do casamento legal era de 27,1 anos, a qual se manteve quase inalterada até nossos dias [1998]. Com as mulheres não ocorreu o mesmo. Em 1940, elas se casavam no civil mais cedo, em média aos 21,7 anos, idade que veio crescendo sistematicamente e passou a 23,3 anos em 1950, 23,8 em 1960 e 24 em 1970.

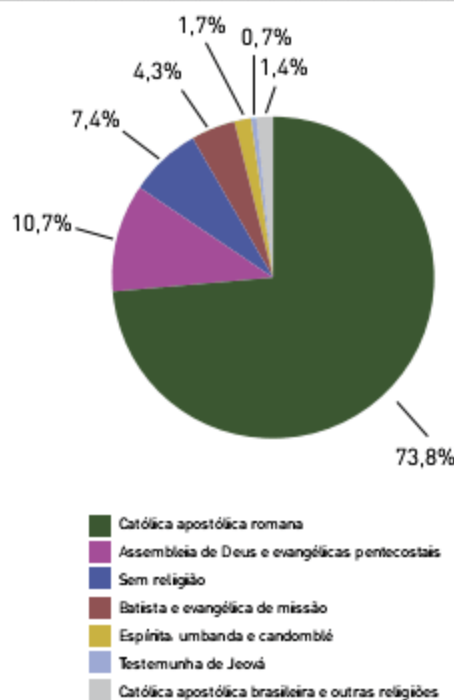
BERQUÓ, Elza. *Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica*. In: SCHWARCZ, Lília M. *História da vida privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4. pp. 416-17. [Adapt.].

O texto retrata diferenças na idade média das mulheres, em relação à dos homens, no que se refere ao casamento civil. No Brasil, o aumento progressivo da idade de casamento das mulheres entre as décadas de 1940 e 1970 se deve, sobretudo, à

- A** instituição do divórcio, que deu aos divorciados o direito de contrair novo matrimônio.
- B** aprovação do código eleitoral, que garantiu a participação política das mulheres.
- C** elevação da escolaridade, que possibilitou maior inclusão das mulheres no mercado de trabalho.
- D** ampliação da longevidade feminina, que influenciou na nupcialidade e nas parturições.
- E** implementação de políticas de saúde pública, que permitiu o acesso à contracepção e à esterilização.

Caiu Enem
7 (Enem)

RELIGIÃO NO BRASIL - 2007



Fonte: IBGE. Atlas de situação municipal. São Paulo, Cia. Editorial Nacional, 2007 (Adapt.).

Uma explicação de caráter histórico para o percentual da religião com maior número de adeptos declarados no Brasil foi a existência, no passado colonial e monárquico, da

- A incapacidade do cristianismo de incorporar aspectos de outras religiões.
- B incorporação da ideia de liberdade religiosa na esfera pública.
- C permissão para o funcionamento de igrejas não cristãs.
- D relação de integração entre Estado e Igreja.
- E influência das religiões de origem africana.

8 (UFPR 2011) Normalmente, quando se fala de socialização, se pensa no processo de interiorização de normas e de comportamentos sociais pela criança. Durkheim afirma que a socialização primária da criança, que ocorre nos primeiros anos de vida, é de responsabilidade da família, e a socialização secundária se faz em instituições como a Igreja e a escola. Considerando que vivemos no século XXI, que outras instituições participam hoje da socialização da criança? Cite duas e justifique sua escolha.

9 (UEM) Considere o seguinte texto:

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) reviu o conceito de família e, agora, passa a conceder financiamento para casais homossexuais, solitários com mais de 25 anos, famílias mononucleares (pais e mães solteiros) e anaparentais, como avós e netos, tios e sobrinhos, irmãos ou primos, além de uniões baseadas não no parentesco, mas na ligação afetiva. Até então, a CDHU só aceitava como beneficiários de seus programas homens e mulheres casados ou registrados em uma união estável.

O Estado de S. Paulo, 9 ago. 2008. Caderno Cidades.

Assinale o que for correto sobre esse trecho de reportagem e o tema do qual ele trata.

- 01. As informações da reportagem autorizam afirmar que a instituição familiar diminuiu sua importância nas sociedades contemporâneas.
- 02. As mudanças descritas na reportagem mostram que, diferentemente do que afirmam muitas teorias sociológicas, a família deixou de ser a primeira instituição à qual os indivíduos pertencem.
- 04. A reportagem sobre os novos critérios utilizados pela CDHU para financiar moradias é reveladora do quanto as regras que autorizam ou proíbem determinados tipos de uniões familiares variam no espaço e no tempo.
- 08. Os novos conceitos de família utilizados pela CDHU permitem concluir que a função reprodutiva está deixando de caracterizar, centralmente, a instituição familiar.
- 16. Podemos concluir da reportagem que as transformações pelas quais a sociedade vem passando forçam o Estado, muitas vezes, a rever seus critérios de distribuição de recursos públicos e de acesso a serviços.

Soma =

10 (UEM) Considerando as transformações contemporâneas das religiões no Brasil, assinale o que for correto.

- 01. Nos grandes centros urbanos, as igrejas ajudam a criar um espaço de reconstituição de laços de sociabilidade e de sentimento de pertencimento.
- 02. Nas últimas décadas, a diversificação de igrejas pode ser melhor compreendida se analisarmos como se dá a consolidação e a expansão de práticas religiosas que comercializam símbolos de fé.
- 04. A religião é apreendida pelos indivíduos modernos como um universo no qual a adesão deve ser coletiva, o que lhes retira a autonomia na escolha das crenças.
- 08. O impacto da modernidade sobre o campo religioso se traduziu em um gerenciamento das igrejas como estruturas empresariais, associadas a modernos meios de comunicação de massa.
- 16. As igrejas não são instituições estáticas. Elas também passam por processos de transformação social que alteram suas práticas rituais.

Soma =

Refleta sobre

[...]

O homem não religioso não deixa, normalmente, de sê-lo, ao participar de rituais com correspondências em ciclos: natal, ano-novo, páscoa e tantos outros dias santos. É como se dissesse: "não sou tão religioso, mas também, apesar das dúvidas, não desprezo o que é considerado como tal".

A Igreja Católica, por sua vez, faz parte da cultura brasileira. Não há como fugir desta afirmativa. [...] Porém, ao que parece, não foi, historicamente (ao menos no Brasil), tão rigorosa ao ponto de impedir outras buscas. E mantém-se assim. [...] Talvez porque saiba, no fundo, que tanto ela quanto outras tendências, buscam, na essência, o mesmo. Assim como os indivíduos que, ao não terem certeza do caminho, mesmo inconscientemente, persistem na procura pelo que os conforte.

KUPPER, Agnaldo. "Catolicismo no Brasil: uma trajetória de ganhos e perdas". *Terra e cultura: cadernos de ensino e pesquisa*. Londrina, ano 29, n. 56, p. 128, jan./jun. 2013.

Desde sua formação até os dias de hoje, o Brasil é considerado um país católico, em sua maioria. Contudo, com o passar do tempo, outras inúmeras religiões têm conquistado cada vez mais adeptos (como a evangélica, a espírita, a umbanda etc.). Diante dessas colocações e com base em seus conhecimentos, discuta com o professor e com seus colegas a respeito dos costumes brasileiros (como a comemoração de feriados religiosos) em um país onde a diversidade religiosa é cada vez maior, levando em consideração a convivência entre essa pluralidade de pensamentos e crenças.

■ Quer saber mais?



Livros

- FERNANDEZ-ARMESTO, Felipe; WILSON, Derek. *Reforma: o cristianismo e o mundo 1500-2000*. FALCK, Celi-
na Cavalcante (Trad.). Rio de Janeiro: Record, 1997.
Nessa obra, o autor traça uma trajetória das ações do cristianismo católico, em especial na América Latina.
- PRADO, Danda. *O que é família*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
Nesse trabalho, a autora aborda a definição de família enquanto instituição e grupo social: sua estruturação, sua condição no mundo contemporâneo e a projeção para o futuro familiar.



Site

- "Novas formas de amor e união afetiva"
Essa reportagem mostra um exemplo das novas formas de relacionamento e de comportamento afetivo, que vêm redefinindo a noção de família nos dias atuais.
<<http://p.p4ed.com/XMOVZ>>.

- "Família brasileira: mudanças e perspectivas"
Esse artigo aborda as mudanças pelas quais a família brasileira passa desde o início dos anos de 1960, como a diminuição no tamanho e uma maior diversidade nos arranjos domésticos e familiares.
<<http://p.p4ed.com/LBUXW>>.



Filmes

- *A missão*. Direção: Roland Joffé. Roteiro: Robert Bolt. Reino Unido, 1986.
Neste filme histórico, Joffé narra a ação de um padre católico que tenta edificar uma missão com o fim de pregar o catolicismo entre os indígenas, em uma missão no Sul da colônia brasileira. Por meio deste filme, o papel da Igreja na colonização da América Portuguesa e Espanhola pode ser analisado, assim como a formação das missões jesuíticas.
- *Eu, tu, eles*. Direção: Andrucha Waddington. Roteiro: Elena Soarez. Brasil, 2000.
Nesse filme, o diretor Waddington descreve com sutileza e sensibilidade um exemplo de família poliândrica no sertão nordestino.

RESUMO teórico

- Uma instituição social pode ser definida como o conjunto de procedimentos a que devemos nos submeter junto à estrutura social na qual estamos inseridos.
- Família, Igreja e Estado são instituições sociais que dirigem nossas formas de sentir, pensar e agir ao longo de nossas vidas.
- A família é, ao mesmo tempo, um grupo social primário e uma instituição social.
- Atualmente, a família, enquanto instituição social, passa por transformações importantes.
- Características da família no Brasil: com tendência à redução de tamanho decorrente da diminuição das taxas de fecundidade, crescimento do número de separações, divisão de tarefas pelo casal, novos casais formados a partir de novas uniões, uniões estáveis, crescimento das uniões homoafetivas, casamentos tardios.
- Tem se tornado comum no Brasil e no Ocidente as famílias mosaico, nas quais as unidades domésticas são formadas por casais separados com os filhos dos primeiros casamentos. Crescem as famílias que têm a mulher como chefe de família, dada a importância significativa que a mulher vem adquirindo no mercado de trabalho, embora seus salários ainda sejam menores que os dos homens na média geral.
- A Igreja, enquanto instituição social, apresenta uma função importante por gerar estabilidade social e colabora para uma melhor adequação de um indivíduo às normas sociais.
- Historicamente, no Brasil, prevalece o catolicismo, que dita normas, comportamentos e pensamentos em nossa sociedade desde o período colonial.
- A partir da quebra do Padroado (1872), a Igreja Católica afastou-se das causas populares brasileiras, buscando retomar sua efetiva participação na vida nacional a partir de 1920.
- No século XX, emergiram inúmeras igrejas cristãs protestantes, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base e a Teologia da Libertação.
- No Brasil contemporâneo, o perfil religioso dos brasileiros tem se alterado, principalmente com a elevação do número de protestantes, sobretudo das vertentes pentecostais e neopentecostais.
- No entanto, o catolicismo ainda é a religião declarada da maioria dos brasileiros e predominante no país, apesar do avanço evangélico e protestante. Com isso, a Igreja Católica reage buscando se adequar aos novos tempos e impedir o avanço do pentecostalismo protestante.
- No Brasil, fazem parte dessas mudanças movimentos como o de Renovação Carismática e a necessidade de dar maior atenção aos problemas sociais, seguindo, assim, as novas orientações e os discursos do Papa Francisco, um jesuíta dedicado aos pobres quando cardeal de Buenos Aires.



Capítulo

10

Política, poder
e Estado



Tania Régio/Agência Brasil • Marcelo Camargo/Agência Brasil

Atualmente, o Brasil vive uma democracia eleitoral.



Em nosso cotidiano, normalmente utilizamos a palavra “política” para fazer referência à “política da escola”, “da empresa”, “financeira”, “da Igreja”, entre outras. Também se costuma pensar que alguém “deveria ser mais político” ou, de forma pejorativa, acusa-se algum indivíduo (ou grupo) de fazer “politicagem”.

Neste módulo, faremos referência à política enquanto arte de governar (etimologicamente, “política” provém de *polis* = arte de governar). Portanto, ligaremos política ao poder ou à arte de determinar os caminhos de uma comunidade ou sociedade.

Devemos considerar poder como capacidade de ação e produção de resultados aspirados sobre indivíduos ou grupos, além de apresentar a existência de uma relação explícita: quem manda e sobre quem recai as determinações dos mandantes.

Para que exista poder, é necessário que se possua uma força impositora, conquistada ou atribuída. Por isso, o poder pressupõe relação e, para ser legítimo, necessita do consentimento daqueles que obedecem às determinações.

O Estado, enquanto instituição, é a instância detentora do poder político e edificou-se, em suas conotações e bases contemporâneas, passando por inúmeras transformações ao longo da história até assumir suas configurações nos tempos modernos: democrático, autoritário, teocrático, monárquico, republicano, parlamentarista, entre outros.

- ▶ Estaria o processo democrático vinculado apenas ao poder de voto? E a outras conquistas?
- ▶ Como podemos participar do sistema democrático vivido pela maior parte dos povos nos dias de hoje?
- ▶ A democracia é real?
- ▶ Como podemos aprimorá-la?
- ▶ Como se estruturou historicamente o Estado brasileiro? Dentro dessa construção, como podemos examiná-lo hoje?

C C3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

H H15 - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.

Poder e Estado

Devemos entender o Estado como uma instituição formada por território, população e governo. Embora se conceda legalmente o monopólio da força ao Estado, esse poder sustentado somente pela força não possui longevidade. Ao menos é o que demonstra a história.

- Nos **Estados teocráticos**, ou **teocracias**, como o Irã, o poder emerge da vontade de Deus.
- Nos **Estados monárquicos**, como a Arábia Saudita atual ou Portugal de antigamente, o poder é transmitido entre gerações e mantido pelas forças da tradição, sendo o soberano o principal mandatário. Atualmente, nas **monarquias parlamentares** atuais, como na Espanha ou no Reino Unido, o poder do monarca é mais simbólico que efetivo, ao contrário das monarquias absolutistas europeias do passado.
- O **Estado absolutista** – primeira forma de Estado moderno e que se sucedeu ao sistema feudal a partir do século XIII –, por expressão da vontade divina, era estruturado em torno da figura de um rei absolutista que compartilhava suas decisões com membros de um conselho de ministros. A ação sobre a economia era total e o poder era centralizado na figura do rei. Esse tipo de Estado foi uma aspiração da burguesia nascente, desejosa de um Estado centralizado que lhe garantisse representação, além de moeda, pesos e medidas, leis



Marcus Gheeraets, o Jovem, *Portrait of Queen Elisabeth I*, 1590

óleo sobre tela, Galeria Palatina, Florença, Itália. Elizabeth I, exemplo de monarca absolutista, cujo reinado de mais de quarenta anos trouxe prosperidade e estabilidade ao reino britânico e transformou a Inglaterra em uma das maiores potências marítimas e mercantis do período.

e poder militar únicos. O absolutismo acabou centralizando as decisões políticas, aproveitando-se da decadência da nobreza feudal e estabelecendo um equilíbrio social. Tal estrutura estatal teve defensores clássicos como Thomas Hobbes (1588-1679), Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Jacques Bossuet (1627-1704).

- O **Estado liberal**, em que o governo não deve intervir, mas garantir a livre iniciativa econômica e o livre exercício da sociedade e da palavra, suplantou o Estado absolutista a partir das revoluções ocorridas, a princípio, na Inglaterra e na França, nos séculos XVII e XVIII, as quais deram maior poder à burguesia, agora fortalecida e capitalizada. Ele teve como função a proteção à propriedade privada capitalista e a captação de recursos para investimento no desenvolvimento econômico, especialmente o industrial, sem as amarras da interferência real. Também adquiriu o *status* de democrático ao fortalecer, inicialmente na Inglaterra, em 1689, a

figura do parlamento como representante legítimo da sociedade civil.

- Nos **Estados aristocráticos**, como os de algumas cidades-estado da Grécia, na Antiguidade, apenas os melhores (a nobreza, por exemplo) são considerados cidadãos (e capazes de gerir os interesses coletivos).
- Nos **Estados democráticos modernos**, o poder legítimo emerge da vontade do povo pela escolha de seus representantes por meio do voto. Atualmente, um estado pode ser democrático, secular e monárquico, como a Espanha, a Suécia, o Japão e a Bélgica, ou monárquico e teocrático, como a Arábia Saudita. Além disso, também pode ser uma república presidencialista ou uma ditadura autoritária, como Guiné Equatorial e Zimbábue, na África, Cazaquistão e Paquistão, na Ásia, ou um regime secular autoritário, como na Síria, cujo poder é hereditário e passado de pai para filho, como uma monarquia.



Thomas Rowlandson; Augustus Charles Pugin, "House of Commons", 1804. De Rudolph Ackermann, *Microcosm of London*, Londres: Methuen & Co., 1904, v. 1/University of Toronto Library (Domínio público)

O parlamento inglês e seu papel no fortalecimento da sociedade civil.



Adolf Hitler.



Joseph Stalin.



Benito Mussolini.

Em regimes totalitários, como o nazismo, o stalinismo, o fascismo e o Estado Novo, este no Brasil, há o risco de o poder ser incorporado a um partido único, associando-o à figura de um dirigente carismático com amplos poderes, vinculados às arbitrariedades e à opressão, em que a população se vê ameaçada.

- Para os **Estados totalitários** (como o fascismo e o stalinismo), as massas são mobilizadas, porém a autonomia dos indivíduos deixa de existir a partir de uma ideologia do terror e pela imposição das vontades de um líder e seus colaboradores, com forte crítica ao liberalismo e com hostilidade aos princípios democráticos, sendo os opositores perseguidos e os líderes, no caso de Stalin, Hitler ou Mussolini, exaltados pela propaganda de Estado.
- Para os **anarquistas**, há a preferência por formas alternativas de organização voluntária, sem a presença do Estado, considerado nocivo e desnecessário. Não se deve, no entanto, entender a proposta anarquista como individualista, uma vez que segue o princípio da cooperação e da aceitação dos membros de uma comunidade.

Contratualismo e poder de Estado

Os teóricos contratualistas pensaram a formação do Estado a partir de um contrato social firmado entre os homens para a edificação de uma comunidade com regras comuns. Para Thomas Hobbes, o contratualismo aparece sistematizado como doutrina, sobretudo em seu célebre livro *Leviatã* (1651).

Segundo Hobbes, inicialmente, o homem vive em um “estado de natureza”. Essa expressão é utilizada para reafirmar tanto os mais primitivos estágios da história humana como a situação de desordem em que os homens se encontram sempre que não têm suas ações controladas e reprimidas pela voz da razão, pelas instituições políticas fortes e eficientes ou por um poder superior. Dessa forma, o estado de natureza é uma ameaça permanente que paira sobre a sociedade, além de poder ser deflagrado toda vez que a paixão e os instintos falarem mais alto que a razão, ou quando a autoridade fracassar.

Thomas Hobbes, como teórico do absolutismo, ressalta a magnitude desse perigo de desordem social entre os homens afirmando que eles, enquanto estiverem em estado de natureza, são inclinados à violência, são egoístas, além de insaciáveis, condenando-se a uma vida repulsiva, solitária, pobre, dominada por instintos selvagens e, por isso mesmo, breve e tumultuada, na qual reinaria a desordem e o caos. Isso acarretaria a infindável guerra de todos contra todos. Esta seria deflagrada levando-se em conta a igualdade natural de todos os homens. Justamente por serem iguais, em princípio, cada um vive constantemente temeroso de que outro venha tomar-lhe os bens ou causar-lhe algum mal, pois todos seriam capazes disso.

Esse temor, por sua vez, gera um estado de desconfiança, que leva os homens a tomar a iniciativa de atacar antes de serem agredidos. É nesse ponto que a razão humana interfere, levando-os a estabelecer o **contrato social**.

Apesar de suas más, imprevisíveis e irracionais paixões, o homem é racional, tem consciência e, à medida que cresce e é educado em sociedade, descobre os princípios que precisa obedecer a fim de viver no "estado social", regulamentado pelo direito, superando, assim, o estado de natureza. Dessa forma, Thomas Hobbes formulou duas leis fundamentais da natureza, as quais se encontram na base da vida social. A primeira delas afirma que, enquanto tiver a esperança de alcançar a paz, cada homem deve empenhar-se para consegui-la; contudo, quando não puder conquistá-la, precisa procurar e fazer uso das vantagens e ajudas da guerra. A segunda afirma que cada um deve concordar em renunciar ao seu direito a todas as coisas, se os demais também consentirem e enquanto for necessário para a paz e a defesa de si mesmo. Além disso, cada um deve concordar em satisfazer-se com a mesma liberdade que for concedida aos demais. Estando cientes dessas leis, os homens estabelecem o "contrato", que é a transferência mútua de direitos. Devido a esse ato racional (um acordo entre os homens), a vida em sociedade é construída, e sua preservação depende da presença de um poder visível, que possa manter os homens nos limites acordados e, por temor ao castigo, obrigue-os a cumprir com seus compromissos e a atentar nas leis da natureza citadas anteriormente. Esse poder visível, o **Estado**, pode ser considerado como um grande indivíduo artificial, uma instituição erguida pelo homem natural, em conjunto com a comunidade, para sua própria defesa e proteção.

Ressaltando as características e os males do estado de natureza, Hobbes chega à conclusão de que, uma vez estabelecida a comunidade dos homens, por conquista ou por qualquer outro meio conveniente, ela deve ser preservada a todo custo por causa da segurança que o fato de viver em comunidade dá aos homens. Afirma ainda que mesmo um mau governo é melhor do que a permanência do homem ou da comunidade em estado de natureza. Assim, todo governante teria obrigações morais decorrentes de suas funções, contudo, pode acabar não as cumprindo. Entretanto, mesmo que o governante faça algo moralmente errado, sua vontade não deixa de ser lei e a desobediência a ela é indevida, justamente para que se evite a volta ao "estado de natureza", ou ao caos.

Porém, o que difere Hobbes de outros pensadores contratualistas, como Rousseau, é o fato de que, para cumprir seus objetivos, o poder do governante não pode sofrer limitações, pois, uma vez que elas ocorram, aquele que as impõe é que se torna o verdadeiro governante. Disso tudo resulta o conceito de Estado como uma

pessoa cujos atos representam uma grande multidão (povo), mediante pactos recíprocos e tácitos entre seus membros, a fim de que essa pessoa, no caso, o Estado, possa empregar a força e todos os meios, como julgar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comuns. O Estado, assim, seria fortalecido na figura do soberano, o que legitimaria o absolutismo. Ou seja, essa pessoa (Estado) é representada pelo soberano ou rei, e cada um dos que o rodeia é seu súdito. Como fica evidente, além da afirmação da base contratual da sociedade e do Estado, encontra-se na obra de Hobbes uma clara sugestão ao absolutismo da Idade Moderna. Suas ideias exerceram grande influência prática, tanto por seu prestígio pessoal junto à nobreza inglesa, pois Hobbes foi preceptor do futuro Rei Carlos II da Inglaterra, como pela circunstância de que tais ideias ofereciam uma solução para os conflitos de autoridade, de ordem e de segurança, de grande intensidade no século XVII, com as Revoluções Inglesas.



Abraham Bosse, capa original de *Leviatã*, livro escrito por Thomas Hobbes, c. 1651, gravura, Londres, Inglaterra.

Assim, mesmo justificando o absolutismo e o fortalecimento do poder do soberano, o pensamento contratualista de Hobbes define o Estado Moderno por excelência, mesmo em sua configuração atual, na qual prevalece a democracia representativa, com alternância de poder. De certa forma, a democracia de nossos dias se trata de um contratualismo no qual o indivíduo delega o poder, por meio de um acordo ou votação, a um representante eleito, incumbido de administrar ou legislar o Estado, a fim de se evitar a desordem social ou a volta ao estado de natureza. A própria democracia moderna surgida na América, após a Revolução Americana (1776), foi pensada como uma monarquia, em que o poder, entretanto, seria revezado entre os representantes eleitos a cada quatro anos. A diferença, segundo Alexis de Tocqueville, em *A democracia na América* (1835-1840), consiste na igualdade de condições, em que seria democrática a sociedade em que o povo teria soberania. Para Tocqueville, o fato de o povo escolher aquele que faz a lei e aquele que a executa ou, em outras palavras, quando o povo escolhe diretamente seus representantes, está assim comprovando sua soberania.

O Estado democrático

O Estado democrático guia-se por uma Constituição legitimamente promulgada e impõe-se pela sua vontade em nome da segurança da sociedade que representa. O Estado, enquanto instituição, possui o monopólio da força – impondo e obrigando – ao fazer cumprir as leis formuladas pelos representantes do povo eleitos democraticamente.

No mundo globalizado contemporâneo, assiste-se à proliferação dos Estados democráticos, organizados em torno de monarquias parlamentaristas e de repúblicas parlamentaristas ou presidencialistas.

Para o cumprimento pleno da democracia, exige-se o preenchimento de alguns quesitos:

- Não passividade dos cidadãos nos assuntos políticos (seja de seu bairro, de sua cidade, ou em dimensões maiores, nas esferas estadual e federal) ao sempre questionar, argumentar e cobrar as autoridades.
- Rotatividade no exercício do poder, que garanta a existência de uma oposição coerente e responsável.
- Cultura aberta, em que determinados grupos detentores de meios de comunicação exponham posicionamentos sob diversos ângulos, e não apenas sob pontos de vista que lhes favoreçam ou beneficiem grupos de domínio de poder, possibilitando a diversidade.
- Pluralidade e liberdade de opiniões, com a implantação de canais de comunicação que garantam as manifestações das várias correntes e visões de grupos majoritários e minoritários, mesmo que divergentes.
- Conflito, uma vez que as opiniões podem ser divergentes, é a partir do confronto de ideias que uma sociedade se constrói e se solidifica em propósitos.

PONTO DE CONEXÃO

Em Filosofia, observe as diferenças entre as ideias de contrato social para Thomas Hobbes e para Jean-Jacques Rousseau. Enquanto o primeiro legitimou o absolutismo, o segundo valorizava o estado de natureza do homem e acreditava na soberania popular, livre da aristocracia e das amarras da nobreza.



John Barker/Wikimedia Commons (Domínio público)

John Barker, *The Battle of Marston Moor*, 1644, século XIX, óleo sobre tela, Cheltenham Art Gallery & Museum, Cheltenham, Inglaterra. Thomas Hobbes vivenciou as Revoluções Inglesas, sem um governo forte, investido na figura de um soberano, em acordo com o povo por contratualismo. Dessa forma, não há Estado, há somente guerras, destruição e a volta do homem ao primitivo estado de natureza: uma permanente ameaça que paira sobre a sociedade, mesmo nas civilizadas.



A liberdade de opiniões e de manifestações é um dos quesitos básicos para uma democracia plena. Em junho de 2013, manifestantes protestaram em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, (e em várias cidades do país) contra gastos na Copa e corrupção e por melhorias no transporte público, na saúde, na segurança e na educação.

A Europa passou por vários processos evolutivos, revoluções, aniquilamentos, confrontos e questionamentos, do feudalismo ao absolutismo da Idade Moderna, dos regimes totalitários à democracia representativa da Era Contemporânea. Já o Brasil, de história recente, foi colônia de exploração europeia até 1822 e com uma sociedade sempre oligárquica, em que poucos representavam o poder político e econômico. Mesmo com sua emancipação, manteve-se como país periférico, atendendo a interesses externos ao exportar matéria-prima, como ocorrera durante o colonialismo, pela relação exclusivista do Pacto Colonial.

Por herança do colonialismo e também por ter se constituído como uma nação soberana há pouco tempo e sem a participação popular em seu processo de Independência, o Brasil apresenta alguns impasses em sua constituição enquanto Estado democrático:

- O desrespeito a grupos minoritários (que não têm seus direitos plenamente reconhecidos e aplicados).
- A presença de partidos políticos clientelistas e sem claros posicionamentos em termos de propostas.
- As desigualdades econômicas extremas entre cidadãos, o que impede uma real participação deles no processo de discussões políticas.
- O racismo não assumido dificulta que grupos discriminados possam lutar pela igualdade, inclusive jurídica.
- A indústria política, em que normalmente os mais poderosos economicamente e os oportunistas galgam cargos políticos públicos dirigentes.
- A mentalidade de muitos cidadãos que acreditam que a democracia é um processo resumido à condição de somente poder eleger (nesse caso, mais do que eleitores, “votantes”), sem ter consciência dos processos decisivos e sem participar plena e ativamente da democracia.

Atenção!**A democracia e suas fragilidades**

A democracia atinge a sociedade a partir do momento em que as relações em comum ou a amizade definem a relação das pessoas, que é a contestação do servir autoimposto, um dos requisitos indispensáveis para a constituição e consolidação de uma verdadeira democracia.

Mas esta é uma tarefa difícil e impõe vários complicadores, pois, devido à incompletude da democracia e não havendo modelos a seguir, ela se autoproduz no seu próprio percurso e é renovada sob várias perspectivas: restritiva e direta à época dos antigos gregos, representativa e indireta nos tempos atuais. A árdua tarefa que todos realizam de tempos em tempos, de acordo com os ciclos de renovação política vinculada às mudanças da sociedade, está sujeita a riscos de enganos, apropriações indevidas, ilusões de massa, desvios, manipulações por uma classe dominante ou por projetos perpétuos de poder por um único partido ou por um grupo econômico mais forte, apropriando-se da vontade popular. Dessa forma, a democracia é frágil e suscetível às instabilidades da história, o que faz parte da sua própria natureza, tornando-a mutável de acordo com as aspirações populares e de classe.

Por isso, em qualquer democracia, a principal ameaça é a emergência de um regime totalitário, mesmo de aparência democrática, representado em grupos que sucumbem à sedução do absoluto e desejam restabelecer a "ordem", a centralidade e a hierarquia à maneira das antigas monarquias hereditárias e absolutistas, sejam esses grupos de esquerda ou de direita, que tomam o Estado para si, personalizando-o.

Assim, a consolidação da democracia pode ser encontrada na politização das pessoas, as quais precisam abandonar o hábito, ou até mesmo o vício, do individualismo, da cidadania passiva, a fim de se tornarem mais ativas e informadas da coisa pública.

O Estado, em defesa de seus cidadãos, guia-se por uma constituição e detém o monopólio da força, conforme assinalado por Max Weber, para a segurança da sociedade, que precisa preservar por questões de contrato social. Tanto que em um Estado democrático, como o brasileiro, profissões relacionadas à segurança, como policial (civil ou militar), promotor público e juiz, são definidas como "funções típicas de Estado", sendo obrigatória a realização de concurso público para poder exercê-la e para o preenchimento do cargo, além de formação específica, não existindo cargos semelhantes na iniciativa privada.

Em uma situação democrática, o governo é formado por indivíduos escolhidos pelos cidadãos, sendo (ou devendo ser) rotativa a escolha dos governantes e representantes. Portanto, essa escolha muda de tempos em tempos, de acordo com as regras constitucionais pré-estabelecidas.

No entanto, não devemos confundir conceitos. **Estado** possui significado diferente de nação e de pátria. **Pátria** é o lugar em que um indivíduo nasce; e **nação** é formada por pessoas com idioma, valores, sentimentos e histórias comuns. Assim, pátria e nação não se estabelecem, necessariamente, dentro do Estado ou no mesmo território. No caso dos curdos, por exemplo, trata-se de uma nação que ocupa territórios de países diferentes, como Turquia, Síria, Iraque e Irã. Já no caso das nações indígenas brasileiras, elas ocupam territórios do Brasil em diferentes regiões.

Cabe ao **governo**, enquanto componente do Estado, gerir a sua **política**, que é o conjunto de ações tomadas por pessoas determinadas para os diversos cargos para o melhor gerenciamento possível do Estado, protegendo seu território e seus habitantes, além de determinar os rumos da instituição como um todo. Caso o governo não consiga eliminar uma convulsão social ou a violência, perderá seu poder de coerção e poderá deixar de existir.

O Estado difere das demais instituições sociais (Igreja e família) por possuir mecanismos de poder formais para regular as relações entre os membros da sociedade.

Em essência, os Estados modernos possuem três poderes, definidos como autônomos: **Executivo** (encarregado de executar as leis), **Legislativo** (encarregado de elaborar as leis) e **Judiciário** (encarregado de interpretar a Constituição e fazer prevalecer a justiça).

Para o alemão Karl Marx (1818-1883), de acordo com seu raciocínio dialético, o Estado é uma instituição que interfere na luta de classes de modo parcial, quase sempre defendendo os interesses das classes dominantes. Para Max Weber (1864-1920), o Estado é a instituição política que detém o monopólio do uso da força física, subordinando a sociedade que representa.

ESTADO = população + território + governo



Luís Macedo/Câmara dos Deputados

Câmara dos Deputados Federais, em Brasília (DF), um órgão componente do poder Legislativo, que tem como um de seus objetivos fiscalizar o poder Executivo.

A estrutura política do Estado brasileiro

O Estado no Brasil já tomou várias formas ao longo de sua história, iniciando-se como uma monarquia e transformando-se em uma república. Esta, por sua vez, adquiriu estruturas diferentes em seu percurso, como o presidencialismo e um curto período parlamentarista, no começo dos anos de 1960, durante o governo de João Goulart.

Atualmente, no Estado brasileiro, a República é presidencialista e democrática, e sua estrutura está alicerçada em três poderes:

- **Poder Executivo:** é constituído pelo presidente da República e pelos ministros de Estado. Esse poder tem **4 anos de mandato, com possibilidade de uma reeleição**. As funções presidenciais são:
 - Administração superior federal;
 - Garantir a Constituição;
 - Sancionar, vetar, promulgar e fazer valer a publicação de leis;
 - Nomear e exonerar ministros de Estado;
 - Manter relações com Estados estrangeiros;
 - Comando maior das Forças Armadas;
 - Decretar estado de sítio e intervenção federal (caso necessário);
 - Enviar proposta de orçamento ao Congresso.
- **Poder Legislativo:** é composto do Congresso Federal
 - Câmara de Deputados Federais e Senado.
 - **Câmara Federal:** são 513 deputados federais (a distribuição é dada de acordo com a população de cada unidade da federação, com, no máximo,

setenta deputados por unidade federativa); com mandato de quatro anos e com a possibilidade ilimitada de reeleição. Os deputados fiscalizam as contas da presidência, propõem projetos de lei e criam Comissões Parlamentares de Inquérito.

- **Senado:** são três senadores(as) por unidade da federação (assim, com vinte e sete unidades federativas, o número total de membros do Senado é, atualmente, 81), com mandato de oito anos e reeleição infinita (eleição realizada de quatro em quatro anos, com renovação de um terço ou dois terços da composição senatorial). O Senado julga o presidente e os ministros por crimes de responsabilidade, processa e julga os ministros do Superior Tribunal Federal, autoriza o Executivo a contrair empréstimos, aprecia matérias após a Câmara Federal, concede anistia, autoriza o orçamento da União e autoriza a criação de cargos públicos.
- **Poder Judiciário:** é estruturado por órgãos como o Supremo Tribunal Federal (STF), juízes federais, juízes eleitorais, juízes do trabalho, entre outros. O maior intérprete da Constituição Federal é o STF, formado por onze juízes nomeados pela presidência após aprovação do Senado, que julga e pode processar membros do Executivo e da Procuradoria da República por crimes de responsabilidade.

É importante salientar a existência do **Tribunal de Contas**, órgão regulador criado em 1891, cuja principal função é auxiliar o Legislativo, reprimindo irregularidades e abusos com o dinheiro público.



José Cruz/Albr

Reunião de autoridades no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), sede do Poder Executivo Federal brasileiro.

A formação do Estado brasileiro

O processo de Independência do Brasil, que culminou com o famoso grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, não provocou nenhuma transformação radical na vida do país recém-liberto do jugo colonial metropolitano. Assim, atendendo aos interesses da aristocracia agrária, que comandou a conquista da autonomia, mantiveram-se os fundamentos da ordem social estruturada nos cerca de três séculos de Brasil colônia (latifúndio e mão de obra escrava). As relações internacionais também não foram transformadas, mantendo-se a produção de gêneros alimentícios para exportação, com importação de mercadorias do exterior.

Mesmo tendo se aliado com os setores mais conservadores e abastados do Partido Brasileiro, o imperador fez uso da força para consolidar a independência e garantir a unidade territorial, enfrentando resistências de algumas províncias rebeldes, tais como Maranhão, Grão-Pará, Bahia e Piauí, onde estavam instaladas Juntas Governativas controladas por comerciantes portugueses contrários à Independência.

Ao mesmo tempo em que procurava reafirmar o processo de emancipação política, D. Pedro I precisava de uma Constituição que regesse a estrutura jurídica do Brasil e delimitasse os direitos e deveres dos cidadãos.

Assim, em 3 de maio de 1823, foram abertos os trabalhos da primeira Assembleia Nacional Constituinte, não sem transtornos, já que as discussões envolviam os sentimentos liberais, econômicos e nacionalistas de várias camadas sociais e os próprios interesses do imperador, desejoso de poderes especiais e de manter o controle da nação agora independente. Na noite de 11 de novembro, no entanto, após intensos embates, a Assembleia foi dissolvida por ordem de D. Pedro I.

Com o ato imperial, os trabalhos foram suspensos, cabendo a D. Pedro I nomear uma comissão de dez membros (Conselho de Estado) e encomendando a esta a elaboração do que seria a primeira constituição brasileira.

Outorgada no dia 25 de março, a Constituição de 1824 incorporou o esquema político-jurídico da constituição que não foi promulgada, a chamada "Constituição da Mandioca", carta impugnada de 1823. Seus fundamentos eram: o Brasil seria uma monarquia constitucional hereditária estruturada em torno de quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador, sendo este exercido exclusivamente pelo imperador, que tinha a prerrogativa de interferir em qualquer resolução dos demais poderes; o voto seria censitário, baseado na renda mínima anual de eleitores estipulada em réis (o eleitor teria de apresentar renda mínima de 100 mil réis); instauração do Padroado, em que cabia ao



Pedro Américo. *Independência ou morte* (1888), óleo sobre tela, Museu Paulista Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. O célebre grito do Ipiranga representou o ponto culminante da Independência do Brasil. No entanto, ao contrário do que é mostrado nessa famosa pintura de Pedro Américo, o grito não ecoou em toda a sociedade, pois a Independência do Brasil não envolveu setores populares. Por isso, o retrato de D. Pedro I como herói é uma idealização típica do Romantismo, na tentativa de se forjar uma identidade nacional à recém-independente nação brasileira que se erguia à condição de Estado.

imperador eleger vários cargos eclesiásticos; e a manutenção da escravidão.

A separação entre D. Pedro I e os setores da sociedade brasileira culminou na explosão da Confederação do Equador (a partir da província de Pernambuco e que atingiu outras regiões do Nordeste brasileiro, ainda em 1824). Mesmo sufocado, o movimento separatista passou por um longo período de turbulência política que levaria à renúncia do imperador, em 1831. De 1831 a 1840, em consequência da abdicação de D. Pedro I e da menoridade de seu sucessor dinástico, Pedro de Alcântara, instaurou-se o governo da Regência, que passou a ter como tarefa administrar o país até que o príncipe herdeiro atingisse a maioridade (18 anos).

Contudo, este não foi um período tranquilo. Províncias agitadas fizeram estourar movimentos como a Cabanagem (Pará, 1835-1840), Balaiada (Maranhão, 1838-1841), Sabinada (Bahia, 1837-1838), Revolta dos Malês (Bahia, 1835) e Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-1840). Mesmo as brigas partidárias entre portugueses e brasileiros e entre brasileiros e brasileiros (alas do Partido Brasileiro intituladas moderados e exaltados) fizeram dessa fase da história brasileira uma das mais difíceis e turbulentas.

Na tentativa de superar a crise que corroía a estabilidade da sociedade e manter o processo de consolidação do Estado nacional, setores da elite senhorial brasileira buscaram antecipar a maioridade de Pedro de Alcântara. Assim, em 1840, ele assumiu como D. Pedro II, tendo a tarefa de acalmar os impasses políticos e retirar o Brasil da grave crise econômica e social em que se encontrava. A saída para solucionar a crise edificou-se por meio da agricultura de exportação do café, favorecida pela ampliação do mercado consumidor do produto na Europa e nos Estados Unidos.

Os primeiros anos do Segundo Reinado foram marcados por conflitos políticos entre os partidos Liberal e Conservador que, sem ideologias distintas ou muito parecidos entre si ideologicamente por favorecem os interesses de oligarquias, almejavam apenas o poder. No entanto, era dado mais um passo na continuidade da construção do Estado brasileiro quando, a partir de 1853, foi estabelecida uma conciliação que conseguiu impedir qualquer mudança que contrariasse os interesses dos setores agrários dominantes, afastando de vez as classes populares do governo.

Na luta política interna partidária, a saída foi o estabelecimento do regime parlamentarista, no qual o presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro) tinha a missão de formar um gabinete conciliador.



Félix Emile Taunay, *Retrato do Imperador D. Pedro II*, 1837, óleo sobre tela, Museu Imperial, Rio de Janeiro, Brasil. A ascensão precoce de Pedro de Alcântara como imperador brasileiro (1840-1889) foi a solução encontrada pelas elites para tranquilizar o país.

O gerenciamento do país, no entanto, cabia ao imperador; por isso, esse regime com interferência direta de D. Pedro II no parlamento ficou conhecido como “parlamentarismo às avessas”.

O Segundo Reinado foi um período de muitas transformações no Brasil, especialmente econômicas, mas também de muita estabilidade política. Apesar de conflitos como a Guerra do Paraguai (1865-1870), a monarquia logrou garantir a unidade nacional do Estado brasileiro, ao contrário dos territórios da América Latina, que acabou se fragmentando em vários países independentes. Além disso, o café transformou-se no principal produto de exportação, sendo que o país ainda teve um surto industrial considerável (embora efêmero). Pelas suas dimensões, consolidou-se politicamente junto à América do Sul ao empreender e vencer conflitos contra países platinos, assistiu a modificações sociais advindas da imigração em massa e com o lento declínio da escravidão, tendo o seu fim concretizado com a Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888, que levaria também ao fim da monarquia.

A Proclamação da República no Brasil

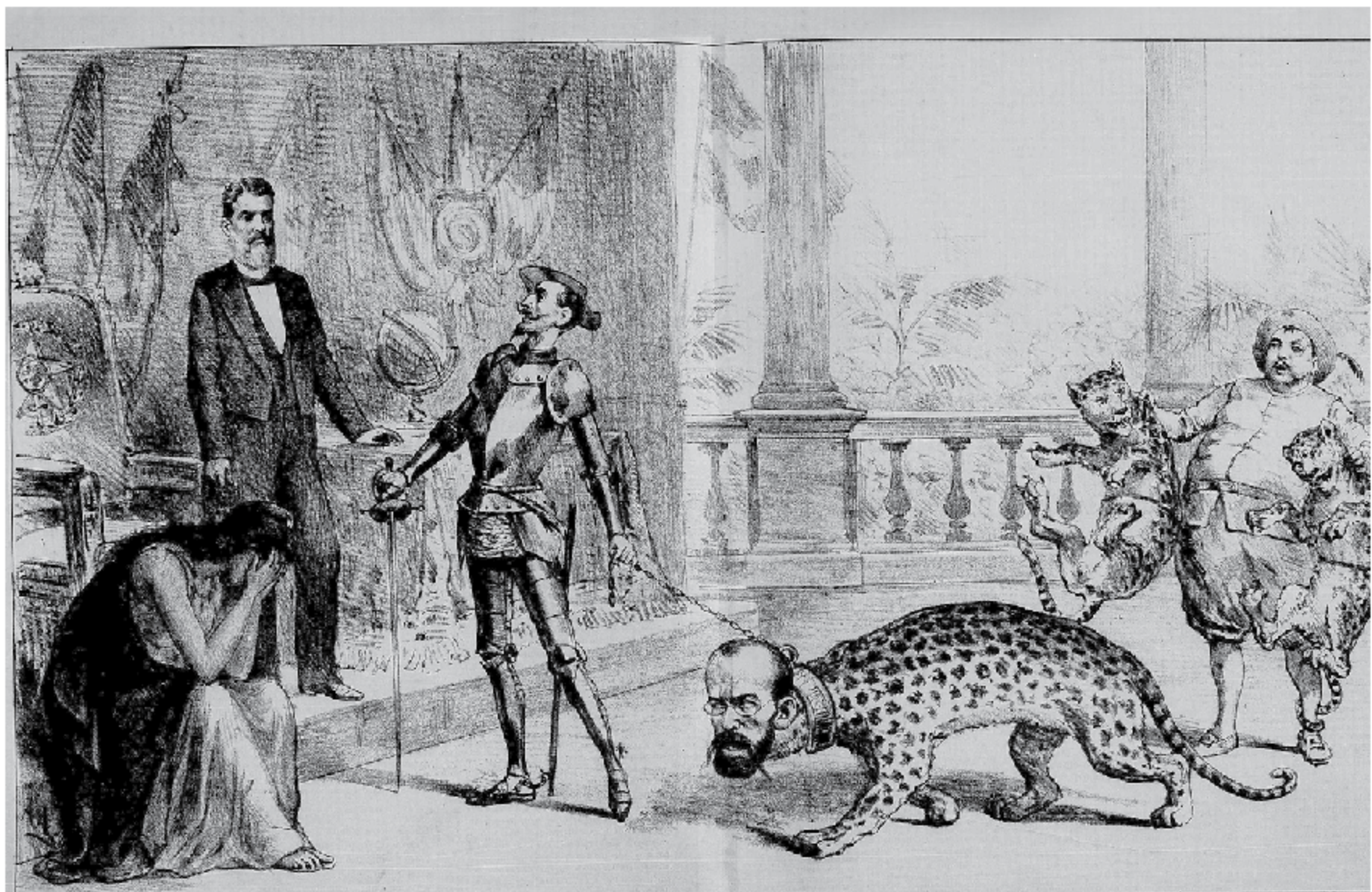
No dia 15 de novembro de 1889, sob a hegemonia dos grandes fazendeiros, o Brasil entrava para a lista dos países republicanos da América Latina.

Na verdade, a Proclamação da República proporcionou uma adequação das instituições administrativas, políticas e jurídicas às mudanças sociais e econômicas que estavam ocorrendo no Brasil, após a abolição do tráfico negreiro (1850). Mais uma vez, os interesses do povo foram preteridos, prevalecendo a orientação política imposta pelos grandes cafeicultores, principalmente de São Paulo e Minas Gerais.

Em seu primeiro momento, com o governo dos militares Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, o país estruturou-se com a chamada **República da Espada (1889-1894)**. A partir de 1894, sob a hegemonia dos plantadores de café, consolidou-se o poder civil, inaugurado com a eleição do paulista Prudente de Moraes (1894-1898) e que até 1930 serviu aos interesses das coordenadas da chamada Política do café

com leite (aliança constituída por São Paulo e Minas Gerais), utilizando como um de seus mecanismos fundamentais de garantia e controle a **política dos governadores** – um acordo entre o governo central e as oligarquias que controlavam o poder em cada um dos Estados. Essa política tinha como base de sustentação o poder político dos **coronéis** – na verdade, grandes latifundiários e chefes políticos locais, que controlavam o voto e a vontade de todos os que viviam sob sua dependência.

O sistema político da República Velha, montado a partir de 1894, começou a se transformar com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando o café teve forte abalo no mercado internacional. A crise da economia mundial, concretizada a partir da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, tratou de enterrar as estruturas da Primeira República. O golpe final foi a Revolução de 1930, que pôs fim às estruturas arcaicas do período iniciado no final do século XIX e deu espaço a oligarquias que ficavam à margem desse arranjo político, como as do Rio Grande do Sul e da Paraíba.



Diante da unânime indignação manifestada contra estas feras, que nos empedernam perante o mundo civilizado, perguntamos qual a atitude de quem tem o dever de salvar a dignidade da Nação, infamada pelos que empregam até o assassinato ostensivo para fazer a liberdade do voto.

Essa imagem satiriza o quanto o voto guiado (ou de cabresto) foi fortemente usado como forma de manter as estruturas do café no poder, sendo comuns as fraudes eleitorais durante a República de Oligarquias (1894-1930).

A partir de 1930 e pelos quinze anos seguintes, o Brasil seria dominado pela figura de Getúlio Dornelles Vargas, líder gaúcho avesso às urnas e lembrado como o (controverso) homem que nacionalizou o trabalho, que instituiu o salário mínimo (1940), que criou a Justiça Trabalhista (1941) e a Consolidação das Leis do Trabalho (1943) e que teve a missão de modernizar o país para os rumos da industrialização. Contudo, ele governou como um ditador a partir do **Estado Novo** (1937), colocando partidos na ilegalidade, centralizando o poder sob sua figura e perseguindo opositores até ser derrubado por um golpe, com o consequente restabelecimento da democracia.

O Estado Novo não representou um corte radical com o passado. Muitas de suas instituições e práticas vinham tomando forma no período de 1930-1937. Mas a partir de novembro de 1937, elas se integraram e ganharam coerência no âmbito do novo regime. A inclinação centralizadora, revelada desde os primeiros meses após a Revolução de 1930, realizou-se plenamente. Os Estados passaram a ser governados por interventores, nomeados pelo governo central e escolhidos segundo diferentes critérios. Parentes de Vargas, militares, receberam a designação. De um modo geral, porém, nos maiores Estados algum setor da oligarquia regional foi contemplado. [...] A partir do Estado Novo desapareceu a representação via Congresso, reforçando-se a que se fazia nos órgãos técnicos no interior do aparelho do Estado.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. p. 201.

De 1945 a 1964, o Brasil esteve sob o domínio de governos populistas, com a sucessão de presidentes como Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), novamente Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964).

No governo de João Goulart (1961-1964), a crise econômica, somada à agitação dos meios operários, camponeses e forças subalternas militares em defesa das polêmicas Reformas de Base (que, entre outros, nacionalizava as refinarias de petróleo e desapropriava terras ao longo das ferrovias para fins de reforma agrária), dividiu a sociedade brasileira e acentuou a radicalização até mesmo entre os setores militares, que também se dividiram entre os que apoiavam e os que eram contra o presidente. Ao se aproximarem dos setores populares, diante da radicalização do presidente, civis, militares e eclesiásticos de direita passaram a promover manifestações em repúdio às intenções e aos atos presidenciais. Por outro lado, operários, estudantes e camponeses pressionavam João Goulart para

Atenção!

O populismo: o povo sob a tutela do Estado

Na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, o populismo – um fenômeno nem de esquerda, nem de direita, mas “demagógico” – caracterizou-se como um modo particular e personalista de exercer o poder, voltado sobretudo para o povo e para as classes menos favorecidas, em que o governante “cuida” delas, de forma a conquistar-lhe sua confiança e simpatia e assim exercer um autoritarismo consentido sobre a população, muitas vezes de forma ilimitada. No populismo, o líder está em contato direto com as massas, sem precisar que alguém intermedie seu contato com a população, indo pessoalmente ao encontro do povo e, por meio de intensa propaganda, torna-se amigo, próximo das classes menos favorecidas, importando-se com a situação de cada um deles e dirigindo-se a todos dessa forma. Devido a essa proximidade, o populista acaba criando laços que, futuramente, podem auxiliá-lo a se eleger com o apoio da massa popular que confia nele, já que não se trata de qualquer político, mas de um amigo, personalizando o Estado sob sua tutela. Assim, o populismo focaliza as classes baixa e média, dando as costas à burguesia, embora também precise dela para governar. Dessa forma, o líder populista está acima de todas as classes, é representante único e total dos anseios do povo que o elegeu.

No Brasil, o maior exemplo de populismo, nas duas vezes em que governou o país, foi Getúlio Vargas. Em um de seus mandatos, foi eleito de forma autoritária; no outro, foi eleito pelo povo. Apesar da repressão praticada por Getúlio durante o Estado Novo, ele conseguiu se eleger democraticamente, o que mostra sua popularidade perante as grandes massas e também a enorme influência e carisma nos governos seguintes de Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, vistos como populistas. O “interesse” de Vargas pelos desfavorecidos, fato que o levou a ser chamado de “pai dos pobres”, dá uma perspectiva do populismo praticado por ele, algo que caracterizou o governo de Juan Carlos Perón (1946-1955), na Argentina, e, mais recentemente, o de Hugo Chávez (1999-2013), na Venezuela.



PONTO DE CONEXÃO

Em História, atente nos períodos de formação do Estado brasileiro, com início na Independência, em 1822, passando pela República e suas diferentes denominações até o regime militar e o período atual, após a redemocratização. Atente também nos momentos de indefinição política pelos quais passou o país.

que não houvesse recuo em suas propostas. No contexto internacional, a ameaça de uma nova Revolução Cubana (1959) assustava os EUA, aliado do Brasil, que temiam o avanço do socialismo na América em pleno período áureo de Guerra Fria.

Esse embate político-ideológico levou à vitória das forças que destituíram Jango do poder e empreendeu o desmantelamento do Estado de Direito, até então assegurado pela Constituição do período, e o recuo a conquistas sociais dos trabalhadores, embora o país atingisse maiores taxas de crescimento econômico até o começo dos anos de 1970, o que não garantiu melhor distribuição de renda para todos.

O regime militar foi um dos períodos mais sombrios de nossa história, pois, durante mais de vinte anos (1964-1985), o Brasil esteve submetido ao arbítrio do Estado policial-militar, sendo governado por cinco ge-

nerais-presidentes sucessivos: Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985).

A violência do regime militar atingiu o contexto jurídico-constitucional do país com a destituição do presidente João Goulart, a decretação de atos institucionais pelo Executivo, as cassações de direitos políticos e o fechamento do Congresso. A submissão do Poder Judiciário ao arbítrio dos militares abalou o cotidiano de muitos cidadãos brasileiros com prisões, tortura, exílio, banimento, perda da profissão, assassinatos etc. Mais do que nunca, o Estado brasileiro, durante esse período, fez valer a prerrogativa da força e utilizou-se dela de maneira arbitrária e autoritária, deixando marcas até hoje. A abertura política levou ao fim desse período traumático, mas não sem deixar cicatrizes e feridas profundas.



Ricardo Chaves/Coletivo Abril/Latinstock

Vice de Jânio Quadros e governante do Brasil após sua inesperada renúncia, em 1961, Jango foi deposto por militares em março de 1964, apoiados por setores conservadores da sociedade civil, inclusive parte da mídia e da Igreja, que temiam a radicalização de seu governo.

Contexto Social

O Ato Institucional Número 5 (AI-5)

O Ato Institucional Número 5 (AI-5) foi o quinto decreto formulado pelo governo militar brasileiro. Esse Ato é considerado o pior golpe que a democracia brasileira já recebeu, pois garantiu poderes quase absolutos ao regime militar. Elaborado por Luís Antônio da Gama e Silva, então ministro da Justiça, o AI-5 passou a vigorar durante o governo do Presidente Artur da Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968.

O Ato Institucional foi uma retaliação ao deputado opositor Márcio Moreira Alves, do MDB, o qual solicitou que a população sabotasse a comemoração de 7 de setembro de 1968, dessa forma, protestando contra a junta militar que governava o país desde o golpe de 1964. A Câmara dos Deputados se opôs à licença para que o deputado fosse processado por esse ato. Assim, o regime endurecia e finalmente mostrava suas garras. Entre as determinações mais importantes do AI-5 estavam:

- a concessão de poder ao presidente da República para dar recesso à Câmara dos Deputados, às Assembleias Legislativas (estaduais) e à Câmara de Vereadores (municipais), prerrogativa para o fechamento arbitrário do Congresso Nacional e de outras Casas Legislativas, pois, no período do recesso parlamentar, o Poder Executivo federal assumiria as funções dos Poderes Legislativos, governando por decretos;
- a concessão de poder, para intervir nos estados e municípios, ao presidente da República, sem respeitar as limitações constitucionais e a soberania dessas unidades da federação;
- a concessão de poder ao presidente da República para suspender os direitos políticos de qualquer cidadão brasileiro, pelo período de 10 anos;
- a concessão de poder para cassar mandatos de vereadores e de deputados federais e estaduais ao presidente da República;
- a proibição, sob pena de prisão, de manifestações populares de caráter político;
- além disso, e mais importante, a suspensão ao direito de *habeas corpus* em casos de crime político e contra a segurança nacional, a ordem econômica e a economia popular, além de impor a prévia censura a revistas, jornais, livros, peças de teatro, filmes e canções.



Golpe de 1964: militares tomam o poder estatal brasileiro, impondo o uso da força, suspendendo eleições e traindo os direitos dos cidadãos, com restrições, censura prévia e arbitrariedades instituídas por decretos, como o AI-5. Esse período durou 21 anos.

A contrarrevolução de 1964

O golpe militar de 31 de março de 1964 (na verdade, 1º de Abril) teve como objetivo impedir o avanço dos movimentos de massa na cidade e no campo pela melhoria das condições de vida. Orientados pela ótica da Guerra Fria, os escalões das Forças Armadas, grandes proprietários rurais, industriais e banqueiros não viam a luta pelas reformas de base (entre elas a reforma agrária) como uma necessidade para o país superar as estruturas sociais arcaicas. Entendiam que se tratava apenas de uma ofensiva do movimento comunista internacional no Brasil. Sendo assim, cabia ao Estado, instrumentalizado com a doutrina da Segurança Nacional, empreender o saneamento ideológico da nação. Para melhor atingir seus objetivos de classe, os novos donos do poder apresentavam-se como salvadores da pátria ultrajada e transformaram o golpe numa "revolução redentora".

Renegando os princípios da democracia representativa, os "revolucionários" de 1964 recorreram a um arsenal de instrumentos de exceção (atos institucionais, atos complementares, decretos-leis), graças aos quais ficaram mais de vinte anos no poder. A implantação da ditadura e da violência generalizada não ocorreu de imediato. Foi uma escalada que resultou do surgimento de uma oposição civil ao novo regime e de divergências no interior das próprias hostes golpistas.

Para se compreender a evolução e a lógica do regime militar no Brasil, necessário se faz dividi-lo em três períodos distintos: a) do governo de Castelo Branco até o AI-5, em 1968, quando, embora ocorressem violações aos direitos civis, havia ainda um certo grau de liberdade e de respeito às instituições; b) da promulgação do AI-5, no governo Costa e Silva, ao início do governo Geisel, em 1975, período em que o país viveu a mais dura e violenta repressão da história republicana; c) do governo Geisel a Figueiredo, marcado pela lenta abertura em direção à democracia.

KUPPER, Agnaldo; CHENSO, Paulo A. *História crítica do Brasil*. São Paulo: FTD, 1998. p. 254.

A lenta abertura política

Foi a partir do mandato do General Ernesto Geisel (1974-1979), considerado moderado ante a linha dura de seus antecessores, que o regime implantado desde 1964 esboçou um modesto projeto de abertura política, preparando sua saída de cena. Mais pela grave crise econômica instalada e pelo crescimento das oposições – mesmo que silenciadas e silenciosas – do que pela vontade dos mandatários. Tal projeto de abertura foi concretizado com o General Presidente João Baptista Figueiredo (1979-1985).

Em 1979, Figueiredo enviou ao Congresso Nacional um projeto de anistia, que foi aprovado por pequena diferença: 206 a 201 votos. Não era uma anistia (perdão) "ampla, geral e irrestrita", conforme propaganda e discursos políticos veiculados à época, visto que não beneficiava os acusados de haver participado de ações armadas contra o regime, o que provocou protestos de líderes da oposição e hoje reacende a discussão sobre os crimes cometidos durante o regime militar, com a instauração da Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2012. Em contrapartida, a lei perdoava e protegia todos os militares que haviam servido nos órgãos de repressão, acusados da prática de tortura e de assassinatos.



Comissão Nacional da Verdade - Relatório final

Conclusões sobre a repressão e tortura durante o regime militar



2.214 Militares da marinha perseguidos pelo regime militar



800 Militares do exército perseguidos pelo regime militar



237 Militares das polícias estaduais perseguidos pelo regime militar

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. pp. 846-931, v. 1. pp. 13 e 60, v. 2. pp. 26, v. 3.

Atenção!

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei n. 12.528/2011, por decreto presidencial, e foi instituída em 16 de maio de 2012, com a finalidade de apurar violações graves de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Após dois anos e sete meses, audiências públicas e de depoimentos de militares e civis, o relatório final, de 4.328 páginas, faz recomendações ao governo de que os apontados como responsáveis de cometer crimes contra a humanidade respondam na Justiça por seus atos e que as Forças Armadas assumam sua responsabilidade pelas violações de direitos humanos e arbitrariedades, entre outras medidas. No entanto, a responsabilidade por criminalizar todos os envolvidos implicaria rever a Lei da Anistia, de 1979, o que não foi unanimidade entre os conselheiros da comissão. Mesmo assim, a comissão ajudou a iluminar e dar uma dimensão histórica das violências que foram praticadas pelo regime militar em nosso país e que, durante muito tempo, permaneceram ocultas ou interdadas, como o desaparecimento do deputado Rubens Paiva e da morte do jornalista Vladimir Herzog nos porões do DOI-CODI, nos anos de 1970.

No período de sucessivos generais militares que governaram a nação brasileira, em nome da segurança interna e do desenvolvimento econômico, abdicou-se da soberania nacional, suprimiram-se os direitos fundamentais do homem e concentrou-se a renda nas mãos de uma minoria privilegiada, que se utilizou da propaganda de massa, características de regimes autoritários, para enfatizar o crescimento econômico e as melhorias na economia, que, no entanto, só fizeram explodir a dívida pública e aumentaram as desigualdades sociais, sobretudo após as sucessivas crises do petróleo dos anos de 1970.

Na preparação para a saída de cena dos militares, o bipartidarismo foi extinto. A partir de então, Arena e MDB deram lugar a partidos como PDS (Partido Democrático Social), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PT (Partido dos Trabalhadores), PP (Partido Popular) e PTB (Partido Trabalhista do Brasil). Na verdade, o objetivo da medida era pulverizar a oposição, fragmentando-a em grupos partidários, muitas vezes divergentes entre si.

Atenção!

A Constituição Cidadã

Instalada em fevereiro de 1987, a Assembleia Nacional Constituinte, sob a presidência de Ulysses Guimarães, tinha como objetivo formular uma nova Constituição que resgatasse, em definitivo, a democracia no Brasil.

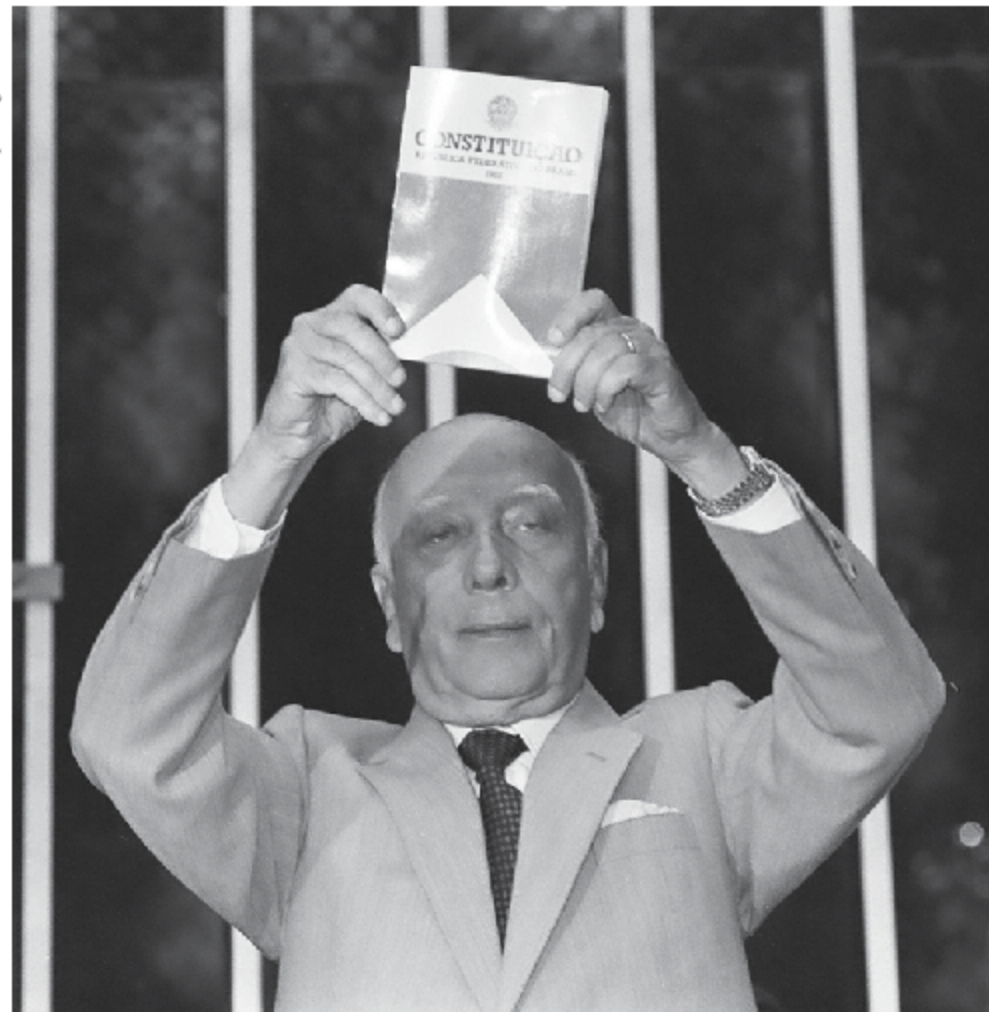
Durante quase dois anos, desenvolveram-se intensos debates, com a nova Carta sendo promulgada em 5 de outubro de 1988, chamada de Constituição Cidadã. Ela foi assim denominada por Ulysses Guimarães por resgatar a plenitude política do cidadão brasileiro. Eis alguns de seus principais pontos:

- Restauração do habeas corpus e instituição do habeas data, permitindo que o cidadão possa ter conhecimento dos registros sobre sua pessoa em poder de órgãos públicos;
- Voto facultativo aos jovens de 16 a 18 anos e aos analfabetos;
- Fim da censura;
- A tortura torna-se crime inafiançável;
- Permissão para que qualquer cidadão acione o governo na Justiça;
- Direito de greve;
- Pagamento das férias do trabalhador acrescidas de um abono equivalente a um terço do salário;
- Horas extras acrescidas de, no mínimo, 50%;
- Aposentado com direito ao 13º salário e nenhuma aposentadoria menor que um salário-mínimo;
- Licença-maternidade de 120 dias e licença-paternidade de cinco dias;
- Fim das intervenções do Estado nos sindicatos dos trabalhadores;
- Seguro-desemprego;
- Eleições diretas em todos os níveis: municipal, estadual e federal;
- Revogação dos atos de exceção herdados do regime militar.

O sucesso nas eleições, somado à intenção de continuidade do processo de abertura política, levou as oposições à união. O objetivo era unir as massas populares para que o Congresso Nacional aprovasse a Emenda Dante de Oliveira, que pedia a instituição das eleições diretas imediatas para a presidência da República. Contudo, em 25 de abril de 1984, por diferença de vinte e dois votos (cento e doze deputados não compareceram à sessão), a emenda das **Diretas** foi rejeitada. Mesmo sendo por via indireta, a eleição de Tancredo Neves via Colégio Eleitoral trouxe certo conforto e estabilidade ao Brasil, simbolizando o restabelecimento das vias democráticas e a suspensão da anarquia militar que reinava nos porões, quartéis e delegacias da ditadura.

Os militares despediam-se da história republicana, 21 anos depois, em um dos períodos mais angustiantes e turbulentos da trajetória política nacional.

Arquivo/Agência Brasil



“Declaro promulgado o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil”, disse em 1988 o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, ao publicar a nova Constituição Federal, em vigor até hoje.

A Nova República

A **Nova República** foi inaugurada em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves, que adoeceu antes da posse. Devido a esse fato, seu vice, José Sarney, assumiu a presidência, na qual foi aprovada a atual Constituição.

O retorno da democracia e de civis ao poder também trouxe para o país um aprofundamento da crise econômica e o descontrole inflacionário. Para conter a inflação, planos sucessivos foram implantados, sem sucesso, como Cruzado, Bresser, Verão etc.

Após quase trinta anos, o Brasil voltou a eleger um presidente, no ano de 1989: Fernando Collor de Mello (anteriormente, o último presidente eleito pelo voto dos brasileiros foi Jânio Quadros), que deixou o país agitado e envolvido em denúncias de corrupção. Seu *impeachment* ocorreu em setembro de 1992.

O governo Itamar Franco (1992-1995), vice de Collor, manteve o credo neoliberal de desmonte do Estado brasileiro, iniciado por Collor. Posteriormente, Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda do governo de Itamar, idealizou o Plano Real (1994), o qual extinguiu a inflação e trouxe estabilidade e crescimento econômicos. Devido a esse sucesso, Fernando Henrique elegeu-se e reelegeu-se presidente da República (1995-2002). Em sintonia com o processo de globalização capitalista, Fernando Henrique abriu de vez a economia do país ao capital estrangeiro. Seu governo, no entanto, garantiu a estabilidade das instituições democráticas e fortaleceu o papel do Estado como regulador da economia, ao criar instituições como a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), responsáveis por regular empresas privatizadas nas áreas de telefonia, transportes, mineração e distribuição de energia elétrica, evitando abusos nas cobranças de tarifas e estabelecendo metas de produtividade e investimentos.

Finalmente, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) coroou o processo democrático do Estado brasileiro, não sem percalços, devido ao envolvimento da cúpula do governo em escândalos, como o do **Mensalão**, com suposta compra de parlamentares para apoio ao governo. Esses acontecimentos macularam o governo do ex-operário e líder sindical, além das reformas da previdência e das concessões de rodovias, aeroportos e ferrovias para a iniciativa privada.

Marcello Casal Jr/ABr



Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010): em seu governo foram ampliados os programas de inclusão social e a imagem do país elevou-se no exterior, inclusive fazendo do Brasil sede da Copa do Mundo de Futebol (2014) e das Olimpíadas (2016). Seu governo, no entanto, foi marcado por escândalos de corrupção, como o Mensalão.

No entanto, Lula conseguiu reeleger-se em 2006, e, em 2011, entregou o poder para sua sucessora Dilma Rousseff – a primeira mulher a se tornar presidente na história do Brasil –, que procurou consolidar a imagem petista de inclusão social do governo, garantido pela suposta estabilidade econômica, aumento das reservas cambiais e controle da inflação do governo anterior. Reeleita em 2014, após intensa e disputada campanha eleitoral, seu governo, no entanto, tem sido marcado pelo escândalo de corrupção na Petrobras – conhecido como “Petrolão”, cujo desfecho permanece incerto –, estagnação e incertezas tanto políticas quanto econômicas, como o aumento do desemprego, alta do dólar, queda na produção industrial, desvalorização das ações da Petrobras, ameaça de *impeachment*, abandono da base aliada no Congresso e recuo do Produto Interno Bruto, trazendo a recessão de volta ao país.

PARA PRATICAR

1 De acordo com o historiador Perry Anderson, a monarquia absolutista nada mais era que a continuidade histórica de uma forma de monarquia feudal, que pouco se diferenciava da anterior dos estados e reinos medievais, pois a classe dominante permaneceu a mesma, tal como em uma república, em uma monarquia ou em uma ditadura fascista, que, segundo ele, não passariam de formas de dominação burguesa, constituídas em um Estado fortalecido, cada um a seu tempo.

No enunciado acima, o historiador alude ao caráter social do estado absolutista, que pouco se diferenciava das monarquias medievais, pois

- A** segundo o autor, os estados medievais não podem ser considerados monarquias, as quais só se constituíram a partir da Idade Moderna.
- B** a implantação de uma política mercantilista, com os óbvios benefícios que ela trouxe à burguesia, mostra claramente o caráter capitalista do estado absolutista.
- C** para o autor, ao identificar elementos feudais e burgueses na sua composição, o estado absolutista atuou acima dos interesses das várias classes, não estando vinculado a qualquer uma delas.
- D** embora diferente em sua forma de dominação, o absolutismo significou a manutenção da mesma classe, a antiga nobreza feudal, no poder, ao longo da Idade Moderna.
- E** a monarquia absolutista afastou a velha nobreza do poder político que até então exercera, ao retirar dessa classe a autonomia de que desfrutava na Idade Média.

2 Leia o texto a seguir:

[...] A história da construção do Estado brasileiro na primeira metade do século XIX foi a história da tensão entre unidade e autonomia. Por outro lado, [...] no interior do Estado, de elites com fortes vínculos com os interesses de sua região de origem e ao mesmo tempo comprometidas com uma determinada política nacional, pautada pela negociação destes interesses e pela manutenção da exclusão social, marcou não apenas o século XIX, como também o século XX. [...]

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: as origens do federalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Globo, 2005, pp. 11-12.

Considerando as ideias contidas no texto e analisando o processo da independência e a montagem do Estado brasileiro, pode-se afirmar corretamente que:

- A** a manutenção da unidade política no Brasil partiu sempre de reações das elites locais, mais comprometidas com seus interesses específicos do que em uma política nacional.
- B** o fato de as elites locais aliarem-se a setores populares em suas lutas contra o poder central foi algo comum na história brasileira.
- C** a criação do Estado brasileiro esmagou os interesses locais, impondo uma política centralizada e oriunda do Rio de Janeiro, que priorizava os interesses da monarquia.
- D** o pacto entre as várias elites locais assegurou a estabilidade política à monarquia, que agiu como árbitra entre os diferentes interesses de setores da aristocracia.
- E** os vários setores da aristocracia brasileira procuraram conciliar seus interesses com a necessidade de assegurar um Estado forte, capaz de garantir sua hegemonia social.

3 Trilussa, poeta italiano cujo nome verdadeiro era Carlos Alberto Salustri, viveu no tempo de Benito Mussolini e ousou escrever fábulas criticando ferinamente o regime fascista. Trilussa, no entanto, foi amigo de Mussolini no tempo em que o jovem jornalista era boêmio e socialista. Quando perguntaram ao ditador quanto à censura rigorosa que fazia calar toda crítica italiana, ele teria retrucado: "Abolição da liberdade? E Trilussa?".

Sobre o regime fascista, pode-se considerar que:

- A** se desenvolveu sob o primado da ação no qual, mais que a palavra, se valorizou a disciplina, a união familiar e o militarismo.
- B** sua doutrina foi imprecisa e apresentou preocupações com a coerência e a exposição racional.
- C** o nacionalismo forte, nascido do desejo de tornar grande a nação italiana, esvaziou a possibilidade de criação de um poderoso exército e de um poder político centralizado.
- D** foi crítico à ideia intervencionista do Estado e à concepção individualista de homem, com hostilidade aos princípios antidemocráticos.
- E** apresentou concepção nacionalista sob caráter idealista e militarista, recorrendo à interpretação materialista da história, típica do marxismo.

4 Leia a seguir um trecho do Artigo 14 da Constituição do Brasil, promulgada em 1988:

A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto [...], com valor igual para todos [...].

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

A respeito do sistema eleitoral brasileiro, pode-se afirmar corretamente que:

- A** o voto é facultativo para jovens de 16 a 18 anos e obrigatório para analfabetos.
- B** as eleições são diretas nos planos municipal, estadual e federal, podendo haver uma reeleição para chefes do Executivo.
- C** o mandato presidencial é de cinco anos para os cargos executivos, podendo haver uma reeleição.
- D** respeita o princípio da proporcionalidade partidária para deputados distritais e senadores.
- E** é misto, permite a eleição distrital de deputados e senadores, limitando a participação legislativa a dois mandatos seguidos ou três alternados.

5 Leia com atenção o texto a seguir:

É um engano acreditar que o pensamento anarquista foi esquecido pelas gerações posteriores às teses libertárias do século XIX. Não foi, apesar da forte repressão que o movimento sofreu desde o seu início – sobretudo as ações repressoras voltadas para as manifestações operárias contra as desigualdades e injustiças sociais.

[...]

Um significativo exemplo de resistência anarquista é o Centro de Cultura Social, na cidade de São Paulo. O CCS foi fundado em 1933 por anarcossindicalistas que perdiam espaço na vida política operária.

[...]

Após o advento da internet, é possível deparar com centenas de páginas da web dedicadas a reivindicações anarquistas, produzidas nos mais diversos idiomas.

[...]

Um exemplo de como as teorias libertárias encontram espaço na sociedade de hoje vem da década de 1980, quando um grupo de punks se aproximou do pensamento político anarquista. A partir desse interesse, surgiu o movimento anarcopunk, cuja linha de pensamento rejeita todo tipo de autoritarismo, condena a influência de falsos valores na vida das pessoas, não permite ações de liderança e mantém-se afastado de partidos políticos.

PETTA, N. L. de; DELFINI, L. *Para entender o anarquismo*. São Paulo: Moderna, 2004, pp. 78-81. Disponível em: <<https://issuu.com/editoraftd/docs/dialogos-compartilhados>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

Uma das razões apontadas pelos autores do texto anterior para justificar a manutenção da corrente anarquista – que se opõe à existência de um Estado organizado – em nossos dias está de acordo com

- A** a existência do Centro de Cultura Social e do movimento anarcopunk, que seriam exemplos da manutenção da corrente anarquista nos dias contemporâneos.
- B** o fato de que o anarquismo, enquanto teoria e posição de vida, mantém-se devido, basicamente, à proliferação do uso da internet.
- C** as teorias libertárias de como a corrente anarquista perde espaço no mundo contemporâneo e sua tendência seria a de extinção, o que é lamentado pelos autores do texto.
- D** a repressão histórica às correntes anarquistas, as quais demonstram uma contradição entre as teorias libertárias e o autoritarismo, expressa pela eliminação de exemplos.
- E** o fato de que partidos políticos anarquistas podem ser facilmente encontrados nas páginas da web, o que permite concluir que essa corrente tende a popularizar-se.

6 *Tudo para o Estado, nada contra o Estado, ninguém fora do Estado. O Estado deve ser o zeloso guardião, o defensor e o propagador da tradição nacional, do sentimento nacional, da vontade nacional.*

MUSSOLINI, Benito. In: CORREA, José Guilherme. *Distopia & Sensibilidade e outros ensaios*. [s. n. t.] p. 26.

O líder soviético Josef Stalin, durante o seu longo e autoritário governo, ordenou que todas as casas e escolas em toda União Soviética deveriam ter uma foto sua. Da mesma forma, todas as cidades e aldeias deveriam ter referência a seu nome. Estátuas suas foram erguidas em praças centrais de Moscou a Baku e Vladivostok, e cidades como Volgogrado passaram a se chamar Stalingrado, em referência a seu nome. Durante o nazismo, Hitler pensou e projetou, junto com o arquiteto Albert Speer, prédios e construções monumentais que refletissem a grandeza de um *Reich* alemão destinado a durar mil anos, sustentando por uma ideologia que procurava ensinar nas escolas, nos cinemas e nos grandes desfiles e comícios políticos do *Führer* a suposta superioridade da chamada raça ariana.

Como exemplos de Estados autoritários, podemos apontar no fascismo (italiano), no nazismo e no stalinismo as seguintes semelhanças:

- A** o controle social total sobre os meios de comunicação e da educação.
- B** a existência do bipartidarismo, como meio de sustentação do poder.
- C** a eliminação da propriedade privada de caráter burguês.
- D** o apoio político tanto ao internacionalismo proletário quanto ao internacionalismo financeiro.
- E** o respeito à existência de diferentes correntes de pensamento, expressa na participação de numerosos partidos políticos.

no Enem
Caiu

7 (Enem) O texto abaixo, de John Locke (1632-1704), revela algumas características de uma determinada corrente de pensamento.

Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder?

Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a utilização do mesmo é muito incerta e está constantemente exposto à invasão de terceiros porque, sendo todos senhores tanto quanto ele, todo homem igual a ele e, na maior parte, pouco observadores da equidade e da justiça, o proveito da propriedade que possui nesse estado é muito inseguro e muito arriscado. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.

Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

Do ponto de vista político, podemos considerar o texto como uma tentativa de justificar:

- A** a existência do governo como um poder oriundo da natureza.
- B** a origem do governo como uma propriedade do rei.
- C** o absolutismo monárquico como uma imposição da natureza humana.
- D** a origem do governo como uma proteção à vida, aos bens e aos direitos.
- E** o poder dos governantes, colocando a liberdade individual acima da propriedade.

no Enem
Caiu

8 (Enem PPL 2012) *Um Estado é uma multidão de seres humanos submetida a leis de direito. Todo Estado encerra três poderes dentro de si, isto é, a vontade unida em geral consiste de três pessoas: o poder soberano (soberania) na pessoa do legislador; o poder executivo na pessoa do governante (em consonância com a lei) e o poder judiciário (para outorgar a cada um o que é seu de acordo com a lei) na pessoa do juiz.*

KANT, I. *A metafísica dos costumes.* Bauru: Edipro, 2003.

De acordo com o texto, em um Estado de direito

- A** a vontade do governante deve ser obedecida, pois é ele que tem o verdadeiro poder.
- B** a lei do legislador deve ser obedecida, pois ela é a representação da vontade geral.
- C** o Poder Judiciário, na pessoa do juiz, é soberano, pois é ele que outorga a cada um o que é seu.
- D** o Poder Executivo deve submeter-se ao Judiciário, pois depende dele para validar suas determinações.
- E** o Poder Legislativo deve submeter-se ao Executivo, na pessoa do governante, pois ele que é soberano.

7 O texto a seguir foi extraído do Manifesto Republicano de 1870.

O regime da federação, baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-se à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adaptamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira.

Manifesto Republicano de 1870 In: AURÉLIO, Daniel Rodrigues. *A extraordinária história do Brasil*. São Paulo: Universo Livros, 2010. p. 85. v. 2.

A proposta de uma federação no ideário político brasileiro ou do continente americano não era nova. Entretanto, foi somente com o programa dos republicanos que essa proposta assumiu um caráter central no novo projeto político do Estado brasileiro, diante da interferência do imperador na política. A proposta de federação formulada pelos republicanos significava:

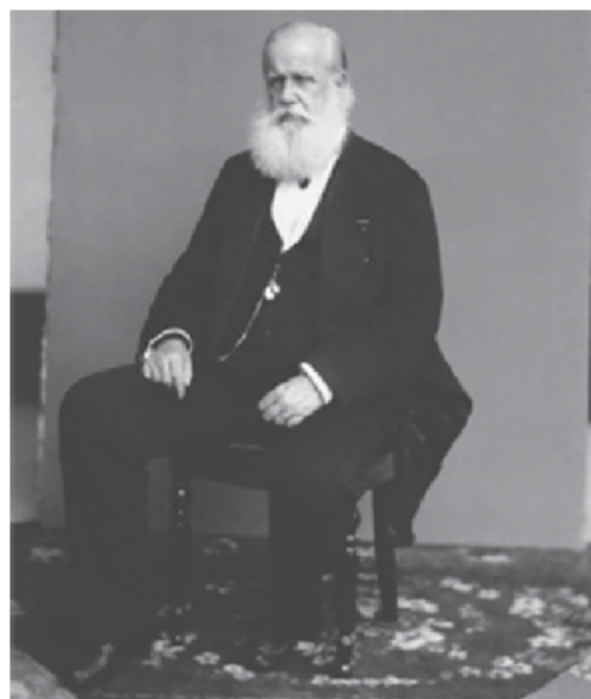
- A** uma tentativa de restringir a excessiva centralização da monarquia, ao mesmo tempo em que buscava o apoio das elites das províncias menos fortes, com a promessa de maior autonomia.
- B** uma cópia do modelo dos EUA, na medida em que cada província seria transformada em um estado independente, reduzindo vigorosamente a influência do poder central sobre eles.
- C** uma tentativa de se aproximar dos governos do restante da América do Sul, já unidos em uma federação proposta por Simón Bolívar, na Conferência do Panamá.
- D** um reconhecimento do acerto político praticado pelo Ato Adicional de 1834 e que fora neutralizado pelo golpe da maioria que restaurou a monarquia.
- E** uma proposta meramente propagandística, não aplicada com a Proclamação da República, mantendo a centralização política da mesma forma que na monarquia.

no Enem
Caiu

8 (Enem 2013)



MOREAUX, F. R. "Proclamação da Independência". Disponível em: <www.tvbrasil.org.br>. Acesso em: 14 jun. 2010.



FERREZ, M. D. Pedro II. In: SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

As imagens, que retratam D. Pedro I e D. Pedro II, procuram transmitir determinadas representações políticas acerca dos dois monarcas e seus contextos de atuação. A ideia que cada imagem evoca é, respectivamente:

- A** Habilidade militar — riqueza pessoal.
- B** Liderança popular — estabilidade política.
- C** Instabilidade econômica — herança europeia.
- D** Isolamento político — centralização do poder.
- E** Nacionalismo exacerbado — inovação administrativa.

9 No caminho de retorno de Getúlio Vargas existia, porém, um obstáculo: o Exército. [...] Seu retorno à presidência em 1951 implicava negociações. Estas, por sua vez, bem-sucedidas. Para muitos militares, Getúlio, por ser um político com forte apelo popular, servia como antídoto ante o risco de comunismo. Em 1945, o PCB, apesar de legalizado às vésperas das eleições, consegue eleger catorze deputados e Luís Carlos Prestes como senador; o que representa o voto de aproximadamente 12% do eleitorado brasileiro, sendo que em algumas cidades, como o Rio de Janeiro, tal cifra atinge 20%.

PRIORE, Mary Del. VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010.

Entre 1945 e 1964, o Brasil viveu a chamada República Populista. De acordo com o texto, a conjuntura política da época foi marcada

- A** pelo crescimento significativo do apoio popular ao Partido Comunista, o que permitiu ao PCB ter reais chances de vitória nas eleições presidenciais de 1964.
- B** pelas disputas, especialmente no âmbito militar, entre meios democráticos e ditatoriais para manter o Brasil fora da esfera de influência socialista.
- C** por um regime ditatorial disfarçado, uma vez que os militares já eram a força política dominante, embora as eleições presidenciais fossem mantidas.
- D** pela estabilidade política, visto que presidentes como Dutra, Vargas e JK gozavam de amplo apoio de setores populares e das elites.
- E** pela democracia real, assinalada pela liberdade de expressão garantida a todas as correntes políticas durante o período.

no Enem
Caiu **10** (Enem 2013)

PSD - PTB - UDN
PSP - PDC - MTR
PTN - PST - PSB
PRP - PR - PL - PRT

Finados

FORTUNA. *Correio da Manhã*, ano 65. n. 22.264, 2 nov. 1965.

A imagem foi publicada no jornal *Correio da Manhã*, no dia de Finados de 1965. Sua relação com os direitos políticos existentes no período revela a

- A** extinção dos partidos nânicos.
- B** retomada dos partidos estaduais.
- C** adoção do bipartidarismo regulado.
- D** superação do fisiologismo tradicional.
- E** valorização da representação parlamentar.

Reflita sobre

A polícia são “eles”, nunca nós. Não são homens e mulheres nascidos e criados da mesma maneira que outros brasileiros, são “eles”. Claro que nunca defendi (e, aliás, não estou defendendo nada, são somente uns pontos de vista que quero expor) a brutalidade, a ineficiência ou a corrupção na polícia, nem tampouco encaro os marginais como gente fina que esta vida cruel levou ao crime, enquanto ignoro as mortes, o sacrifício e o heroísmo de muitos policiais – prática, infelizmente comum, na imprensa e em certos grupos de opinião.

Nos últimos tempos, tem havido uma cobertura intensiva do crescente número de policiais mortos simplesmente porque carregam uma carteira funcional, ou vestem um uniforme. Foi polícia, tiro nele. E, porque são “eles”, encaramos suas mortes como algo alheio a nós e já ouvi até gente discursando para que se aja assim, porque afinal “essa polícia merece mesmo isso”, é o troco que está recebendo por não servir bem ou maltratar o cidadão.

[...]

Que queremos na polícia? Santos? No país em que vivemos, somente santos com vocação ao martírio seriam os policiais que desejamos. Temos o direito de querer contar com uma polícia eficiente, atuante e respeitada pela comunidade, assim como temos o direito de exigir (apesar de nunca obtermos) mais ou menos as mesmas coisas de todas as autoridades. Hoje em dia, um policial manda um carro encostar a fim de que alguma suspeita seja verificada e é logo recebido à bala. No entanto, se se aproximasse de nosso carro um policial já de arma na mão, abriríamos um berreiro no jornal, pois cidadão não é criminoso presumido, para ser abordado por um policial de arma em punho. [...] A maioria de nós que fosse levada à condição de policial agiria até bem pior do que aqueles que critica.

João Ubaldo Ribeiro. “Santos na polícia”. In: *Você me mata, mãe gentil: crônicas*. São Paulo: Nova Fronteira, 2004, pp. 89-91.

Justiça do Rio condena 13 policiais por tortura e morte de Amarildo

A 35ª Vara Criminal do Rio de Janeiro condenou 13 dos 25 policiais militares acusados da tortura e morte do pedreiro Amarildo de Souza, em 2013, na Rocinha, na zona sul da cidade. Entre eles está o ex-comandante da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha major Edson Santos, condenado a 13 anos e sete meses de prisão pelos crimes de tortura e ocultação de cadáver.

Outro condenado é o tenente Luiz Felipe Medeiros, subcomandante da UPP na época do desaparecimento de Amarildo, que recebeu a pena de dez anos e sete meses de prisão pelos crimes de tortura, ocultação de cadáver e fraude processual (por ter tentado prejudicar a investigação do crime).

[...]

O caso aconteceu em julho de 2013, quando o então comandante da UPP, major Edson Santos, determinou que os policiais de sua unidade localizassem suspeitos de ligação com a venda de drogas na comunidade e levassem essas pessoas à sede da UPP, para interrogá-las. Durante a ação, os policiais receberam a informação de que Amarildo de Souza “estaria com as chaves do paiol do tráfico”.

O pedreiro então foi detido e levado para a base da UPP. Ali, segundo a Justiça, sob as ordens dos dois oficiais da UPP, Amarildo foi torturado e morto por um grupo de policiais, enquanto outros faziam a vigilância do entorno da base. Depois da morte, os policiais ocultaram o corpo. [...]

ABDALA, Vitor. *Agência Brasil*, 1 fev. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-02/justica-condena-13-policiais-por-tortura-e-morte-de-amarildo>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

Uma das prerrogativas do Estado é seu poder de força, que se impõe sobre a sociedade. Em um Estado democrático, as forças policiais obtêm, por meio do que lhe foi consentido, poder de ação e disciplina. No entanto, casos como o desaparecimento do pedreiro Amarildo se repetem com certa frequência no Brasil, vitimando em geral a população mais pobre.

Assim, a partir dos textos, debata com os colegas: quais seriam, no Brasil, as prioridades das forças policiais? De que forma elas atuam? Essa forma de atuação é aceitável?

■ Quer saber mais?



Livros

- CARNOY, M. *Estado e teoria política*. Campinas: Papirus, 1986.
Essa obra permite uma reflexão política pessoal sobre o Estado enquanto instituição social: suas funções, seus desvios e seu uso por determinados setores sociais que dele se beneficiam.
- COSTA, Emília V. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
Emília Viotti da Costa faz um panorama histórico do Império brasileiro (1824-1889), fazendo-nos entender como as transformações político-social-econômicas nos levaram à Proclamação da República (1889).
- GASPARI, Elio. *O sacerdote e o feiticeiro: a ditadura derrotada*. v. 3. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2002.
Com um olhar jornalístico e historiador, Elio Gaspari narra o início do regime militar a partir da amizade entre o General Ernesto Geisel, presidente militar do Brasil entre 1974 e 1979, e o General Golbery do Couto e Silva, seu chefe de gabinete. Ambos tinham o propósito de desmontar o governo militar, radicalizado desde 1968, com a edição do AI-5, com a intenção de restabelecer a racionalidade e a ordem, dando início ao desmonte da arbitrariedade militar que reinava nos quartéis e nas delegacias de polícia.



Site

- *Comissão Nacional da Verdade*: apresentação dos resultados da comissão que teve como objetivo investigar as violações aos direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988.
Disponível em: <<http://p.p4ed.com/FIUHT>>.



Filmes

- *Bananas*. Direção: Woody Allen. EUA, 1971.
Filme que analisa de forma irônica e ácida as democracias latino-americanas, conhecidas como “republiquetas das bananas”, mas que se tornam autoritárias quando mudam o governo ou o regime político, seja por golpe ou revolução. Para conquistar definitivamente a namorada, a personagem principal se transforma em líder de rebeldes, assumindo o poder do país fictício por meio de um golpe de estado ou de uma revolução popular, à maneira cubana, e impondo leis nada convencionais aos cidadãos; ou seja, simplesmente trocando uma ditadura pela outra.
- *Pra frente, Brasil*. Direção: Roberto Farias. Brasil, 1982.
O filme faz uma análise crítica do Estado brasileiro imposto pelo regime militar, o qual tomou o país a partir da contrarrevolução de 1964. A fase analisada atinge a década de 1970, quando a repressão passa a fazer uso intenso de prisões, torturas e outras arbitrariedades contra suspeitos políticos que lutavam contra o regime, enquanto o Brasil comemorava a conquista da Copa do Mundo de 1970, no México.
- *Vincere*. Direção: Marco Bellocchio. Itália e França, 2009.
A jovem Ida Dalser conheceu Benito Mussolini quando ele ainda era um militante socialista radical. Apaixonada por ele, se desfaz de suas posses para ajudá-lo no jornal *Il Poppolo d'Italia* e na criação do nascente Partido Fascista. Eles têm um filho mas, com a chegada da Primeira Guerra Mundial, Mussolini se alista no exército e desaparece. Ida vai reencontrá-lo anos depois ferido no leito do hospital, ao lado de sua nova esposa, Rachele. Renegada por ele, mas nunca o deixa de amar, nesse impressionante melodrama sobre uma das figuras mais nefastas do fascismo italiano e suas consequências para a Itália e para a Europa.

RESUMO teórico

- Estado é uma instituição composta de território, população e governo e possui mecanismos para regular as relações entre membros de uma sociedade.
- Pátria é o lugar onde o indivíduo nasce.
- A nação é formada por pessoas com idioma, valores, sentimentos e história comuns.
- Tipos de Estado no mundo contemporâneo: monárquico, parlamentar, republicano, teocrático, ditatorial.
- O Estado possui o monopólio da força para fazer cumprir a lei.
- O Estado democrático guia-se por uma Constituição e impõe-se pela sua vontade em nome da segurança da sociedade que representa.
- Em Estados totalitários como o fascismo, o nazismo, o stalinismo e o Estado Novo no Brasil, o poder é centralizado na figura de um ditador, com liberdades e garantias constitucionais suprimidas por conta das arbitrariedades de um Estado opressor.
- Teóricos contratualistas como Thomas Hobbes propõem um contrato social que permite o governo dos homens, por meio do Estado, impedindo a volta do homem ao estado de natureza e ao caos social.
- A edificação do Estado brasileiro: a partir de 1822, com o estabelecimento da monarquia, após a Proclamação da Independência que, no entanto, não contou com a participação popular e manteve as decisões políticas nas mãos das elites oligárquicas.
- Em 1824, a primeira Constituição Brasileira é promulgada, com o estabelecimento dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além do Poder Moderador que dava amplos poderes ao imperador.
- Brasil: edificação do Estado Nacional a partir de 1822, com o estabelecimento da monarquia.
- Em 1889 houve ascensão da República, com fases distintas em seu processo, tais como a República Velha, a Era Vargas, a República Populista, o Regime Militar e a Nova República, com a democratização.
- Em 1979, iniciou-se um processo de abertura democrática no Brasil após o período de governos militares (1964-1985), em que os direitos políticos e individuais foram suspensos, como as eleições diretas, o *habeas corpus* e o *habeas data*.
- A Constituição em vigor no Brasil, chamada de Constituição Cidadã, foi promulgada em 1988 já na redemocratização.
- Na Nova República, governos como o de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva consolidaram a democracia no Brasil e reforçaram as instituições governamentais.
- No entanto, a democracia ainda não é para todos e a desigualdade persiste no país, mesmo com a eleição de Dilma Rousseff, sucessora de Lula.

Capítulo

11

Urbanização e violência social





As cidades do mundo contemporâneo tornaram-se polos de poder, de prosperidade e de tomada de decisões políticas, mas também de muitos problemas, tais como a criminalidade, a especulação imobiliária, o crescimento de centros alternativos de habitação (cortiços e favelas), a degradação ambiental (como a poluição do ar, das águas e sonora), as dificuldades de mobilidade urbana, a proliferação do uso e do tráfico de drogas, entre outros.

Como resultado da acelerada concentração de pessoas em áreas urbanas, há cidades no planeta que concentram boa parte da população do país, fenômeno denominado macrocefalia urbana ou inchaço urbano, caso de Buenos Aires (Argentina), Cairo (Egito), Mumbai (Índia), Karachi (Paquistão), Jacarta (Indonésia) e Seul (Coreia do Sul), cidades cujas regiões metropolitanas ultrapassam os 10 milhões de habitantes.

Apesar de atraentes e dinâmicos (por concentrarem impulsos de consumo, cultura, educação, tecnologia e oportunidades de emprego), municípios de países em desenvolvimento como o Brasil, ao crescerem desordenadamente, acabam por oferecer más condições de vida para seus habitantes. Isso acontece porque nem todos os benefícios trazidos pela vida urbana são acessíveis à totalidade de seus moradores, visitantes e frequentadores, o que influencia diretamente em problemas como a mendicância, o tráfico de drogas, o subemprego e todo tipo de violência.

No Brasil, o século XX caracterizou-se pelo crescimento acelerado das cidades, seja em números absolutos, seja em área. Segundo o censo de 1940, 31,20% da população absoluta do país vivia em cidades. Em 2000, 81,25%. Atualmente, cerca de 85%. Entre as causas do fenômeno, estão a industrialização, a concentração da propriedade rural e a atração exercida pelos centros urbanos sobre a população rural.

Dessa maneira, a cidade passou a ser colocada como centro polarizador da vida econômica, cultural e política local, regional e nacional, ganhando o status de comando na organização do espaço geográfico nacional.

- ▶ Quais são os efeitos da urbanização?
- ▶ Em países como o Brasil, as cidades estão preparadas para absorver grandes concentrações populacionais?
- ▶ Como o fenômeno da urbanização interfere nas nossas relações sociais? Podemos associá-lo ao crescimento da violência?

C C3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

H H11 - Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

H13 - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

O processo de urbanização

O conceito de cidade está ligado à concentração de pessoas em um espaço geográfico relativamente pequeno com predomínio de atividades dos setores secundário (indústria) e terciário (serviços). Essa característica econômica contribui muito para o processo de urbanização, que basicamente é a transferência de indivíduos do meio rural para o urbano, em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

Uma concentração populacional será classificada como urbana caso possua uma quantidade de habitantes considerada mínima. Este mínimo varia de um país para outro e, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), é de vinte mil habitantes.

Em um país populoso e extenso como o Brasil, o critério para a definição de cidade é político-administrativo. Isso significa que é considerada cidade toda aglo-

meração populacional que tem uma sede administrativa (prefeitura). Dessa forma, podemos constatar que o país concentra 5.570 municípios, em números de 2013, segundo o IBGE.

Há municípios no Brasil com populações maiores que muitos países inteiros, como é o caso de São Paulo, com cerca de 11 milhões de habitantes. Também há cidades relativamente pouco habitadas, mas com extensões territoriais maiores que as de muitos países, como Altamira, no Pará, com pouco mais de 100 mil habitantes e área de aproximadamente 160 mil km² (quase duas vezes maior que Portugal).

Esse número de municípios brasileiros, inclusive, deve aumentar nos próximos anos, principalmente devido às determinações legislativas que, em 2013, passaram a favorecer desmembramentos de distritos de cidades constituídas.

A urbanização na América Latina

A América Latina é a região com os maiores índices de urbanização do mundo. Segundo a ONU, a América Latina e o Caribe contam com quase 80% de sua população morando em cidades, um volume populacional superior ao do grupo de países mais desenvolvidos. No entanto, além de ser a região mais urbanizada do mundo, é também uma das menos povoadas em relação ao seu território e repleta de desigualdades sociais.

Nessa região, o crescimento demográfico e a urbanização, processos que no passado foram muito acelerados, perdem força e, atualmente, a evolução demográfica das cidades tende a se limitar ao crescimento natural. Ainda assim, cidades como São Paulo, Cidade do México, Lima e Bogotá fazem parte de regiões metropolitanas que estão entre as mais populosas do mundo. Dessa maneira, com uma população cada vez mais voltada às áreas urbanas, esses municípios acabam sofrendo com o déficit de moradias e são pressionados pelos seus habitantes por melhores serviços públicos, como acesso a saneamento, educação e saúde.



Vista da Cidade do México, a maior metrópole da América do Norte e uma das cidades mais populosas do mundo, cuja população sofre diariamente com os problemas comuns a uma cidade de seu tamanho em um país em desenvolvimento: a poluição atmosférica, o trânsito pesado, a violência urbana, a falta de moradia e de saneamento básico.

Consequências da superpopulação

Em alguns estados brasileiros, a taxa de urbanização chega a índices alarmantes. É o caso dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), a taxa de urbanização nesses dois estados supera os 95%.

A alta concentração de população causa problemas como insuficiência de serviços de saneamento básico, alto acúmulo de resíduos (lixo), poluição visual, sonora, da água e do ar e também desconfortos gerados pela carência de segurança pública.

Outro grave problema: a expansão econômica promove a divisão territorial do trabalho ao fazer emergir a valorização de certas localidades, em detrimento de outras. Ou seja, a cidade passa a se comportar como o centro de uma região, polarizando as atividades socioeconômicas espaciais (compras, instituições financeiras, centros de lazer, escolas, assistência médica e odontológica, entre outras).

A POPULAÇÃO LATINO-AMERICANA

Distribuição da população latino-americana entre os países da região. Brasil é o mais populoso.

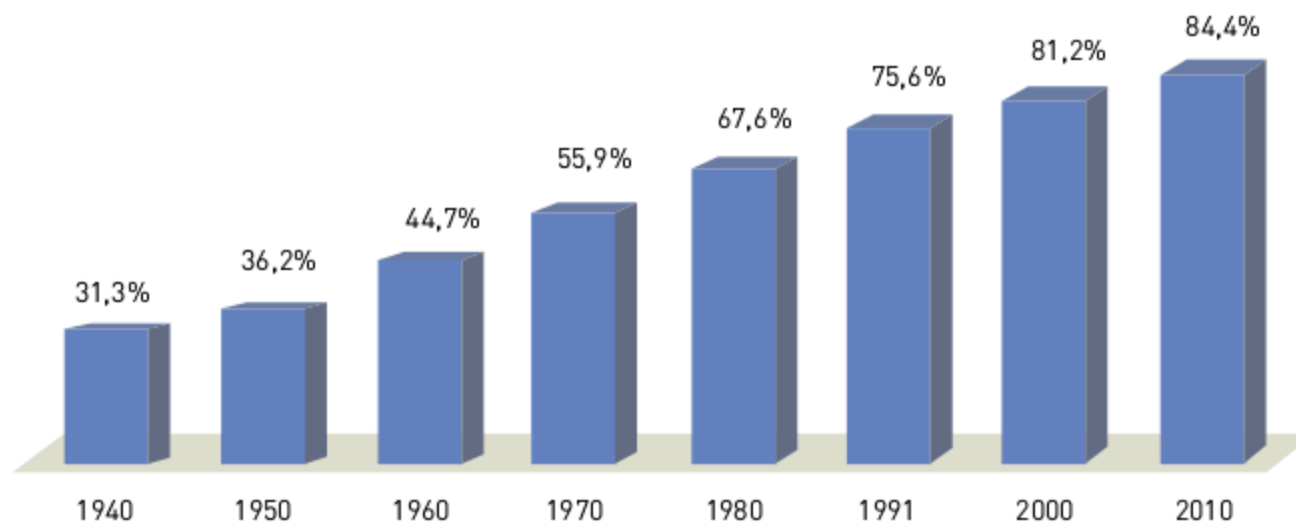


Fonte: PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS ASENTAMIENTOS HUMANOS, ONU-HABITAT. *Estado de las ciudades de América Latina y El Caribe 2012: rumbo a una nueva transición urbana*. [s.l.]: ONU-Habitat, 2012. pp. 17, 18, 19 e 65.

Atenção!

Área metropolitana – conjunto de municípios integrados a uma cidade central, com serviços públicos de infraestrutura comum. No Brasil, as maiores áreas metropolitanas são as de São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Recife.

Brasil - População nas cidades



Fonte: IBGE. Censo demográfico 1940-2010. Até 1970 dados extraídos de: "Estatísticas do século XX". Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981. v. 42, 1979. In: IBGE. Séries históricas e estatísticas. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

Mobilidade urbana e seus problemas

Em grandes metrópoles, ocorre o fenômeno do fluxo pendular, movimento de milhares de pessoas de suas casas para o trabalho ou para os estudos, e vice-versa, causando congestionamentos nas vias, superlotação do serviço de transporte público, poluição do ar e sonora.

Os problemas de mobilidade urbana obrigam as autoridades a tomarem providências para reduzir os inconvenientes no trânsito. São criados mais corredores

exclusivos de ônibus coletivos, construídos mais viadutos e pontes, e o cenário urbano é alterado pelo alargamento de ruas e avenidas e pela implantação de bolsões de estacionamentos (muitas vezes insuficientes para atender ao aumento crescente de veículos). Esse trabalho todo é realizado depois de executada uma sistemática demolição de casas, parques e praças ou espaços públicos de convívio.

O intenso fluxo de veículos lança no ar toneladas de gases e fuligens resultantes da queima de produtos derivados do petróleo, podendo gerar fenômenos



O crescimento urbano acentuado dá origem ao chamado fluxo pendular (percurso de casa para o trabalho ou para escola, e vice-versa, feito por milhares de pessoas), causando congestionamentos e poluição, tanto atmosférica quanto sonora.

como as chamadas **inversões térmicas** – quando o ar, carregado de impurezas, não consegue elevar-se por causa da barreira formada pelo ar quente, ficando preso à superfície terrestre.

Outro fenômeno ambiental bastante preocupante é o das **chuvas ácidas**, causadas pelo lançamento de gases na atmosfera que se misturam com gotículas de água que formam as nuvens, comprometendo a vida de animais e plantas e corroendo lentamente monumentos históricos, pintura de prédios e residências e até a pintura de veículos automotivos.

Além disso, o concreto e o asfalto das grandes cidades, que tornam as áreas verdes cada vez mais reduzidas, têm favorecido a impermeabilização do solo e a ocorrência de um fenômeno conhecido como **ilhas de calor**, com oscilações de temperatura em bairros diferentes de uma mesma cidade, podendo variar entre 4 °C e 11 °C. Essa situação acarreta muitos inconvenientes à população em virtude dos incômodos que o calor excessivo provoca, como o consumo elevado de energia e água, secas mais frequentes ou chuvas intensas em pontos isolados. As chuvas trazem alagamentos, afundamento do asfalto e quedas de árvores e barreiras.

PONTO DE CONEXÃO

Em Geografia, observe como fenômenos climáticos ligados à urbanização, como a inversão térmica, a poluição excessiva e as ilhas de calor, interferem no clima e no dia a dia das médias e grandes cidades, sobretudo nas regiões metropolitanas brasileiras. Observe também como se dá o processo de urbanização, tanto nos países desenvolvidos como nas regiões e nações em desenvolvimento.



© Scott Grzesel | Dreamstime.com

Uma alternativa imaginada para evitar o caos no trânsito em cidades como Rio de Janeiro foi incentivar a aquisição e o uso de motocicletas. Essa política de apoio estruturada a partir de 1990 trouxe resultados negativos no que tange à segurança no trânsito: mais de cento e oitenta mil mortos e quase um milhão de inválidos permanentes nos últimos vinte anos (Ministério dos Transportes, 2013). Em São Paulo, segundo dados da Companhia de Engenharia de Trânsito (CET), ao menos um *motoboy* morre por dia na cidade.

Contexto social

São Paulo: uma metrópole quase parada

A cidade de São Paulo possui cerca de sete milhões e meio de veículos. Se todos eles saíssem às ruas e avenidas ao mesmo tempo, circulando a uma velocidade de aproximadamente 40 km/h, calcula-se que a metrópole precisaria duplicar seus dezessete mil quilômetros de vias.

Caso todos os carros fossem estacionados em fila indiana, ela alcançaria quase trinta mil quilômetros (Associação Nacional de Transportes Públicos, 2013). Entre 2002 e 2012, a frota de carros cresceu 105% no país. O passageiro de um carro em movimento ocupa 40 vezes mais espaço do que um de ônibus.

A situação é tão séria e complexa que, segundo pesquisa Datafolha de setembro de 2013, 77% dos usuários de automóveis apoiam a construção de faixas exclusivas de ônibus na cidade (só em 2013, a prefeitura do município criou mais de duzentos quilômetros de faixas exclusivas para ônibus). Mas mesmo com a ampliação dessas faixas em São Paulo, a velocidade média dos ônibus não passa de 17 km/h. A aposta é nos BRT (*Bus Rapid Transit*, ou Trânsito Rápido de Ônibus), corredor segregado com estações em que o passageiro paga antes de entrar no veículo, como ocorre em Curitiba.

O poder público planeja fazer outros investimentos caros e complexos para incrementar o transporte urbano, criando, por exemplo, mais linhas de metrô.

Essa situação nos deixa uma reflexão: o incentivo de políticas de apoio ao automóvel que datam da década de 1950, em detrimento dos investimentos dos transportes públicos, mostrou-se uma prática traiçoeira e que passa a ser repensada.

Tentando aumentar as opções de mobilidade urbana, a administração da cidade de São Paulo investe cada vez mais em ciclofaixas e ciclovias de forma a retirar de circulação uma parcela significativa de veículos das ruas. Atualmente, segundo a CET (Companhia de Engenharia de Trânsito de São Paulo), são quase 400 quilômetros de faixa para bicicletas.

Mesmo assim, são números insuficientes para uma cidade do tamanho de São Paulo. Além de não cobrir toda a imensa área do município, muitas dessas ciclofaixas são apenas vias pintadas sobre o asfalto sinuoso e esburacado, sem a sinalização adequada, em meio a obstáculos como árvores e pilastras de viadutos, obrigando o ciclista a dividir o espaço com pedestres, ônibus e carros.

Como comparação, a cidade de Nova York e seu traçado de vias mais planas e retilíneas, com cerca de 8,3 milhões de habitantes, possui mais de 600 quilômetros de ciclofaixas e ciclovias, além de ser muito bem servida por uma extensa rede de metrô (de quase 400 quilômetros), táxis e ônibus. Não à toa, a cidade possui uma frota de veículos particulares de apenas 2,5 milhões de carros, cerca de um terço da de São Paulo e bastante reduzida em relação a outras metrópoles de mesmo tamanho.

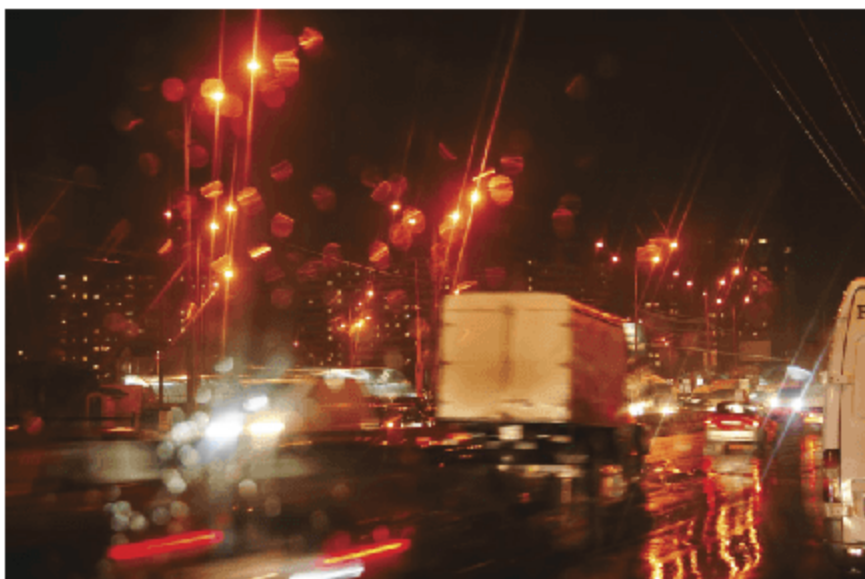


Sistema de transporte de Curitiba. Apontado como solução intermediária entre o corredor de ônibus e o metrô para o problema da mobilidade urbana nas grandes cidades brasileiras, a implantação do BRT (*Bus Rapid Transit*) ainda sofre com a burocracia e com os custos ainda altos de sua implantação, sendo que linhas prometidas para a Copa do Mundo de 2014 ou para as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro, não ficaram prontas ou nem saíram do papel.

Moradia precária para muitos

Outra grave consequência da urbanização crescente vincula-se à moradia, em especial entre indivíduos de baixa renda. A solução encontrada para quem se encontra nesta situação, considerando a especulação imobiliária e a valorização dos terrenos destinados para a habitação em áreas centrais das grandes cidades, é morar em cortiços e favelas, segregando ainda mais as pessoas no espaço urbano.

Em grandes centros urbanos, as favelas e os cortiços emergem a partir da ocupação de um terreno público, de fundos de vale, de propriedades ociosas ou do alto de encostas ou morros. Uma das soluções encontradas tem sido a efetiva urbanização desses locais pelos poderes públicos e a construção de conjuntos habitacionais.



Os índices de urbanização, aliados à falta de planejamento das cidades brasileiras, assustam. Como resultado, temos os congestionamentos que podem fazer uma cidade como São Paulo, Rio de Janeiro ou Campinas parar e até “travar” várias vezes ao longo do dia. É a “imobilidade urbana”, causada pelo excesso de veículos e pelo transporte público insuficiente.

Quem pode abrir mão da vida em grandes cidades das regiões Sul e Sudeste do Brasil, acaba se mudando para municípios de porte médio. Outros procuram oportunidades de inserção no agronegócio, migrando para as regiões Norte e Centro-Oeste do país.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a urbanização do Brasil atingiu taxa recorde em 2010, chegando a 84,4%. Porém, o ritmo de crescimento dessa taxa também começou a diminuir, uma vez que a população rural já é pequena e não há mais grandes contingentes populacionais para migrar para os centros urbanos, como havia no passado.

Segundo a ONU, a proporção de indivíduos vivendo em cidades no Brasil supera a observada em países como Estados Unidos da América (de 82%) e China (49,7%).

CONTEÚDO EXPRESSO

Como seria uma cidade ideal?

Para urbanistas, arquitetos, engenheiros e gestores públicos, a cidade ideal seria aquela que reunisse o que a vida urbana tem de melhor (oportunidades de trabalho, moradia adequada para todos, serviços, educação e cultura), sem o pior (como os congestionamentos). Sobre trânsito, a cidade ideal seria a que apresentasse estações de empréstimos de bicicletas e políticas que privilegiassem a utilização de automóveis por mais de uma pessoa – para suprir os meios de transporte público –; que tivesse rede integrada de ônibus, metrô, monotrilho, trem, táxi ou barco de passageiros; que construísse calçadas seguras, largas e acessíveis e também estacionamentos públicos subterrâneos integrados a estações de transporte. Essas medidas seriam incentivos para que o automóvel não seja a opção número um do morador urbano.

Atenção!

Serviços públicos oferecidos no Brasil

Percentual de domicílios atendidos (cerca de 57,3 milhões)

Rede de água – atende a 84,2% dos domicílios.

Rede de esgoto – atende a 68,6% dos domicílios.

Lixo coletado – atende a 89,5% dos domicílios.

Energia elétrica – atende a 98,2% dos domicílios.

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS.

Censo demográfico 2010: famílias e domicílios, resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Tipos de violência

Roubos, furtos, agressões, assassinatos, estupro... É fato que nossos veículos de comunicação disseminam diariamente estas formas de violência, amedrontando-nos.

Muitos programas de televisão e rádio, através de seus apresentadores, clamam pela intervenção das estruturas governamentais para que coíbam o avanço dos atos de violência. Mas a violência não pode ser vista apenas a partir de ações isoladas de quadrilhas ou infrações individuais que ferem a propriedade particular ou física.

Devemos entender como violência todo ato que fere a integridade do corpo, a dignidade pessoal ou familiar, que inibe o movimento, que atenta contra bens materiais e que impõe obstáculos para a expressão de pensamentos e posicionamentos individuais ou de grupos. É que muitas vezes surge em contexto em que prevalece a impunidade, a pobreza e a deterioração das instituições sociais.



© Britishbeef | Dreamstime.com

Nos centros urbanos, a mendicância é um exemplo comum de violência branca.

Atenção!

O Relatório mundial sobre violência e saúde, da OMS, publicado em 2002, define violência como: "uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha alta probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação."

OMS. World report on violence and health. Genebra, 2002. p. 5. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/42495/1/9241545615_eng.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

Existem diversos tipos de violência, tais como:

- Violência física – resulta do uso direto da força física, muitas vezes desproporcional, ferindo, matando, agredindo, constrangendo (assaltos, latrocínios, estupro, agressões corporais).
- Violência simbólica – resulta do uso da força psicológica que atua sobre a consciência alheia, exigindo adesão do indivíduo que tenha, a princípio, visão de vida ou dos fatos diferentes do agressor (poder de persuasão, que convence um indivíduo a ter um comportamento desejado pelo proponente). Um bom exemplo dessa forma de violência disfarçada pode ser dado a partir de um processo eleitoral em que determinado grupo político distorce informações para angariar votos ou mesmo quando algum órgão de imprensa procura manipular a opinião pública, atendendo a interesses privados, corporativos ou de certos grupos ou agremiações políticas no poder.
- Violência passiva – resulta da negligência para se poupar vidas ou quando não são tomadas medidas preventivas que possam evitar acidentes ou sofrimento alheio. Por exemplo, quando se sabe do risco de inundação ou de desabamento de uma área de risco, como o alto de uma encosta ou área habitada em várzea de rios, e não se tomam providências para evacuar a população ali residente.
- Violência branca – entendida como uma forma de violência em que não se pode empreender responsabilidade clara a um indivíduo ou a grupos, por não constar nos códigos de leis (exemplo: situação de fome ou submissão de criança ou de adulto à condição de pedinte de rua).

Violência e criminalidade

Para Thomas Hobbes (1588-1679), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Karl Marx (1818-1883), a Revolução Agrícola, ao transformar as relações entre os homens e introduzir o conceito de propriedade, gerou a ideia da necessidade de defesa e proteção das poses conquistadas e dos direitos adquiridos. A luta pela manutenção de direitos e a disputa pela aquisição de privilégios teriam tornado o ser humano violento.

Nesse sentido, pode-se entender fenômenos como: fronteiras estabelecidas, organização de estados nacionais, formação de exércitos permanentes, desenvolvimento de recursos bélicos. A violência, com a ampliação da complexidade das relações socioeconômicas, estabelece-se de forma definitiva e concreta.

Em países como o Brasil, a mecanização da agricultura e a atração aos centros urbanos acentuam a pobreza e a violência, atingindo índices assustadores. Isso porque a dispensa de mão de obra no setor primário da economia não

significa a absorção da força de trabalho pelos demais setores econômicos, que se vinculam diretamente aos centros urbanos. Ou seja, a indústria, o comércio e o setor de serviços não absorvem a mão de obra dispensada pela agricultura. Resultado: proliferação da marginalização e elevação do número de excluídos.

Na necessidade de sobrevivência, muitos dos excluídos do processo produtivo migram para a criminalidade, estabelecendo e concretizando a relação pobreza-violência-criminalidade, em um círculo vicioso que só faz aumentar a população carcerária, o medo e a violência.

A ausência de políticas públicas concretas vem permitindo que alguns setores se beneficiem da pobreza como fonte de enriquecimento. É o caso do turismo sexual (que atinge vários países, em especial da América Latina), do tráfico de drogas (que se aproxima da pobreza ao recrutar desfavorecidos para a prática) e do mundo do trabalho (com terceirizações, subemprego e emprego temporário). Ou do domínio de milícias armadas e do tráfego em regiões de vulnerabilidade social, como periferias, favelas e comunidades de grandes cidades brasileiras, áreas onde o Estado não chega.



O Brasil é um país extremamente desigual, onde em um mesmo espaço coabitam casas e apartamentos para a classe média, em bairros valorizados, e habitações precárias construídas em áreas de riscos e ocupações de morros e encostas.

No Brasil, a violência policial costuma atuar de forma preconceituosa e rigorosa em relação ao despossuído, sendo mais complacente com o cidadão mais favorecido social e economicamente, reflexo de suas origens nos anos de 1940, oriundo de um período autoritário, ou seja, da época do Estado Novo. Outro exemplo de relação entre violência e formas de preconceito é o feminicídio, ou assassinato de mulheres, que passou a ser considerado crime hediondo, em lei promulgada em 2015.

Os meios de comunicação, ao exibirem diariamente indignação, assassinatos e crimes hediondos, ganham espaço e audiência. Além disso, o Código Penal Brasileiro é mais ri-

goroso em crimes contra o patrimônio do que aqueles contra a integridade humana. Porém, não se deve generalizar que a cultura da violência está impregnada em nossa sociedade, sob o risco de quebrarmos os laços de solidariedade existentes, mesmo que o Brasil seja o recordista em número absoluto de assassinatos. Foram cerca de 60 mil homicídios em 2014, de acordo com o Mapa da Violência de 2015, o que representa cerca de 160 assassinatos por dia! Ou seja, com cerca de 2,8% da população mundial, o Brasil concentra 10% dos assassinatos no mundo inteiro, a maioria nas regiões Norte e Nordeste, vitimando em grande parte jovens e negros.

A criminalidade tem elevado os índices de pobreza, desfavorecendo os menos assistidos na medida em que impede a estes o acesso à escola, ao lazer e à saúde, já que afasta profissionais que poderiam auxiliá-los.

O sistema de segurança atual pode ser ineficiente, mas continua sendo relevante. Afirmar que as forças policiais não são necessárias é contribuir para a proliferação da pobreza, da criminalidade, da violência e da exclusão social, pois elas cumprem o papel importante na defesa das instituições sociais.



Na cidade do Rio de Janeiro, o estabelecimento das chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (mais conhecidas como UPP), nas favelas e nos morros cariocas, têm inibido a ascensão de traficantes de drogas nas comunidades e diminuído a criminalidade nos locais. Dessa forma, o Estado recupera território que estava entregue nas mãos de traficantes e milícias armadas, mas não sem conflitos, como ainda ocorrem na comunidade do Complexo do Alemão.

Atenção!

Femicídio – assassinato de uma mulher pelo motivo de a vítima ser do sexo feminino. A misoginia (ódio e repulsa contra as mulheres) é o fator mais apontado como grande parte dos assassinatos de mulheres.

A pesquisa **Mapa da Violência 2015** aponta ainda que, nos últimos anos, a violência tem se deslocado das capitais e grandes metrópoles para os municípios do interior e de menor porte. Assim, as cidades que registraram maior crescimento nos índices de violência entre os anos 2000 e 2010 foram aquelas consideradas de pequeno porte, ou seja, na faixa de vinte a cinquenta mil habitantes (até 2000, as cidades que apresentaram maior crescimento nos índices de homicídio foram as que possuíam mais do que cem mil habitantes).

Uma provável causa para o aumento da violência nas cidades do interior do país seria a estagnação econômica nas grandes capitais e regiões metropolitanas do Brasil, acompanhada da insuficiência de investimentos na segurança pública e do surgimento de novos polos de crescimento em municípios de pequeno porte.

Prisões e prisioneiros no Brasil

Em 1991, eram 114.377. Em 2011, a lista subiu para 514.582 detentos no Brasil, espalhados por penitenciárias e delegacias (o que não deveria ocorrer). Uma alta de 350% no período.

Os dados são do Centro Internacional para Estudos Prisionais (2012), que indica ainda que o Brasil ocupa a quarta posição no ranking de países com maiores populações carcerárias do mundo, atrás apenas dos EUA (2,2 milhões de prisioneiros), da China (1,6 milhão) e da Rússia (740 mil).

Do total de prisioneiros em 2011 no país, cerca de 465 mil estavam abrigados em presídios e 50 mil em delegacias. Número de vagas: 295.413, segundo o governo brasileiro. Ou seja, mais presos do que vagas, o que provoca as condições sub-humanas do nosso sistema carcerário.



Prisões brasileiras superlotadas: a recuperação dos faltosos torna-se praticamente impossível.



Ocupação pela polícia, com apoio das Forças Armadas, do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em 2010. O local ainda é foco de resistência às UPPs, com tiroteios e confrontos entre traficantes e forças de segurança do poder público.

Saiba mais

Violência no campo é histórica

A luta pela terra no Brasil já existia no início da colonização portuguesa em nosso território (século XVI). Baseou-se em um sistema de posse das terras, na qual o posseiro ocupa e trabalha a terra, mas não é o proprietário.

Ao longo de cinco séculos de ocupação do território brasileiro, a grande concentração fundiária esteve ligada ao maior problema agrário do país: a luta pelo acesso à terra, com violência no meio rural.

Desde 1985 tem sido adotada apenas uma política de assentamentos de famílias no meio rural. Uma medida que não corrige, apenas atenua, o problema da má distribuição de propriedades rurais no país, pois os últimos conflitos fundiários ocorridos no Brasil têm demonstrado que o problema é grandioso.

Atualmente, o cenário de concentração de terras no país é dramático e desigual. Segundo dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no início do século XXI cerca de 90% dos proprietários de terras concentravam 23% da área destinada a propriedades agrícolas, enquanto que cerca de 10% dispunham de 77%. Além disso, os assentamentos se dão de forma lenta. Mesmo assim, o Incra conseguiu assentar, nos últimos 20 anos, mais de 1,3 milhão de famílias.

Espalhado pelo Brasil, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) promove passeatas, fechamento de postos de pedágios, caminhadas, ocupações de fazendas improdutivas e produtivas, além de áreas ociosas do governo. O objetivo do movimento é negociar terras para acomodar famílias vítimas do êxodo rural e de uma política agrícola e agrária voltada à grande propriedade que pouco beneficia os pequenos produtores rurais. Contudo, tais eventos não ocorrem sem reações da sociedade, da mídia e do governo.



Um dos maiores problemas geradores de conflitos e violência provém da má distribuição de terras no Brasil.

PARA PRATICAR

1 (UEM 2015) *A marcha da urbanização em São Paulo está ligada ao progresso industrial e conseqüente abertura de mercados; daí a penetração, em áreas rurais, de bens de consumo até então menos conhecidos ou, na maioria, desconhecidos. Surgem assim, para o caipira, necessidades novas, que contribuem para criar ou intensificar os vínculos com a vida das cidades, destruindo a sua autonomia e ligando-o estreitamente ao ritmo da economia geral, isto é, da região, do Estado e do país, em contraste com a economia particular, centralizada pela vida de bairro e baseada na subsistência. Doravante, ele compra cada vez mais, desde a roupa e os utensílios até alimentos e bugigangas de vários tipos; em conseqüência, precisa vender cada vez mais.*

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. p. 189.

No trecho, Antonio Candido trata de fenômenos sociológicos importantes relacionados ao campo e à cidade ocorridos no Brasil ao longo do século XX. A partir desse contexto, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).

01. A urbanização, a ampliação da produção e a circulação de produtos industrializados em São Paulo geraram impactos profundos na economia e na organização da vida social do interior do estado.
02. A transformação da natureza promovida pelo modo de vida caipira pode ser analisada a partir da perspectiva das relações entre natureza e cultura.
04. O impacto promovido pelas mudanças nos hábitos de consumo tem potencial de modificar tanto as relações entre natureza e sociedade quanto as relações entre trabalho e sociedade.
08. Rural e urbano são dimensões distintas e autônomas da vida social. Portanto, uma não é capaz de influenciar a outra.
16. Uma das transformações do modo de vida caipira resultou na venda da força de trabalho dos antigos agricultores para a agroindústria.

Soma =

2 (UEM 2015) *Diariamente, no Brasil inteiro, 7,4 milhões de pessoas se deslocam da cidade onde moram para trabalhar ou estudar em outros municípios – sendo 1,75 milhão só em São Paulo e 1 milhão no Rio.*

Folha de S. Paulo, 26 mar. 2015. p. C4

Considerando o enunciado, assinale o que for correto a respeito dos deslocamentos populacionais.

01. O movimento, no qual um morador viaja de um município a outro para trabalhar ou estudar e volta para casa no final do mesmo dia, é denominado movimento pendular.
02. É denominado urbanização o processo de deslocamento diário de uma cidade para outra. Quando o mesmo processo ocorre entre espaços não urbanos (espaços rurais), o fenômeno é denominado ruralização.
04. Quando os deslocamentos da população não ocorrerem com a mesma constância citada no enunciado da questão, sendo realizados temporariamente, em uma determinada época do ano (exemplo: trabalhadores rurais que se deslocam para atuar no corte da cana-de-açúcar), são denominados migrações sazonais.
08. População relativa corresponde ao contingente populacional que, tendo em vista constantes deslocamentos, não pode ser contada nos recenseamentos demográficos como absoluta, nem da cidade onde reside, nem da cidade para onde se desloca.
16. Os deslocamentos populacionais, nas condições como as destacadas no enunciado da questão, caracterizam a interação das cidades e geram os chamados arranjos urbanos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os arranjos ocorrem se entre duas ou mais cidades há intercâmbio significativo de populações.

Soma =

3 (UEM 2015) No que se refere a deslocamentos populacionais entre os espaços rural e urbano, assinale o que for correto.

- 01. Os deslocamentos ocorrem sempre no sentido do espaço rural para o espaço urbano. A causa inicial e principal desse deslocamento é o excedente populacional provocado pelas taxas de fecundidade (número de filhos por mulher), que na zona rural é, pelo menos, o dobro quando comparadas às mesmas taxas na zona urbana.
- 02. O êxodo rural ocorre em função de dois condicionantes interligados: a expulsão da força de trabalho no campo e a atração da força de trabalho para as cidades.
- 04. O estado de equilíbrio entre as populações urbana e rural, mantido durante período de, no mínimo, um ano, é denominado de população relativa ou estacional. Atualmente, apenas países desenvolvidos têm conseguido manter esse estado.
- 08. Urbanização é o crescimento da população das cidades a taxas superiores à média nacional. Ou seja: se a população do país cresce 3% ao ano, e se a população das cidades cresce 5% ao ano, está havendo urbanização, com o deslocamento de pessoas das zonas rurais para as zonas urbanas.
- 16. A urbanização está fortemente ligada à industrialização, ou seja, às transformações provocadas na cidade pela indústria, notadamente quanto à geração de emprego.

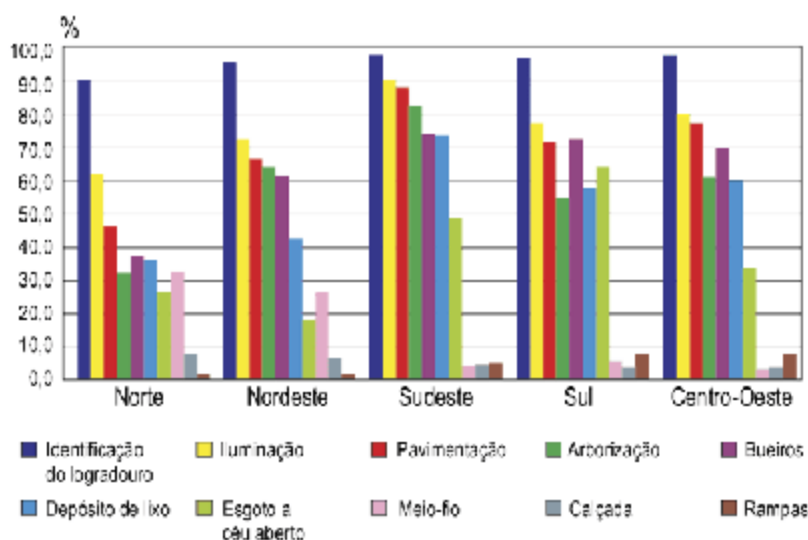
Soma =

A síntese dos dados apresentados pelo gráfico permite afirmar que:

- A** o índice de esgoto a céu aberto na região Sudeste, em contraste com os resultados superiores a 70% de atendimento em identificação do logradouro, iluminação, pavimentação, arborização, bueiros e depósitos de lixo, indica grandes disparidades socioeconômicas entre seus habitantes.
- B** os menores índices nacionais em calçada e rampas na região Sul, contrastantes com os maiores parâmetros em iluminação, pavimentação, arborização e esgoto a céu aberto, expressam as piores condições de vida para pedestres e deficientes físicos.
- C** mesmo apresentando os menores índices nacionais para a identificação do logradouro, iluminação, pavimentação, arborização, bueiros e depósitos de lixo, a região Norte não enfrenta deficiências em saneamento básico e na circulação de pedestres.
- D** ainda que tenha apresentado os maiores índices nacionais em identificação do logradouro, iluminação, pavimentação, arborização, bueiros e depósitos de lixo, a região Nordeste enfrenta problemas com infraestruturas básicas em tratamento de esgoto e vias adaptadas a deficientes físicos.
- E** os resultados encontrados na região Centro-Oeste para os índices de esgoto a céu aberto, meio-fio, calçada e rampas são acompanhados pelos menores percentuais nacionais na identificação do logradouro, iluminação e pavimentação, fundamentais para garantir melhores condições de vida.

4 (Unesp 2016)

Percentual de domicílios particulares permanentes, por características presentes no entorno, segundo as Grandes Regiões, 2010



Fonte: IBGE. Atlas do censo demográfico. 2010. (Adapt.).

8 (UEM 2005) *Na grande cidade, há cidadãos de diversas ordens ou classes; desde aquele que, farto de recursos, pode utilizar a metrópole toda, até aquele que, por falta de meios, somente a utiliza parcialmente, como se fosse uma pequena cidade, uma cidade local.*

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. p. 112. (Adapt.).

Em relação ao processo de urbanização e aos problemas sociais e ambientais a ele associados, assinale o que for correto.

01. As desigualdades sociais se materializam na paisagem urbana e atingem, em diversos níveis, todos os países do mundo. Quanto maiores forem as disparidades entre os diferentes grupos ou classes sociais, maiores serão as disparidades de moradia, de acesso aos serviços públicos e de qualidade de vida.
02. Diferentemente dos demais países da América Latina, o processo de urbanização da sociedade brasileira foi mais lento e integrado. O progressivo incremento dos setores secundários e terciários da economia absorveu, em larga escala, o excedente populacional do campo.
04. Até meados do século XX, a urbanização era, de modo geral, um fenômeno típico dos países desenvolvidos. Após a Segunda Guerra Mundial, a urbanização ocorreu de maneira acelerada em muitos países subdesenvolvidos, principalmente na América Latina e na Ásia.
08. Nos países subdesenvolvidos, o processo de urbanização esteve quase sempre associado a um modelo econômico excludente. Na paisagem urbana desses países, são comuns as submoradias (favelas, cortiços), a falta de saneamento básico, as ruas sem pavimentação e outras cenas que denotam más condições de vida.
16. Um dos fatores responsáveis pela ocorrência de enchentes nas cidades é a excessiva impermeabilização dos solos e a consequente redução do volume de água que se infiltra após as chuvas.
- (32) No Brasil, observa-se uma tendência a que a população rural se estabilize ou até aumente, em algumas regiões. Isso se deve, em parte, ao programa de reforma agrária, ao aumento da oferta de empregos rurais não agrícolas em hotéis-fazenda, *spas*, pesqueiros, pousadas e às atividades comerciais no entorno de parques e de reservas ecológicas.

Soma =

9 (Uepa) *Civilização ou barbárie? [...] O signo da violência produzido pelas relações humanas e estruturas sociais está em todos os lugares; nas casas, ruas, bairros, cidades, campos e países. Nas últimas décadas do século XX exacerbaram-se a fome, a miséria, a exclusão social, o apartheid social e racial, a xenofobia em muitos povos, a intolerância étnica e religiosa, a concentração de riqueza, o tráfico de drogas, os arsenais bélicos, a concentração do poder mundial em um país ou em blocos de países, a destruição dos ecossistemas terrestres e o desemprego, principalmente aquele considerado fruto do avanço técnico [...]. A maioria dos fatos acima não é exclusividade do "agora", pois afinal têm sido os seres humanos e as sociedades os autores de violências e barbaridades em diferentes épocas através da história [...], porém, agora, todos são iguais diante da violência e da barbárie [...] os ataques ao coração econômico do mundo, considerado por muitos o âmago do capitalismo excludente e violento, os conflitos cada vez mais cotidianos do Oriente Médio, as lutas étnicas de tantos outros lugares. E o que dizer das experiências atômicas de alguns países? [...] Os "senhores do mundo" precisam perceber que a realização da paz implica na reconstrução de uma Nova Ordem Social.*

CARDOSO, Luís de Souza. Disponível: <www.iep.br/pastoral/civilização_ou_barbarie.doc>. Acesso em: 22 set. 2007, 11:15. (Adapt.).

De acordo com o texto, o signo da violência está em todos os lugares e, nas cidades dos países periféricos onde a urbanização é cada vez mais intensa, a presença dos problemas urbanos contribui para o aumento dessa violência. A respeito desses problemas, afirma-se que:

- A** a transferência de pobres, com poucas perspectivas de melhoria de sua condição social, para as cidades, contribui para que os epicentros da violência localizados nessas áreas urbanas venham a aumentar.
- B** os países periféricos altamente urbanizados concentram a maior parte de sua população ativa em empregos formais, reduzindo, assim, cada vez mais, o desemprego e o subemprego.
- C** a ineficiência dos serviços públicos em bairros pobres dos países periféricos, a exemplo de: água encanada, arreamento e condições sanitárias, tem diminuído através do avanço da urbanização.
- D** o reduzido acesso à educação e o menor poder aquisitivo das populações de países periféricos pouco influencia no aumento da criminalidade nesses países.
- E** a concentração de renda em áreas urbanas de países periféricos tem reduzido as diferenças sociais e transformado o déficit habitacional em um problema praticamente resolvido.

Reflita sobre

O crime “elegante”

Os temas da violência urbana são importantes, mas estão permitindo que se tire de foco outra violência cujas consequências são muito mais sérias: [...] a dos criminosos de paletó e gravata.

[...] O grupo social está consciente do perigo do “trombadinha”. [...] São muitos os que proclamam as vantagens da pena de morte para assassinos e estupradores. Todavia, encara com indiferença e até com desalentada passividade que o grande golpista dos dólares, o despudorado ladrão de ações, o cínico criminoso das empresas públicas, [...] fiquem impunes.

CENEVIVA, Walter. *Folha de S.Paulo*, 6 fev. 1981. p. 17.

Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1981/02/06/2/#>>. Acesso em: 11 maio. 2016.

Você reparou de quando é o artigo de Walter Ceneviva? O que mudou da data de publicação do artigo para os dias atuais no Brasil? É verdade que aceitamos mais passivamente o crime que atinge o coletivo do que o crime que atinge um ou apenas alguns indivíduos?



© Aleksandar Radovanovic | Dreamstime.com

■ Quer saber mais?



Livros

- VELHO, G.; ALVITO, M. (Orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
A obra reúne artigos que debatem os vários pontos de vista sobre as origens e a cultura da violência em países como o Brasil.
- ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
Coletânea que traz reflexões sobre o processo de urbanização do Brasil e análises sobre a miséria, o crime e a violência urbana e rural em nosso país
- SOARES, Luiz Eduardo Soares. *Rio de Janeiro: histórias de vida e morte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
Neste livro, o antropólogo Luiz Eduardo Soares, autor do livro que inspirou o filme *Tropa de elite*, reúne histórias de violência, tráfico e corrupção na polícia, em episódios que são o oposto da beleza exuberante da cidade carioca, eterno e violento cartão-postal do Brasil.



Site

- Agência de Notícias da Favela.
Site com informações e reivindicações dos morros cariocas. Acesse em: <<http://p.p4ed.com/FIUHY>>.
- ONU-Habitat (em espanhol).
Site das Nações Unidas sobre assentamentos humanos, seja na cidade ou no campo, com textos relacionados à gestão dos municípios e aos principais problemas urbanos (saneamento, esgoto, poluição, saúde, educação e transporte) no Brasil, na América Latina e no Mundo. Acesse em: <<http://p.p4ed.com/FIUHU>>.



Filmes

- *Cidade de Deus*. Direção: Fernando Meirelles e Kátia Lund. Brasil, 2002. 130 min.
A bela e internacionalmente reconhecida obra cinematográfica assinala a luta pela sobrevivência entre membros de uma das favelas com maior índice de criminalidade do Brasil. Conta sobre a sua origem, como um conjunto habitacional distante do centro do Rio de Janeiro, até a ascensão da criminalidade na região e a intensa e violenta disputa entre traficantes.
- *Pixote – a lei do mais fraco*. Direção: Hector Babenco. Brasil, 1981. 128 min.
A obra de Babenco é considerada uma das mais contundentes da história do cinema brasileiro. Conta a história de menores de idade que fogem de uma instituição reformatória e se envolvem com prostituição, crimes e drogas. O filme é impactante por causa do realismo.
- *Alemão*. Direção: José Eduardo Belmonte. Brasil, 2014. 90 min.
O filme mostra a ocupação do Complexo do Alemão pelas UPPs na visão de quatro policiais infiltrados no tráfico. Eles se veem encurralados por traficantes do morro, às vésperas da retomada do complexo, em uma das áreas mais violentas do Rio de Janeiro, pelas forças policiais e militares, em 2011.
- *Tropa de elite 2: o inimigo agora é outro*. Direção: José Padilha. Brasil, 2010. 115 min.
Neste grande sucesso do cinema brasileiro, continuação do filme de 2007, vencedor do Urso de Ouro no Festival de Berlim de 2008, o capitão Nascimento, do Bope, depois tornar a “tropa de elite” da Polícia Militar carioca em uma eficiente máquina de guerra, é nomeado subsecretário de Inteligência da Polícia do Rio de Janeiro. Em suas novas atribuições, é obrigado a lidar com policiais corruptos, milicianos violentos e políticos oportunistas, inimigos ainda mais perigosos que os traficantes que costumava enfrentar quando subia os morros cariocas.

RESUMO teórico

- A urbanização se caracteriza pelo processo de transferência de indivíduos do meio rural para o urbano, e, no caso dos países em desenvolvimento, essa urbanização se dá muitas vezes de maneira desordenada, fazendo crescer a concentração da população ao redor das grandes cidades, em um processo denominado macrocefalia urbana, como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro, no Brasil, e Buenos Aires, na Argentina.
- Como consequências da urbanização, afora a concentração de atividades culturais, educacionais e políticas, as cidades passaram a monopolizar ideias e movimentos sociais, além de problemas de saneamento básico, concentração de resíduos (lixo) em aterros inadequados, segurança pública, dificuldades de mobilidade urbana e todo tipo de poluição, inclusive as alterações climáticas, como os fenômenos de ilhas de calor, chuvas ácidas e inversão térmica.
- Apesar de atraentes e dinâmicas, as grandes cidades, como as capitais, ao crescerem desordenadamente, em especial as metrópoles de países em desenvolvimento, acabam por oferecer condições precárias de vida para a maioria de seus habitantes, uma vez que nem todos os benefícios trazidos pela vida urbana são acessíveis à totalidade de seus moradores, visitantes e frequentadores, gerando problemas como a mendicância, o tráfico de drogas, o subemprego e todo tipo de violência.
- O Brasil, no século XX, assistiu ao crescimento acelerado das cidades, seja em números absolutos, em área e em população.
- A América Latina é a região do planeta com os maiores índices de urbanização, com cerca de 80% de sua população vivendo em centros urbanos, muitas vezes desiguais e carentes de estrutura adequada para todos.
- As diferenças sociais e a impunidade são fatores que estimulam as práticas de violência humana, especialmente nos grandes centros urbanos.
- Atualmente, a violência tem crescido nas cidades do interior do país, em decorrência da estagnação econômica e da saturação das grandes capitais e regiões metropolitanas do Brasil. É também acompanhada da insuficiência de investimentos na segurança pública e do surgimento de novos polos de crescimento e atração populacional em municípios de pequeno porte, que passam a sofrer com os mesmos problemas dos grandes centros urbanos.
- No campo, a violência persiste por conta da desigualdade da distribuição de terras, decorrente da estrutura fundiária brasileira que, desde o período colonial, concentra grandes quantidades de terras nas mãos de poucos proprietários, muitas vezes de maneira irregular.

Capítulo 12 O estado de bem-estar social





Os direitos sociais surgiram para assegurar que as desigualdades não comprometam o exercício pleno dos direitos civis e políticos, procurando compatibilizar capitalismo e democracia. A extensão dos direitos sociais possibilitou a canalização dos conflitos de classe para as instituições políticas, transformando necessidades sociais em direitos adquiridos e garantidos constitucionalmente.

Os governos democráticos, sejam de esquerda, de centro ou de direita, que adotaram políticas neoliberais ou de desregulamentação da economia, a partir do final da década de 1980, privatizaram empresas estatais, abdicaram das intermediações entre trabalhadores e empregadores e entregaram-se às expectativas do livre mercado. Não demorou para que ocorresse a implantação de políticas mais efetivas de bem-estar social.

Assim, a partir da década de 1990, a introdução de programas sociais trouxe objetivos bem delineados, como o de diminuir a marginalização dos cidadãos distantes das perspectivas de acúmulo material, “acomodando-os” para que não se voltem contra o sistema. Areladas a esse projeto, vêm obscuras intenções, como a de obtenção de apoio político para a manutenção de grupos no gerenciamento do Estado. Sendo assim, tornam-se vítimas dos programas, além dos próprios beneficiários, os maiores pagadores de impostos, que não veem os tributos se reverterem em benefícios para a maioria da sociedade.

Está claro que ainda há muito o que fazer em relação à política de bem-estar social no Brasil, como corrigir distorções e criar condições para que os hoje beneficiários deixem progressivamente esses programas e possam se inserir em um contexto menos segregador ou de dependência do governo. É fato, porém, que programas como o Bolsa Família têm diminuído abismos, embora causem déficits orçamentários que interferem em outras prioridades do governo.

- ▶ Mas será que os programas de bem-estar social realmente colaboram para a estabilidade social, mesmo em um regime capitalista?
- ▶ Estão certos os que criticam a proliferação da política de bem-estar social por ferirem o liberalismo e a livre concorrência?
- ▶ Programas sociais como o Bolsa Família têm sido usados para fins político-eleitorais no Brasil?

C C3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

H H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

O significado do bem-estar social

O estado de bem-estar social (*welfare state*) indica um Estado assistencial que garanta padrões mínimos na seguridade social a todos os cidadãos nas áreas de saúde, educação, renda, habitação e previdência social.

As bases teóricas do *welfare state* foram, em grande parte, formuladas pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946) como forma de organização do Estado na economia e passaram a ser colocadas em prática quando o governo americano estabeleceu políticas públicas para superar as consequências da Crise de 1929, originada com a queda da Bolsa de Nova York no mesmo ano. Pela teoria keynesiana, o Estado deveria passar a intervir mais na vida econômica, procurando solucionar o problema do desemprego e desencorajando o **entesouramento** em proveito das despesas produtivas, por meio da redução das taxas de juros e do incremento dos investimentos públicos. Foi o que fez o presidente dos EUA Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), que interveio firmemente na economia para combater a crise que atingia todos os setores do país ao instituir o *New Deal*.

Essa política se baseava principalmente em três propostas: revigoramento econômico, controle da produção agrícola e combate ao desemprego, especialmente com a implantação de programas de bem-estar social, como o seguro-desemprego. Para tanto, o Estado passou a interferir vigorosamente na economia, limitando a autonomia das empresas particulares e, sobretudo, dos grandes bancos.

Antes, os benefícios tornavam-se públicos ao serem reconhecidos como direitos sociais em diferentes períodos históricos, quando alguns países passaram a promover políticas assistenciais. Foi o que aconteceu durante o século XVIII na Espanha, Rússia, Dinamarca e Áustria, entre outros. Entretanto, essas políticas foram implantadas por meio de uma estrutura não democrática, ou seja, eram dádivas ofertadas por governos monarquistas e autoritários, liderados por déspotas esclarecidos, de inspiração iluminista. Pode-se dizer que o mesmo ocorreria mais tarde no Brasil

entesouramento enriquecimento do Estado.

durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, quando foram oferecidas as leis trabalhistas aos operários que viviam às turras com seus empregadores, em pleno Estado Novo (1937-1945), período mais autoritário da Era Vargas (1930-1945).



Autor desconhecido/Library of Congress (Domínio público)

Franklin Delano Roosevelt, 32º presidente dos Estados Unidos, assina a Lei de Seguridade Social, em 1935, durante a Grande Depressão americana, garantindo direitos ao trabalhador e proteção social aos milhões de desempregados no país.



Autor desconhecido/Wikimedia Commons (Domínio público)

Foto de Berlim, em 1945, no fim da Segunda Guerra Mundial. A destruição causada pelo conflito levou à adoção sistemática de políticas de bem-estar social e à maior intervenção do Estado na economia, sobretudo nos países europeus ocidentais mais arrasados pelo conflito, como a Alemanha.

PONTO DE CONEXÃO

Em História, veja mais sobre a Crise de 1929, a maior crise econômica do capitalismo mundial até então, iniciada com a queda da Bolsa de Nova York, o aumento da produção americana durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a diminuição paulatina do consumo, além de seus efeitos no mundo, resultando em uma sucessão de falências e crises governamentais – principalmente na Europa –, que levariam à ascensão do fascismo e do nazismo e à Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Porém, foi após a Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945) que a política de bem-estar social se proliferou e se consolidou. A necessidade de ampliação de direitos sociais ficou clara quando observamos os problemas sociais gerados pelo longo e destrutivo conflito. Seguiram-se a essas políticas a forte presença do Estado na economia, com o fim de gerar uma recuperação no contexto econômico, e, paralelamente, a diminuição das desigualdades sociais.

A desregulamentação da economia

A partir do final da década de 1980, houve uma expansão do neoliberalismo e a desregulamentação da economia em países como o Brasil e até os Estados Unidos. O neoliberalismo preconiza a liberdade das empresas para ganhos e busca de lucros, com pouca interferência do Estado. Ao ser valorizada a não intervenção do Estado em atividades produtivas, tornou-se necessário o controle sobre as desigualdades sociais causadas por esse mesmo projeto neoliberal. Foi então que a política de bem-estar social ganhou características mais delineadas, para reduzir as diferenças sociais, geradoras de desestabilização no processo capitalista democrático.

O Brasil, em sua história, nunca estruturou uma política de bem-estar social equivalente à de países desenvolvidos que lideram o capitalismo mundial. Porém, o país não teve outra alternativa a não ser implantar um Estado assistencial a partir da década de 1990. Isso aconteceu por causa dos prejuízos à sociedade advindos com as privatizações de estatais.

Mas não foi só isso. Esses efeitos vieram a se somar às profundas desigualdades sociais históricas provocadas pela constante opção pela defesa de interesses dos grandes empresários nacionais e estrangeiros durante a era Vargas e o período militar (1964-1985). O Estado assistencial busca dar maior atenção à população e promover a estabilidade social, reduzindo desigualdades históricas.

Brasil: histórico de subdesenvolvimento e desigualdade

País periférico dentro do quadro econômico mundial, o Brasil, enquanto Estado, possui uma história considerada recente (vale lembrar que a independência formal brasileira data de 1822) e ainda é marcada pela exploração.

Atualmente, mesmo figurando entre as principais economias contemporâneas, o país apresenta sintomas e características de subdesenvolvimento. São eles:

- **Má distribuição de renda** – A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011 aponta que, no Brasil, os 10% mais ricos concentravam 41% da renda nacional, enquanto os 10% mais pobres dividiam entre si 1,4% do conjunto de riquezas produzidas.
- **Alto índice de analfabetismo** – Segundo dados da ONU (UNESCO, 2015) e do IBGE (2015), esse índice no país é de cerca de 8,1%, enquanto, em países como Cuba e México, o índice apresentado no mesmo ano foi de 2,5% e 6,5%, respectivamente.
- **Práticas disseminadas de corrupção em órgãos estatais e particulares** – Segundo dados da Organização das Nações Unidas (2015), o Brasil apresentou-se como um dos países com maior intensidade dentro das práticas de corrupção que beneficia indivíduos e pequenos grupos, o que inibe os investimentos e a confiabilidade político-administrativa. Uma das razões teria sido o processo de privatizações de estatais, concessões públicas ou licitações fraudadas em grandes obras públicas e empresas estatais, como a construção de usinas hidrelétricas ou navios e plataformas de petróleo para a Petrobras (que teve recursos supostamente desviados para o financiamento de obras superfaturadas, propinas e campanhas políticas), por exemplo, beneficiando intermediários das ações.
- **Dependência econômica e tecnológica** – Apesar de se destacar em alguns campos científicos, o Brasil se mantém entre os últimos em termos de desenvolvimento tecnológico, sendo superado por países como Índia, Chile e Romênia e tendo apenas duas universidades (USP e Unicamp) entre as 200 instituições de Ensino Superior mais importantes do mundo (de acordo com a QS World University Rankings 2015/16).
- **Elevada taxa de mortalidade infantil** – Embora haja diminuição progressiva nessas taxas, segundo o Censo 2010 (IBGE), o Brasil apresentava taxa de mortalidade infantil na casa de 20 por mil nascidos

vivos. Atualmente, apesar de a taxa de mortalidade ter caído para cerca de 14 por mil nascidos vivos, ela ainda é considerada alta em relação à de países desenvolvidos como os Estados Unidos (6,17 mortes/1.000 nascimentos) e a Noruega (2,48 mortes/1.000 nascimentos).

- **Elevado nível de desrespeito aos direitos humanos** – Vale lembrar que minorias ainda sofrem com o des-caso e a falta de reconhecimento e proteção, tais como menores, idosos, negros, mulheres e indígenas.
- **Alto número de epidemias e endemias** – Todo ano, doenças como dengue, chikungunya, zika, malária, entre outras doenças tropicais, atingem parcelas da população brasileira, principalmente as mais pobres, em áreas e regiões desprovidas de saneamento básico e atendimento médico público adequado.
- **Altos índices de violência urbana e no campo** – Com cerca de 60 mil assassinatos por ano, de acordo com o Mapa da Violência de 2015, o Brasil é um dos recordistas mundiais de violência, que vitima sobretudo jovens, negros e pobres.

O Índice de Desenvolvimento Humano

O Brasil, mesmo colocado entre as quinze maiores economias do planeta, apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado baixo. O IDH indica a distância que cada país deve percorrer para atingir certas metas, como acesso generalizado à educação e à melhor renda. No Brasil, o índice subiu 25% (era de 0,590 em 1990; atualmente, é de 0,755). O desempenho na área social foi o principal fator impulsionador dos avanços do país (em especial nas áreas educacionais e de saúde).

No entanto, o IDH brasileiro mostra-se ainda incompatível com o tamanho da economia, no que tange à universalização de serviços e benefícios sociais garantidos a toda a população.

Vale descrever as três categorias de análise do IDH: **longevidade** (medida pelo indicador de esperança de vida ao nascer, que mostra o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados no ano de referência); **renda** (domínio sobre recursos para garantir um padrão de vida com acesso a necessidades básicas, como água, alimento e moradia); e **educação** (o acesso ao conhecimento é medido pela composição integrada da escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem).

Entre 1990 e 2015, praticamente todos os países tiveram melhoras em seu IDH. Porém, o Brasil aparece em um grupo de quarenta nações que, no período, apresentaram desempenho superior ao previsto. Atualmente, com índice de 0,755, ocupa a 75ª posição entre os 187 países mensurados. Ficamos bem acima da média do BRICS – grupo dos principais países emergentes –, que foi de 0,655, mas ainda estamos abaixo da média da América Latina, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

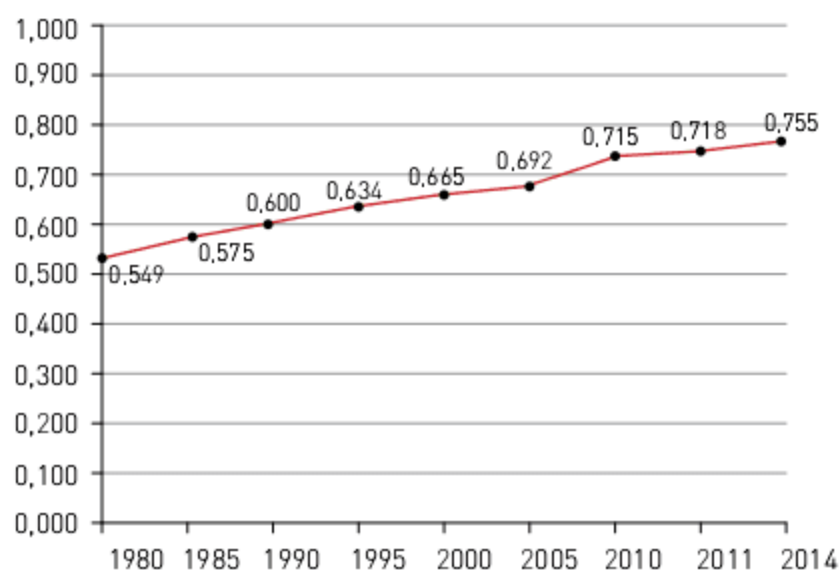
Atenção!

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que mede o nível de desenvolvimento humano em vários países e considera três quesitos (saúde, educação e renda), varia de 0 a 1 – quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento do local.

Indicadores relativos ao IDH no Brasil, entre 1980 e 2011

Ano	Expectativa de vida no nascimento	Expectativa de anos de escolaridade	Média de anos de escolaridade	RNB <i>per capita</i> (PPP\$ 2005)	Valor do IDH
1980	62,5	14,1	2,6	7.306	0,549
1985	64,4	14,1	3,2	6.732	0,575
1990	66,3	14,1	3,8	6.978	0,600
1995	68,3	14,1	4,6	7.610	0,634
2000	70,1	14,5	5,6	7.698	0,665
2005	71,6	14,2	6,6	8.260	0,692
2010	73,1	13,8	7,2	9.812	0,715
2011	73,5	13,8	7,2	10.162	0,718

EVOLUÇÃO DO IDH DO BRASIL – 1980 A 2014



Fontes: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. "Brasil avança no desenvolvimento humano e sobe uma posição no IDH". PNUD, 2 nov. 2011. Disponível em: <www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2583>.

Acesso em: 9 maio 2016. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório do desenvolvimento humano 2015: o trabalho como motor do desenvolvimento humano. [s.l.] : PNUD, 2015. p. 231.

O PNUD também mede o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). Esse índice, fundamentado em dados dos censos demográficos realizados no país, faz uma análise com base nas três dimensões vistas pelo IDH (longevidade, educação e renda), mas é mais regionalizado, oferecendo, portanto, um retrato mais condizente com a realidade de cada cidade do país.

O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), criado pelo Governo Federal, é outro indicador utilizado para analisar a pobreza no país. O índice nasceu no segundo governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) como uma tentativa de criar um indicador mais completo que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da ONU, aplicado em todo o mundo. Por meio dele, é medido o grau de acesso das famílias a um conjunto de direitos fundamentais, o que permite medir a miséria utilizando outros fatores que não somente a renda. O Governo Federal brasileiro considerava miserável o indivíduo que recebia menos de R\$ 70,00 mensais, o que era bastante questionável, já que também colocava o indivíduo que recebia cerca de R\$ 300,00 dentro da classe média baixa, uma renda abaixo do salário mínimo. O IDF leva em consideração também a vulnerabilidade da família, a disponibilidade de recursos (renda), o desenvolvimento infantil, as condições habitacionais e o acesso ao trabalho e ao conhecimento.

O IDF varia de 0 (pior) a 1 (quanto mais próximo de 1, melhor). Em 2013, última vez em que foi medido, o IDF geral do Brasil posicionou-se em 0,61. Apesar do bom nível relativo da renda dos pobres, duas dimensões apresentaram notas em nível miserável: o acesso ao trabalho (os pobres brasileiros têm 29% de seus direitos fundamentais ligados ao trabalho garantido e 71% deles violados) e o acesso ao conhecimento (os pobres brasileiros têm 38% de seus direitos fundamentais ligados à educação garantidos e 62% deles violados).



O acesso à moradia, bem como as melhores condições habitacionais, é um dos indicadores levados em conta pelo IDF, do Governo Federal.

DESTAQUES DO IDHM* 2010

	Município	IDHM
Brasil		
Maior IDHM	São Caetano do Sul (SP)	0,862
Menor IDHM	Melgaço (PA)	0,418
Região Norte		
Maior IDHM	Palmas (TO)	0,788
Menor IDHM	Melgaço (PA)	0,418
Região Nordeste		
Maior IDHM	Fernando de Noronha (PE)	0,788
Menor IDHM	Fernando Falcão (MA)	0,443
Região Centro-Oeste		
Maior IDHM	Brasília (DF)	0,824
Menor IDHM	Japorã (MS)	0,526
Região Sudeste		
Maior IDHM	São Caetano do Sul (SP)	0,862
Menor IDHM	São João das Missões (MG)	0,529
Região Sul		
Maior IDHM	Florianópolis (SC)	0,847
Menor IDHM	Doutor Ulysses (PR)	0,546

*Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Os dados de 2010 são os mais recentes

Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro*. Brasília: PNUD; Ipea; FJP, 2013. p. 45. (Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2015).



Uma das grandes indicações do subdesenvolvimento no mundo é a incapacidade de atendimento às noções básicas da dignidade humana, desde a infância.

Estado-babá

Na atualidade, críticas não faltam aos programas sociais vigentes no Brasil. Para muitos, programas como o Bolsa Família teriam fins “eleitoreiros” e apenas indicam a presença de um gigantesco Estado assistencialista, ou um Estado-babá (*Nanny State*), na acepção pejorativa dos adeptos da Escola de Chicago. É necessário esclarecer, no entanto, que esses tipos de serviços são de caráter público e reconhecidos como direitos sociais. Escondem, porém, a busca pela estabilidade e ordem capitalista, em especial a partir do momento em que países como o Brasil passaram a adotar o projeto econômico neoliberal. Nos anos de 1990, o país continuou por esse caminho, de ortodoxia econômica – com superávit primário, metas fiscais rigorosas e altas taxas de juros. Essa adoção foi feita, inclusive, pelos governos Lula e Dilma, supostamente identificados com as classes trabalhadoras.

O Cadastro Único do Governo Federal afirma que o número de miseráveis cadastrados no país era de 22 milhões em janeiro de 2011; 9,8 milhões em maio de 2012; 2,5 milhões em novembro de 2012; e zero em fevereiro de 2013, quando houve a terceira ampliação do programa Bolsa Família, com nenhum cadastrado recebendo menos que 77 reais/mês.

O neoliberalismo no Brasil: como ficam as questões sociais?

O Brasil voltou a praticar a democracia, efetivamente, a partir de 1985.

Após programas econômicos desastrosos (Planos “Cruzado”, “Verão” e “Brasil Novo”), o Plano Real (1994), instituído no governo Itamar Franco (1992-1995), estabilizou a então complicada economia brasileira. Mas houve uma contrapartida: a aceitação do Brasil às disposições do Consenso de Washington (1989). Ou seja, adesão ao programa dito neoliberal, com contenção de gastos governamentais e gastos públicos, além da venda ou concessão de patrimônio público, como empresas estatais, estradas, ferrovias e bancos, ao setor privado.

A partir da década de 1990, o Brasil passou a trilhar os caminhos do projeto neoliberal, principalmente na redução do tamanho do Estado e no controle maior dos gastos públicos.

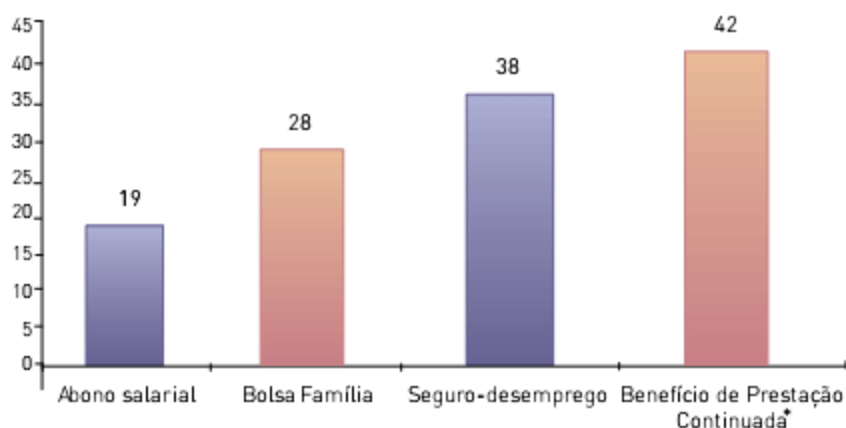
A iniciativa, embora tenha trazido estabilização da economia e aumento da renda média dos trabalhadores, sobretudo nos primeiros anos do Plano Real, trouxe também consequências sociais e econômicas consideráveis, tais como crescimento da dívida interna brasileira (saltou de 154 para 881 bilhões de reais entre 1995 e 2002), avanço da dívida externa (de 145 bilhões de dólares em 1995 para 240 bilhões em 2002) e queda do crescimento médio do PIB.

O final do período também apresentou queda na produção industrial (com médias inferiores, inclusive, aos difíceis anos da década de 1980), crescimento do nível de desemprego (que chegou ao índice de 45% em 2002, totalizando cerca de 12 milhões de brasileiros) e queda do rendimento salarial médio da população nas grandes cidades (recoo de 10% entre 1995 e 2002).

Vieram, ainda, elevação do número de indivíduos favelados (a população favelada cresceu duas vezes mais rápido que a população absoluta total entre 1995 e 2000), violência urbana (em 2002, 38% dos jovens brasileiros entre 18 e 23 anos estavam envolvidos com algum tipo de contravenção) e a queda em nosso Índice de Desenvolvimento Humano (em 1995, estávamos no 69º lugar; em 2002, caímos para 73º).

Além disso, houve o desmonte do Estado brasileiro com o sistema de privatizações e crescimento das diferenças sociais (ricos mais ricos e pobres mais pobres), uma diferença que ainda permanece mesmo após os governos Lula e Dilma – supostamente mais progressistas, mas que contribuíram para o aumento dos lucros dos bancos, o que acentuou as diferenças.

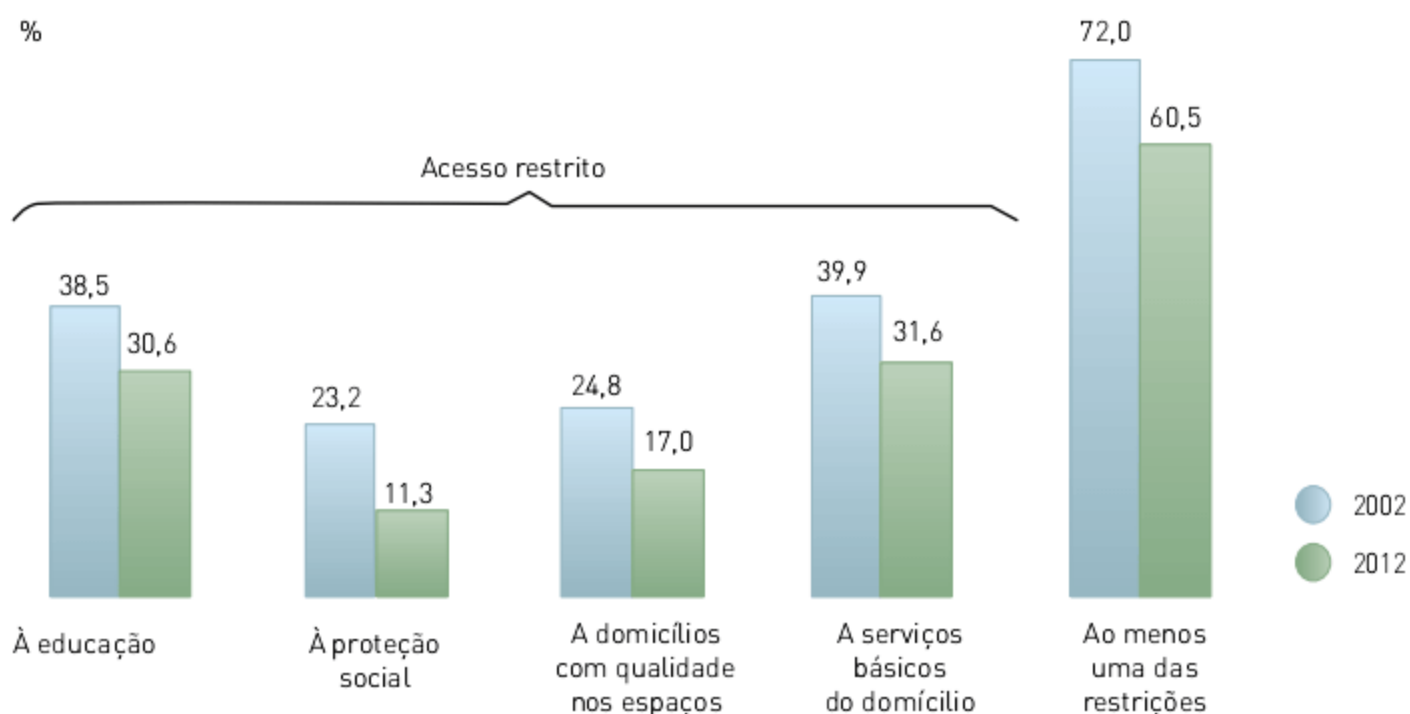
CUSTO ESTIMADO DE BENEFÍCIOS DA SEGURIDADE SOCIAL EM R\$ BILHÕES – 2015



* Inclui Renda Mensal Vitalícia (RMV)

Fonte: Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2015. In: NERY, Pedro Fernando. "Análise da MP n. 665, de 2014: alterações no seguro-desemprego e no abono salarial". *Boletim Legislativo*. Brasília, n. 22, 2015. Disponível em: <www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol22>. Acesso em: 9 maio 2016.

RESTRIÇÃO DE ACESSO DE PESSOAS DE BAIXA RENDA À MELHORIA DE VIDA



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional Amostra Domicílios 2002/2012. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. n. 32. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica).

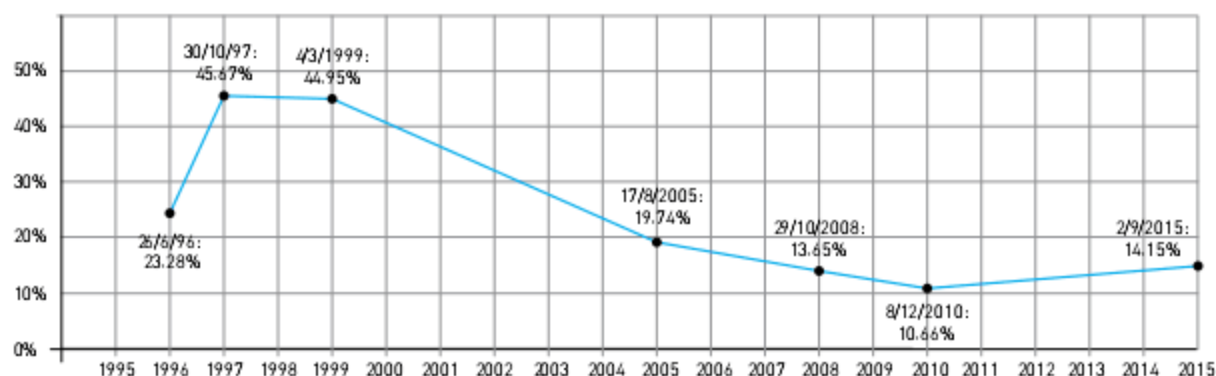
Medidas urgentes

Nesse cenário desfavorável, programas de inclusão social e assistencial foram criados, como o Bolsa Escola (2001-2002), transferindo recursos financeiros às famílias menos favorecidas, e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (1996), cujo objetivo passou a ser o de impedir a proliferação do trabalho infantil, retirando da situação de exploração crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos.

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil, com a promessa de transformar o cenário social deixado pelo seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, sem, no entanto, alterar o quadro de estabilidade econômica. Contudo, muitas vezes, Lula implantou medidas tão ortodoxas quanto as de FHC, como o aumento, nos primeiros anos de governo, da taxa básica de juros, a Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), bastante elevada já no governo anterior. O aumento dos juros restringe o crédito e o poder de compra – se um consumidor vai comprar uma geladeira, por exemplo, e quiser parcelar em 10 vezes, vai pagar um valor mais elevado por causa dos juros.

Lula também promoveu a Reforma da Previdência, com novas regras de aposentadoria para funcionários públicos federais que ingressassem no serviço público, como os vencimentos da aposentadoria não mais integral, e sim proporcional ao tempo de contribuição, entre outras regras mais rígidas.

A TAXA SELIC PÓS-PLANO REAL



Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Histórico das taxas de juros. Disponível em: <www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>. Acesso em: 9 maio 2016.

Entretanto, uma das primeiras iniciativas do governo Lula foi criar a Secretaria Extraordinária de Segurança Alimentar e Combate à Fome, cujo objetivo principal seria administrar o programa Fome Zero. Tal programa, envolto em ações publicitárias e acusações de uso político, gerou, a partir de 2003, o programa Bolsa Escola, o que, de certa forma, contribuiu para a reeleição de Lula para novo mandato, a partir de 2007.

Esses programas são gerenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e executados com base em transferências de valores do Governo Federal a 5.463 municípios de todo o país (dados de 2015).

O Bolsa Família e outros programas sociais

Ao final de 2013, cerca de 14 milhões de brasileiros estavam na lista de pagamentos do programa Bolsa Família. Os principais objetivos desse programa social são a redução da pobreza, a promoção da segurança alimentar e o fim do ciclo de miséria entre gerações, por meio da acumulação de capital humano e do aumento do acesso aos serviços públicos, especialmente saúde, educação e assistência social.

O Governo Federal propaga esse programa social como o mais eficaz dos meios de distribuição de renda do país, já que transfere renda diretamente para as famílias cadastradas. É, assim, um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, abrangendo, em 2012, 26% da população em todos os municípios brasileiros e contando com um orçamento de 10,75 bilhões de dólares, ou cerca de 0,5% do PIB, segundo dados do Governo Federal de 2013. É também totalmente financiado pelas receitas gerais do Estado, via dotação orçamentária destinada à segurança social e alimentar.

O valor que uma família recebe pelo Bolsa Família a cada mês é um combinado de vários benefícios oferecido pelo programa. Essa composição depende do número de pessoas, das idades, da presença ou não de gestantes na família, entre outras particularidades. Depende, ainda, da real renda da família cadastrada.

Com valores atualizados em 2016, o benefício começa com R\$ 82,00, destinado a famílias extremamente pobres. Os benefícios variáveis incluem R\$ 38,00 por filho (pagos a, no máximo, 5 filhos entre 0 e 15 anos). No caso de filhos adolescentes, o benefício é de R\$ 45,00 (cedido a, no máximo, dois adolescentes).

O valor de R\$ 38,00 também é pago para a gestante na família. Porém, a gravidez deve ser informada ao sistema de cadastro e passa a ser monitorada.

A mãe que amamenta ganha R\$ 38,00 por mês até o bebê completar seis meses. E, se o valor total da renda original da família ainda for inferior a R\$ 82,00 por pessoa, o programa complementa o montante para garantir esse valor mínimo.

Em 19 de fevereiro de 2013, o Governo Federal anunciou a ampliação do programa Bolsa Família, desejando, com o ato, zerar o número de indivíduos cadastrados que vivem em condições miseráveis. O objetivo foi o de beneficiar 2,5 milhões de brasileiros já atendidos pelo programa que ainda são vistos pelo Cadastro Único (banco de dados federal sobre famílias de baixa renda) como extremamente pobres.

Desde que o programa foi lançado, 5 milhões de brasileiros saíram da pobreza extrema, sendo que, até 2009, o programa conseguiu reduzir a taxa de pobreza para um valor estimado de 8 pontos percentuais. Além do Bolsa Família, outros programas foram instituídos, como o Programa Luz para Todos (criado no governo Lula com o objetivo de levar energia elétrica a mais de dez milhões de brasileiros que residem no meio rural, universalizando o sistema energético), o Programa Universidade para Todos – ProUni (criado em 2004 e que visa permitir o acesso de jovens de baixa renda ao Ensino Superior por meio da concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais), o Brasil Alfabetizado e a Educação de Jovens e Adultos (com o objetivo de combater o analfabetismo em pessoas com mais de quinze anos de idade, realizando parcerias com estados, municípios, universidades, empresas privadas e organizações não governamentais).

Saiba mais

Carro-chefe dos programas sociais

Criado a partir da fusão de vários programas de transferência de renda originários do governo Fernando Henrique Cardoso, o Bolsa Família beneficia com uma renda mensal famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Para permanecer no programa, as famílias devem manter as crianças de até 17 anos na escola, com frequência mínima de 85%, além de atualização das carteiras de vacinação, consultas de saúde de rotina, acompanhamento de seu crescimento e a realização de pesagens e exames em menores de sete anos. O programa também exige consultas para grávidas ou lactantes e participação em atividades educativas sobre saúde e nutrição.



Contexto Social

O Programa Luz Para Todos foi criado em novembro de 2003 para que áreas de difícil acesso do país pudessem receber energia elétrica, especialmente em áreas rurais. Segundo dados do Ministério de Minas e Energia, em maio de 2009, o programa já exibiu um balanço de atendimento a 10 milhões de pessoas em solo brasileiro. Em março de 2016, o total de pessoas que passaram a contar com energia elétrica dentro de casa com a ajuda do programa já chegava a 15,7 milhões. O resultado total é que, segundo o IBGE, somente 0,5% dos domicílios do país ainda não contam com energia elétrica. Segundo dados do Ministério, o programa viabilizou a criação de 490 mil novos empregos, incluindo a mão de obra que levou fios, transformadores, postes e geradores aos locais que antes não tinham luz.



O Programa Luz para Todos, criado em 2003, procura levar energia elétrica a regiões do país de difícil acesso ou que nunca tinham tido acesso à eletricidade.



Através da ampliação de programas sociais, como o Bolsa Família, o Programa de erradicação do trabalho infantil, o Programa Luz para Todos, o ProUni, o Brasil Alfabetizado e a Educação de Jovens e Adultos, os abismos sociais têm diminuído no Brasil; porém, há muito ainda a ser feito.

Afinal, quem coordena os programas sociais?

O Bolsa Família possui falhas graves que permitem, por exemplo, a inclusão de pessoas falecidas, políticos eleitos e seus parentes, além de pessoas com renda *per capita* maior que o teto definido para inclusão no programa.

Números levantados pelo Tribunal de Contas da União em 2009 atestam tais problemas:

- a) *Duplicidade do titular - 10.194 casos*
- b) *Renda per capita maior que R\$ 120,00 - 1.158.071 casos*
- c) *Falecimento do único membro - 3.791 casos*
- d) *Ter político eleito na família - 577 casos*
- e) *Omissão de renda - 195.330 casos*

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Auditoria nos sistemas do cadastro único para programas sociais do Governo Federal. NARDES, Augusto (Relator). Brasília: TCU, 2009. pp. 26, 34, 30 e 35.

O próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome admite as distorções, argumentando todos os anos, pelos vários órgãos de imprensa, que medidas estão sendo tomadas no sentido de atenuar (ou eliminar) os problemas. Todavia, esses problemas persistem, mesmo com o incremento na fiscalização. Além disso, o Bolsa Família acaba adquirindo também um viés “eleitoreiro” e oportunista, o que explicaria a vitória de Dilma Rousseff, reeleita em 2014, após intensa campanha que pregava o chamado “terrorismo eleitoral” contra os opositores, ao afirmar que, se os adversários vencessem, o benefício seria cortado imediatamente.

Outros acusam o Bolsa Família de manter o indivíduo ganhando o mínimo para sua sobrevivência e assim se acomodar, evitando buscar trabalho para não se desvincular da ajuda assistencial do governo. Outro ponto criticado é o fato de o benefício ter perdido o valor real de compra, com os aumentos da inflação que, em 2015, chegaram a 10,67% ao ano. Depois de um reajuste em 2013, o próximo só se deu em 2016.

O fato é que o Brasil, como sabemos, é amplo e diverso. Controlar milhões de crianças, espalhadas por quase 200 mil escolas públicas nos mais de 5.500 municípios, não é tarefa das mais fáceis. Mas também não é tarefa impossível, se o controle for rigoroso e permanente, apoiado o tempo todo por funcionários do governo e de órgãos públicos encarregados disso.

Da mesma forma, existem milhares de mulheres grávidas por todo o país (que devem fazer exames pré-natal, uma prerrogativa para famílias que são atendidas por programas sociais). Essas futuras mães são atendidas pela precária rede de saúde pública do SUS (Sistema Único de Saúde).

Então, cabe ao Governo Federal, por meio de seus ministérios, transferir os valores que atendam aos programas vigentes no Brasil. No entanto, cabe também às prefeituras e aos organismos de fiscalização comunitária o cadastramento, a fiscalização e o controle sobre os beneficiados. Uma tarefa que não tem se mostrado nada fácil, pelos pouco eficientes órgãos públicos.

Muito ainda está por ser feito, como corrigir distorções e criar condições para que os hoje beneficiários, aos poucos, deixem esses programas. É fato, porém, que programas como o Bolsa Família têm reduzido injustiças sociais, embora causem déficits orçamentários e não combatam totalmente a desigualdade, pois os muito ricos no Brasil ficam ainda mais ricos. Mas é um programa que precisa existir, dada a sua abrangência e a inclusão social que proporciona a milhões de brasileiros.

PARA PRATICAR

1 Observe os dados a seguir, referentes ao programa Bolsa Família:

Exemplo de benefício máximo (em reais, com valores até maio de 2016)

Família extremamente pobre	+3 filhos até 15 anos	+2 filhos de 16 ou 17 anos
R\$77,00	R\$105,00 (3 × 35)	R\$ 84,00 (2 × 42)
Total: R\$266,00		

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 1 jul. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

Nesse demonstrativo, observamos que uma família extremamente pobre recebe, pelo programa Bolsa Família, um acréscimo de renda de R\$ 266,00. Esse valor poderia ser menor, caso algum filho em idade educacional estivesse afastado da escola. A respeito do programa de transferência de renda denominado Bolsa Família, pode-se aferir que

- A** procura beneficiar com uma renda mensal famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, exigindo que elas mantenham crianças de até 17 anos em processo educacional.
- B** beneficia famílias que estejam de acordo com as diretrizes políticas governamentais.
- C** exige que as famílias beneficiadas retirem crianças da exploração trabalhista, sem, no entanto, exigirem participação dos menores no processo educacional.
- D** busca obter condições para que marginalizados incluam-se em processos de cidadania, exigindo que os pais ou responsáveis participem de programas de erradicação do analfabetismo.
- E** tem como objetivo básico atender às famílias em situação de miséria, obrigando os beneficiados a introduzirem seus dependentes no Ensino Superior.

2 (UEM 2011) Sobre o estado de bem-estar social, implementado em diferentes nações capitalistas no século XX, assinale o que for correto.

- 01. Fundamentava-se em uma doutrina econômica que pregava a livre regulação dos mercados e, conseqüentemente, a não intervenção estatal nos assuntos relacionados à produção material.
- 02. Surge como estratégia de reversão da crise econômica das primeiras décadas do século XX, por meio de políticas anticíclicas.

- 04. As políticas de pleno emprego, inspiradas no modelo econômico proposto por John Maynard Keynes, foram estratégias comuns a todos os países que implementaram versões do estado de bem-estar.
- 08. Os altos investimentos públicos, necessários para a efetivação das políticas anticíclicas, foram obtidos por meio da criação de impostos ou elevação de alíquotas já existentes.
- 16. O desenvolvimento do estado de bem-estar social gerou, nos países de industrialização avançada, um acirramento da concentração de renda nas mãos de uma minoria privilegiada.

Soma =

3 O estado de bem-estar social é aquele em que um governo desempenha a função de mediador de desequilíbrios, criando programas que enfrentem as desigualdades sociais, a pobreza e a má distribuição de renda. Entre os programas de bem-estar vigentes no Brasil, não se pode apontar:

- A** Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, criado em 1996, que tem como finalidade retirar da situação de exploração crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos.
- B** Programa Luz Para Todos, criado em 2003, que tem como objetivo levar energia elétrica a várias regiões do país, universalizando o sistema.
- C** ProUni, que visa permitir o acesso de jovens de baixa renda ao Ensino Superior por meio de financiamento parcial ou integral, que é reembolsado após a conclusão dos estudos.
- D** Bolsa Família, que busca beneficiar, com uma renda mensal, famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.
- E** Programa Brasil Alfabetizado, que, em parceria com estados, Municípios, Universidades e Organizações não governamentais, busca erradicar o analfabetismo no país.

4 O programa Bolsa Família, criado pelo estado de bem-estar social, beneficia com uma renda mensal famílias em situação de pobreza no Brasil. Gerenciado pelo Governo Federal, o programa tem a participação dos municípios no controle de distribuição dos benefícios. Porém, esse controle não deixa de apresentar irregularidades, com benefícios chegando a famílias que não deveriam recebê-los. A respeito do estado de bem-estar social, incluindo programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, podemos afirmar que:

- A** a partir dele, um governo desempenha a função de mediador de desequilíbrios para enfrentar desigualdades, a pobreza e a má distribuição de renda.
- B** no Brasil, as irregularidades apresentam vícios impossíveis de serem enfrentados, o que por si só inviabiliza a manutenção de programas sociais.
- C** a transferência de renda por meio de programas sociais é uma prática inovadora sem precedentes na história brasileira.
- D** seu principal objetivo é erradicar o analfabetismo em um país ou uma região, o que colabora para a perpetuação do poder entre pessoas ou grupos.
- E** ao desempenhar a função de equilibrar socialmente pobres e ricos, os programas sociais têm sido usados sem critérios claros e definidos.

5 (Uncisal 2012) Assinale nas opções a seguir aquela que faz parte do ideário neoliberal.



Disponível em: <<http://smsdc-cms-eithelpinheiro.blogspot.com/2011/05/1-de-maio-muito-alem-do-feriado.html>>.

- A** Aumento da proteção social à população economicamente ativa.
- B** Fortalecimento dos sindicatos.
- C** Garantia de pleno emprego.
- D** Papel interventor do Estado.
- E** Flexibilização das relações trabalhistas.

6 (UEL 2010) Apenas 3,5% dos jovens têm acesso ao Ensino Superior. Diante da demanda social para ampliar os índices de acesso ao Ensino Superior, o Estado poderia...

- I. expandir as vagas no setor público, melhorando a infraestrutura, o número de bolsas para estudantes sem recursos suficientes e/ou que tenham mérito acadêmico.
- II. expandir as vagas no setor privado dando auxílio público para pessoas comprovadamente pobres, fortalecendo o mercado da educação.
- III. garantir as vagas em instituições estatais para a permanência de todos os estudantes, coibindo e, às vezes, proibindo o desenvolvimento de mercados livres na área da educação.

Assinale a alternativa que contém os tipos de Estado que propõem as soluções I, II e III, respectivamente:

- A** Estado socialista; Estado absolutista; Estado liberal.
- B** Estado absolutista; Estado do bem-estar social; Estado liberal.
- C** Estado liberal; Estado socialista; Estado do bem-estar social.
- D** Estado socialista; Estado do bem-estar social; Estado liberal.
- E** Estado do bem-estar social; Estado liberal; Estado socialista.

- 4 (UEM 2012)** Considerando o tema do desenvolvimento econômico, assinale o que for correto.
01. Todas as vezes que um país tem um crescimento econômico acelerado, as questões básicas relativas às desigualdades sociais e à pobreza são resolvidas.
 02. Ao identificar o grau de desenvolvimento de um país, é preciso considerar as possibilidades de acesso dos diferentes grupos sociais às necessidades materiais (comida) e imateriais (arte).
 04. No Brasil da década de 1970, o chamado “milagre econômico” gerou uma redução significativa da pobreza nas regiões Norte e Nordeste, pois o crescimento acelerado do PIB (Produto Interno Bruto) ajudou a diminuir as diferenças regionais.
 08. O desenvolvimento econômico está assentado na apropriação que a humanidade faz da natureza. Ao modificar o espaço em que vivem, as pessoas empreendem ações criativas, mas também destrutivas.
 16. O crescimento do setor industrial garante que as necessidades humanas básicas de uma determinada sociedade sejam satisfeitas, pois, com a geração de trabalho e renda, o acesso a itens como educação, saneamento e habitação são assegurados.

Soma =

no Enem
Caiu

- 5 (Enem)** Em 1999, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento elaborou o “Relatório do Desenvolvimento Humano”, do qual foi extraído o trecho abaixo.

Nos últimos anos da década de 1990, o quinto da população mundial que vive nos países de renda mais elevada tinha:

- 86% do PIB mundial, enquanto o quinto de menor renda, apenas 1%;
- 82% das exportações mundiais, enquanto o quinto de menor renda, apenas 1%;
- 74% das linhas telefônicas mundiais, enquanto o quinto de menor renda, apenas 1,5%;
- 93,3% das conexões com a internet, enquanto o quinto de menor renda, apenas 0,2%.

A distância da renda do quinto da população mundial que vive nos países mais pobres – que era de 30 para 1, em 1960 – passou para 60 para 1, em 1990, e chegou a 74 para 1 em 1997.

De acordo com esse trecho do relatório, o cenário do desenvolvimento humano mundial, nas últimas décadas, foi caracterizado pela

- A** diminuição da disparidade entre as nações.
- B** diminuição da marginalização de países pobres.
- C** inclusão progressiva de países no sistema produtivo.
- D** crescente concentração de renda, recursos e riqueza.
- E** distribuição equitativa dos resultados das inovações tecnológicas.

- 6 (UEL)** *No passado, quando se falava em redistribuição de renda, sempre se argumentava que os pobres, com o crescimento de sua renda, tenderiam a consumir mais e, portanto, a taxa de poupança cairia. Hoje, o paradoxo é que os ricos brasileiros é que têm uma altíssima propensão a consumir. A renda não se concentra para aumentar a taxa de poupança, e sim para aumentar o consumo dos mais ricos. É escandalosa a distância, no Brasil, entre o consumidor popular e o consumidor médio e rico. Sem dúvida, essa defasagem é uma das maiores do mundo. Na Índia, os 20% mais ricos têm em média uma renda quatro vezes maior que a dos 20% mais pobres; no Brasil essa relação é de 1 para 33. Por outro lado, o abuso do consumo contamina as classes mais pobres, que gastam em produtos nem sempre necessários.*

FURTADO, C. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 20.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre desigualdade social no Brasil, é correto afirmar que:

- A** na última década, o índice de desigualdade vem crescendo constantemente no Brasil.
- B** na última década, observa-se, no Brasil, um aumento constante da taxa de crescimento econômico impulsionado pelo aumento do índice de desigualdade.
- C** apesar de permanecer entre os mais altos do mundo, nos últimos quinze anos, observa-se, no Brasil, uma queda do índice de desigualdade.
- D** nas últimas décadas, o índice de desigualdade no Brasil permanece rigorosamente igual.
- E** existe uma correlação estreita entre taxa de crescimento e distribuição de riqueza.

Refleta sobre

Bolsa Família: estabilidade ou acomodação social?

Pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), encomendada pelo Governo Federal brasileiro e divulgada nos primeiros dias de 2011, atestava que seria complicado e longo o caminho para que os beneficiários da transferência de renda do governo abandonassem os pagamentos mensais de programas como o Bolsa Família.

Segundo a pesquisa, após sete anos de vigência do programa, a maioria dos empregos não têm registro em carteira de trabalho. Entre os beneficiários ocupados, 75,2% não têm cobertura da Previdência Social. Como paralelo, pode-se apontar o índice geral da população economicamente ativa vinculada à previdência oficial: 49,8% no ano de 2010, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

A maioria dos beneficiários ocupados não está registrada formalmente, e é maior nessa fatia o desligamento do emprego. Isto é, a passagem pelo vínculo, entre estes, é mais rápida, em especial entre os que se beneficiam e têm menor tempo de estudos.

Esses dados talvez bastem para que se chegue à conclusão de que o maior desafio de programas sociais como o Bolsa Família continua sendo a inclusão produtiva, como a geração de empregos e de renda.

Ao mesmo tempo, o governo brasileiro vem elevando os benefícios do Bolsa Família. O índice de correção, em geral, segue a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O objetivo é o de erradicar a pobreza extrema no país, a qual alcançou, ao final de 2010, cerca de 5 milhões de brasileiros, segundo fontes do próprio Governo Federal, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Considerando o texto acima, reflita sobre as seguintes questões: a existência de programas sociais traz certa tranquilidade social para que o sistema capitalista possa atuar com mais estabilidade? Quais as críticas mais prementes de alguns setores da sociedade brasileira aos programas sociais implantados no Brasil contemporâneo?

■ Quer saber mais?



Livros

- ABRAMOVAY, Ricardo. *O que é fome*. São Paulo: Brasiliense, 1986 (Primeiros Passos).
Pequena mas esclarecedora obra que analisa as consequências sociais, econômicas e físicas da existência de bolsões de fome em um país.
- BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação*. São Paulo: Brasiliense, 1993 (Primeiros Passos).
O autor, um dos pioneiros na implantação de programas de transferência de renda no Brasil nos anos de 1990, quando governador do Distrito Federal, analisa a exclusão social brasileira, fazendo um paralelo com o regime do *apartheid* da África do Sul.
- SADER, Emir; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
Coletânea de artigos que narra as políticas sociais implementadas no país, tendo como base suas repercussões no Estado do Rio de Janeiro. A obra aponta para os perigos da democracia social e explica como os direitos básicos do cidadão ficam à margem a partir dos interesses capitalistas neoliberais.
- SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004.
O autor, nessa importante obra, realiza investigação sobre a origem e a situação da pobreza em várias partes do mundo.



Filmes

- *O homem que virou suco*. Direção: João Batista de Andrade. Brasil, 1980.
Bem-humorado e contundente, esse clássico do cinema nacional retrata a migração de nordestinos brasileiros para estados como São Paulo e Rio de Janeiro, bem como as condições de vida de migrantes nesses grandes centros.
- *As vinhas da ira*. Direção: John Ford. EUA, 1940.
Filme que narra a vida de uma família norte-americana arruinada pela quebra da economia do país a partir de 1929 e como políticas de bem-estar social foram empregadas pelo Estado norte-americano com vistas ao combate à miséria e ao caos social provocados pelo *crash*.
- *Uma empresa decente*. Direção: Thomas Balmès. Reino Unido, França, Finlândia, Dinamarca, Austrália, 2004.
Documentário que contextualiza as ações de grandes empresas transnacionais na tentativa de aumentar seus lucros, transferindo linhas de produção para países onde as leis trabalhistas e ambientais sejam menos rigorosas.

RESUMO teórico

- As bases teóricas do Welfare State foram, em grande parte, formuladas pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946).
- Segundo a teoria keynesiana, o Estado deve intervir na vida econômica, com políticas inclusivas e compensatórias, procurando solucionar os problemas sociais advindos do desenvolvimento capitalista acelerado.
- Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), cresceu no planeta o número de programas sociais com vistas ao bem-estar social, dado que foram importantes na reconstrução da Europa Ocidental do pós-guerra.
- O Estado de bem-estar social apresenta como objetivo minimizar os efeitos sociais negativos provocados pelo capitalismo, atendendo a setores sociais marginalizados pelo modo de produção capitalista.
- O Brasil, ao ingressar no rol dos países neoliberais, passou a adotar também programas compensatórios de bem-estar social, como o Bolsa Família.
- Críticas são feitas à política de bem-estar social. Para alguns, fere o liberalismo, desvia funções do Estado, gera déficits orçamentários e pode ser usado para fins eleitorais.
- Para outros, no entanto, programas de bem-estar social têm diminuído diferenças sociais e minimizado a situação de vulnerabilidade de muitos brasileiros e brasileiras, embora sujeitos a diversas críticas por serem vistos por alguns como instrumentos de manipulação política e necessitarem de intensa fiscalização para evitar desvios de sua finalidade, que é assegurar as garantias de direitos básicos aos cidadãos, tornando-se modelos de inclusão social.

Capítulo

13

Cultura e
educação



© Felipe Frazao | Dreamstime.com - Patricia Fontoura/Agencia Brasil, © Marcelo Silva | Dreamstime.com

Manifestações da dança do frevo e do maracatu, em Pernambuco, e do Festival Folclórico de Parintins, em 2015, no Amazonas.



O termo cultura designa, em sua concepção mais ampla, o repertório da ação humana e de seus produtos, transmitido de uma geração para outra. No cotidiano, estamos “embebidos” em cultura. Nas atividades de estudo, na vida doméstica, nas festas, nas histórias que costumamos contar e ouvir.

Portanto, não podemos relacionar cultura apenas com o fato de irmos assistir a uma peça de teatro ou a um filme no cinema, visitarmos um museu ou mesmo estudarmos. Se assim for, estaremos incorrendo em erro ao imaginarmos que indivíduos sem as mesmas oportunidades não têm cultura.

A cultura de um povo representa um todo integrado, em que cada elemento se articula com os demais. Cada sociedade estrutura sua própria cultura, recebendo, em normalidade, influência de outros repertórios culturais. Em nossa sociedade globalizada, com valores impostos como universais, algumas manifestações culturais se perdem, ao mesmo tempo que, pelo intercâmbio e maior dinâmica de encontros, outras manifestações culturais passam a ser conhecidas e reconhecidas.

Para a aquisição dos valores culturais de uma sociedade é necessário que se proceda à aprendizagem. A educação tem papel relevante na transmissão da cultura, seja por intermédio da família ou de grupos adultos, seja de forma sistemática (em escolas).

Educar, assim, é transmitir aos indivíduos os conhecimentos, as técnicas, os valores, as crenças, as histórias, entre outros, de uma sociedade. Ou seja, ao processo educacional cabe a transmissão da cultura, assim como permitir que os indivíduos desenvolvam suas potencialidades e interfiram no meio social em que estão incorporados.

- ▶ A família transmite cultura? Como?
- ▶ Quais outros grupos, instituições ou indivíduos transmitem cultura na sociedade?
- ▶ A escola brasileira cumpre o seu papel como uma transmissora de cultura, desenvolvedora das potencialidades individuais e dos valores sociais? Quais seus principais problemas estruturais?
- ▶ E no que tange à cultura, vivemos em um período de ganhos ou de perdas?

C C3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

H H11 - Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.
H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

Cultura

Uma diferença nossa, como humanos, em relação aos demais animais é que transformamos a natureza, dando significado para tais transformações. Por pensar e agir, os seres humanos criam um mundo que, definitivamente, não pode ser visto como natural.

A **cultura** nada mais é do que uma criação coletiva edificadora de símbolos. As teorias, os valores materiais e espirituais e as instituições são elaborações que nos permitem significar – e dignificar – a existência, fazendo parte da cultura.

Ao nascermos em determinada sociedade, encontramos os valores estabelecidos e absorvemos a língua, os costumes culinários, as brincadeiras e, até mesmo,

as manifestações de emoção. Ou seja, cada estrutura social tem a própria cultura, que pode ser definida como um modo de vida particular, composto de valores, estilos, regras, formas de encarar o mundo. Isso faz com que cada um dos componentes dessa sociedade possua uma identidade cultural.

Quando fazemos referência ao conceito de cultura, devemos levar em consideração conceitos antropológicos. A antropologia cultural divide-se em duas disciplinas: a etnografia e a etnologia.

cultura complexo que inclui conhecimento, costumes, hábitos, crenças, moral, leis e capacidades edificadas pelos indivíduos e sociedades.

Etnografia	Faz o estudo descritivo das diferenças culturais humanas, tomadas de forma individual.
Etnologia	Analisa os dados fornecidos pela etnografia e por outras ciências humanas (como a linguística, a arqueologia e a sociologia), procurando apresentar explicações sobre a estrutura e o desenvolvimento de uma determinada cultura ou do conjunto de todas as culturas.

Composta de elementos materiais e não materiais, a cultura de uma sociedade dá a esta um caráter próprio e quase único.

A **cultura material** abrange os instrumentos palpáveis de uma sociedade (tais como roupas, armas, habitações, entre outros) e a maneira com que as pessoas fazem uso desses instrumentos. Por sua vez, os elementos **não materiais** (simbólicos) da cultura envolvem a linguagem, regras de conduta social, sistema de explicações do mundo e crenças, artes, festividades e valores.

Os aspectos de uma cultura são assim identificados:

- **traços culturais** – é o menor componente de uma cultura. Um computador, um telefone celular, um aparelho de ar-condicionado e uma caneta são exemplos de traços culturais. Só podemos entender os traços culturais quando os observamos em um conjunto integrado, que demonstra como age e pensa uma sociedade;



© Dmytro Konstantynov | Dreamstime.com

O *smartphone* é um traço cultural por representar um componente menor de uma cultura, embora hoje em dia seja inegável sua abrangência no mundo globalizado, sendo encontrado nos grandes centros urbanos e até em tribos e aglomerados populacionais isolados.

- **padrão cultural** – é o conjunto de leis e normas que regem os indivíduos e seus comportamentos em uma determinada cultura. Assim, quando componentes de uma sociedade agem de forma comum, expressam padrões culturais do grupo a que pertencem ou em que estão envolvidos;



© Ppy2010ha | Dreamstime.com

O arroz, a feijoada, a couve e a mandioca são elementos da culinária brasileira, que se remetem à história e formação da população.

- **complexo cultural** – caracteriza-se pela combinação dos traços culturais de uma sociedade. Um bom exemplo é a sociedade tecnológica contemporânea, que reúne uma série de traços culturais relacionados entre si: computador, telefone celular, aparelho de televisão, regras de comunicação, entre outros;
- **área cultural** – é o espaço geográfico onde se manifesta determinada cultura, em uma combinação dos traços culturais que desenvolvem um complexo.



© Marcio Silva | Dreamstime.com

O Carnaval é uma festa popular, com manifestações diversas, dependendo do local (área cultural). Na foto, o popular carnaval de bonecos de Olinda, em Pernambuco.

Os aspectos ou componentes de uma cultura dão ao indivíduo a capacidade de pensar e interpretar o mundo, dando significado à realidade e fazendo esse indivíduo desenvolver novas ideias e comportamentos. O conhecimento entre os membros de uma sociedade acumula-se e é transmitido para as gerações seguintes, variando de acordo com as necessidades de cada estrutura social. Ou seja, os hábitos alimentares, a tecnologia, a necessidade ou não da escrita, relações de parentesco, entre outros, variam de acordo com as dificuldades e necessidades de uma determinada sociedade.

Aculturação

Chamamos de **aculturação** a modificação ou a perda de aspectos de uma cultura. Em antropologia, o termo faz referência aos fenômenos oriundos do contato direto e contínuo de duas ou mais culturas.

Um bom exemplo de aculturação pode ser observado dentro do quadro histórico brasileiro: os indígenas. Anteriormente ao contato com os colonizadores portugueses, eles tinham como organização social básica a família e os aldeamentos que ocupavam uma área contígua. Os índios de um grupo étnico falavam o mesmo dialeto e apresentavam costumes semelhantes. Nessas condições, os rituais, os padrões de comportamento, as

tradições e o modo de vida faziam da aldeia uma unidade cultural e social autônoma. Ao terem contato com os colonizadores, essa cultura, de várias tribos indígenas, passou a se combinar com outra e ser assimilada por ela, fazendo emergir um processo de aculturação. Isso significa dizer que, do contato entre culturas diferentes, tanto para um grupo quanto para outro, cada uma das culturas foi modificada.

Vale lembrar que, quando duas ou mais culturas se encontram, podem ocorrer conflitos emocionais entre os indivíduos que se sentem à margem do encontro cultural. A esse fenômeno denominamos **marginalidade cultural**.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

No processo de aculturação, ocorrem mudanças culturais por haver transmissão de traços culturais de uma sociedade para outra.

Contracultura

“A consciência pública reprime”, afirmou Émile Durkheim (1858-1917) em *As regras do método sociológico*. Com essas palavras, o autor desejou expressar que basta contestarmos qualquer instituição estabelecida – como o casamento, a família, as leis ou a linguagem – para que sejamos imediatamente corrigidos, cobrados e, até mesmo, punidos.

Não obstante, podem surgir movimentos contraculturais, contrários a algumas instituições enraizadas em uma sociedade. A contestação aos padrões vigentes pode fazer com que surjam propostas para novos valores e comportamentos. A busca seria por uma outra direção, diferente do que é habitual.

Um bom exemplo pode ser dado estruturando-se a chamada **geração beatnik**, nos Estados Unidos. Para muitos, o termo seria uma redução de *beatified* (beatificado). Porém, os líderes desse movimento negavam a ideia, afirmando que a geração era formada por uma multidão de jovens abatidos, derrotados e decepcionados com uma vida sem graça, tendo tudo o que desejavam graças às evoluções tecnológicas do pós-Segunda Guerra Mundial.

© Onza | Dreamstime.com



Os *hippies* constituíram outro movimento contracultural, nos Estados Unidos. Pregavam o pacifismo e uma vida simples, livre de padrões, regras, compromissos ou obrigações sociais.

Inspirados nos pensamentos existencialistas provenientes da França, os *beatniks* passaram a se mostrar rebeldes (por vezes agressivamente) aos padrões de comportamento prevalentes na sociedade norte-americana, pregando contra o consumismo e a cultura de massas e estabelecendo um “individualismo anárquico”, que se manifestava em particularidades dos costumes e de linguagem. Passaram a realizar encontros e festas ruidosas regadas a muito álcool, drogas e relações sexuais entre os adeptos.

Na década de 1960, emergiu o movimento contracultural *hippie*. Ao mesmo tempo, o grupo *beatnik*, paulatinamente, enfraquecia. Os *hippies* passaram a abandonar casa e estudos. Dirigiram-se ao meio rural e distanciaram-se do patriotismo sem sentido e incentivador de guerras entre povos, da busca de acumulação capitalista e da perseguição desenfreada por melhores posições nas hierarquias sociais. Pregavam, de forma mais alegre e festiva, valores como a paz entre os povos, o sexo livre, o consumo de drogas e novos padrões de consumo e de alimentação.

O momento maior do movimento *hippie* se deu com a realização do Festival de Woodstock, realizado em 1969 nos arredores de Nova York, com a apologia ao *rock'n'roll* e a uma sociedade diferente em padrões.

A importância dos movimentos de contracultura está em proporcionar reflexões sobre nossos comportamentos, autorizando-nos a imaginar outros padrões de vida e permitindo que sonhemos com valores que, para muitos, parecem perdidos.

1968 – O ano das transformações

[...] Quarenta anos depois, 68 continua enigmático, estranho e ambíguo como um adolescente em crise existencial. Ele foi o ano da livre experimentação de drogas. [...] Do movimento feminista. Da defesa dos direitos dos homossexuais. Do assassinato de Martin Luther King. Dos protestos contra a Guerra do Vietnã. Da revolta dos estudantes em Paris. Da Primavera de Praga. Da radicalização da luta estudantil e do recrudescimento da ditadura no Brasil. [...] Foi um ano que, por seus excessos, marcou a humanidade. As utopias criadas em 68 podem não ter se realizado. Mas mudaram para sempre a forma como encaramos a vida.

SEGALLA, Amauri. "1968 – O ano das transformações". *Época*, ed. 503, 7 jan. 2008. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR80880-6014,00.html>>. Acesso em: 19 maio 2015.



Victor Englbert/Photosearchers/Latinstock

Fazendo apologia ao *rock'n'roll*, ao amor e à paz no planeta, o Festival de Woodstock (EUA) reuniu milhares de jovens. Símbolo da negação à sociedade de consumo.

Atenção!

O movimento de contracultura foi importante não só no cenário norte-americano em todo o seu nível social e cultural, mas também influenciou diretamente ou indiretamente outros países, como o Brasil. Um exemplo disso é o movimento musical Tropicália.

Nos dias atuais, podemos apontar como tendência de contracultura o movimento *hip-hop*, no qual seus adeptos são embalados pela *beat* eletrônica e letras com rimas ácidas. Diversos jovens de periferia de grandes centros urbanos absorveram e absorvem esse gênero musical – inclusive no Brasil, onde o movimento procura retratar a miséria e a violência que se alastram nas periferias de várias cidades de médio e grande porte.

A educação no processo de transmissão da cultura

A educação caracteriza-se como o processo que procura transmitir os valores culturais e desenvolver as potencialidades das pessoas, integrando-as à sociedade a que pertencem.

A transmissão educacional inicia-se a partir do momento em que o indivíduo nasce. Na família e em seus primeiros grupos de convivência, o indivíduo passa a assimilar os valores, as normas e regras estabelecidas na sociedade em que está inserido (socialização informal). O complemento educacional se dá, geralmente, em instituições escolares, quando o processo se configura através da seleção de novos conteúdos.

Isso significa dizer que o processo educativo passa pela **informalidade** (quando, em família e no convívio com outros grupos sociais primários, o indivíduo passa a observar o comportamento dos mais velhos e a absorver as regras e condutas que a sociedade dele espera) e pela **formalidade** (quando, em instituições escolares, outros conhecimentos, técnicas e modos de vida são repassados à pessoa).

No século XXI, o conhecimento transformou-se em símbolo de riqueza, próprio de um mundo que utiliza e aperfeiçoa tecnologias. Nesse sentido, a expectativa é que um indivíduo obtenha conhecimentos técnicos e atualizados, aprimore seu poder de criatividade e tenha capacidade para o apontamento de soluções.

Saiba mais

Para Émile Durkheim (1858-1917), o processo educacional deve ser laico (leigo) e republicano, devendo reforçar a coesão social dentro de uma sociedade ao alojar nos indivíduos os valores e regras sociais, uma vez que o egoísmo humano precisa ser moldado para a vida societária. Durkheim afirma que o caráter social da educação permite que o indivíduo se desenvolva de forma acoplada (unida) à sociedade na qual se insere e perpetua certa homogeneidade a uma estrutura social.





© Jacek Chabraczewski | Dreamstime.com

A abordagem funcionalista em sociologia considera que a sociedade é como um organismo e, por isso, é composta de instituições cuja função é reproduzi-la em sua totalidade. Entre essas instituições, há a escola e o ensinamento que ela proporciona, feito não só de conteúdo, mas também de valores e de cidadania.



© Jakov Filimonov | Dreamstime.com

Mediante a educação, transmite-se a herança cultural de uma sociedade. O processo educacional também é usado para que os indivíduos adquiram as informações necessárias para as transformações sociais.

Principais problemas da educação brasileira

No mundo atual, há uma clara preocupação com os sistemas educacionais e com a educação em geral. No Brasil não é diferente.

Em nosso país, no que tange ao processo educacional, temos motivos para comemoração, porém também para lamentos. O principal lado positivo é a maior inserção dos indivíduos nos ambientes escolares, de todas as classes sociais. Em contrapartida, temos a lamentar os problemas educacionais, que ainda são muitos, próprios do não estabelecimento de políticas consistentes e duradouras, especialmente no que concerne à Educação Básica. Mais do que isso: o Brasil precisa de um projeto educacional que não abrigue apenas programas assistencialistas, como somente oferecer merenda escolar.

Embora os problemas existam, o que temos visto dos anos 1990 para cá é a democratização do acesso à escola. Porém, a estratégia que se faz premente (muito mais do que o acesso) é a democratização da educação mediante a melhoria da qualidade do ensino.

Entre os principais problemas da educação brasileira contemporânea, podemos apontar: analfabetismo, baixa taxa de escolaridade, difícil acesso ao Ensino Superior e infraestrutura precária.

Saiba mais

No Brasil, a educação é um direito constitucional e é um dever da família e do Estado. O primeiro responsável pela educação são os pais, ou outro responsável legal, porém eles estão obrigados a matricular os filhos na escola, pública ou particular, para a Educação Básica – que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Essa obrigação suscita atualmente a discussão sobre formas alternativas de ensino, como o chamado *homeschooling*, ou ensino em casa.



Analfabetismo.

Está desaparecendo o analfabetismo no país, porém o problema persiste. Observe:

Analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais no Brasil, em %

2007	10,1
2014	8,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2014. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil em síntese*. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismodas-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

O índice de analfabetos no país ainda é alto: basta compará-lo ao de países como Cuba, na casa dos 2%, ou Coreia do Sul, 0,8%, ou México, 5,9%; porém, a situação vem melhorando gradativamente. Em 1970, por exemplo, os números do Censo apontavam para 33,6% de analfabetos no Brasil.

O Censo de 2010 aponta que o índice de analfabetos no país ainda é grande na região Nordeste (33,6%), seguido do Norte (10,6%), do Centro-Oeste (6,6%), do Sudeste (5,1%) e do Sul (4,7%).

Apesar de muito aquém do desejado, a situação apresenta um quadro de sensível melhora. Porém, se as taxas de analfabetismo caem, cresce o número de semianalfabetos (analfabetismo funcional) no país.

Taxa de escolaridade

Na faixa de cinco a seis anos, superou os 90% em 2010 (em 2000, 72%); de 7 a 14 anos atinge 98% (era de 79,5% em 2000); entre mestrandos e doutorandos, houve um salto para aproximadamente 500 mil (era 218 mil em 2000). Porém, menos de 10% da população brasileira com mais de 25 anos de idade tem diploma de Ensino Superior.

Acesso à educação (alfabetização) das pessoas entre 15 e 19 anos no Brasil, em %

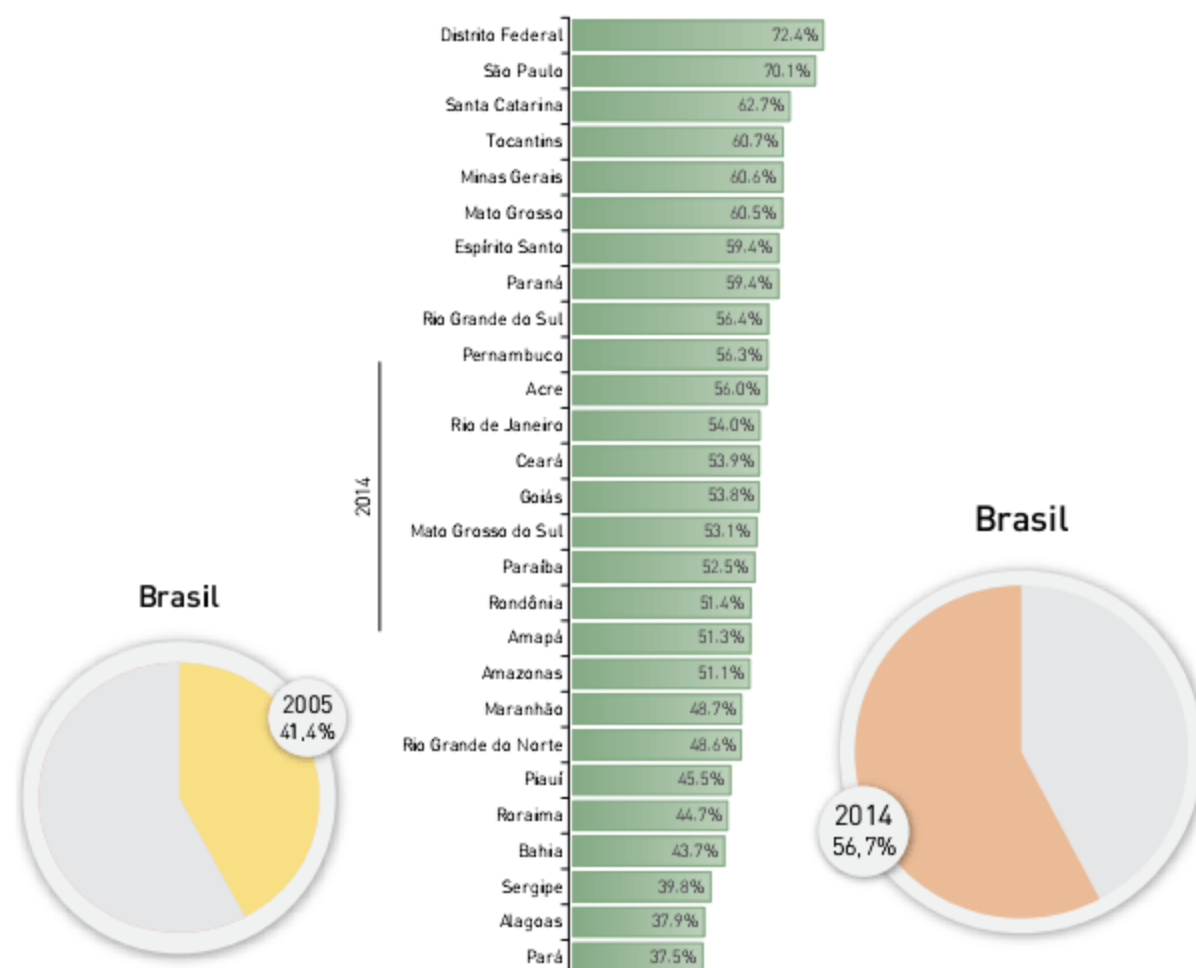
2001	10,96
2004	10,38
2007	9,63
2011	9,26

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001-2011. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Séries históricas e estatísticas*. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&v-codigo=PD320&t=pessoas-5-anos-mais-idade-alfabetizadas>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

Estudo feito com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2014, mas divulgado em 2016, mostra que a taxa de conclusão do Ensino Médio dos jovens até 19 anos foi de 56,7% naquele ano. Os dados apontam que, em uma década, o Brasil teve uma evolução de 15,4%. Ou seja, em 2005, apenas 41,4% dos estudantes brasileiros concluíram o terceiro ano do Ensino Médio até os 19 anos.

A melhora nos índices se deu pelos bons desempenhos de estados das regiões Norte e Nordeste, como Tocantins, que saltou de 28,4% para 60,7% em uma década. No mesmo período, o Acre também melhorou sua taxa: de 29,5%, em 2005, para 56%, em 2014. O mesmo ocorreu na Paraíba: de 29,4% para 52,5%.

Taxa de conclusão do Ensino Médio até os 19 anos



Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO. "Taxa de conclusão do Ensino Médio até os 19 anos aumenta 15 pontos percentuais em dez anos". *Todos pela educação*, 18 fev. 2016. Disponível em: <www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/36964/taxa-de-conclusao-do-ensino-medio-aos-19-anos-aumenta15-pontos-percentuais-em-dez-anos>. Acesso em: 10 jun. 2016.

Apesar dos avanços, a análise do sistema educacional detecta dificuldades para que os jovens concluam o Ensino Médio na idade esperada. O levantamento aponta que os índices atuais estão distantes dos projetados como meta para 2022 pelo Ministério da Educação: 90%.

Acesso ao Ensino Superior

Segundo o Instituto Data Popular, em levantamento realizado em 2012, o número de universitários no Brasil cresceu 77,1% em dez anos, passando de 3,5 milhões em 2002 para 6,2 milhões em 2012. Entre as razões para esse aumento, estão iniciativas do governo brasileiro, como a abertura de novas universidades públicas e a oferta de linhas de financiamento estudantil (programas como o ProUni ou Universidade Para Todos, criado em 2004 e que visa permitir o acesso de jovens de baixa renda ao Ensino Superior por meio de concessão de bolsas de estudo parciais ou integrais em escolas privadas).

Acesso ao Ensino Superior das pessoas de 18 a 24 anos, por sexo e cor, no Brasil, em %

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Brasil	32,9	35,8	40,0	42,6	45,5	48,2	51,3	52,1	55,0	58,5
Homem	29,2	31,8	35,4	37,8	41,1	43,4	46,0	46,8	50,0	53,2
Mulher	36,4	39,5	44,1	47,2	49,6	52,3	56,1	57,0	59,4	63,3
Branca	47,2	51,5	55,9	57,8	60,4	62,6	65,7	66,6	69,4	71,4
Preta ou parda	16,7	18,9	21,9	25,3	28,6	31,3	35,8	37,4	40,7	45,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. n. 35. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica).

A infraestrutura precária

Os estabelecimentos de ensino do país, os do ensino público em especial, são estruturalmente inadequados e insuficientes em número. Além disso, somam-se a esses problemas as péssimas condições de trabalho dos profissionais da educação, inclusive a remuneração, e o pouco investimento e planejamento para a habilitação de profissionais – principalmente, para os que lecionam em áreas diferentes da sua formação acadêmica – e para a formação continuada dos docentes.



A ausência de políticas efetivas para a melhora do quadro educacional reflete-se sobre o espaço físico das salas de aula no Brasil.

Contexto social

Entre as discussões sobre o Ensino Superior no Brasil, destacam-se o ingresso e a permanência de estudantes oriundos das classes mais pobres ou de grupos sociais considerados marginalizados. Nessa questão, várias instituições de Ensino Superior vêm adotando políticas de cotas, por critérios socioeconômicos ou raciais. Essas políticas geram discussões sobre sua necessidade e eficácia; mas, independentemente dos argumentos por sua implementação ou não, deve-se considerar um ponto incontornável do problema: as cotas, por si só, não bastam para corrigir o quadro maior da má qualidade de ensino no país e de seus efeitos sobre a sociedade. Nesse sentido, no artigo “Cota para negros na universidade”, José de Souza Martins, sociólogo e professor da USP, pondera:

De nada adianta adotar o regime de cotas na universidade, se a escola elementar e a escola média continuarem na indigência em que se encontram. A decadente qualidade de ensino nesses níveis de escolarização é que constitui uma das principais fábricas de injustiça social neste país, e não só de injustiça racial. A porta dos fundos não fará justiça a ninguém.

MARTINS, José de Souza. *Folha de S. Paulo*, 25 maio 2003. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2505200309.htm>. Acesso em: 19 maio 2016.

PARA PRATICAR

1 Com o surgimento dos hippies, nascia o psicodelismo ou a “filosofia” do drop out (cair fora). Cair fora da família, da cidade, do racionalismo, ou seja, da repressão. Tentar a vida comunitária, a volta à natureza, a busca de novas descobertas. É nessa procura que se explica o uso das drogas alucinógenas como meio de expandir a mente e alargar a consciência [...].

PAES, Maria Helena. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 1977. (Adapt.).

Pela análise do trecho, pode-se concluir corretamente que o movimento *hippie* se caracteriza como:

- A** vanguardista, pois defendia que o poder político era uma condição necessária para o convívio social.
- B** reacionário, pois opunha-se às inovações nocivas do modo de vida liberal e burguês, pregando o retorno ao passado campesino e natural.
- C** anarquista, pois criticava as instituições sociais, defendendo o fim do Estado e a organização autônoma, em pequenos núcleos comunitários.
- D** contracultural, pois propunha novos valores e comportamentos, em oposição aos vigentes na época, que, para o movimento, eram símbolos da repressão.
- E** contestatório, pois acreditava que o ser humano só se emancipa pelo uso filosófico da razão, que se potencializa nas experiências psicodélicas e na expansão da consciência.

2 A cada três anos, a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) realiza uma pesquisa que avalia a educação em alguns países do mundo. Segundo o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA, em inglês), referente a 2009, o Brasil teve a terceira maior evolução na área educacional, considerando as médias de 65 países participantes em leitura, matemática e ciências. Mais recentemente, em 2012, a organização divulgou novo estudo, no qual se podem observar as seguintes informações, na tabela a seguir, sobre a posição de alguns países, principalmente em matemática.

Ranking mundial de avaliação do ensino em matemática

Posição	País	Pontos
1ª	China (Xangai)	613
2ª	Cingapura	573
3ª	Hong Kong	561
4ª	Taiwan (Taipé)	560
5ª	Coreia do Sul	554
51ª	Chile	423
53ª	México	413
55ª	Uruguai	409
58ª	Brasil	391

Fonte: ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *PISA 2012 Results: what students know and can do*. [s.l.]: OECD, 2014. p. 19. v. 1.

Com relação ao Brasil, apesar do avanço na área educacional, não se pode considerar que:

- A** o resultado apresentado está longe de ser considerado positivo, visto que a educação brasileira apresenta problemas estruturais.
- B** o grau de escolaridade dos brasileiros não atende especificamente à demanda do mercado de trabalho.
- C** a formação crítica e humanista generalizada da educação brasileira orienta-se em meio ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.
- D** sérios problemas estruturais, como a ausência de prédios públicos adequados ao ensino educacional, persistem.
- E** o analfabetismo funcional ainda é elevado no Brasil, o que reflete a insuficiente política educacional do país.

3 A idade com a qual começamos a usar tecnologia determina como ela fica entranhada em nosso modo de vida. Adultos que usam tecnologia de um jeito prático, funcional, para realizar tarefas, usando tecnologia antiga, são considerados como participantes da transição digital. No entanto, a geração Z, tendo usado tecnologia desde muito jovem, integrou sem dificuldade a tecnologia em quase todas as áreas da sua vida, razão por que são conhecidos como participantes da integração digital. Eles estão crescendo em um mundo onde diariamente há 5,1 bilhões de pesquisas no Google, 4 bilhões de visualizações no Youtube, quase um bilhão de perfis ativos no Facebook e quase um milhão de aplicativos no iTunes, da App Store.

MCCRINDLE, Mark. *The ABC of XYZ: understanding the global generations*. [s.l.]: McCrindle, 2014. pp. 15-6. [Trad. livre].

Com base no texto e em um diagnóstico da realidade atual, comparando-o com a de gerações anteriores, conclui-se corretamente a respeito da geração Z que ela se caracteriza pelo(a)

- A desprezo às velhas tecnologias, como computador, chats e telefone celular.
- B valorização do conceito de um mundo com barreiras geográficas.
- C repulsa aos valores do mundo globalizado e suas tecnologias.
- D uso simultâneo da televisão, música e internet.
- E busca de alternativas contraculturais à situação vigente.

4 A socialização é um tema importante no pensamento de Durkheim, pois, para ele, é através da socialização que se constroem as bases necessárias para o indivíduo viver em sociedade. A família tem um papel fundamental nisso, porque ela:

- A transmite à criança as informações necessárias para sua adaptação às convenções sociais.
- B promove o pensamento crítico da realidade social, incentivando a criança a planejar a transformação social.
- C transmite hábitos à criança, além de competências e habilidades que obedecem a um currículo formal socialmente preestabelecido.
- D faz a mediação entre as esferas privada e pública, enquanto obriga a criança a admitir, formalmente, o conceito de cidadania convencional.
- E promove a socialização da criança, enquanto modifica seus hábitos e comportamentos para que se oponham às convenções e normas sociais.

5 Observe os números apresentados abaixo:

Acesso à educação aumentou Taxa de escolarização (%)

Ano/faixa etária	7 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos
1992	87,53	86,03	59,67
2002	97,17	96,8	81,47
2007	98,13	97,41	82,35

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Séries históricas e estatísticas*. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=PD170&t=taxa-escolarizacao-grupos-idade>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

De acordo com os dados apontados na tabela e com seus conhecimentos, pode-se concluir que:

- A embora o acesso aos bancos escolares tenha aumentado, problemas como o analfabetismo funcional mantêm-se no país;
- B apesar das ações positivas no quadro educacional brasileiro, um dos maiores problemas da educação no país reside na resistência da mentalidade familiar nacional em desvalorizar o processo educacional;
- C os números apresentados revelam que a educação brasileira passou a ser prioridade nas últimas gestões federais, em especial com a inclusão digital;
- D apesar das ações positivas dos últimos anos, problemas estruturais mantêm-se na educação brasileira, embora o analfabetismo tenha sido erradicado;
- E a evolução na estrutura educacional brasileira nos últimos anos permitiu ao país avançar de forma significativa no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

5 O ser humano é composto de angústias, medos, pensamentos, desejos, sonhos. Seríamos nós, seres humanos contemporâneos, diferentes em nossos sentimentos caso nossa cultura fosse outra? Imagine-se em um mundo de valores bem distantes dos seus. Na resposta, aponte o papel da arte em imaginar outras realidades ou, até mesmo, em descobrir as possibilidades da nossa.

6 Uma das maiores procissões católicas do mundo, o Círio de Nazaré, em Belém do Pará, é patrimônio inconteste do Brasil. [...]

A mais conhecida das procissões brasileiras é, na verdade, um conjunto de manifestações religiosas e profanas que expressam a identidade cultural do povo amazônico. [...]

CARVALHO, Luciana. "Dias de alegria e muita fé". *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ed. 13, out. 2006. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/dias-de-alegria-e-muita-fe>. Acesso em: 19 maio 2016.

Com base na citação, que faz referência à festa popular Círio de Nazaré, caracterize uma outra festa popular que expressa valores culturais brasileiros.

Caio Enem

7 (Enem 2011) A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, inclui no currículo dos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e determina que o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, além de instituir, no calendário escolar, o dia 20 de novembro como data comemorativa do "Dia da Consciência Negra".

Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 27 jul. 2010. (Adapt.).

A referida lei representa um avanço não só para a educação nacional, mas também para a sociedade brasileira, porque:

- A** legitima o ensino das ciências humanas nas escolas.
- B** divulga conhecimento para a população afro-brasileira.
- C** reforça a concepção etnocêntrica sobre a África e sua cultura.
- D** garante aos afrodescendentes a igualdade no acesso à educação.
- E** impulsiona o reconhecimento da pluralidade étnico-racial do país.

Refleta sobre

No artigo a seguir, Rubem Alves desenvolve a pergunta: “E se os vestibulares deixassem de existir? E se, em seu lugar, ocorresse um sorteio?”. O escritor imagina:

A primeira consequência seria o imediato fechamento dos cursinhos. [...].

Eliminados os vestibulares, as escolas de primeiro e o segundo grau (eu ainda uso terminologias antigas...) estariam livres para ensinar. Não teriam de se ajustar ao imperativo de “preparar para os vestibulares”. [...]

Se os vestibulares fossem substituídos por um sorteio, o fantasma das respostas certas desapareceria, e as escolas poderiam se dedicar à arte de pensar, que é a arte de fazer perguntas inteligentes.

ALVES, Rubem. *Folha de S.Paulo*, 28 out. 2003. (Sinapse). Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u608.shtml>. Acesso em: 19 maio 2016.

Depois da leitura do texto de Rubem Alves, discuta com os colegas sobre a seguinte questão: “A luta por uma vaga no Ensino Superior limita o papel da educação em si?”. No desenvolvimento dessa questão, questione a função do vestibular, enquanto ferramenta de seleção para o ingresso nas instituições de Ensino Superior, e a disponibilidade de vagas para os candidatos. Considere outros aspectos, como a preparação para as provas e os custos (inclusive durante o curso superior). Conclua a discussão, propondo ações que viabilizem maior acesso ao ensino.

■ Quer saber mais?



Livros

- BRANDÃO, Carlos R. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
Obra aponta teorias e correntes acerca do processo educacional, propondo caminhos alternativos para a educação.
- LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
Obra em que o autor se preocupa em definir cultura sob o ângulo da antropologia e construir uma teoria interpretativa da cultura. Uma boa dica para os que desejam se aprofundar no tema.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura?* São Paulo: Brasiliense, 1994.
Livro fundamental sobre a área, explicando, de maneira acessível e abrangente, como a história do homem é marcada pela coexistência de múltiplas culturas, estabelecidas e edificadas desde que o homem passou a viver em sociedade. Trata-se de uma variedade muito importante, pois, observando-se as práticas e tradições de outros povos, somos levados a refletir sobre a coletividade à qual pertencemos, em um verdadeiro exercício de alteridade que faz refletir também sobre a sociedade em que vivemos.



Filmes

- *Woodstock*. Direção: Michael Wadleigh. Estados Unidos: 1970. 184 min.
Filme que mostra o movimento de contracultura da juventude dos anos 60 do século XX, através do Festival musical de Woodstock.
- *A missão*. Direção: Roland Joffé. Reino Unido: 1986.
Na América do Sul do século XVIII, um jesuíta espanhol luta para resguardar indígenas da exploração portuguesa, pregando aos nativos valores cristãos. Identifica os contrastes entre a cultura nativa indígena e a cultura europeia dos colonizadores.
- *Sociedade dos poetas mortos*. Direção: Peter Weir. Estados Unidos: 1989.
Carismático professor de literatura (Robin Williams) ministra aulas em colégio conservador. Revolucionaria os métodos de ensino ao propor que seus alunos aprendam a pensar sobre si mesmos.

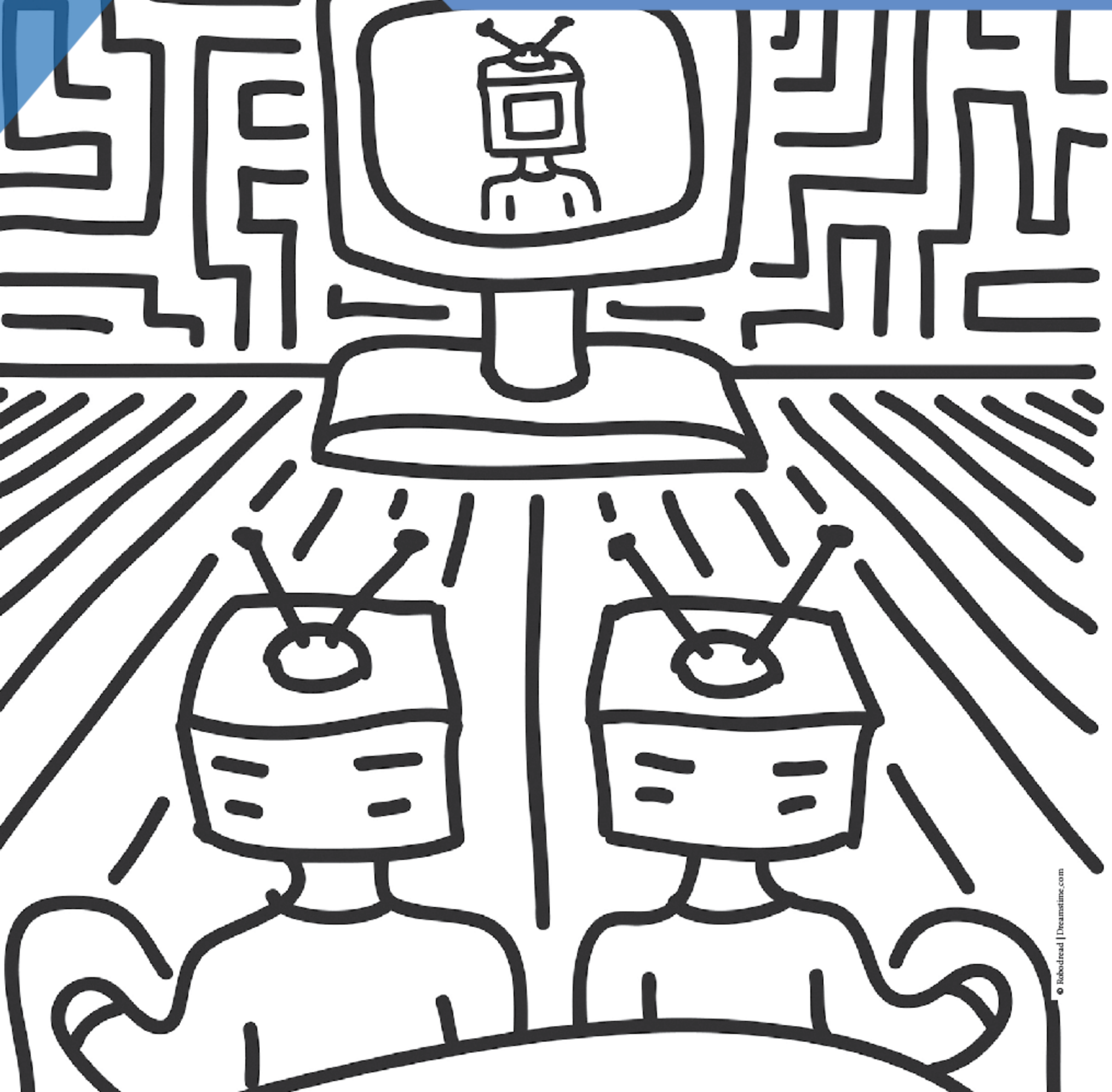
RESUMO teórico

- A cultura se caracteriza por um conjunto de valores, saberes, comportamentos, manifestações artísticas, entre outros, preservado, elaborado e repassado entre gerações de determinada sociedade.
 - Os estudos da cultura:
 - ✓ Etnografia: descrição das diferenças culturais.
 - ✓ Etnologia: análise das informações etnográficas para encontrar a estrutura e o desenvolvimento de determinada cultura.
 - Os tipos de cultura:
 - ✓ A cultura material: reúne objetos e utensílios produzidos em uma sociedade;
 - ✓ A cultura não material: reúne aspectos de valores morais e intelectuais de uma sociedade (não palpáveis).
 - Os aspectos da cultura: traços culturais (elementos), padrão cultural (normas), complexo cultural (conjunto) e área cultural (espaço geográfico).
 - A aculturação é um processo de modificação de uma cultura ou perda de alguns de seus aspectos, sendo absorvida pelos valores de outra.
 - Os movimentos contraculturais se inserem na busca de novos caminhos e valores para uma determinada sociedade.
- O processo educacional tem como objetivo maior a transmissão dos valores sociais, completando o processo de socialização do indivíduo.
 - A educação é responsável pela transmissão cultural em uma sociedade;
 - Os principais problemas da educação escolar (formal) no Brasil atual: analfabetismo, baixos indicadores de conclusão do ensino básico (especialmente, do Ensino Médio), difícil acesso ao Ensino Superior e falta de estrutura adequada.

Capítulo

14

Indústria
cultural





Você já reparou quantos comentários fazemos sobre matérias veiculadas pelos meios de comunicação em nosso dia a dia? De um jornal impresso, de um canal de televisão, de uma emissora de rádio? Há, claramente, uma produção massiva de programas e de conteúdo, própria do que se convencionou chamar de indústria cultural.

Por um lado, constatamos, nas suas várias manifestações, a presença da propaganda, que incentiva o consumo. Aliás, nos próprios produtos que anunciam e que muitos de nós usamos, facilmente podemos ver a presença de marcas, anúncios e discursos, como se nós mesmos fôssemos um canal de propaganda.

Por outro lado, observamos que esses meios interferem também no debate público e na formação de opiniões, por meio de editoriais, colunistas, apresentadores de programa, articulistas, entrevistadores, artistas e outras personalidades famosas. Vemos, ainda, sua influência, associada ao poder político em ações de conscientização, como as campanhas de prevenção e de saúde, por exemplo.

Assim, em vários aspectos da vida social, é visível a influência da mídia nas ideias e nos comportamentos, o que nos leva a pensar sobre seu potencial para a democracia.

- ▶ Os meios de comunicação podem contribuir para a homogeneização da cultura?
- ▶ Qual é o papel da mídia em um regime democrático?

C C1 - Compreender os elementos culturais que constituem as identidades

H H4 - Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.

A cultura e a indústria

No contexto capitalista, o termo *indústria* leva-nos às ideias de consumo e de produção em série, com claro objetivo de obtenção de vantagens econômico-financeiras. Observe que a produção industrial gera bens diversos: eletrodomésticos, automóveis, alimentos, calçados, computadores, entre tantos outros. Não obstante ela atenda necessidades e, oferte meios de obter uma vida mais confortável, seu objetivo é o lucro; e, semelhante a ela, existe uma “indústria” que produz cultura. Desse modo, a novela no televisor de casa, o filme no cinema, a peça em cartaz no teatro, as músicas no rádio, os artigos na revista semanal, entre outros, são produzidos com o objetivo principal de lucro.

Em meados do século XX, já se percebia na vida das pessoas o poder da mídia e dos meios de comunicação, como o cinema e o rádio. Notava-se que, se eles fossem usados de maneira planejada, poderiam dirigir o consumo, bem como influenciar a conduta das massas. Assim como a propaganda política, os veículos de comunicação de massa podem direcionar gostos, pensamentos e vontades, ditando modas, consumo e formas de lazer.

Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), tradicionalmente inseridos na Escola de Frankfurt, foram os primeiros a usar o termo *indústria cultural*. Eles passaram a utilizá-lo por considerarem que o termo *cultura de massa* poderia ser mal interpretado e confundido com *cultura popular*.

PONTO DE CONEXÃO

Em Filosofia, veja mais sobre a Escola de Frankfurt e sua discussão a respeito da indústria cultural.



© Photographer-kondom | Dreamstime.com

O sertanejo universitário, o *funk* e tantos outros ritmos populares são, entre outras coisas próprias da indústria cultural, resultados de uma estratégia de *marketing* da indústria fonográfica, que reproduz o consumo irrefletido.

Cultura de massa e cultura popular

Para Dwight MacDonald (1906-1982), pensador e crítico cultural norte-americano, autor de *Against the American Grain*, publicado em 1962, há três tipos de cultura: superior, médio e de massa. Essas seriam as três formas de manifestação cultural que podemos encontrar atualmente.

A cultura superior. Seria composta de produtos culturais consagrados pela crítica erudita, tais como as pinturas renascentistas, as composições musicais de alto nível de realização (Franz Schubert, Frédéric Chopin, Ludwig van Beethoven, Heitor Villa-Lobos, entre tantos outros), as grandes óperas, os romances clássicos, entre outros.

A cultura média (*midcult*). Remeteria-se às manifestações culturais que almejam uma condição superior ou procuraram explorar propostas originárias da cultura superior, não atingindo, porém, o mesmo valor, tais como os livros de Paulo Coelho, as poesias líricas envolvidas em chavões, os concertos de pequenas orquestras que usam músicas populares como forma de atração de público etc.

A cultura de massa. Seria produzida para ser absorvida e entendida de forma simples, fácil e rápida, não exigindo grande esforço para sua compreensão. Podemos encontrar na *masscult* o objetivo de romper com as barreiras que dificultam o acesso a produções culturais, porém nem sempre é o que ocorre. A televisão, por exemplo, está repleta de programas humorísticos e suas piadas fáceis e quase prontas, banalidades configuradas em *shows* de apresentação culinária, novelas de leve consumo, *reality shows*, entre outros.

Falando em cultura de massa, é importante distingui-la da cultura popular.

A cultura popular. Pode ser caracterizada como a soma dos valores tradicionais de uma sociedade ou de um povo expressos em danças, crenças, costumes, festas folclóricas etc.

Devemos ressaltar que a cultura popular não se exclui da cultura de massa (também chamada *cultura pop*), contudo há uma diferença fundamental entre uma e outra. Na cultura popular, a tradição é muito presente e importante, porque é pela troca de experiência do ensinar que o popular é conservado e transmitido de um indivíduo para outro. Por sua vez, a cultura de massa é criada para suprir uma demanda de determinado tempo, pensada para o consumo dos indivíduos e para atender ao mercado visando ao lucro.

Na cultura popular, a tradição é muito presente e importante, porque é pela troca de experiência do ensinar que o popular é conservado e transmitido de um indivíduo para outro.

Em geral, a cultura de massa é produzida de tal modo que o consumidor não reflete sobre seu papel na sociedade, fazendo-o mascarar realidades (alienação). Quando ela propõe alguma modificação, o objetivo é criar novas tendências de consumo.

Algumas das características da indústria cultural são a organização e a padronização do gosto do público, ou seja, a produção de obras culturais que têm a intenção de agradar e gerar lucro, com mensagens que podem ser explícitas ou ocultas.

Por fazer uso da cultura de massa, a indústria cultural teria como objetivo seduzir os seus apreciadores em diferentes níveis psicológicos, fazendo com que as produções humanas percam sua dimensão autônoma e sejam dirigidas pelos interesses econômicos políticos.

Segundo a teoria crítica (desenvolvida na Escola de Frankfurt), indivíduos sob a ação da indústria cultural deixam de poder decidir com autonomia, aderindo acriticamente aos valores impostos e difundidos pelos meios de comunicação. Assim, ela faz desmoronar a individualidade e promove a pseudoindividualidade pela adesão irreflexiva aos valores e pela transmissão da motivação do lucro às criações materiais e imateriais do ser humano.

Destoando dessa visão, Walter Benjamin (1892-1940) viu na indústria de bens culturais algo positivo: a possibilidade da democratização cultural e de politização das massas.

Outro entendimento sobre o assunto tem Marshall McLuhan (1911-1980), que se mostrou avesso às teorias negativas relacionadas à indústria cultural. Para ele, a revolução tecnológica dos meios de comunicação constituiria uma sociedade mundial onde todos se comunicariam entre si, de acordo com o conceito de **aldeia global**. Em certo sentido, seus prognósticos se confirmaram: após o advento da rede mundial de computadores (a internet), as redes sociais se proliferaram de tal forma que já participam da vida diária de milhões de pessoas no mundo todo. Outra ideia influente de McLuhan é a de que “o meio é a mensagem”, mostrando-se contrário aos que se preocupam com a análise do conteúdo das mensagens dos veículos de comunicação.

Nesse sentido, vemos que, embora a indústria cultural possa contribuir para a alienação, também pode colaborar com o processo democrático cultural, já que permite o acesso às informações, o que, por sua vez, pode promover o esclarecimento.

Os números brasileiros da indústria cultural

Considerando o exposto anteriormente, atentemos-nos à realidade brasileira. Começamos com algumas informações sobre nossos meios de comunicação e produtos culturais.

Rádio

Conforme estudo da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), publicado em 2015, estima-se que, no país, haja mais de 9 mil emissoras (FM, AM, comerciais, comunitárias e educativas) e que, em uma população absoluta de cerca de duzentos milhões de pessoas, pouco mais de 10% não tenha um aparelho de rádio.

Mas, além desses aparelhos, deve-se considerar os celulares, que comportam aplicativos ou têm recepção própria. Segundo a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) em estudo publicado em 2016, há mais de 250 milhões de aparelhos no país.

O rádio é o segundo meio de comunicação mais utilizado pelos brasileiros, mas, de acordo com uma pesquisa realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), o número de entrevistados que declararam ouvir rádio caiu de 61% em 2014 para 55% em 2015. Apesar disso, entre o público ouvinte, o número de pessoas que declararam ouvir rádio todos os dias subiu de 21% para 30% no mesmo período.

E do que vive uma estação de rádio? Tirando as experimentais e educativas, seus ganhos vêm, essencialmente, da veiculação de propagandas.

Periódicos e publicações

No Brasil, segundo levantamento feito em 2014 pela Associação Nacional de Jornais, havia, nesse período, aproximadamente 784 "diários" (embora a palavra *diário* não signifique que a edição de um jornal seja diária) e um total de 5.219 publicações.

Você já reparou quantas veiculações de propaganda contemplam nossos jornais e revistas? São muitas, bem mais do que em televisão e rádio, mesmo considerando um número pouco significativo de leitores, se comparado ao público que acessa os canais de televisão e as emissoras de rádio.

Estima-se em oito mil títulos o número de livros publicados por ano no mercado editorial brasileiro. A venda média é de três mil exemplares por título. Mesmo que o consumo e a leitura de livros não sejam uma preferência nacional, seus patamares de consumo não podem ser desprezados, especialmente na variedade de títulos lançados anualmente, o que faz do Brasil um dos

mercados editoriais mais diversificados do mundo, ainda que não em quantidade ou tiragens de exemplares.

Cinema, teatro e apresentações

O cinema, por sua vez, sofre com a pirataria e a concorrência com a internet e, apesar do avanço de público nas últimas décadas – em especial das grandes produções hollywoodianas ou das produções nacionais concebidas como comédias de costumes, nos moldes da novela televisiva e contando com a presença dos mesmos astros –, carece de maior apreciação e consumo.

Além disso, filmes considerados mais alternativos, ou fora do esquema de produção e distribuição de Hollywood, são exibidos em poucas salas de cinema, em curtos períodos e apenas nos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro.

As peças teatrais sofrem mais ainda por serem consideradas caras para os padrões de consumo nacionais, mesmo que muitas só consigam ser produzidas, no Brasil especialmente, graças às leis de incentivo fiscal para a arte. O mesmo vale para os concertos e óperas da música considerada erudita, embora as orquestras no Brasil e no mundo sobrevivam com o apoio financeiro do Estado, que costuma subsidiar inclusive o preço dos ingressos.

Música

A indústria fonográfica também padece com a produção pirata e, na busca de manutenção no mercado, exalta gêneros populares, restringindo a veiculação do erudito. Vale observar que as músicas de fácil absorção e com apelos que chegam à beira da vulgaridade acabam predominando nos programas de rádio, o que faz sobrar pouco espaço para a música mais bem elaborada musical e poeticamente. Uma prática bastante usada pelo mercado produtor musical é o pagamento dos chamados "jabás" a emissoras de rádio e de televisão (quando se paga para a veiculação e aparição maior de determinados gêneros e composições nos veículos de comunicação de cunho popular).

Televisão

No Brasil, existem quase cem estações e mais de cem milhões de aparelhos de televisão que funcionam em regime aberto, retransmitindo as imagens de emissoras como Globo, SBT, Record, Bandeirantes, entre outras. Assim como no rádio, excetuando-se as emissoras governamentais e educativas, a manutenção das produtoras de imagens televisivas depende basicamente das inserções publicitárias que veiculam.

É na televisão que ainda reside a principal atividade de entretenimento dos brasileiros. Ela pode não estar sendo acompanhada diretamente pelo espectador, porém pode estar ligada durante a realização de atividades domésticas. Suas veiculações geram comentários e discussões entre

membros familiares ou com colegas de trabalho. Seus programas influenciam comportamentos, modas e mesmo visões de vida. Ou seja, a televisão tornou-se uma predileção dos brasileiros (e não só entre brasileiros).

Mas qual é o conteúdo que predomina na TV? Estudiosos da programação da TV aberta no Brasil atribuem a mensagem da televisão a algo coletivizante, ao não permitir, em geral, uma individualização do que é apresentado. Assim, na leitura de um livro, por exemplo, se o autor referir-se à descrição de uma determinada paisagem, cada um projetará a sua, seguindo as diretrizes do que é narrado. Já a televisão expõe diretamente, não dando espaço à ampla imaginação.

Apesar de a programação da televisão brasileira estar entre as mais bem planejadas e mais bem acabadas do planeta, não podemos deixar de atribuir à sua grade um alto grau de heterogeneidade. Isto é, pelas grandes diferenças socioeconômicas, a televisão aberta tem que ter a preocupação de estabelecer uma programação dirigida a públicos diferentes (normalmente, entre as oito da manhã e onze da noite, prevalece a programação de fácil absorção, procurando atrair o pequeno consumidor).

Outro traço característico da programação televisiva brasileira é a universalização de sua programação, ou seja, os quadros, as novelas, os seriados e os *reality shows*, ao ditarem modas e comportamentos, podem desconsiderar as manifestações culturais locais. Além do mais, em virtude de não estimular a visão crítica e dirigir pensamentos e opiniões (próprio da cultura de massa), os veículos de comunicação de massa, como a televisão (e mesmo o rádio), tendem a voltar-se para temas estrangeiros, desqualificando (ou subqualificando) o que é nacional.

Saiba mais

Merchandising invade a televisão brasileira

Ao assistir aos programas de televisão, principalmente os veiculados pelos canais abertos, é impossível fugir das propagandas disfarçadas. São dicas ou "recadinhos" dados nas novelas, nos programas de auditório, nos *reality shows*. É o chamado *merchandising*.

Dados de pesquisa do IBOPE revelam a força do merchandising no Brasil. Uma pesquisa realizada na Grande São Paulo, em 2012, mostrou que 64% dos telespectadores veem ações de merchandising e 78% dos entrevistados declaram ver mais merchandising hoje do que antigamente. O Merchview – serviço do IBOPE Media que monitora as ações de merchandising em cinco redes de televisão aberta – registrou, somente nos cinco primeiros meses de 2012, mais de dez mil ações de merchandising na televisão brasileira, em 123 programas, que anunciaram 1.302 diferentes produtos de 700 anunciantes.

MASERA, Juliana Costa; SELIGMAN, Laura. *Mais Você: análise de gêneros e formatos pertencentes ao jornalismo, ao entretenimento e à publicidade. In: Intercom, XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Curitiba, 26 a 26 maio 2016. p. 3. Disponível em: <www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-0072-1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.*

A ideia é captar a atenção do público que se distrai durante os intervalos comerciais da programação televisiva. Segundo o artigo 36 do Código de Defesa do Consumidor, a publicidade deve ser identificada enquanto tal para o consumidor.



As propagandas disfarçadas faturam alto na televisão brasileira. Além disso, recentemente, intensificou-se a discussão sobre a publicidade infantil, em que crianças são alvo de ações que as impulsionam ao consumo.



© Maxim Tarasyugin | Dreamstime.com

Ao acompanharmos um jogo no televisor, temos a “facilidade” de ver as imagens em tempo real e tudo o que está acontecendo no campo. Pelo rádio, por sua vez, o mesmo jogo fica a cargo do ouvinte, que precisa imaginar o locutor, os jogadores e toda a situação narrada.

A “sessentona” TV brasileira



1950

A TV Tupi (extinta), fundada por Assis Chateaubriand, fez sua primeira transmissão (*Show da Taba*, com Lolita Rodrigues).



1951

Surge a primeira telenovela brasileira, *Sua vida me pertence*, transmitida pela TV Tupi.



1953

Inaugurada a TV Record, com *show* de Dorival Caymmi, Elizeth Cardoso e Inezita Barroso.



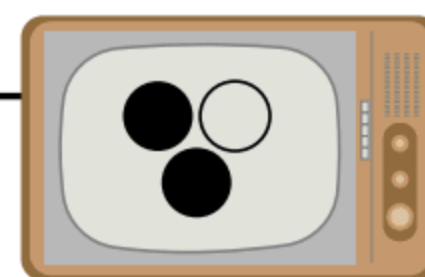
1956

A TV Record faz a primeira transmissão a longa distância – um jogo de futebol realizado em Campinas, que foi transmitido para São Paulo.



1957

O *videotape* foi usado pela primeira vez.



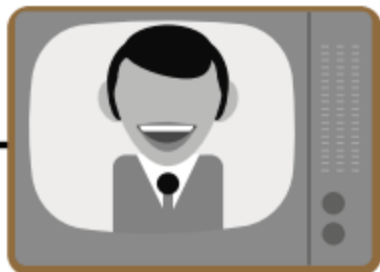
1960

Inaugurada a TV Excelsior, em São Paulo, que inovou na forma de compreender a programação, visando à industrialização dos seus produtos, a uma rede nacional e à valorização dos profissionais.



1962

Surge a primeira série gravada, *O vigilante rodoviário*.



1963

Sílvio Santos estreia o *Programa do Sílvio Santos*, no ar até hoje.



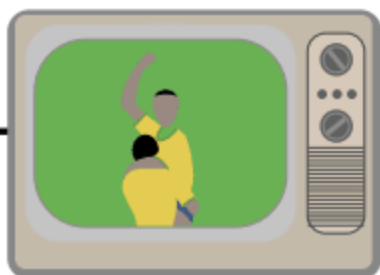
1965

A TV Globo entrou no ar oficialmente com a exibição do programa infantil *Uni-Duni-Tê*.



1969

Estreia do *Jornal Nacional*, na TV Globo.



1970

A Copa do México foi o primeiro torneio esportivo a ser transmitido ao vivo, via satélite e a cores pela TV brasileira (Globo).



1973

O *Bem-Amado*, novela de Dias Gomes, é a primeira a ser transmitida a cores no país.



1985

Fique Santeiro estreou na TV Globo. A novela, de Dias Gomes e Aguinaldo Silva, bateu recordes de audiência.



1989

Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva participaram do primeiro debate entre presidentiáveis transmitido pela TV brasileira. A TV Record é comprada pela Igreja Universal do Reino de Deus. Começa a TV a cabo no Brasil.



1990

Estreou a novela *Pantanal*, na extinta TV Manchete, que mudou a estética das novelas brasileiras.



1999

Surge a RedeTV!, prometendo investir em tecnologia.



2003

Vai ao ar a versão televisiva do programa de rádio *Pânico* (*Pânico na TV*).



2007

Chega a TV digital ao Brasil, apontando-nos para um novo direcionamento futuro na maneira de consumir televisão, com acesso a conteúdos interativos.

As redes sociais

As redes sociais caracterizam-se, principalmente, por sua abertura, que permite o contato horizontal entre os participantes, ou seja, sem diferenças ou estratificação social, porém com elevado grau de identidade. Outra característica sua é a efemeridade, pois as relações nela estabelecidas podem ser passageiras e eventuais, não mantendo vínculos diretos e contínuos entre os envolvidos.

Por um lado, por meio de uma rede social, pessoas ou organizações conectam-se, compartilhando informações, conhecimentos, interesses e esforços em busca de objetivos comuns. Isso significa dizer que estamos vivendo, de forma progressiva, em um mundo tecnocêntrico.

Por outro, a marca desse mundo é o aparecimento de uma sociedade cada vez menos social. Embora ainda seja difícil dimensionar isso, pode-se observar que os indivíduos falam menos pessoalmente, encontram-se mais raramente, têm contato por menos tempo. O mundo técnico apodera-se do real. A casa torna-se, paulatinamente, menos um local de desligamento, de ruptura com as tecnologias, e mais um ambiente acoplado à vida profissional, ao lazer, às práticas computadorizadas. Enquanto isso, os sentimentos de insegurança, de perda de sentido, de orientação e de vazio político passam a prevalecer.

O mundo tecnocêntrico não tem base filosófica ou religiosa. Não possui, portanto, apoio. É imediatista e altamente racional, com o prevalecimento de formas simplificadas e simplificadoras de resolução de problemas.

Internet: do surgimento à expansão

No ano de 1969, o Advanced Research Projects Agency, do Pentágono, criou uma rede, a Arpanet, cujos nós ou pontos de conexão seriam os supercomputadores. Quatro anos mais tarde, já eram trinta e sete nós. O sistema converteu-se em um correio de alta velocidade entre os cientistas. Chegou-se, então, à utilização de um código comum para a transmissão e recepção de dados. Houve vários desenvolvedores, entre cientistas, empresários (IBM) e entusiastas das potencialidades que a nova tecnologia proporcionava.

A Arpanet findou seus trabalhos em 1989, sendo substituída pela internet, que, na realidade, é uma rede de redes, quando se passou a poder contar com o acesso aos serviços de correio eletrônico e a grupos de discussão, realizar cursos a distância, fazer transferências de arquivos e consultas, ou seja, "navegar" por *sites* ou páginas de informações. Mais: tornou-se possível enviar textos, imagens e até mesmo *softwares*.



© iStockphoto.com | Dreamstime.com

As redes sociais ganham cada vez mais espaço no mundo contemporâneo, encurtando as distâncias no mundo globalizado.

As redes sociais *on-line* operam em diferentes níveis: redes comunitárias (em bairros ou cidades, em geral com a finalidade de melhora da situação local, como segurança entre vizinhos e reivindicações comuns junto a órgãos governamentais ou públicos), políticas (indivíduos que comungam das mesmas posições políticas associam-se a outros com vistas a alguma modificação política e social), profissionais (prática conhecida como *networking*, como o LinkedIn, procurando fortalecer a rede de contatos de um indivíduo com objetivos profissionais ou de ganhos pessoais), de relacionamentos (Facebook, Twitter, MySpace, Instagram, Tinder, Pinterest, entre outras, com objetivo de se construir relações sociais entre indivíduos que compartilham interesses, atividades e gostos comuns) e familiares (apenas para utilização restrita entre membros familiares e agregados).

Segundo o PNAD 2014, observava-se, em 2001, que 12,6% dos domicílios tinham microcomputador, alcançando, em 2014, a porcentagem de 49,2%. No mesmo período, a proporção de domicílios com microcomputador com acesso à internet foi de 8,5% para 42,7%. Os dados refletem uma mudança que precisa ser considerada junto com o avanço de políticas sociais para a inclusão digital, indicando que, apesar dessas políticas, grande

parcela da população ainda não tem computadores nem acesso à internet. Pode-se conjecturar se não é o caso de o equipamento (computador) ainda estar distante do poder aquisitivo de boa parte das famílias brasileiras.

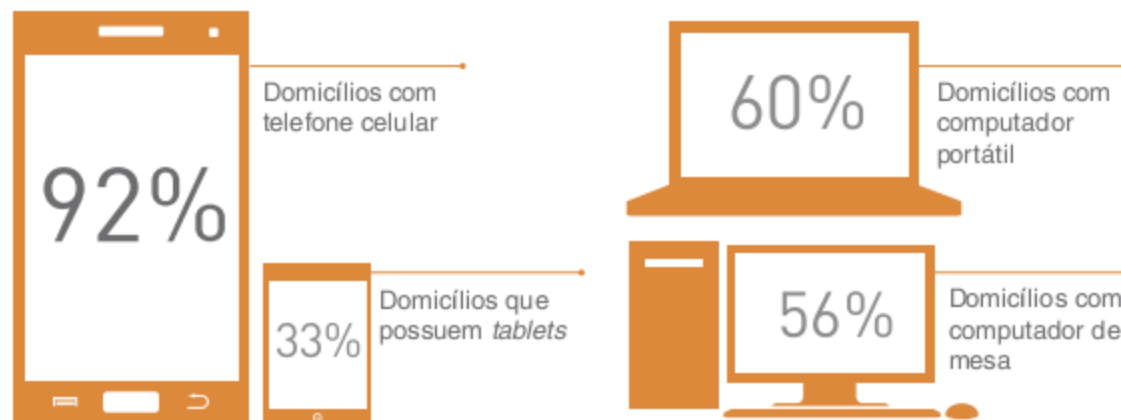
No território brasileiro, *tablets* e *smartphones* são amplamente utilizados. Afinal, tais ferramentas possibilitam acesso às redes sociais, o envio de mensagens, o acesso a *sites* de notícias, entre outros.

Atenção!

Segundo estudo publicado pelo Serasa Experian em seu site, em 2014, a região com a maior participação de visitas às redes sociais no período de três meses (até 29 de novembro de 2014) é o Sudeste, com 57,96%. Em seguida, o Sul (19,33%), o Nordeste (15,65%), o Norte (4,25%) e, por fim, o Centro-Oeste (2,81%).

A criatividade no uso desses elementos tecnológicos é cada vez mais intensa, o que se pode observar nos **novos movimentos sociais** que explodem ao redor do mundo. Os protestos contra governos ditatoriais ou democráticos (mas nem tanto), as correntes para divulgar atividades artísticas e culturais, as denúncias sobre crimes ambientais, a busca de solidariedade a grupos ou indivíduos necessitados,

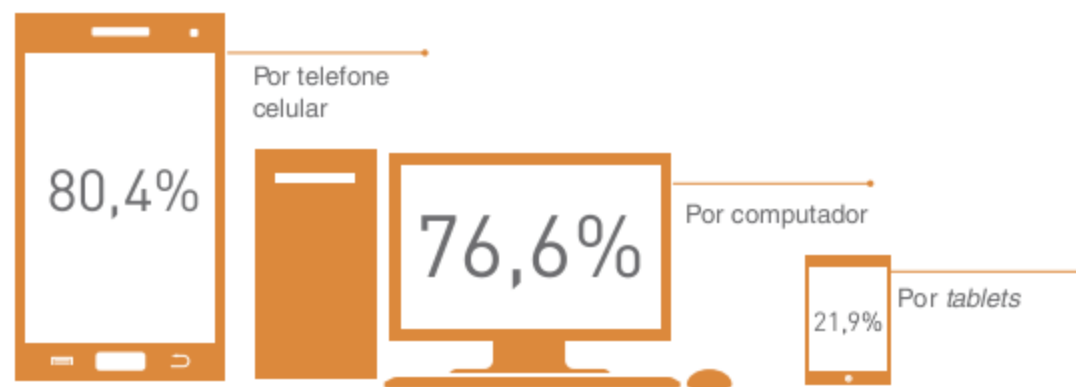
Tecnologias em domicílios no Brasil



*Dados coletados entre outubro de 2014 e março de 2015.

Fonte: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Pesquisa sobre o uso das tecnologias e comunicação nos domicílios brasileiros TIC domicílios 2014. São Paulo: CGI.br, 2015. pp. 139, 153.

Acesso à internet em domicílios no Brasil



* Dados relativos a 2014.

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2014. INSTITUTE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

Sites mais visitados no Brasil



Fonte: ALEXA INTERNET. Disponível em: <www.alexa.com/topsites/com-ntrns/br>. Acesso em: 24 jun. 2016.

as pressões por uma ou outra causa têm utilizado as redes sociais como ferramenta de convocação para manifestações e lutas.

Muitos desses movimentos são iniciados despretensiosamente. Podem ganhar adeptos ou não. Alguns defendem causas públicas, como redução no valor das passagens no transporte público ou melhores condições de trabalho; outros promovem ações mais individuais ou afetivas, como conseguir um emprego, pedir doação de sangue para um amigo etc.

Para alguns teóricos, as causas lançadas nas redes sociais não fariam parte de um movimento social específico, mas de um “arrebanhamento” articulado por *hubs* (indivíduos que fazem pontes entre as pessoas), inovadores (que emitem mensagens que, geralmente, causam grandes mudanças no comportamento dos outros componentes de um grupo) e *netweavers* (articuladores que facilitam o espaço de diálogo, atuando como “tecelões” da rede).

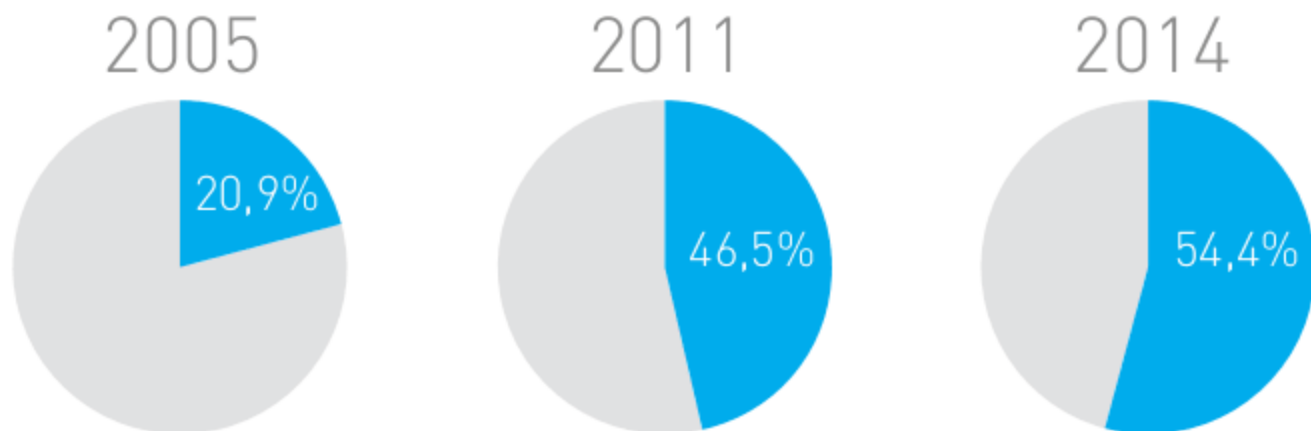
Para alguns estudiosos, especialistas e teóricos em geral, a inserção de indivíduos nas tecnologias digitais é



Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr

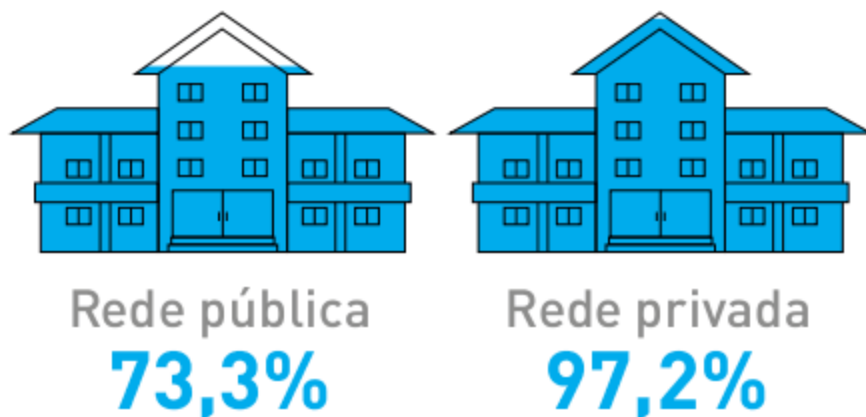
A partir de junho de 2013, durante a realização da Copa das Confederações de Futebol no Brasil, emergiram vários protestos de rua (na foto, vemos uma das manifestações em Brasília). A princípio, exigindo “passage livre” no transporte público urbano; posteriormente, ganhando adeptos com outras reivindicações. Os encontros eram, em geral, marcados nas redes sociais, com muitas adesões.

Acesso à internet no Brasil



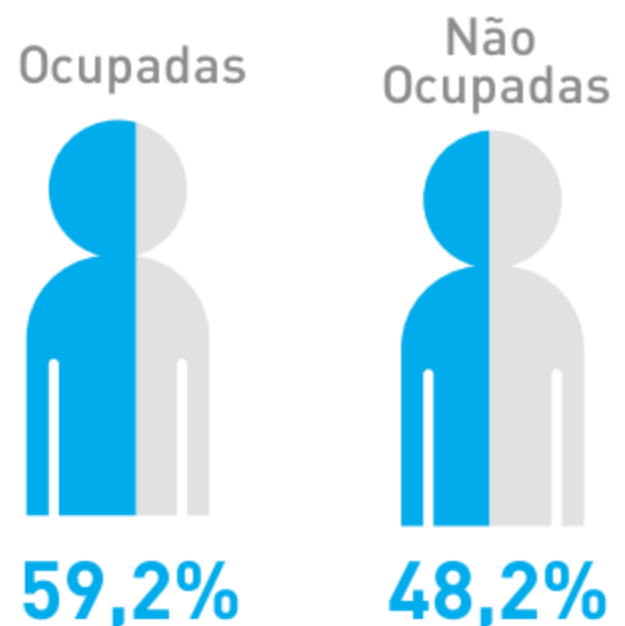
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2014. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

Estudantes (relativo à rede) 2014



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

Pessoas por situação 2014



fundamental para a manutenção e expansão do sistema democrático. Para os mais pessimistas, tal inserção é ruim devido ao seu caráter consumista, individualista e industrial.

A fixação pelo uso das redes sociais pode gerar dependência pessoal e trazer problemas que extrapolem a capacidade crítica humana. Nos dias atuais, até a prática de compra de seguidores no Twitter passou a ser vista como comum, seja por indivíduos que buscam afirmação política, seja para a divulgação de espetáculos artísticos, seja para promoção pessoal ou mesmo para a afirmação de produtos por meio de campanhas publicitárias.

Ao pensarmos na possibilidade de acessos culturais a acervos de bibliotecas, museus, conceitos científicos, históricos, musicais, entre outros, a proliferação que a *networking* provoca através das redes sociais não se configura como necessariamente negativa.

Pelos números, podemos concluir que o Brasil ainda tem muito a fazer pela inclusão digital. Alguns problemas persistem, como a baixa escolaridade dos instrutores, a falta de energia elétrica ou de rede de telefonia em muitas comunidades (o que impede o acesso à internet) e a incapacidade de melhora dos quadros sociais através da criação e identificação de oportunidades por quem acessa, o que significa dizer, neste último caso, que não basta a entrega de máquinas para algumas comunidades sem a contínua educação e orientação para o seu uso.



© Michal Rojek | Dreamstime.com

Em tempos digitais, a privacidade pessoal tem sido um tanto quanto rara. Basta acessar o Google e buscar por nosso nome completo. Muito do que somos, fazemos ou fizemos está à disposição. A *timeline* do Facebook denuncia o que fizemos em meses anteriores.

Saiba mais

Em abril de 2014, foi aprovado o chamado Marco Civil da Internet no Brasil. O projeto estabelece direitos e deveres, na *web*, de usuários, governo, empresas de telecomunicações e páginas da internet, afetando, principalmente, os interesses de internautas, das operadoras de telefonia e de *sites*.

Seus principais pontos são:

- 1) **neutralidade**: estabelece que operadoras podem apenas vender pacotes que limitem a quantidade de dados acessados e velocidade da conexão, sem discriminar conteúdo por tipo ou por origem, privilegiar o acesso ou derubar a velocidade de conexão a um determinado serviço;
- 2) **privacidade**: o registro de serviços prestados deve ser armazenado tanto por operadoras (durante um ano) como por *sites* (seis meses), devendo as informações ser sigilosas e apenas disponibilizadas mediante pedido da Justiça;
- 3) **ofensas na rede**: estabelece que um *site* não tem responsabilidade sobre o que usuários publicam nem pode ser punido por isso, exceto se houver descumprimento de ordem judicial para retirada de conteúdo (em caso de conteúdo com nudez, o *site* fica obrigado a removê-lo a pedido da pessoa envolvida, independentemente de determinação judicial).

O Marco Civil da Internet se tornou polêmico por dividir interesses do governo, das empresas de telecomunicações, de *sites* de internet e da Polícia Federal brasileira, entre outros setores. Por meio dele, há conquistas como a neutralidade da rede, mas a lei deixou questões em aberto. No caso dos pedidos de retirada de conteúdos por alegação de violação civil do direito à honra, por exemplo, a lei determina que os provedores de aplicações de internet só sejam responsabilizados se deixarem de cumprir ordem judicial específica neste sentido, cabendo ao judiciário decidir, no caso concreto, quando a retirada de conteúdos é admissível e quando não é.

No Brasil, o direito ao esquecimento é aplicado a casos em que o indivíduo está associado a acontecimentos inverídicos, passados ou descontextualizados. Tal direito é utilizado nos casos em que pessoas cometeram crime, foram condenadas ou já cumpriram pena. No entanto, ele não é garantia de revisionismo histórico.



PARA PRATICAR

1 Para alguns teóricos sociais, a globalização expande o consumo de bens culturais, não obstante permita o desenvolvimento da capacidade crítica do consumidor através dos elementos fornecidos pelos meios de comunicação de massa, entre eles

- A** a televisão, que sempre possui programação crítica, enquanto estimula a ilusão de felicidade no presente.
- B** a difusão tecnológica que, por si, amplia a inclusão social e massifica diversos hábitos de consumo.
- C** a radiodifusão, que amplia direitos de cidadania e ocupa total e criativamente o espaço de lazer dos trabalhadores.
- D** os meios tecnológicos propiciados pela cultura de massa, que podem contribuir para a formação intelectual do indivíduo.
- E** as redes sociais, que encorajam o internauta a pensar, tornando-o ativo e consciente dos malefícios do consumo exagerado.

Caixa Enem
2 (Enem)



A situação abordada na tira torna explícita a contradição entre a(s)

- A** relações pessoais e o avanço tecnológico.
- B** inteligência empresarial e a ignorância dos cidadãos.
- C** inclusão digital e a modernização das empresas.
- D** economia neoliberal e a reduzida atuação do Estado.
- E** revolução informática e a exclusão digital.

3 Leia o fragmento a seguir:

O fundamental do problema da comunicação e da indústria cultural não está nem na questão quantitativa, nem na questão da natureza ou conteúdo das mensagens divulgadas, mas na estrutura mental e psíquica dos indivíduos receptores dessas informações.

A saída está na organização ou reorganização da vida privada, e não na alienação dessa vida na massa ou no coletivo.

E já se têm exemplos dessas possibilidades de utilização dos ditos meios de comunicação de massa num sentido

positivo [...]. É o caso das "antenas selvagens" (na época em que essas antenas eram apenas de rádio, eram as "rádios-piratas"), encontráveis na Inglaterra e especialmente, neste momento, na Itália e na França. Nesses países, o Estado detém o monopólio das emissões de rádio e TV. Que fazem os indivíduos organizados em grupo? Na França, em Paris, começam a pulular, em cada bairro, minúsculas emissoras de rádio (mais frequentemente do que de TV, dado o custo) capazes de cobrir apenas alguns poucos quarteirões.

[...] É imperioso, porém, evitar a visão apocalíptica segundo a qual essa opinião pública não pode ser alcançada sem uma transformação radical da sociedade – porque corre-se o risco de, desprezando-se a ação sobre a indústria cultural e seus veículos, deixar de lado um instrumento capaz de acelerar essa mesma transformação. Mas é igualmente inadmissível cruzar os braços e acreditar que a indústria cultural, graças a uma eventual dinâmica interna, resolverá o problema.

COELHO, Teixeira. *O que é indústria cultural*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 102-9. (Primeiros passos).

Levando em consideração as afirmações de Teixeira Coelho e partindo do pressuposto de que há um imperialismo da mídia, pode-se apontar que, mediante veículos de comunicação de massa,

- A** há uma tendência de uniformização de gostos, modos, pensamentos e posturas, porém não se pode afirmar que as culturas locais desapareceram ou tendem a fazê-lo, já que existem reações.
- B** prevalece a homogeneização de costumes e não há espaço para manifestações culturais locais ou regionais, o que determina uma universalização definitiva de padrões e posturas.
- C** determina-se uma universalização das informações, transmitidas de forma isenta, com indivíduos buscando espaços alternativos de comunicação como forma de protesto contra a democratização cultural.
- D** mantém-se a busca pela estruturação de veículos alternativos de comunicação, apontando para uma tendência de protesto contra a mídia fomentadora da diversificação cultural.
- E** os entretenimentos e as informações, ao apresentarem-se isentos de interesses e sob vários ângulos, desestimulam a busca de formas alternativas de manifestações culturais.

4 Em nossos dias, a televisão ainda tem se mostrado como principal veículo de comunicação da sociedade brasileira. Entre os efeitos de sua presença no cenário social do país, podemos claramente apontar:

- A** o aumento da inclusão social.
- B** a ampliação dos direitos de cidadania.
- C** a massificação dos hábitos de consumo.
- D** a alienação em relação aos produtos e valores culturais.
- E** a maior participação da população nos debates políticos do país.

5 A Escola de Frankfurt, em sua análise sobre a indústria cultural, constrói uma postura crítica direcionada para a

- A** veiculação de uma cultura diversificada pelos meios de comunicação de massa, como televisão e rádio.
- B** programação heterogênea produzida pelo cinema, que contribui para a diminuição de acessos à televisão.
- C** alienação da realidade ocasionada pela ação dos meios de comunicação, como a televisão.
- D** capacidade de pensamento crítico e autônomo promovida pelos meios de comunicação de massa.
- E** linguagem abrangente e refinada apresentada por veículos de comunicação, como a televisão.

6 (Uenp) Leia atentamente o poema, intitulado “Eu, etiqueta”, de autoria de Carlos Drummond de Andrade:

*Meu blusão traz lembrete de bebida
que jamais pus na boca, nesta vida.
Meu lenço, meu relógio, meu chaveiro,
minha gravata e cinto e escova e pente,
meu copo, minha xícara,
minha toalha de banho e sabonete,
meu isso, meu aquilo,
desde a cabeça ao bico dos sapatos,
são mensagens,
letras falantes,
gritos visuais,
ordens de uso, abuso, reincidência,
costume, hábito, premência,
indispensabilidade,
e fazem de mim homem-anúncio itinerante,*

*escravo da matéria anunciada.
Não sou – vê lá – anúncio contratado.
Eu é que mimosamente pago
para anunciar, para vender
em bares festas praias pérgulas piscinas,
e bem à vista exibo esta etiqueta
global no corpo que desiste
de ser veste e sandália de uma essência
tão viva independente,
que moda ou suborno algum a compromete.
Hoje sou costurado, sou tecido,
sou gravado de forma universal,
saio da estamperia, não de casa,
da vitrina me tiram, recolocam,
objeto pulsante mas objeto
que se oferece como signo de outros
objetos estáticos, tarifados.
Por me ostentar assim, tão orgulhoso
de ser não eu, mas artigo industrial.*

Assinale a alternativa **incorreta**:

- A** O poema faz referência direta ao conceito de cultura de massa, que segundo Adorno é uma forma de controle da consciência pelo emprego de meios como o cinema, o rádio ou a imprensa.
- B** De acordo com a Escola de Frankfurt, o surgimento da cultura de massa, em meados do século passado, deveu-se em grande parte ao desenvolvimento do projeto iluminista que desencadeou uma crise ética e epistemológica, dando origem, por fim, à já referida cultura de massa.
- C** A Revolução Industrial não foi apenas um conjunto de inovações técnicas, mas uma forma de dominação e controle do tempo do trabalhador; essa dominação se dá por meio da disciplina e da indústria cultural.
- D** O produto da indústria cultural não pode ser considerado arte em sentido estrito, já que ela tende à padronização, à ausência de conteúdo e ao apelo ao mercado.
- E** A cultura de massa tem o papel de difundir por meio do mercado as culturas regionais, contribuindo para a emancipação do homem.

5 (UEM 2015) No trecho a seguir, o sociólogo norte-americano Charles Wright-Mills propõe uma definição para o fenômeno social denominado massa:

No extremo oposto, em uma massa, as pessoas expressam muito menos opiniões do que as recebem; pois a comunidade de públicos torna-se uma coletividade abstrata de indivíduos que recebem ideias dos meios de comunicação em massa. As comunicações prevalecentes organizam-se de uma tal forma que é difícil, ou até impossível, ao indivíduo, replicar imediatamente, ou com qualquer efeito. A concretização da opinião em ação é controlada pelas autoridades que organizam canais para esse tipo de ação. A massa não tem autonomia frente às instituições; ao contrário, agentes de instituições autorizadas se infiltram nessa massa, reduzindo qualquer autonomia que ela possa ter na formação de opinião através da discussão.

WRIGHT-MILLS, C. *Sociedade de massa* apud FERNANDES, H. R. *Wright-Mills*. São Paulo: Ática, 1985. p. 136. (Grandes Cientistas Sociais).

Considere o texto reproduzido e as teorias sociológicas sobre indústria cultural e consumo em massa e assinale a(s) alternativa(s) correta(s).

01. O controle dos meios de comunicação de massa no Brasil, particularmente das emissoras de rádio e de TV, é obtido por meio de concessões públicas. Contudo, esse processo diz respeito apenas a um mecanismo burocrático, não havendo necessidade de reflexão sociológica sobre as relações entre mídia, sociedade e poder público.
02. Os fenômenos típicos das chamadas sociedades de massa têm nos meios de comunicação um de seus principais protagonistas.
04. Nas sociedades contemporâneas, a opinião generalizada de que um determinado político é honesto ou corrupto ou, ainda, um bom ou mau governante, é fortemente influenciada pelos meios de comunicação de massa.
08. Os intensos conflitos entre opinião pública e meios de comunicação de massa são objeto de discussão de várias correntes da sociologia.
16. As opiniões independentes em relação aos pontos de vista dominantes têm, sobre as massas, a mesma influência que aquelas veiculadas pelos grandes meios de comunicação.

Soma =

6 (UEL) *A indústria cultural vende Cultura. Para vendê-la, deve seduzir e agradar o consumidor. Para seduzi-lo e agradá-lo, não pode chocá-lo, provocá-lo, fazê-lo pensar, fazê-lo ter informações novas que perturbem, mas deve devolver-lhe, com nova aparência, o que ele sabe, já viu, já fez. A "média" é o senso-comum cristalizado que a indústria cultural devolve com cara de coisa nova [...]. Dessa maneira, um conjunto de programas e publicações que poderiam ter verdadeiro significado cultural tornam-se o contrário da Cultura e de sua democratização, pois se dirigem a um público transformado em massa inculta, infantil, desinformada e passiva.*

CHAUI, Marilena. *Filosofia*. 7 ed. São Paulo: Ática, 2000. pp. 330-3.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre meios de comunicação e indústria cultural, considere as afirmativas a seguir:

- I. Por terem massificado seu público por meio da indústria cultural, os meios de comunicação vendem produtos homogeneizados.
- II. Os meios de comunicação vendem produtos culturais destituídos de matizes ideológicos e políticos.
- III. No contexto da indústria cultural, por meio de processos de alienação de seu público, os meios de comunicação recriam o senso comum enquanto novidade.
- IV. Os produtos culturais com efetiva capacidade de democratização da cultura perdem sua força em função do poder da indústria cultural na sociedade atual.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

Reflita sobre

Qual é a importância da mídia para a consolidação da democracia? Nos meios de comunicação atuais, temos espaço para debater os assuntos de interesse público? E para conhecer os diversos aspectos e visões sobre um problema? Pesquise com colegas sobre os meios de comunicação no Brasil atual, suas formas de atuação e os tipos de discurso. Em posse das informações, avalie fatores como liberdade de imprensa, financiamento, interação com o público e a diversidade das visões apresentadas e considere as possibilidades e as limitações que esses fatores estabelecem para a mídia, na consolidação da democracia. Como nossos jornais, revistas, sites, canais de televisão e de rádio podem contribuir melhor para esse objetivo?

■ Quer saber mais?



Livros

- COELHO, Teixeira. *O que é indústria cultural*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
Obra em que o autor consegue, de forma simples e ao mesmo tempo ampla, abordar as características da indústria cultural no Brasil e no mundo. Direcionado a iniciantes e curiosos.
- NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
O autor apresenta dados históricos e técnicos acerca da informática. Seu objetivo é introduzir o iniciante no mundo da informática.
- MARCONDES, Ciro. *Sociedade tecnológica*. São Paulo: Scipione, 1994.
Entre os vários temas abordados nesse trabalho, o autor faz uma comparação entre os valores teocêntricos, antropocêntricos e tecnocêntricos do homem, ao longo das etapas históricas ocidentais.



Site

- O site Cultura Digital apresenta documentos e textos sobre a indústria cultural. Confira: <<http://p.p4ed.com/VKKMA>>.



Filmes

- *Cidadão Kane*. Direção: Orson Welles. Estados Unidos, 1941.
Filme baseado na história de William Randolph, que enriqueceu ao investir no mundo midiático.
- *Muito além do Cidadão Kane*. Direção: Simon Hartog. Reino Unido, 1993.
A obra detalha a posição dominante da Rede Globo na sociedade brasileira, debatendo a influência do grupo, seu poder e suas relações políticas, postura vista pelos autores do documentário como manipuladora e formadora de opinião.
- *Janela da alma*. Direção: João Jardim e Walter Carvalho. Brasil, 2002.
Documentário que consegue reunir escritores, cientistas, cineastas e outros profissionais de destaque, que discutem as influências dos meios de comunicação de massa na sociedade atual.
- *O show de Truman*. Direção: Peter Weir. Estados Unidos, 1998.
O filme narra o dia a dia da personagem, que desconhece ter tido sua vida filmada vinte e quatro horas por dia e exibida para o mundo.

RESUMO teórico

- Em meados do século XX, já se percebia o poder da mídia e dos meios de comunicação sobre o consumo e a conduta de boa parte da população mundial.
- O termo indústria cultural provém da Escola de Frankfurt (1924); Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973) foram os primeiros a utilizá-lo.
- A indústria cultural gera produtos culturais com objetivo de lucro.
- Cultura popular é produzida por quem normalmente a consome, ou seja, os valores tradicionais de um povo; cultura de massa refere-se àquele tipo de cultura produzido por um pequeno grupo que busca, principalmente, obter vantagens econômicas.
- No Brasil, prevalecem, como cultura de massa, as veiculações de rádio e de televisão.
- Características da indústria cultural no Brasil: coletivizante, programação heterogênea, linguagem vulgar e acessível, universalização cultural.
- Crítica principal à indústria cultural: alienante. Ponto positivo: democratização das informações.
- Uma das principais características das redes sociais é sua abertura.
- O que marca o mundo tecnocêntrico de nossa cultura é o aparecimento de uma sociedade que se torna cada vez menos social e cada vez mais tecnológica.
- Uma das principais características das redes sociais é sua abertura.
- Por meio de uma rede social, pessoas ou organizações conectam-se, compartilhando informações, conhecimentos, interesses e esforços em busca de objetivos comuns.
- Os novos movimentos sociais têm utilizado como ferramenta as redes sociais.
- Em abril de 2014, foi aprovado no Brasil o “Marco Civil da Internet”, estabelecendo direitos e deveres, na web, de usuários, governo, empresas de telecomunicações e páginas da internet.

Capítulo

15

Sociologia no Brasil e a sociologia contemporânea



© Amanda Briggs | Dreamstime.com

A complexidade da vida em sociedade fez com que a sociologia passasse a ocupar o espaço reconhecido entre as diversas ciências.



Como já tivemos oportunidade de aferir, a sociologia enquanto ciência é própria da evolução do capitalismo europeu e da exaltação do cientificismo. Possui suas bases no Renascimento Cultural que, com as ciências sociais da época, se estruturou, em definitivo, a partir dos conceitos do liberalismo e industrialismo.

No Brasil, a trajetória da sociologia teve características próprias, porém, na essência, o caminho não foi tão diferente. A trajetória política e econômica do país, alicerçada na exploração colonial, que passou pela formação do Estado Nacional mantendo as características estruturadas na sua colonização (caráter agrário--exportador, latifundiário, escravista e com elevada dependência externa) e que se viu na necessidade de transformação a partir, em especial, das consequências trazidas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – quando o café perdeu espaço no mercado internacional – criou condições concretas para transformações mais complexas da vida em sociedade.

A industrialização brasileira, mesmo que tardia, fez emergir uma burguesia e um emaranhado social que modificaram o país. Nesse sentido, o surgimento da Escola Paulista de Sociologia em 1933 foi uma demonstração de que o país passou a desejar descobrir-se enquanto país verdadeiro, em uma clara mostra de que o passado deveria ser levado em consideração, porém se divorciando do eurocentrismo e em busca do nacionalismo próprio, identificando seus regionalismos e seu caráter, edificando sua personalidade.

Nomes como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., entre outros, fizeram refletir o desenvolvimento de um país dependente do capitalismo dentro da lenta e complexa formação da consciência nacional. Naquele contexto, discute-se e desenvolve-se a ideia de que o Brasil é um país de misturas étnicas, de mestiçagem, sendo esta a principal característica da população.

- ▶ Como podemos nos definir como brasileiros? Quais são as características que nos permitem identificar pessoas de diferentes regiões do país, com culturas e formações tão diversas, como sendo do mesmo país?
- ▶ Podemos dizer que o Brasil é um país em que há grande mistura racial? Você consegue ver isso em sua vida, em sua família ou nos ambientes que frequenta?

C C3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

H H13 - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

A formação sociológica brasileira

Musical, agregador, piadista, solidário, alegre, espontâneo como nenhum outro povo. Eis algumas das características atribuídas ao brasileiro pelo turista de primeira viagem. Mas será que podemos fazer tantas generalizações?

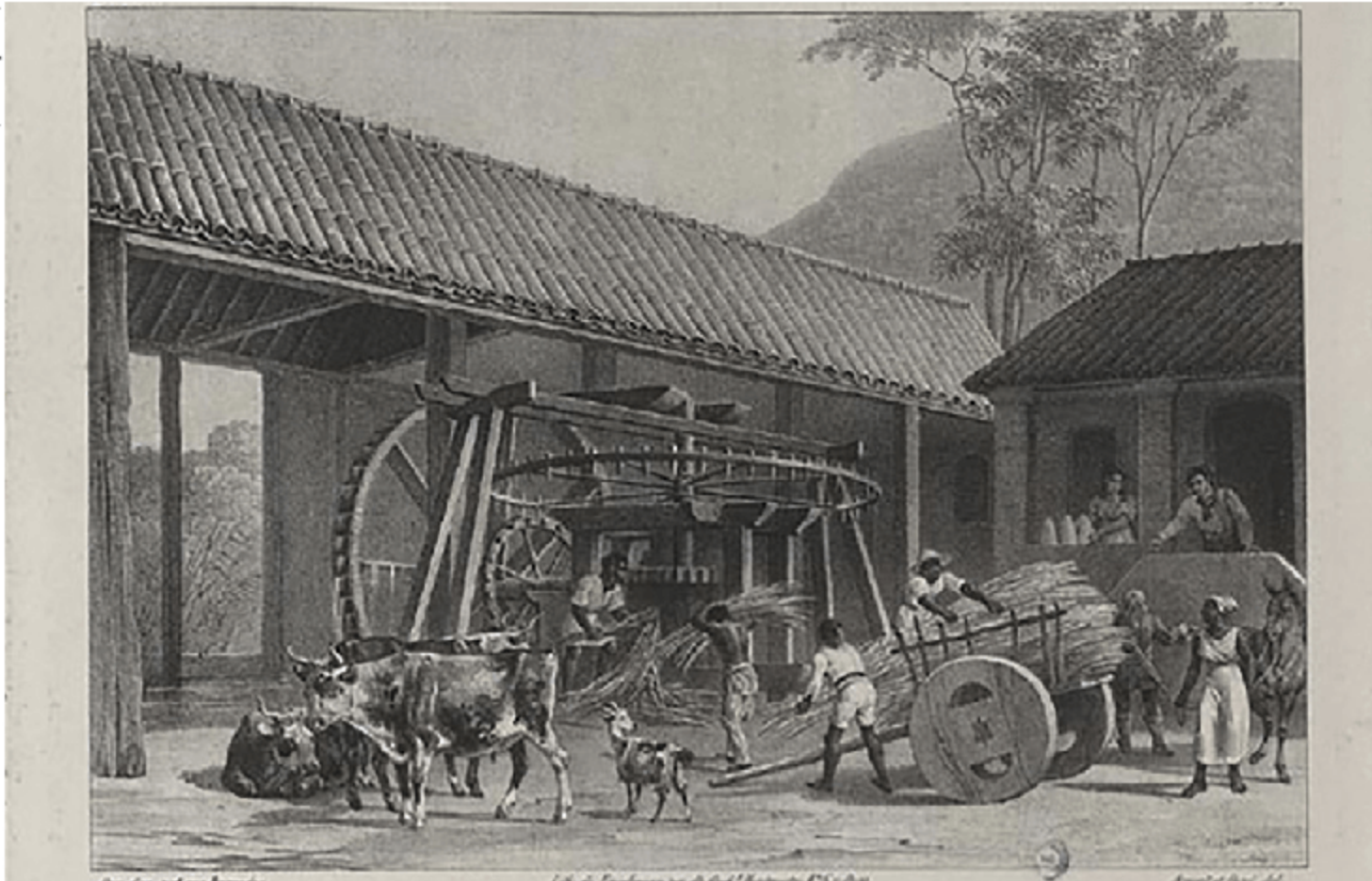
É difícil dar uma “cara” (identidade) ao brasileiro. Muitos tentaram fazê-lo; vários intelectuais, entre eles

Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, procuraram traçar as suas origens na tentativa de entendê-lo por um perfil. Porém, a variedade regional é tão grande que é quase impossível atribuir ao povo características gerais e definitivas.

No Brasil, as ciências sociais, como hoje as conhecemos, começam a se desenvolver na década de 1930. Em São Paulo, ocorre a fundação da Escola Paulista de Sociologia e Política, em 1933, e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934.



Johann Moritz Rugendas, *Moulin à sucre, gravura, 1835*, Biblioteca Nacional do Brasil (Domínio público).



Para Caio Prado Júnior, a sociedade brasileira contemporânea só pode ser entendida a partir das estruturas de exploração advindas da colonização.

Da intelectualidade brasileira, da chamada **geração de 1930**, devemos destacar, entre outros, Gilberto Freyre (1900-1987), Caio Prado Júnior (1907-1990) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982).

Gilberto de Mello Freyre nasceu em Recife, Pernambuco. Ao concluir o curso secundário no Brasil, seguiu para os EUA e estudou na Universidade Baylor, no Texas. Ao retornar ao país, em 1924, Freyre passou a desenvolver estudos sobre a sociedade brasileira, desenvolvendo obras como *Casa-grande & senzala* (1933) e *Sobrados e mocambos* (1936).

Freyre defendeu posições como o **luso-tropicalismo**, teoria segundo a qual os portugueses constituíram o povo mais bem adaptado a colonizar regiões tropicais como o Brasil. O pernambucano entendia o nacionalismo como miscigenação, próprio da mistura de raças, destacando em seus trabalhos o papel do negro e do mestiço na formação cultural e social brasileira, defendendo a mestiçagem como uma combinação positiva, amenizando os males da escravidão, para ele mais amena e menos nociva do que a ocorrida em outras regiões americanas.

[...]

A história social de casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas crendices da senzala. [...] Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. São Paulo: Global, 2006, 51 ed. p. 367

Caio Prado Júnior, nascido em São Paulo, foi historiador, filósofo e político. Foi precursor na aplicação do marxismo à análise da história e da sociologia brasileiras e escreveu vários livros: *Evolução política do Brasil*, publicado em 1933; *Formação do Brasil contemporâneo*, em 1942; *Dialética do conhecimento*, em 1952; e *Estruturalismo e marxismo*, em 1971. Prado Júnior destacava em suas obras o sentido da colonização no Brasil, apontando ter sido esta a base para o entendimento das dificuldades do país no período contemporâneo.

Sérgio Buarque de Holanda, nascido em São Paulo, foi professor, historiador, crítico e ensaísta. Entre suas principais obras, contam-se *Raízes do Brasil* (1936), *Cobra de vidro* (1944) e *Monções* (1945).

Em *Raízes do Brasil*, Holanda destaca a importância do **patrimonialismo** deixado pelos colonizadores portugueses, sem distinção clara entre o que é público e o que é privado, apontando para a imagem do brasileiro como um “homem cordial”, que é adorador dos contatos próximos e íntimos, tanto na vida pública como pessoal, o que trouxe consequências para essa relação entre o privado e o público na política e nas instituições brasileiras, na formação de seu Estado.

O homem cordial

[...]

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje.

[...]

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A fineza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante.

[...]

Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no “homem cordial”: é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções.”

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp. 145-7.

Na década de 1930, destacou-se também Manoel Bonfim (1869-1932), que apontou para o preconceito racial no Brasil, quando Gilberto Freyre apontava para a democracia racial. Bonfim acreditava que a saída para o atraso do país estaria no investimento educacional e no combate às mentalidades da elite dominante. Dessa forma, podemos apontar que a obra de Bonfim estaria na contramão dos pensamentos da época.



© Filipe Frazao | Dreamstime.com

Ainda podemos encontrar indícios da ideia de “homem cordial” na forma como imaginamos, por exemplo, a baiana sempre receptiva e alegre ou o caipira hospitaleiro e gentil. Várias imagens dos tipos brasileiros, ainda atuais, carregam esse sentido.

Atenção!

As ciências sociais começaram a ser praticadas institucionalmente no país a partir da década de 1930, no esteio das transformações configuradas: a derrocada do controle político com a Crise de 1929 e a Revolução de 1930, a busca de novos rumos políticos e econômicos e os novos atores sociais, como a classe burguesa industrial e o operariado. Com a fundação, em São Paulo, da Escola Paulista de Sociologia e Política e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo vieram lecionar no país intelectuais como Donald Pierson (1900-1995), Claude Lévi-Strauss (1908-2009), Roger Bastide (1898-1974) e Fernad Braudel (1902-1985). Os conhecimentos e as discussões “importadas” (sobretudo dos EUA e da França) contribuíram para a formação de importantes profissionais das ciências sociais no Brasil, como Antonio Candido (1918-), Ruy Galvão de Andrada (1920-1990) e Florestan Fernandes (1920-1995).

Uma nova ordem mundial foi instalada a partir do término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945): a Guerra Fria, que foi marcada pela luta pelo domínio de influências entre os EUA (capitalistas) e a então URSS (socialistas). A América Latina, em um contexto geral, submeteu-se às determinações norte-americanas.

No Brasil, o processo de industrialização passou a transformar radicalmente as relações pessoais. Nesse cenário, o pensamento sociológico brasileiro voltou-se para a busca da consciência crítica sobre a realidade nacional, associando-se em processo interdisciplinar com outras ciências, como a geografia, a história e a filosofia.

Um intelectual que merece destaque dentro da edificação desse novo contexto da sociologia brasileira é Fernando de Azevedo (1894-1974). Nascido em Minas Gerais, foi também educador. Professor universitário, Azevedo pode ser considerado o introdutor de novos padrões educacionais no Brasil. Sua principal obra é *A cultura brasileira* (1943), na qual retoma a tese da unidade nacional estruturada com base nas diferenças regionais, culturais e étnicas.

Outro nome a ser destacado é o de Octávio Ianni, sociólogo brasileiro nascido na cidade de Itu, no ano de 1926. Ele se tornou professor da Universidade de São Paulo e de instituições do exterior, fechou seu ciclo docente na Universidade Estadual de Campinas. Na obra *Imperialismo y cultura de la violencia en América Latina* (1970), Ianni faz referência a intelectuais europeus que passaram a mostrar interesse na análise da realidade brasileira.

Entre os nomes mais edificadores da sociologia brasileira, não podemos deixar de fazer referência a Florestan Fernandes (1920-1995). Nascido em São Paulo, tornou-se catedrático de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Seus trabalhos e pesquisas sobre os indígenas brasileiros, a população negra e as relações sociais raciais ganham destaque. Marxista, acreditava que as modificações das estruturas político-sociais deveriam se dar pela militância política, tornando-se um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT).

A vasta obra de Florestan Fernandes inclui o estudo das relações sociais e da estrutura de classes da sociedade brasileira, assim como o capitalismo dependente de áreas periféricas da economia como o Brasil e a América Latina em geral. Vale lembrar, ainda, que a questão educacional também foi um de seus temas preferenciais. Obras como *A integração do negro na sociedade de classes* (1965) apontam para a precariedade da integração dos negros na sociedade brasileira e aponta para a limitada aplicabilidade dos direitos no país que fere a cidadania.

PONTO DE CONEXÃO

Veja em História as transformações mais relevantes trazidas pelo fim da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945); entre essas transformações, principalmente as novas relações mundiais estabelecidas na Guerra Fria (1945-1989), bem como o processo de descolonização do continente africano.



Florestan Fernandes (1920-1995), um dos mais importantes sociólogos contemporâneos do Brasil. Entre seus temas mais estudados, está a desigualdade social.

[...] Florestan Fernandes é o fundador da sociologia crítica no Brasil. Toda a sua produção intelectual está impregnada de um estilo de reflexão que questiona a realidade social e o pensamento. As suas contribuições sobre as relações raciais entre negros e brancos, por exemplo, estão atravessadas pelo empenho de interrogar a dinâmica da realidade social, desvendar as tendências desta, ao mesmo tempo que discutir as interpretações prevalentes. No mesmo sentido, as suas reflexões sobre os problemas da indução na sociologia avaliam cada uma e todas as teorias, os métodos e as técnicas de pesquisa e explicação, da mesma maneira que oferecem novas contribuições para o conhecimento das condições lógicas e históricas de reconstrução da realidade. Essa perspectiva está presente nas monografias e ensaios sobre o problema indígena, escravatura e abolição, educação e sociedade, folclore e cultura, revolução burguesa, revolução socialista e outros temas da história brasileira e latino-americana.

O mesmo se pode dizer dos seus trabalhos sobre teoria sociológica. A perspectiva crítica está presente em toda a sua produção intelectual, incluindo obviamente o ensino, a conferência, o debate público. Questiona o real e o pensado, tanto os pontos de vista dos membros dos grupos e classes compreendidos na pesquisa como as interpretações elaboradas sobre eles. Assim, alcança sempre algo novo, outro patamar, horizonte. Vai além do que está dado como estabelecido, explicado. Ao submeter o real e o pensado à reflexão crítica, descortina as diversidades, desigualdades e antagonismos, apanhando as diferentes perspectivas dos grupos e classes compreendidos pela situação.

IANNI, Octávio. "A Sociologia de Florestan Fernandes". *Estudos avançados*. v. 10, n. 26, p. 26, 1996. Disponível: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100006>. Acesso em: 25 jun. 2016.

Falando em nomes da sociologia brasileira, não podemos deixar de destacar a figura de Celso Monteiro Furtado, paraibano nascido em 1920, que se tornou economista. Sua principal base teórica faz análise sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. Com o tempo, reviu suas posições desenvolvimentistas puramente econômicas e passou a valorizar posições sociais, propondo uma interpretação histórica do subdesenvolvimento. Dentro de sua vasta obra, pode-se colocar em evidência *Um projeto para o Brasil*, publicado em 1968.

Outro importante expoente da sociologia nacional foi Darcy Ribeiro, etnólogo, antropólogo e romancista, que dedicou grande parte de sua vida à questão indígena, denunciando a aculturação dessa etnia.

Com a abertura política brasileira, a partir da década de 1980, assistimos à proliferação de nomes da sociologia e das ciências sociais brasileiras no campo político nacional. O próprio Florestan, unido a Francisco Weffort e Antonio Candido de Mello, engrossou a luta ideológica do PT (Partido dos Trabalhadores). Darcy Ribeiro filiou-se ao PDT (Partido Democrático Trabalhista) de Leonel Brizola, chegando a tornar-se vice-governador do Estado do Rio de Janeiro. Fernando Henrique Cardoso (1931-), originário do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e um dos fundadores do PSDB (Partido Social-Democrata Brasileiro), foi eleito e reeleito presidente da República (1995-2002).



Wilson Dias/Agência Brasil

Acompanhando as ideias de engajamento político defendidas por Florestan Fernandes, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso chegou à presidência do Brasil.

A produção sociológica contemporânea

O mundo globalizado exige a participação constante e contínua da sociologia enquanto ciência. Afinal, o curso do planeta é altamente dinâmico. O panorama do mercado de trabalho, as novas relações familiares, as migrações constantes, os novos caminhos da religiosidade, as mudanças do quadro de consumo, a violência urbana e a questão da criminalidade, a proliferação do tráfico e consumo de drogas, as novas relações sociais internacionais, entre tantos outros temas, exigem a participação de ciências como a sociologia, a psicologia, a antropologia, a economia, entre outras.

Na sociologia contemporânea, os estudiosos escolhem – tal a diversidade dos campos de atuação – os autores e as teorias que consideram mais apropriados para a observação dos fenômenos sociais, de acordo com o arsenal teórico e metodológico que lhe seja mais conveniente para a sua abordagem de pesquisa. Ou seja, um mesmo objeto pode ser visto de diferentes formas, de acordo com a postura teórica adotada.

Nos EUA, as teorias sociológicas passaram a ganhar real significado a partir do início do século passado, quando a sociologia passou a ser ministrada em diversas instituições de ensino superior.

A **Escola de Chicago** fez emergir, à sociologia norte-americana, nomes como o de George Herbert Mead (1863-1931), Robert Ezra Park (1864-1944) e John Dewey (1858-1952), pioneiros da sociologia urbana e do estudo de temas como imigração, violência urbana, pobreza e exclusão social.

Também na escola estadunidense, sociólogos como Talcott Parsons (1902-1979) e Robert King Merton (1910-2003) ganharam destaque ao elaborarem conceitos mais consistentes para o entendimento de fenômenos sociais concretos.

Parsons ateu-se nas estruturas sociais, dirigindo seus estudos para as determinações estruturais da ação humana. Por sua vez, Merton deu destaque às estruturas sociais. Segundo ele, quando uma regra é negligenciada por algum indivíduo ou grupo, ela se torna evidente.

As contribuições da Escola de Chicago tornaram-se muito importantes pela aplicação de métodos etnográficos nas pesquisas desenvolvidas e nas análises sociais que nos remeteram aos estudos da vida diária.

Outro ramo da sociologia norte-americana é o da construção social, praticada por autores que veem a realidade social não como uma realidade em si, mas como resultado construído pelo conjunto de ações individuais. Nessa linha sociológica, situam-se Peter Berger (1929-) e Thomas Luckmann (1927-2016).

Na França, Pierre Bourdieu (1930-2002) merece destaque por realizar estudos sociológicos envolvendo educação e cultura. Suas análises da produção cultural e simbólica fazem uso de conceitos marxistas e weberianos, como classes e esferas sociais. Bourdieu desenvolveu a **sociologia relacional**, estruturando conceitos que permitem relacionar regras sociais com ações individuais (*habitus*). O *habitus* é a internalização de normas sociais (implícitas e explícitas) que orientam os indivíduos e suas ações, por exemplo, no que diz respeito ao gosto estético.



© Anthony Brown | Dreamstime.com

A sociologia discute atualmente o papel das novas tecnologias e mídias nas relações sociais.

O alemão Norbert Elias (1897-1990), considerado um dos principais sociólogos do século XX, rediscute Max Weber, em uma perspectiva histórica que procura conciliar a dicotomia entre sociedade e indivíduos.

O canadense Erving Goffman (1922-1982) direcionou seus estudos para a visão de que uma sociedade seria

o resultado das interações entre seus componentes (indivíduos). O processo de interação entre as pessoas, segundo Goffman, é frágil e precisa ser regulado por ritos e regras educacionais de convivência.

Entre os principais nomes da sociologia preocupados em posicionar o papel das mídias digitais, da globalização e da cultura de massa, destacam-se a Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), membros de um grupo conhecido como Escola de Frankfurt.

Outro nome importante do século XX e da primeira década do século atual é Jurgen Habermas (1929-), considerado o maior remanescente da Escola de Frankfurt e um dos maiores nomes da teoria crítica.

O sociólogo espanhol Manuel Castells (1942-), o francês Jean Lojkine (1939-) e os historiadores ingleses Eric Hobsbawm (1917-2012) e Edward Thompson (1924-1993), embora detentores de pontos de vista diferentes, construíram suas teorias sob o conceito de conflitos sociais, atentando-se às considerações sociais de Karl Marx.

Podemos, também, destacar o nome de René Girard (1923-2015), no âmbito da antropologia, por sua teoria da *mimesis* e seus estudos sobre a relação entre o sagrado e a violência na fundação das sociedades.

Como podemos ver, as questões discutidas atualmente são diversas. Para termos uma ideia mais concreta, consideremos, por exemplo, a discussão sobre o individualismo. Para falar sobre o assunto, o sociólogo francês Gilles Lipovetsky (1944-) criou o conceito de **hipomodernidade**.

Para Lipovetsky, a hipomodernidade procura falar e analisar a sociedade contemporânea, caracterizada pelo crescimento da sociedade de mercado e relações sociais marcadas pelo consumo, fazendo o indivíduo se colocar em primeiro lugar. Nessas condições, as pessoas ficam desorientadas uma vez que, há algumas décadas, eram guiadas pela família e pelos princípios religiosos. Nos dias atuais, a globalização capitalista teria tornado os laços sociais horizontais, e os ideais teriam sido pulverizados. Ou seja, Lipovetsky afirma que, antes, o problema existencial era “como vou chegar lá?” e, hoje, ele passou a ser “aonde devo ir?”.

Vale lembrar também que a sociologia, tanto no Brasil quanto no mundo, é uma ciência cada vez mais solicitada devido às complexidades contemporâneas. A criação de centros de pesquisas sociológicas, a proliferação dos estudos sociológicos nas universidades e mesmo em empresas públicas e privadas, faz dela uma ciência em clara expansão.

PARA PRATICAR

1 [...] Em primeiro lugar, ela [a sociologia] precisa atualizar sempre e sempre mais sua consciência histórica, para perceber o que há nos tempos que correm – e em que medida. [...] A imensa coleção de mercadorias não parou de crescer e de atuar segundo suas lógicas variadas, seja a nosso serviço, seja nos pondo a seus serviços. Falar da sociedade requer a maior atenção a esse fenômeno, por mais que se queira afastar das formulações mais antigas da questão. [...]

WAIZBORT, Leopoldo. "Os desafios da sociologia". *Folha de S. Paulo*, 11 mar. 2007. (Mais!) Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200711.htm>. Acesso em: 27 jun. 2015.

O conjunto de transformações em curso no século XIX fez emergir ciências como a economia, a psicologia, a antropologia e a sociologia. Levando em consideração o trecho reproduzido, deve-se entender que a sociologia, enquanto ciência,

- A** mostra-se consolidada enquanto tal nos dias contemporâneos, mantendo neutralidade em relação aos fatos diários que ocorrem na vida social.
- B** precisa acompanhar as transformações sociais nas esferas política, cultural e comportamental em busca continuada por modernizações.
- C** atualiza-se sempre para poder compreender as mudanças regionais e globais, mostrando-se autossuficiente e independente em relação às demais áreas.
- D** necessita do acompanhamento de outras ciências, não podendo, no entanto, atrelar-se à ciência histórica, sob o risco de ser contaminada pela mesma.
- E** independe das relações e perspectivas sociais, econômicas e políticas futuras, bem como não requer das perspectivas contemporâneas.

Caio no Enem
2 (Enem)

Good-bye

*Não é mais boa noite, nem bom dia
Só se fala good morning, good night
Já se desprezou o lampião de querosene
Lá no morro só se usa a luz da Light
Oh yes!*

A marchinha *Good-bye*, composta por Assis Valente há cerca de 50 anos, refere-se ao ambiente das favelas dos morros cariocas. A estrofe citada mostra:

- A** como a questão do racionamento da energia elétrica, bem como a da penetração dos anglicismos no vocabulário brasileiro, iniciaram-se em meados do século passado.
- B** como a modernidade, associada simbolicamente à eletrificação e ao uso de anglicismos, atingia toda a população brasileira, mas também como, a despeito disso, persistia a desigualdade social.
- C** como as populações excluídas se apropriavam aos poucos de elementos de modernidade, saindo de uma situação de exclusão social, o que é sugerido pelo título da música.
- D** os resultados benéficos da política de boa vizinhança norte-americana, que permitia aos poucos que o Brasil se inserisse numa cultura e economia globalizadas.
- E** o desprezo do compositor pela cultura e pelas condições de vida atrasadas características do "morro", isto é, dos bairros pobres.

Caio no Enem
3

(Enem) Para Caio Prado Jr., a formação brasileira se completaria no momento em que fosse superada a nossa herança de inorganicidade social – o oposto da interligação com objetivos internos – trazida da colônia. Este momento alto estaria, ou esteve, no futuro. Se passarmos a Sérgio Buarque de Holanda, encontraremos algo análogo. O país será moderno e estará formado quando superar a sua herança portuguesa, rural e autoritária, quando então teríamos um país democrático. Também aqui o ponto de chegada está mais adiante, na dependência das decisões do presente. Celso Furtado, por seu turno, dirá que a nação não se completa enquanto as alavancas do comando, principalmente do econômico, não passarem para dentro do país. Como para os outros dois, a conclusão do processo encontra-se no futuro, que agora parece remoto.

SCHWARZ, R. "Os sete fôlegos de um livro". *Sequências brasileiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. (Adapt.).

Acerca das expectativas quanto à formação do Brasil, a sentença que sintetiza os pontos de vista apresentados no texto é:

- A** Brasil, um país que vai pra frente;
- B** Brasil, a eterna esperança;
- C** Brasil, glória no passado, grandeza no presente;
- D** Brasil, terra bela, pátria grande;
- E** Brasil, gigante pela própria natureza.

7

Sociologia e história caminham juntas

Todo fato social é um fato histórico e inversamente. Segue-se daí que a história e a sociologia estudam os mesmos fenômenos, e que, se cada uma delas captura um aspecto real, a imagem que ela dele nos dá não poderia ser senão parcial, na medida em que não for completada pelas contribuições da outra. Ora, a passagem do abstrato ao concreto não se obtém adicionando duas imagens parciais. Não se pode obter um conhecimento real dos fatos humanos reunindo resultados parciais e deformantes de uma sociologia coisificante e psicologista com aqueles de uma história política ou bem simplesmente positivista. O conhecimento concreto não é soma, mas síntese de abstrações justificadas. No caso a que nos referimos, as abstrações não sendo justificadas, sua síntese era impossível. Não se trata pois de reunir os resultados da sociologia e da história, mas de abandonar toda sociologia e toda história abstratas para chegar a uma ciência concreta dos fatos humanos que não pode ser senão uma sociologia histórica ou uma história sociológica. [...]

A sociologia não pode ser concreta se não for histórica, do mesmo modo, a história, se pretender ultrapassar o simples registro dos fatos, tornar-se-á necessariamente explicativa, a saber, numa medida maior ou menor, sociológica.

História, sociologia histórica, filosofia da história, tudo isso coloca um problema epistemológico prévio. Por que o homem se interessa por certos fatos únicos e localizados no tempo? Por que se interessa pelo passado e, sobretudo, em que se interessa no passado?

Logo de início a resposta parece simples; o objeto da história é o conhecimento tão rigoroso e tão preciso quanto possível dos acontecimentos, naquilo que têm de específico e de particular, sem qualquer consideração nem pelo interesse individual ou coletivo nem pela utilidade prática. O historiador é um cientista que procura a verdade que é fim e não meio, e não há motivo para interrogar o porquê: Adequatio rei et intellectus, fim geral de toda atividade científica; quanto aos meios, eles são o desinteresse, a erudição, o espírito crítico, o devotamento à tarefa, sem falar obviamente da capacidade de penetração e inteligência.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia: o que é sociologia?* GARAUDE, Lupe Cotrim (Trad.); GIANNOTTI, José Arthur (Trad.). 8 ed. São Paulo: DIFEL, 1980. pp. 17-8.

a) Para Lucien Goldmann, o que os homens procuram na ciência histórica?

b) Ainda segundo o autor, por que a sociologia, enquanto ciência, “não pode ser concreta se não for histórica”?

Reflita sobre

Quem é o brasileiro? Como ele é? Por que ele é tal e qual, assim ou de outro modo? Quais fatores influenciam em sua formação? Essas e muitas outras perguntas são suscitadas no âmbito das ciências sociais a respeito do Brasil, não obstante respondê-las requer, sobretudo, o estudo da história, como pudemos ver nos trabalhos de vários sociólogos brasileiros. Com seus colegas, discuta o papel que o conhecimento histórico pode ter na compreensão de nós mesmos, como brasileiros, bem como da realidade e dos problemas nacionais. Na sua discussão, pese o fato de que, como a própria história já mostrou, o discurso histórico pode servir a interesses políticos e ideológicos; nesse sentido, proponha atitudes e ações que viabilizem o aproveitamento da história como um saber comprometido com valores como validade, verdade, compreensão, autonomia, liberdade, justiça, bem comum. Em que esse saber pode influenciar no enfrentamento dos problemas do Brasil?

■ Quer saber mais?



Livros

- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
A obra é fruto de pesquisa realizada por Candido a respeito da cultura tradicional caipira do interior do Estado de São Paulo. Nela, o autor indica a permanência dos costumes caipiras mesmo após a imigração de estrangeiros no final do século XIX e início do século XX. No entanto, a partir da década de 1950, a modernização e urbanização do país trouxe modificações nos hábitos do homem interiorano.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2005.
Obra fundamental para um melhor entendimento do Brasil. O luso-tropicalismo e as consequências da miscigenação brasileira formam uma riqueza à parte do trabalho do pernambucano Freyre.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
Caio Prado Júnior analisa a formação da economia brasileira desde a colonização portuguesa, apontando seu desenvolvimento e atrelamento à economia mundial, próprio de um país periférico em relação ao capitalismo internacional.

- UBALDO, João Ribeiro. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

Narram-se diversos episódios da história brasileira e busca-se interpretar a identidade do povo brasileiro, mostrando um país dividido entre aqueles que mandam e aqueles que obedecem. O grande momento da obra de João Ubaldo é a reflexão sobre a formação de nossa brasilidade.



Filmes

- *Marvada carne*. Direção: André Klotzel. Brasil, 1985.
Filme surpreendente que narra a trajetória de personagem caipira do interior paulista que sai em busca de dois grandes desejos pessoais: casar-se e comer carne bovina. Baseado na obra indicada para leitura (*Os parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido).
- *Povo brasileiro*. Direção: Isa Grinspum Ferraz. Brasil, 2000.
Série de documentários baseada na obra de Darcy Ribeiro que nos dá um perfil da sociedade brasileira desde a colonização portuguesa até os dias atuais.

RESUMO teórico

- O surgimento das ciências sociais no Brasil, dando bases para o desenvolvimento da sociologia como ciência:
 - O advento de novas condições de produção e das classes sociais, a partir de 1914, trouxe a necessidade do nacionalismo brasileiro;
 - Em 1932, foi criada a Escola Paulista de Sociologia e, em 1934, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo;
 - A partir da década de 1930, a cultura miscigenada começa a ser vista como representação oficial da nação brasileira, desprezando a ideia de que a mestiçagem seria uma vergonha nacional.
- Nomes como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Antonio Candido e Celso Furtado destacam-se no estudo sócioeconômico e político brasileiro:
 - **Gilberto Freyre** destaca a ideia do relativismo cultural, aplicando-a à mistura de etnias como qualidade da cultura brasileira. Para o autor, essa mistura é resultado de um “equilíbrio de antagonismos”, resolvendo a desigualdade social com base na convivência harmoniosa entre os elementos indígena, branco e negro;
 - **Caio Prado Júnior** destacava em suas obras o sentido da colonização no Brasil, apontando ter sido esta a base para o entendimento das dificuldades do país no período contemporâneo;
 - **Sérgio Buarque de Holanda** destaca a importância do patrimonialismo deixado pelos colonizadores portugueses, apontando para a imagem do brasileiro como um “homem cordial”, adorador dos contatos próximos e íntimos;
 - No desenvolvimento da sociologia brasileira, **Florestan Fernandes** entendeu a integração dos negros como um problema a ser resolvido na sociedade brasileira desde a abolição da escravatura. Para ele, o preconceito racial é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos negros no Brasil, o que impede a efetiva formação de uma sociedade de classes no país.
- A sociologia contemporânea tem se debruçado sobre temas como o papel da mídia, a questão do trabalho, as migrações, as expressões da sexualidade, o consumo, a religiosidade, a violência e criminalidade, o avanço do tráfico de drogas e as relações internacionais.

Gabaritos

Capítulo 1 O que é a sociologia?

Para praticar

1. C 3. E 5. B
2. B 4. A 6. A

Questões extras

1. Sim, uma vez que os comportamentos individuais são influenciados de diferentes modos e formas pelo ambiente social, ou seja, nosso comportamento está condicionado à cultura adquirida pela convivência que estabelecemos com outras pessoas. O perfil humano e o caráter coletivo de uma sociedade estabelecem o que em sociologia definimos como socialização.

2. Hobsbawm refere-se ao Antigo Regime (absolutismo, sociedade de privilégios e mercantilismo), que vigorou na Europa na Idade Moderna. O movimento iluminista ou ilustrado tinha como objetivos a luta pelo liberalismo político e econômico, pelo racionalismo e pela liberdade, considerados elementos essenciais para o progresso humano por meio do desenvolvimento científico.

3. A gênese e consolidação institucional da sociologia ocorreram em um cenário intelectual caracterizado pelo otimismo quanto à capacidade da razão de proporcionar explicações objetivas para os novos padrões de convivência e comportamento social, que floresciam nas sociedades europeias modernas (industrializadas e urbanizadas).

4. Caso observemos ações recentes do governo norte-americano no Afeganistão e Iraque e do governo russo na Ucrânia, concluiremos que as justificativas de intervenção nesses países nos remetem aos princípios intervencionistas e etnocêntricos, que foram influenciados pelo positivismo e pelo darwinismo social do século XIX. Tais ações militares justificaram-se como forma de imposição da democracia e do equilíbrio, estabelecidos pelos ocidentais como princípios fundamentais para a vida social e política, e, no caso da Rússia, de apropriação e interferência em um país soberano que ela considera parte de sua história e de seu território, levando instabilidade à região e desrespeitando as diferenças étnicas e políticas.

5. A partir da Revolução Industrial do século XVIII, o trabalhador das fábricas passou a não mais ter tempo livre. Seu tempo passou a pertencer à produção fabril, sendo controlado. O objetivo foi a imposição da disciplina para uma melhor dinâmica de produção, com

vistas ao melhor aproveitamento do tempo e, portanto, maior obtenção de lucro. Assim, o trabalhador passou a ter determinado quando trabalhar, dormir, comer, entre outros.

6. D 7. C

Capítulo 2 As contribuições de Comte, Darwin e Durkheim para a sociologia

Para praticar

1. A 4. D 7. A 10. B
2. A 5. A 8. A
3. D 6. D 9. B

Questões extras

1. Para o positivismo, assim como entre as espécies animais, sobrevivem apenas os mais adaptados (noção articulada por Charles Darwin); entre as sociedades, somente as mais bem estruturadas sobreviveriam (seriam mantidas). Caberia, portanto, às sociedades com um nível mais complexo de existência (industrializadas e urbanizadas) a tarefa de garantir a vida das sociedades ruralizadas, poligâmicas, politeístas e de tecnologias rudimentares da Ásia e África, evitando, com isso, que fossem extintas ao civilizá-las.

2. A citação de Kennyatta faz referência à religião enquanto mecanismo de aculturação, dominação e ideologia, largamente empregado pelos países europeus ao longo do século XIX, em busca de matéria-prima e mercado consumidor para suas mercadorias industrializadas e como instrumento de exploração de regiões africanas e asiáticas.

3. Para Auguste Comte, o princípio dinâmico representa mudanças nos modos de vida em sociedade para formas mais complexas (sociedade industrial e urbana). Para ele, os princípios dinâmico e estático complementam-se, devendo o estático ser privilegiado em relação ao dinâmico como forma de se atingir o progresso sem a destruição da ordem.

4. Para Durkheim, existem dois tipos de solidariedade: mecânica e orgânica. A mecânica ocorre nas chamadas sociedades primitivas ou pré-capitalistas, onde os interesses sociais ou de grupo se sobrepõem aos individuais. A solidariedade orgânica ocorre nas chamadas sociedades complexas, como nas cidades, onde o individualismo exerce um papel predominante sobre o coletivo e são as diferenças que vão unir os indivíduos, de forma que se

complementem.

5. Sim, pois a pedofilia clínica – que deseja ganhar a confiança para se tirar proveito da pessoa considerada incapaz de defesa autônoma ou vulnerável – está generalizada (considerando que, em nosso dia a dia, podemos ter vítimas da ação), é exterior a nós e coercitiva, já que não depende de nossa vontade não a levarmos em consideração. Além disso, tal como o roubo, o ato pode ser praticado pelo indivíduo, ainda que rejeitado pela maioria e punido com leis. Sua generalidade leva a sociedade a repudiar tal ato (consenso social), colocando em risco a harmonia dessa sociedade.

6. Soma: 22

7. B 8. A

Capítulo 3 O capitalismo sob suspeita

Para praticar

1. B 3. A 5. D 7. B 9. A
2. C 4. A 6. B 8. D

Questões extras

1. Considerando as teses de Marx sobre o trabalho enquanto atividade produtiva, no modo de produção capitalista o produto obtido a partir da transformação não pertence ao trabalhador, pois é apropriado pelo capitalista como lucro. Dessa forma, o homem se desumaniza, agindo apenas como instrumento a serviço de um poder inumano, o capital, que dita e dirige o modo de vida.

2. De acordo com Karl Marx, a desigualdade em uma estrutura social é resultado das ações humanas estabelecidas ao longo da história pela luta de classes. Marx rejeita a ideia de que a desigualdade social sempre existiu, portanto deve ser encarada como resultado de um processo histórico e de acordo com o desenvolvimento do capitalismo.

3. Para Marx, o processo do trabalho pode ser definido como de realização do próprio homem, ou seja, o homem fez-se histórica e socialmente por intermédio do trabalho, transformando a natureza e a si mesmo com a ajuda de ferramentas que desenvolveu e aperfeiçoou. O valor da mercadoria seria composto do valor da matéria-prima mais o trabalho morto, da produção da mercadoria, e o trabalho vivo, da produção do trabalhador.

4. Para Florestan Fernandes, classe social é um grupo social que possui interesses comuns, como aspirações e padrão de vida. O autor aponta que a definição dos “possuidores de bens” se dá pela posse da propriedade, que, no Brasil, país desigual, é muito mal distribuída e representada pelas “classes altas”,

“ricas” ou “poderosas”, podendo-se distinguir, entre elas, uma classe alta rural, uma classe alta urbana e uma classe média alta.

5. Segundo Karl Marx, existem duas classes sociais no mundo capitalista: a de proprietários (burgueses) e a de não proprietários dos meios de produção (proletários). Já Weber considera que essa divisão deve ser estendida, levando em consideração uma classe intermediária. A classe de uma pessoa indica sua posição na estrutura social a que pertence, devendo-se levar em consideração a condição de renda, profissional e política do indivíduo.

6. C

7.

a) O fenômeno analisado e, de certa forma, previsto por Marx e Engels é denominado atualmente como globalização.

b) As indústrias nacionais deixam de existir para tornarem-se globalizadas. Os produtos, assim como as matérias-primas, têm origem e são consumidos em toda a parte do globo.

8. A condição de miséria de grande parte da população mundial está relacionada ao sistema capitalista, que corresponde à expropriação do trabalhador dos meios de produção, privado do produto e da mais-valia (do qual ele apenas participa como vendedor de sua força de trabalho). O avanço da ciência e da tecnologia faz com que se invista na inovação dos instrumentos de trabalho. Forma-se, assim, um contingente de marginalizados do capitalismo que apenas sobrevive (e mal) em condições desumanas.

Capítulo 4

Max Weber, a ação social e a necessidade da antropologia

Para praticar

- | | |
|------|------|
| 1. C | 4. D |
| 2. A | 5. C |
| 3. D | 6. A |

Questões extras

1. O protestantismo concebeu o trabalho como uma vocação espiritual, como um dom divino. Para tanto, deve ser realizado como um fim em si mesmo. De acordo com Weber, remetendo-se a Calvino, exercer uma atividade que gere grandes lucros é a garantia da bênção divina, certeza de que Deus se agrada do seu servo e abençoa sua ação de trabalho. Ao exaltar a ação do trabalho e do lucro, o protestantismo calvinista justifica o sistema capitalista em nações como a Inglaterra, a Holanda e, posteriormente, os Estados Unidos.

2. Em seus estudos, Max Weber revela a influência que a sociedade exerce sobre os indivíduos. Para esse pensador clássico, a ação social pressupõe, em grande medida, as motivações racionais, afetivas e tradicionais dos indivíduos. A relação social é estabelecida a partir dos sentidos compartilhados pelos indivíduos, constituindo a base das associações humanas.

3. A cultura pode ser compreendida como as dimensões do aspecto humano, com valores e modelos de comportamento, incluindo modos de pensar e agir, crer e sentir a herança social

de um grupo, seus saberes e suas técnicas, sua história, sua memória coletiva, seus mitos cultivados, seus hábitos e costumes e suas representações sociais da realidade natural e social. Através da cultura, o homem constrói sua própria existência, o que o distancia da natureza.

4. Vários exemplos de desnaturalização do homem podem ser apontados a partir do texto apresentado, como as descobertas técnicas, que são o aperfeiçoamento das ferramentas e o domínio do fogo. O autor salienta também o surgimento das teias de socialização, desenvolvidas a partir da organização familiar e da construção de símbolos, elementos constitutivos da cultura.

5. Devemos definir o etnocentrismo como uma atitude que julga sociedades culturalmente diversas com critérios fornecidos pela própria cultura (Willems, E. Dicionário de sociologia. Porto Alegre: Globo, 1970). Sendo assim, percebemos que a frase identifica um discurso etnocêntrico por apresentar intolerância com etnias e padrões culturais divergentes, considerando-os de menor importância, estabelecendo uma hierarquia entre culturas e identificando grupos étnicos considerados em menor grau evolutivo, o que incorre em erro e preconceito.

6. O protestantismo concebeu o trabalho como uma vocação espiritual, como um dom divino. Para tanto, deve ser realizado como um fim em si mesmo. Exercer uma atividade que gere grandes lucros é a garantia da bênção divina, certeza de que Deus agrada--se de seu servo e abençoa sua ação de trabalho. Ao exaltar a ação do trabalho e do lucro, o protestantismo calvinista justifica o sistema capitalista moderno

7. A

8. A

9. B

Capítulo 5

A globalização capitalista e o mundo do trabalho

Para praticar

- | | | |
|------|------|------|
| 1. B | 3. A | 5. A |
| 2. E | 4. A | 6. C |

Questões extras

1. Na prática, a globalização econômica tem apresentado benefícios apenas a uma minoria. Ilhas de prosperidade emergem, paralelamente a várias e maiores “ilhas de pobreza e miséria”, uma vez que os investimentos passaram a visar prioritariamente à condição infraestrutural para o recebimento de empresas e serviços que estão a cargo do sistema capitalista. Os investimentos públicos que aprimoram as condições de educação, saúde, segurança, cultura e habitação não têm sido feitos na mesma proporção ou têm sido mal aplicados.

2. A mundialização da produção e do consumo, própria da globalização capitalista, tem gerado uma série de consequências nas relações de trabalho, tais como a flexibilização organizacional, alteração de políticas trabalhistas (como a recente discussão sobre a ampliação da terceirização no Brasil) e das formas de contratação, bem como a dispersão de empresas para áreas em que

a exploração do trabalho mostra-se menos onerosa e, portanto, mais vantajosa.

3. O desenvolvimento do consumismo, incentivado pelos meios de comunicação, contribui para um aumento produtivo de bens, o que gera necessidade de matérias-primas e fontes energéticas e, conseqüentemente, fere o meio ambiente e a natureza, causando impactos profundos e duradouros, como o aquecimento global. Ao mesmo tempo, há uma internacionalização da preocupação com os recursos naturais, em clara contradição, como as conferências climáticas dedicadas a discutir políticas ambientais e redução das emissões de gás carbônico (responsável pelo efeito estufa e cujo aumento tem intensificado o aquecimento global), que têm envolvido todos os países em amplos debates de escala global.

4. Globalização pode ser definida como o fluxo livre entre as fronteiras, tanto de capitais como de manifestações culturais. Com o fenômeno da globalização, a economia se expande pelo mundo e também se torna global. Empresas antes existentes apenas em um único país, espalham-se em filiais pelo mundo afora, formando os grandes conglomerados transnacionais e as marcas globais. Comenta-se ainda sobre o fim da governabilidade nacional, o fim da soberania, a perda da importância das fronteiras nacionais, a perda da autonomia do Estado e sua incapacidade de agir em questões como o desemprego em decorrência da globalização, quando empresas e indústrias se mudam para países onde a mão de obra é mais barata, tornando o Estado dependente das corporações.

5. O principal objetivo da reforma proposta pela política neoliberal para a CLT é modificar o conjunto dos direitos trabalhistas assegurados por essa legislação. A política neoliberal ou de flexibilização de direitos do trabalhador tem como um de seus alicerces o esvaziamento do Estado, bem como de suas obrigações sociais, ao adotar políticas econômicas em que o Estado economize e deixe de investir em áreas essenciais, como saúde, previdência e educação, para poder honrar com suas dívidas ao gerar o chamado superávit primário. Sob o pretexto de gerar mais empregos e reduzir os déficits fiscais, visa-se reduzir vários direitos conquistados pelos trabalhadores, por meio da chamada flexibilização do trabalho e da não intervenção do Estado nas negociações salariais empregado-empregador, além do aumento da terceirização de profissões.

6. Não há dúvidas de que a mídia globalizada uniformiza gostos, gestos, modas e pensamentos. Porém, falarmos no desaparecimento de culturas menores e locais parece um tanto quanto precipitado, embora tenhamos assistido a uma certa universalização cultural, em especial a partir dos anos 1990, com a globalização econômica.

7. D

8. D

9. C

urbanos sem oportunidades, que aderem ao movimento como perspectiva de mudança de condição.

- b) Reforma agrária e agrícola. Por reforma agrária entende-se não apenas a distribuição de terras, mas a distribuição associada à melhor distribuição de financiamentos, implementos agrícolas, mercado, entre outros.
- c) Organização de passeatas, invasões a centros experimentais estrangeiros instalados no país, ocupações de áreas produtivas (como pressão para a reforma desejada) e improdutivas, bloqueio de praças de pedágios, entre outros.
7. C 8. D 9. A

Capítulo 9 Instituições sociais: família e Igreja

Para praticar

1. C 5. Soma: 23 9. Soma: 22
2. Soma: 10 6. B 10. Soma: 6
3. A 7. E 11. C
4. A 8. Soma: 12

Questões extras

1. No mercado de trabalho atual, as mulheres (dentro de um quadro geral) ainda têm remuneração inferior, mesmo ao exercerem as mesmas atividades que os homens. Os afazeres domésticos continuam sendo de maior responsabilidade feminina na nossa sociedade, ainda que, conforme os números apresentados, elas decidam cada vez mais sobre o orçamento doméstico e como o dinheiro da família será gasto, tendo um papel preponderante no consumo familiar.
2. A participação da mulher no mercado de trabalho tem sido mais frequente, suplantando, em muitas famílias, a participação do homem, que também se torna responsável pelos primeiros momentos de educação da criança quando não está trabalhando; creches e escolas também acabam sendo as responsáveis pela criança. Essa realidade muda a configuração da família, em que o homem deixa de ser o provedor principal, e a mulher, por necessidade ou por mudança do mercado, deixa de ser a dona de casa, ainda que continue encarregada de muitas das tarefas domésticas depois do expediente, em jornadas duplas de trabalho.
3. As instituições sociais são um conjunto de regras e procedimentos padronizados, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade e que tem grande valor social. Uma instituição não existe isolada das outras, sem a interação de outros indivíduos; todas elas possuem uma interdependência mútua, de tal forma que uma modificação em uma determinada instituição pode acarretar mudanças maiores ou menores nas demais. As instituições sociais servem como um meio para a satisfação das necessidades da sociedade, ou seja, nenhuma instituição surge sem que tenha aparecido antes uma necessidade. Mas, além disso, elas cumprem também o papel de instrumento de regulação e controle das atividades das pessoas. As principais instituições sociais são: a família, a Igreja, o Estado e a escola.

4. Instituído pela Constituição de 1824, o regime do Padroado estabeleceu a ligação entre Estado e Igreja Católica no Brasil. Pelo Padroado, o catolicismo seria oficial no país, embora outros cultos fossem permitidos. Além disso, o imperador tinha a prerrogativa de nomear os bispos e outros membros da hierarquia eclesiástica, até porque as despesas gerais da Igreja seriam pagas pelo Império. Em 1864, a Bula Papal Syllabus recomendava o afastamento dos membros de carreira da Igreja de atividades maçônicas. D. Pedro II (maçom) fez valer o beneplácito, pelo qual a determinação papal só seria válida no Brasil se aprovada por ele, imperador. Em 1872, em reação à posição imperial, dois bispos (D. Vital de Oliveira, de Olinda-PE, e D. Antonio Macedo Costa, de Belém-PA) reagiram à posição do imperador, gerando problemas nas relações entre o Estado e a Igreja no Brasil, que culminaria na quebra do Padroado e no afastamento da Igreja Católica dos assuntos sociais e políticos no país.

5. Nas décadas de 1970 e 1980, a ala progressista da Igreja Católica foi muito importante para a evolução dos movimentos sociais e políticos do período, apoiando-os (luta contra ditadura instalada e pela anistia, por exemplo). Com o acirramento da repressão contra quaisquer grupos de resistência e a ausência dos canais tradicionais de participação e reivindicação popular, como partidos políticos e sindicatos, a Igreja emergiu como um espaço onde a população podia discutir e se mobilizar na luta pelo restabelecimento democrático. Podemos, também, apontar o apoio da Igreja progressista para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra a partir de 1979, ajudando-o a alastrar-se pelas várias regiões brasileiras. Na Arquidiocese de São Paulo, por exemplo, a Pastoral do Povo da Rua, do Padre Júlio Lancelotti, procura dar assistência a moradores de rua, a indivíduos em situação de extrema vulnerabilidade social e econômica e até mesmo a viciados em drogas, na região conhecida como Cracolândia, no centro de São Paulo.

6. O Movimento Reformista Protestante se alastrou no século XVI a partir de posições de Martinho Lutero, João Calvino e do Anglicanismo. Neste momento, em que os dogmas católicos passaram a ser contestados, estava em processo a colonização europeia sobre a América. Uma das armas da Igreja Católica dentro da Contrarreforma foi a de se associar a esta colonização, enviando jesuítas para trabalhos missionários de catequese junto aos nativos americanos das terras recém-conquistadas. Assim, em linhas gerais, ao converter indígenas americanos ao catolicismo, atacava-se o protestantismo, conquistando católicos no Novo Mundo, compensando as ameaças de perdas de católicos na Europa. Uma outra motivação seria a de consolidar a cultura e a visão de mundo católica na região, difundindo a mensagem cristã que havia garantido certa coesão social ao longo da Idade Média.

7. D

8. Em relação à socialização secundária, há a participação da mídia, das redes sociais, dos grupos de referências, como as bandas e os grupos musicais favoritos, os clubes, as associações e as várias outras instituições que participam do processo de socialização das crianças ao longo de seu processo de crescimento. Todas elas, de alguma forma, contribuem para a socialização da criança, embora não substituam

as instituições tradicionais (mas as complementam), como as citadas no enunciado, principalmente a família.

9. Soma: 28 10. Soma: 27

Capítulo 10 Política, poder e Estado

Para praticar

1. D 4. B 7. D
2. E 5. A 8. B
3. A 6. A

Questões extras

1. O nepotismo é uma das práticas mais arraigadas no Brasil e constitui-se da nomeação de parentes, cônjuges ou companheiro para cargos de direção e chefia na administração pública, ou também conhecidos como "cargos de confiança", confundindo-se, em alguma medida, com o flagelo nacional da corrupção (algumas vezes como causa, outras como efeito). Já a prática da corrupção possui sua base histórica no processo de colonização por exploração imposto ao Brasil por Portugal. Passa também pelo histórico antidemocrático instituído pela Formação do Estado Nacional brasileiro a partir de 1822, com o grito da Independência entoado de cima para baixo, sem prezar a participação do povo. O advento da República, em 1889, é atrelado a interesses de grupos econômicos, no caso do café, com a utilização de mecanismos pouco próximos à democracia: voto aberto, política dos governadores, coronelismo e Política do café com leite. Quando a República brasileira procurava aprimorar-se (embora com presidentes populistas), assistiu à imposição da ditadura militar (1964-1985). De democracia plena recente, o país mergulhava no projeto neoliberal, privatizando estatais, o que incorre em práticas de corrupção. Também por ter fragilidades em sua democracia, o país via a prática do nepotismo proliferar, com governantes procurando apadrinhar parentes em cargos pagos pelos impostos do povo brasileiro, tanto na esfera nacional quanto na estadual e municipal.

2. Algumas conquistas da Constituição Cidadã englobam: viabilização de eleições diretas para todos os cargos executivos do país (prefeituras, governos estaduais e governo federal), garantia de liberdade de expressão, princípio federativo, direito de greve (embora pouco utilizado atualmente, em especial pelos setores privados), restauração do habeas corpus e instituição do habeas data, entre outras. Mesmo com essas conquistas democráticas, ainda impera no Brasil um quadro pleno de desigualdades sociais, falta de saneamento básico para todos, acesso à saúde e à educação, que são também direitos garantidos a todos pela Constituição, mas que o Estado ainda não se mostrou capaz de atender de forma a atenuar efetivamente essas desigualdades e carências sociais.

3. Combate a práticas de corrupção, respeito aos direitos de grupos minoritários (como negros, indígenas, mulheres, homossexuais, entre outros), cultura aberta (sem que haja o controle sobre os veículos de comunicação por parte de poucos grupos), respeito às ideias e

à diversidade de opiniões, melhor distribuição de renda, melhor acesso à saúde e à educação para toda a população etc.

4. Esses termos políticos são usados erroneamente em muitas ocasiões. Devemos entender como pátria o local em que a pessoa nasce. Já nação é um processo de identidade de grupos étnicos, linguísticos, religiosos, em que os indivíduos possuem história, valores e hábitos comuns e muitas vezes compartilham um território que faz parte de diferentes Estados, como os curdos, que habitam regiões da Turquia, do Iraque, da Síria e do Irã. Estado é uma instituição social formada por população, território e governo.

5. A democracia eleitoral brasileira apresenta um aspecto bastante questionado por setores sociais e políticos do país: de maneira geral, os estados populosos elegem, proporcionalmente, menos deputados, algo que não mudou muito, mesmo após a redemocratização. Cabe lembrar também as propostas como o voto distrital, ainda em discussão para as próximas eleições, que garantiria uma proporcionalidade mais justa.

6. B 8. B
7. A 9. B 10. C

Capítulo 11 Urbanização e violência social

Para praticar

1. Soma: 23 3. Soma: 26
2. Soma: 21 4. A

Questões extras

- E
- A pobreza é apenas uma das variáveis que leva o indivíduo ao crime. Mesmo que não atue de forma isolada, as dificuldades de subsistência podem impulsionar indivíduos à prática do crime e à violência. Além disso, conforme o texto, nem sempre a criminalidade decorre da pobreza, sendo a desigualdade entre ricos e pobres, sobretudo no Brasil, um fator que contribui para acentuar a violência.
- Para os moradores mais pobres, o crescimento das cidades gera marginalização, o que pode levá-los a cometer delitos. Outra possibilidade é a proliferação dos chamados moradores de rua, vulneráveis a toda espécie de violência, ou ainda a migração de pessoas para regiões mais periféricas da cidade, devido à especulação imobiliária.
- A inversão térmica é mais comum no inverno; uma camada de ar frio se situa perto da superfície, retendo os poluentes sobre a área urbana, o que agrava a poluição atmosférica. O fenômeno da chuva ácida ocorre com mais frequência em áreas de extração e industrialização de carvão e outros combustíveis fósseis, cujo processo libera enxofre para a atmosfera, concentrando-a com compostos sulfurosos; com isso, acontece a modificação da qualidade da precipitação pluvial. A ilha de calor se dá de forma mais intensa porque a cidade (principalmente em sua região central) é uma verdadeira fonte de calor devido ao grande consumo de combustíveis fósseis em aquecedores, veículos automotores e indústrias; as isoterma apresentam valores maiores à medida que se aproximam das áreas mais centrais. Além

disso, o asfalto e o concreto das construções absorvem a radiação solar em vez de refletirem parte dela, como fazem as árvores e as outras plantas, aumentando consideravelmente a temperatura de regiões mais asfaltadas em relação a outras áreas mais periféricas do centro urbano, onde ainda há cobertura vegetal remanescente.

5. Em zonas ruralizadas, podem ser percebidas diferenças em relação a valores de solidariedade e atenção ao próximo. Valores bem distintos das zonas urbanas, onde a competitividade entre indivíduos, a individualidade e a luta pela manutenção e até por espaço e trabalho são mais acirradas e levam à derrubada de casas antigas para a construção de prédios altos, conforme a letra da canção.

6. Estar em sociedade é compartilhar das mesmas regras com outras pessoas, em um processo de socialização e alteridade pelo qual passamos a vida inteira. Assim, estar em sociedade é, mais do que participar de instituições tradicionais, como a família e a igreja, buscar e frequentar espaços de convivência que permitam esse tipo de integração ao longo da vida. As grandes cidades brasileiras, como São Paulo, sofrem com essa falta de espaços públicos de integração, como as grandes praças das cidades europeias, tal como exemplificado no texto. Se a família em nossa sociedade está relacionada à possibilidade de exercício da intimidade e do afeto, bem como do aprendizado das regras sociais ao frequentar os espaços públicos, o indivíduo pratica a alteridade e aprofunda sua socialização no contato com outras pessoas. Com a falta desses espaços, perde-se a possibilidade de integração nas grandes cidades e corre-se o risco de isolamento social, aprofundando-se a desigualdade, bastante acentuada no Brasil.

7. Resposta pessoal, mas o aluno pode perceber as diferenças já em um primeiro olhar ao notar que na primeira imagem há edifícios altos, bem localizados, na orla da praia, em condomínios em que não deve faltar saneamento, lazer e várias opções de serviços nas redondezas do bairro, bem como opções de transporte público, por estar diante de um ponto turístico movimentado. Por conta disso, os imóveis dessa região devem ser mais valorizados, os aluguéis e condomínios mais altos, além de melhor acesso ao trabalho e ao lazer, com policiamento e segurança coibindo a violência. Na segunda imagem, percebe-se que se trata de uma favela ou comunidade, localizada em uma encosta, em área de ocupação irregular. As casas são mais simples, dispostas de maneira aleatória por ruas e vielas abertas ao acaso, em um lugar onde há o risco de desabamento quando chove forte. Provavelmente o acesso aos serviços públicos é precário, é uma região menos servida de transporte público, luz, saneamento e assistência social. E se o Estado não chega a esses locais, impera a lei dos traficantes de drogas ou de milícias armadas, com altos índices de criminalidade e formação de verdadeiros Estados paralelos, nos quais predominariam as leis da exceção, fazendo de reféns os moradores que não têm condições de pagar por residências em bairros ditos privilegiados ou gentrificados, como o da primeira fotografia.

8. Soma: 61 9. A

Capítulo 12 O estado de bem-estar social

Para praticar

1. A 3. C 5. E
2. Soma: 14 4. A 6. E

Questões extras

- O estado de bem-estar social, também conhecido por sua denominação em inglês, welfare state, serve para designar o Estado assistencial que garanta padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos. Políticas assim são adotadas desde 1933, após o colapso da Bolsa de Nova York (1929), e proliferaram-se com o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com o objetivo de gerir os riscos de vida de pessoas que enfrentam a velhice, situações de desemprego, fome, entre outros, buscando a criação de programas sociais que satisfaçam as necessidades básicas do indivíduo. O Estado, ao adotar tal política, desempenha papel no enfrentamento da pobreza e desigualdade na distribuição de renda, por meio de oferta ou subsídio de bens e serviços à população, e, garantindo esses direitos, garante-se também a cidadania.
- Bolsa Escola (2001-2002), procurando transferir recursos financeiros às famílias mais pobres ou em estado de risco, desde que crianças e adolescentes em idade escolar estivessem frequentando as instituições de ensino. O Bolsa Escola, a partir do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foi incorporado ao programa Bolsa Família. Também pode ser citado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – criado em 1996 no governo FHC e mantido e ampliado pelo governo Lula – que busca eliminar e, ao mesmo tempo, impedir a proliferação do trabalho infantil, retirando da situação de exploração crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos.
- Resposta de cunho pessoal, mas essa questão exige uma reflexão sobre o papel do Estado contra as falhas de mercado, inclusive em seu papel como regulador da economia e como garantidor dos benefícios sociais. Também é possível questionar se seria viável, em um Estado liberal e menor, movido pela chamada mão invisível do mercado e menos interventor na economia, deixar a cargo da iniciativa privada a garantia de políticas inclusivas, em benefício de toda a população, sem gerar desigualdades, apenas por fornecer mais empregos a todos, sendo estes vinculados exclusivamente à produção, entre outras possibilidades.
- Soma: 10 5. D 6. C

Capítulo 13 Cultura e educação

Para praticar

1. D 3. D 5. A
2. C 4. A

Questões extras

- Os principais problemas da educação brasileira passam pelos altos índices de analfabetismo, as estruturas dos prédios escolares, os baixos investimentos na área e pela ausência de uma política efetiva para o setor. As soluções devem considerar as ações possíveis por parte do Estado, nos níveis federal, estadual e municipal, em colaboração com as famílias, a iniciativa privada e outras instituições e grupos.
- O fato de o Brasil ter sido colonizado segundo um padrão europeu, introduzir negros africanos como escravos e ter naturalmente a cultura nativa indígena, associado ao recebimento de imigrantes europeus, em especial no século XIX, e orientais, a partir do século XX, faz com que o país, ao absorver culturas diferentes e diferenciadas, forme um complexo cultural multirracial. Tal aspecto pode ser observado na culinária, nas festas populares, na dança e nas manifestações folclóricas, além da língua e dos costumes mais naturais.
- Não. A diferença entre culturas pode ser percebida quando observamos, no interior da diversidade cultural, os grupos e segmentos que dela fazem parte. Compartilhar valores é essencial para a compreensão de uma cultura. A cultura se mantém pela tradição, no entanto pode ser continuamente recriada com a finalidade de exprimir as novas realidades vividas pelos indivíduos e pelos grupos sociais.
- As greves em instituições de ensino podem gerar desconfianças sobre o sistema, apontando para suas fragilidades. Por outro lado, fazem com que atentemos que a educação precisa de investimentos e políticas consistentes para que se fortaleça enquanto processo, ampliando projetos e propiciando melhores condições para o desenvolvimento do país. Uma paralisação no segmento pode vir a valorizar os profissionais do ensino, normalmente mal pagos e desvalorizados.
- A resposta é pessoal, porém é necessário considerar a importância da arte na imaginação de outras realidades, consideradas ficcionais, mas potencialmente reveladoras de aspectos da nossa própria realidade. Pode-se exemplificar indicando o advento de movimentos contraculturais e o papel da música na sua difusão.
- No Brasil, muitas festas populares estão relacionadas, historicamente, à religião católica, como as festas juninas (com danças, quadrilhas e comidas típicas) e a Festa do Divino; às vezes, com elementos sincretistas, como a Festa do Bonfim (em Salvador, Bahia), que inclui a lavagem das escadarias da Igreja do Bonfim por adeptos do candomblé. Outros exemplos, associados ao folclore, são a Festa do Bumba meu boi e a Cavalhada. O Carnaval é um exemplo que pode ser explorado, distinguindo-se suas expressões em cidades interioranas e aquelas, mais famosas, que ocorrem nos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro.
- E

Capítulo 14 Indústria cultural

Para praticar

- | | | |
|------|------|------|
| 1. D | 3. A | 5. C |
| 2. A | 4. C | 6. E |

Questões extras

- A resposta é pessoal, porém deve considerar que a indústria cultural foi um termo surgido a partir da Escola de Frankfurt. Seu conceito veio para diferenciar cultura de massa. Para os principais teóricos da indústria cultural, seu objetivo é o de produzir produtos culturais como meio de obtenção de lucro, com apelo emotivo, sem análise global e que possa gerar alienação, apesar de produzir entretenimento.
- Os veículos de comunicação, especialmente os ligados às notícias, podem reportar à população fatos de interesse público ou de determinada região. Por terem grande acesso sobre as pessoas, podem dirigir opiniões, formar visões, estabelecer verdades. Nesse sentido, a imagem, que é cômica, mostra um casal que assiste à televisão. Enquanto informam-se sobre a "realidade", ignoram os eventos mais próximos, que, provavelmente, por razões históricas, contrariariam o senso comum que formam com base na programação televisiva. Deve-se destacar que veículos de comunicação como televisão, rádio, jornais, revistas, entre outros, são dependentes de anúncios publicitários para sua manutenção, tanto que se colocar contra um anunciante pode significar o corte do investimento deste.
- A padronização, a administração racional e a adequação dos produtos culturais produzidos de acordo com as necessidades dos consumidores, objetivando o lucro.
 - De acordo com o texto, a indústria cultural remete-se a uma fase de desenvolvimento do capitalismo, em que a cultura é tomada como produto a ser elaborado segundo a lógica do mercado, "destinado à troca e ao consumo".
- Como instrumento de conhecimento, a internet oferece vantagens como aprendizado a distância, realização de pesquisas em bibliotecas e arquivos do mundo todo, participação em teleconferências e troca de informações ilimitadas. Por outro lado, o acesso à internet traz como desafio a conciliação do volume de informações com a presença física docente (o que permite que se conheça as individualidades do aluno com vistas a um melhor aproveitamento e desempenho discente). Para muitos teóricos da Educação, tal conciliação é necessária para que se evite a redução do processo de ensino a equipamentos e seus suportes conexos.
- Soma: 14
- D

Capítulo 15 Sociologia no Brasil e a sociologia contemporânea

Para praticar

1. B 2. B 3. B

Questões extras

- Para Gilberto Freyre, a miscigenação racial acabou por gerar o brasileiro, enquanto Holanda busca na história as razões para o "ser brasileiro". A aceitação e o convívio entre várias etnias teria gerado a cordialidade brasileira, em um princípio de adesão. Historicamente, a

condição de exploração teria gerado o "homem cordial", temeroso de ser ferido e que busca a aproximação por se sentir "menor". O fato de preferir os contatos pessoais e afetivos traria consequências consideráveis para a relação entre o privado e o público.

- Florestan Fernandes observa o preconceito racial como uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos negros no país. Segundo ele, há uma resistência aberta, porém dissimulada, à inserção do negro em condições de igualdade na sociedade, com o preconceito e a discriminação atuando como obstáculos à formação de uma verdadeira sociedade de classes no Brasil.

- O habitus permite relacionar a apropriação das regras sociais com as ações pessoais. O habitus, segundo Bourdieu, adquire-se pela repetição, como um hábito. Para Bourdieu, os valores não se realizam apenas nos indivíduos e nas instituições sociais (tais como família e igreja), nas diversas situações do mundo social.

- Segundo Freyre, a miscigenação contribuiu com a colonização brasileira quando gerou filhos mestiços. Tais descendentes teriam se tornado importantes aliados em razão do parentesco com a etnia branca e de dominarem a língua e as características da terra. Da mesma forma, a união de mulheres indígenas e colonizadores portugueses proporcionavam a confiança dos nativos.

- O fato de o Brasil ter sido colonizado segundo um padrão europeu, ter escravizado negros africanos e ter naturalmente a cultura nativa indígena, associado ao recebimento de imigrantes europeus, em especial no século XIX, e orientais a partir do século XX, fez com que o país, ao absorver culturas diferentes e diferenciadas, formasse um complexo cultural multirracial, que pode ser observada na culinária, nas festas populares, na dança e nas manifestações folclóricas, além da língua e dos costumes.

- No primeiro trecho, o autor volta-se para a perspectiva de democracia racial defendida por Gilberto Freyre para colocar-se contrariamente à política de cotas, já que Freyre direciona suas teses no sentido da existência de uma configuração homogênea do povo brasileiro a partir do branco, negro e indígena, o que teria estabelecido uma convivência harmônica entre tais etnias. Por sua vez, no segundo trecho, o autor utiliza-se da perspectiva de Florestan Fernandes, posicionando-se a favor do estabelecimento de cotas. Segundo Fernandes, não há no Brasil uma democracia racial, uma vez que o negro não teria sido inserido plenamente na sociedade de classes do país.

- Para o autor, os homens procuram na história as transformações da sociedade humana, assim como procuram explicar as modificações do sujeito da ação que geram discussões sobre as relações homem-mundo.

- Para Lucien Goldmann, caso a sociologia não contemple suas relações com a história, não poderá entender as relações humanas, ou seja, a relação do homem com outros homens. A sociologia, integrada à ciência histórica, poderá compreender as atitudes dos indivíduos e dos grupos humanos em face dos valores, da comunidade e da sociedade em si, permitindo que as pessoas percebam fazer parte de um todo.